CINEMA PARADISO
a reabilitação de um equipamento do século XX

Realizada por Inês Cristino Soares
Orientada pelo professor Luís Urbano

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2018/2019

ao pai,
pelas longas explicações cinematográficas,
à mãe,
pela paciência nas longas explicações.

agradecimentos

ao Professor Doutor Arquiteto Luís Urbano e ao Arquiteto André Eduardo Tavares por me terem acompanhado durante toda a investigação e realização do projeto. Pela incansável disponibilidade e pela partilha de conhecimentos.

ao Arquivo Municipal de Vale de Cambra, em especial ao Sr. Vítor, que disponibilizaram amavelmente, não só todo o material em arquivo relativo ao antigo cinema, como também desenvolveram uma pesquisa de elementos em arquivo fundamentais para o entendimento do contexto histórico do objeto arquitetónico.

à Engenheira Salete, à Engenheira Sandra Rito e à equipa dos Recintos, da Inspeção-Geral das Atividades Culturais (IGAC), que disponibilizaram toda a ajuda e informação em arquivo.

à Câmara Municipal de Vale de Cambra, à Divisão de Ação Social, Desporto, Educação e Cultura, à Exma. Sra. Dra. Vereadora Daniela Silva e à Exma. Sra. Margarida Henriques por toda a sua disponibilidade e amabilidade em fornecer o material necessário sobre o Cinema de Vale de Cambra e toda a disponibilidade para as visitas ao edifício. E ainda à Divisão de Planeamento, ao Exmo. Sr. Armando Ribeiro e à Arquiteta Isabel Bastos pela ajuda do fornecimento da cartografia da cidade de Vale de Cambra.

à Arquiteta Isabel Bastos que sempre se disponibilizou a para ajudar na recolha de informação fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

ao fotógrafo e amigo João Soares Melo por toda ajuda no levantamento fotográfico e pela sua disponibilidade e amabilidade em discutir sobre o tema em investigação.

ao amigo Carlos Bastos por tornar possível as múltiplas visitas ao objeto de estudo.

à Arquiteta Ana Cláudia Brás pela amabilidade em se disponibilizar para conversar sobre os Cine-Teatros, tendo sido extremamente esclarecedor, para além dos concelhos sobre a metodologia de investigação.

ao Exmo. Sr. Engenheiro Carlos Pimentel por toda disponibilidade em conversar e fornecer toda a informação necessária para o desenvolvimento desta investigação.

ao Arquiteto Carlos Prata pela sua disponibilidade em fornecer material sobre o Cine-Teatro de Amarante.

à Sra. D. Ana Maria Bastos pela disponibilidade em conversar e fornecer informação e desenhos do espólio familiar.

ao amigo e engenheiro Miguel Saraiva pela ajuda na criação de soluções para o projeto de reabilitação.

ao Arquiteto Gonçalo Louro que sempre se mostrou disponível em ajudar.

à Raquel, à Inês, à Menino, ao Hugo e à Kika, e a todos os amigos que me acolheram e acompanharam neste percurso e que de alguma forma contribuíram para a construção deste trabalho, ficam as memórias das lágrimas e sorrisos que criámos juntos.

a toda a minha família pelo apoio incondicional, em especial aos meus tios Joaquina e Sílvio pela ajuda na materialização deste projeto.

ao meu irmão Eduardo pela amizade e constante apoio.

e, finalmente, aos meus pais: ao meu pai por todas as críticas construtivas ao longo deste período de investigação, à minha mãe pela paciência como papel de mediador e, acima de tudo, à amizade, ao carinho e por acreditarem nas minhas capacidades e na confiança que sempre depositaram em mim durante esta longa caminhada.

nota prévia.

A presente dissertação está redigida ao abrigo do novo Acordo Ortográfico. Todas as citações utilizadas, e que originalmente se encontravam num outro idioma, foram traduzidas pela autora do presente trabalho de investigação de modo a criar uma leitura contínua. Além disso, algumas das imagens utilizadas foram editadas de forma a acompanhar o desenvolvimento do pensamento, sendo que a sua fonte, ou imagem original, se encontram indicadas no índice de imagens, ou são apresentadas no Volume II desta dissertação, respectivamente.

ALFREDO

Quero animar-te, Toto! Vou contar-te uma história.

(Diz apertando o ombro de SALVATORE. É o sinal para descansar um pouco. Sentam-se na soleira da porta. ALFREDO começa a contar a sua história em que a sua maneira de falar torna-se hipnótica, mágica. Com os olhos perdidos no vazio, é como se as palavras e os pensamentos surgissem de outra dimensão, misteriosa, escondida...)

Era uma vez um rei que deu uma festa e onde estavam as mais belas princesas do reino. Basta, um dos guardas, admirou a filha do rei: ela era a mais bela de todas! O que o fez apaixonar imediatamente por ela. Mas o que poderia um pobre soldado fazer comparado com a filha do rei?!...Um dia o soldado conseguiu encontrar-se com a princesa e dizer-lhe que não conseguia viver sem ela. A princesa ficou tão impressionada com a profundidade dos seus sentimentos que prometou ao soldado 'Se esperares cem dias e cem noites sob a minha varanda, então serei tua.' Meu Deus, o soldado correu e esperou! Um dia, dois dias, dez, vinte... Todas as noites ela olhava pela sua janela, mas ele nunca se mexia. Nem com a chuva, vento, neve, não se mexia! Os passarinhos cagavam nele e as abelhas comiam-no vivo! Depois de noventa noites ele estava magro e pálido e as lágrimas caiam-lhe dos olhos sem que ele as conseguisse segurar. O soldado já nem tinha força para dormir mais. A princesa continuou a observá-lo... E na nonagésima nona noite, o soldado levantou-se, arrumou a sua cadeira e desapareceu!

SALVATORE

Não! Quer dizer, mesmo no final?

(SALVATORE está espantado, estupefacto; o final causou-lhe uma impressão profunda. Eles começam a andar de novo.)

ALFREDO

É verdade, Toto, mesmo no final? E não me perguntes o significado. Se descobrires, diz-me...

SALVATORE

Diabos me levem

(...)

SALVATORE

Agora sei porque é que o soldado fugiu mesmo antes do fim. De verdade, só mais uma noite e a princesa teria sido sua. Mas também, podia não manter a sua promessa. E...isso seria terrível, ele teria morrido por isso. Assim, pelo menos durante noventa e nove noites viveu com a ilusão de que ela o esperava...

(Desta vez é SALVATORE que explica alguma coisa a ALFREDO. E ALFREDO apercebe-se o quão amarga é a sua história e, acima de tudo, que o rapaz que ali estava deixara de o ser...)

ALFREDO

Faz como o soldado, Toto! Parte! Esta terra está amaldiçoada.

(Agora inclinam-se contra o barco na praia. ALFREDO continua sussurrando.)

Quando passas o teu dia aqui sentes-te o centro do universo, parece que nada muda. Por isso, vai embora, um ano, dois... E depois voltas, tudo será diferente. A linha foi quebrada. Não encontrarás quem procuras, as tuas coisas deixaram de existir. Não é o caso?...Tens de partir por algum tempo, por muitos, muitos anos, antes de voltares e encontrares as tuas pessoas outra vez, a terra onde nasceste...Não agora, é impossível. Agora és mais cego que eu.

retirado do filme *'Il Nuovo Cinema Paradiso'* de Giuseppe Tornatore

resumo

O abandono dos cinemas urbanos do século XX é uma consequência da evolução tecnológica e consumista. O novo equipamento que concretizava as ambições do *novo espetáculo* e do movimento moderno, é empurrado para os centros comerciais reduzindo-o às intercidades e aos aglomerados urbanos pós-industriais. É construída uma desertificação cinematográfica, que dificulta o acesso à cultura e acentua o desinteresse dessa indústria pelo seu carácter popular. As grandes edificações novecentistas são agora grandes vazios ao sabor do tempo que lhes oferece nada mais que um *obsoletismo programático*. Assim se expõe o Cinema de Vale de Cambra: um vácuo cultural e urbano. A proposta para a sua reutilização procura a *reaproximação* da cinematografia à comunidade e, por consequência, da comunidade a si própria.

abstract

The abandonment of twentieth-century urban cinemas is a consequence of technological development and consumerism. The new equipment that fulfilled the ambitions of the *new show* and the modern movement is pushed into the shopping malls, moving cinemas to post-industrial inter-cities and urban agglomerations. A cinematic desertification arises, which hinders access to culture, and accentuates the industry's lack of interest in its popular character. The great buildings of the past century are now empty shells, offering nothing more than *programmatic obsoletism*. This is what the Vale de Cambra's Cinema represents: a cultural and urban vacuum. The proposal for its reuse seeks the reconciliation of the cinematography industry with the community and, consequently, of the community itself.

ÍNDICE

12 resumo

13 abstract

19 è morto

27 il cinema

29 do nomadismo para a cidade

37 o cinema, a nação e o mundo

43 o novo equipamento

51 da cidade para a periferia

63 il proiezionista

73 a casa da creatividade

79 o cinema trindade

83 o cine-teatro amarante

91 il nuovo cinema

97 da vila à cidade

105 a cidade de vale de cambra

113 *a modernidade entrou por aí!*

143 o abandono cultural

157 levantamento fotográfico

169 il regalo di alfredo

171 memória descritiva

211 non devi tornare!

219 bibliografia

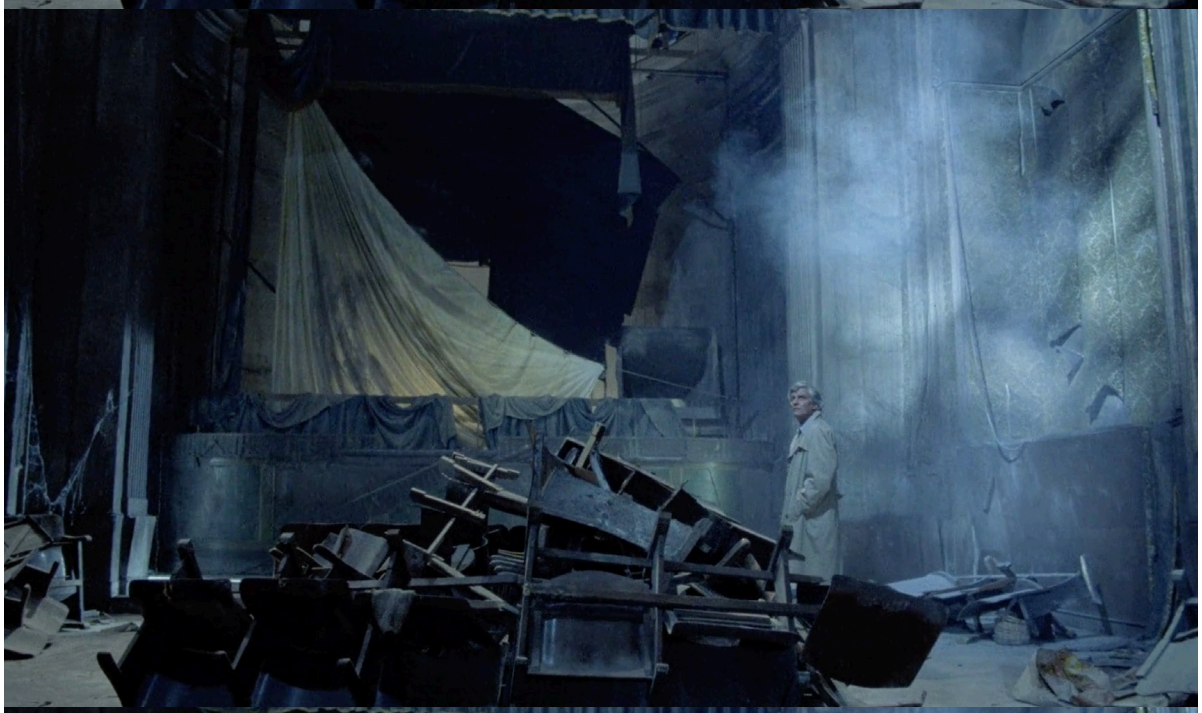
227 índice de imagens

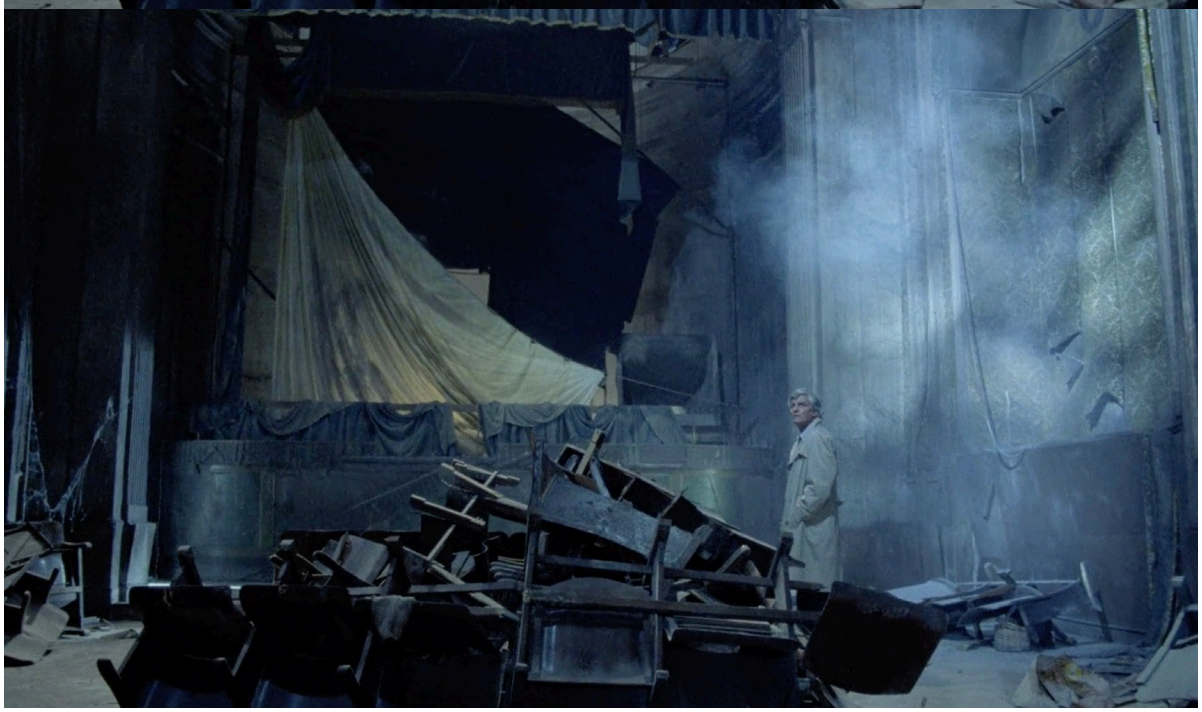
237 anexos

volume II

índice de desenhos







È MORTO

Aos cinco pedia para assistir a um filme naquele cinema da cidade. Estava fechado. Aos dez planeava com amigos ir assistir a um filme à cidade, mas até aos quinze passeava-me pela avenida e questionava-me para quando a sua *reabertura*; e aos vinte, assisti à sua destruição. Agora, aos vinte e três, estudo o abandono e o descuido do equipamento de uma cidade que lutou vinte anos pela sua edificação e levou outros vinte a perceber o prestígio do Cinema de Vale de Cambra.

A partir do *Cinema Paradiso,* do filme *Il Nuovo Cinema Paradiso* de Giuseppe Tornatore, faz-se uma analogia com o cinema da cidade de Vale de Cambra: estuda-se a história de um cinema numa pequena cidade, desde a sua persistente vontade de edificação, passando pelo acolhimento de uma comunidade vendo-a crescer, até ao tempo do seu esquecimento. Na verdade, o final daquele cinema italiano é também associado ao futuro do próprio objeto de estudo desta Dissertação. A partir de uma memória pessoal de um recinto cinematográfico que nunca recebia espectadores e que o seu prestígio valia muito para além das pequenas utilidades que lhe tinham dado nas últimas décadas, surge a tentativa de criar uma última oportunidade para o antigo cinema de Vale de Cambra, de forma a devolver-lhe o prestígio. Todavia, já no decorrer da investigação obteve-se a informação de que a autarquia local, após a compra deste equipamento, tinha o seu futuro detalhadamente definido.

Assim, a destruição do *Cinema Paradiso* evidencia-se como um fim semelhante ao cinema em estudo. A adaptação do objeto arquitetónico a um programa distante daquilo para que foi projetado, procurando ao mesmo tempo, e a todo o custo, apagar toda a memória de um edifício que retém uma quantidade imensurável de recordações daquela cidade, ditam o fim de um símbolo arquitetónico, social e urbano. Não obstante, prosseguiu-se com a investigação de modo a construir uma proposta de reabilitação para o Cinema de Vale de Cambra, que oferece uma nova interpretação ao título do filme e ao consequente título deste trabalho — Cinema Paradiso. Assim, para além de uma simples analogia ao conhecido filme, dá-se sentido a um projeto arquitetónico, que apesar de cuidadosamente adequado e desenhado para aquela cidade, para aqueles espectadores e para aquela pré-existência, não deixa de ser utópico.

O tema vai-se desenvolvendo com uma investigação que é possível dividir em duas fases. A primeira, materializada pelos dois primeiros capítulos, debruça-se sobre o estudo histórico dos cinemas do século XX. Isto é, de que forma foram surgindo, o porquê do seu fascínio e a sua consequente decadência. O facto do seu desenvolvimento estar intrinsecamente relacionado com a Arquitetura Moderna, por ser um fenómeno que acompanha toda a evolução do movimento, a preocupação sobre futuro destes equipamentos que foram abandonados ou demolidos pela incompatibilidade dos mesmos às novas tecnologias, ganha outra

importância. O problema da sua reutilização aborda os diferentes modos de intervir e quais as técnicas utilizadas no seu restauro, oferecem elementos de suporte para o entendimento e desenvolvimento da segunda fase deste estudo. A segunda metade, materializada pelos restantes dois capítulos, foca-se no objeto de estudo introduzindo-o na história da cidade, e do país. Percebe-se o seu prestígio e a sua importância para aquela cidade de outros tempos, mas não só. O estudo sobre a sua contextualização urbana atual mostra a necessidade de um equipamento cultural na cidade, assim a reflexão sobre o que aconteceu a este edifício e de que forma foi utilizado recentemente dá sentido à criação do produto final deste trabalho de forma a evitar a repetição de eventos passados.

O objeto de estudo centra-se na análise do Cinema de Vale de Cambra: construído no final da década de 1960, é a concretização de uma grande vontade da comunidade em edificar um espaço digno para a projeção de filmes. Contudo, neste período adivinhava-se o aparecimento de novas tecnologias que viriam a ser incompatíveis com o novo equipamento da cidade. Ainda assim, a sua inauguração, no início da década 70, cria um enorme entusiasmo na cidade e nas povoações limitrofes, já que acaba por ser considerado um dos melhores auditórios da região destacando-se pelas condições de conforto e o seu acabamento detalhado. A longa espera de mais de 20 anos para a sua construção acabou por ser recompensada pela qualidade espacial do novo cinema. No entanto, foram precisas apenas duas décadas para que fosse encerrado devido à falta de espectadores. A década de 1990 acaba por assistir ao fim do seu funcionamento, à mudança de proprietário e só na primeira década do século seguinte se cria a última oportunidade para a utilização do antigo cinema. A compra do mesmo pela Câmara Municipal acaba por representar a última esperança com o anúncio de um concurso de ideias para a sua reutilização, que deu origem ao tema aqui explorado.

De forma a concretizar um projeto final recorreu-se a uma metodologia de investigação organizada por etapas, que por sua vez se dividem de acordo com as diferentes partes do trabalho apresentado. Num primeiro período elaborou-se um levantamento bibliográfico ao tema dos Cinemas do Século XX, num segundo, para além de um levantamento bibliográfico ao tema do Preservação/Conservação do Moderno, elaborou-se uma seriação de casos de estudo a analisar de forma a servir de exemplo às etapas seguintes. Já num terceiro momento fez-se um levantamento bibliográfico em simultâneo com uma pesquisa em arquivo municipal e dos recintos do IGAC, sobre o objeto de estudo e a cidade em que se insere. Fazem-se ainda visitas ao objeto de estudo para proceder ao seu levantamento fotográfico e conhecer o edifício em detalhe. Por fim, num quarto e último período, organizaram-se as ideias do material recolhido, retiraram-se paralelismos e cruzamentos dos vários casos de estudo de forma a criar a proposta final de reabilitação sobre os desenhos fornecidos pela Câmara Municipal.

Utilizando parte da divisão cénica do filme *Il Nuovo Cinema Paradiso* estrutura-se a exposição deste trabalho de investigação. O presente texto introdutório *È Morto* dá início ao entendimento de uma situação atual dos Cinemas em Portugal. A introdução de novas tecnologias, a deficiente manutenção destes ícones e o seu consequente obsoletismo funcional ditaram o encerramento e a demolição da maioria dos cinemas portugueses. Ir ao cinema deixou de poder ser planeado como uma atividade quotidiana, as suas reduções às grandes superfícies comerciais obrigam a grande parte da população a fazer planos minuciosos para assistirem a um filme de poucas horas. Ver um filme deixou de estar associado ao *ir ao cinema* e associa-se a televisões e dispositivos eletrónicos pessoais, em parte pela falta de proximidade de auditórios. Não obstante, numa posição completamente oposta está *Il Cinema*. O primeiro capítulo está relacionado com o estudo da criação de um novo equipamento na cidade moderna, O Cinema, considerado a catedral do século XX, tem origem muito pragmática e experimental. A partir de espaços que fazem lembrar circos pelo seu nomadismo, evoluem até grandes construções de prestígio que fazem lembrar grandes palácios, ou até catedrais. Pela sua inevitável associação ao Movimento Moderno, reflete-se ainda de que modo estas construções e estes equipamentos são utilizados pelo antigo regime do Estado Novo. Ainda neste primeiro capítulo estuda-se o abandono das principais construções do antigo século e a sua consequente demolição, ou destruição, que devido à falta da sua adaptação às novas tecnologias perdem as audiências do início do novo século.

Il Proiezionista é baseado numa pesquisa bibliográfica alargada aos temas de reabilitação e restauro da arquitetura moderna, procurando-se formas de recuperar os cinemas urbanos. Concentrando-se em três casos de estudo atuais já referidos, expõem-se as diversas atitudes construtivas, arquitetónicas e programáticas relativamente às pré-existências inutilizadas. Procurou-se expor em cada caso os pontos essenciais de cada intervenção para que, mais tarde, servisse de apoio ao produto final do trabalho.

A terceira parte deste trabalho introduz o objeto de estudo e a sua envolvente. Em *Il Nuovo Cinema* introduz-se a história da cidade de Vale de Cambra de forma a contextualizar o leitor nesta área urbana. De seguida, analisa-se a história da edificação, desde a sua tentativa de construção a partir de 1947, passando pelo seu encerramento em 1992, até à proposta de reabilitação da Câmara Municipal de Vale de Cambra, datada de 2017. É ainda exposto o estado atual deste equipamento através de uma descrição e levantamento fotográfico realizado pela autora.

Finalmente, a quarta e última parte, *Non devi Tornare!,* descreve e expõe o resultado final desta investigação, numa proposta de reabilitação para o Cinema de Vale de Cambra que materializa uma intenção em elaborar um programa para esta pré-

existência que melhor se adeque a ela, à cidade e à comunidade que serve. Pela falta de equipamentos culturais no centro urbano, é proposto a reabilitação do principal auditório de forma a receber diversos programas, incluindo o original, devolvendo o espaço cultural à comunidade. Por outro lado, adapta-se o piso semienterrado de forma a oferecer diferentes espaços culturais completamente independentes da grande sala, mas com a possibilidade de funcionamento em simultâneo.

São ainda expostas algumas considerações finais que concluem tanto a investigação teórica como a resposta prática à situação atual do Cinema de Vale de Cambra: a partir das qualidades espaciais ainda presentes na pré-existência, é criada uma oportunidade de ligação direta do objeto de estudo com o seu programa original que está implicitamente conectado com a cidade. A reabilitação deste edifício em paralelo com a do seu próprio programa mostra-se uma atitude essencial para a revitalização de uma área urbana que tem vindo a perder aos poucos a sua população. O objetivo deste trabalho não se esgota na proposta de reabilitação alternativa à existente, mas antes pretende também evidenciar a importância destes equipamentos na cidade.

Por fim, são ainda apresentadas, todas as referências bibliográficas utilizadas, a listagem de todas as imagens e as suas respetivas fontes e, em anexo, expõem-se todas as fontes consultadas em arquivo de modo a completar a informação referenciada ao longo da dissertação.







IL CINEMA

fig. 03 a fachada do Real Coliseu, demolido em 1929

fig. 04 vista do Real Coliseu, demolido em 1929

fig. 05 notícia da estreia do Animatógrafo em Lisboa pelo Diário Ilustrado, anúnciado como o espetáculo da "fotografia viva" é recebido na capital com grande euforia pelos espectadores e pela imprensa nacional.







A photographia com vida

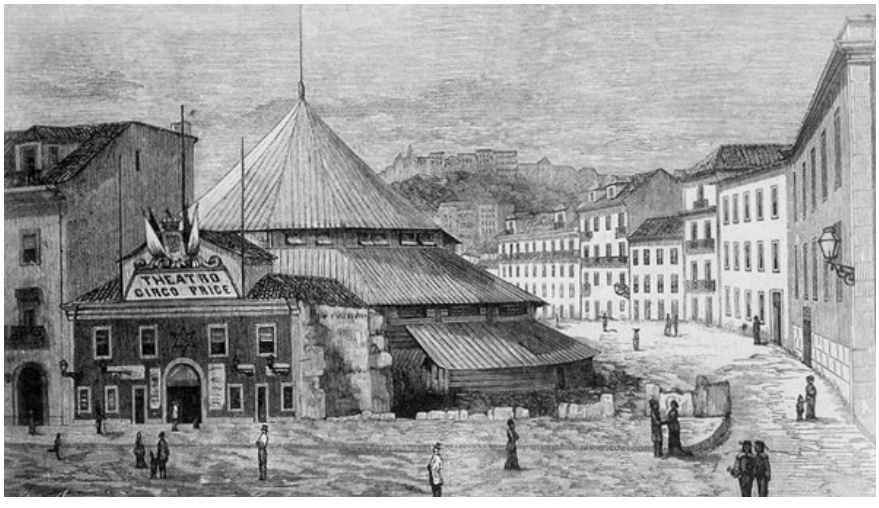
Lisboa tem hoje occasião de assistir á estreia d'uma das maiores novidades que existem no mundo e a mais recente de todas e que até hoje só foi admirada na Europa, em Paris, Londres e Madrid! E' o *Animatographo* ou a photographia com vida a prodigiosa descoberta de Edison, apresentada por Rousby e que fez correr a admiral-a todo Paris, Londres e Madrid.

Esta grande novidade sómente se apresenta em cinco recitas.

Completa o espectaculo a 5ª representação da operetta em 3 actos «O commendador Ventoinha».

A empresa, apesar dos custosos sacrificios que faz, não augmenta os preços dos bilhetes.

fig. 06 Teatro Circo Price em 1860, retrata as *salas* oitocentistas de Lisboa, "*meio circo, meio teatro*". As estruturas rudimentares e sem qualquer desenvolvimento técnico, a sua concepção era feita desenvolvida pela necessidade que se apodera do lugar



do nomadismo para a cidade

Com a revolução industrial são estabelecidas novas relações na civilização contemporânea[1], os tempos livres até então reservados às famílias nobiliárias são finalmente acessíveis às classes trabalhadoras. Com a criação e a introdução das rígidas horas de trabalho, é oferecida ao operariado o tempo para o ócio, *"o lazer surge como contraponto com o trabalho"*[2]. Se, por um lado, as classes sociais mais altas dão continuidade aos próprios costumes oitocentistas (bailes e soirées privadas), do lado oposto está o novo tempo das classes mais baixas sem qualquer tipo de tradição que procuram novas formas do seu aproveitamento. O tempo que restava de um longo dia de trabalho, e, mais tarde a folga semanal ao domingo e as férias pagas oferecem uma melhor qualidade de vida, também ela ancorada a uma melhor formação escolar, que acaba por desencadear uma diversificação de práticas de lazer popular e de oferta de espetáculos para o seu aproveitamento. Reinterpretam-se as atividades relativas ao ócio definindo-se novos espaços de entretenimento. Os grandes palácios da aristocracia são substituídos pela cidade e os seus diversos equipamentos urbanos, procedendo-se à democratização da cultura do lazer. Os teatros acabam por ser o principal entretenimento à escala nacional, com todas as cidades capitais de distrito a terem a sua própria sala até ao final do século XIX. Contudo, a sua organização era feita segundo a estratificação social, ou seja, apesar da presença das diferentes classes sociais num só auditório, os lugares e os preços dos ingressos eram organizados por níveis de estratificação social. Devido à extrema estratificação destes equipamentos, muitas vezes com acessos diferentes para as diferentes classes, leva a que o teatro seja o entretenimento das altas classes sociais, apresentando-se como um momento de lazer que comportava uma importante componente social, representando *"boas ocasiões para ver e ser visto, para se exibir o corpo e o traje"* [3]. No entanto, apesar da enorme conquista do proletariado pelo seu tempo livre, os equipamentos continuavam a não oferecer condições para estas classes mais baixas. Com os lugares reservados nos últimos pisos do auditório que ofereciam uma fraca visibilidade e uma fraca acústica, os lugares que eram ocupados pelas classes mais baixas tinham muito pouca atenção ao desenvolvimento da cena acabando por ser os pequenos espaços como os cafés os prediletos para a concentração de espetáculos e divertimentos, ou simples reuniões sociais.

É neste ambiente que, no final do século XIX, surge o cinema e pela primeira vez é possível ver imagens em movimento projetadas num ecrã. Apresentado como animatógrafo[4] em 1896 e integrado num espetáculo, realiza-se a primeira projeção nacional no antigo Real Coliseu da Rua de Palma, em Lisboa. A receção é feita com um grande entusiasmo e aceitação social e, apesar da curiosidade que atraia a atenção de todos, os primeiros espetáculos são apresentados em qualquer sítio e em qualquer lugar, adaptando-se aos espaços de grandes concentrações, como feiras, circos e até as salas de espetáculos já existentes fazendo parte da sua

1. *"Com o aparecimento da máquina, ou mais exactamente da técnica com as suas possibilidades de reprodutibilidade mecânica e industrial, estabeleceram-se novas relações na civilização contemporânea entre as artes e as actividades técnicas. A relação Arte/técnica parecia então opôr sentimento e razão, e nesse sentido separa função técnica e estética." In* TOSTÕES, Ana, *A idade maior: cultura e tecnologia na arquitectura moderna portuguesa.* Porto: FAUP Publicações, 2015. (FAUP Publicações), p. 45.

2. SILVA, Susana Constantino Peixoto da, *Arquitectura de cine-teatros: evolução e registo, 1927 1959: equipamentos de cultura e lazer em Portugal no estado novo*. Coimbra: Almedina, 2010. (Cidades e arquitectura), p. 17.

3. Idem, ibidem, p. 20.

4. *"De um modo geral 'cinematógrafo' ou 'animatógrafo' passaram a ser designações comummente utilizadas em Portugal para a referência não só às máquinas de projecção mas também às salas de espetáculos, ainda que por vezes não correspondam exactamente ao aparelho em questão." In* Idem, ibidem, p. 22.

5. *In* ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX*. Lisboa: Bizâncio, 2012, p.25. *In 'Júlio César Machado no Oeste',* antologia de textos organizada por Victor Wladimiro Ferreira, Bombarral, Câmara Municipal do Bombarral, 1996.

6. ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX*. Lisboa: Bizâncio, 2012, p. 25.

fig. 07 Chiado-Terrasse, 1911, primeira construção concebida exclusivamente para a projeção de filmes

fig. 08 fachada do Chiado-Terrasse, 1908

fig. 09 interior do Chiado-Terrasse, 1911







programação, mas sem qualquer autonomia, eram "*meio circo meio teatro*"[5]. Até ao início do século seguinte a mais recente tecnologia resume-se a um espetáculo de feira, com preços muito acessíveis e em espaços improvisados *"fruto das mais variadas iniciativas e da falta de uma ação concentrada do que realmente se desejava fazer"*[6]. O grande entusiasmo do público focava-se numa novidade nunca antes vista e não na qualidade do espetáculo: a luz de projeção era intermitente, as cópias deterioravam-se rapidamente e a cadência das imagens projetadas, na maioria das vezes, era projetada a uma velocidade superior à filmada, aspetos que tornam o espetáculo cansativo mesmo com uma duração não superior a três minutos. Distanciando-se do espetáculo que encontramos hoje nas nossas salas, o cinema chega a todo o país pelo seu carácter nómada com estruturas não permanentes resumidas a barracões *"com paredes de madeira e cobertura assente em pilares de ferro que disseminavam por toda a sala"*[7] ou tendas montadas em pavimentos de estrada e bancos corridos. A falta de condições e conforto não impedem a difusão do cinema, estas estruturas acabam por se mostrar extremamente versáteis para a sua divulgação e acabar por se tornar o entretenimento mais popular.

O novo espetáculo ganha cada vez mais audiências atingindo um número cada vez maior de público e de populações levando ao desenvolvimento de novas salas de espetáculos concebidas especificamente para o espetáculo cinematográfico. Na viragem do século e durante os seus primeiros anos, os salões assinalam a transição do nomadismo do cinema para a sua sedentarização, com o Salão Ideal a inaugurar, em 1904, a primeira sala especificamente concebida para a projeção de filmes. São dados os primeiros passos em direção ao espetáculo como conhecemos, mas sem grandes inovações. Associado a estes salões está o reflexo de um passado nómada comum às feiras e aos circos e, por isso, não passam de adaptações destas estruturas a espaços vazios existentes na malha urbana. Só em 1904 com a inauguração do Salão ideal se abre o caminho para a criação de espaços especialmente concebidos para o efeito com alguma estabilidade. É também neste espaço que se dá o primeiro passo em direção ao cinema sonoro com o animatógrafo falado, em que o proprietário colocava um grupo voluntário atrás do ecrã que faziam *"falar as fitas"*[8]. No entanto, são precisos quatro anos para ser inaugurado o primeiro edifício estruturalmente concebido para o espetáculo cinematográfico. O Chiado Terrasse, localizado na Rua António Maria Cardoso, é inaugurado em 1908 e em pouco tempo passa a ser a sala favorita dos Lisboetas abrindo o caminho para as construções feitas especificamente para cinemas. O seu auditório era composto por um balcão paralelo ao ecrã sem o prolongamento lateral que era comum dos auditórios dedicados ao teatro *"que só vinte anos depois seria perfeitamente entendida"*[9]. A verdade é que os novos edifícios que se dedicam à exploração do novo programa inauguram também uma grande questão: como deveriam ser desenhados os novos equipamentos de lazer? Ao contrário

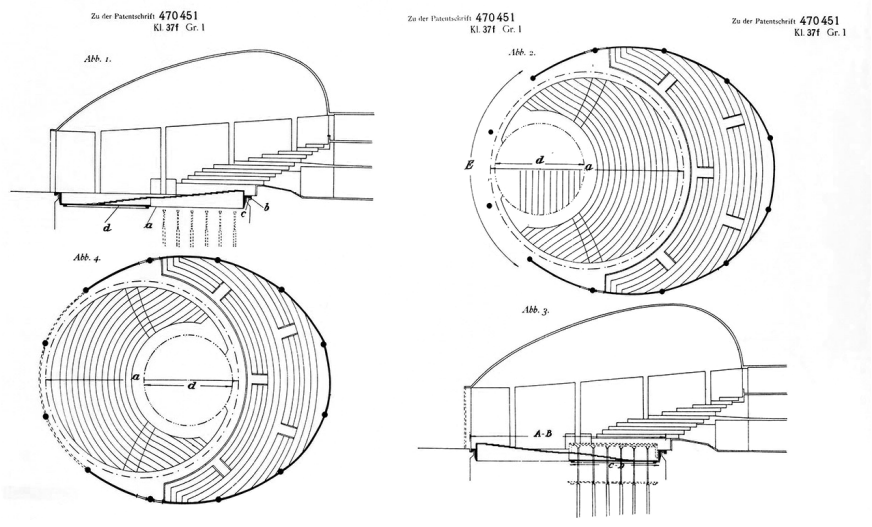
6. ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX*. Lisboa: Bizâncio, 2012, p. 25.

7. Descrição do antigo Real coliseu da Rua de Palma por Margarida Acciaiuoli em *Os cinemas de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX*. Lisboa: Bizâncio, 2012, p. 25.

8. ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX*. Lisboa: Bizâncio, 2012, p. 50.

9. Idem, ibidem, p. 54.

fig. 10 Desenhos do projecto de 1927 The Total Theatre do arquitecto Walter Gropius.



do Chiado Terrasse, as primeiras criações acabam por ser simples adaptações do modelo do teatro. Considerados os cinemas de transição, preservam alguns elementos teatrais como os camarotes, o proscénio e o fosso da orquestra o que lhes garantia uma adaptação aos diferentes espetáculos acabando por lhes retirar, de certa forma, a autonomia até aqui alcançada. Contudo, o teatro para além de oferecer o espaço mais conveniente à adaptação do cinema, também ajudou a sua divulgação. Com o surgimento do animatógrafo era uma prática recorrente a integração do cinema no espetáculo teatral e, em muitos casos, com o decorrer do tempo e com o lucro proveniente do espetáculo cinematográfico são convertidos exclusivamente a ele. Porém, apesar do seu êxito desta estratégia acaba por ser um processo complexo e com muitas condicionantes, desde a localização[10] da cabine de projeção, passando pela inutilidade dos espaços atrás do proscénio e um auditório que agora obriga a completa escuridão, até à necessidade de garantir uma evacuação fácil e rápida[11] a conversão de teatros em cinemas ao longo dos anos e com a evolução mecânica torna-se cada vez mais difícil de concretizar. Rapidamente se torna percetível a raiz dos problemas, a essência de ambos os espetáculos é, de facto, muito diferente, o cinema não tinha a mesma atmosfera do teatro, são espaços mais densos (de forma a manterem os preços acessíveis e característicos de um espetáculo popular) que obriga a um afastamento da tela e um ângulo de visão o mais perpendicular possível ao plano do ecrã de modo a não distorcer a imagem projetada, exatamente o oposto das necessidades do teatro.

A partir da primeira década do século XX o cinema passa a revelar uma importância notória sendo o entretenimento mais procurado pelo público. Esta liderança não se resumiu a uma consequência do próprio espetáculo, mas uma consequência das mudanças do contexto social que alteraram inevitavelmente as preferências do público. Ao ser projetado para o primeiro lugar das preferências das audiências, acaba por surtir um efeito de desinteresse nos restantes espetáculos. O teatro, extremamente estratificado e sem qualquer reação ao desenvolvimento social, sente um forte decréscimo nas audiências, a primeira crise do teatro acaba por ser explorada pelos jornais da época como um efeito causado pelo aparecimento do cinema e defendem a introdução de novas arquiteturas no espetáculo como a solução para inverter o seu declínio, porém seria necessário muito mais que isso. O antigo espetáculo precisava de defender uma nova estratégia, facilitar a produção de performances modernas e ser acessível a todos os estratos sociais. Os problemas relativos à visibilidade, intervalos demasiado longos entre cenas e o espaço extremamente hierarquizado leva ao cinema a ultrapassá-lo pelo simples facto de, num primeiro momento, se mostrar um entretinimento popular e, num segundo momento, resolver as questões de visibilidade e acústicas do auditório. Segundo Auguste Perret[12], a catástrofe do teatro não se resume à sua arquitetura, mas aos empresários que não sabiam qual o rumo a seguir e, do mesmo modo que a fotografia não matou a pintura[13] também o cinema não era uma ameaça para o

10. Este elemento obrigava a criação de um ângulo correcto para o feixe de luz completamente desobstruído e assegurar a segurança contra incêndios devido ao elevado risco de combustão do material de projecção obrigando a um desenho próprio que em nada ajudava à sua adaptação.

11. De modo a permitir uma evacuação deste carácter torna-se necessário criar um maior número de saídas de emergência, o que, mais tarde, acaba por orbrigar a localização dos novos edifícios em sítios estratégicos da cidade que oferecessem a maior abertura possível.

12. O arquitecto Francês defende que a crise do teatro não se desencadeou exclusivamente pelo aparecimento do cinema, mas pela criação de um espetáculo que atendia às necessidades dos seus espectadores. Na célebre frase *"photography had not killed painting"*, presente no artigo *"Le Théâtre de Demain"* na revista *"L'Architecture d'Aujourd'hui"*, estabelece um paralelo entre os dois espetáculos e expôr a necessidade da reforma do teatro.

13. *In* PERRET, Auguste, *Le Théâtre de Demain, L'Architecture d'Aujourd'hui* no. hors de série (1931), pp. 98,99. *In* ALVES, Joana de Almeida Gouveia, *Permanence and Persistence: Conception, Construction and conversion of Modern Cinema Theatres (1910 - 1939)*. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Lisboa; Lausanne: [s.n.], 2014, p. 118.

14. ALVES, Joana de Almeida Gouveia, *Permanence and Persistence: Conception, Construction and conversion of Modern Cinema Theatres (1910 - 1939)*. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Lisboa; Lausanne: [s.n.], 2014, pp. 134–139.

teatro. A falta de capacidade na utilização de novos equipamentos mecânicos e de reagir a uma nova narrativa criada pelo cinema é a verdadeira razão para a perda de audiências. Geram-se assim novas interpretações sobre as diferenças entre dois espetáculos, em 1922, num novo artigo[14] defende-se que no teatro a ilusão é criado pelo envolvimento do público no espetáculo e os atores são transportados para além da moldura, no cinema a ilusão é criada por diferentes camadas — a transição dos vestíbulos para o mundo do espetacular (o auditório) e o filme que leva os espectadores para outro mundo. Por outro lado, defende-se que enquanto que a ilusão separa o desenho do teatro e do cinema, isto é, enquanto que o primeiro o recusa, o segundo exige-o, este argumento exposto num artigo[15] baseado no projeto de Walter Gropius para o The Total Theatre, de 1927. Para esta obra, o arquiteto defende o desprovimento de todos os elementos relativos ao teatro, acreditando que acima de tudo o espectador deve estar dentro de um filme de ação e *"nunca a observar um postal com personagens cinematográficas"*[16]. Apesar de todas as diferenças apontadas, e por mais que o teatro procura-se a sua reforma, o espetáculo cinematográfico acaba por ter uma das maiores vantagens sobre o teatro que nunca lhe será possível de adaptar. A verdade é que o cinema representa um *"meio inédito e um suporte ideal para a produção e a difusão em massa"*[17], ou seja, depois de criado um filme é possível criar um número ilimitado de cópias a partir do negativo, diminuindo os custos de produção com lucros assegurados pelos circuitos de exibição. Esta vantagem acaba por não ser única no aspeto económico do entretenimento, mas para uma qualidade de espetáculo que o teatro dificilmente consegue atingir em lugares mais remotos e ruralizados, onde as peças eram adaptadas por circuitos de companhias amadoras. Com o cinema as adaptações passam a ser desnecessárias, o elenco e o espetáculo originais são levados a tudo e a todos através de cinemas ambulantes e pelos negativos que viajam de sala em sala.

Entre a segunda metade da década de 1920 e início da década seguinte é introduzido o filme sonoro a nível internacional e nacional, concretizando a vontade da sincronização do som com a imagem. Este grande objetivo que se tenta alcançar desde as primeiras projeções, leva os atores e os músicos a narrar as imagens projetadas diretamente para a audiência, interpretando com o maior realismo e sincronismo possível os ruídos necessários, numa técnica que é apelidada pelo Salão Ideal de *animatógrafo falado*[18]. A vontade de associar o som à imagem leva à criação de composições para filmes, ou compilações de compositores famosos de forma a adaptarem-se à narrativa, estas experiências acabam intensificar as emoções através do som, numa estratégia ainda hoje utilizada pelos produtores cinematográficos. Em Portugal, o primeiro filme sonoro estreia-se em 1930 no Royal Cine, um pequeno cinema de bairro lisboeta e, só um ano mais tarde é estreado o primeiro filme sonoro português, A Severa, de Leitão

15. *In* LEPAGE, Julien, *Tendances Actuelles Dans La Construction Des Salles de Spectacles*, L'Architecture d'Aujourd'hui no. 7 (September 1933): 3–5. *In* ALVES, Joana de Almeida Gouveia, *Permanence and Persistence: Conception, Construction and conversion of Modern Cinema Theatres (1910 - 1939)*. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Lisboa; Lausanne: [s.n.], 2014, p. 118.

16. *In* GROPIUS, Walter, *Le Théâtre Total, L'Architecture d'Aujourd'hui* no. 28 (1950), pp. 12–13. *In* ALVES, Joana de Almeida Gouveia, ibidem, p. 118.

17. GEADA, Eduardo, *O cinema espectáculo*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 52.

18. Idem, ibidem, p. 50.

Barros, no teatro São Luís. As longas metragens sonoras acabam por confirmar o sucesso nos hábitos dos portugueses. Maioritariamente explorado pelas salas de teatro adaptadas ao espetáculo cinematográfico, era uma prática recorrente que implicava um cumprimento de leis rigoroso, que com o cinema sonoro acabam por se intensificar obrigando a intervenções profundas de adaptação ao cinema. Assim, durante a década de 1930, algumas das salas que ofereciam tanto o teatro como o cinema acabam por se converter exclusivamente à atividade cinematográfica intensificando o conflito entre os dois entretenimentos:

"Segundo dados referidos por João Bernard da Costa, entre 1927 e 1931 regista-se o maior número de salas de teatro que se adaptaram ao cinema alcançando só em Lisboa, um total de doze salas. Se até ao momento as salas de cinema não iam para além dos 700 lugares (...) a conversão das grandes salas de teatro, com as suas lotações entre os 1200 lugares do S. Luís e os 2000 do S. João, dotou o cinema de uma nova capacidade."[19]

Todavia este movimento vai para além das grandes cidades de Lisboa e do Porto, as principais salas de cada distrito vêem as suas salas adaptadas ao cinema oferecendo não só uma nova forma de entretenimento, mas um meio de comunicação pelo país inteiro. *"Num país profundamente ruralizado, com poucas e pequenas cidades e limitados meios de comunicação, o cinema era, assim, um meio de comunicar"* [20] transformando as novas salas de cinema em pontos de encontro, marcando a mudança de costumes em que o cinema era a atividade principal. A denominação 'animatógrafo' é posta de lado e passa a ser conhecido por 'cinematógrafo', o resultado da sua popularidade ascendente que representa um ponto de viragem relativamente à realidade experienciada e ao novo valor da imagem como verdade absoluta. Numa época em que é introduzida a industrialização nos hábitos da sociedade, o som e a imagem compõem a *"mecanização e industrialização das formas de divertimento"*[21] tornando possível a massificação que aproxima os diferentes tipos de público. Esta aproximação consequente do espetáculo cinematográfico com carácter informativo, é generalizado pelo aperfeiçoamento da sincronização do som e da imagem atraindo para as salas de cinema um leque cada vez mais alargado de pessoas de diferentes estatutos sociais, e, finalmente, o fascínio do cinema dá lugar ao prestígio em que *"o espectador sonoro do cinema mudo passará a ser o espectador mudo do cinema sonoro"*[22]. Discutiam-se os prós e os contras do cinema, se por um lado, se chega à conclusão que o cinema favorecia o adultério e a corrupção das jovens[23], por outro, rapidamente se descobre, e se percebe, o poder deste espetáculo como meio de comunicação e de difusão de imagens. Assim, em Portugal, o cinema está diretamente relacionado com a proliferação dos ideias do novo regime que encontra nele uma das bases propagandísticas.[24]

19. SILVA, Susana Constantino Peixoto da, *Arquitectura de cine-teatros: evolução e registo, 1927 1959: equipamentos de cultura e lazer em Portugal no estado novo*. Coimbra: Almedina, 2010. (Cidades e arquitectura), p. 27.

20. Idem, ibidem, p. 28.

21. *In* CSERGO, Julia, *Expansão e mutação do lazer (...) In* CORBIN, Alain, *História dos Tempos Livres*. p. 187. *In* SILVA, Susana Constantino Peixoto da, ibidem, p. 30.

22. GEADA, Eduardo, *O cinema espectáculo*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 52.

23. *"O escândalo era constatar que as mulheres e os jovens iam ao cinema sem se fazerem acompanhar pelo respectivo chefe de família, expondo-se assim aos perigos da sala escura e ao contacto com desconhecidos. Era inadmissível que os melhores herdeiros da classe média se deixassem envolver por um espetáculo até então quase só reservado a frequentadores de taberna e a mulheres de má fama." In* Idem, ibidem, pp. 52-53.

24. SILVA, Susana Constantino Peixoto da, ibidem, p. 31.

fig.16 vista nocturna do Cinema Tivoli

o cinema, a nação e o mundo

Acompanhando o mesmo pensamento dos principais estados totalitários europeus, a propaganda do antigo Estado Novo defendia uma identidade nacional baseada em valores e acontecimentos históricos apoiada num discurso de uma sociedade reorganizada estruturalmente através dos interesses económicos, industriais ou profissionais que condicionam a participação do cidadão na vida cívica acabando por criar uma estrutura política hierarquizada a partir da figura do chefe de estado, moldando os valores da sociedade:

"(...) tentará educá-la [a sociedade] a um discurso e formá-la imperativamente na moral nacionalista, corporativa e cristã que haveria de presidir à política, às relações de trabalho, aos lazeres, à vida em família, à educação dos jovens ou à cultura em geral."[25]

Concomitantemente à aprovação da constituição de 1933 institucionaliza-se a estrutura propagandista através da criação do Secretariado de Propaganda Nacional, o SPN. A sua função era definir a imagem do regime com a materialização de valores que definiam uma unidade nacional e a imagem de um líder através da significação das obras do regime assegurando que a imagem que chegava à população era de um estado moderno dedicado às artes e às letras. O modelo inspirado no exemplo italiano de propaganda e as visões de cultura definidos por outros países europeus, leva o SPN a realizar inúmeras exposições artísticas e etnográficas, festas tradicionais, festivais populares... tendo em vista a criação de uma identidade nacional reconhecível, a imagem de Portugal fundamentalmente ruralista, popular e tradicionalista. Em 1944, o SPN passa a chamar-se Secretariado Nacional da Informação, Cultural Popular e Turismo (SNI), concentrando nele diversas funções que estavam espalhadas por diferentes organismos, como os Serviços da Censura que são alargados a todos os meios de informação e tipos de espetáculo. Entre os meios de propaganda, o cinema é considerado um dos principais instrumentos na transmissão de mensagens ideológicas e da ação do regime. António Ferro[26] compreende que a missão de criar uma imagem do país torna-se facilitada com a utilização do cinema como meio de difusão destas mensagens. Contudo, a criação de documentários de propaganda, ou a adaptação de filmes nacionais não era suficiente, era necessário levá-los ao maior número de pessoas e, por isso, em 1935 o antigo secretariado cria o Cinema Ambulante que levava estas 'obras' cinematográficas por todo o país. No primeiro ano chega apenas a 96 povoações, mas dez anos depois anuncia 2.640 cidades, vilas e aldeias, tornando-se um dos principais (e mais eficazes) meios de propaganda por não existir a necessidade de edificação de recintos específicos à sua exibição. Sobre estes espaços a regulação sobre o licenciamento, construção e fiscalização de todos os recintos destinados a espetáculos públicos têm uma

25. *In*, ROSAS, Fernando, *As grandes linhas da evolução institucional. In* ROSAS, Ferando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. *In* SILVA, Susana Constantino Peixoto da, *Arquitectura de cine-teatros: evolução e registo, 1927 1959: equipamentos de cultura e lazer em Portugal no estado novo*. Coimbra: Almedina, 2010. (Cidades e arquitectura), p. 141.

26. Foi o primeiro director do SPN e procura a criação de uma arte nacionalista, para isso defende as vanguardas artísticas e novas gerações encomendado directamente e criando Exposições de Arte Moderna, contudo nunca esquecendo os valores nacionais e tradicionalistas.

legislação própria regulada pela Inspecção-Geral dos Espetáculos, criada em 1929 pelo Ministério do Interior. A fiscalização, no entanto, não se resumia aos espaços, tudo aquilo que era exibido era alvo de uma rigorosa fiscalização sendo punível *"a exibição de espetáculos ou filmes considerados contra a moral, ou bons costumes, a educação do povo e as instituições vigentes"*[27]. Contudo, a censura cinematográfica ia para além da legislação, em 1944 os Serviços da Censura criam os fundos do Cinema e do Teatro, que se propunham a estimular a produção e realização de filmes portugueses, mas como é possível de imaginar estes 'apoios' representam principalmente um grande entrave à criação artística, sendo mais um meio de controlo de produção e não um meio da sua expansão como é proposto. O acesso a estes fundos estava dependentes do cumprimento de várias regras muito precisas que compunham a definição do filme português à luz do regime: *"representativo do espírito português, quer traduza a psicologia, os costumes, as tradições, a história, a alma coletiva do povo, quer se inspire nos grandes temas da vida e da cultura universais"*[28]. Apesar da utilização dos meios necessários à censura ter apresentado um entrave à criação de novas obras cinematográficas, do lado oposto estava a divulgação e os espaços necessários para a sua projeção, estes sujeitos a uma liberdade criativa de edificação que acabam por não sofrer de uma intervenção direta na criação dos espaços cinematográficos ou teatrais, mas antes de um condicionamento conceptual através de mecanismos legais.

É nos equipamentos públicos que o Estado Novo encontra mais uma forma de transmitir as suas ideologias. Estas construções que procuravam os novos estilos utilizados e desenvolvidos na restante Europa, acabam por misturar esta vontade com os ideais do regime fascista que defende a autoridade, a ordem, o culto da nação e a tradição. É importante perceber que as primeiras décadas do século XX importam não só ao cinema, mas também ao desenvolvimento do Movimento Moderno da arquitetura. Fundamentado numa tentativa de se afirmar como uma rutura profunda com o passado, sobretudo oitocentista que se baseava em caricaturas de imagens clássicas, a arquitetura moderna combate uma *pseudo-monumentalidade*[29] de forma a dar origem a uma nova sociedade automatizada e capaz de responder aos problemas modernos. Divido em dois tempos, a monumentalidade começa por ser esquecida nos primeiros anos do desenvolvimento do Movimento, só será abordada a sua importância durante o quinto Congresso Internacional de Arquitectura (CIAM) e só depois da II Guerra Mundial é exposta a importância da criação de uma nova monumentalidade. A importância dos equipamentos na questão da monumentalidade está assente na ideia de que são os espaços que expressam uma ideia de representação, em que a comunidade se revia e expressava um *Zeitgeist*, o espírito do tempo entendido por todos:

27. SILVA, Susana Constantino Peixoto da, ibidem, p. 39.

28. Idem, ibidem, p. 40.

29. TOSTÕES, Ana, *Em direcção a uma nova monumentalidade: os equipamentos culturais e a afirmação do movimento moderno. In* Seminário DOCOMOMO, *Equipamentos e infra-estruturas culturais, 1925-1965.* Porto: Docomomo ibérico, 2001. Bilingue, p. 18.

30. SERT, José Luís, LÉGER, Fernand, GIEDION, Sigfried, *Nove Pontos Sobre a Monumentalidade (1943)*, p. 306. *In*, FERNANDES, José, (coord.), *Teoria e crítica de arquitectura: século XX*. Sert, José Luís, Léger, Fernand, Giedion, Sigfried, *Nove Pontos Sobre a Monumentalidade (1943)*, p. 306.

"A população quer que os edifícios que representam a sua vida social e comunitária não se limitem a preencher requisitos funcionais. Deseja que os edifícios satisfaçam as suas aspirações de monumentalidade, de alegria, de orgulho e de emoções."[30]

Porém, enquanto que o Movimento Moderno se afasta deste assunto e se foca no problema da habitação para, a partir dela, chegar a questões mais abrangentes como a cidade e o urbanismo, a situação portuguesa, acaba por se desenvolver num contexto particular. Por um lado, o debate da arquitetura portuguesa no início do século XX procura a aproximação ao modernismo e ao discurso da arquitetura europeia, mas por outro persiste a tradição e na procura de um *modelo arquitetónico próprio*[31], compondo o binómio vanguarda e tradição que caracteriza a arquitetura moderna portuguesa do início do século. Contudo, o que distingue as duas posições tomadas (a portuguesa e europeia) vai para além da opção estilista, se no contexto internacional a monumentalidade é radicalmente rejeitada, em Portugal a encomenda pública é influenciada por uma procura representativa do poder ditatorial. Por outras palavras, fora do território nacional programa da habitação torna-se o centro da atenção, enquanto que cá dentro os equipamentos afirmam-se com o apoio, suporte e encomenda do estado que procura a sua própria linguagem. Sem se perceber as ideologias modernas internacionais avança-se para uma procura de uma marcação simbólica dando continuidade ao pensamento tradicional do sistema das Beaux-Arts:

"Cumprindo um desiderato político de diferente sentido, colocando-se no serviço de um estado totalitário fascizante, não foi capaz de integrar nem de entender a radicalização ideológica das premissas do Movimento Moderno internacional, que se empenhavam na afirmação de uma racionalidade definitiva. E, assim se esgotando e reduzindo a uma componente formal, constituindo-se apenas como veículo de uma marcação simbólica estabelecida na continuidade com sistemas das Beaux-Arts e do urbanismo tradicional."[32]

Para além da criação[33] dos monumentos nacionais[34], as grandes obras públicas têm como objetivo a construção da história consciente de um futuro e afirmação do seu próprio tempo. Existia uma abertura limitada à inovação arquitetónica, estabelecendo uma dicotomia entre a ação arquitetónica e as obras públicas: por um lado *"dotar o país tão carenciado de novos equipamentos públicos e, simultaneamente afirmar, de modo mais mediático e perene, a imagem de um "novo" regime"*[35], acabando por definir o movimento paradoxal do primeiro modernismo em Portugal. O ciclo modernista português nas primeiras décadas do século XX pode ser definido por um gosto por *Art Déco* que surge em meados dos anos

31. NORAS, José Raimundo, *Amilcar Pinto: Um arquitecto Português*, vol.1. Coimbra: Faculdade de Letras da Universiade de Coimbra, 2011, p. 14.

32. TOSTÕES, Ana, *Em direcção a uma nova monumentalidade: os equipamentos culturais e a afirmação do movimento moderno. In* Seminário DOCOMOMO, *Equipamentos e infra-estruturas culturais, 1925-1965.* Porto: Docomomo ibérico, 2001. Bilingue, p. 18.

33. *"(...) foram criados pelo Decreto nº 16.791, de 30 de abril de 1929, no seio do, então, Mnistério do Comércio e Comunicações, com o intuito de reunir os serviços de obras de edifícios e monumentos nacionais." In* NETO, Maria João Baptista, *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais: 1929-1960*, 1ª ed. Porto: Faup Publicações, 2001. 362 p.: il.; 28 cm. (Série 1: Ensaios; 10). Ed. brochada, p. 13

34. Para além da centralização de todas as obras públicas do país, os Monumentos Nacionais passam a ter um papel fulcral na divulgação dos modelos das correntes internacionais do Movimento Moderno.

35. TOSTÕES, Ana, ibidem, p. 19.

36. Idem, ibidem, p. 19.

vinte e evolui para um modernismo experimental e tendencialmente monumental condensado na década de "Ouro" das obras públicas. Caracterizado pelo interesse formal e do valor da imagem que antecedia a procura do funcionalismo programático, está assente nos valores da composição do gosto *beauxartiano*[36], desenvolvendo-se numa tendência de depuração das formas, crescente recusa da ornamentação e procura de volumes puros que estão associados ao Estilo Internacional e à introdução do novo material construtivo — o betão armado. A nova geração de arquitetos que apostava na renovação linguística, mas sem a integração dos princípios ideológicos do Movimento Moderno permite à ditadura, também ela interessada nesta renovação, afirmar o mito da sua efémera atualidade o que possibilitou um período de grande produção construtiva de equipamentos públicos modernistas pondo em suspenso a procura historicista e regionalista, dando lugar a uma crescente utilização de modelos internacionais. Os equipamentos públicos marcam sem dúvida esta época e os Cine-Teatros são um dos principais equipamentos a serem construídos em todo o país como elemento representativo do regime, dando a hipótese a esta geração de explorar novas linguagens arquitetónicas.

A liberdade de conceptualização aplicada aos Cine-Teatros permite a utilização de novos métodos construtivos e estruturais. A introdução do betão armado, considerado o *material moderno*[37] por excelência, evolui para a sua utilização em larga escala com a construção de novos cinemas. O que inicialmente começa por ser a procura de um material que obedece à nova lei contra incêndios dos edifícios cinematográficos, acaba por resultar numa relação inseparável entre o novo equipamento e o novo material e numa imagem representativa da arquitetura do século XX. Assim, simultaneamente ao processo de procura de uma arquitetura moderna nacional, desenvolve-se um desenho adequado a um novo programa, dois ciclos que acabam inevitavelmente por se encontrar e complementar. Um primeiro momento da construção de salas caracteriza-se pela adaptação do edifício e pela modernização da fachada através da substituição dos métodos construtivos tradicionais pelo betão armado, permitindo uma maior liberdade conceptual. Contudo, o tom festivo e inaugural de um novo movimento é amenizado num segundo momento com o distanciamento da arquitetura praticada na década de trinta, que dá origem ao "português suave". É a partir da década de 1940 que se assiste a uma linguagem própria que se estende para além destes equipamentos, unificando os paradigmas modernos a uma linguagem arquitetónica do antigo regime.

37. CALDAS, João Vieira, *Fragmentos de um discurso moderno. In* Seminário DOCOMOMO, *Equipamentos e infra--estruturas culturais, 1925-1965.* Porto: Docomomo ibérico, 2001. Bilingue, p. 99.

o novo equipamento

As salas de espetáculo e nomeadamente os cinemas são as edificações que melhor representam o contexto das construções dedicadas à cultura e ao lazer do Movimento Moderno[38]. Até à década de 50 e 60, a sul da Europa são construídas grandes salas, independentes de outros programas e com uma forte marcação na cidade. No entanto, durante o mesmo período, na Europa Central, são desenvolvidas novas estratégias de marketing em que se exploram desde cedo os multiplex e a coexistência do cinema com outros programas, como o comércio, habitação ou escritórios. No caso português, estas obras, geralmente de iniciativa privada, ganham uma grande importância através da sua presença urbana que é protagonizada por edifícios de prestígio, que acabam por representar o seu próprio século e *um divertimento e um acontecimento social*[39]. Com a crescente admiração pelo espetáculo cinematográfico associa-se o crescimento das exigências com a segurança e o conforto dos espectadores. Se as primeiras salas eram concebidas segundo uma simplicidade conceptual e construtiva, associadas a um passado nómada que se focava exclusivamente na projeção cinematográfica, com as recentes exigências de segurança e de conforto dos espectadores, as novas salas, localizadas em bairros de luxo, são concebidas com uma nova complexidade associada ao gosto pelo fausto e pela imponência na cidade.

A introdução do sonoro, a criação de novos maquinismos e as novas necessidades que o espetáculo exigia obrigam à reforma das antigas salas[40]. O avanço mecânico garante finalmente uma projeção com maior estabilidade, os filmes com duração de minutos passam a ter uma duração de horas, rentabilizando exponencialmente o negócio cinematográfico. Por se desenvolverem durante mais tempo, a sua divulgação é mais lenta o que possibilita alargar a sua exibição a várias semanas. Avança-se para os primeiros tempos em que se perpetuam para sempre películas, atores e músicas, a frequência às salas aumenta e, consequentemente, a escala dos auditórios aumenta proporcionalmente, muitos deles chegam a aumentar até *três vezes de tamanho*[41] passando de audiências de pouco mais de trezentos lugares para uma lotação que ultrapassava os mil lugares. O avanço, porém, não se restringe ao auditório, as fachadas também recebem uma nova atenção: a introdução do néon, oferece uma nova identidade ao próprio edifício, as simples *casas de cinema começam a fazer parte do próprio espetáculo*[42] e transformam a vida noturna da cidade.

Em Lisboa, o Cinema S. Jorge é inaugurado como a primeira edificação exclusiva à projeção de filmes na zona nobre da cidade, nele a estrutura moldou-se não só às exigências do espetáculo como também à notoriedade da artéria onde foi erigido marcando o início de uma época de construções que atentam na malha urbana e numa imagem focada num edifício de prestígio e representativa do século. As

38. CALDAS, João Vieira, *Fragmentos de um discurso moderno. In* Seminário DOCOMOMO, *Equipamentos e infra-estruturas culturais, 1925-1965.* Porto: Docomomo ibérico, 2001. Bilingue, p.98.

39. Idem, ibidem, p.96.

40. ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX*. Lisboa: Bizâncio, 2012, p.159.

41. *"Situados os bairros populares, os 'nickel-odeons' raramente suportavam mais de trezentos lugares. As novas salas, construídas nos bairros elegantes e na baixa citadina, ofereciam lotações superiores a mil cadeiras, dispostas em plateia, balcão e, por vezes, galeria." In* GEADA, Eduardo, *O cinema espectáculo*. Lisboa: Edições 70, 1987, p.57.

42. *"Palácios, templos e catedrais do cinema lhes chamaram, fazendo simultaneamente justiça aos novos deuses — as estrelas de cinema e a um estranho culto — a cinéfila." In* GEADA, Eduardo, ibidem, p. 57.

fig. 11 vista noctura do cinema São Jorge, c.1950, considerado a primeira construção da Era das Catedrais, sendo a maior sala de cinema de Lisboa com capacidade para 1858 espectadores que eram distribuindos pela Plateia, Balcão de Luxo, Balcão Central e Balcão Superior.



proporções e ambições destas construções passam a estar vinculadas ao luxo das decorações que demonstram uma nova atitude perante as mesmas, que acabam por lhes associar diretamente às novas catedrais. Apesar da *era das catedrais*[43] se iniciar a nível nacional com a abertura do Cinema S. Jorge, é com o Cine-Teatro Monumental que se vê representado na sua plenitude. O novo modelo, conhecido por cineteatro, é criado pela pressão de proteger a arte teatral. A estratégia passava por defender que para cada cinema construído em Lisboa, *houvesse também uma sala para teatro*[44], a sua interpretação quase literal leva ao desenvolvimento de um novo modelo que procura responder às exigências dos dois espetáculos no mesmo edifício, assegurando a versatilidade dos novos equipamentos. Estas interpretações, a tentativa de salvar o teatro de uma crise inevitável, e ainda a procura de um Governo totalitário em preservar o *desenvolvimento de um repertório nacional*[45], levam à formalização desta tipologia em 1927 com a publicação do Decreto-Lei nº 13.564.

A lei de 6 de Maio de 1927 tem o principal objetivo de reunir num único regulamento todas as disposições legais frequentemente utilizadas relativamente aos recintos de espetáculos públicos, deste modo reuniria todas as disposições legais que se encontravam dispersas e de fraca compreensão. A sua aplicação era dirigida não só a cinemas e teatros, mas a todos[46] os edifícios destinados a espetáculos públicos. Define ainda os *critérios que marcam o tipo de relações que passam a existir entre a entidade fiscalizadora e os empresários*[47], isto é, a partir da sua aprovação todos os recintos têm a obrigatoriedade de ter na sua posse licenças de funcionamento, ou seja, de acordo com o Artigo 19.º, é clarificado que nenhuma construção dedicada a espetáculos públicos pode ser *construída, reconstruída, adaptada ampliada ou de qualquer forma alterada no todo ou em parte, sem a prévia aprovação do projeto pela Inspecção Geral dos Teatros*[48]. Contudo, de modo a obter o certificado que documenta essa permissão passa a ser necessário proceder às respetivas vistorias, o *registo prévio do exercício da atividade e ainda, obter a autorização, sob a forma de "visto", para a realização de cada espetáculo*[49]. De igual modo que são criadas apertadas exigências para a aprovação do funcionamento de cada recinto, são também desenvolvidas normas especificas relativas à organização das salas. Isto é, passa a ser obrigatória a existência de um espaçamento específico entre cadeiras, a criação de uma coxia central ao nível da plateia, uma largura mínima obrigatória para escadas de acesso, iluminação necessária para assinalar as bocas de incêndio... E a inspeção pelas condições de segurança que incluem a iluminação e ventilação tornam-se mais rígidas. Este conjunto de medidas obriga a que todos os recintos oferecessem um nível de conforto mínimo aos espectadores e, por isso, torna-se indissociável a modernização dos recintos das novas exigências legais. Os incêndios frequentes nas antigas salas de teatro e nos animatógrafos ambulantes obrigam à criação desta restrição e à criação desta precisa regulamentação que

43. ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX*. Lisboa: Bizâncio, 2012, p. 182.

44. Idem, ibidem, p. 183.

45. ORNELAS, Cilísia Mónica Duarte, *Recuperação de cine-teatros modernos portugueses*. Porto: FAUP, 2006, p. 46.

46. A imposição desta norma legislativa afectava não só os novos os edifícios cinematográficos ou teatrais, mas todos os tipos de divertimento: *"teatros, circos, animatógrafos, salões de baile e de música, praças de touros, hipódromos, campos de jogos e estádios e quaisquer outras casas ou recintos, anfiteatros tablados ou palanques (...)" In* ORNELAS, Cilísia Mónica Duarte, ibidem, p. 46.

47. ACCIAIUOLI, Margarida, ibidem, p. 110.

48. ORNELAS, Cilísia Mónica Duarte, ibidem, p. 46.

49. ACCIAIUOLI, Margarida, ibidem, p. 110.

50. Idem, ibidem.

fig. 12 planta para o Cine-Teatro Monumental, 1952. Com a nova legislação de 1927 passa a ser obrigatório incorporar, nos edíficios destinados a espetáculos, duas salas distantas e com diferentes funções: cinema e teatro. Numa tentativa de proteger o último sector artistico esta nova medida acaba por afectar todos os espaços correspondentes e originando a *era das catedrais.*

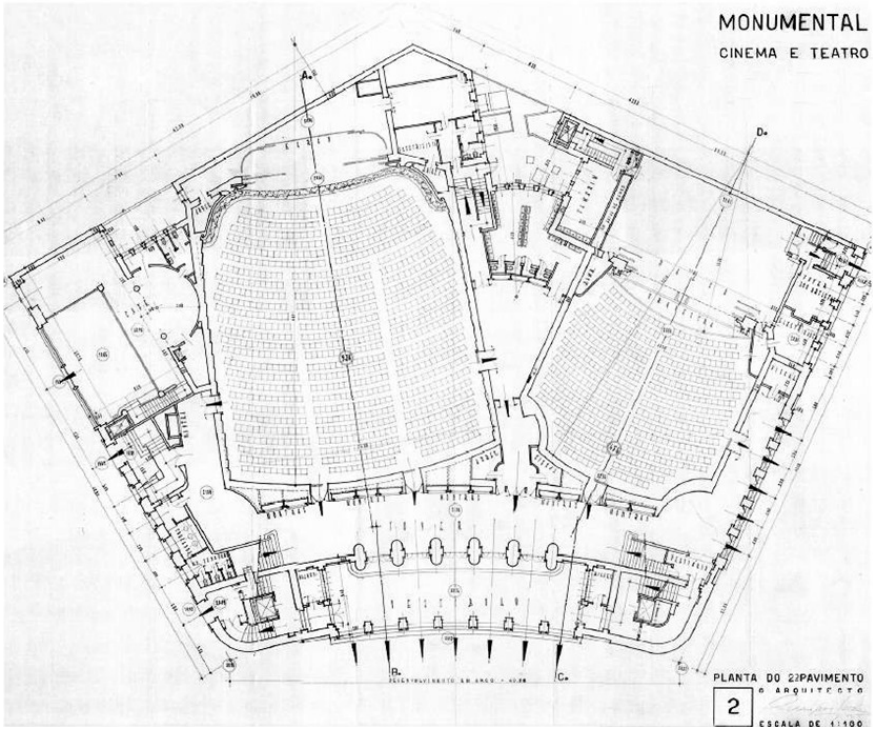


fig. 13 interior do Cine-Teatro Monumental: a grande escala dos novos edificios de espetáculo marcam uma nova era de edificação



obriga muitos recintos existentes a adaptarem-se forçosamente à nova realidade, implicando muitas vezes *alterações tão profundas que levam à alteração dos nomes através dos quais eram já conhecidos*[50].

Para além do acompanhamento da construção e conceção de cada edifício, também o seu enquadramento urbano é obrigado a submeter-se a um conjunto de medidas legais que introduzem a obrigatoriedade do número de fachadas de acordo com a lotação de cada edifício. No caso dos recintos com uma lotação superior a 500 lugares é obrigatória a existência de *"duas fachadas para ruas diferentes, podendo uma, com 8 metros, pelo menos, de largura, ser privativa a outra pública e nas condições indicadas (...)"*[51]. Assim, é facilmente percetível a existência recorrente de cinemas e cineteatros em gavetos, praças ou, em casos extremos, em lotes isolados, ocupando para sempre um lugar de destaque na malha urbana. Apesar do novo regulamento ter como objetivo reunir num só diploma as diferentes disposições legais, torna-se claro a obrigatoriedade de construir salas de espetáculo em edifícios autónomos e a criação da impossibilidade de exploração de atividades como a de cinematografia em caves e rés-do-chão do mesmo modo que é praticado nos países da Europa Central. O Cine-Teatro Monumental poderá ser o recinto que melhor representa, as construções desta época, a legislação e a procura de proteger o teatro do novo espetáculo cinematográfico. Se no passado era procurada a adaptação do teatro a cinema e vice-versa, no Monumental impõem-se a construção de dois espaços distintos para os espetáculos de cinema e de teatro, alterando profundamente o desenho do projeto. A nova medida que expõe a obrigatoriedade de capacitar os novos recintos de realização dos diferentes programas, é interpretado de uma forma extrema pelos autores do Cine-Teatro Monumental, *pela primeira vez, impõem-se num edifício diferentes programas através de salas próprias*[52].

A escala monumental do projeto que dá o nome ao edifício é o culminar de uma época que procura dar resposta à enorme popularidade de um espetáculo que não se resumia à projeção de filmes, *existia uma relação entre o estatuto das salas e a vivência que proporcionavam*[53]. O interesse pelas obras cinematográficas era superado pelo valor social da ida ao cinema, o fator económico contribui para a sua popularização acabando por associar este novo divertimento a uma igualdade social. Ao contrário das salas de teatro oitocentistas, e nos primeiros cinemas, a época áurea dos cinemas abre portas a todas as classes sociais, os preços acessíveis e as formalidades são deixadas para as sessões de estreia reservadas a convidados e aos representantes da indústria, em que os *deuses desciam à terra*[54] mostrando-se no lugar em que os fiéis, no dia seguinte, iam poder frequentar. A sala de cinema acabava por constituir uma *extensão material do próprio universo de fantasia*[55]

51. SILVA, Susana Constantino Peixoto da, *Arquitectura de cine-teatros: evolução e registo, 1927 1959: equipamentos de cultura e lazer em Portugal no estado novo*. Coimbra: Almedina, 2010. (Cidades e arquitectura), p. 77.

52. ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX*. Lisboa: Bizâncio, 2012, p. 184.

53. ACCIAIUOLI, Margarida, ibidem, p. 129.

54. GEADA, Eduardo, *O cinema espectáculo*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 57.

55. Idem, ibidem.

fig. 14 interior do Cine-Teatro Monumental: a grande escala dos novos edifícios de espetáculo marcam uma nova era de edificação



apesar das exigências e dos requisitos técnicos e espaciais destes equipamentos, que oferecem pouca liberdade ao arquiteto e obrigam a um esforço adicional na tentativa de criar um fator diferenciado de cada peça desenhada.

Apesar da tentativa de proteção do teatro, a Lei de 1927 apresentava acima de tudo constrangimentos a ambos espetáculos: se por um lado o desenvolvimento de um auditório destinado ao cinema e ao teatro se torna extremamente exigente por se tentar adaptar a dois espetáculos profundamente distintos[56], por outro lado, esta ambição obriga à conceção de um auditório com uma escala pouco viável a partir de uma perspetiva económica[57]. De acordo com as exigências presentes na Lei, no desenvolvimento de um projeto destinado a uma pequena povoação, ou a uma grande cidade, a escala dos edifícios seria semelhante, contudo o número de espectadores seria completamente diferente. Assim, depressa se percebe a sua fraca viabilidade, *os empresários dos cinemas, que em Lisboa pouco antes se tinham inaugurado, começam a sentir os efeitos dos anacronismo de uma legislação que os obrigara à construção de enormes salas, segundo o modelo vigente dos cineteatros*[58]. Deste modo, estes constrangimentos acabam por marcar a configuração das salas nacionais até 1959, o ano em que o regulamento é revogado com a publicação do Decreto-Lei nº 42.660, a 2 de Novembro:

"Elaborado por uma comissão criada para o efeito, este regime tinha por objetivo evitar "o excesso de lotação de recintos de cinema em relação às necessidades locais" e, consequentemente o que era considerado como "investimento inútil"."[59]

Com a revogação do antigo regulamento dos recintos destinados a espetáculos públicos dá-se finalmente a oportunidade de adequar estes edifícios ao público que se destinavam. A partir deste ano todas as Licenças de Recinto são atualizadas dando especial atenção à lotação e ao tipo de espetáculo que é realizado em cada equipamento. O cinema volta a ter a possibilidade de ser autónomo, com a rejeição da obrigatorieda de adaptar o espaço para a arte teatral e cinematográfica em simultâneo. A conceção dos novos espaços de divertimento torna-se possível uma melhor adequação espacial à função cinematográfica, contudo, o ponto que chama realmente à atenção na reformulação legal é a permissão de criação de recintos em edifícios mistos, sendo finalmente possível criar novas experiências há muito adotadas na Europa Central. O fim da aplicação do antigo Decreto-Lei nº 13.564 de 6 de Maio de 1927 assinala o epílogo da era das catedrais, a introdução de novas tecnologias de reprodução e a implementação de novas regras na conceção arquitetónica, que acabam por gerar uma quebra de audiências cada vez maior.

56. As diferenças entre o cinema e o teatro são exploradas na primeira parte deste capítulo.

57. *In* Artigo nº3 do Decreto-Lei nº42.660, '*in* Diário do Governo', 1ª série, 20 Novembro de 1959, *In* ACCIAIUOLI, Margarida, ibidem, p. 184.

58. ACCIAIUOLI, Margarida, ibidem, p. 222.

59. SILVA, Susana Constantino Peixoto da, ibidem, p. 80.

da cidade para a periferia

É a partir da década de 1920 que o cinema assume uma importância e uma independência funcional como espetáculo que o leva à sua *sedentarização*[60]. O entretenimento cinematográfico acaba por entrar nos hábitos da população, principalmente pelo seu fator económico — ver um filme era muito mais barato do que assistir a uma peça de teatro — e *torna-se pouco a pouco um vício*[61]. Os novos equipamentos do século XX eram os lugares onde as pessoas desfrutavam do seu tempo livre, o cinema apresenta-se um lugar seguro e de convívio para toda a família. O aparecimento dos filmes com enredo próprio e, principalmente, o aparecimento do cinema sonoro, reforçam o interesse do público neste espetáculo e impõem finalmente a independência funcional definitiva do cinema levando ao estímulo construtivo de edifícios improváveis que resultam numa lotação superior de salas cinematográficas relativamente ao Teatros, em Lisboa no ano de 1930[62].

O cinema passa a ser uma instituição democrática, acessível a todas as classes sociais, e mesmo que a hierarquia social fosse determinada pelo preço de bilheteira. A ida ao cinema implicava partilhar um filme com a família e amigos, por vezes complementada pela discussão no bar, restaurante. Na era das catedrais os equipamentos começam a incluir neles serviços que oferecem uma vantagem superior aos outros espetáculos. A qualidade de imagem e o sistema de som permitem uma imersão profunda no enredo em que a escuridão possibilita uma interação direta entre o espectador e a projeção. Contudo, de um ponto de vista individualista, a partilha do auditório pode ser perturbada pela presença de outras pessoas que comem pipocas, fazem comentários, riem, etc., o que acaba por impedir a imersão no enredo. O aparecimento da televisão leva à resolução destes problemas, torna-se mais cómodo pelo facto de não ser preciso sair de casa, mais confortável por ser possível escolher a nossa companhia ou o programa, rever o filme que não conseguimos ver nas salas de cinema e, tudo isto, por um custo muito reduzido. Por esta razão, nos anos 50 assiste-se a uma quebra de audiências cinematográficas cada vez maior. Regista-se um decréscimo de público cada vez mais acentuado, quanto maior número de aparelhos televisivos eram vendidos. Ao compararmos o fim e o início da década, a frequência semanal das salas de cinema americanas *baixou para menos de metade e a percentagem de aparelhos de televisão por habitação aumentou de 30% para 90%*[63]. Com o mesmo fenómeno a ser registado em França e no Reino Unido, a televisão acaba por se implantar como um objeto indispensável na vida familiar e contribuir para a secularização do ritual cinematográfico. A fraca procura de bilhetes faz com que as regras básicas da economia do mercado influenciem a subida de preço do espetáculo, um fator que é imediatamente sentido pelas famílias com maior número de agregado familiar e de classes sociais inferiores, ameaçando irremediavelmente o carácter popular que o cinema desde sempre preservou:

60. *In* ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX*. Lisboa: Bizâncio, 2012, p. 213. *In* SILVA, Susana Constantino Peixoto da, *Arquitectura de cine-teatros: evolução e registo, 1927 1959: equipamentos de cultura e lazer em Portugal no estado novo*. Coimbra: Almedina, 2010. (Cidades e arquitectura), p. 82.

61. *In* "Como se ia ao cinema há 25 anos?", entrevista de Eduardo Frias, "Ilustração". Direcção de João Cunha de Eça. Lisboa: Bertrand, nº1, ano 5 (1930), p. 39. *In* SILVA, Susana Constantino Peixoto da, ibidem, p. 82.

62. SILVA, Susana Constantino Peixoto da, ibidem, p. 83.

63. *"Entre o inicio e o fim dos anos cinquenta, a frequência semanal das salas de cinema na América baixou para menos de metade. No mesmo período de tempo, a percentagem de aparelhos de televisão por fogo habitacional passou de 30% para 90%. Em 1958 havia em França aproximadamente um milhão de aparelhos de televisão, em 1970 havia mais de 10 milhões. Ora, neste país, entre 1957 e 1976 a frequência cinematográfica diminuiu de 58%, atingindo os 90% na Grã-Bretanha." in* GEADA, Eduardo, *O cinema espectáculo*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 127.

fig. 15 vista nocturna da fachada do Cinema Condes c.1952, anterior ao seu encerramento em 1966 e posterior abertura do Hard Rock Café nas suas instalações demonstrando a grave crise que tem vindo a afectar estes espaços.



"Numa sondagem efectuada em 1964 (França) 72% das pessoas interrogadas consideram "pouco dispendioso" o bilhete de cinema. Dez anos depois, segundo o resultado de novo inquérito, a maior parte de público apontou o elevado preço dos bilhetes como o principal obstáculo à frequência regular das salas de cinema. Proporcionalmente, contando com as taxas anuais de inflacção, nos últimos vinte anos o preço dos bilhetes de cinema parece ter subido mais do que o custo dos outros entretenimentos e espetáculos."[64]

A alteração dos preços de bilheteira alteram inevitavelmente o perfil do espectador de cinema, os números caiem drasticamente e presume-se que apenas um quinto da população se desloca ao cinema, numa combinação entre *espectadores assíduos, regulares e ocasionais*[65]. O *público cinematográfico torna-se mais selecto e mais selectivo*[66].

A década de 1950 fica assim marcada pelo inicio da crise do cinema na Europa, no entanto, em Portugal o efeito do aparecimento da televisão só seria sentido no final dos anos 60 e em plena década de 80. O acontecimento tardio destes eventos resulta de uma fraca expansão do circuito de exibição cinematográfica por todo o país comparativamente aos restantes países europeus. Apesar de serem criados cinemas ambulantes e feirantes, nos anos 30, a *deficiente electrificação do país, a austeridade imposta pela Segunda Guerra Mundial e o nacionalismo económico que fechou Portugal aos investimentos estrangeiros*[67] dificultam difusão do cinema a nível nacional e, consequentemente, dificultam a introdução da televisão. Assiste-se de igual modo a uma discrepância entre os valores nacionais e internacionais relativos à quantidade de televisores por milhares de habitantes, o que leva ao adiamento da crise cinematográfica no país: *"a frequência cinematográfica não só não desceu na proporção em que subiram o número de televisores e o parque automóvel, como manteve uma subida constante até 1975"*[68]. No ano de 1957 assistem-se às primeiras emissões televisivas, numa altura em que a nível internacional a crise cinematográfica ter já um avanço considerável, mas qualquer tipo de reação a este problema em Portugal, sem se encarar o facto de que mais tarde ou mais cedo, chegaria a território nacional. Assim, só depois das primeiras emissões o governo sente finalmente a pressão dos empresários cinematográficos levando a cabo a aprovação de uma nova legislação relativamente ao condicionamento dos recintos de espetáculos públicos.

O Decreto-Lei nº 42.660, aprovado a 2 de Novembro de 1959 revoga o antigo regulamento que comprometia tanto o desenvolvimento de novas soluções de espaços cinematográficos como oferecia muitas restrições ao seu bom

64. GEADA, Eduardo, *O cinema espectáculo*. Lisboa: Edições 70, 1987. (Arte & comunicação), p. 135.

65. Dentro do público sempre foi possível distinguir *"três categorias de espectadores: os assíduos (vão ao cinema pelo menos uma vez por semana), os regulares (uma a três vezes por mês) e os ocasionais'(só vão ao cinema uma a quatro vezes por ano)." in* GEADA, Eduardo, ibidem, p. 136.

66. GEADA, Eduardo, ibidem, p.136.

67. Idem, ibidem.

68. Idem, ibidem, p. 137.

fig. 16 Cinema Quarteto, quatro salas para quatro filmes. Inaugura o modelo das multi-salas, considerada a última arquitectura dos cinemas.



funcionamento. O regulamento de 1927, já explorado anteriormente, obrigava a construção de salas de espetáculo em edifícios autónomos e em salas multifuncionais, características que por um lado não ajudavam em nada ao desenho de uma boa sala de cinema e, por outro, dificultava a sua adaptação aos novos tempos inaugurados pela introdução de aparelhos televisivos no dia-a-dia dos espectadores. Contudo, em 1959, o governo autoriza finalmente a construção de salas de cinema em edifícios de habitação e de comércio, dispensando os cinemas com fachada própria. Inaugura-se uma *era de pragmatismo*[69], onde os espaços livres dentro dos recintos são aproveitados para outros programas, as grandes salas são divididas e depois de tudo isto o *"cinema não voltou a afirmar-se na cidade através da arquitetura, e o excesso de pragmatismo empurrou-o para os centros comerciais"*[70]. A forte concorrência das novas salas levam aos antigos cinemas a fecharem as suas portas e, em muitos casos, até à sua demolição. São feitas experiências de mercado sem qualquer continuidade, desde programas originais que passavam pela criação de ciclos de cinemas internacionais, festivais internacionais ou até ciclos de documentarismo. Porém, não são suficientes para desacelerar a crise das salas de cinema. As últimas salas que são inauguradas antes da introdução do cinema em centros comerciais, recorrem ao modelo dos estúdios. A nova estratégia consistia num aproveitamento da facilidade de abrir um novo espaço cinematográfico à luz da nova legislação. Habitualmente, *eram pequenas salas, que aproveitavam caves e que estavam pensadas para uma lotação média de 400 espectadores, desembocando num modelo íntimo, embora nem sempre rentável, como depois se veio a verificar*[71].

Uma das mais interessantes experiências feitas nesta altura foi o Cinema Quarteto. É inaugurado em 1975, na Rua das Flores de Lima, em Lisboa. A sua estratégia é anunciada no seu slogan — *4 salas/4 filmes*[72] — que lhe dá uma identidade inconfundível. O seu espaço não é partilhado com mais nenhum programa, tinha um fim exclusivo e um objetivo muito preciso: *oferecer ao público de Lisboa o cinema de que ele próprio gostava*[73]. As quatro pequenas salas, compostas por 716 lugares, são distribuídas pela cave e pelo primeiro andar, que usam uma escadaria decorada com dezenas de cartazes como elemento de comunicação entre elas. O rés-do-chão, o piso intermédio entre eles, recebia os clientes com as bilheteiras e um bar, e, no exterior, uma fachada simples que consistia numa pala — que recebia os espectadores e dava lugar aos anúncios — e quatro vitrines — que expunham os cartazes dos filmes em exibição. A importância do Quarteto consiste no facto de apresentar uma configuração que serve de transição entre o modelo das multi-salas sem fachada e o modelo que se impõe na cidade com a sua forte localização e o hábito da ida ao cinema. Isto é, apesar de apresentar quatro pequenos auditórios com uma programação independente, mostra-se à cidade como um cinema de prestígio que atendia às preferências do público. A sua presença na

69. ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX*. Lisboa: Bizâncio, 2012, p. 283.

70. Idem, ibidem.

71. Idem, ibidem, p.287.

72. Idem, ibidem, p.294.

73. Idem, ibidem, p.288.

fig. 17 folheto de inauguração do centro comercial, Apolo 70. Apelidado como *drugstore* cria um novo conceito de concentração de mais quarenta lojas incluindo o cinema.

fig. 18 entrada principal do Apolo 70, c. 1971

fig. 19 interior do centro comercial Apolo 70, maio de 1970.







cidade de Lisboa torna-se, por isso, importante, mas difícil de definir: enquanto que para uns é um simples cinema de bairro, para outros é um dos melhores espaços cinematográficos.

O Quarteto dirigia-se a um público que podia ser tanto uma cidade como um país, e era só em função dele que o seu programa se orientava. A sua atenção pelos interesses cinematográficos do público leva-o a pouco e pouco a ser frequentado por cinéfilos que iam desde os estudantes da Cidade Universitária até aos que se reuniam com regularidade nas suas instalações, todos contribuindo para a preservação do hábito da ida ao cinema. Todavia, o preço dos bilhetes variava independentemente do sucesso de cada recinto e, *se em 1975 os preços de bilheteira variavam entre os 27$50 e os 32$50, nos anos 80 passam a atingir patamares de centenas de escudos devido à inflação e à desvalorização da moeda*[74], sendo praticamente impossível a estes pequenos equipamentos resistirem a um aumento tão significativo. Assim, em 2000 celebra-se 25 anos de quatro salas e recolhem-se testemunhos sobre a importância do modelo que é explorado: o Cinema Quarteto destacava a preferência entre o consumismo e o usufruto, uma filosofia que seria difícil de encontrar depois do seu encerramento em 2007.

A criação de novos modelos e a divisão dos grandes auditórios em pequenos estúdios é a reação das empresas cinematográficas ao desenvolvimento do vídeo e da televisão. Apesar da invenção da televisão ser uma das principais razões para o decréscimo de audiências, levou algum tempo para se tornar uma verdadeira ameaça: as primeiras emissões são assistidas em cafés ou até em auditórios e, por isso, problema surge quando se instaurou um mercado para estes novos aparelhos e quando a indústria de *Hollywood se adapta às novas condições*[75]. A reconhecida indústria rapidamente se apercebe da oportunidade que apresentava a adaptação dos seus produtos ao novo formato. A perda de audiências no cinema não significava um desinteresse pela produção cinematográfica, muito pelo contrário, o público estava disposto a ver os filmes das suas vidas novamente. A reposição de filmes torna-se assim um mercado que oferecia novos lucros a troco de custos de produção extremamente baixos ou inexistentes. Os produtores acabam por tirar partido de uma situação que preocupava os distribuidores.

A pressão de um novo conceito consumista audiovisual impõe aos cinemas uma adaptação a uma nova realidade. A crise dos espaços cinematográficos impôs às companhias uma nova estratégia que passou pela decisão de dividir os enormes auditórios em salas de cinema mais pequenas e a abertura de novas estruturas compostas por salas de escala reduzida, de modo a ir ao encontro das novas

74. ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX*. Lisboa: Bizâncio, 2012, p.298.

75. ALVES, Joana de Almeida Gouveia, *Permanence and Persistence: Conception, Construction and conversion of Modern Cinema Theatres (1910 - 1939)*. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Lisboa; Lausanne: [s.n.], 2014, p. 343.

expectativas dos espectadores: o conforto, os ambientes informais e uma oferta variada de filmes. Estes pontos passam a ser obrigatórios para cada cinema, afastando-se cada vez mais da ostentação que caracterizava as antigas catedrais e aproximando-se da forma de ver televisão. O *multiplex torna-se o zapping do cinema*[76], regularmente chamados de estúdios por fazerem lembrar os pequenos auditórios onde as antestreias eram exibidas ao produtor e realizador antes de serem comercializados. Este modelo passa a ser o modelo regularmente explorado após a invenção da televisão. Desenvolvido nos Estados Unidos, o múltiplex ou as multi-salas, esforçam-se para aumentar o número de espectadores através de espaços autónomos. Apesar de poderem ser adaptados a edíficios a eles dedicados ou partilharem a mesma construção com outros programas, esta última o acaba por fazer um enorme sucesso nos subúrbios, dentro dos novos centros comerciais. Representando uma competição feroz para os cinemas presentes nos centros urbanos.

Após a desativação de muitos equipamentos cinematográficos, sem que se perceba a importância destes edifícios para a história do século XX, os mesmos edifícios são adotados a supermercados e armazéns que alimentam o consumismo. A exploração do vídeo, o fácil acesso a cópias e a não regulamentação legislativa alimentam uma situação de cataclismos que se traduz numa nova realidade que impõe novas exigências de comodidade que acaba por ser atendida com o aparecimento dos centros comerciais. Por este motivo, o afastamento do cinema dos grandes centros urbanos e a sua consequente integração nos centros comerciais acaba por ser um processo natural. O novo modelo facilita a sua integração contrariando-os ao mesmo tempo — *o cinema é empurrado para um contexto que o ultrapassa e reduz*[77]. Apoiados na ideia de serem uma maneira alternativa de viver a cidade com concentração de serviços num só espaço, o primeiro centro comercial é inaugurado em 1971 em Lisboa, anuncia quarenta e uma lojas, das quais uma delas era o cinema. Destacado pela excelência de projeção, pela comodidade dos lugares e pela interessante programação, em pouco tempo o sucesso do Apolo 70 deve-se ao cinema e ao snack-bar. Sendo a primeira experiência de muitas, abrem-se plataformas com uma organização espacial muito ambígua e com programas que resultam em produtos muito pouco interessantes, retratado por António Lobo Antunes, esta concentração arbitrária de lojas dá-lhes um novo estatuto, em que a presença do cinema é só mais uma tentativa de atrair clientes:

"Aos domingos a seguir ao almoço visto o fato de treino roxo e verde e os sapatos de ténis azuis, a Fernanda veste o fato de treino roxo e verde e os sapatos de salto alto do casamento, subo o fecho éclair até ao pescoço e ponho o fio de ouro com a medalha por fora, a Fernanda sobe o fecho éclair até ao pescoço e põe os dois fios

76. ALVES, Joana de Almeida Gouveia, *Permanence and Persistence: Conception, Construction and conversion of Modern Cinema Theatres (1910 - 1939)*. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Lisboa; Lausanne: [s.n.], 2014, p. 344.

77. ACCIAIUOLI, Margarida, ibidem, 2012, p. 284.

de ouro com a medalha e o colar da madrinha por fora, tiramos o Roberto Carlos do berço, metemos-lhe o laço de cetim branco na cabeça, saímos de Alverca, apanhamos os meus sogros em Santa Iria de Azóia e passamos o domingo no Centro Comercial.

A Fernanda senta-se atrás no Seat Ibiza, com o menino e a Dona Cinda, o senhor Borges ocupa o lugar ao meu lado, de Record no sovaco, fato completo, gravata de flores prateadas e chapéu tirolês, ajuda-me no estacionamento das Amoreiras a tirar o carrinho da mala e todos os automóveis do parque são Seat Ibiza, todos têm mantas alentejanas nos bancos, todos apresentam um autocolante no vidro que diz Não Me Siga Que Eu Ando Perdido, todos possuem uma rodela Vida Curta na guarda-lamas direito e uma rodela Vida Longa no guarda-lamas esquerdo, de todos os espelhos retrovisores se pendura o mesmo boneco de peluche, todos exibem junto à matrícula com o círculo de estrelinhas da Europa a mesma rapariga de Stetson e cabelo comprido, todos trouxeram o Record, os sogros e o filho, todos devem habitar em Alverca e todos circulam a tarde inteira no Centro de forma idêntica à nossa (...)"[78]

A introdução dos centros comerciais acaba por mudar profundamente os hábitos da sociedade, os motivos que levam o público a assistir a um filme numa sala de cinema não são os mesmos que *a tradicional ida ao cinema pelo gosto lúdico do espetáculo*[79]. O consumismo compulsivo de determinados filmes leva-os a ser fenómenos instantâneos de moda e os principais causadores do desaparecimento do *vagar da saída e do encontro*[80] que estava associado ao cinema do século XX:

"Hoje vêem-se filmes à pressa, num maior número de sessões diárias, em salas apertadas, despidas de qualquer efeito de decoração que não tenha por objetivo a canalização dos olhares para o écran e para as portas. Os intervalos foram encurtados, os átrios e os bares reduzidos ao indispensável. As fachadas extinguiram-se confundindo-se com as montras dos estabelecimentos polivalentes."[81]

Os multiplex, ou as multi-salas, não passam de uma concentração e acumulação de oferta para uma cultura de massas, o cinema passou a ser caracterizado pela velocidade, dentro e fora de cada filme, reduzido aos aglomerados urbanos pós-industriais. Desapareceram as salas de bairro como cinemas de reprise, o agravamento das assimetrias demográficas leva à migração e à concentração das populações em zonas urbanas que provocam um enorme desequilíbrio regional das audiências. As transferências de grandes massas de audiências para estas cidades

78. ANTUNES, António Lobo, Livro de Crónicas. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, pp.59-60. *In* ACCIAIUOLI, Margarida, ibidem, p. 316.

79. GEADA, Eduardo, *O cinema espectáculo*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 133.

80. Idem, ibidem.

81. Idem, ibidem.

levam ao encerramento das salas construídas no século XX causado pelo défice de audiências que se faz sentir a nível regional. Por cada cinema, ou cineteatro, que se abandona está-se a contribuir para uma desertificação cinematográfica caracterizada pela destruição do hábito de frequência e da possibilidade de formação de um futuro público. O acesso ao cinema por aqueles que não têm veículo próprio torna-se cada vez mais difícil, sem a sua velocidade própria torna-se impossível de acompanhar uma indústria que deixou de procurar o seu carácter popular, para se preocupar com um consumismo rápido. A televisão substitui quase completamente os circuitos de reprise, ainda que *a função de imaginário veiculada pelo filme de ficção dificilmente será substituída na íntegra pela televisão*[82]. Associado ao cinema ficará para sempre a vontade do espectador se deslocar até ele, assistir ao filme juntamente com conhecidos e desconhecidos, num *universo irremediavelmente diferente*[83]. Apesar da tentativa da televisão encontrar em si um carácter popular, através de telenovelas e das suas próprias estrelas, o cinema nunca deixou de ser interessante para os espectadores. O novo aparelho pode representar um dos principais fatores do abandono das salas de cinema, mas o desinteresse pela produção cinematográfica não diminuiu, muito pelo contrário, atualmente assistem-se a uma quantidade de filmes muito superior ao passado e o cinema encontra-se em todo a parte, até dentro da própria televisão inclusive.

O interesse persistente do público nos filmes deve ser aproveitado como um dos principais motores para a preservação das salas de cinema. Do mesmo modo que uma peça de arte, os filmes devem ser apreciados nas mesmas condições para os quais foram produzidos. A conservação dos cinemas vai para além do objeto arquitetónico, a conservação dos filmes e de um espaço cultural no centro urbano de cada cidade são os principais fatores que devem levar à sua preservação. A existências destes espaços representa um encorajamento para a reunião de uma comunidade e um incentivo ao comércio local. Do mesmo modo que Auguste Perret olha para a relação entre o cinema e o teatro, é importante fazer o mesmo paralelo na relação entre o cinema e a televisão, chegou a vez do cinema também se adaptar a uma nova realidade e ir de encontro às necessidades do público e de um novo contexto social.

82. GEADA, Eduardo, *O cinema espectáculo*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 128.

83. Idem, ibidem.







IL PROIEZIONISTA

Preservação *é o esforço de manter integralmente a memória de um artefacto para as gerações futuras. Poderá ser feito de forma a manter o objecto fisicamente, ou através da sua documentação.*

Conservação *é o acto de manter o objecto fisicamente.*[84]

O século XXI herda uma quantidade avassaladora de cinemas decadentes e falidos. A falta de clientes e a própria ideia de conservação dos mesmos bloqueia o progresso e o desenvolvimento das cidades. A popularidade destes equipamentos nas primeiras décadas do século XX foi decrescendo lentamente assim que a televisão se instaurou como um importante entretenimento da vida quotidiana. Os crescentes interesses nas novas formas de entretenimento levam aos cinemas a remeterem-se aos eventos que agora fazem parte de uma *memória coletiva*[85]. Com o desenvolvimento do vídeo e de outras técnicas de reprodução o cinema perde as audiências levando ao consequente encerramento permanente de muitos recintos, sem que se perceba a sua importância histórica e arquitetónica. Do mesmo modo que *os grandes templos romanos que foram demolidos quando os ideais religiosos sofreram alterações e as grandes catedrais góticas que foram reduzidas a edifícios de armazenamento*[86], também os espaços cinematográficos do século vinte sofrem as consequências nefastas das alterações de exigências materiais, tecnológicas e sociais que são introduzidas no mercado. O *progresso técnico e as mudanças estruturais da economia*[87] encarregaram-se de alterar as exigências programáticas e criar *grandes conchas vazias*[88] estáticas pela sua incapacidade de adaptação. Até o crescente interesse em conservar os antigos e valiosos edifícios abre um caminho diferente para a preservação das construções do século XX, e em particular do Movimento Moderno. Isto é, apesar de poderem ser consideradas como património arquitetónico a preservar, a sua proximidade temporal faz com que o seu valor não seja interpretado de igual modo às antiguidades, o que acaba por representar uma ameaça aos *valores históricos arquitetónicos e estéticos destes edifícios, pelo facto desta arquitetura se encontrar desprovida de tutela e indefesa a possíveis intervenções*[89]. A falta de interesse na conservação dos ícones do século XX leva a uma deficiente manutenção dos mesmos, apesar de alguns deles terem sido preservados pelos próprios donos ou por grupos interessados no tema, grande parte dos cinemas urbanos permaneceram estáticos no tempo, alterando-lhes a sua capacidade funcional, independentemente da sua resistência construtiva. A sua deterioração avança no caminho da ruína. Assim, o seu estado atual acaba por se resumir à combinação entre o obsoletismo funcional de uma nova época e a aproximação à ruína que desenvolvem um novo carácter associado a estes equipamentos que passam a ser economicamente inviáveis e sem ninguém interessado na sua manutenção.

84. HENKET, Hubert-jan, *The icon and the ordinary. In* Seminário DOCOMOMO, *Modern movement heritage*. London: E & FN Spon, 1998. (Do.Co.Mo. Mo.), p. 17.

85. ROSSI, Aldo, *A arquitectura da cidade*. Lisboa: Cosmos, 2001. Cosmos arquitectura), p. 193.

86. HENKET, Hubert-jan, Ob. Cit., p. 13.

87. CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2010. (Arte & Comunicação), p. 222.

88. Idem, ibidem.

89. ORNELAS, Cilísia Mónica Duarte, *Recuperação de cine-teatros modernos portugueses*. Porto: FAUP, 2006, p. 23.

Se no século dezanove há um despertar de uma estima consciente pelos antigos e valiosos edifícios, como a criação de disposições legais para a sua proteção. A criação deste movimento inaugura simultaneamente um conjunto de diversas questões relativamente às construções do século vinte, e em particular do Movimento Moderno. Ou seja, *segundo as conceções modernas, toda a atividade humana e todo o destino humano que tem sido conservado como testemunho, ou notícia, tem direito, sem qualquer exceção, a reclamar para si um valor histórico*[90]. Contudo a conservação de toda a arquitetura concretizada até à atualidade é impossível e indesejável, especialmente na arquitetura moderna já que a produção em série possibilita um número avultado de construções relativamente aos movimentos antecedentes. Torna-se, por isso, importante pensarmos qual o *modo mais adequado na aproximação de conservação destes novos factos*[91]:

Embora a abordagem de preservação entre o tradicional e o Movimento Moderno não altere muito em geral, existem alguns aspetos específicos que requerem estratégias específicas para as suas relíquias. Essas estratégias relacionavam-se com a seleção de quais os edifícios a manter, o nível de intervenção e o paradoxo da conservação.[92]

Pensar no que conservar para as gerações futuras e como começa assim a ganhar forma numa seleção em que tanto o aspeto qualitativo como o quantitativo são essenciais. Não obstante, a *falta de classificação como monumentos de muitos dos edifícios Modernos com valor monumental*[93] dificulta todo este processo. Com a Revolução Industrial o significado de monumento histórico ganha um novo significado, o *"antes" ganha agora uma maior importância*[94], por representar uma prova de produção anterior à indústria e com uma importância única. Do lado oposto, todas as construções durante e após este período tornam-se mais vulneráveis, por estarem incluídas num período histórico recente e por serem *organizados pela máquina*[95] não lhes é dada a devida atenção, como é o caso do Cinema Urbano. *É só no início do século XX que se inicia o desenvolvimento de um pensamento histórico evolutivo que expõe a necessidade de preservar toda a criação artística passada*[96], por ser algo irrecuperável e que, por isso, não pode ser entendido como algo comum. No entanto, a nova preocupação em conservar o novo património é também nela própria um problema, por outras palavras, a conservação total de toda a arquitetura concretizada passa a ser um objetivo pouco sensato, e, novamente, em especial na Arquitetura Moderna já que a produção em série possibilita um número avultado de construções em comparação aos movimentos antecedentes:

90. RIEGL, Alois, *El culto moderno de los monumentos: caracteres y origen*. Madrid: Visor, 1987, p. 24.

91. HENKET, Hubert-jan, *The icon and the ordinary. In* Seminário DOCOMOMO, *Modern movement heritage*. London: E & FN Spon, 1998. (Do.Co.Mo. Mo.). p. 14.

92. Idem, ibidem, p. 13.

93. ORNELAS, Cilísia Mónica Duarte, *Recuperação de cine-teatros modernos portugueses*. Porto: FAUP, 2006, p. 23.

94. Idem, *Faces do património : o contexto português.* Porto: Faup, 2002. Ano lectivo 2001/2002, p. 7.

95. *In* CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 117. *In* ORNELAS, Cilísia Mónica Duarte, *Faces do património : o contexto português.* Porto: Faup, 2002. Ano lectivo 2001/2002, p. 7.

96. RIEGL, Alois, ibidem , p. 27.

(...) a preocupação em conservar o património arquitetónico e industrial do século XX (até aos últimos decénios inclusive), muitas vezes ameaçado de demolição por causa do seu mau estado, causa hoje em dia um 'complexo de Noé', que tende a colocar ao abrigo do teto patrimonial o conjunto exaustivo dos novos tipos construtivos aparecidos ao longo deste período.[97]

Por outro lado, a deficiente manutenção dos ícones do século passado e o consequente obsoletismo funcional é igualmente absurdo. É, por isso, importante perceber a necessidade de se proceder a uma seleção cuidadosa e precisa de quais os edifícios modernos a conservar, atendendo a vários pontos: *se a sua utilidade vai para além da ideia do seu movimento, demonstrando a resistência ao tempo; se a sua importância passa pela representação da forma de pensar de um país ou região social, quer em termos técnicos como estéticos; se a conservação se torna justificável economicamente, ou desejável por razões puramente emocionais; e, acima de tudo, a conservação total do edifício passa a ser justificável quando a sua influência inovadora ultrapassa as fronteiras nacionais ou regionais*[98]. Segundo a análise destes quatro pontos mostra-se cada vez mais urgente a reabilitação dos antigos cinemas, a sua contínua degradação resulta de um desentendimento da essência destes espaços, isto é, o cinema resumia-se a um auditório onde a comunidade se reunia para diversas atividades para além do cinema, e que com o seu abandono restam apenas os cafés e as grandes praças de cada cidade para acolher tais reuniões, demonstrando que a utilidade dos cinemas urbanos vão muito para além de um tempo particular e são uma ideia que resiste no tempo. Por outro lado, cada casa de espetáculos foi desenvolvida para a representação de cada cidade, vila ou população, a sua monumentalidade procurou a representação do povo que servia de modo a criar condições dignas não só para o espectador, como também para o desenvolvimento de atividades culturais e sociais que ainda hoje são procuradas, assegurando sem qualquer dúvida a terceira questão exposta. Assim, a reabilitação destes antigos recintos pode prever uma continuidade funcional caso essa mesma função se adeque à nossa contemporaneidade e desde que se assegure uma utilidade funcional com conhecimento total da obra pré-existentes e da sua adequação às condições básicas de proteção. As alterações ou adições devem ser desenhadas com enorme respeito relativamente à composição original, sendo elas próprias um conjunto de vantagens de modo a tornarem o edifício capaz de atender às novas exigências. *A adaptação do edificado às sucessivas transformações das sociedades é um processo do desenvolvimento histórico que vai levantando, contínua e invariavelmente, a questão da maior ou menor utilidade das pré-existências às necessidades de cada época*[99]: a manutenção de

97. CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 222.

98. HENKET, Hubert-jan, *The icon and the ordinary. In* Seminário DOCOMOMO, *Modern movement heritage*. London: E & FN Spon, 1998. (Do.Co.Mo.Mo.), p. 14.

99. LACERDA, Manuel, *Património moderno/utilidade e inutilidade. In* TOSTÕES, Ana, *Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920-1970*. 1ª Edição, Lisboa, Ministério da Cultura e Instituto Português do Património Arquitectónico, 2004, p.17. *In* ORNELAS, Cilísia Mónica Duarte, *Recuperação de cine-teatros modernos portugueses*. Porto : FAUP, 2006, p.31.

um edifício como uma peça de arte sem qualquer futuro útil é pouco realista, é necessário procurar soluções rigorosas de adaptabilidade que permitem uma utilidade funcional que justifique a sua proteção. Todavia, estas adaptações a novas exigências geram algumas dúvidas relativamente à autenticidade da composição arquitetónica. *O carácter de modificação que lhe está inerente, mais ou menos profundo, que inclui as refuncionalizações, as alterações de formas de uso e ainda a alteração dos significados que estão associados*[100], são inevitáveis ao processo de adaptação de uma arquitetura desatualizada a uma nova realidade. Um edifício deve servir uma necessidade funcional de modo a ser possível de apreciar o seu valor artístico e a sua utilidade que está subjacente à arte da arquitetura. Assim, quanto maior a dedicação do seu desenho a exigências especificas, mais difícil se torna encontrar uma correspondência entre o uso original e o seu novo uso. Por este motivo, as intervenções passam a ser uma grande responsabilidade sobre quem intervém, obrigando-o a ter *um conhecimento prévio e consistente da materialidade técnico-construtiva do objeto, da arquitetura, da história e dos seus vários valores associados; e uma capacidade crítica na avaliação, quer das capacidades recetivas do objeto a novas necessidades, quer dos limites de transformação*[101]. A falha desta prévia avaliação resulta em *intervenções inadequadas e irreversíveis, que introduzem programas incompatíveis aos espaços existentes*[102].

A atitude de cada intervenção é interessante como ação patrimonial, no modo como interpreta e decide sobre o construído, ao decidir-se numa reutilização do edifício moderno, deve-se ter em consideração a malha urbana em que se insere. Ao propor-se uma modificação funcional é também necessária *a sensibilidade, inteligência e capacidade criativa para respeitar o valor autónomo do edifício e ao mesmo tempo adequar o seu uso a uma nova exigência*[103]. A reabilitação de cada cinema implica a adaptação de um edifício do século vinte aos regulamentos espetáculo atuais, mas não só. Para além das novas exigências de segurança, conforto e mobilidade, torna-se também necessário melhorar cada auditório às novas exigências acústicas, de projeção, isolamento, mudanças de ecrãs, etc., intervenções que acabam por representar a construção de um novo auditório. Isto cria o problema da autenticidade, a tentativa de conservar o máximo da composição original, apesar da intenção em reabilitar e conservar os cinemas urbanos, as grandes restrições levam quase a uma total renovação dos mesmos. Por outro lado, é importante refletir para além dos aspetos conceptuais da preservação e conservação, devendo ter-se em mente alguns dos aspetos estratégicos, ou seja, a nova capacidade funcional de cada edifício. O principal problema que deve ser resolvido é a criação de soluções que envolvem trazer de volta as audiências ao

100. LACERDA, Manuel, *Património moderno/Uma metodologia própria. In* TOSTÕES, Ana, *Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920-1970*. 1ª Edição, Lisboa, Ministério da Cultura e Instituto Português do Património Arquitectónico, 2004, p. 18.

101. Idem, ibidem.

102. ORNELAS, Cilísia Mónica Duarte, *Recuperação de cine-teatros modernos portugueses*. Porto: FAUP, 2006, p. 23.

103. *In* Cf., CECHINI, C., Conservazione Del Moderno. L'Importanza de Scegliere, A colóquio com Paolo Portoghesi, "AU Tecnologia", 8-9, 1992, p. 40., in, PIRAZZOLI, Nullo, Il restauro della arquitectura moderna, Ravenna, Edizioni Essigi, 1999, passim, p. 64. *In* ORNELAS, Cilísia Mónica Duarte, *Recuperação de cine-teatros modernos portugueses*. Porto: FAUP, 2006, p. 23.

cinema. A nova capacidade funcional deve ter em conta a história e considerar o meio urbano que está inserido porque acima de tudo, cada recinto fechou as suas portas por falta de espectadores e, na maioria dos casos, não pela falta de condições para acolher os diversos espetáculos. Por isso, faz sentido não só considerar as consequências de uma conservação, mas de igual modo qual o nível de urgência dessa mesma ação — *a preservação financeira*[104]. Assegurar que a reabertura de um antigo auditório que responde a todos os requisitos de conforto, segurança e tecnologia não irá garante a viabilidade económica do espaço, é necessário perceber e adaptar a nova capacidade funcional ao seu contexto social, urbano e arquitetónico e assegurar que essa função será viável economicamente, pois caso contrário à sua manutenção será impossível e o seu novo encerramento evidente.

Assim, cada intervenção tem a responsabilidade não só de viabilizar o completo funcionamento de um antigo equipamento cultural como também repensar em estratégias económicas viáveis para a sua abertura. O abandono destes antigos cinemas e cine-teatros surgiu pela falta da sua rentabilidade, as pessoas deixaram de ir ao cinema por diversas razões, sendo a televisão exposta como a principal, no entanto, o problema é bem mais complexo. A mudança no estilo de vida, a introdução de novas tecnologias e dispositivos pessoais afetaram um mercado que não se soube renovar e que ficou reduzido, a nível nacional, às grandes superfícies comerciais, deixando para trás uma presença urbana protagonizada por edifícios de prestígio que acompanharam o Movimento Moderno. Interpretaram na perfeição uma necessidade particular, num contexto particular e também num tempo particular. A sua difícil materialização procurou responder a exigências, requisitos técnicos e espaciais extremamente específicos, regulamentados por um estado totalitário, que com o tempo se revelaram impróprias e economicamente inviáveis. Hoje essas mesmas construções de prestígio estão abandonadas na malha urbana que se desenvolveu à sua volta. Com o tempo desenvolveu-se também uma cultura polarizada nas grandes cidades e percebeu-se que as pessoas não deixaram de a procurar:

é preciso um tempo de intervenção, de emendas, as zonas recuperadas precisam de tempo para ganhar a complexidade própria das cidades que estão vivas[105]

É preciso tempo, de facto, para se perceber a importância de um dado adquirido, ou a falta dele. A atualidade demonstra a necessidade aproximação da cultura às

104. HENKET, Hubert-jan, *The icon and the ordinary. In* Seminário DOCOMOMO, *Modern movement heritage*. London: E & FN Spon, 1998. (Do.Co.Mo.Mo.). p. 14.

105. SIZA, Álvaro *In* BARROSO, Ricardo Paz, *O tempo foi o grande arquitecto do Chiado. In* Jornal de Notícias, publicado a 17 de Dezembro de 2008, consultado a 11 de Julho de 2019, URL: https://www.jn.pt/local/noticias/lisboa/lisboa/interior/o-tempo-foi-o-grande-arquitecto-do-chiado-1060005.html

pessoas e erradicar o deserto cultural. Ao longo deste capítulo expõem-se três diferentes casos de estudo que demonstram a necessidade de reavivar a memória coletiva. Cada um deles exemplifica diferentes atitudes de projeto e estratégias de adaptação nos diferentes edifícios, materializam diferentes princípios a ter em conta na sua conservação, isto é, seja pela procura de oferecer ao edifício a capacidade de desempenhar as múltiplas funções para que foi desenhado; pela procura de oferecer de novo à comunidade um programa em falta na sua área urbana; ou pela atitude de projeto que procura respeitar a memória de um objeto arquitetónico alterando a sua organização espacial de forma a oferecer um maior conforto, qualidade espacial, etc.

fig. 21 entrada principal da Casa da Criatividade.



a casa da criatividade

Localizado no mesmo distrito e num dos concelhos vizinhos do objecto de estudo desta dissertação de mestrado integrado em arquitectura, o antigo Cinema Imperador em São João da Madeira foi inaugurado a 25 de Dezembro de 1958. Considerado, na altura, *uma das melhores e mais modernas salas de espetáculos da região*[101], recebe vários espetáculos para além do cinema por ter sido desenhado de acordo com as regras impostas até 1959. A história deste espaço não difere muito de outros equipamentos culturais inaugurados até ao fim da década de 1950 por todo o país: a sala explorada pela empresa Silva & Tavares, Lda. era composta por plateia e balcão, com uma lotação total 986 lugares. O grande auditório acaba por revelar uma capacidade excessiva para a sua população que acaba por se intensificar com o inicio da crise dos ecrãs entre as décadas de 1980 e 1990. Poderá dizer-se que foi um dos últimos equipamentos a inaugurar-se com a obrigatoriedade do Decreto-Lei nº 13.564 de 1927, um ano depois de ter aberto as suas portas à comunidade as regras são reformuladas e o desenho destes equipamentos fica facilitado sem a obrigatoriedade de ter uma programação dupla para teatro e cinema, ou uma autonomia que obrigava a criação de edifícios imponentes e de destaque na malha urbana como é o caso do Cinema Imperador.

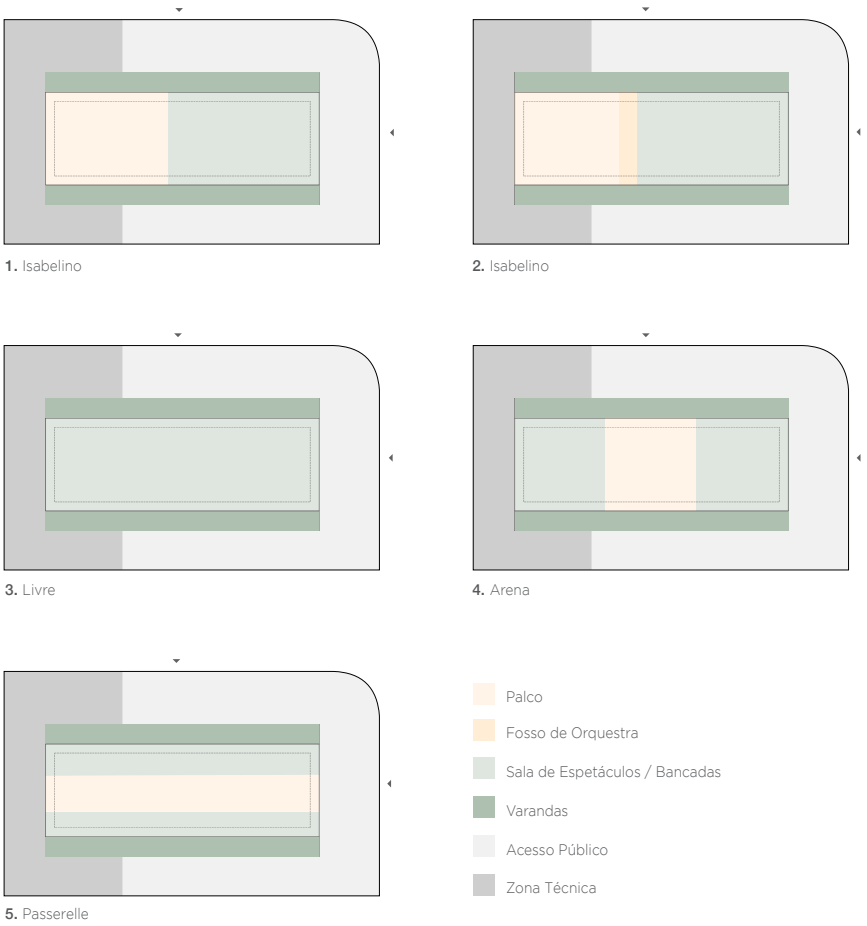
A crise do cinema, o aparecimento de recintos de menores dimensões com a possibilidade de se integrarem em edifícios com outros programas, levam à diminuição drástica dos espectadores e ao encerramento e consequente abandono do equipamento. A sua manutenção passa a ser insuportável para a empresa que o detém: a falta de uso afasta-o cada vez mais da possibilidade de reabertura, pois cada ano torna a sua rigidez funcional e programática cada vez mais obsoleta, aumentando a complexidade de adaptação à actualidade. A sua reactivação acaba por só ser possível através da compra pela autarquia. Felizmente, em 1999 em resultado de uma política interessada no desenvolvimento cultural da região, a autarquia local adquire o cinema com o objectivo de o requalificar e devolver à cidade o principal equipamento cultural daquele concelho.

Inaugurado no dia 12 de Junho de 2013[102] o Cinema Imperador é reaberto como A Casa da Criatividade. O projecto do arquitecto Filipe Oliveira Dias datado de 2006 devolve à cidade um teatro multifuncional que teve o cuidado de preservar a composição original do Imperador alterando-o de forma a responder às necessidades actuais. Mantêm-se as fachadas, as zonas técnicas, os espaços de circulação e a sala de espetáculos na localização original, no entanto, o auditório é totalmente adaptado a uma sala versátil que se transforma mediante os vários espetáculos necessários. A maior alteração é feita de forma a manter o objectivo da composição arquitectónica original, a adaptação do auditório aos diferentes espetáculos foi desde sempre uma característica inerente ao edifício, porém, a

101. Descrição do Grande Auditório fornecida pela página oficial da Casa da Criatividade, consultado a 07 de Junho de 2019, URL: https://www.casadacriatividade.com/natureza

102. *In Autarca de S. João da Madeira lança Casa da Criatividade no teatro criado pelo avô in RTP Notícias*, publicado a 11 de Junho de 2013, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.rtp.pt/noticias/cultura/autarca-de-s-joao-da-madeira-lanca-casa-da-criatividade-no-teatro-criado-pelo-avo_n658371

fig. 22 As cinco configurações possíveis da sala de espetáculos da Casa da Criatividade, esquemas realizados a partir de informação fornecida através de desenhos da sala de espetáculos e de esquemas apresentados em *Cine--Teatros: Reconhecer valorizar reutilizar* da autoria de Ana Brás, *in* Construção 2018, Porto: CEAU, Novembro 2018, p.8.



tecnologia existente no final de 1958 distanciava-se muito da actual e é disso que trata a Casa da Criatividade: uma adaptação à contemporaneidade.

Ao fim de 55 anos, as portas voltaram a ser abertas para acolher um espaço de referência no panorama nacional[103], a sala com 464 lugares, e 4 lugares de mobilidade reduzida, é baseada em salas de outras cidades europeias de forma a adaptar-se a qualquer tipo de espetáculos: *ópera, teatro, concertos sinfónicos, rock, artes circenses, congressos, passagens de modelos*[104], etc. A sua enorme adaptabilidade é alcançada através de um sistema que é capaz de reconfigurar a sala de espetáculos em cinco configurações diferentes em que é possível alterar tanto a posição do palco como da plateia. As cinco diferentes tipologias vão desde a liberdade de um auditório todo ao mesmo nível, em que o palco e a audiência se fundem num só plano de 33,68 metros por 14,49 metros; passando pela configuração clássica de teatro com um palco com 12 metros por 14 metros caso se pretenda um fosso de orquestra, ou um palco com 12 metros por 16 metros caso o espetáculo anunciado não precise do espaço destinado à orquestra; pela arena em que o palco se localiza no centro do espaço e as bancadas são dispostas nos extremos do auditório; acabando numa configuração em passerelle onde o palco assume o corredor central e as bancadas são montadas nas zonas laterais. O engenho demonstra o claro investimento politico na educação e na cultura do município, para o presidente que liderou a autarquia da época, a Casa da Criatividade deu continuidade à lógica promovida pela sua direcção que fez *"investimentos muito importantes na área da educação [com] resultados notáveis nos rankings nacionais"*[105].

103. Descrição do Grande Auditório fornecida pela página oficial da Casa da Criatividade, consultado a 07 de Junho de 2019, URL: https://www.casadacriatividade.com/natureza

104. *In Imperador faz obra de dois milhões, in Jornal de Noticias*, publicado a 31 de Dezembro de 2008, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.jn.pt/local/noticias/aveiro/sao-joao-da-madeira/interior/imperador-faz-obra-de-dois-milhoes-1065105.html

105. FIGUEIREDO, Ricardo Oliveira, *In Autarca de S. João da Madeira lança Casa da Criatividade no teatro criado pelo avô in RTP Notícias*, publicado a 11 de Junho de 2013, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.rtp.pt/noticias/cultura/autarca-de-s-joao-da-madeira-lanca-casa-da-criatividade-no-teatro-criado-pelo-avo_n658371

fig. 23 alçado principal e lateral da Casa da Criatividade.



A criação desta nova Casa é o reconhecimento de *uma nova economia que passa por uma economia do conhecimentos, mas também por uma economia da criatividade*[106]. A sua concepção em articulação com a Oliva Creative Factory — um outro investimento da mesma presidência que desenvolveu e criou uma incubadora de indústrias criativas — contribuiu para a revitalização da área onde está implantada e o investimento economicamente viável prova que o reconhecimento do património moderno é necessário de forma a evitar a destruição de edifícios como o Imperador. Apesar do seu abandono estas construções continuam a representar uma época em que a cultura se encontrava muito próxima das populações, representando espaços de lazer e de encontro que fazem parte da memória colectiva de uma comunidade:

"A cidade tem uma relação afetiva intensa com este cineteatro, que agora se vai aprofundar ainda mais, na medida em que as pessoas terão a oportunidade de participar como artistas na própria criação dos espetáculos."[107]

É, por isso, necessário repensar em formas de preservar este património, *tendo presente a necessidade da sua adaptação aos usos da vida actual, através de intervenções informadas, responsáveis e contemporâneas*[108].

106. FIGUEIREDO, Ricardo Oliveira, *In Autarca de S. João da Madeira lança Casa da Criatividade no teatro criado pelo avô in RTP Notícias*, publicado a 11 de Junho de 2013, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.rtp.pt/noticias/cultura/autarca-de-s-joao-da-madeira-lanca-casa-da-criatividade-no-teatro-criado-pelo-avo_n658371

107. Idem, ibidem.

108. BRÁS, Ana, Cine-Teatros: Reconhecer, valorizar, reutilizar *in* Construção 2018, Porto: CEAU, Novembro 2018, p. 7.

fig. 24 entrada secundária do Cinema Trindade.



o cinema trindade

No quinto dia do segundo mês de 2017 assinalou-se o regresso do cinema ao Trindade e, acima de tudo, à baixa portuense. Depois do seu encerramento a 31 de Dezembro de 2000, esta reabertura passa a ser a *quarta etapa da sua história*[109]. Inaugurado a 14 de Junho de 1913 como O Salão Jardim da Trindade, tinha na sua composição original uma sala de espetáculos, um salão de festas, um café com bilhares e ainda um terraço. O cinema que incluiu na sua primeira configuração — na altura ainda como um jovem invento — ganha tanta popularidade que leva a Empresa do Cinema Trindade a promover uma remodelação a grande escala no ano de 1957, com os arquitetos Viana de Lima e Agostinho Ricca. O Salão Jardim da Trindade passa então a ser constituído por uma ampla sala com quase 1200 lugares, uma configuração que acaba por se tornar insustentável com a intensificação da crise dos cinemas entre as décadas de 1970 e 1980. A quebra dramática de espectadores obriga a uma terceira transformação que acaba por subdividir o Trindade numa sala de bingo e dois cinemas-estúdio, que mesmo assim não subsistem ao abandono da Baixa e acaba por encerrar em 2000.

O encerramento do Cinema Trindade acaba por ser só mais um espaço a adicionar à vasta lista de cinemas que desaparecem no centro do Porto. Num levantamento realizado pelo Jornal Público[110] sobre cinemas portuenses, no ano 2008, existia uma única sala em atividade regular no centro portuense: o Estúdio 111 e apenas três cinemas abertos dentro da cidade: o multiplex Dolce Vita — o atual NOS Alameda — o Campo Alegre e o Cidade do Porto que, entretanto, acaba por fechar. Assim, no final da década restavam apenas 14 ecrãs. Todavia, em 1990 a situação era bem distinta: apesar da existência de 15 ecrãs, a sua divisão era mais regular: o Lumiére e o Batalha contavam, cada um, com dois ecrãs e o Trindade estava em renovações, já os outros cinco encontravam-se no centro urbano: Sá da Bandeira, Passos Manuel e o São João; nesta altura para encontrar cinemas no Grande Porto, só era possível em Matosinhos: o Chaplin e o York. Torna-se, por isso, evidente que as últimas décadas alteraram por completo a situação: os antigos ecrãs do centro do Porto ficam-se pelo caminho com a crise dos cinemas de bairro e de rua, e acabam por ser substituídos pelos multiplexes, que *no caso do Porto, cresceram como cogumelos na área metropolitana — onde atualmente há mais de seis dezenas de ecrãs*[111] acompanhando uma desertificação cultural progressiva provocada pelo êxodo dos habitantes para as zonas periféricas.

A importância do regresso do Cinema Trindade torna-se assim relevante não só para o cinema, mas também para uma *cidade onde há duas décadas havia mais de uma dezena de cinemas em atividade*[112], hoje, com uma programação cinematográfica regular, existe apenas um. A quarta etapa na história do Trindade é então assinalada através de um acordo entre a Empresa do Cinema Trindade e

109. ANDRADE, Sérgio C. *In Cinema Trindade vai reabrir com programação diária na baixa in Jornal Público*, publicado a 28 de Setembro de 2016, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.publico.pt/2016/09/28/local/noticia/cinema-trindade-vai-reabrir-com-programacao-diaria-na-baixa-do-porto-1745358

110. ANDRADE, Sérgio C. *In Enquanto o Porto espera pelo Batalha, o cinema vai no Trindadein Jornal Público*, publicado a 19 de Fevereiro de 2017, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.publico.pt/2017/02/19/local/noticia/enquanto-o-porto-espera-pelo-batalha-o-cinema-vai-mesmo-no-trindade-1762319

111. Idem, ibidem.

112. Idem, ibidem.

113. Fundada por Américo Santos em Santa Maria da Feira, no ano de 2012, é a principal responsável pelo novo projecto que defende a criação de uma nova e interessante oportunidade para o cinema de autor e trazer o cinema de volta à cidade: *"(...) em Portugal, a exibição está muito afunilada e controlada por empresas que são simultaneamente distribuidoras e exibidoras." In Cinema Trindade vai reabrir com programação diária na baixa in Jornal Público,* publicado a 28 de Setembro de 2016, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.publico.pt/2016/09/28/local/noticia/cinema-trindade-vai-reabrir-com-programacao-diaria-na-baixa-do-porto-1745358

a distribuidora Nitrato Filmes[113], com o apoio da autarquia permitindo o regresso deste espaço cinematográfico. Readaptam-se as duas salas aos requisitos na legislação atual destinado a pessoas de mobilidade reduzida e instalam-se novos equipamentos de projeção. As salas mantêm as mesmas características e as lotações mantêm-se com 183 e 163 lugares. A programação destas salas será, no entanto, diferente. Se por um lado uma tem como objetivo de acompanhar a exibição de filmes de estreia, acompanhando o roteiro cinematográfico nacional, por outro, haverá uma programação paralela com *ciclos, mostras e o acolhimento de programas como as festas do cinema francês e do cinema italiano*[114]:

"Vamos apostar numa programação que fará o cruzamento entre estreias da produção internacional do cinema de autor, com filmes de cineastas como Martin Scorsese, Pedro Almodóvar ou Nanni Moretti, e o acolhimento de ciclos, festivais e iniciativas de teor mais cineclubista."[115]

O objetivo de trazer de volta a atividade diária, com no mínimo quatro sessões por dia em cada sala, em que os horários se adequam à procura e à adesão do público, tem como grande desafio esse mesmo fator: trazer de novo os espectadores ao cinema. A aposta na presença de realizadores e atores na apresentação de filmes não é suficiente se não existir um trabalho com a comunidade e uma tentativa de *envolver as escolas e os professores, mas também as associações da cidade*[116] que acabam por se tornar um elemento essencial para o sucesso deste projeto.

O triunfo desta fórmula acaba por se refletir na contabilização de 50 mil espectadores ao fim de um ano de atividade. A ideia romântica de manter um cinema de rua no Porto com sessões diárias acaba por resultar num êxito com uma afluência regular do público, em que no seu segundo ano ultrapassa as expectativas e a contabilização do primeiro ano. Um fenómeno que também é gerado pela oportunidade de se ter investido no negócio certo e *no momento certo, numa altura de grande movimento cultural e turístico da cidade*[117]. Mas não só, *a opção política de fazer da cultura um ponto central da cidade*[118] é crucial para o desenvolvimento deste projeto. Assim, o apoio da Câmara Municipal do Porto é anunciado com a criação do cartão Tripass[119] e a criação de dois protocolos: um num valor de 20.000 euros com o Cinema Trindade e outro de 10.000 euros com o Passos Manuel, de forma a partilhar propostas enviadas para os espaços municipais e nos quais o Teatro Municipal tinha dificuldade em dar resposta. O "triângulo" formado entre o Trindade, Passos Manuel e o Teatro Municipal do Porto é apoiado e defendido como um mecanismo que permitirá assegurar *a exibição cinematografias essenciais do ponto de vista artístico ou cultural e que muitas*

113. Fundada por Américo Santos em Santa Maria da Feira, no ano de 2012, é a principal responsável pelo novo projecto que defende a criação de uma nova e interessante oportunidade para o cinema de autor e trazer o cinema de volta à cidade: *"(...) em Portugal, a exibição está muito afunilada e controlada por empresas que são simultaneamente distribuidoras e exibidoras." In Cinema Trindade vai reabrir com programação diária na baixa in Jornal Público,* publicado a 28 de Setembro de 2016, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.publico.pt/2016/09/28/local/noticia/cinema-trindade-vai-reabrir-com-programacao-diaria-na-baixa-do-porto-1745358

114. ANDRADE, Sérgio C. *In Cinema Trindade vai reabrir com programação diária na baixa in Jornal Público*, publicado a 28 de Setembro de 2016, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.publico.pt/2016/09/28/local/noticia/cinema-trindade-vai-reabrir-com-programacao-diaria-na-baixa-do-porto-1745358

115. ANDRADE, Sérgio C. *In Cinema Trindade reabre domingo com filme de Rodrigo Areias in Jornal Público*, publicado a 02 de Fevereiro de 2017, consultado a 03 de Junho de 2019, URL:https://www.publico.pt/2017/02/02/local/noticia/cinema-trindade-reabre-domingo-com-filme-de-rodrigo-areias-1760486

116. SANTOS, Américo *In Enquanto o Porto esera pelo Batalha, o cinema vai no Trindade in Jornal Público,* publicado a 19 de Fevereiro de 2017, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.publico.pt/2017/02/19/local/noticia/enquanto-o-porto-espera-pelo-batalha-o-cinema-vai-mesmo-no-trindade-1762319

117. SANTOS, Américo *In Cinema Trindade chegou aos 50 mil espectadores no primeiro ano in Jornal Público*, publicado a 04 de Fevereiro de 2018, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.publico.pt/2018/02/04/culturaipsilon/noticia/cinema-trindade-chegou-aos-50-mil-espectadores-no-primeiro-ano-1801962

118. Idem, ibidem.

119. O cartão Tripass posto à venda pela primeira vez no primeiro dia de 2017, consiste num incentivo aos portuenses na hora da escolha do cinema. Por um custo de 10 euros por ano,

vezes nem chegam a estrear no Porto[120]:

"A abertura do Trindade é um acontecimento muito relevante na vida cultural da cidade. Porque contraria a tendência inversa, que como todos sabem se verificou ao longo das últimas décadas, de encerramento de salas e de espaços de exibição de cinemas no centro do Porto."[121]

A posição muito central na cidade, com uma estação de metro nas suas proximidades e o benefício do crescente movimento noturno da cidade são as enormes vantagens da posição do cinema na cidade. No entanto, não é só o público jovem que vai ao Cinema Trindade, também o público mais velho o procura: numa sala carregada de memória, procura-se também *exibir filmes que recuperam um certo gosto por vir ao cinema em família*[122]. O seu sucesso proporciona a manutenção da programação cruzada, a derradeira aposta na sua reabertura, um sucesso que se baseia na preocupação de formar públicos e de procurar corresponder às expectativas dos espectadores de qualquer faixa etária. A verdade é que a cidade já oferecia *os teatros, as salas de espetáculo, os bares e restaurantes a abrir freneticamente; chegou a hora de abrir um cinema no coração da Baixa*[123]. Esta reabertura mostra que é o tempo de pensar, finalmente, nas pessoas que trabalham e vivem no Porto todo o ano, aproximar a vizinhança com a aproximação da sétima arte à comunidade e à cidade — que se esvaziou de conteúdo, mas que nunca perdeu o interesse na cultura cinéfila — acaba por ser uma das estratégias deste processo. Para o Trindade este foi um dos pontos essenciais para a sua abertura — repensar a proximidade de uma indústria convencionalmente distante — ir para além da projeção de fitas, da presença de quem as produz, mas no *vínculo com o público que não se limita apenas ao formato de debate em sala, mas que se espalha para a conserva mais informal nos corredores ou nos átrios*[124]:

"Vamos também convidar programadores, da cidade, do país e também de fora, a apresentar as suas ideias próprias sobre o cinema; a nossa ideia é ter uma espécie de cinemateca, com a preocupação de formar públicos e de corresponder às expectativas dos espectadores de todas as idades."[125]

inclui um bilhete de oferta no ato da compra e atribui um desconto de 25% na aquisição de bilhetes de cinema da cidade. Oferece também convites para sessões especiais e uma comunidade cinéfila com regalias mensais.

120. *In Cinemas do centro do Porto vão ter cartão de desconto conjunto in Jornal de Notícias*, publicado a 27 de Outubro de 2016, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.jn.pt/artes/interior/cinemas-do-centro-do-porto-vao-ter-cartao-de-desconto-conjunto-5466194.html

121. MOREIRA, Rui, ibidem.

122. MOURINHA, Jorge, *In As pessoas já vêm ao Trindade para estar umas com as outras in Jornal Público*, publicado a 05 de Fevereiro de 2019, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.publico.pt/2019/02/05/culturaipsilon/noticia/pessoas-ja-vem-trindade-estar-1860588

123. OLIVEIRA, Dário, *In Enquanto o Porto espera pelo Batalha, o cinema vai no Trindadein Jornal Público*, publicado a 19 de Fevereiro de 2017, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.publico.pt/2017/02/19/local/noticia/enquanto-o-porto-espera-pelo-batalha-o-cinema-vai-mesmo-no-trindade-1762319

124. MOURINHA, Jorge, *In As pessoas já vêm ao Trindade para estar umas com as outras in Jornal Público*, publicado a 05 de Fevereiro de 2019, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.publico.pt/2019/02/05/culturaipsilon/noticia/pessoas-ja-vem-trindade-estar-1860588

125. SANTOS, Américo, *In Cinema Trindade vai reabrir com programação diária na baixa in Jornal Público*, publicado a 28 de Setembro de 2016, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.publico.pt/2016/09/28/local/noticia/cinema-trindade-vai-reabrir-com-programacao-diaria-na-baixa-do-porto-1745358

fig. 25 proposta vencedora do arquitecto Carlos Prata para a reabilitação do Cine-Teatro de Amarante.



o cine-teatro de amarante

A crescente popularidade do cinema faz com que cada capital de distrito, município, ou população deseje construir a sua própria sala de cinema. Na maioria dos casos como são os investidores privados que avançam com tais projetos, o Estado acaba por desencadear uma reação ao fenómeno através de novas regras reguladoras. A rigorosa legislação, e a consequente inspeção, acabam por resultar na criação de um edifício representativo do século XX em Portugal. O Cine-Teatro Amarante é a materialização deste processo que dá origem aos *grandes equipamentos culturais do século XX*[126]. Inaugurado em 1947, oferece finalmente à cidade um espaço para a projeção de filmes, no entanto, tal como acontece à escala nacional, ao fim de 25 anos a sua rentabilidade acaba por diminuir drasticamente. Se por um lado a crise dos ecrãs, que arruinava as salas de espetáculos pelo país inteiro, levou ao afastamento dos espectadores deste cineteatro, gerando uma fraca rentabilidade do espaço, por outro a apatia dos responsáveis perante uma nova realidade e a falta de investimento na sua modernização dão o mote final do auditório. Assim, a sala de espetáculos, outrora *"de importância vital para a cidade"*[127], acaba por encerrar e sofrer várias intervenções para a *"instalação de áreas comerciais, escritórios e estabelecimentos de restauração e de diversão noturna"*[128]. Todavia, a principal razão pelo fraco investimento na modernização das salas, quer ao nível tecnológico, construtivo ou social, deve-se principalmente por estes espaços representarem um investimento privado que era economicamente incapaz de suportar as dispendiosas despesas de manutenção ou remodelação. A única alternativa passava pela sua aquisição pela autarquia local. Em Julho de 2000, o Cine-Teatro de Amarante acaba por ter a sua última oportunidade de reabertura: o município amarantino adquire o imóvel de forma a poder recuperá-lo como equipamento cultural da cidade, admitindo-o como um dos principais investimentos da região:

"Que melhor poderemos oferecer à cidade e ao concelho do que um equipamento compatível e preparado para várias manifestações de arte, cultura (cinema, música, teatro...), apto, enfim, para o reforço da democratização do acesso à cultura de lazer."[129]

A vontade de reabrir o Cine-Teatro leva à abertura de um concurso de ideias promovido pela autarquia local, do qual foram conhecidos os três primeiros prémios em Novembro de 2011. O primeiro lugar é atribuído à ideia do arquiteto Carlos Prata. Após a análise de quase quatro dezenas de propostas, a distinção é feita pela *leitura clara da pré-existência, garantido a memória do edifício, o que, simultaneamente, aposta numa imagem contemporânea de forte impacto*[130]. Numa atitude projectual de manter e reforçar *um elemento referencial da malha urbana da cidade de Amarante e [que] faz parte da memória coletiva de todos os que*

126. BRÁS, Ana, *Cine-Teatros: Reconhecer, valorizar, reutilizar in* Construção 2018, Porto: CEAU, Novembro 2018, p. 1.

127. ABREU, Armindo *in Câmara aprova "ideia" para recuperação do cineteatro de Amarante in* Município de Amarante, publicado em 02 de Novembro de 2011, consultado em 08 de Junho de 2019, URL: https://www.cm-amarante.pt/download/pt/info--149-2011-camara-aprova-ideia-para-a--recuperacao-do-cineteatro-de-amarante.zip

128. *In Cine-Teatro de Amarante vai ser recuperado*, publicado em 06 de Junho de 2011, consultado em 08 de Junho de 2019, URL: https://www.cm-amarante.pt/download/pt/info--82-2011-cine-teatro-de-amarante-vai--ser-recuperado.zip

129. ABREU, Armindo *in Câmara aprova "ideia" para recuperação do cineteatro de Amarante in* Município de Amarante, publicado em 02 de Novembro de 2011, consultado em 08 de Junho de 2019, URL: https://www.cm-amarante.pt/download/pt/info--149-2011-camara-aprova-ideia-para-a--recuperacao-do-cineteatro-de-amarante.zip

130. Excerto retirado do Relatório Final do Júri, na Divulgação dos resultados e exposição apresentada na página oficial da Ordem dos Arquitectos Secção Regional do Norte, consultada a 8 de Junho de 2019, URL: http://www.oasrn.org/comunicacao.php?pag=mensageiro&idmen=74&idnot=1224





vivem ou viveram a cidade[131], procurou-se eliminar todas as construções anexas de parca qualidade arquitetónica e construtiva de forma a melhorar o resultado final a nível da organização e da arquitetura. Da pré-existência mantêm-se integralmente os planos exteriores que serão abraçados por uma nova volumetria, mas com uma ausência de contacto entre os diferentes elementos: planos de vidro resolvem a transição entre o século XX e o século XXI, permanentemente evidenciada entre o grande volume de carácter monolítico completamente cego, que contrasta com a pré-existência de planos rebocados pintados com uma cor clara e com as guarnições dos vãos em granito.

O extenso programa é proposto através de uma organização interna, que é criada perante vários fatores: o terreno caracterizado por uma pendente muito acentuada, é também muito rochoso e, por isso, procurou-se *reduzir ao mínimo as escavações*[132], que por sua vez obrigou o arquiteto a *tentar ao máximo manter os elementos existentes, construídos e estruturais*[133]. Para além dos motivos estruturais e construtivos há ainda a necessidade de *garantir um eficiente e claro funcionamento dos acessos ao edifício*[134], quer na esfera pública como de serviço e de cargas e descargas. Estes fatores acabam por ser preponderantes na organização interna, que levam à decisão de relocalizar do palco e, por consequência, da torre de cena, de modo a simplificar todas as articulações internas do extenso programa. Contudo, a inversão da organização funcional do edifício obriga a alterar também o exterior do edifício, dando origem a volumes bastante proeminentes a nível de alçado. A sua presença, no entanto, acaba por ser pouco percetível segundo um ponto de vista próximo do edifício, pelo facto de que estes volumes se posicionam recuados relativamente ao plano da fachada e, num ponto de vista mais afastado, os mesmo são utilizados como ponto de informação sobre as atividades a realizar naquela sala de espetáculos através de um sistema LED que o reveste parcialmente.

Apesar desta solução corresponder corretamente a todas as exigências do programa e garantir a polivalência de usos da sala de espetáculos, levando-a a ser considerada *a [proposta] que melhor responde a todas as solicitações e exigências técnicas para este tipo de equipamento*[135], duas outras propostas foram destacadas para segundo e terceiro prémio — a ideia do Atelier 15, Arquitetura, Lda. e a de António Mota, Susana Machado, Arquitetos, Lda., respetivamente. O segundo prémio é atribuído à proposta que leva a vontade de requalificação do Cine-Teatro num sentido quase literal. Os arquitetos procuram recuperar a estrutura original tanto das fachadas como o restante edifício. O aproveitamento é conjugado de uma forma *bastante consistente, a consolidação dos traços identificadores da pré-existência com a sua função de contentor das novas exigências programáticas*[136]. De modo a responder à totalidade do extenso e complexo programa, propõem-se

131. PRATA, Carlos *in Memória Descritiva e Justificativa da Reformulação do Projecto de Recuperação do Cine-Teatro de Amarante: Projecto de Execução*, Porto: Carlos Prata, Arquitecto, Fevereiro de 2017, p. 1.

132. PRATA, Carlos *in Memória Descritiva e Justificativa da Reformulação do Projecto de Recuperação do Cine-Teatro de Amarante: Projecto de Execução*, Porto: Carlos Prata, Arquitecto, Fevereiro de 2017, p. 3.

133. Idem, ibidem.

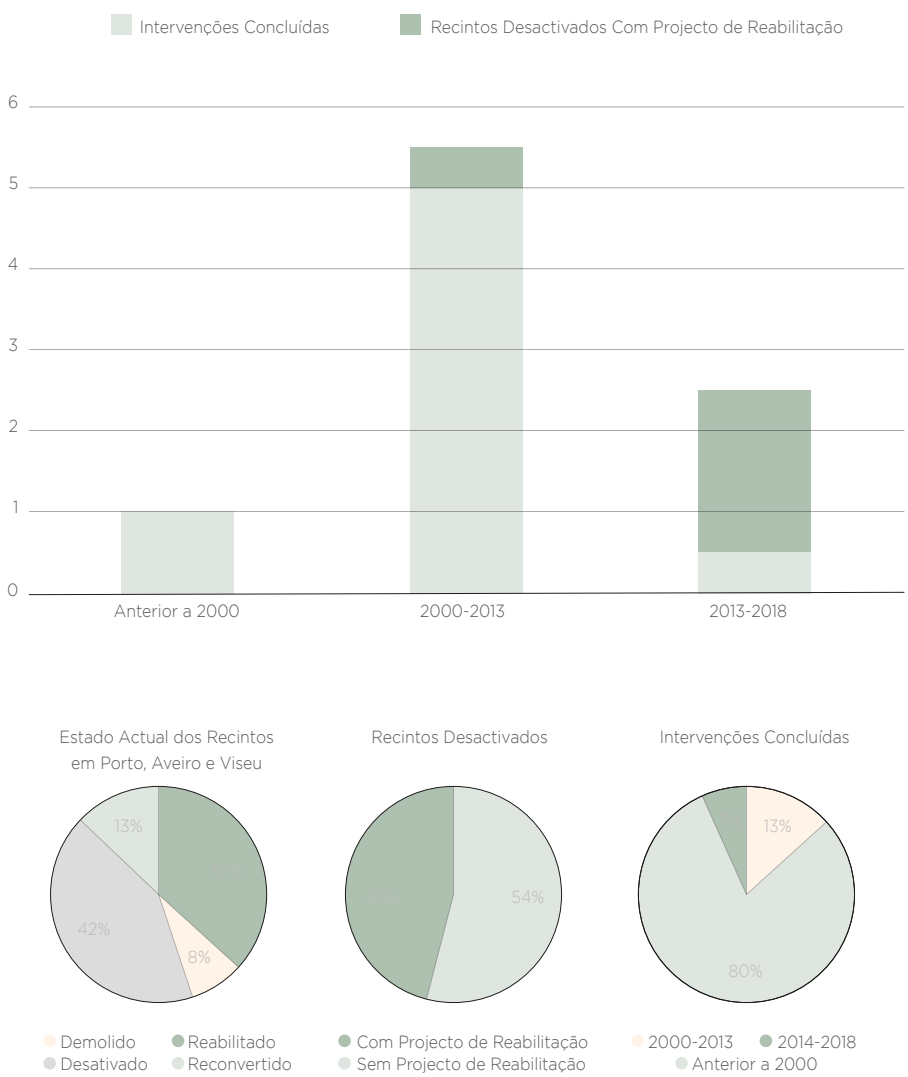
134. Idem, ibidem.

135. Excerto retirado do Relatório Final do Júri, na Divulgação dos resultados e exposição apresentada na página oficial da Ordem dos Arquitectos Secção Regional do Norte, consultada a 8 de Junho de 2019, URL: http://www.oasrn.org/comunicacao.php?pag=mensageiro&idmen=74&idnot=1224

136. Idem, ibidem.

fig. 26 & 27 proposta vencedora do segundo prémio do gabinete de arquitetura Atelier 15 (à esquerda), para a reabilitação do Cine-Teatro de Amarante & proposta vencedora do terceiro prémio dos arquitectos António Mota e Susana Machado (à direita) para a reabilitação do Cine-Teatro de Amarante.

fig. 28 estudo estatístico sobre os recintos existentes nos distritos do Porto, Aveiro e Viseu. Os dados são analisados a partir dos números apresentados no Quadro 01 presente em Anexos.



ainda ampliações principalmente para a caixa de palco. O cuidado de responder às necessidades programáticas e, ao mesmo tempo, de procurar uma solução que conserva ao máximo a construção existente faz com que a proposta seja selecionada como uma segunda opção do concurso de ideias.

Finalmente, o terceiro classificado é destacado pelo júri pela sua atitude inovadora: *"(...) a procura cuidada de soluções para as questões técnicas a resolver, nomeadamente de comportamento térmico e acústico, dá também o mote competitivo de intervenção."*[137] A sua resposta precisa e clara ao programa proposto e ainda proposta de uma sala de *espetáculos interessante*[138], destacam o projeto. Para além disso, também ele sobressai de entre as restantes propostas pela articulação com o edifício pré-existente em que respeita todos os elementos representativos do Cine-Teatro.

A importância deste caso de estudo para o desenvolvimento da presente investigação reside no facto de que o Cine-Teatro de Amarante representa, não só o panorama nacional atual relativamente a estes edifícios, como também as diferentes atitudes de projeto perante as intervenções destas construções. A nível nacional, apesar do progressivo abandono dos equipamentos culturais nas décadas de 1980 e 1990, a sua requalificação tem tido um aumento desde 2014. Através de um estudo estatístico, analisou-se qual o estado atual dos recintos pertencentes aos distritos Porto, Aveiro e Viseu[139]. Numa primeira observação percebe-se que 42% destes recintos encontram-se desativados, 37% foram reabilitados, 8% foram demolidos e 13% foram reutilizados ou reconvertidos à sua função original[140]. Infelizmente, a maior percentagem apresentada atribui um número aos edifícios que encerraram pela perda de rentabilidade permitindo-se que *"o tempo e os 'inevitáveis incidentes' (...) se encarreguem de lhes conferir avançados estados de degradação que tornem inviável a sua recuperação e justificável a demolição"*[141]. Não obstante, a maior percentagem a pertencer aos recintos ainda sem um futuro — 54% dos recintos desativados não têm qualquer projeto de reabilitação enquanto que 46% têm já um futuro planeado com projeto de reabilitação — esta realidade tem sido alterada substancialmente. Enquanto que até 2000 não houve muito interesse na sua intervenção, a partir de 2000 e até 2013 este interesse começou a aumentar — 80% das intervenções executadas realizadas até 2018 são feitas neste período de 13 anos. Todavia, é a partir de 2014 que há um crescimento exponencial no interesse de requalificação destes equipamentos: se no período anterior foram concluídos 80% de todas as intervenções existentes até hoje, desde 2014, e num período de 4 anos, são criadas novas propostas num número que corresponde a metade de todas as propostas realizadas num período de 13 anos (entre 2000 e 2013). Assim, é possível concluir que o interesse crescente na reabilitação dos

137. Excerto retirado do Relatório Final do Júri, na Divulgação dos resultados e exposição apresentada na página oficial da Ordem dos Arquitectos Secção Regional do Norte, consultada a 8 de Junho de 2019, URL: http://www.oasrn.org/comunicacao.php?pag=mensageiro&idmen=74&idnot=1224

138. Idem, ibidem

139. Os distritos Porto, Aveiro e Viseu tornam-se importantes para o estudo da situação actual dos equipamentos culturais pelo facto de que representam tanto o distrito ao qual a cidade de Vale de Cambra — o distrito de Aveiro — como os distritos que o rodeiam e incluem a zona metropolitana que esta cidade faz parte — a Zona Metropolitana do Porto.

140. Com o aparecimento do cinema muitos teatros acabam por serem convertidos em salas de projecção por serem a solução mais fácil e imediata na criação de espaços cinematográficos.

141. BRÁS, Ana, *Cine-Teatros: Reconhecer, valorizar, reutilizar in* Construção 2018, Porto: CEAU, Novembro 2018, p. 6.

equipamentos culturais tem um aumento de maior importância a partir de 2014, não só pelo novo interesse no desenvolvimento da cultura através de políticas que apoiam o seu progresso, mas também pelo fator económico: o fim da crise de 2008 faz com que se criem novos programas de apoio à cultura, como é o exemplo do programa Portugal 2020[142], um dos principais fundos da requalificação do Cine-Teatro de Amarante.

Por fim, o processo de intervenção no Cine-Teatro de Amarante importa no estudo dos diferentes tipos de atitudes projetuais na requalificação destes equipamentos. Se, por um lado, o primeiro prémio se dedica à preservação da imagem original do edifício e adapta-o a uma nova organização interna, o segundo prémio procura preservá-lo de um ponto de vista total da composição. Embora exista uma distinção entre elas através da atribuição de prémios, ambas as opções são igualmente válidas desde que exista *o respeito pela obra histórica ou artística do passado sem proscrever o estilo de nenhuma época*[143]. É importante relembrar que estas intervenções têm como objetivo adaptar um edifício que foi construído para uma época e para uma realidade particular, da qual o seu *obsoletismo* levou ao seu encerramento e consequente abandono. Por esta razão, o essencial torna-se a reflexão sobre de que maneira podemos adequadamente dotar o edifício de uma capacidade funcional para uma nova época, tornando-o economicamente viável de forma a gerar interesse numa entidade disponível em mantê-lo. Nas duas propostas evidenciam-se aproximações de conservação distintas, em que no primeiro prémio se mostra *apenas uma opção de entre diferentes abordagens à preservação total*[144], que, apesar de tudo, providencia alterações e adições ao pré-existente com um enorme respeito para com a arquitetura e a memória coletiva da comunidade de Amarante, procedendo a uma atitude correta de capacitar o edifício de funções impostas pelas novas exigências.

142. "Trata-se do ACORDO DE PARCERIA adotado entre Portugal e a Comissão, que reúne a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão, Fundo Social Europeu, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pescas - no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, prosseguindo a ESTRATÉGIA EUROPA 2020." *In* 'O que é o Portugal 2020', consultado a 10 de Junho de 2019, URL: https://www.portugal2020.pt/content/o-que-e-o-portugal-2020

143. *In* CALADO, Maria, *Património Moderno: conceitos, métodos, classificação e protecção. In Património arquitectónico moderno. Do contexto internacional ao concelho de Oeiras*, Oeiras, Portugal: Câmara Municipal, 2005. pp. 96-105. *In* BRÁS, Ana, *Cine-Teatros: Reconhecer valorizar reutilizar in* Construção 2018, Porto: CEAU, Novembro 2018, p. 6.

144. HENKET, Hubert-jan, *The icon and the ordinary. In* Seminário DOCOMOMO, *Modern movement heritage*. London: E & FN Spon, 1998. (Do.Co.Mo.Mo.). p. 17.


nuovo
cinema
PARADISO


nuovo
cinema
PARADISO


nuovo
cinema
PARADISO

Il Nuovo Cinema

"(...) que a relação da colectividade com o lugar e com a ideia deste, nos ajude a perceber o significado da estrutura urbana, da sua individualidade, da arquitectura da cidade que é a forma desta individualidade. (...) a união entre o passado e o futuro está na própria ideia da cidade que a percorre, tal como a memória percorre a vida de uma pessoa, e que para se concretizar se deve sempre formalizar, mas também conformar com a realidade."

145. ROSSI, Aldo, *A arquitectura da cidade*. Lisboa: Cosmos, 2001. Cosmos arquitectura), p. 193.

As intervenções nos antigos cinemas urbanos têm como principal objetivo devolver à cidade um dos mais importantes equipamentos. Porém, é importante perceber que esta ação não se pode resumir ao edifício, é preciso perceber de que forma se pode garantir a rentabilidade dos espaços, ou por outras palavras, de que forma podemos trazer de volta as pessoas ao cinema.

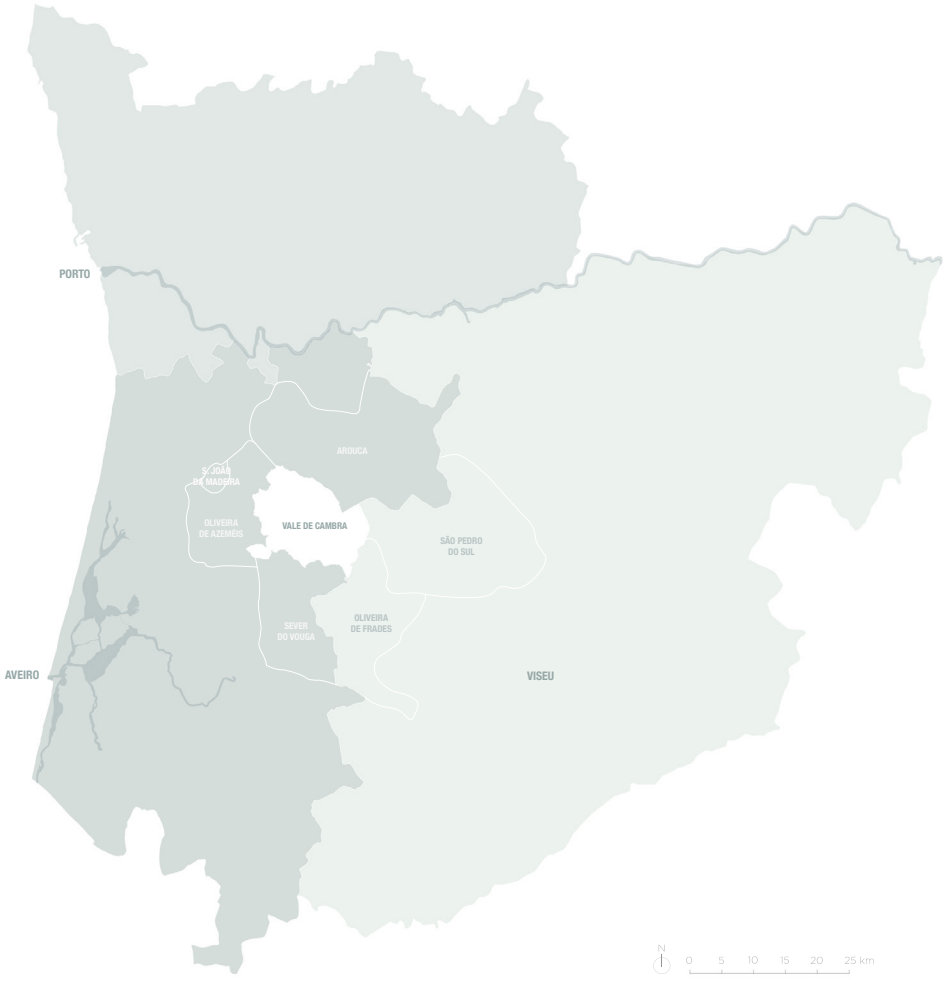
No capítulo anterior analisam-se casos de estudo que expõem metodologias adotadas na atualização dos recintos cinematográficos às exigências do tempo presente. Em geral, a estratégia utilizada passa por oferecer aquilo que não é possível, ao espectador, ter em casa, isto é, quer ao nível tecnológico, quer ao nível do conforto. No entanto, esta linha de pensamento carece de um dos principais focos destes equipamentos: a comunidade. No passado, o cinema era o lugar de reunião de famílias, amigos e conhecidos; eram espaços que ocupavam um lugar importante na cidade, mas também na memória colectiva da sua população. A sua essência transcende o edifício e resulta de uma partilha entre o seu valor emocional e funcional.

O cinema, ocupado nos tempos livres, tinha as portas abertas a todas as classes sociais. Hoje este poder de aproximação foi substituído pela procura do individualismo através dos novos ecrãs proporcionando, muitas vezes, a dissociação da realidade. Contudo, a saturação deste individualismo, ou a necessidade humana da interação que vai para além destas novas tecnologias, faz com que se inicie um caminho inverso do afastamento entre indivíduos. A crescente vontade de voltar ao passado e à de aproximação da comunidade dá lugar a uma procura crescente de lugares que proporcionem actividades sócio-culturais como o cinema urbano do século XX .

O desaparecimento dos equipamentos do século anterior e o reaparecimento de um novo interesse de aproximação, gera um novo problema na cidade actual: apesar da sua conservação na memória colectiva, as catedrais de ontem são agora fantasmas na na malha urbana, sem a capacidade de responder a uma antiga necessidade humana, que também ela foi esquecida no momento do encerramento destes cinemas. A necessidade de reinventar estes espaços que ficaram esquecidos no

tempo ganha uma nova dimensão. O estudo do antigo cinema de Vale de Cambra mostra-se como exemplo do abandono cultural dos pequenos centros urbanos. A sua história, semelhante a todos os cinemas do século XX, que apesar de ser considerado um dos melhores equipamentos da região, fecha as suas portas por mais de quinze anos, abandonando o único espaço sócio-cultural do concelho. Através de uma análise histórica, urbanística e projectual, quer da cidade quer do objecto, pretende-se demonstrar a urgência da necessidade programática deste cinema urbano.

fig. 30 Localização geográfica do concelho de Vale de Cambra.



da vila à cidade

Para uns, **Cambra** *deriva de Calambriga — cívicas pré-romana que terá existido na região, pois as duas sílabas finais contêm o elemento céptico — Briga — que significa altura fortificada — castro — posteriormente romanizada.*
Para outros, **Cambra** *deriva da corrupção da palavra Câmara que o popular trocaria por Cambra. Beseiam-se no facto da designação de Câmara ser dada às terras dos Bispados instituídos em Portugal antes do século XIV.*[146]

Vale de Cambra é a sede de um concelho composto por nove freguesias — Arões, São Pedro de Castelões, Cepelos, Codal, Junqueira, Macieira de Cambra, Rôge, Vila Chã e Vila Cova de Perrinho — localiza-se num vale delimitado pelas margens dos rios Caima e Antuã. A sua implementação feita num ponto convergente de diversos caminhos mercantis faz do concelho de Vale de Cambra um ponto estratégico tanto à escala distrital como nacional. A sua posição transitória entre a beira litoral e a beira interior faz desta cidade um ponto de referência tanto para os concelhos que o limitam — Arouca a norte, Sever do Vouga a sul, Oliveira de Azeméis a poente e São Pedro do Sul e Oliveira de Frades a Nascente — como para o agrupamento de municípios do distrito de Aveiro e para a Grande Área Metropolitana do Porto que pertence. O concelho que se estende por 148,5[147] km^2 localiza-se ainda na sub-região de Entre Douro e Vouga — uma área limitada pelos rios Douro e Vouga, tem na sua composição as sedes dos concelhos de Arouca, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra — distinguida pelas altas serranias que a compõem. No caso de Vale de Cambra, as Serras da Freita e do Arestal dão origem a duas grandes encostas muito acentuadas que criam um microclima de vale fundo com uma amplitude de cotas variável entre os 200 e os 1 000 metros.

A sua origem céltica no topónimo Calambriga, foi elevada a uma organização romana que acaba por evoluir para uma *circunscrição medieval "julgado e terras de Cambra" que se mantém até hoje*[148] e, mais tarde, em 1514 é reconhecida pelo rei D. Manuel I através de um Foral concedido à povoação e freguesia Macieira de Cambra. Este documento passa a ser reconhecido na época moderna, em 1832, com a criação do concelho de Cambra que acaba por resistir apenas três décadas levando-o à sua supressão e consequente anexo a Oliveira de Azeméis. A sua independência só voltará a ser restituída com o final do século graças ao desenvolvimento mercantil *modestissimo lugarejo, sem que nada denotasse sinais de seu futuro desenvolvimento*[149]. Apesar da sua parca escala, o sítio estava fixado num cruzamento de caminhos comerciais com condições geográficas ideiais para o crescimento da atividade, proporcionando um maior número de transações comerciais entre a pequena comunidade e as povoações vizinhas. A criação das antigas feiras mensais fazem surgir pequenas habitações mais ou menos permanentes que dão origem a uma pequena população com grande potencial de desenvolvimento económico. Esta promessa de um futuro centro leva a que a 31 de Dezembro de 1926 o concelho de Macieira de Cambra seja extinto e transferido

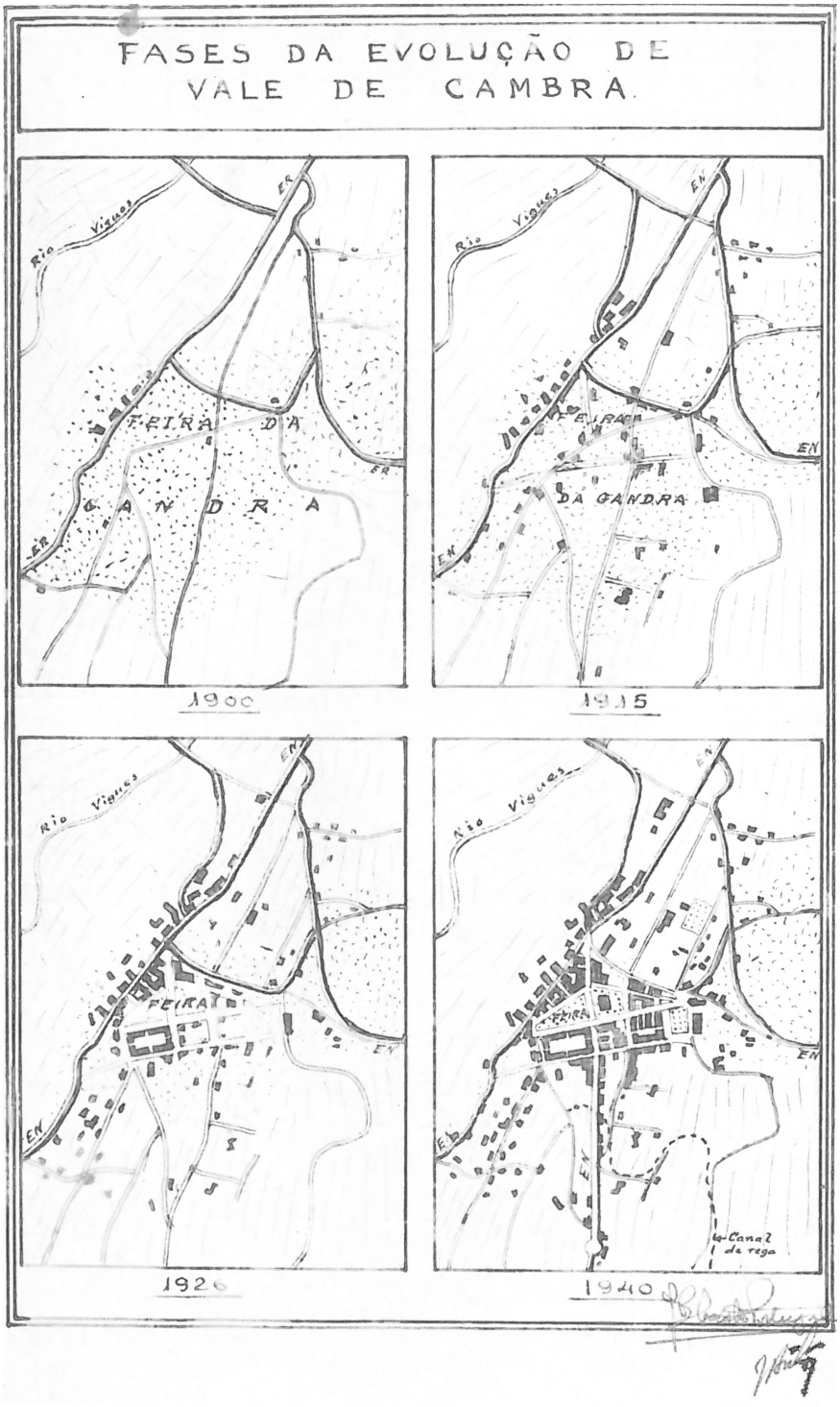
146. MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide, *Monografia de Vale de Cambra.* Vale de Cambra: Câmara Municipal de Vale de Cambra, 1993, p. 9.

147. Idem, ibidem, p. 25.

148. PORTUGAL, José Bessa de Castro, BRITO, Julio José de, *in Ante-Plano de Urbanisação da Vila de Vale de Cambra*, Volume I, 1949, p. 5.

149. MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide, ibidem, p. 9.

fig. 31 Análise da evolução da Vila de Vale de Cambra para o *Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra* de 1945 concretizado pelo engenheiro José Bessa de Castro Portugal em parceria com o arquitecto Julio José de Brito para o Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra. Desenhos disponibilizados pelo Arquivo da Câmara Municipal de Vale de Cambra.



para o lugar da Gandra[150] na freguesia de Vila Chã, batizando o concelho e a povoação de Vale de Cambra.

Com efeito, o antigo cruzamento de caminhos mercantis acaba por se desenvolver no ponto convergente de diferentes estradas nacionais, serviços administrativos, equipamentos e comércio a que hoje chamamos de Vale de Cambra. Com o tempo desenvolvem-se o comércio de pequena escala e a feira, esta última que se realizava mensalmente passa a encher as ruas da nova cidade todas as quinzenas, nos dias 9 e 23. Em 1913 constrói-se a primeira fábrica de serração levando ao aumento significativo de construções privadas e, em sete anos, é possível identificar um aglomerado populacional de dimensões consideráveis com um centro industrial e comercial único. O crescimento desregrado começa, porém, a desenvolver um povoamento de mau aspeto com *barracas, casas de pedra e lata, tudo á mistura, davam ao conjunto a impressão de uma ilha*[151], uma aparência que em nada altera as qualidades excecionais para o desenvolvimento de um futuro centro económico e, por isso, o contínuo investimento no concelho resulta numa multiplicação caótica resumida a um *amontoado de casas, entrecortado de ruelas e de recantos*[152]. Esta mau aspeto e situação de parca salubridade leva à execução do primeiro anteplano de urbanização na região: *latadas, barracas, casas de tabua, pedra e lata que eram um estorvo á execução da obra, foram demolidas rapidamente, rapidamente arrumados os escombros e avenidas, ruas e largos aparecem em sua substituição*[153]. Apesar dos protestos da população contra a destruição das suas construções, esta nova organização permitiu o desenvolvimento rápido, mas ponderado, regrado e progressivo da população que, em 1926, levou à decisão de mudança de sede de concelho para este lugar que prometia um excelente desenvolvimento tanto urbano como económico:

Desde 1900 a 1922 criou-se nova feira mensal no dia 23, montaram-se duas fábricas de serração, várias oficinas e a povoação foi crescendo continuamente, transformando-se no centro comercial e industrial do concelho. O crescimento era, porém, desordenado, e as construções, de um modo geral, más. De 1923 a 1925 a povoação foi quasi completamente remodelada. Em 1929 a transformação era radical por efeito do plano executado e do valioso concurso dos seus laboriosos habitantes.

De 1926 até ao presente o seu progresso tem-se acentuado e é grande se tivermos em conta o seu início como povoação que é recente[154] (**fig. 31**).

150. *"O local onde actualmente assenta a Vila de Vale de Cambra, era outrora um grande largo povoado de arvores, sobretudo carvalhos e sobreiros e denominava-se, por tal facto, como logicamente é de supor, GANDRA." in* PORTUGAL, José Bessa de Castro, BRITO, Julio José de, *in Ante-Plano de Urbanisação da Vila de Vale de Cambra*, Volume I, 1949, p. 5.

151. PORTUGAL, José Bessa de Castro, BRITO, Julio José de, *in Ante-Plano de Urbanisação da Vila de Vale de Cambra*, Volume I, 1949, p. 5.

152. Idem, ibidem, p. 6.

153. Idem, ibidem, p. 7.

154. Idem, ibidem, p.8.



fig. 32 Fotografia do edifício dos Paços do Concelho, 1950. *In* CRUZ, Maria da Graça Gaspar Mendes de Pinho da, *Vale de Cambra: meio século de imagens.* [S.l.]: [s.n.], 1999-2000. Vol.1: *Fotografias da Família Sousa*: edição comemorativa do 6º ano de elevação a Cidade (1999), img.16.



fig. 33 Fotografia da Feira da Gandra realizada quinzenalmente nos dias 9 e 23. *In* CRUZ, Maria da Graça Gaspar Mendes de Pinho da, *Vale de Cambra: meio século de imagens.* [S.l.]: [s.n.], 1999-2000. Vol.2: *Transportes, Indústria e Comércio*: fotografias da Família Sousa: edição comemorativa de Natal (1999), img.52.

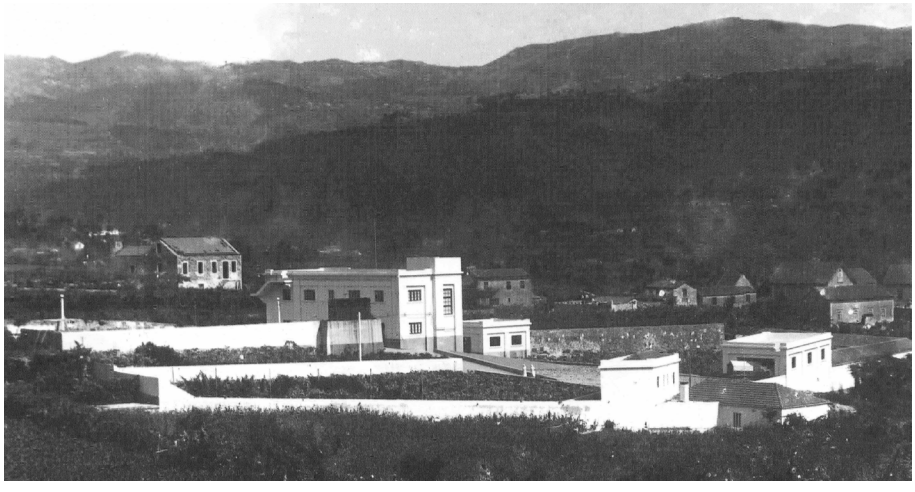


fig. 34 Fotografia da fábrica Martins & Rebelo, em Pinheiro Manso na freguesia de São Pedro de Castelões, fotografia do ano 1934. Feira da Gandra realizada quinzenalmente nos dias 9 e 23. *In* Cruz, Maria da Graça Gaspar Mendes de Pinho da, *Vale de Cambra: meio século de imagens.* [S.l.]: [s.n.], 1999-2000. Vol.2: *Transportes, Indústria e Comércio*: fotografias da Família Sousa: edição comemorativa de Natal (1999), img.16.

A atual cidade Vale de Cambra forma-se assim *nos terrenos da Feira da Gandra, que ficava entre as 3 freguesias de Vila Chã, Macieira de Cambra e [São Pedro de] Castelões*[155]. Da união destas três freguesias resulta o centro urbano da cidade que concentra, atualmente, 70% da população residente no concelho. Num inquérito realizado ao concelho e à cidade de Vale de Cambra, em 1940, a propósito da criação do segundo A*nte-Plano de Urbanisação* da cidade estima-se que naquela cidade eram residentes 1 054 habitantes, e no concelho 17 191. Atualmente este número cresceu até aos 22 864 em todo o concelho, porém, é o número mais baixo desde que há registo por parte do Instituto Nacional de Estatística. Não obstante, a densidade populacional apresenta valores que vão contra a desertificação do interior do país, graças ao desenvolvimento do sector industrial, referenciado a nível nacional. Sabe-se[156] que em 1993 o conjunto de habitantes com uma carreira ativa era repartido essencialmente entre os sectores secundário (43,8%) e primário (38,2%), enquanto que o sector terciário representava apenas 18,5% das atividades desenvolvidas em Vale de Cambra. Dezoito anos mais tarde, o sector secundário acaba por representar a atividade desenvolvida por mais de metade da população ativa (53,5%) enquanto que o sector primário diminui exponencialmente — representado apenas 2,04% — e o terciário evolui para os 25,8 pontos percentuais. A importância da indústria transformadora para o concelho é assim vital, apresentando uma capacidade polarizadora dentro do próprio concelho, do distrito e até nacional, provocando grandes movimentos entre as freguesias com maior incidência — são eles Codal, Vila Chã, São Pedro de Castelões e Macieira de Cambra.

A atividade industrial foi inicialmente muito marcada pelo aproveitamento dos recursos naturais, que até 1896 é desenvolvida de um modo artesanal e caseiro. Contudo, a introdução da produção industrial leva à fundação da primeira unidade fabril de produtos lácteos, a Sociedade Martins e Rebelo, que chega a atingir 27% da produção nacional em 1940. O seu enorme desenvolvimento e o aumento deste tipo de produção leva à introdução da indústria da latoaria litografada que oferecia uma melhor apresentação dos produtos. Em 1929 introduz-se a energia elétrica e extinguem-se as fábricas a vapor e as oficinas manuais, desencadeia-se uma explosão industrial no concelho e o pequeno vale transforma-se num centro industrial onde estão fixadas algumas das maiores indústrias do país. Por fim, com o melhoramento viário do concelho associado ao primeiro anteplano anteriormente referido, são criadas melhores relações entre as produções regionais que levam as primeiras indústrias relacionadas com recursos naturais a evoluírem num grande dinamismo industrial a partir da década de 1970. A exploração industrial da metalomecânica e seus derivados cresce exponencialmente atingindo um *valor*

155. PORTUGAL, José Bessa de Castro, BRITO, Julio José de, *in Ante-Plano de Urbanisação da Vila de Vale de Cambra*, Volume I, 1949, p. 11.

156. MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide, *Monografia de Vale de Cambra.* Vale de Cambra: Câmara Municipal de Vale de Cambra, 1993, p. 38.

líquido de produção superior à média geral do país[157], relativamente à produção de lacticínios ultrapassava já em 1945 os distritos do Porto, Viana, Viseu, Braga em mais de 350 toneladas de manteiga[158]. No entanto, atualmente, o sector de fabricação de produtos metálicos, máquinas, equipamentos e material de transporte é a área predominante, seguido do sector de indústrias da madeira, em que as pequenas empresas são quem formam o grande tecido industrial do concelho, que, no total de todos os sectores fabris, empregam cerca de 50% da mão de obra do concelho.

A indústria assume-se assim como a atividade económica mais dinâmica do concelho, empresas como Metalúrgica Progresso, Lacto-Lusa/Lacto-Ibérica, Arsopi e Vicaima sediadas em Vale de Cambra são apresentadas pelo semanário Expresso em 1990[159], como as 1000 maiores do país, oferecem uma capacidade empregadora invulgar e específica no panorama nacional. É provavelmente por isso que o veículo próprio é o mais utilizado, em 100 pessoas 73% utiliza o automóvel para se deslocar tanto para o trabalho como para a procura de serviços no centro da cidade, já os restantes 23% utilizam os transportes públicos ou através da deslocação própria. A fraca cobertura dos transportes públicos associado ao meio maioritariamente rural e à alta empregabilidade da região, dá a possibilidade do fácil acesso ao veículo próprio. Contudo, sendo um concelho ainda extenso e com uma grande amplitude de cotas o transporte público é muitas vezes negligenciado. Apesar da presença de uma central de camionagem no centro urbano da cidade de Vale de Cambra a sua simples criação não é suficiente, são necessários melhores serviços de transportes para que a comunidade consiga aceder aos equipamentos existentes em torno do centro urbano assim como a criação deste tipo de ligações com outros concelhos.

157. MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide, *Monografia de Vale de Cambra.* Vale de Cambra: Câmara Municipal de Vale de Cambra, 1993, p. 53.

158. PORTUGAL, José Bessa de Castro, BRITO, Julio José de, *in Ante-Plano de Urbanisação da Vila de Vale de Cambra*, Volume I, 1949, p.28.

159. JESUS, Duarte Manuel Cardoso de, *A problemática do estacionamento na cidade: estudo de um caso prático em Vale de Cambra*. Porto: Faup, 2006. Ano lectivo 2005/2006, p. 49.

fig. 35 Concelho de Vale de Cambra: as nove freguesias e o sistema de estradas nacionais que passam pela cidade



a cidade de vale de cambra

O lugar da sede do concelho é definido pelo cruzamento das diferentes estradas nacionais que fazem a ligação entre as nove freguesias que o constituem e as diversas populações limítrofes (**fig. 35**). Destes caminhos sobressai a Estrada Nacional 328 (EN328), com o sentido Norte-Sul, definindo o eixo estrutural da cidade com a concentração de vários edifícios públicos essenciais, como a Câmara Municipal, o Arquivo Municipal, o Antigo Cinema e o Mercado Municipal. Todavia, a sua importância não se esgota nestas construções, a EN328 batizada com o nome de um dos seus fundadores, a Avenida Camilo Tavares de Matos, liga a cota baixa da cidade, pertencente à freguesia de São Pedro de Castelões, à cota alta, pertencente à freguesia de Vila Chã, lugar do epicentro da cidade. Com isto, deduz-se facilmente a localização central do Antigo Cinema de Vale de Cambra, objeto de estudo da presente dissertação e que neste capítulo se contextualiza a sua área urbana. Para este efeito, procedeu-se a uma análise do terreno delimitado por uma área limitada por uma circunferência com um raio de aproximadamente 500 metros e centrada neste antigo equipamento cultural. Apesar da cidade de Vale de Cambra se inserir numa área com o mesmo centro, mas com um quilómetro de raio (**fig. 37**), teve-se como ponto de partida para a análise da cidade uma área mais reduzida que incluísse todos os eixos e os principais pontos que definem a área central de maior relevância de Vale de Cambra, de modo a facilitar a sua apresentação, análise e consequente compreensão.

O centro da cidade concentra os edifícios principais que marcam a representação de poderes distintos, políticos, religiosos ou económicos. Esta concentração atrai tanto a circulação de pessoas, tornando-se num nó de transporte, como investimentos do exterior da sua esfera de influência. A localização do assentamento urbano, o centro histórico, condensa um poderoso significado patrimonial.[160]

Consideram-se primeiramente dois sistemas fundamentais para o desenho da cidade, por um lado o traçado das ruas e praças definidas por larguras, alturas, comprimentos e formas que se compõem de uma forma mais orgânica, e de um modo oposto, mas complementar, o sistema de alinhamentos através de paralelismo, geometria e regularização. O seu equilíbrio dá origem a uma *hierarquia clara de ruas e praças que se apresentam sob forma de um xadrez regular ou irregular, ou ainda numa mistura coerente dos dois sistemas*[161]. A partir destas noções inicia-se a análise ao núcleo urbano de Vale de Cambra, a partir da **fig. 36** é possível concluir-se a existência de uma clara hierarquia desenhada pelas principais avenidas e praças, no entanto, é também de fácil apreensão a ausência do segundo sistema que contrapõe o desenho livre e orgânico e que obedece à regras da geometria através de paralelismos de forma a alcançar-se uma malha regular. Depreende-se que a cidade é o resultado de um processo que avançou com o tempo de acordo

160. *In* DAVID, Ana, *Vazios urbanos: trienal de arquitectura de Lisboa*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, p. 40. *In* COSTA, Maria Glória Pimenta Areal da, *Análise programática para a reabilitação de uma ruína: o cine teatro de Santo Tirso*. Porto: Faup, 2017. Ano letivo 2016/2017, p. 53.

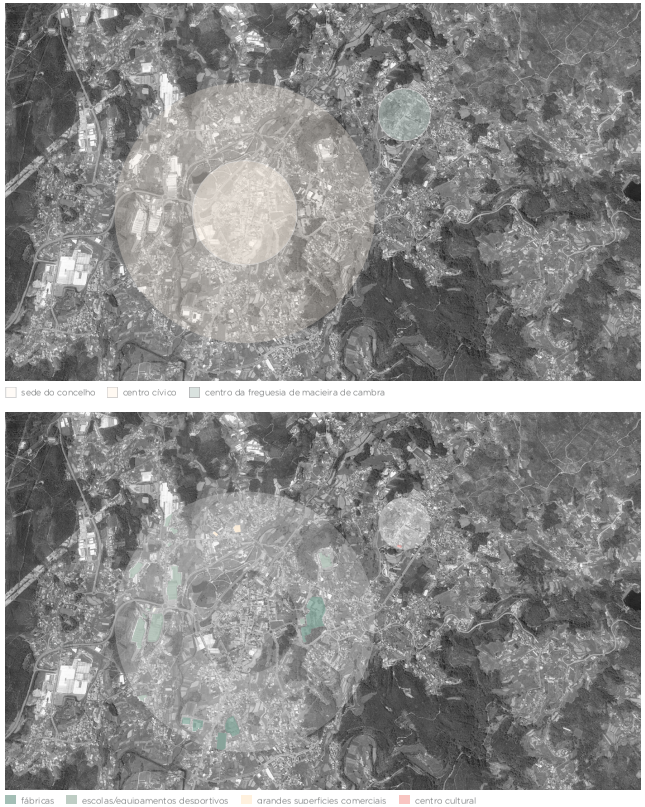
161. KRIER, Léon, *Arquitectura : escolha ou fatalidade*. Lisboa: Estar, 1999, p. 124.



fig. 36 Sistema viário da cidade de Vale de Cambra: a interseção das diferentes estradas nacionais que formam o centro urbano e a localização do espaço público.

fig. 37 Fotografia aérea da cidade de Vale de Cambra e delimitação do centro e respetiva área em análise.

fig. 38 Fotografia aérea da cidade de Vale de Cambra e delimitação do centro periférico e o seu conteúdo programático.



com as necessidades do crescimento demográfico. A verdade é que, a última tentativa de desenho da cidade foi iniciada em 1945 pelo engenheiro José Bessa de Castro Portugal em parceria com o arquiteto Júlio José de Brito a convite da autarquia local naquele que viria a ser chamado de *Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra*. Nele estudou-se o planeamento de uma pequena vila em rápido e desordenado crescimento, este propunha ordem nas construções de habitação já existentes e na criação de tantas outras necessárias ao seu crescimento. Para além disso propõe-se a construção de novos edifícios públicos do espaço público que o servisse, objetivos que acabam por resumir duas propostas para o atual centro da cidade de Vale de Cambra — a **fig. 40 & 41**.

Ao contrário do traçado atual, estas soluções apresentam um maior rigor e uma melhor resposta aos dois sistemas essenciais para o desenho urbano, através da sua análise percebe-se que é proposto um novo centro, uma Praça Municipal localizada numa praça existente onde se realizavam as antigas feiras, e que resiste até aos dias de hoje numa zona limítrofe da área analisada. Para este importante espaço propunha-se a sua definição através da implantação de edifícios públicos de grande relevância para a comunidade em seu redor, isto é, *os novos Paços do Concelho, Os Correios, a Caixa Geral de Depósitos, o Grémio da Lavoura e Casa do Povo*[162] e ainda a Sala de Espetáculos da cidade (que mais tarde viria a ser o Cinema da cidade). Ambas as propostas determinavam assim o centro urbano com um maior rigor em comparação com cidade atual, porém, com todas as propostas profundamente recusadas a cidade de Vale de Cambra acaba por ser obrigada a desenvolver-se progressivamente sem plano para o seu traçado. O centro acaba por resultar numa simples intersecção de dois eixos estruturantes da cidade, a Avenida Camilo Tavares de Matos e a Avenida Infante Dom Henrique — a intersecção das estradas nacionais EN328 e EN224; e EN227 e EN227/224, respetivamente. Neste ponto convergente desenham-se assim os principais espaços públicos da cidade com pouca definição e que servem apenas um dos edifícios propostos pelo arquiteto Júlio de Brito — os Paços do Concelho — todos os outros são empurrados para situações de passagem na cidade sem grande impacto na malha urbana, como é o exemplo do cinema, do mercado e das novas instalações da câmara municipal. O desenho da cidade acaba por se desenvolver ao longo das duas avenidas principais que criam a *coluna vertebral*[163] do tecido urbano, isto é, por serem dois eixos importantes a nível do concelho e do país são as únicas vias com algum desenho a elas associado, sendo possível por isso, desenvolver-se a partir delas uma malha urbana. Porém a falta de desenho, dá origem a um aglomerado sem qualquer premeditação para além das necessidades da população, resultando num traçado irregular e confuso, com ausência de paralelismo e geometria regulares entre os espaços vazios da cidade:

162. Parecer à proposta do projecto de 1947, *in* Arquivo Municipal de Vale de Cambra, documento 2.4 em anexos.

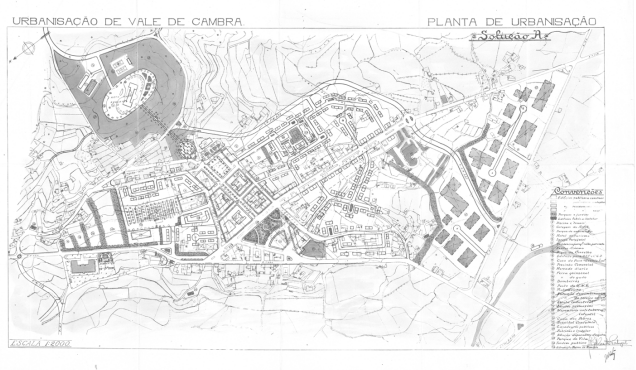
163. KRIER, Léon, *Arquitectura: escolha ou fatalidade*. Lisboa: Estar, 1999, p. 125.

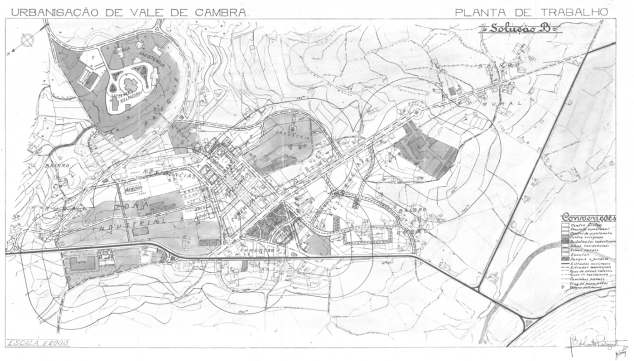


fig. 39 Sobreposição da Solução A proposta em 1945 pelo engenheiro José Bessa de Castro Portugal em parceria com o arquitecto Julio José de Brito para o Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra, e o sistema viário da cidade actual.

fig. 40 Solução A do *Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra* datado de 1945 concretizado pelo engenheiro José Bessa de Castro Portugal em parceria com o arquitecto Júlio José de Brito. Desenhos disponibilizados pelo Arquivo da Câmara Municipal de Vale de Cambra.

fig. 41 Solução B para o *Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra* datado de 1945 concretizado pelo engenheiro José Bessa de Castro Portugal em parceria com o arquitecto Júlio José de Brito. Desenhos disponibilizados pelo Arquivo da Câmara Municipal de Vale de Cambra.





Os edifícios públicos e simbólicos devem ocupar os lugares privilegiados da cidade e da paisagem (...) As situações geográficas dominantes devem ser reservadas aos edifícios de estatuto e de alto valor simbólico.[164] *A eficácia e a riqueza de uma malha urbana podem medir-se pela frequência dos cruzamentos de ruas em T e em cruz. Com efeito, se o número de gavetos pode ser um indicador da urbanidade de uma malha, a frequência dos becos sem saída será um indicativo da deficiência.*[165]

O espaço público dá lugar ao vazio da cidade, que apesar da sua desorganização estrutura-a com as suas dimensões e características próprias. A articulação entre ruas, pátios e passagens é fundamental para a sobrevivência da cidade das ligações que nela são estabelecidas. Os volumes criados são o resultado e a perpetuação deste traçado com a sua implantação sobre o bloco urbano formando a fachada que desenha os alinhamentos das ruas e das praças num novo plano. O espaço construído cria uma nova dimensão à cidade, também ele essencial para o desenho do espaço público. A cidade acaba por resultar na combinação de três elementos distintos, o particular — definido pelas residências — o espaço público — definido pelas praças e os edifícios públicos — o espaço de circulação — definido pelas ruas e avenidas que proporcionam as relações entre todos os elementos constituintes da urbanidade. As suas organizações lógicas e naturais levam às construções públicas e simbólicas a ocuparem os lugares de destaque da cidade, isto é, as frentes das praças, os pontos de encontro e os locais que produzem a imagem e a memória daquela cidade. Na área em análise verifica-se que apesar da grande concentração de atividades privadas, a maior parte delas coexistem em edifícios com um programa variado que inclui a atividade pública. Assim, o espaço público construído acaba por se encontrar distribuído, de um modo geral, por toda a área analisada **fig. 42**.

Ao longo da rua principal e sobre a praça central, os usos comerciais nunca serão de excluir ao nível do rés-do-chão; (...) alguns terrenos (com preços controlados) serão destinados às indústrias e ao artesanato, afim de criar empresas propriamente urbanas e, portanto, empregos na proximidade. (...) As funções públicas e cívicas não serão concentradas em áreas especializadas mas dispersas, segundo uma lógica tipológica e distribuídas nos bairros, na vizinhança de outras funções urbanas, evitando o efeito uniformizaste do zoning funcional. Trata-se aqui duma lógica policéntrica e não de uma lógica de descentralização.[166]

Tal como Léon Krier descreve o centro urbano de uma cidade, assim se sucede no núcleo da cidade de Vale de Cambra. Os edifícios de atividade pública que se dividem em quatro subcategorias **fig. 43** — comércio, serviços e equipamentos,

164. KRIER, Léon, *Arquitectura: escolha ou fatalidade*. Lisboa: Estar, 1999, p. 139.

165. Idem, ibidem, p. 125.

166. Idem, ibidem, p. 152.



fig. 42 Os três elemetos que constituem a cidade: o espaço público (edifícios de atividade pública e praças), o particular (habitação) e o espaço de circulação (as ruas).

fábricas e armazéns e edifícios religiosos — estão distribuídos um pouco por todo o território. O comércio apresenta-se como a subcategoria com mais presença no centro da cidade através de lojas de pequenas dimensões até à presença do Mercado Municipal na zona a sul e um grande supermercado na zona este. Contudo, apesar da zona industrial estar a ser desenvolvida numa freguesia próxima do centro da cidade (a freguesia de Codal), ainda se regista a presença da atividade fabril no núcleo urbano. Por um lado, uma das primeiras fábricas latoeiras da região juntamente com um armazém mecânico estão localizados no coração da cidade, por outro, duas outras fábricas estão situadas nas imediações limítrofes da cidade. Naturalmente estas duas unidades fabris não garantem postos de trabalho suficientes para todo o concelho e até das populações limítrofes, por isso, é garantido o seu transporte através da presença da Central de Camionagem situada na zona este. Este é um dos serviços mais importantes para a cidade que tem um efeito polarizador no sector industrial. No entanto, a subcategoria serviços e equipamentos é composta ainda por um Centro de Saúde — que presta cuidados a todo o concelho e, por isso, mostra-se como a construção de maior dimensão de todas as categorias analisadas — pela Câmara Municipal e o seu Arquivo Municipal, pelo Tribunal e Biblioteca que se encontram a norte do centro médico já referido, Correios, uma Escola Primária e a Academia de Música e ainda um equipamento desportivo no limite sul da cidade. Todavia, o vazio cultural da cidade é claro, de todos os equipamentos presentes de suporte à comunidade não existe nenhum equipamento cultural ativo no núcleo da cidade. O antigo cinema apresenta-se inativo há mais de 15 anos e a única sala de espetáculos ativa na cidade está localizada na freguesia da antiga sede do concelho, oferecendo pouco mais de 200 lugares e a mais de um quilómetro do centro da cidade. A oferta cultural da cidade e do concelho praticamente inexistentes, não ajudam ao crescimento da população de habitantes fixos da cidade, isto é, a população com mais de 22 mil habitantes contabilizou uma perda de aproximadamente dois mil habitantes na última década. Um decréscimo singular considerando que o desenvolvimento económico da região é incomum relativamente ao panorama nacional, ou seja, num concelho em que mesmo durante a crise conseguiu empregar grande parte da sua população e ainda populações vizinhas, perdeu um número considerável de habitantes. A ausência de atividades que incentivem à fixação na cidade incentiva o decréscimo de habitantes e o aumento de população migrante, que usufrui da cidade apenas como local de trabalho. A verdade é que, apesar de que a atividade laboral esteja assegurada na cidade de Vale de Cambra a falta de elementos representativos da comunidade leva ao decréscimo de habitantes residentes:

Pode-se dizer que a cidade em si é a memória coletiva do seu povo e, tal como a memória, esta é associada a objetos e lugares. A cidade é o locus da memória coletiva. Esta relação entre o locus e a cidadania torna-se assim a imagem

predominante da cidade, tanto de arquiteturas como de paisagens, e assim que novos artefactos se tornam parte da sua memória, novas imagens imergem. Através deste sentido inteiramente positivo grandes ideias irão surgir na história da cidade e dar-lhe-ão forma.[167]

A cidade é o lugar em que a transformação e a mudança lhe são inerentes, as mudanças no tecido urbano são inevitáveis, a relação com a herança evolui. A permanência de um edifício depende do seu valor histórico e artístico que lhe é associado, um processo no qual tanto a história como a persistência das pessoas em tornar estas construções monumentos são indispensáveis. O antigo cinema de Vale de Cambra apresentou-se até à década de 90 como uma das únicas construções que oferecia um espaço para as pessoas desfrutarem do seu tempo livre em família, ao contrário dos bares que não eram suficientemente decentes para um momento familiar, ou dos lugares de culto que ofereciam um criticismo moral. A cidade, naquela altura continha nela um espaço cultural no centro urbano que encorajava a reunião das pessoas nas horas pós-laborais e incentivavam o comércio local em seu redor. O seu encerramento demonstra não só a perda de clientes de um negócio desajustado às novas tecnologias, como também o desajuste da cidade à realidade dos seus habitantes. Apesar deste edifício apresentar uma função desatualizada da realidade, a cidade deve ser adaptável, devendo ser suscetível a mudanças funcionais ou de significados. O abandono do antigo cinema representou o abandono da representatividade de uma comunidade, que se caracteriza pelas suas ações e se deve fazer refletir através da vida e da memória coletiva de um povo que constitui a cidade e que conta a história desta.

A história demonstra que os equipamentos sempre tiveram ligados a uma ideia de representação, de monumentalidade. Foram, ao longo dos tempos, os espaços onde a comunidade se revia, de tal modo que a sua formalização expressava de um modo claro um Zeitgeist (espírito do tempo) que era entendido por todos.[168]

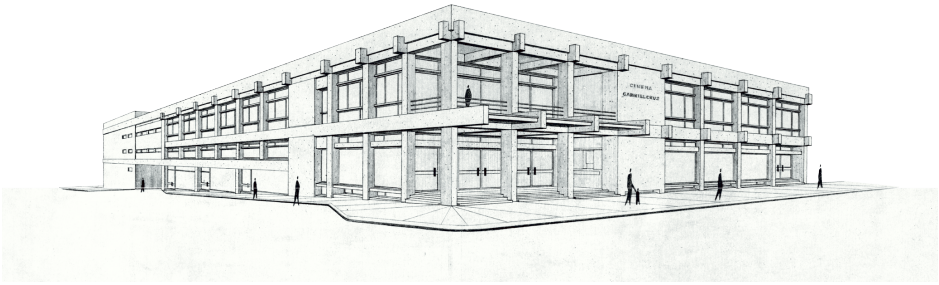
167. ROSSI, Aldo, *The Architecture of the City*. Chicago, Illinois: The Institute for Architecture and Urban Studies and The Massachusetts Institute of Technology, 1982, p. 130.

168. TOSTÕES, Ana, *A idade maior: cultura e tecnologia na arquitectura moderna portuguesa*. Porto: FAUP Publicações, 2015, p. 171.



fig. 43 Análise da distribuição dos edifícios públicos da cidade de Vale de Cambra.

fig. 44 Perspectiva desenhada da proposta final para o cinema de Vale de Cambra. A consulta da proposta completa está disponibilizada em 'anexos', desenho disponibilizado por Ana Maria Bastos.



a modernidade entrou por aí!

"Obras estatais dedicadas à cultura: a modernidade entrou por aí! Obras dos regimes de que os regimes não gostariam; obras de iniciativa estatal, ligeira ou profundamente subvertidas nas imagens que entregavam às cidades. Obras de autores que, talvez por serem poucos, ofereciam uma resistência, difusa mas, de algum modo, 'consistente'".[169]

O entusiasmo pelo cinema leva o Movimento Moderno até às mais pequenas províncias, associando para sempre o binómio cinema e arquitetura moderna ao século XX. A modernidade entra no quotidiano de todos os portugueses que partilham o mesmo espaço de encontro e discussão, as classes sociais fundem-se pela primeira vez e a cidade é finalmente o lugar onde a comunidade se pode rever. A exaltação pelo cinema vive-se por todo o país, todas as cidades, vilas e povoações procuram ter o seu próprio cinema, naturalmente, a cidade de Vale de Cambra é uma delas e o seu cinema acompanha todo o desenvolvimento dos espaços cinematográficos. Se num primeiro momento este espaço se resumia ao pequeno Cinema Progresso, localizado no antigo mercado municipal (**fig. 45, 46 & 47**), caracterizado por um aspeto precário e improvisado, com o desenvolvimento tecnológico cinematográfico associado ao desenvolvimento económico potencializado pela capacidade de empregabilidade das múltiplas fábricas aqui existentes, levam a que grande parte da comunidade seja composta pelo operariado e novas famílias ricas que procuram desfrutar os novos tempos livres para os quais o pequeno cinema de bancos corridos era insuficiente. Assim, o cinema valedecambrense muda-se para as instalações da Pensão Bastos, na cave do albergue improvisa-se um auditório composto por balcão e plateia (**fig. 48 & 49**) com um carácter mais permanente que o anterior, com o apoio de um restaurante e uma pequena mercearia para satisfazer os desejos dos espectadores nos intervalos e no fim de cada sessão. Ambos os recintos representam transformação gradual dos espaços cinematográficos nacionais que evoluem da apropriação de um espaço vazio na cidade com bancos corridos e um pano num dos extremos da sala que servia de ecrã, para espaços cada vez mais permanentes que se vão transformando em verdadeiras construções de prestígio.

O desenvolvimento económico proporciona o aumento cada vez maior na fixação de habitantes na cidade o que leva à procura de uma nova organização da cidade e de novos elementos de *valorização da Vila*[170] que ofereçam um desenvolvimento *tanto de aspeto material como educacional e cultural*[171]. A intenção de construir uma sala de espetáculos que enriquecesse a cidade e oferecesse um espaço digno tanto para os seus habitantes como para a criação de um lugar prestigiado para o cinema é iniciada com a criação da Empresa Sonora Cambrense, Limitada no ano de 1943:

169. DIAS, Manuel Graça, *Cultura e Divulgação*. In Seminário DOCOMOMO, *Equipamentos e infra-estruturas culturais, 1925-1965*. Porto: Docomomo ibérico, 2001, p. 16.

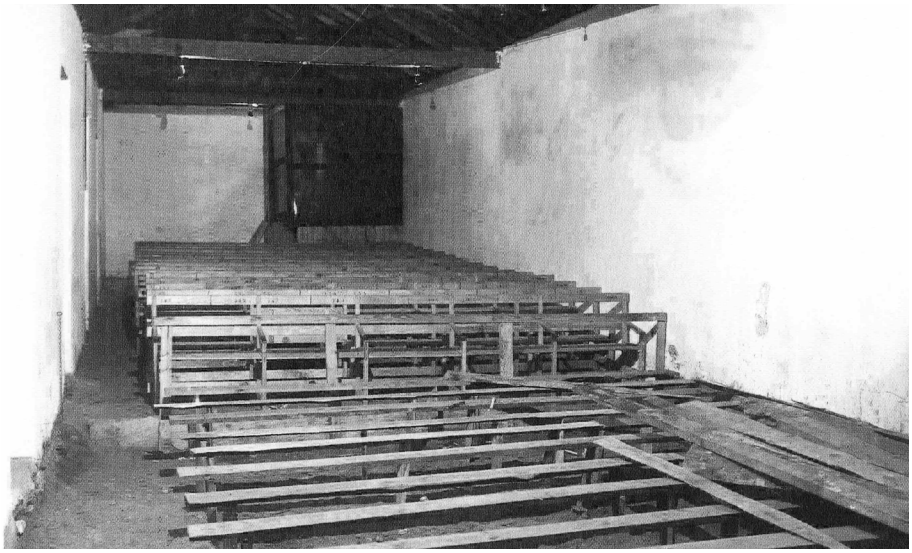
170. IGAC, Processo nº 01.19.001 "Cinema de Vale de Cambra, documento 5.71. em anexos.

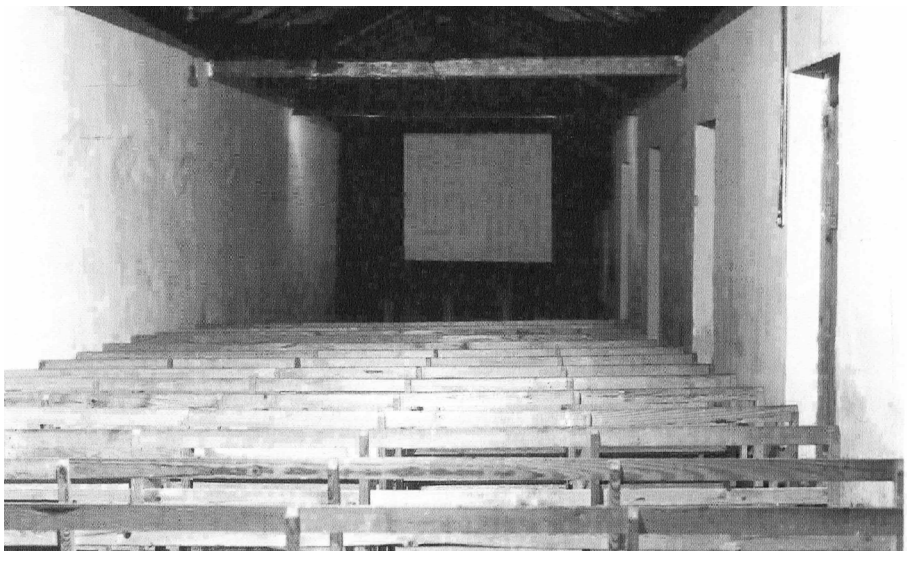
171. IGAC, Processo nº 01.19.001 "Cinema de Vale de Cambra, documento 4.9. em anexos.

fig. 45 Fotografia do exterior do *Cinema Progresso* no antigo mercado municipal: a Praça Municipal.



fig. 46 & 47 Fotografias do interior improvisado do Cinema Progresso. A primeira fotografia mostra a 'plateia', o 'balcão' e a cabine de projeção. Na segunda, a 'plateia' e o ecrã, num espaço em que a proprietária D. Carlota Ribeiro utiliza um vazio na cidade para dar lugar aos bancos corridos e um pequeno ecrã, materializando nestas duas imagens a espacialidade dos primeiros recintos cinematográficos.





Por escritura de 16 de Fevereiro de 1943, lavrada a fl. 53 do liv. 436 do notário da comarca de Oliveira de Azeméis, Dr. Alvaro Landureza, com cartório em Vale de Cambra, foi constituída uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1º

A sociedade adota a denominação de Emprêsa Sonora Cambrense, Limitada, tem a sua sede nesta vila, durará por tempo indeterminado, conta-se de hoje o início das suas operações e tem por objecto a exploração de uma casa de espetáculos de cinematografia, variedades e teatro, podendo todavia dedicar-se a qualquer outro ramo de indústria ou comércio que os sócios deliberarem, com excepção do bancário.

2º

O capital social é de 10.000$, dividido em quatro cotas, sendo uma de 3.500$, subscrita pelo sócio Avelino Soares Dias Simões; outra de 3.000$, pelo sócio Ângelo Henriques de Oliveira; outra de 2.000$, pelo sócio Constantino de Bastos, e outra de 1.500$, pelo sócio Domingos da Silva Martins, as quais se encontram já inteiramente realizadas. (...)[172]

Após três anos da sua criação, a Empresa Sonora Cambrense procura um lote no centro da cidade de Vale de Cambra para iniciar o processo de construção da sua sala de espetáculos. Porém, numa carta de Março de 1946 a mesma entidade privada procura a ajuda da câmara municipal para encontrar um lote disponível para a construção do cinema, nesta mensagem dá-se noticia da tentativa falhada de encontrar um lote na zona central da cidade para compra e, por isso, apelam à presidência *que lhes seja cedida, mediante as condições a combinar, uma faixa de terreno da Feira*[173]. A confirmação de que este pedido acaba por ter sido aceite e, por consequência, cedido um lote para a construção do novo equipamento é feita na troca de correspondência entre a presidência de Vale de Cambra e o engenheiro José Bessa de Castro Portugal, que acusa a receção de um projeto de construção de um cinema da cidade em Agosto de 1947, contudo pede o esclarecimento da sua localização já que através do desenho topográfico só seria possível perceber que este se encontra na Avenida dos Combatentes, atual Avenida Camilo Tavares de Matos (EN328). Para além disso, indica locais mais próprios para a construção do Teatro-Cinema sem, no entanto, ter uma resposta positiva por parte da autarquia, que se mostra intransigente relativamente à alteração da localização do recinto, confirmando que este será construído num *terreno à margem da grande Avenida Norte-Sul, cerca de 80 metros a sul da Estalagem de Vale do Caima, do lado poente*[174].

172. Retirado de Diário do Governo nº48, 26 de Fevereiro de 1943, p. 414, URL: https://dre.pt/application/conteudo/9827730, consultado a 26 de Junho de 2019, documento 1.1. em anexos.

173. Carta da Empresa Sonora à Câmara Municipal de Vale de Cambra, datada a 18 de Março de 1946, documento presente do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Vale de Cambra.

174. Carta redigida pela presidência da Câmara Municipal de Vale de Cambra, datada a 12 de Agosto de 1947, em resposta à mensagem de José Bessa de Castro Portugal, documento presente do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Vale de Cambra.



fig. 48 Fotografia do interior do pequeno auditório na cave da Pensão Bastos. O segundo cinema de Vale de Cambra apesar do seu um carácter mais permanente, era ainda improvisado, o proprietário era o Sr. Adelino Cunha. Nesta fotografia é possível ver-se a plateia e o ecrã enquadrados com as cortinas que cobriam as diferentes entradas no espaço.

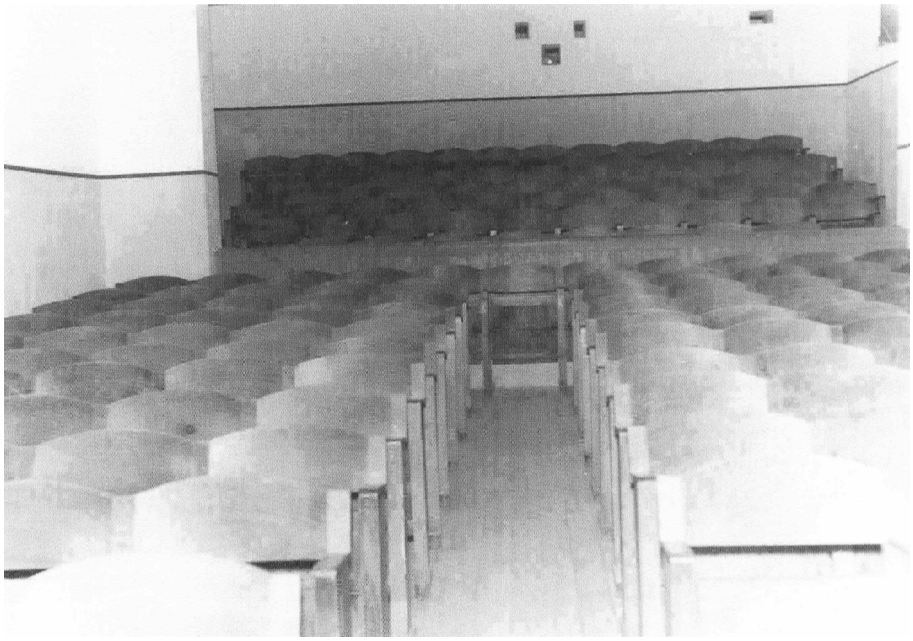


fig. 49 Fotografia do interior do pequeno auditório na cave da Pensão Bastos. O segundo cinema de Vale de Cambra apesar do seu um carácter mais permanente, era ainda improvisado, o proprietário era o Sr. Adelino Cunha. Nesta fotografia é possível ver-se a plateia e o balcão.

Esta correspondência presente no Arquivo Municipal acaba por ser importante para perceber a relação entre o engenheiro José Bessa de Castro Portugal e a Câmara Municipal de Vale de Cambra. Como já referido anteriormente, este engenheiro em parceria com o arquiteto Júlio José de Brito e a convite da autarquia local começaram a desenvolver o Ante-Plano de Urbanização da cidade em 1945 numa campanha lançada pelo Governo de Portugal em 1934[175] com o objetivo de renovar a situação urbana do país, dando a possibilidade ao Estado Novo de *definir quais e que localização teriam os equipamentos de promoção pública onde ia instalar os seus serviços no centro das cidades, com os quais se queria identificar, mas também os equipamentos de promoção privada*[176]. No caso da cidade de Vale de Cambra, este plano acaba por ser um estudo exaustivo da vila a nível histórico, cartográfico, demográfico e rodoviário, que ao fim de quatro anos resulta em duas propostas para o centro urbano da cidade. Nelas propõe-se a criação de uma nova Praça Municipal no lugar de uma praça já existente e que resiste até à atualidade, a Feira dos Ovos[177] (**fig. 39**). Este espaço público deveria ser o espaço central da cidade já que iria reunir em seu redor os principais edifícios públicos, isto é, *Os novos Paços do Concelho ficarão do lado Sul (...) Do lado Norte ficará o Teatro-Cinema. Do lado E. a par da Igreja (...) a Residência, Patronato e Salão Paroquial. (...) do lado Poente ficarão instalados os C.T.T. [correios] e C.G.D. [Caixa Geral de Depósitos] a N., e a Casa do Povo, Grémio da Lavoura, Associação dos Regantes, etc., a S.*[178] Para além da definição da praça é ainda sublinhada a importância da presença do Teatro-Cinema na mesma: *É também neste lugar mais conveniente para a situação do Teatro-Cinema. Com efeito, nesta Praça, o Cinema, deverá ficar a ser um dos maiores prédios da Vila, ficará a par de edifícios comparáveis e sem trânsito de passagem, de modo que a entrada e saída de espectadores se pode fazer sem risco de atropelamentos e sem causar obstáculo ao trânsito de veículos.*[179] Todavia, a construção deste equipamento por não ser uma prioridade para o estado é deixado ao encargo de iniciativas privadas que deveriam respeitar a localização apresentada nestes planos, neste caso é a Empresa Sonora Cambrense que leva este projeto à avante, mas sem nunca respeitar as indicações do engenheiro e do arquiteto portuenses. A intransigência relativamente à alteração da localização por parte da autarquia é uma de várias situações que levam à rescisão de contrato e à consequente não aprovação do Ante-Plano de 1945, levando ao desenvolvimento desregrado do centro urbano de Vale de Cambra anteriormente analisado.

175. *Em 1934, o Governo ao lançar uma campanha para que as Câmaras Municipais passassem a garantir o desenvolvimento ordenado dos aglomerados mais importantes do respectivo território (...) Promoveu a elaboração de plantas topográficas, organizando os necessários concursos, ainda que os correspondentes encargos fossem da responsabilidade das Câmaras. A fim de as forças à nova prática, o Governo limitou-lhes o recurso à expropriação no caso de não disporem de plano aprovado.* In LÔBO, Margarida Souza, *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*. 2ª ed. Porto: Faup Publicações, 1995 (Série 1), p. 46.

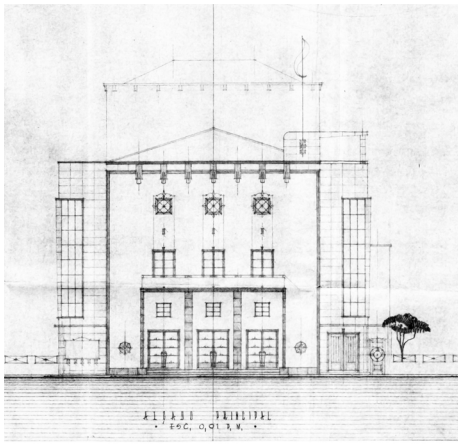
176. BRÁS, Ana Cláudia Cardoso, *Desenvolvimento e modernização das cidades do século XX: O contributo dos Cine-Teatros* in PNUM 2018: A Produção do Território: Formas, Processos, Desígnios, Porto: CEAU, 2018, p. 1.

177. Esta nomenclatura tem origem nos primórdios da cidade onde, naquele lugar, se realizavam as antigas feiras mensais e se comercializavam animais de pequeno porte (galinhas, patos, coelhos, etc) e os produtos associados a eles, tais como os ovos.

178. PORTUGAL, José Bessa de Castro, BRITO, Júlio José, *Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra,* 1949, p. 99.

179. Idem, ibidem.

fig. 50 & 51 Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenhos propostos para o Alçado Principal (alçado este) e Implantação, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.



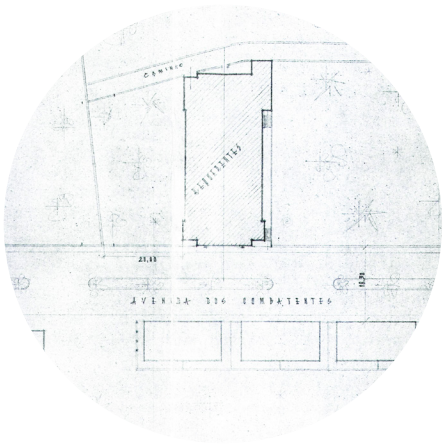


fig. 52 Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o Alçado Lateral Direito (alçado norte), *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

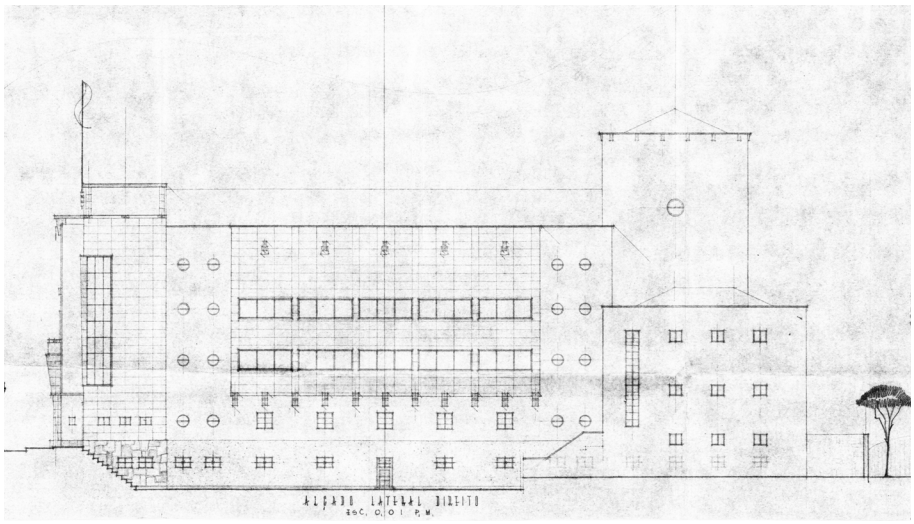
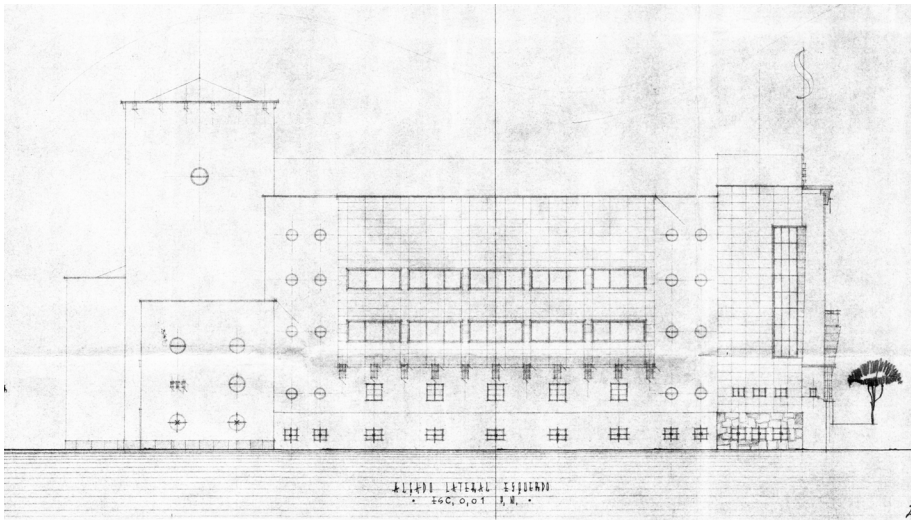


fig. 53 Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o Alçado Lateral Esquerdo (alçado sul), *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.



1947

Em Janeiro de 1947 a sociedade Empresa Sonora Cambrense Lda. envia à Inspecção Geral dos Espetáculos um pedido de autorização de construção de um projeto de arquitetura que se destinava a cinema. Os elementos desenhados (**fig. 50 a 53**) mostram uma proposta caracterizada pelo modernismo experimental português que surge a partir de meados dos anos 20, explora a aplicação do betão armado e das suas possibilidades estruturais e plásticas. O novo gosto pela Art Déco leva ao despojamento formal, *apoiado conscientemente na valorização plástica da tecnologia que foi usada como estímulo geométrico e volumétrico*[180]. O jogo de volumes com um desenho abstrato e austero, intercalado com uma hierarquia de planos criada através da introdução do desenho de pormenores, guiam o espectador até ao interior do equipamento. A sua divisão programática divida em cinco níveis, dos quais um, o primeiro pavimento (**fig. 54**), se destinava ao uso técnico de artistas e pessoal, com uma entrada destinada apenas para os artistas com o acesso direto aos camarins, arrumos e locais de apoio técnico de aquecimento e de combustível. No segundo pavimento (**fig. 55**) localizava-se a entrada dos espectadores, porém um vestíbulo apoiado de duas bilheteiras antecedia a entrada de qualquer pessoa que não esteja interessado em assistir ao espetáculo e procura exclusivamente adquirir o seu bilhete. Após o vestíbulo o espectador dirigia-se a um grande hall que dava acesso aos diferentes serviços oferecidos neste piso, ou o acesso aos restantes níveis através de duas escadarias nos dois extremos opostos do espaço. Porém, ainda no segundo pavimento era possível guardar os nossos pertences no bengaleiro ou desfrutar de quatro montras a quando da espera do início do espetáculo, que quando era iniciado era possível aceder diretamente à plateia composta por 446 lugares. Para além dos serviços disponíveis aos espectadores, nos lados oposto ao palco e ao fundo do corredor que envolve o auditório existiam ainda alguns camarins, um escritório e ainda uns arrumos.

180. TOSTÕES, Ana, *A idade maior: cultura e tecnologia na arquitectura moderna portuguesa.* Porto: FAUP Publicações, 2015, p. 159.

No terceiro pavimento (**fig. 56**), a estrutura do grande hall e do vestíbulo é repetida, mas neste caso dá-se o acesso direto ao primeiro balcão, composto por 178 lugares, e a camarotes, que compunham ao todo 90 lugares. São ainda repetidos os espaços dos camarins e um espaço técnico nos extremos opostos do palco. O quarto pavimento (**fig. 57**) apesar de oferecer o acesso ao segundo balcão, com 88 lugares, e a 10 camarotes que albergavam cada um 5 lugares, tinha no lugar do grande hall um salão de festas para o entretenimento dos espectadores durante o intervalo, no fim de cada sessão, ou até mesmo na ausência de espetáculo. Por fim, o último pavimento (**fig. 58**) era composto pela cabine de projeção e as suas dependências, pelas frisas e pelo geral que no total davam espaço a 260 lugares e que, se destinavam aos ingressos com um preço mais reduzido por se localizar no

fig. 54 Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para o 1º Pavimento, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

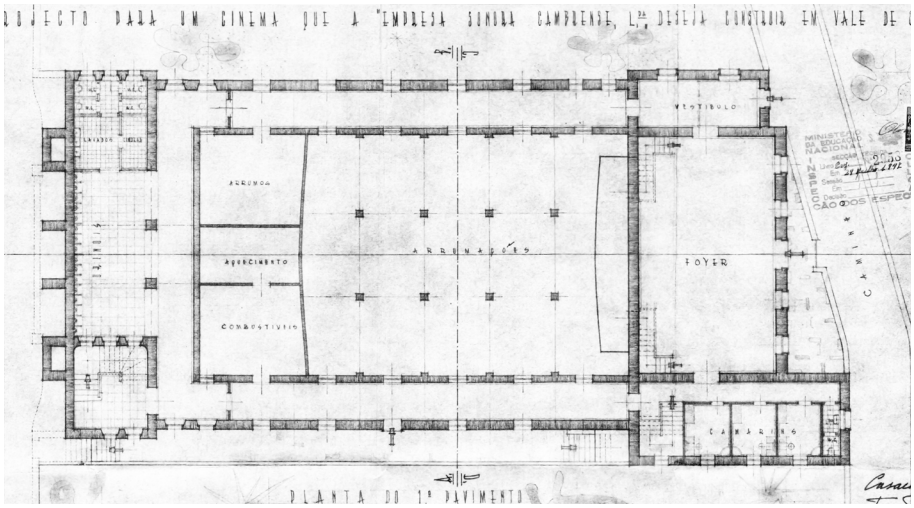


fig. 55 Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para o 2º Pavimento, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

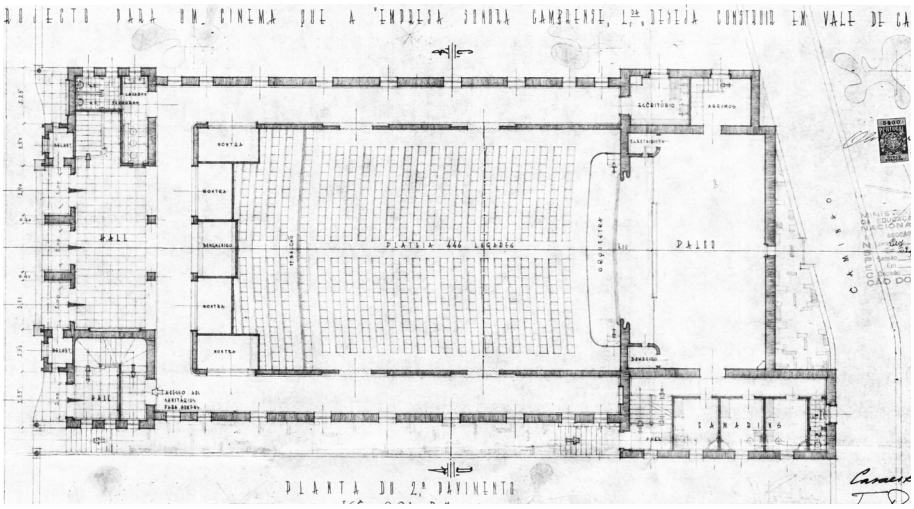
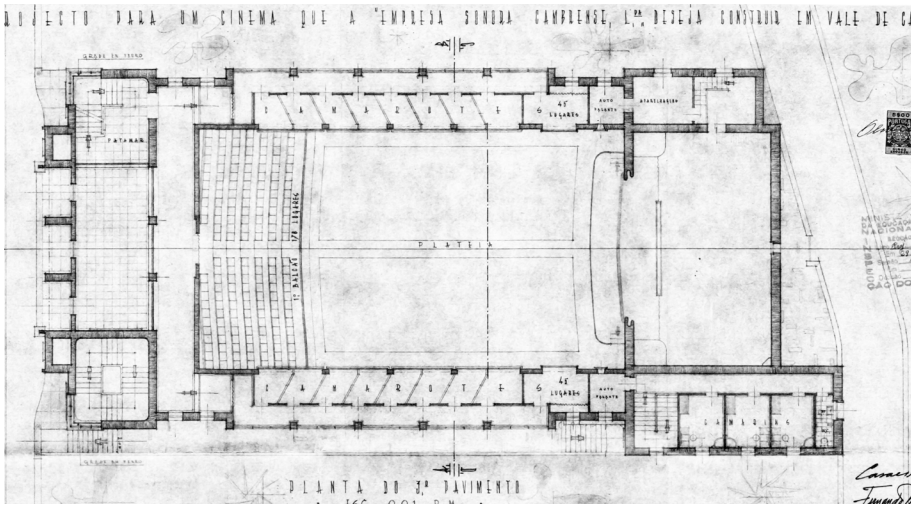


fig. 56 Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para o 3º Pavimento, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.



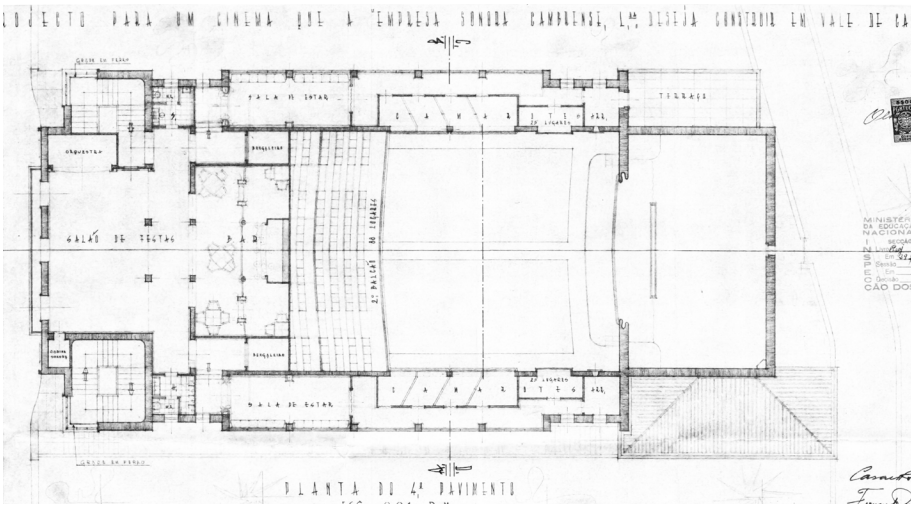


fig. 57 Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para o 4º Pavimento, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

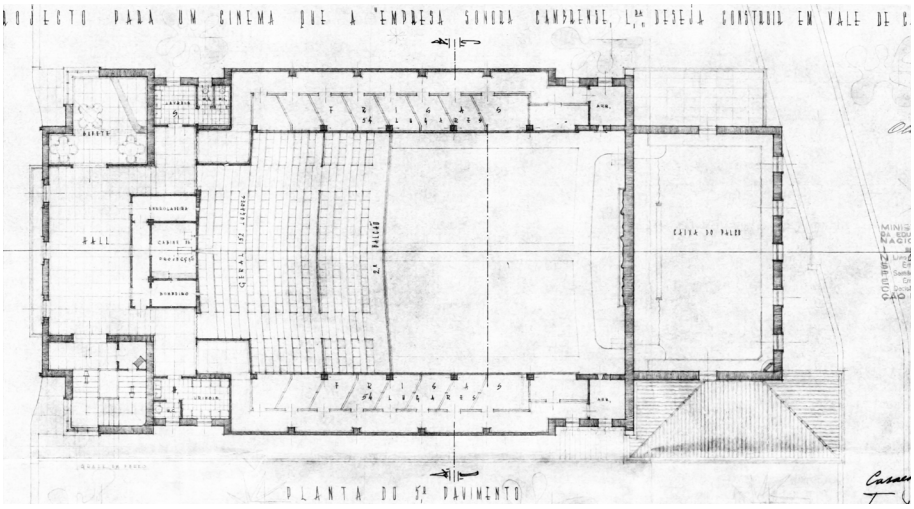


fig. 58 Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para o 5º Pavimento, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

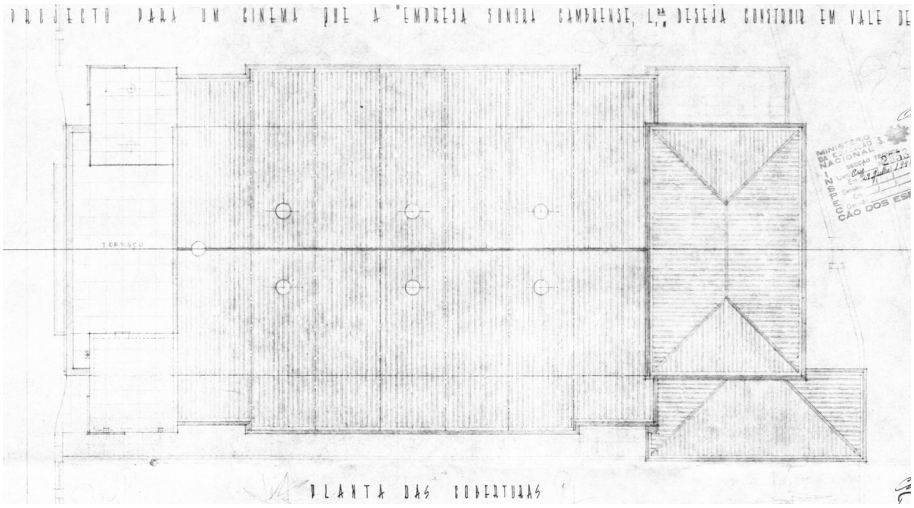


fig. 59 Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para a Planta de Coberturas, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

fig. 60 Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o Alçado Posterior (alçado oeste), *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

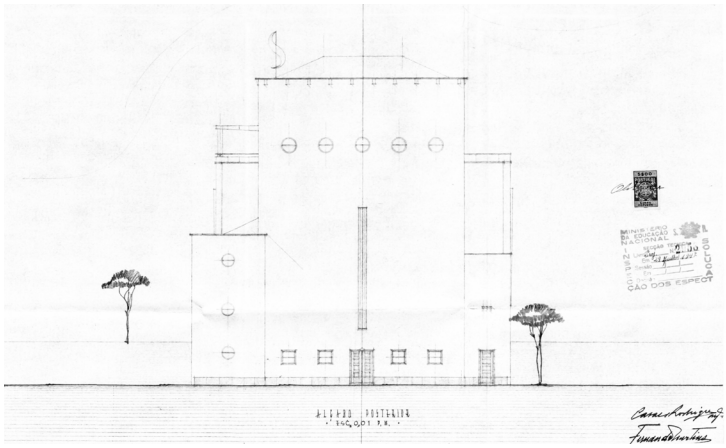


fig. 61 Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o Corte Longitudinal, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

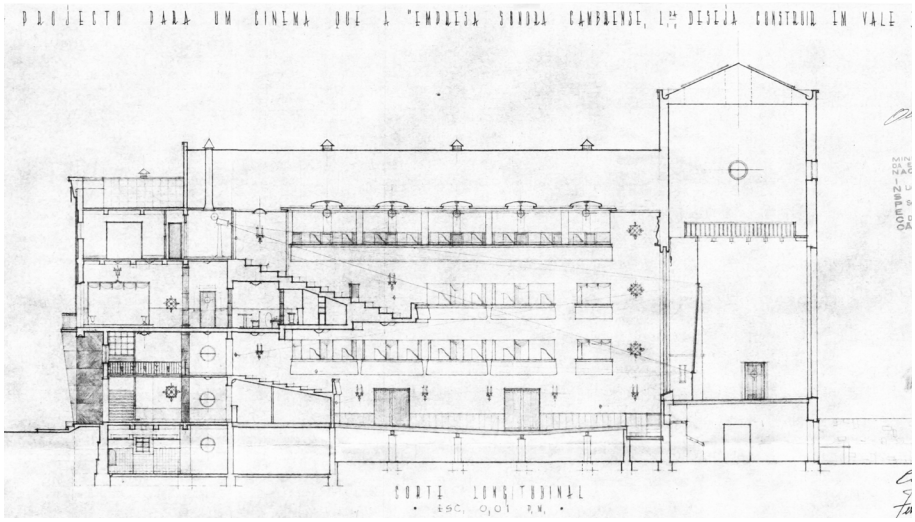
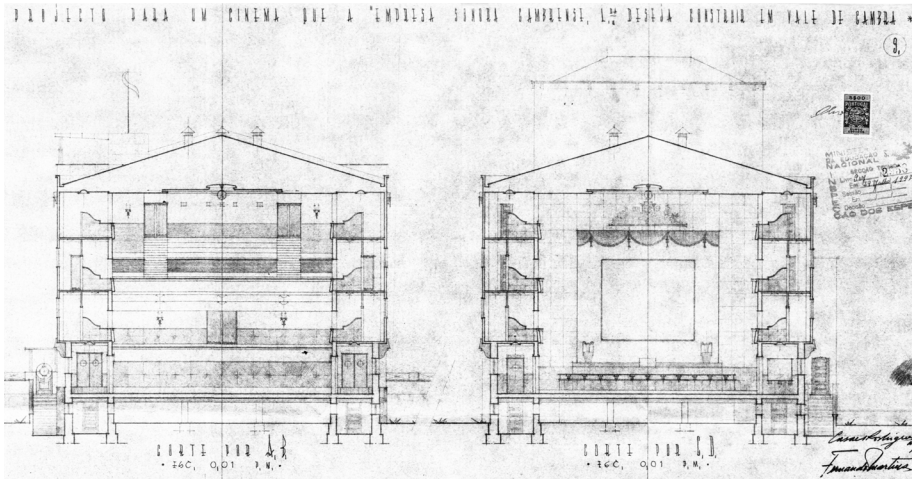


fig. 62 Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenhos propostos para os Cortes Transversais, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.



último piso e a uma maior distancia do palco. O auditório acaba por ter uma lotação final de 1 112 lugares, que segundo a memória descritiva do projeto a lotação de pelo menos mil lugares foi um requisito obrigatório. O projeto realizado pelo arquiteto Fernando Martins, apresenta uma localização aproximada do edifício construído, no entanto, através do seu desenho topográfico e respetivos cortes e alçados é impossível perceber a sua materialização relativamente à grande pendente do terreno. Esta incompatibilidade pode indicar que o projeto foi concebido ainda antes da autarquia ter cedido o terreno em que se insere, o que, também pode ajudar a explicar o atraso na utilização do gosto arquitetónico das décadas de 1920 e 1930.

Oito meses após o envio do pedido de aprovação do projeto, a Inspecção dos Espetáculos acaba por responder de acordo com a análise do projeto realizada por José Júlio de Brito em parceria com o engenheiro José Bessa de Castro Portugal. Nesta análise, é referida a falta de clareza na localização do edifício na cidade, que em *nenhum dos desenhos está indicada a orientação N.S. [norte-sul] nem na planta topográfica se pode ver a distância ao extremo da Avenida*[181]. Porém, após o esclarecimento da Câmara Municipal fica a percebe-se que o edifício seria do lado poente da Avenida num local não abrangido pelo plano de urbanização. Ainda assim, é referida *uma exposição justificativa dum esboço de urbanização da vila*[182], dois anos antes da proposta arquitetónica em análise, que nele incluía uma proposta de localização do Cinema num dos lados da nova praça municipal, um espaço capaz de receber os espectadores sem provocar problemas na circulação automóvel da cidade. Contudo procede-se à análise da localização proposta no projeto do arquiteto Fernando Martins: a introdução deste edifício na Avenida devia ter em conta a sua magnitude, por ser uma construção de alto prestígio deve ser feita numa *posição de destaque no lado de uma Praça ou no fecho da perspetiva duma rua, de modo a poder ser apreciado de uma distância conveniente*[183], por outro lado, não se deve proceder à vulgarização deste tipo de edifícios e, para isso, reservar os lotes que dão forma aos espaços públicos mais importantes como as praças. Porém, na impossibilidade de mudança de localização desta construção deve-se considerar o traçado das ruas que o envolvem, ou seja, apesar da informação fornecida relativamente ao local estar livre de qualquer plano de urbanização, há, ao mesmo tempo, a indicação no plano de 1945 da abertura de uma rua transversal a esta Avenida. Por isso, deve ser considerada o seu deslocamento para norte *de modo que o Cinema ficaria com uma fachada para ele, ficando portanto na esquina dessa Rua e da Avenida*[184]. Assim, o novo cinema apesar de não estar presente numa das frentes da praça municipal, ficaria isolado dos restantes edifícios da avenida, com um terreno ajardinado do lado oposto tornando a solução mais aceitável.

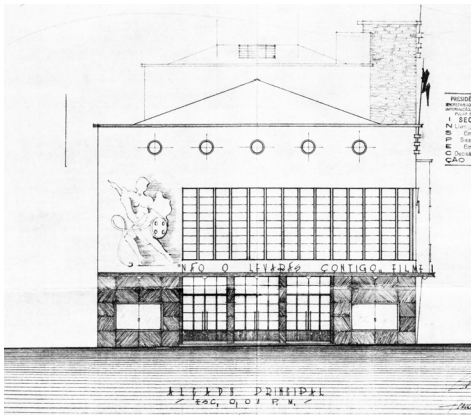
181. Carta redigida pelo arquitecto José Júlio de Brito em parceria com o engenheiro civil José Bessa de Castro Portugal, dirigida ao Director Geral dos Serviços de Urbanização em Agosto de 1947, documento presente no Arquivo Municipal de Vale de Cambra, no processo do Cinema de Vale de Cambra do ano 1947, documento 2.45. em anexos.

182. Idem.

183. Idem.

184. Idem.

fig. 63 & 64 Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenhos propostos para o Alçado Principal (alçado este) e Implantação, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.



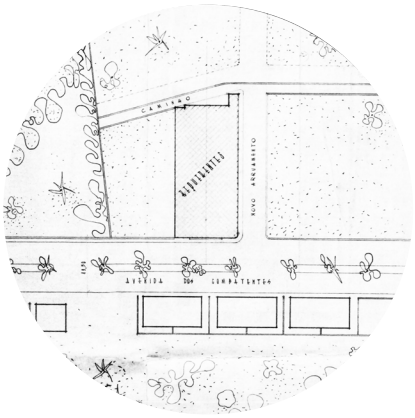


fig. 65 Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o Alçado Lateral Direito (alçado norte), *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

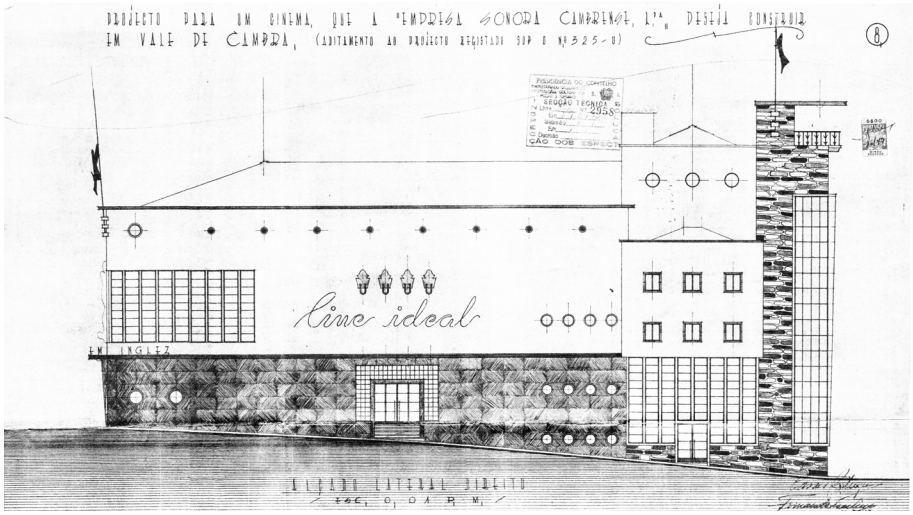
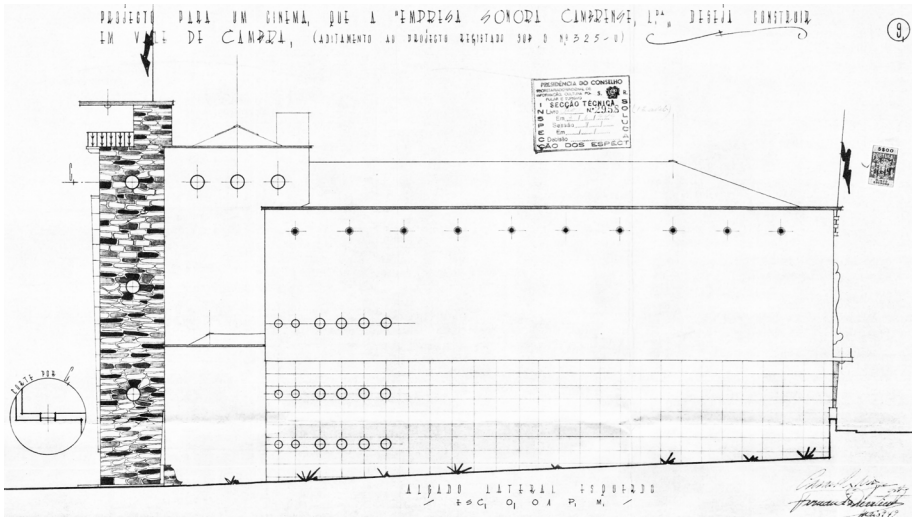


fig. 66 Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o Alçado Lateral Esquerdo (alçado sul), *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.



1949

A resposta a este parecer é feita em Maio de 1949, com o envio de uma nova proposta para o cinema da cidade à Inspeção dos Espetáculos de modo a responder ao pedido de alteração da Direcção Geral da Inspecção dos Espetáculos relativamente à sua implantação na Avenida dos Combatentes. A indicação feita pelo arquiteto José Júlio de Brito acaba por ser considerada e, desenha-se o futuro equipamento no cruzamento entre a avenida e um novo arruamento a norte do edifício conforme analisado pelo arquiteto (**fig. 64**). No entanto, as alterações do projeto não se restringem à sua implantação, o novo desenho do projeto materializa o desenvolvimento da linguagem arquitetónica portuguesa do início do século XX. A nova proposta do arquiteto Fernando Martins é marcada por uma dualidade de linguagens *onde os vestígios modernistas andam a par da afirmação da nova fase nacionalista*[185]. A *chamada arquitetura do Estado Novo*[186], ou o português suave, marca uma simbiose entre o gosto Déco e um regionalismo e um radicalismo expressionista. Ao contrário do projeto antecessor, torna-se evidente a atenção do arquiteto relativamente à atividade artística nacional uma vez que os anos entre o fim da década de 1940 e o início da década de 1950 são considerados os tempos áureos dos equipamentos culturais, com múltiplas inaugurações nas principais avenidas de Lisboa de cinemas e de cineteatros desenhados segundo uma imagem monumental consequente de um valor de prestígio inerente a estas *novas construções*[187].

A segunda proposta para o Cinema de Vale de Cambra é cuidadosamente contextualizada a nível urbano em que o alçado principal (**fig. 63**) é desenhado em continuidade com o alçado lateral direito (**fig. 65**) através de uma fachada transparente e de um embasamento que une os dois planos com um movimento circular, num gesto muito semelhante ao Cinema Batalha do Porto e do seu *festivo expressionismo agenciando o gaveto*[188]. Esta simbiose de planos leva a que aquele que enfrenta a grande avenida e o que define o novo arruamento ganhem um protagonismo idêntico. O jogo expressivo de volumes através da diferenciação de planos definidos por diferentes materialidades e o nome "Cine Ideal" presentes num plano que deveria ser secundário elevam-no para o mesmo patamar do alçado que sem este cuidado seria o principal. Neste, um prolongamento da laje desenha um friso que para além de servir de montra expositora sobre qual o espetáculo ali presente, marca uma simples divisão entre o embasamento e o restante alçado que é composto por uma enorme escultura que acompanha o plano de vidro e cinco óculos, numa composição limitada por uma cimalha. Por fim, numa posição oposta, os restantes planos são desenhados de um modo simplificado definindo uma clara hierarquização. O alçado lateral esquerdo (**fig. 66**) e o alçado posterior (**fig. 72**) tem uma composição idêntica à proposta anterior, mas com atitudes

185. TOSTÕES, Ana, *A idade maior: cultura e tecnologia na arquitectura moderna portuguesa*. Porto: FAUP Publicações, 2015, p.278.

186. FERNANDES, José Manuel, *Português suave: arquitecturas do estado novo.* Lisboa: IPPAR, 2003, p. 18.

187. *Entendidos como grandes equipamentos colectivos de cultura e lazer urbano, ao longo dos finais dos anos 40 e princípios do decénio seguinte, diversos cinemas são inaugurados em Lisboa marcados fatalmente também por uma imagem de monumentalidade, certamente decorrente de uma significação de prestígio que assim parecia definir-se na capital. In* TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. 2ªed. Porto: Faup Publicações, 1997, p. 108.

188. *In* TOSTÕES, Ana, *Cinemas e Cine-Teatros, Renovação dos Equipamentos de Lazer. In Arquitectura moderna portuguesa: 1920-1970.* Lisboa : Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003, p. 351.

fig. 67 Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para o 1º Pavimento, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

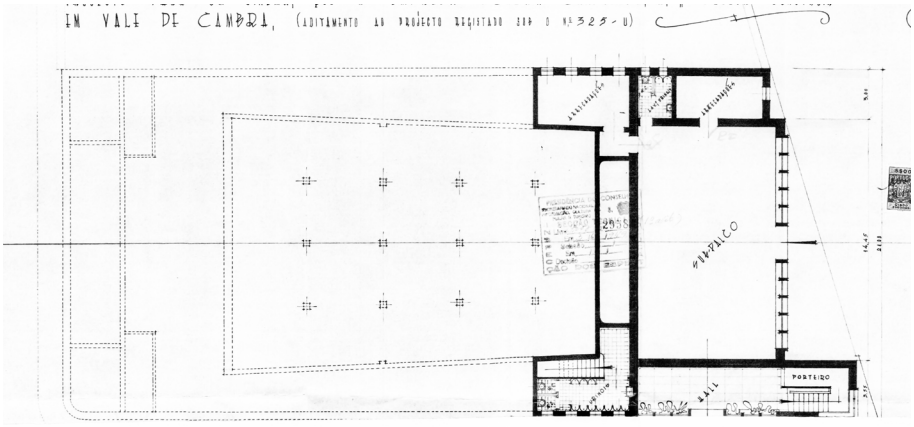


fig. 68 Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para o 2º Pavimento, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

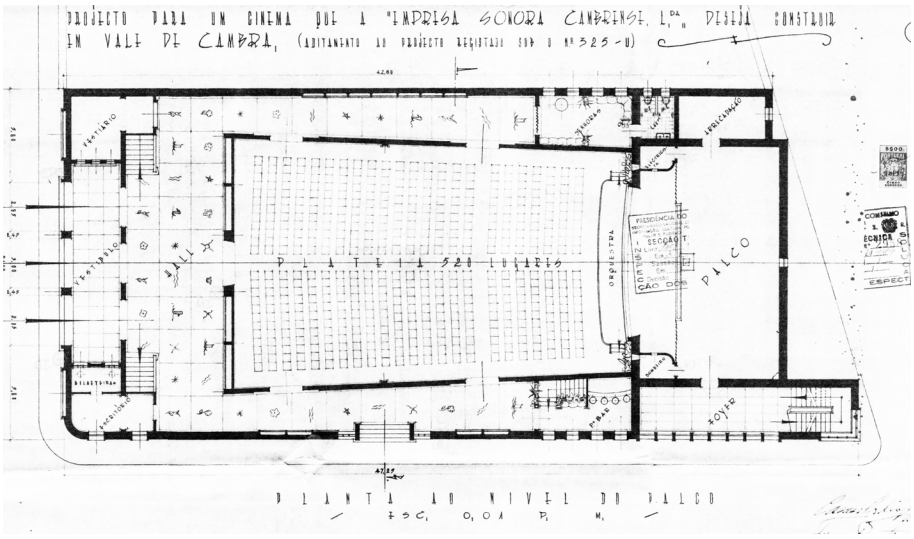
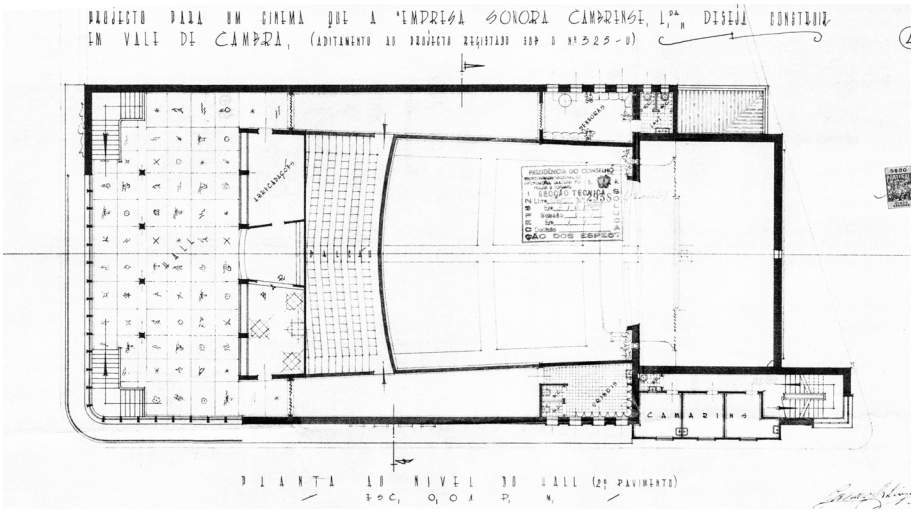


fig. 69 Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para o 3º Pavimento, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.



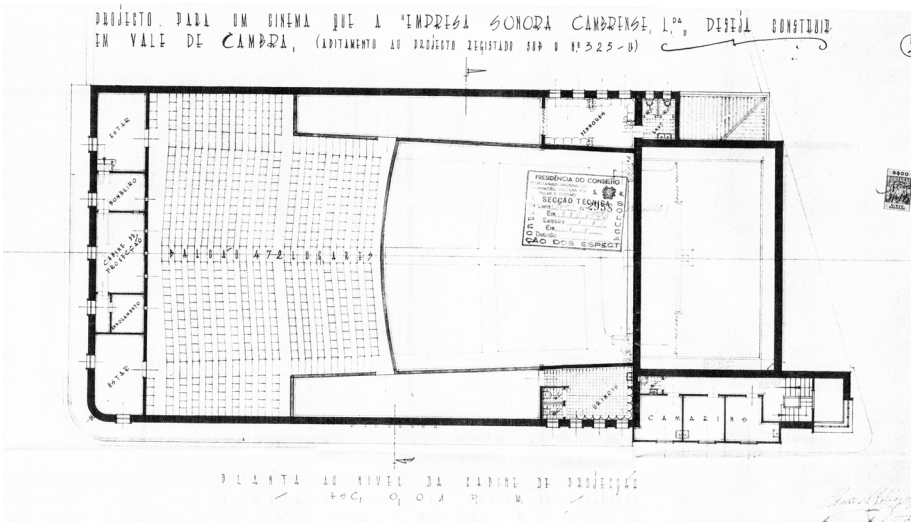


fig. 70 Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para o 4º Pavimento, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

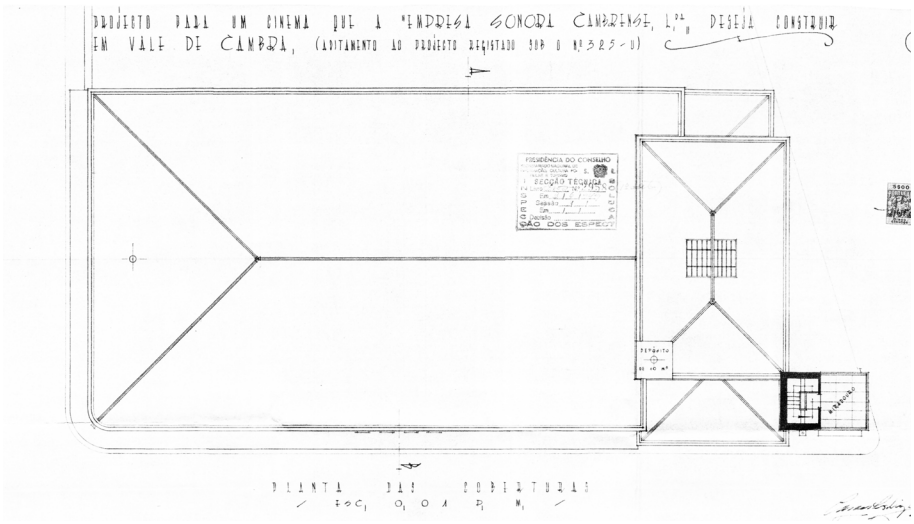


fig. 71 Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para a Planta de Coberturas, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

fig. 72 Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenhos propostos para o Alçado Posterior (alçado oeste) e Corte Transversal AB, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

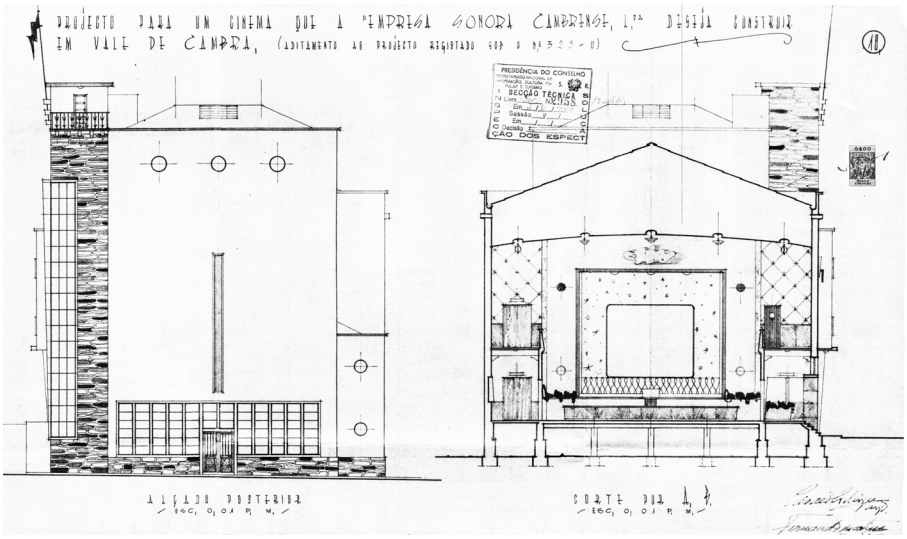
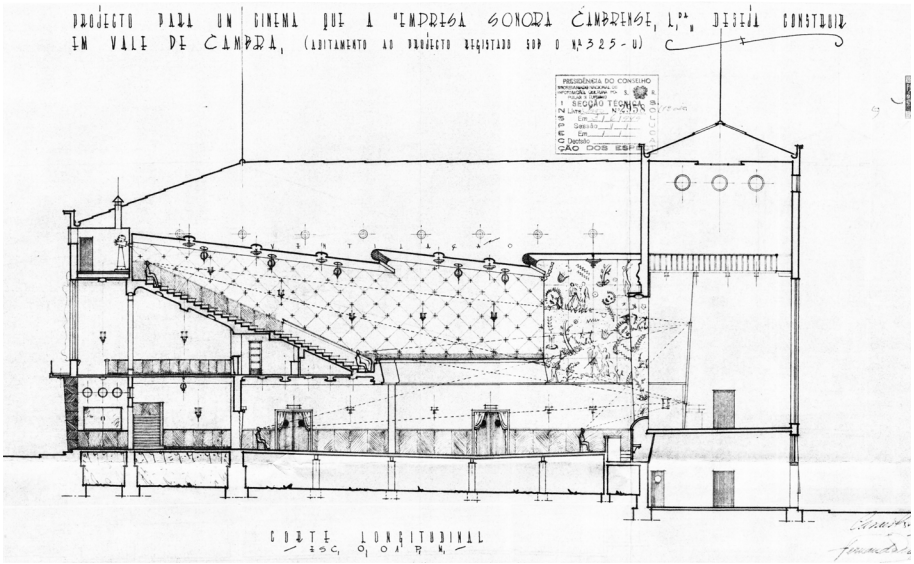


fig. 73 Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para o Corte Longitudinal, *In* Arquivo Municipal de Vale de Cambra. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.



distintas. Enquanto que o alçado lateral expõe uma simplificação da primeira proposta, o desenho do alçado posterior adquire uma maior complexidade com a integração de uma torre que marca a intersecção deste plano com o alçado lateral direito através da distinção da sua materialidade e do seu avanço relativamente ao plano da fachada.

Existe ainda uma simplificação do programa relativamente à proposta anterior, enquanto que em 1947 o edifício se desenvolvia em cinco pavimentos, o novo projeto tem apenas quatro, dos quais, o primeiro pavimento (**fig. 67**), semienterrado, é reduzido para metade mantendo a sua função de piso técnico para arrecadações, entrada secundária para pessoal e artistas. No nível imediatamente a seguir, o segundo pavimento (**fig. 68**), mantém-se o piso da entrada dos espectadores, mas com o acesso através da Avenida dos Combatentes e do novo arruamento, evidenciando ainda mais a importância do novo plano. O acesso pela avenida é feito através de um vestíbulo apoiado pela bilheteira e que antecede o grande hall. Neste espaço amplo recebem-se todos os espectadores e faz-se a sua distribuição entre a plateia e os níveis seguintes através das duas escadarias presentes nos seus extremos opostos. A plateia com uma capacidade de 520 lugares, é rodeada pelo hall e pelas galerias que lhe dão acesso e que no fim de cada uma estão os sanitários femininos de um lado, e um pequeno bar e o acesso aos sanitários masculinos, que estão no piso inferior, no lado oposto. Ainda à semelhança do projeto anterior, no terceiro pavimento (**fig. 69**) o grande hall dá lugar a um salão de festas, que é apoiado por um bar e uma área de arrecadações. Ainda neste piso é feito o acesso ao único balcão do auditório que tem uma capacidade de 472 espectadores, que é apoiado pelos sanitários masculinos e femininos, e alinhado com o foyer do piso anterior estão alguns camarins de apoio aos atores. Por fim, no quarto e último pavimento (**fig. 70**), distribuem-se a cabine de projeção e de enrolamento, as salas de estar e o posto de bombeiros e, no lado oposto da planta, localizavam-se os restantes camarins.

A aprovação do projeto é feita através de um parecer emitido pela Presidência do Conselho Secretariado Nacional da Informação, Cultural Popular e Turismo e pela Inspeção dos Espetáculos. Neste documento enumera-se várias disposições que obrigam a alteração e a adaptação do edifício para uma melhor proteção e combate contra incêndios, tais como, uma melhor organização das cabines de projeção, enrolamento e de bombeiros, criação de um depósito de água privado, instalação de bocas de incêndios tanto no exterior como no interior. Contudo, apesar da aprovação da proposta mediante as alterações mencionadas, não existe qualquer registo da sua alteração.

fig. 44 Perspectiva desenhada da proposta final para o cinema de Vale de Cambra. A consulta da proposta completa está disponibilizada em 'anexos', desenho disponibilizado por Ana Maria Bastos.

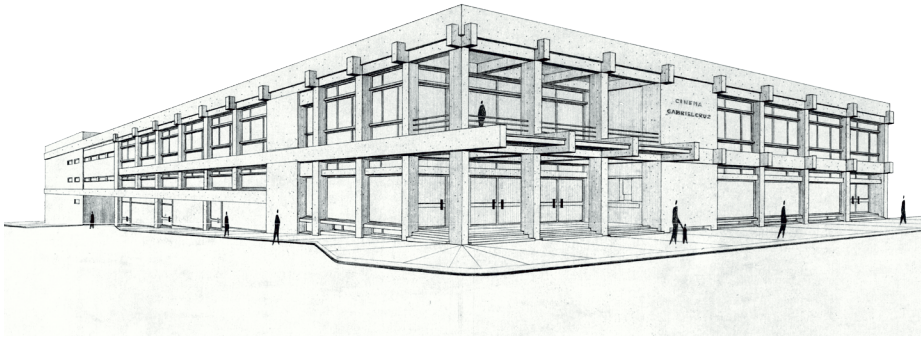


fig. 74 Fotografia do ponto de vista da perspectiva desenhada da proposta final para o cinema de Vale de Cambra.



1966

Apesar do entusiasmo por uma nova sala de cinema resultar em duas propostas para a construção de umas *instalações condignas dum recinto de espetáculo*[189], nenhuma delas acaba por ser levada a avante e durante as duas décadas seguintes a cidade teria de se contentar com o segundo auditório improvisado na cave da Pensão Bastos. Isto é, tanto no Arquivo da Câmara Municipal de Vale de Cambra, como na Inspecção Geral dos Espetáculos (IGAC) os documentos após o parecer de 1949, são de meados da década de 60. Aliás, no arquivo responsável pelos recintos de espetáculo nacionais existe apenas um processo que é iniciado com um pedido de construção datado de 24 de Junho de 1966. Já no arquivo da autarquia local, a ocorrência mais próxima do último ano da década de 40, é uma Memória Descritiva e Justificativa do Arranjo Envolvente do Cinema em Vale de Cambra realizada pelo engenheiro civil Carlos Pimentel e registada a 10 de Outubro de 1965. Devido à falta de documentação num período de aproximadamente duas décadas, é impossível expor a situação exata dos acontecimentos ocorridos neste período, por isso, a seguinte descrição é feita a partir da consulta dos diferentes processos e da reunião de importantes documentos que podem justificar algumas suposições.

Deste modo, a principal possibilidade para a suspensão deste processo poderá ter sido relacionada com a sociedade interessada na construção do Cinema de Vale de Cambra. Quando a Empresa Sonora Cambrense, Limitada é criada são apresentados quatro sócios, veja-se novamente, o segundo ponto apresentado em Diário do Governo nº 48 de 26 de Fevereiro de 1946:

2º

O capital social é de 10.000$, dividido em quatro cotas, sendo uma de 3.500$, subscrita pelo sócio Avelino Soares Dias Simões; outra de 3.000$, pelo sócio Ângelo Henriques de Oliveira; outra de 2.000$, pelo sócio Constantino de Bastos, e outra de 1.500$, pelo sócio Domingos da Silva Martins, as quais se encontram já inteiramente realizadas. (...)[190]

Não obstante, é importante também referir os pontos 8º e 9º dos últimos artigos desta escritura pública:

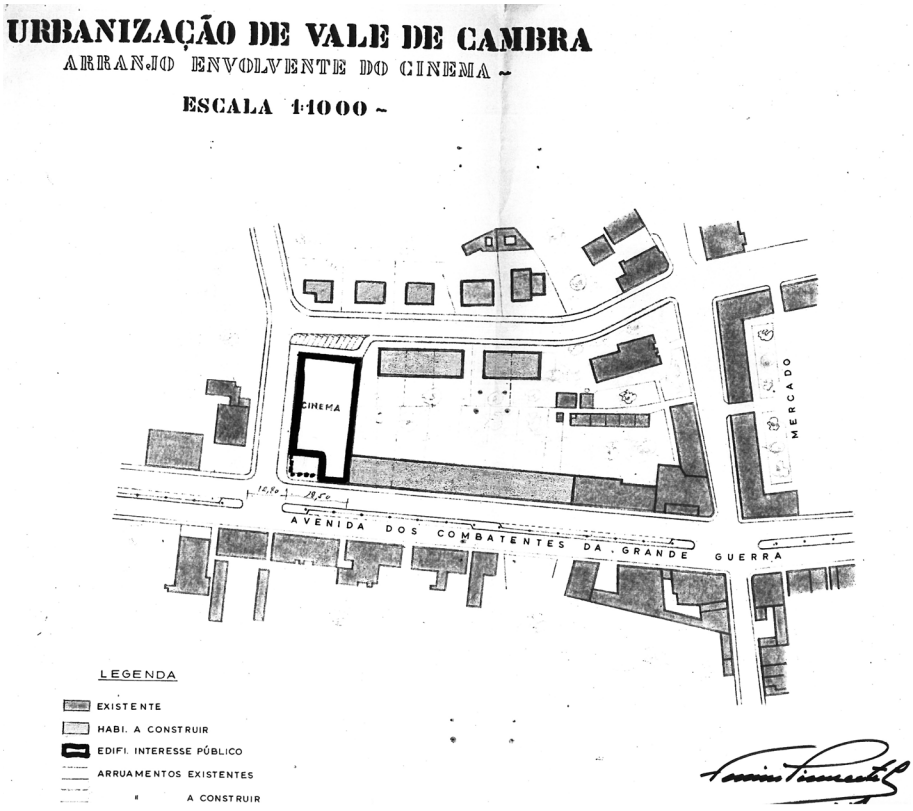
8º

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolve e continuará entre os sobreviventes ou capazes, que pagarão aos herdeiros ou

189. Memória Descritiva do Projecto de Arquitectura para o cinema de Vale de Cambra da autoria do Arquitecto António Bandeira e data de 28 de Maio de 1966. In IGAC, Processo nº 01.19.0001, "Cinema de Vale de Cambra", documento 5.71. em anexos.

190. Retirado de Diário do Governo nº48, 26 de Fevereiro de 1943, p. 414, URL: https://dre.pt/application/conteudo/9827730, consultado a 26 de Junho de 2019, documento 1.1. em anexos.

fig. 75 Proposta de parcial do Plano de Urbanização de Vale de Cambra [documento 4.1. em anexos] que contextualiza a implantação do Novo Cinema na cidade. No desenho do Engenheiro Urbanista Carlos Ferreira Pimentel, de 1965, percebe-se que a casa do futuro gerente do cinema já era existente neste ano e que o antigo mercado municipal (à direita), a Praça Municipal, onde foi inaugurado o primeiro cinema da cidade ainda não tinha sido demolido.



representantes do falecido ou interdito aquilo que se mostrar pertencer-lhes pelo último balanço dado, sendo o respectivo pagamento feito no prazo de seis meses, a contar do falecimento ou do trânsito em julgado da sentença que decretar a interdição.

9º

Dissolvendo-se a sociedade por qualquer motivo, o ativo e passivo social ficarão a pertencer ao sócio ou sócios que em licitações melhores e maiores garantia e vantagens oferecer.[191]

Estes pontos ganham relevância quando confrontados com o documento de 25 de Maio de 1970, assinado pelo então gerente do cinema, dirigido ao Inspector Chefe dos Espetáculos com o pedido da licença do recinto. Neste documento é possível ler-se:

(...) cinema acabado de construir em Vale de Cambra, que vai ter o nome "CINEMA DE VALE DE CAMBRA", propriedade de Gabriel Pinho da Cruz, que era o único sócio da Empresa Sonora Combrense, Lda., com sede na Vila de Vale de Cambra, presentemente extinta por a lei não permitir sociedade com um único sócio, tendo o dito proprietário ficado senho de todo o ativo, passivo e direitos ligados à atividade da sociedade (...)[192]

A partir desta declaração o processo desenvolve-se relativamente a um novo equipamento cultural na cidade de Vale de Cambra a pedido da Empresa Sonora Cambrense que passa a ter apenas um sócio, o que poderá indicar a dissolução desta sociedade, ou a compra da mesma por Gabriel Pinho da Cruz com o objetivo de edificar finalmente o cinema da cidade e retirar o processo de um impasse causado, possivelmente, pela doença, morte ou simples desentendimento entre os quatro sócios originais relativamente ao projeto, ao acordo dentro da sociedade, etc. Após a Empresa Sonora de Cambra ter uma nova direção é criada uma nova proposta para o recinto cinematográfico que procura a aprovação da Câmara Municipal para proceder à aprovação do projeto pela Inspecção dos Espetáculos. Para que o projeto fosse aprovado a sociedade acaba por contactar o engenheiro civil e urbanista viseense, Carlos Ferreira Pimentel de modo a que seja feita uma memória descritiva e justificativa do arranjo envolvente do cinema de Vale de Cambra (**fig. 75**), de forma a enquadrar a construção. A descrição do seu posicionamento na cidade informa-se que será feito na *margem da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra*[193], onde, a norte, as construções são feitas de uma forma contínua com o rés-do-chão e que, a sul, existia já a *habitação unifamiliar*[194] que *foge à regra geral quer quanto ao tipo, quer no que respeita a*

191. Retirado de Diário do Governo nº48, 26 de Fevereiro de 1943, p. 414, URL: https://dre.pt/application/conteudo/9827730, consultado a 26 de Junho de 2019, documento 1.1. em anexos.

192. IGAC, Processo nº 01.19.0001, "Cinema de Vale de Cambra", documento 5.54. em anexos.

193. PIMENTEL, Carlos Ferreira, Memória Descritiva e Justificativa: Arranjo Envolvente do Cinema em Vale de Cambra, documento presente no Arquivo Municipal de Vale de Cambra, no processo do Cinema de Vale de Cambra do ano 1967, documento 4.1. em anexos.

194. Esta habitação ainda hoje existente, foi também adquirida pelo proprietário do futuro Cinema de Vale de Cambra e acaba por ser requalificada no mesmo período da sua construção, de forma a que ambas as edificações tenham uma linguagem arquitectónica idêntica entre si. A habitação é, por fim, oferecida ao gerente do cinema, o Sr. Manuel Henriques Tavares Bastos, familiar de Gabriel Pinho da Cruz, que acaba por ser o "guardião" da sala de espetáculos da cidade.

195. PIMENTEL, Carlos Ferreira, Memória Descritiva e Justificativa: Arranjo Envolvente do Cinema em Vale de Cambra, documento presente no Arquivo Municipal de Vale de Cambra, no processo do Cinema de Vale de Cambra do ano 1967, documento 4.1. em anexos.

fig. 76 Detalhe das escadas secundárias de acesso ao Piso 1, os pormenores de carpintaria.



alinhamento[195]. Assim, propõe-se a construção do novo cinema, por um lado, com vista a dar continuidade e remate à composição da avenida do lado norte e, por outro, criar um elemento de transição entre as sucessivas construções alinhadas e a habitação unifamiliar independente da envolvente através de um novo arruamento perpendicular ao eixo norte-sul da cidade. Considera-se ainda um parque de estacionamento no arruamento paralelo à principal avenida e justaposto ao alçado posterior do cinema, o qual não se verifica atualmente. Este plano acaba por ser enviado ao Chefe de Repartição de Estudos de Urbanização a 30 de Março de 1966 e em Abril de 1966 regista-se a aprovação do Plano Parcial de Urbanização de Vale de Cambra pelo Ministério das Obras Públicas.

Ao mesmo tempo que se procura a aprovação do plano de urbanização que insere o novo Cinema de Vale de Cambra na cidade, inicia-se o processo de aprovação da sua construção com a autarquia local. O requerimento da licença camarária de construção é fundamentado pelos seguintes pontos:

A) - A instalação a iniciar é de manifesto interesse público, satisfazendo velhos e justificados anseios dos cambrenses ávidos do engrandecimento do seu rincão, bem podendo, adequadamente, cotar-se como a mais importante, útil e progressiva iniciativa particular havida até presente em Vale de Cambra;
B) - (...) tal edificação só é possível pelos sentimentos de elevado bairrismo, desvelado amor à terra natal, obsessão pelo seu desenvolvimento tanto no aspeto material como educacional e cultural (...)
C) - Obras da natureza da que se vai encetar necessitam do carinhoso apoio dos poderes públicos em ordem a incrementar e entusiasmar iniciativas similares.[196]

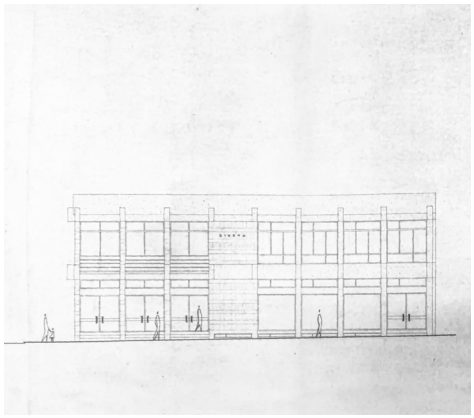
Estes três pontos acabam por levar à sua autorização e ao sucessivo envio da proposta do projeto de arquitetura, com todas as peças desenhas e respetiva memória descritiva, à Inspecção dos Espetáculos. Na descrição do projeto volta a salientar-se a importância da construção de uma sala de espetáculos que substituísse o espaço improvisado existente e o apoio do presidente da autarquia que demonstra o interesse da cidade na concretização do projeto. Após a sua aprovação por todas as entidades responsáveis, o projeto do arquiteto portuense, António Bandeira, é construído em quatro anos dando origem a um edifício que se destaca pelo esforço do desenvolvimento de um país *moderno, industrializado, [e] virado para o futuro*[197]. Há uma maior abertura política que permite uma arquitetura vanguardista em uma rutura estética com a arquitetura conservadora e regionalista dando lugar a uma arquitetura moderna marcada *pelo brutalismo inglês e pela integração dos valores da cultura "Pop"*[198]. O Cinema de Vale de Cambra é desenhado assumindo as novas técnicas, os novos materiais e uma nova

196. Carta dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra a 15 de Novembro de 1966, documento presente no Arquivo Municipal de Vale de Cambra, no processo do Cinema de Vale de Cambra do ano 1967, documento 4.9. em anexos.

197. RODOLFO, João de Sousa, *Luís Cristino da Silva e a arquitectura moderna em Portugal.* Lisboa: Dom Quixote, 2002, p. 150.

198. TOSTÕES, Ana, *Os "pop" anos 60, in Arquitectura moderna portuguesa: 1920-1970.* Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003, p. 147.

fig. 77 & 78 Proposta final para o novo cinema deVale de Cambra, desenhos propostos para o Alçado Principal (alçado este) e Implantação, *In* IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra". A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.



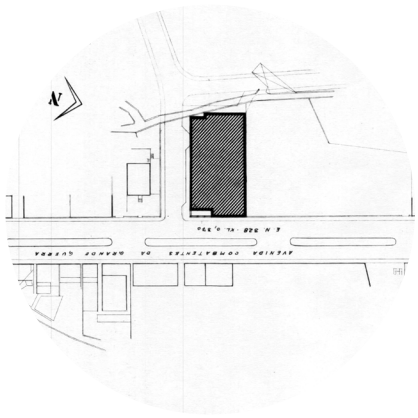


fig. 79 Proposta final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenhos propostos para o Alçado Lateral Esquerdo (alçado norte), *In* IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra". A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

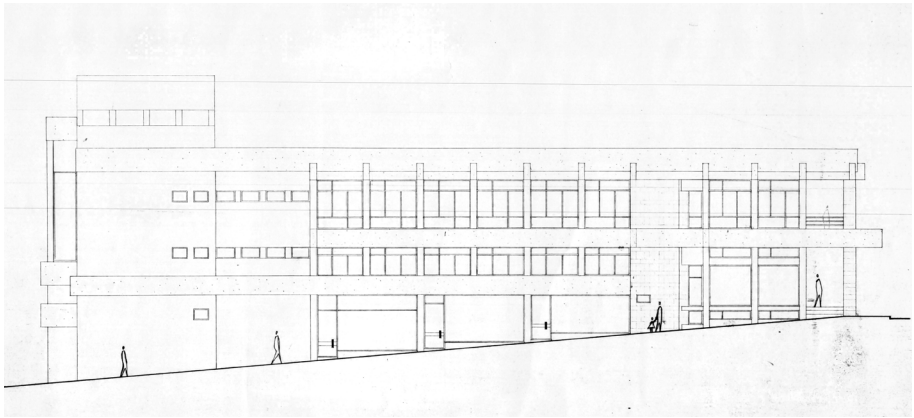
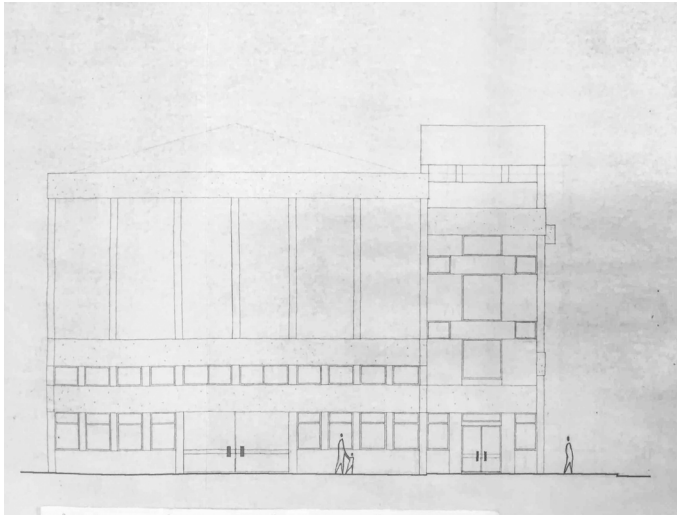


fig. 80 Proposta final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenhos propostos para o Alçado Posterior (alçado oeste), *In* IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra". A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.



expressão, isto é, toda a sua composição evidencia o seu sistema estrutural, desde as cores que destacam as lajes e as vigas dos pilares, até ao prolongamento das vigas para além do plano da fachada. Para além disso, o alçado posterior mostra que aquele objeto arquitetónico foi feito para um programa cinematográfico com o seu sistema estrutural a marcar a divisão de cada letra da palavra 'CINEMA' (**fig. 80**). A linha que intersecta este plano com o imediatamente a seguir é intensificada com criação de uma torre que dá lugar ao reservatório de água, marcando a transição entre os dois alçados notoriamente distintos. O primeiro é encerrado quase por completo, o segundo estabelece uma ligação direta entre o interior e o exterior com vários estabelecimentos comerciais que acompanham a acentuada pendente da rua (**fig. 79**). O alçado principal que confronta a Avenida é caracterizado por uma transparência em todo o plano e pela laje que se prolonga para além do plano da fachada e cobre parte do passeio em jeito de convite aos transeuntes que por ele passam, oferecendo um espaço de transição público/privado, interior/exterior (**fig. 77**).

Através da memória descritiva e das peças desenhadas é possível também perceber a divisão do programa, dividido em quatro pavimentos, o primeiro (**fig. 81**) é destinado às áreas técnicas e de serviço. A partir do alçado posterior fazia-se a entrada de serviço e área abaixo do auditório estava reservada a arrumações. Para além disso, neste pavimento estavam as instalações de aquecimento e ventilação, bufete, sanitários, escadas de duas escadas de acesso ao piso superior, uma de serviço e outra pública; existiam ainda três estabelecimentos comerciais em relação direta com a rua e completamente independentes do restante programa. O objetivo deste primeiro nível destina-se ao apoio técnico do edifício, mas acima de tudo, de forma a vencer a grande diferença de cotas entre os dois planos opostos. Ainda entre o primeiro e o segundo pavimento existia um nível intermédio (**fig. 82**) destinado à área do sub-palco que antecedia o fosso da orquestra e que dava lugar ao ponto. O segundo pavimento (**fig. 83**) estava à cota da Avenida Camilo Tavares de Matos, por onde se fazia a entrada principal recuada relativamente ao plano da fachada, que era apoiada por uma bilheteira que antecedia o vestíbulo com apoio de um vestiário e uma entrada secundária no extremo oposto da fachada principal que tinha um acesso direto a uma caixa de escadas que nos levava até ao nível seguinte. A partir deste grande vestíbulo era feito o acesso à plateia com mais de 860 lugares, em frente ao palco que tinha o apoio de uma escadaria de serviço para os atores. Neste pavimento existiam ainda os sanitários para os espectadores e alguns camarins e uma cabine de bombeiros junto à entrada para o palco. O terceiro pavimento (**fig. 84**) dá acesso à tribuna composta por mais de 200 lugares,

fig. 81 Proposta final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para o 1º Pavimento, *In* IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra". A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

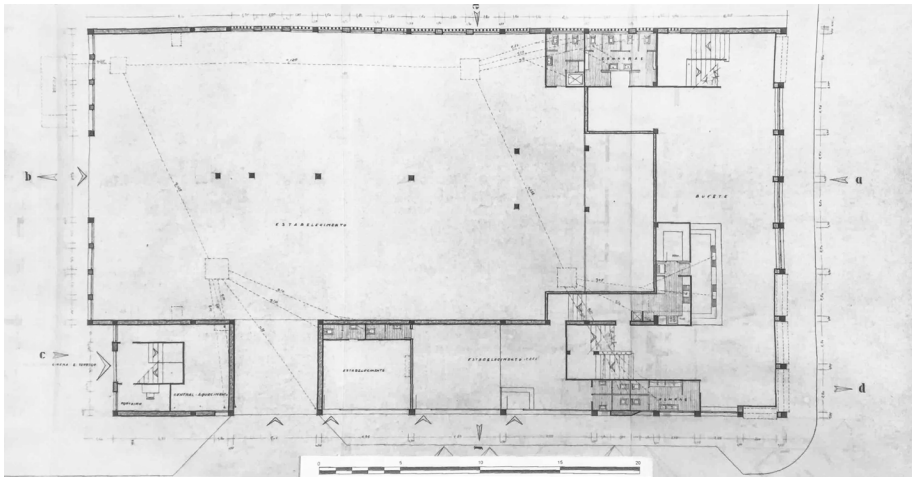


fig. 82 Proposta final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para o Pavimento intermédio entre o 1º e 2º Pavimentos que dava lugar a um espaço que antecedia a orquestra e dava lugar ao ponto, *In* IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra". A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

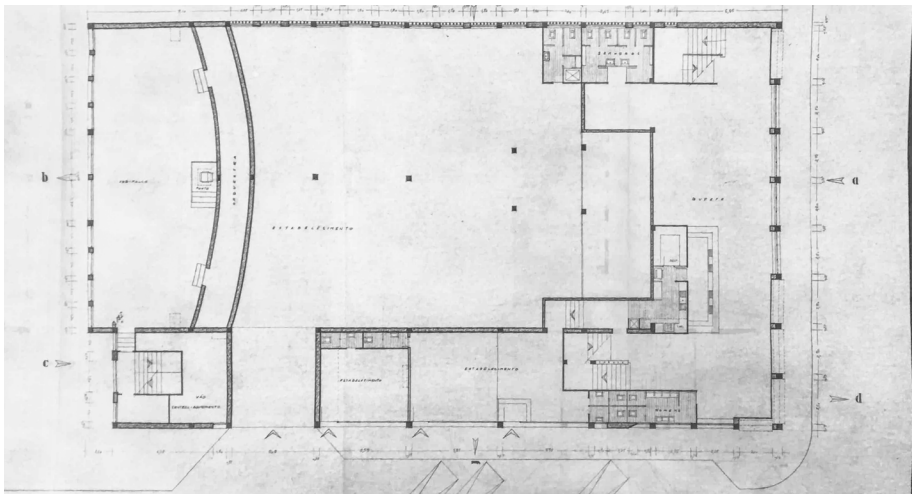
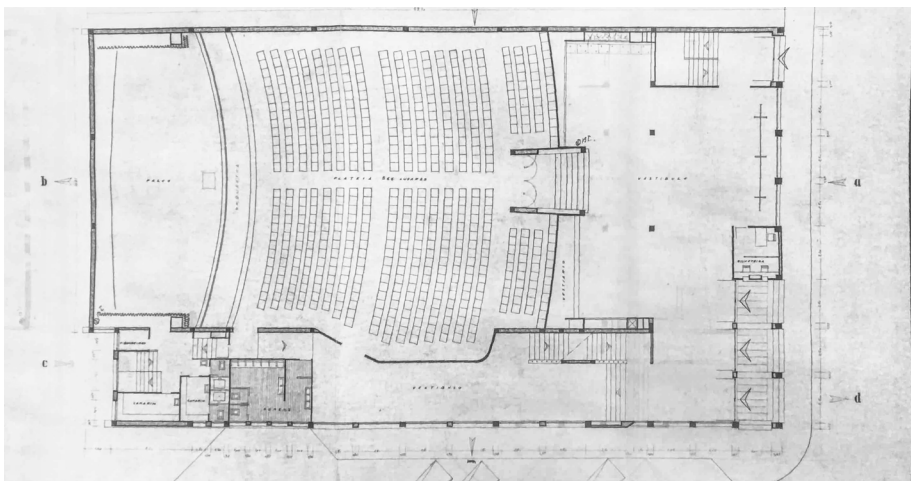


fig. 83 Proposta final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para o 2º Pavimento, *In* IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra". A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.



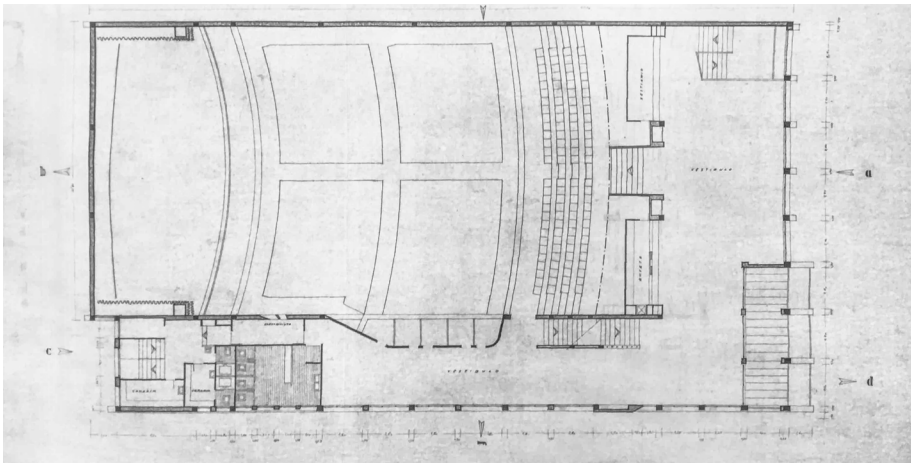


fig. 84 Proposta final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para o 3º Pavimento, *In* IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra". A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

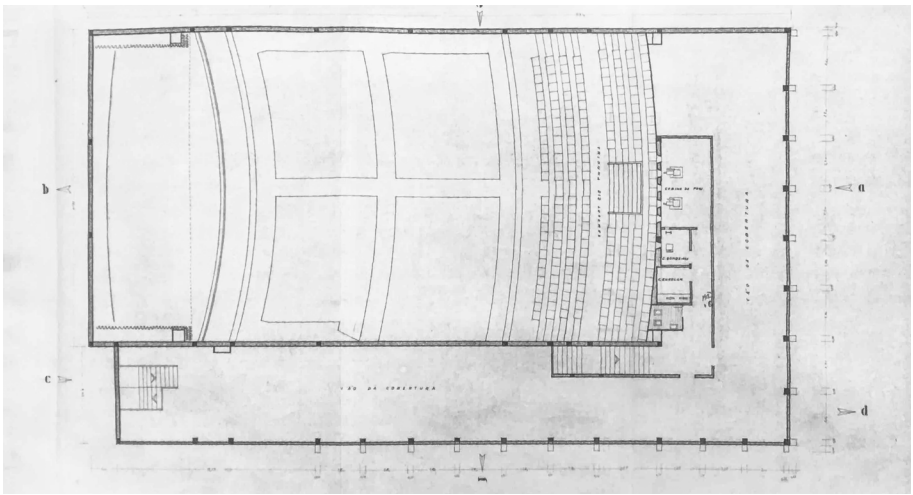


fig. 85 Proposta final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para o 4º Pavimento, *In* IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra". A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

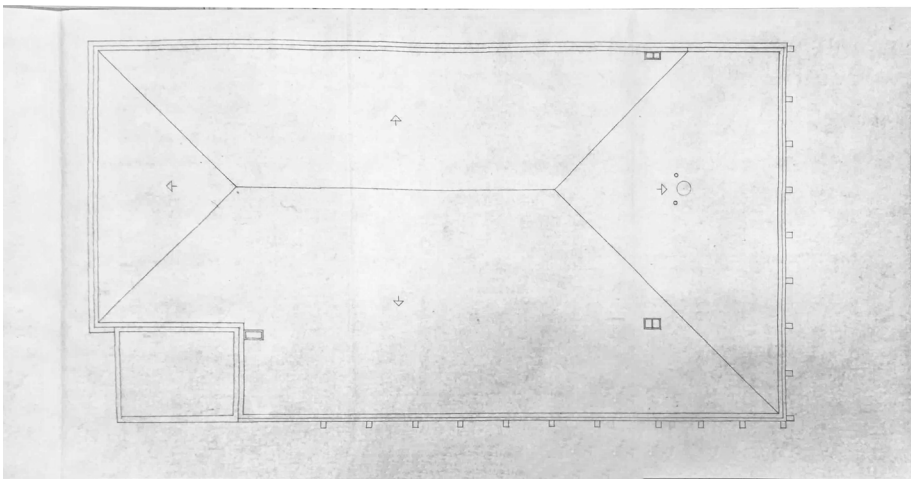


fig. 86 Proposta final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da proposta para a Planta de Coberturas, *In* IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra". A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

fig. 87 Fotografia da lápide que assinalava a inauguração do Cinema de Vale de Cambra, ainda existente no edificio.



aos camarotes com capacidade para 25 lugares, e ainda instalações sanitárias para os espectadores e um vestiário e um bufete no vestíbulo que antecede a entrada principal para a tribuna. Por fim, o quarto pavimento (**fig. 85**), é também um piso técnico onde estavam localizadas as cabines de projeção e enrolamento acompanhadas por um posto de bombeiros e instalações sanitárias de apoio a estas divisões.

De facto, o antigo cinema de Vale de Cambra acaba por ser uma das principais construções da cidade, os seus acabamentos são feitos com maior detalhe com a aplicação de diferentes materialidades para diferentes espacialidades, no auditório e nas áreas adjacentes o espaço é marcado pelo revestimento de madeiras exóticas que ajudam ao tratamento acústico do espaço e a um tratamento estético próprio daquele lugar. Porém, os espaços mais privados como os sanitários e os camarins são revestidos a azulejos de diferentes cores dependendo do público a que se destina. Este tratamento leva a que este equipamento seja considerado um dos melhores auditórios da região, mas que infelizmente funcionou apenas até ao início da década de 1990, deixando o concelho e a cidade vazia de cultura até 2003, com a abertura de um novo centro cultural a mais de 100 quilómetros do centro da cidade. Concluí-se que, foram precisos quase tantos anos para a construção deste equipamento como para o seu encerramento, o reflexo da crise dos cinemas e de políticas pouco interessadas no desenvolvimento cultural deixam a única sala de espetáculos possível de albergar uma parte considerável da sua população ao abandono levando-o à ruína construtiva e programática já aqui desenvolvidas. Torna-se cada vez mais imprescindível cultivar os sentimentos elevado de *bairrismo, desvelado amor à terra natal*[199] que proporcionaram o desenvolvimento cultural e educacional de pequenas cidades como Vale de Cambra, falta o manifesto do interesso público em iniciativas progressistas e úteis para a valorização da sua própria cidade.

199. Carta dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra a 15 de Novembro de 1966, documento presente no Arquivo Municipal de Vale de Cambra, no processo do Cinema de Vale de Cambra do ano 1966, documento 4.9. em anexos.

fig. 88 Fotografia do estado atual da plateia e do balcão do auditório do Cinema de Vale de Cambra.



o abandono cultural

> *Arquitecturas efémeras, essas construções estão hoje muitas vezes por pura ignorância ou por falta de amor próprio colectivo (que revela também de grandes confusões culturais), perfeitamente barbarizadas, substituídas por coisa nenhuma ou apenas abandonadas à incúria e à falta de imaginação empresarial que grassa na nossa contemporaneidade quase só estritamente economista.*[200]

Com o encerramento destes espaços não se percebe a sua importância para a história e para as cidades que serviam, a sua arquitetura não só respondeu a um problema efémero que dependia de um equipamento tecnológico especifico, como também se tornou numa instituição democrática acessível a todos onde as pessoas desfrutavam o seu tempo livre, não se percebeu que o cinema do século XX ia para além do seu programa, oferecia um espaço cultural e estrutural da comunidade. Assim se dita o futuro do Cinema de Vale de Cambra, encerrado na última década do século, é deixado ao acaso *por conta do progresso técnico ou das mudanças estruturais da economia*[201] que o impregna de um obsoletismo estrutural e programático. Após alguns anos encerrado é adquirido por um empresário que ao ver a sua proposta de reconversão do cinema em edifício de habitação plurifamiliar recusada, adapta o piso técnico a um armazém mecânico que é acompanhado por um stand de automóveis localizado na entrada de serviço do alçado posterior do edifício. No entanto, a falência deste e outros negócios acabam por perpetuar o abandono do edifício e, mais tarde, a sua venda à banca que acaba por se mostrar o último golpe na deterioração do equipamento cultural da cidade. Por representar apenas um espaço urbano sujeito à lei do mercado e da especulação imobiliária, levam-no ao afastamento da *noção institucional dominante do que é o património das cidades*[202] e, por isso, a partir de 2010 é utilizado para qualquer tipo de atividades comerciais desvalorizando e arruinando o seu valor patrimonial urbano futuro:

> *Tendo deixado de acolher projeções de filmes nos finais da década de 1990, o antigo cinema de Vale de Cambra foi entretanto utilizado por instituições sociais que aí promoviam eventos esporádicos como mercados solidários e vendas de Natal, e já na década de 2010 passou a acolher em permanência um estabelecimento comercial.*[203]

De facto, a maior ameaça para este equipamento cultural, e de quase todos os outros cinemas e cine-teatros edificados no século XX, é o facto de ter sido desenvolvido por uma iniciativa privada de uma sociedade local formada por empresários, comerciantes ou industriais e, mais tarde, por um emigrante brasileiro interessado no desenvolvimento da sua cidade, mas que com o fim da sua sustentabilidade se torna uma responsabilidade incomportável para estas instituições privadas. A compra ou a gerência do espaço pela autarquia local torna-se a única alternativa, porém, investe-se na construção de um novo auditório

200. DIAS, Manuel Graça, *Cultura e Lazer. In* Seminário DOCOMOMO, *Equipamentos e infra-estruturas culturais, 1925-1965.* Porto: Docomomo ibérico, 2001. Bilingue, p. 94.

201. CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*. 2ª ed. . Lisboa: Edições 70, 2010, p. 222.

202. LACERDA, Manuel, *Velhos edifícios e novas ruínas. In Património e sociedade: revista património.* Lisboa: DGPC, 2016. Revista Património, nº4, dezembro 2016, p. 10.

203. *In Vale de Cambra já abriu concurso para transformar antigo cinema em centro de artes, in* Diário de Notícias, publicado a 24 de Abril de 2019, consultado a 28 de Junho de 2019, URL: https://www.dn.pt/lusa/interior/vale-de-cambra-ja-abriu-concurso-para-transformar-antigo-cinema-em-centro-de-artes-10830271.html

fig. 89 Fotografia pormenor do estado atual do piso do auditório.



municipal de menores dimensões ao *invés de se procurarem soluções (possíveis) para a [sua] reutilização*[204]. Assim, a sua condição de propriedade privada, a sua localização central e a incultura relativamente ao significado do Cinema de Vale de Cambra para a cidade, e na impossibilidade da sua demolição, é permitida, em 2010, a sua utilização a atividades comerciais não reguladas que lhe conferem um avançado estado de degradação e uma situação inviável à sua recuperação. Os novos comerciantes levam a cabo uma intervenção extremamente prejudicial para as condições do edifício: o cuidadoso trabalho de carpintaria é coberto de uma pintura de fraca qualidade (**fig. 98**), passagens são bloqueadas com a fixação de contraplacados, o terceiro pavimento é convertido numa habitação temporária com a destruição completa das escadas de acesso principal à tribuna. As cadeiras são arrancadas e o auditório é completamente destruído com uma estrutura rudimentar em tijolo e cimento aplicada diretamente sobre o revestimento do piso, numa tentativa de nivelar o espaço de forma a criar um espaço próprio para as estantes expositoras dos artigos para venda (**fig. 88 & 89**). A falta de interesse e cuidado do proprietário do imóvel resulta na tentativa de venda do equipamento em praça pública, ao fim de quatro anos de atividades não regulamentares. Esta atitude acaba por se mostrar a última oportunidade para o Cinema de Vale de Cambra quando a autarquia mostra o seu interesse na compra do imóvel. Assim, em 2016 o antigo cinema é finalmente adquirido pela Câmara Municipal de Vale de Cambra com o objetivo de o adaptar às necessidades do concelho:

O edifício também seria uma estrutura de apoio ao turismo, ao comércio e à economia, para evitar uma coisa estranhíssima que às vezes acontece, que é algumas entidades do concelho terem que realizar os seus eventos em Oliveira de Azeméis por não terem aqui nenhum espaço com lotação suficiente para todos os participantes.[205]

A notícia da compra é dada pela própria entidade numa notícia cujo título é possível ler-se *Câmara compra antigo cinema e devolve-o à cidade*[206] e onde se avança ainda com a informação do lançamento de um *concurso de ideias para o aproveitamento do imóvel*[207] e que serviu de mote ao tema da presente dissertação. No entanto, a 13 de Julho de 2017, nove meses após a publicação da informação relativamente ao concurso de ideias, é emitido um *Pedido de Parecer de Centro de Artes e Espetáculos — Vale de Cambra*[208], em resposta a este pedido a Inspecção-Geral das Actividades Culturais (IGAC) emite um documento estruturado por enquadramento, análise e conclusão, em que no primeiro ponto é possível observar-se:

204. BRÁS, Ana, *Cine-Teatros: Reconhecer valorizar reutilizar, in* Construção 2018, Porto: CEAU, Novembro 2018, p. 6.

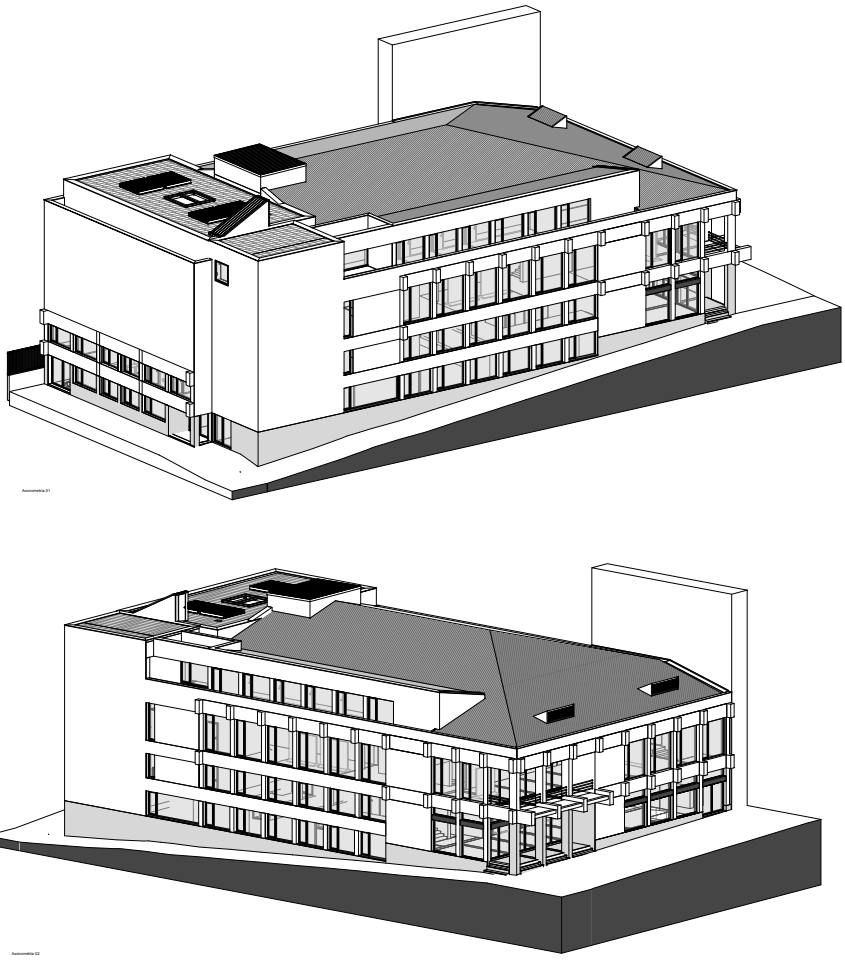
205. PINHEIRO, José, i*n Câmara de Vale de Cambra quer comprar antigo cinema e transformá-lo em espaço cultural in* Porto Canal, publicado a 26 de Dezembro de 2014, consultado a 29 de Junho de 2019, URL: http://portocanal.sapo.pt/noticia/47396

206. *In Câmara compra antigo cinema e devolve-o à cidade in Câmara Municipal de Vale de Cambra*, publicado a 07 de Setembro de 2016, consultado a 29 de Junho de 2019, URL: https://www.cm-valedecambra.pt/frontoffice/pages/566?news_id=339

207. Idem.

208. Pedido de Parecer de Centro de Artes e Espetáculos — Vale de Cambra, enviado a 13 de Julho de 2017, recebido a 19 de Julho de 2017, in IGAC, Processo nº 01.19.0001 "Cinema de Vale de Cambra".

fig. 90 Proposta para o Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra, axonometrias do aspecto exterior da intervenção no antigo Cinema da cidade. Desenho presente na Memória Descritiva do Projecto de Execução do Centro de Artes e Espetáculos, de Junho de 2017, presente no processo do Cinema de Vale de Cambra, IGAC, Processo nº 01.19.0001 "Cinema de Vale de Cambra.



3. Em anexo foram apresentados os seguintes documentos:
a) Termo de responsabilidade assinado por técnico legalmente habilitado atestando a observância do projeto às normas legais aplicáveis;
b) Peças escritas e desenhadas para avaliação das soluções propostas assinadas por técnico legalmente habilitado, incluindo a memória descritiva.[209]

Seguido do enquadramento, na análise e conclusão, são apontados alguns incumprimentos das regras de segurança previstas na lei e que é necessária à sua retificação para que o projeto de arquitetura seja aprovado. Na memória descritiva referida, criada em Junho de 2017, é mencionado muito resumidamente a história do edifício, isto é, o ano do projeto e o ano de inauguração. Descreve-se o estado atual do cinema e a distribuição original do programa, a localização do objeto arquitetónico na cidade, e quais os objetivos desta intervenção proposta pelo arquiteto Gonçalo Louro — das quais é possível perceber que todo o edifício será alvo de alterações (a nível interior e exterior), a *adaptação total do piso -1*[210] (**fig. 91 & 97**) com o objetivo de acolher espaços de formação para a academia de música de Vale de Cambra, e adaptação do espaço às novas exigências de mobilidade reduzida e de segurança. É descrito qual o processo realizado para a criação da proposta, isto é, visitas técnicas ao edifício de forma a que seja criado o levantamento dos espaços e de infraestruturas, assim como, *uma análise das condições técnicas e funcionais existentes de modo a avaliar os níveis de intervenção no sentido de otimizar as soluções dentro dos limites orçamentais existentes e no estrito cumprimento das normas legais em vigor*.[211] Por fim, antes da apresentação da proposta de intervenção, na descrição feita ao estado atual do edifício é ainda exposto um levantamento fotográfico do edifício de modo a complementar a parte escrita.

A descrição da proposta é iniciada pelo exterior do edifício, propõe-se a manutenção da composição dos alçados, mas com a demolição integral da torre destinada ao depósito de água justificada pela alteração integral da caixa de escadas existente na composição original. A redefinição deste acesso vertical leva ainda à alteração integral do alçado posterior. Atualmente, na composição desta fachada é possível observar-se a sua cuidadosa divisão através dos elementos estruturais vesticais, que oferece o enquadramento perfeito para a palavra 'CINEMA' (**fig. 116**). No entanto, a atenção a este detalhe é completamente inexistente: do mesmo modo que se pretende dissolver o programa original deste edificio, são também diluídas quaisquer memórias a ele associado através da aplicação de um novo resvestimento em todos os alçados (**fig. 90**), sob o argumento de que o *revestimento cerâmico existente encontra-se degradado, sendo de difícil substituição e colmatação nas áreas a intervir*[212]. Assim, opta-se pela substituição total daquele material que atribui o carácter do equipamento,

209. Pedido de Parecer de Centro de Artes e Espetáculos — Vale de Cambra, enviado a 13 de Julho de 2017, recebido a 19 de Julho de 2017, in IGAC, Processo nº 01.19.0001 "Cinema de Vale de Cambra".

210. *In* Memória Descritiva In Centro de Artes e Espetáculos, Vale de Cambra: Projecto de Execução de Arquitectura, Memória Descritiva, Junho de 2017, p. 4. In IGAC, Processo nº 01.19.0001 "Cinema de Vale de Cambra".

211. Idem.

212. Idem.

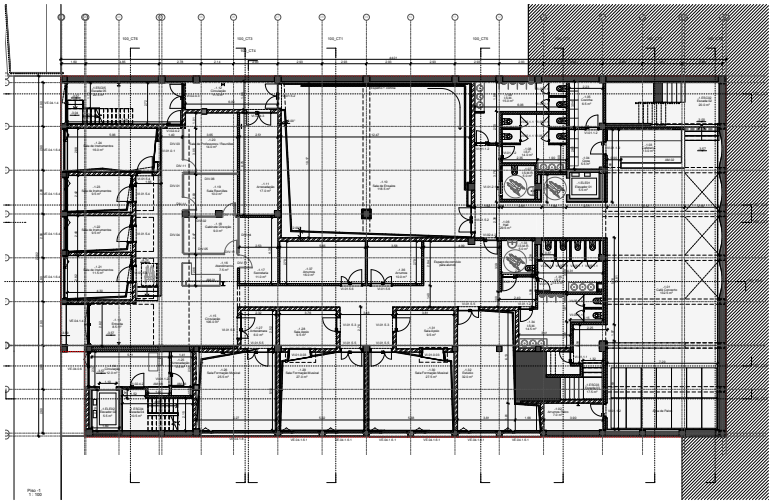


fig. 91 Proposta para o Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra, Planta do Piso -1 da intervenção no antigo Cinema da cidade. Desenho presente na Memória Descritiva do Projecto de Execução do Centro de Artes e Espetáculos, de Junho de 2017, presente no processo do Cinema de Vale de Cambra, IGAC, Processo nº 01.19.0001 "Cinema de Vale de Cambra.

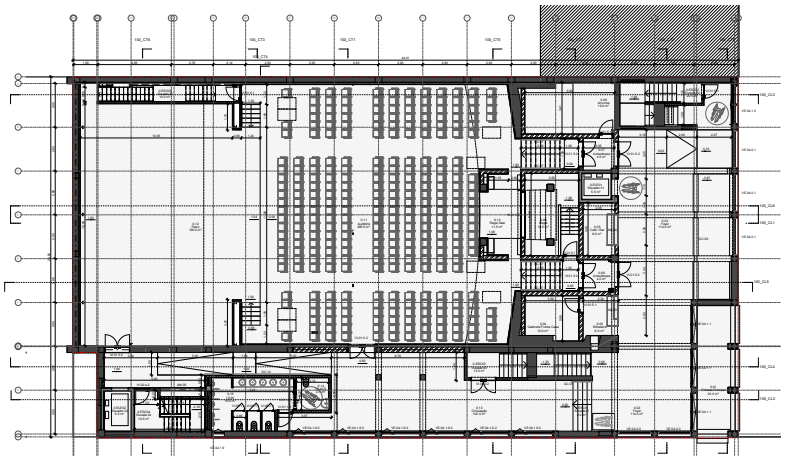


fig. 92 Proposta para o Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra, Planta do Piso 0 da intervenção no antigo Cinema da cidade. Desenho presente na Memória Descritiva do Projecto de Execução do Centro de Artes e Espetáculos, de Junho de 2017, presente no processo do Cinema de Vale de Cambra, IGAC, Processo nº 01.19.0001 "Cinema de Vale de Cambra.

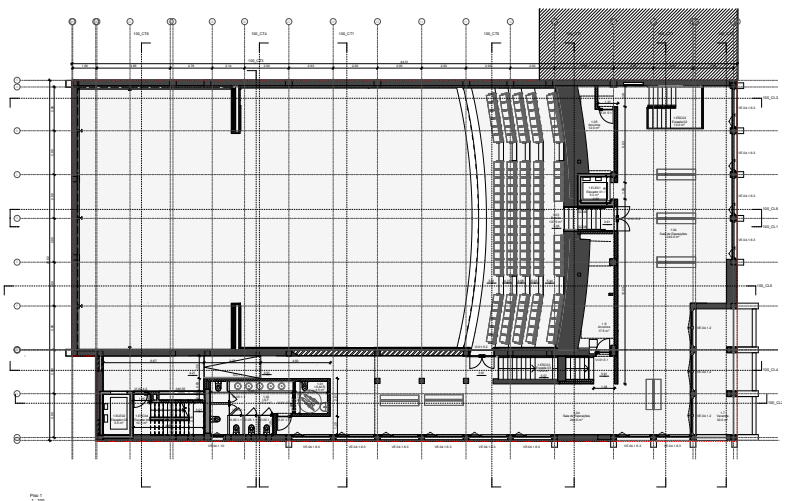


fig. 93 Proposta para o Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra, Planta do Piso 1 da intervenção no antigo Cinema da cidade. Desenho presente na Memória Descritiva do Projecto de Execução do Centro de Artes e Espetáculos, de Junho de 2017, presente no processo do Cinema de Vale de Cambra, IGAC, Processo nº 01.19.0001 "Cinema de Vale de Cambra.

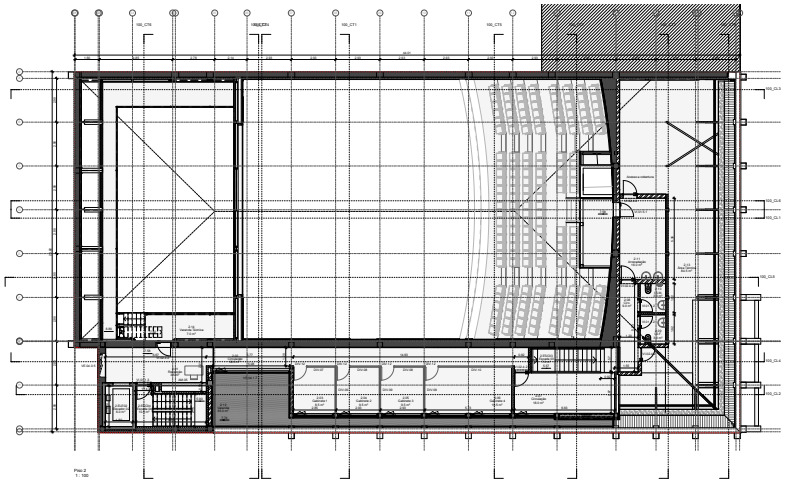


fig. 94 Proposta para o Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra, Planta do Piso 2 da intervenção no antigo Cinema da cidade. Desenho presente na Memória Descritiva do Projecto de Execução do Centro de Artes e Espetáculos, de Junho de 2017, presente no processo do Cinema de Vale de Cambra, IGAC, Processo nº 01.19.0001 "Cinema de Vale de Cambra.

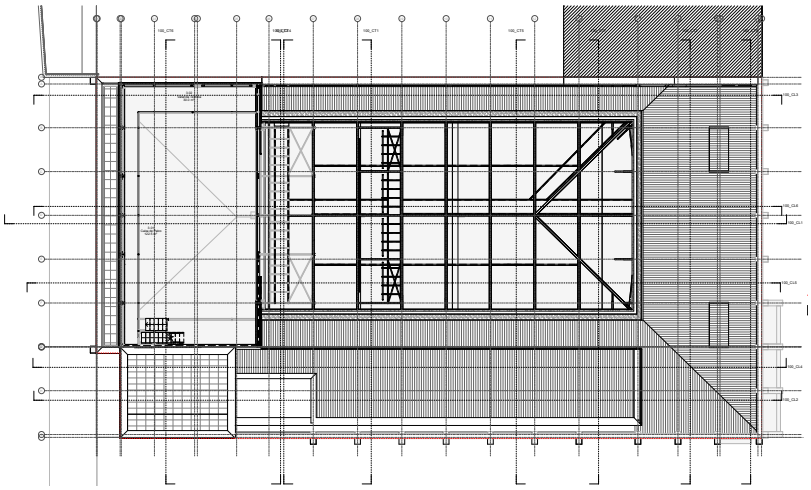


fig. 95 Proposta para o Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra, Planta do Piso 3 da intervenção no antigo Cinema da cidade. Desenho presente na Memória Descritiva do Projecto de Execução do Centro de Artes e Espetáculos, de Junho de 2017, presente no processo do Cinema de Vale de Cambra, IGAC, Processo nº 01.19.0001 "Cinema de Vale de Cambra.

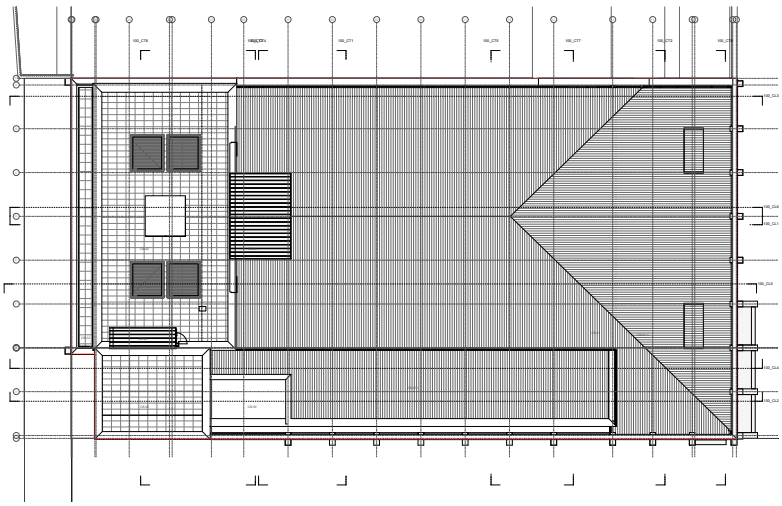


fig. 96 Proposta para o Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra, Planta do Piso de Coberturas da intervenção no antigo Cinema da cidade. Desenho presente na Memória Descritiva do Projecto de Execução do Centro de Artes e Espetáculos, de Junho de 2017, presente no processo do Cinema de Vale de Cambra, IGAC, Processo nº 01.19.0001 "Cinema de Vale de Cambra.

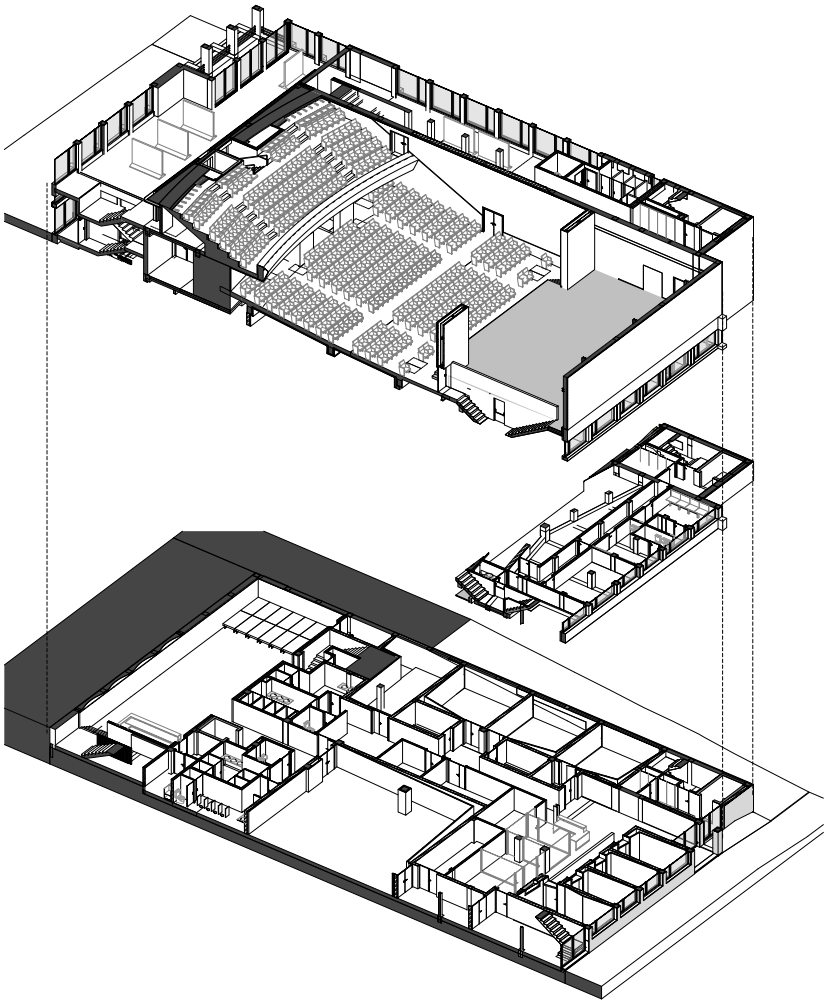


fig. 97 Proposta para o Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra, axonometrias do auditório e do Piso -1 da intervenção no antigo Cinema da cidade. Desenho presente na Memória Descritiva do Projecto de Execução do Centro de Artes e Espetáculos, de Junho de 2017, presente no processo do Cinema de Vale de Cambra, IGAC, Processo nº 01.19.0001 "Cinema de Vale de Cambra.

por uma nova pastilha cerâmica uniforme de forma a manter parte da sua imagem. Esta alteração irá ainda permitir a aplicação do revestimento pelo exterior, que será complementada com a substituição de novos caixilhos dotados de um corte térmico e vidro duplo, de forma a melhorar o revestimento térmico e acústico do equipamento. Ainda sobre a alteração do exterior do edifício, é possível perceber através da imagem tridimensional apresentada, que apesar da total substituição da cobertura de fibrocimento, optou-se pela manutenção da cobertura inclinada, no entanto, adiciona-se ainda um volume que vai para além do nível da cobertura e que cria um aumento significativo dos alçados posterior e lateral sem que exista qualquer distinção entre as novas volumetrias e o pré-existente.

No interior do equipamento, o auditório é dotado de uma estrutura *"invisível", mas fundamental*[213], para a realização de diferentes espetáculos. A acústica da sala de espetáculos é melhorada através da substituição dos materiais de revestimento quer ao nível do teto, como paredes e ligações à nova régie, e ainda a alteração do layout do espaço: a caixa de palco é ampliada, são colocadas novas cadeiras de acordo com a legislação vigente, provocando uma redução de capacidade para 498 lugares, em que oito são destinados a espectadores com mobilidade condicionada; na tribuna, são colocadas também novas cadeiras no espaço já existente e de forma a cumprir a legislação. A nova régie é dividida entre dois espaços, um no lugar das salas de enrolamento e projeção, e outro no espaço sob o balcão. Não havendo possibilidade de nivelar o palco existente, *por condicionar a altura do proscénio em 1,05m*[214], optou-se por reduzir a inclinação. Sobre o restante edifício decide-se utilizar a área do sub-palco para camarins, o piso 0, localiza-se o foyer de entrada, com novas bilheteiras, cafetaria, e instalações sanitárias masculinas, mantendo o revestimento das escadas em marmorite que acaba por ser aplicado nas restantes áreas. O piso 1, de acesso à tribuna, destina-se a uma área de exposições que ocupa toda a área de circulação, estando estes dois pisos interligados através de duas caixas de escadas e um novo elevador. O segundo piso é ampliado para uma área de produção e o piso -1, semienterrado, que dava lugar ao pavimento técnico da composição original, é o que sofre de mais alterações nesta proposta: requalifica-se o café-concerto, onde o acesso ao foyer da entrada é melhorado, e é criado uma zona de pé-direito duplo de forma a melhorar a entrada de luz natural nestes espaço — o que acaba por perturbar um pormenor interessante que lhe confere uma espacialidade distinta através da filtração da luz pelas paredes onduladas (**fig. 99**) e diminuiu o principal foyer, um espaço em que a sua amplitude é extremamente importante para a receção de todos os espectadores. Ainda sobre o último nível do novo Centro de Artes e Espetáculos, tem-se como objetivo instalar aqui a Academia de Música da cidade e, para isso, subdivide-se este piso em salas de ensaios de diferentes dimensões e com tratamento acústico necessário, com uma autonomia funcional completa, com apoios sanitários.

213. *In* Memória Descritiva In Centro de Artes e Espetáculos, Vale de Cambra: Projecto de Execução de Arquitectura, Memória Descritiva, Junho de 2017, p. 4. In IGAC, Processo nº 01.19.0001 "Cinema de Vale de Cambra".

214. Idem.

fig. 98 Fotografia pormenor do resultado de aplicação de pinturas de fraca qualidade sobre as madeiras exóticas e de com um minucioso trabalho de carpintaria.



A descrição desta intervenção é concluída com um terceiro capítulo dedicado ao mapa de áreas e acabamentos, que resulta num pedido específico da autarquia local na requalificação do antigo cinema. A verdade é que se torna evidente a ausência de qualquer concurso de ideias e uma posição intransigente relativamente ao programa do novo equipamento cultural da cidade. Na verdade, o acesso à presente proposta descrita foi uma surpresa inesperada com a consulta do processo nº 01.19.0001 da Inspecção-Geral das Actividades Culturais, uma vez que a autarquia local nunca se mostrou disponível para a consulta da proposta revelando alguma reserva relativamente ao mesmo. A proposta do programa e consequente materialização, acaba por não respeitar o Cinema de Vale de Cambra, cessa a sua função original para sempre e apaga qualquer vestígio a ela associada. Ao contrário da atitude de projeto do arquiteto Carlos Prata para o Cine-Teatro de Amarante, não existe qualquer respeito pela obra histórica ou artística do passado, a adaptação do edifício obsoleto que deveria ser o resultado de uma reflexão sobre qual a maneira mais adequada de dotar o edifício de uma capacidade funcional atualizada, isto é, torná-lo viável de uma perspetiva económica de modo a gerar novos interesses, no entanto, a proposta para o novo Centro de Artes e Espetáculos é o resultado de um acumular de vontades que procuram uma materialização forçada e desrespeitadora relativamente ao objeto arquitetónico e à memória coletiva da cidade de Vale de Cambra.

Ainda que esta intervenção crie um novo espaço cultural para a cidade, nunca será uma novidade para o país. Durante o trabalho de investigação foi colocada a questão do porquê do desaparecimento da função cinematográfica do Cinema de Vale de Cambra, por representar uma oportunidade na criação de um movimento cinematográfico, e criar uma oferta cultural interessante. As informações fornecidas relativamente a esta decisão foram, por um lado, a tentativa falhada de implementação de sessões semanais no Centro Cultural de Macieira de Cambra — pela incompatibilidade de horários e pelo desinteresse da comunidade. Por outro, a competição de recintos cinematográficos localizados nas cidades de São João da Madeira, Vila Nova de Gaia e Porto são demasiado pesadas para a criação de um novo espaço para esse fim. Assim sendo, torna-se necessária e importante a análise destes importantes argumentos: primeiramente, um recinto localizado no centro urbano da cidade de Vale de Cambra com uma capacidade de quase 500 lugares, nunca será comparável a um pequeno auditório a mais de um quilómetro deste centro, mas mesmo não comparando os dois recintos é necessário ter em atenção à programação. A aposta num programa para o Centro Cultural de Macieira não diversificado, e reduzido a filmes de animação que tentam acompanhar os filmes de estreia com algumas semanas de atraso, acabou por resultar num desinteresse da população relativamente à monotonia da programação. Seguidamente, relembre-se o Cinema Trindade, localizado no centro da cidade do Porto tem, de

fig. 99 Fotografia do estado atual do café-concerto, no Piso -1, do Cinema de Vale de Cambra.



igual modo a competição dos recintos cinematográficos da própria cidade do Porto e das cidades envolventes, no entanto, a sua programação cruzada e uma aposta em trazer algo de novo à oferta cinematográfica do país torna-o um caso de sucesso. A importância de devolver o Trindade ao Porto não reside no espaço cultural, mas antes no cinema e na vida cultural da cidade. No Porto pensou-se nos portuenses, de que forma é possível aproximar a indústria cinematográfica desta comunidade, uma atitude contrária à proposta de intervenção no Cinema de Vale de Cambra. Cessa-se a atividade para que este equipamento foi idealizado e remove-se qualquer referência a este programa, o que acaba por se tornar numa analogia relativamente à presença deste recinto no panorama nacional.

Atualmente, à data da presente investigação, está aberto o concurso público de empreitada para a construção da proposta aprovada pelo IGAC, no jornal local, Voz de Cambra, expõe-se um artigo com fotografias do atual estado degradado do edifico e uma entrevista ao presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro. Nela, afirma querer evitar uma situação de *elefante branco*[215] que para isso procuram trabalhar sobre um programa cultural e de gestão do mesmo e admite procurar uma entidade com conhecimento sólido nesta *matéria cultural, para que se possa atingir diversos públicos, para trazer mais dinâmica, mais gente e mais desenvolvimento cultural à cidade*[216] algo que acaba por se mostrar uma contradição com o plano de intervenção proposto. Por fim, do mesmo modo que se apelou à Câmara Municipal de Vale de Cambra em 1967, volta-se a apelar a um *apoio dos poderes políticos em ordem de incrementar e entusiasmar iniciativas similares*[217] àquela que se fez com a construção do Cinema de Vale de Cambra, a intervenção neste equipamento tem a oportunidade de trazer de volta os antigos hábitos daquela comunidade. Localizado na mesma rua que o Santuário de Santo António, do arquiteto Agostinho Ricca, torna-se interessante e possível trazer de volta o domingo que juntava a celebração eucarística e as sessões de cinema como um programa de família; a sua proximidade relativamente à central de camionagem facilitam a criação de um festival cinematográfico de referência nacional capaz de trazer visitantes de vários pontos do país para além do centro industrial que representa; as suas instalações compostas por um interessante café-concerto tem a possibilidade de se criar nele um ponto de referência musical e de desenvolvimento de atividades para todas as faixas etárias; a sua posição num concelho com as mais diversas paisagens e com um microclima interessante proporciona-lhe atividades ao nível da cobertura que envolvem toda a comunidade. Apesar da proposta do arquiteto Gonçalo Louro se encontrar num estado avançado, o presente trabalho de investigação pretende mostrar as diferentes potencialidades deste equipamento que não estão a ser aproveitadas, e apelar aos *sentimentos de elevado bairrismo*[218] e *obsessão pelo seu desenvolvimento tanto no aspeto material como educacional e cultural*[219] da cidade de Vale de Cambra.

215. *In Voz de Cambra* nº 1055, primeira quinzena de Maio de 2019, p. 8.

216. Idem.

217. Carta dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra a 15 de Novembro de 1966, documento presente no Arquivo Municipal de Vale de Cambra, no processo do Cinema de Vale de Cambra do ano 1967.

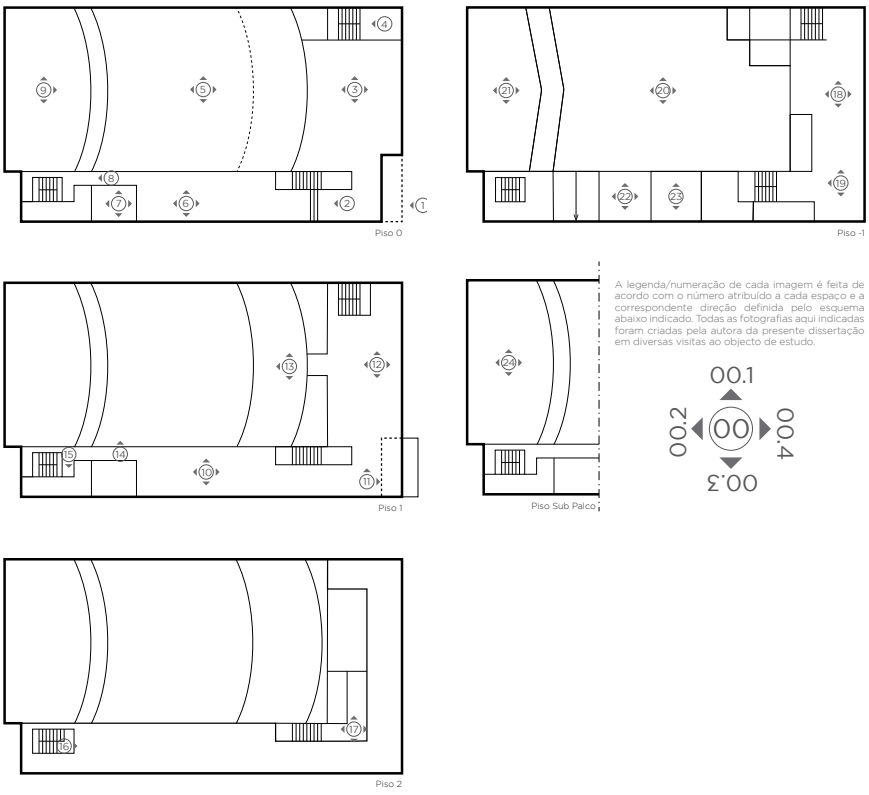
218. Idem.

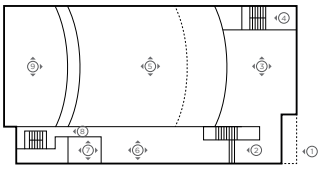
219. Idem.

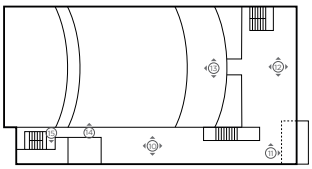
levantamento fotográfico

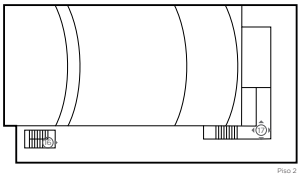
Para a apresentação do levantamento fotográfico pensou-se num percuro possível pelo objecto estudo: iniciando-se no Piso 0, e pela entrada possível, segue-se para os pisos superiores até ao Piso 2, o piso técnico e da cabine de projecção e, a partir deste, desce-se directamente para o Piso -1 e a área do sub-palco.

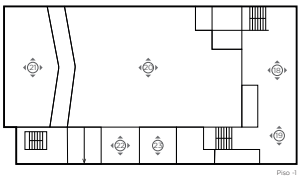
De modo a facilitar a compreensão e a leitura deste levantamento procedeu-se a uma apresentação esquemática do mesmo. Para cada espaço atribuiu-se um número e de seguida uma alínea para a direção do olhar do observador dentro desse espaço. Ou seja, para cada espaço consideram-se quatro direções possíveis: Norte, Este, Sul e Oeste, que têm atribuídas as alíneas 1, 2, 3 e 4 respectivamente. De maneira a que este sistema seja mais facilmente perceptível apresenta-se abaixo um esquema que resume este pensamento.

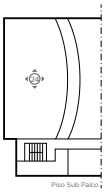




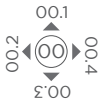


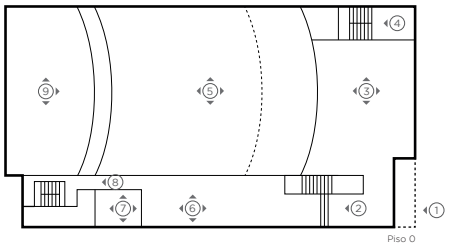




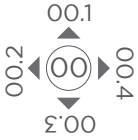


A legenda/numeração de cada imagem é feita de acordo com o número atribuído a cada espaço e a correspondente direção definida pelo esquema abaixo indicado. Todas as fotografias aqui indicadas foram criadas pela autora da presente dissertação em diversas visitas ao objecto de estudo.





A legenda/numeração de cada imagem é feita de acordo com o número atribuído a cada espaço e a correspondente direção definida pelo esquema abaixo indicado. Todas as fotografias aqui indicadas foram criadas pela autora da presente dissertação em diversas visitas ao objecto de estudo.





1.1.



2.2.



3.1.



3.2



3.3.



3.4.



4.2.



5.1.2.



5.1.4.



5.2.



5.3.



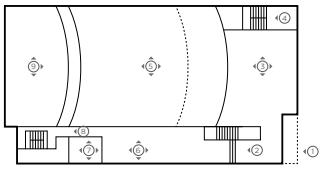
5.4.

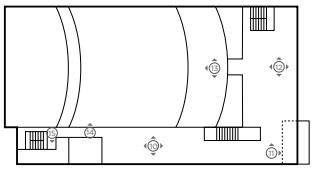


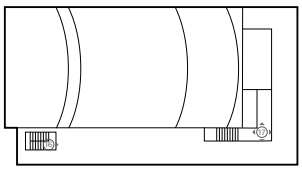
6.1.

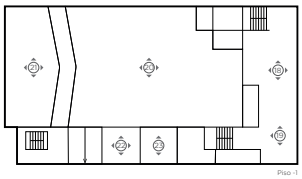


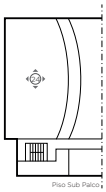
6.2.



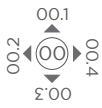


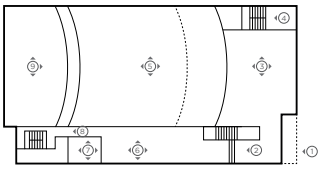


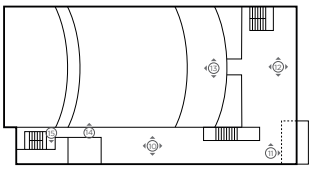


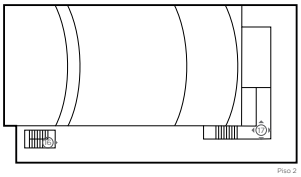


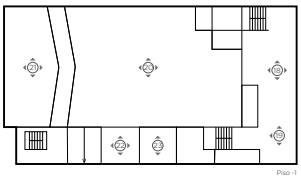
A legenda/numeração de cada imagem é feita de acordo com o número atribuído a cada espaço e a correspondente direção definida pelo esquema abaixo indicado. Todas as fotografias aqui indicadas foram criadas pela autora da presente dissertação em diversas visitas ao objecto de estudo.

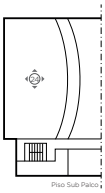




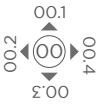








A legenda/numeração de cada imagem é feita de acordo com o número atribuído a cada espaço e a correspondente direção definida pelo esquema abaixo indicado. Todas as fotografias aqui indicadas foram criadas pela autora da presente dissertação em diversas visitas ao objecto de estudo.





6.3.



6.4.



7.1.



7.2.



7.3.



7.4.



8.1.



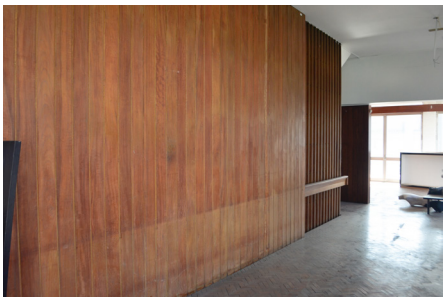
9.1.



9.3.



9.4.



10.1.



10.2.



10.3.



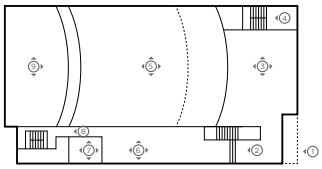
10.4.



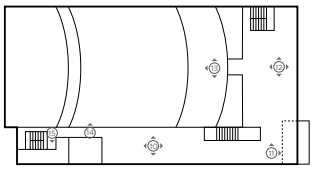
11.1.



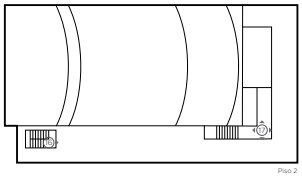
11.4.



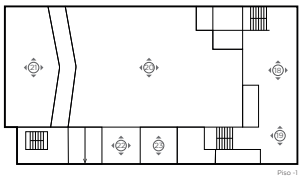
Piso 0



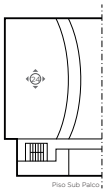
Piso 1



Piso 2

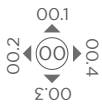


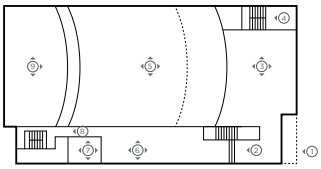
Piso -1



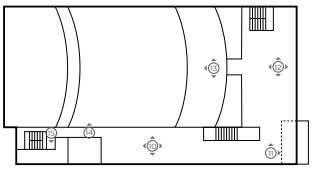
Piso Sub Palco

A legenda/numeração de cada imagem é feita de acordo com o número atribuído a cada espaço e a correspondente direção definida pelo esquema abaixo indicado. Todas as fotografias aqui indicadas foram criadas pela autora da presente dissertação em diversas visitas ao objecto de estudo.

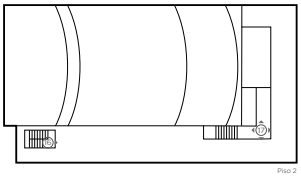




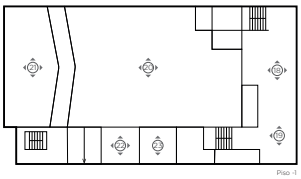
Piso 0



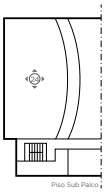
Piso 1



Piso 2

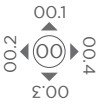


Piso -1



Piso Sub Palco

A legenda/numeração de cada imagem é feita de acordo com o número atribuído a cada espaço e a correspondente direção definida pelo esquema abaixo indicado. Todas as fotografias aqui indicadas foram criadas pela autora da presente dissertação em diversas visitas ao objecto de estudo.





12.1.



12.2.



12.3.



12.4.



13.1.



13.2.



13.3.



14.1.



15.3.



16.1.



17.1.



17.2.



17.3.



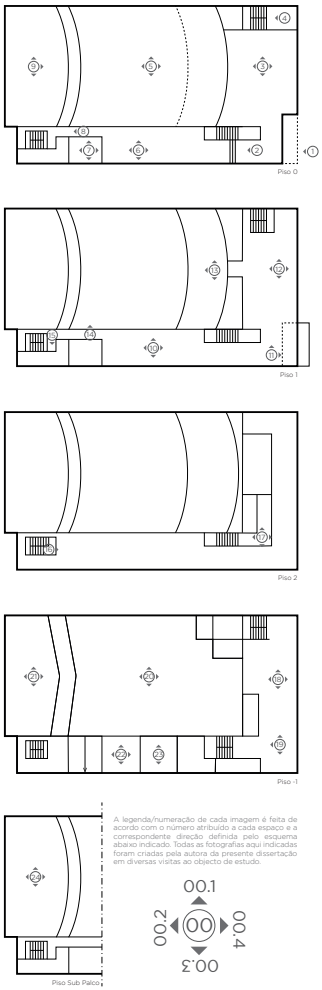
17.4.

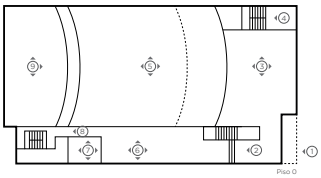


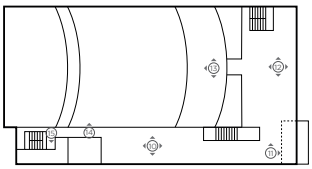
18.1.

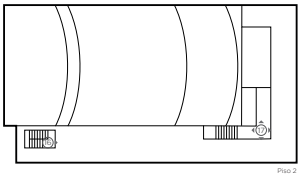


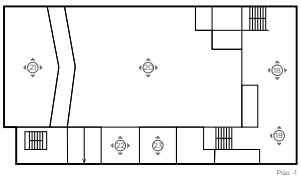
18.2.

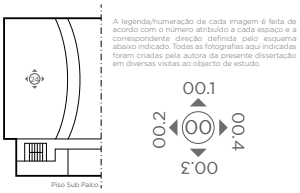














18.3.



18.4.



19.2.



19.3.



20.1.



20.2.



20.4.



21.1.



21.2.



21.3.



21.4.



22.1.



22.2.



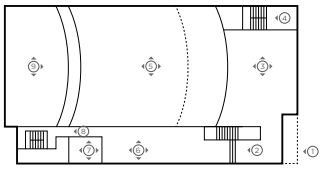
22.3.

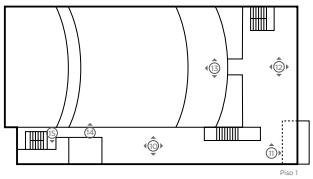


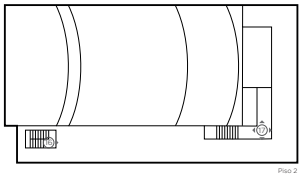
22.4.

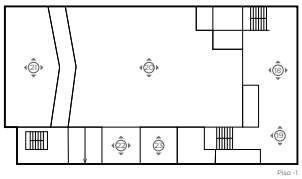


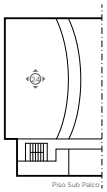
23.1.



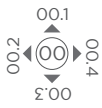


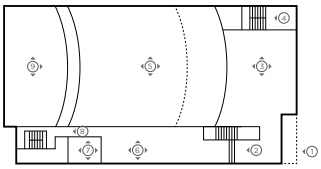


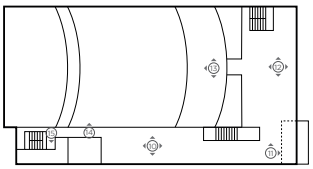


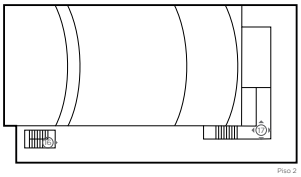


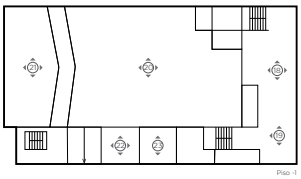
A legenda/numeração de cada imagem é feita de acordo com o número atribuído a cada espaço e a correspondente direção definida pelo esquema abaixo indicado. Todas as fotografias aqui indicadas foram criadas pela autora da presente dissertação em diversas visitas ao objecto de estudo.

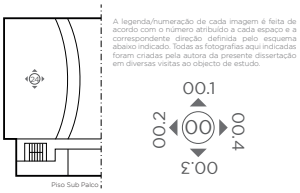














23.2.



24.1.



24.2.



24.3.

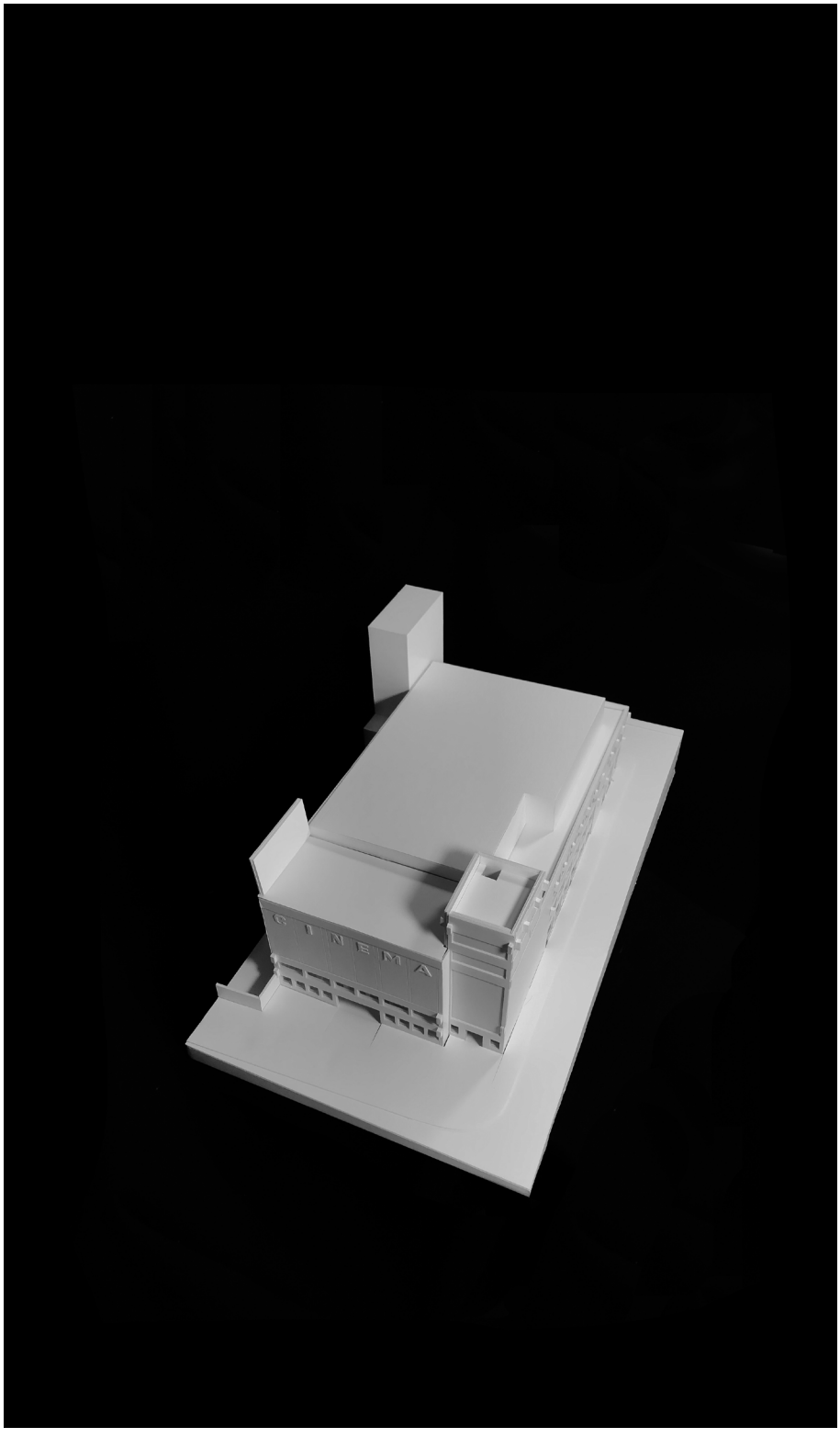


24.4.



Il Regalo Di Alfredo

fig. 101 Fotografia do modelo físico da Proposta de reabilitação para o Cinema de Vale de Cambra.



memória descritiva

"O espaço experienciado é sempre uma combinação do dialeto entre o espaço externo e o espaço mental interno, o passado e o presente, a atualidade e a projeção mental."[220]

220. PALLASMAA, Juhani, T*he Architecture of Image: Existencial space in cinema*, Rakennustieto, Helsinki, 2007, p. 158.

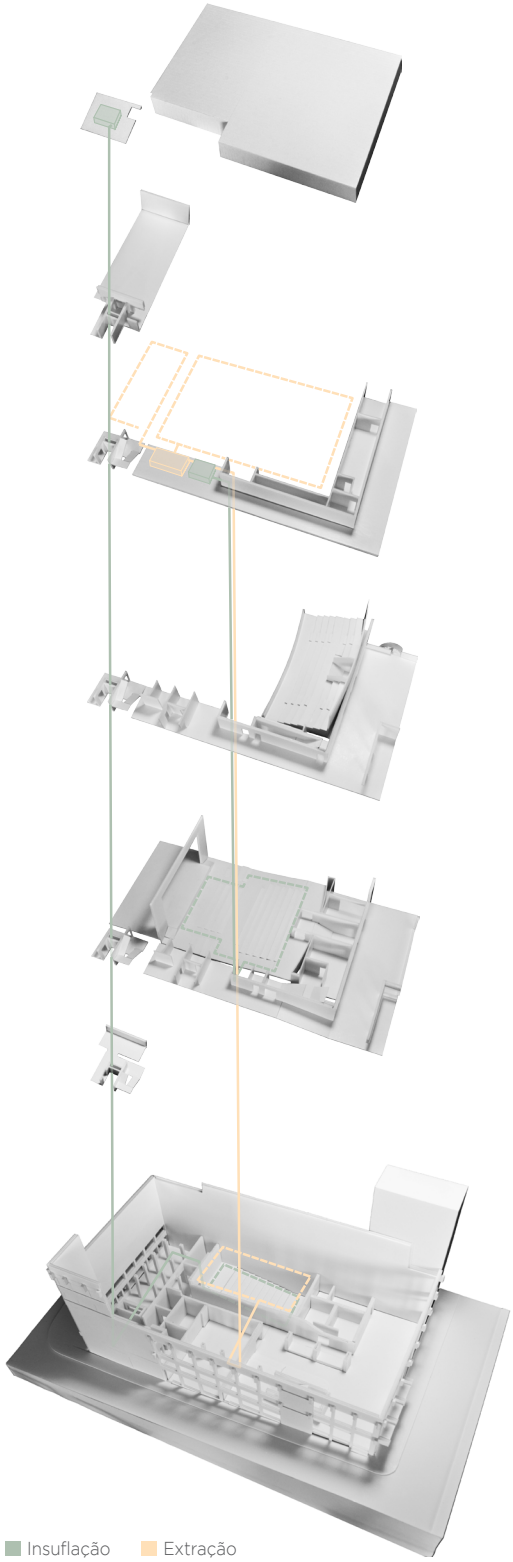
O Cinema de Vale de Cambra materializou a vontade da cidade em edificar um elemento arquitetónico digno tanto para a comunidade como para a projeção de filmes. O equipamento tornou-se a representação formal e simbólica de um desejo cultural da comunidade desta cidade, que acaba por fazer parte dela na sua malha urbana e na sua memória. De forma a responder a uma necessidade atual e de um desejo do passado, o projeto de reabilitação objetiva responder a estes princípios de forma a completar um dialeto que se encontra incompleto nos dias de hoje.

Propõe-se assim, a manutenção — quase total — das fachadas de forma a preservar o espaço externo e o espaço mental interno de um ícone daquela cidade. A reabilitação foca-se, por isso, na recuperação do cinema, do teatro, da comédia, ... de um programa cultural e funcional possível de abarcar neste recinto. Para isto, é proposta uma atitude de projeto que tem em conta todas as condicionantes espaciais e que, ao mesmo tempo, procura manter a linguagem tectónica original de forma a oferecer uma continuidade do espaço experienciado equilibrando-o com uma atitude regeneradora do equipamento.

O desenho adapta-se assim à linguagem da sua contemporaneidade e, simultaneamente responde às necessidades de hoje. O grande auditório, a peça principal do objeto arquitetónico, é assim adaptado não só às exigências técnicas e legislativas atuais que viabilizam o funcionamento do programa original, como também é provido de equipamentos necessários para a realização de outras artes performativas desenvolvidas atualmente naquele aglomerado populacional. Assim, o palco, elemento vital para a sua realização, é equipado não só com um grande ecrã, mas também com uma estrutura metálica que proporciona a criação de performances alternativas à sétima arte.

Ainda assim, a necessidade de criação de condições necessárias ao funcionamento, tanto do auditório como do restante equipamento, obriga não só à reformulação da configuração da sala e do palco de forma, a adaptá-lo a uma necessidade urgente atual, como também a capacitar o edifício com infraestruturas necessárias à sua utilização durante todo o ano. Os sistemas de climatização (**fig. 102**) aliada à remoção da cobertura original em fibrocimento acabam por ser assim a principal intervenção no objeto de estudo: remove-se a cobertura composta por aquele material pouco saudável e mantém-se a cobertura plana já existente sobre o átrio e o corredor consequente. Deste modo, a cobertura do auditório é substituída por uma nova estrutura metálica em treliça metálica que sustenta não só o existente

fig. 102 Organigrama do sistema AVAC para a proposta de reabilitação do Cinema de Vale de Cambra.



como uma nova cobertura em camarinha de alumínio anodizado dourado (esta expressão tectónica que evoca a época da sua construção é também aplicada nos novos caixilhos, na guarda do cinema ao ar livre e no letreiro presente no alçado posterior). No entanto, este sistema cobre apenas o volume sobre os espectadores, já o palco vê-se completado por um sistema estrutural alternativo que torna viável o cinema ao ar livre. Aqui, de forma a concretizar uma cobertura plana é adotado um *sistema estrutural*[221] misto composto por perfis metálicos que sustentam uma fina laje de betão que, por sua vez, cria o plano horizontal onde assenta o novo programa exterior.

221. Note-se que tanto a estrutura em treliça metálica do auditório, assim como o sistema que sustenta este último elemento, foram pensadas e desenvolvidas com o acompanhamento de um técnico especializado em estruturas e que adaptou cada solução às necessidades expostas.

Apesar da principal preocupação deste projeto se focar na reabilitação do grande auditório é importante refletir sobre o programa complementar que o apoia e o torna economicamente capaz. Considera-se que a grande parte destes equipamentos já existiam na sua configuração original e que, por isso, a sua reabilitação resume-se a uma nova organização dos elementos e a adaptação dos mesmos às necessidades atuais. Contudo, refletiu-se sobre um programa adicional que completasse o existente e fosse ao encontro tanto das exigências das autoridades locais como da rentabilidade do espaço. Assim sendo, o piso -1 (**fig. 104**) é reorganizado e repensado como um elemento completamente independente da restante composição de forma a ser possível a sua utilização regular e consistente no dia-a-dia da comunidade. O grande auditório e as suas dependências acabam por ficar reservados a eventos que necessitem de receber uma grande afluência de espectadores. Sendo que, os pequenos eventos são possíveis de serem realizados naquele nível semienterrado que contém diferentes espaços capazes de desenvolver uma multiplicidade de atividades. O último piso desenvolve-se, portanto, como um dos principais elementos do equipamento equiparando-se à importância do grande auditório. Nele introduz-se uma nova sala de cinema — com uma escala bem mais reduzida que a principal, (com aproximadamente 100 lugares) utiliza-se o exemplo do Cinema Trindade para a realização de uma programação que vá ao encontro aos interesses da população, ou seja, procura-se desenvolver uma audiência que assista não só aos filmes comercializados nas principais salas do país, como também a exibição de películas reminiscentes ao antigo especialmente aquelas que evocam as principais atividades económicas da região. Porém, a este programa que confirma a composição do alçado posterior, é também introduzida uma nova sala polivalente capaz de desenvolver formações artísticas que serão possíveis de se dar a mostrar no reorganizado e reabilitado café-concerto. Este último vê a sua especialidade aproveitada para a criação de um lugar capaz de mostrar à comunidade o trabalho desenvolvido tanto naquela sala polivalente como através de exposições de trabalhos desenvolvidos por outros habitantes, resultando no espaço de convívio cultural da comunidade.



A autonomia deste nível é garantida não exclusivamente pelo programa nele desenvolvido como também pela instalação de infraestruturas (**fig. 102**) dedicadas em exclusivo a estes espaços. Todavia, esta independência não inviabiliza a sua utilização simultânea com o grande auditório, isto é, a sua ligação através de acessos verticais e a presença de camarins para os atores neste piso asseguram que a sua atividade pode ser feita de forma complementar do grande auditório, sendo por isso, capaz de receber grandes eventos que envolvam toda a população local, e não só, como também todo o edifício, transformando-o num equipamento multifacetado, adaptável a diferentes ocasiões e eventos.

fig. 103 Fotografia pormenor de uma das máquinas de projeção ainda existente no Cinema de Vale de Cambra.

Ainda que esta intervenção procure a reabilitação do antigo cinema da cidade de Vale de Cambra, torna-se importante refletir que independentemente da intervenção é necessário atrair a gentes de modo a assegurar a utilização de um edifício dependente dos seus habitantes. Desta forma, importa perceber a cultura das pessoas e para as pessoas, isto é, os intervenientes são tanto espectadores como elementos catalisadores e geradores deste fenómeno capaz de desenvolver uma atividade que até agora não tem sido explorada.

fig. 104 Proposta para a planta do Piso -1. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

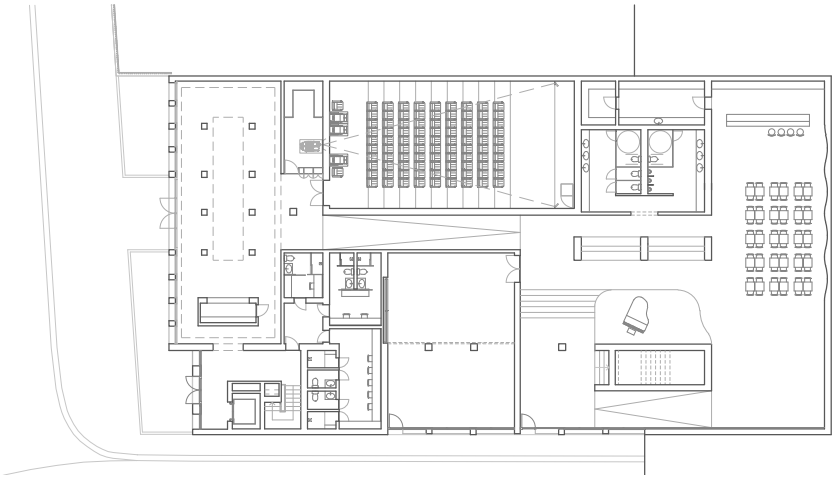
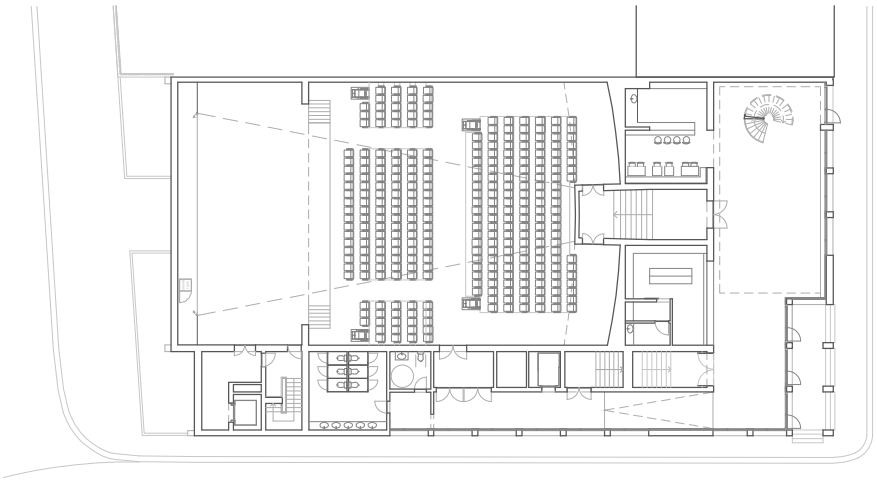


fig. 105 Proposta para a planta do Piso -1B. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.



fig. 106 Proposta para a planta do Piso 0. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.



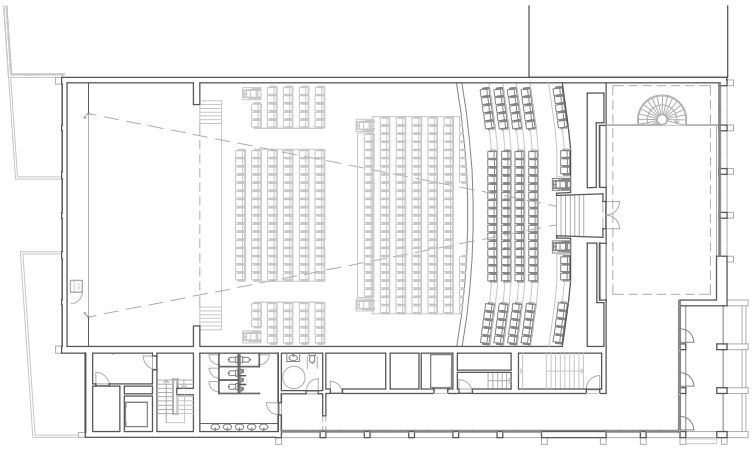


fig. 107 Proposta para a planta do Piso 1. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

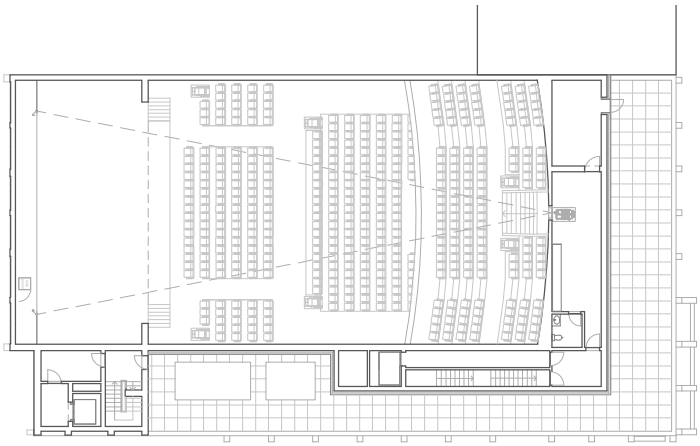


fig. 108 Proposta para a planta do Piso 2. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos..

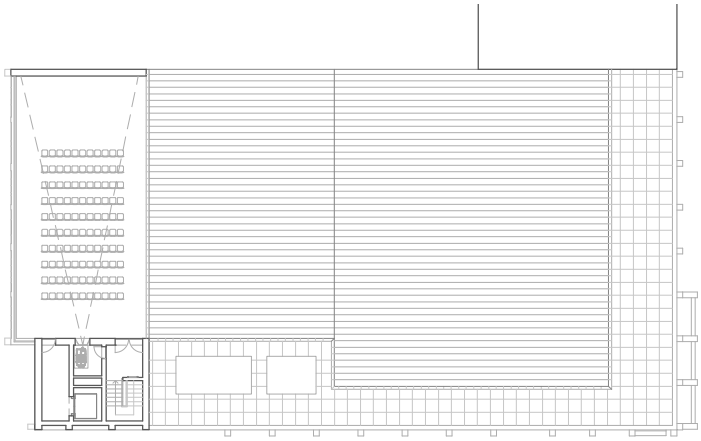
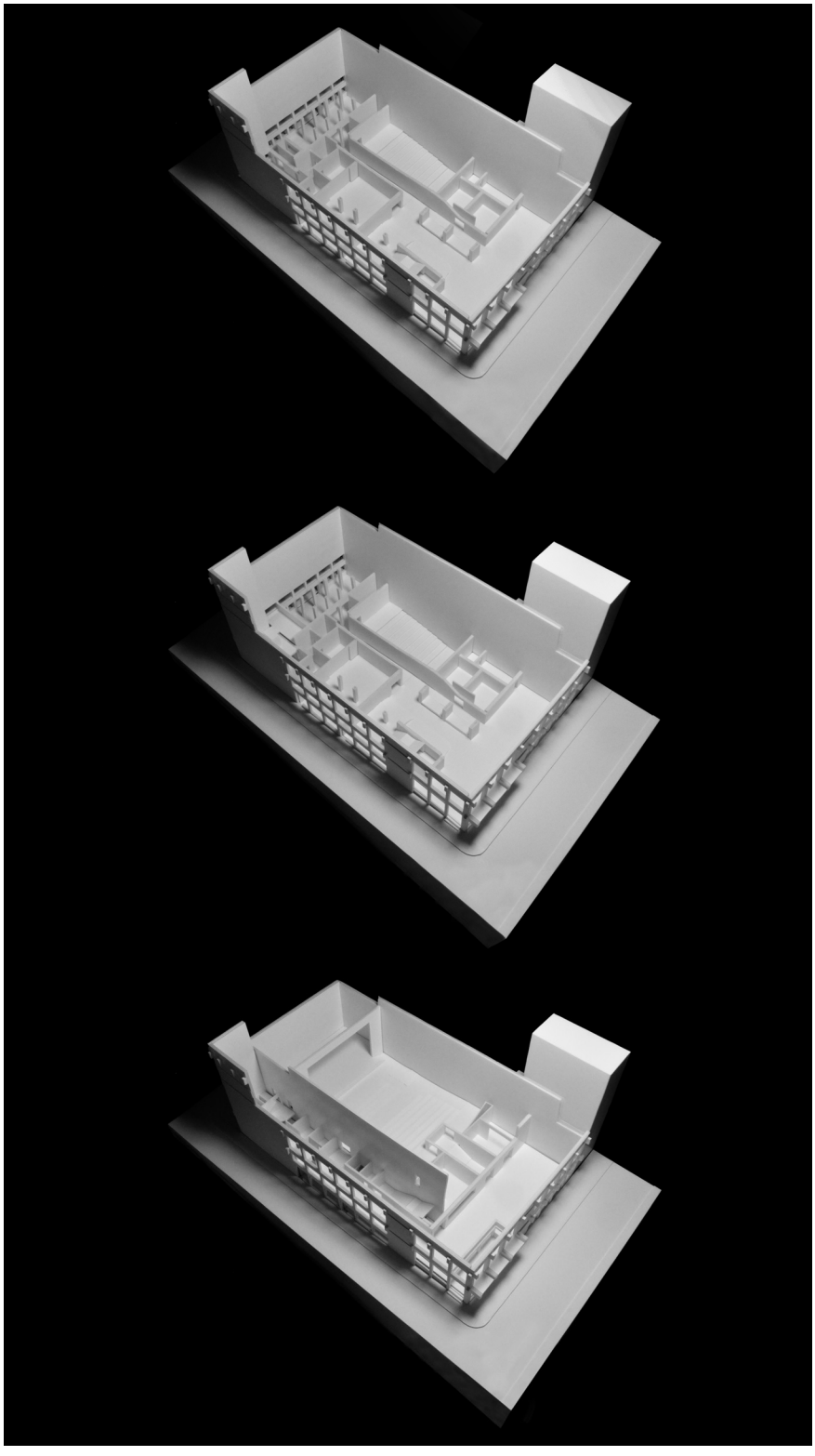


fig. 109 Proposta para a planta do Piso 3. A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

fig. 110 Fotografia do modelo físico para a proposta de reabilitação do Cinema de Vale de Cambra: piso -1. Cinema estúdio, camarins, sala polivalente e café-concerto.

fig. 111 Fotografia do modelo fisico para a proposta de reabilitação do Cinema de Vale de Cambra: piso -1B. Arrumos.

fig. 112 Fotografia do modelo físico para a proposta de reabilitação do Cinema de Vale de Cambra: piso 0. Átrio, auditório ao nível do palco e plateia.



o átrio

O espaço de receção aos espectadores feito à cota alta do edifício, ou seja, ao nível da Avenida (**fig. 106**), avança sobre o alçado principal criando uma entrada recuada que serve tanto de abrigo a quem passa, como de momento de preparação à entrada no edifício. Assim que se ultrapassa este momento de indecisão somos recebidos no grande átrio, onde se dispõem serviços de apoio à atividade cultural ali desenvolvida e a momentos de descontração para antes, durante ou depois do espetáculo: as bilheteiras, apoiadas pelo bengaleiro, apresentam-se de imediato logo após à entrada e o bar que apoia todo este piso serve de entretém nos momentos antes, durante ou depois do espetáculo.

Não obstante, a maior intervenção neste espaço são os acessos: à entrada uma pequena escadaria servia de ligação entre o espaço principal do vestíbulo e a entrada secundária, a sua substituição por uma pequena rampa torna possível a receção de espectadores com mobilidade reduzida. Por outro lado, a caixa de escadas escondida, e que ligava este nível ao superior, é substituída por um elemento escultórico que se destaca naquele espaço amplo. Ainda que a introdução deste elemento elimine o acesso ao piso inferior, a existência de uma caixa de escadas secundária e de ligação direta à entrada principal do cinema, assegura que todos os elementos do programa estejam ligados entre si.

o palco e a plateia

A partir do átrio à cota da Avenida Camilo Tavares de Matos e do corredor contíguo faz-se o acesso ao auditório ao nível da plateia (**fig. 106**). A primeira entrada, feita a eixo do auditório, é reformulada de forma a que o acesso seja feito a partir de uma câmara escura, assegurando uma melhor transição entre o interior e o exterior. Contudo, visto que esta entrada é feita a partir de uma diferença de cota criada pela pendente da plateia, a entrada secundária assegura o acesso dos espectadores com mobilidade reduzida — conseguida através da transformação do lanço de escadas em rampa, como já referido anteriormente.

O interior do auditório revestido a madeira exótica, idêntica à pré-existente, é composto por uma plateia com 297 lugares e quatro lugares para mobilidade reduzida. O palco, que ocupa um dos extremos da plateia, para além de ter um novo ecrã para a projeção de filmes, é dotado de uma estrutura metálica que está pensada para a realização de diferentes tipos de espetáculos para além do cinema. O acesso dos atores é feito, no entanto, a partir de uma terceira caixa de escadas que se localiza no volume da antiga torre de reservatório de água privado. Este acesso vertical, também apoiado por um ascensor monta-cargas, fazem a ligação da cota baixa do edifício que serve de entrada secundária aos artistas e de staff.

fig. 113 Fotografia do modelo físico para a proposta de reabilitação do Cinema de Vale de Cambra: piso 1. Auditório ao nível do balcão, vestíbulo.

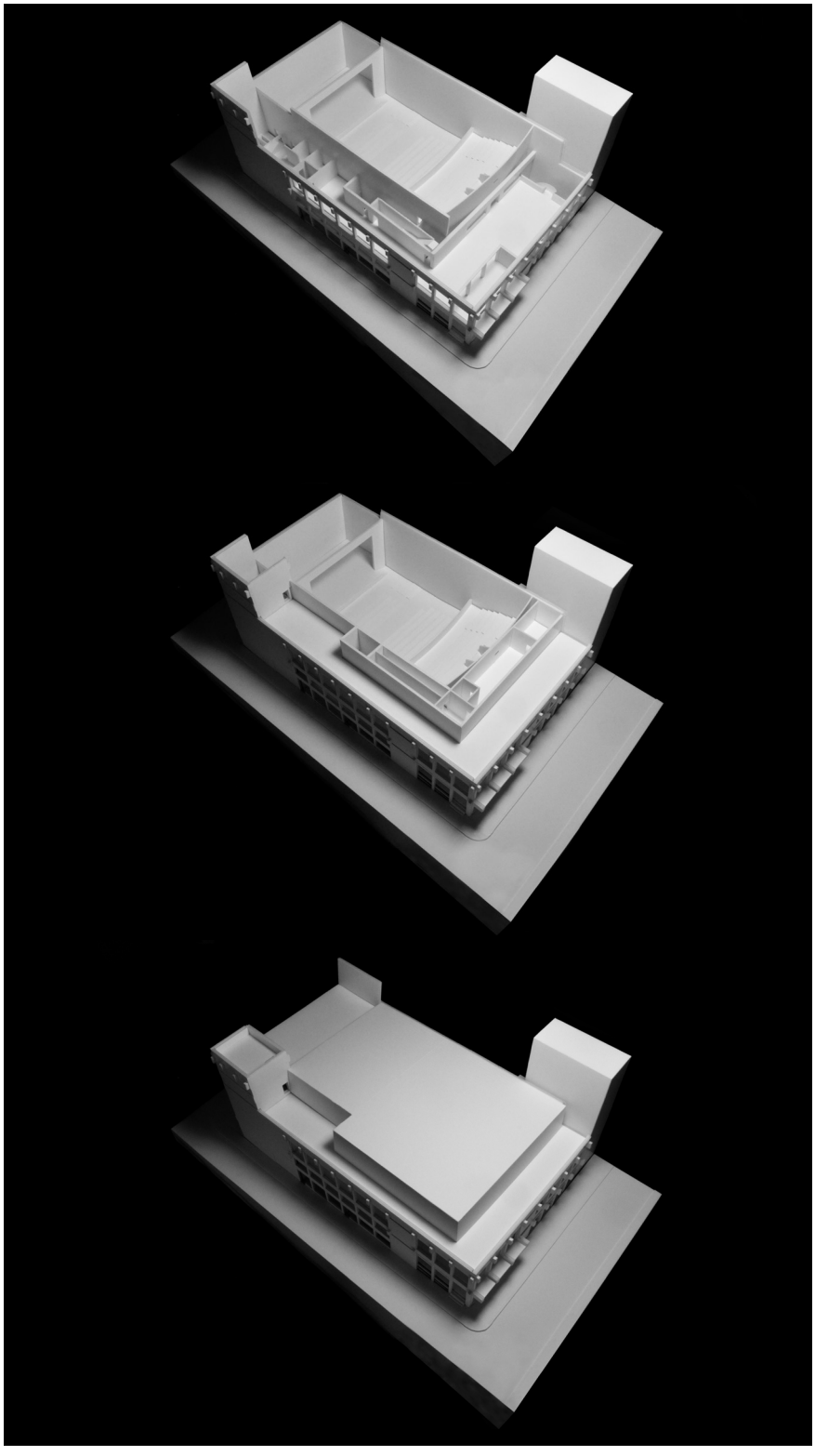


fig. 114 Fotografia do modelo físico para a proposta de reabilitação do Cinema de Vale de Cambra: piso 2. Cabine de projecção.

fig. 115 Fotografia do modelo físico para a proposta de reabilitação do Cinema de Vale de Cambra: piso 3. Cinema ao ar livre e cobertura.

o balcão e o vestíbulo

No segundo piso o balcão (**fig. 107**), que é composto por 160 lugares e dois lugares para mobilidade reduzida, tem a sua entrada principal feita a partir de um vestíbulo que duplica o átrio principal do piso 0. A ligação entre os dois níveis feito a partir do elemento escultórico que emerge a partir do nível da entrada principal até ao segundo nível, criam um espaço com pé-direito duplo que confirma o carácter do espaço pré-existente. A abertura de grandes envidraçados e de uma varanda sobre as ruas adjacentes oferecem ao espaço uma amplitude e uma proximidade com a sua envolvente. Este espaço e o corredor a ele contíguo são um lugar de permanência, para a espera do início de cada espetáculo, ou, apenas para atentar a quem passa naquelas ruas de pequena cidade. Para além disso, aqui é também possível criar um lugar de exposições de trabalhos tornando o edifício num equipamento cultural que vai para além das artes performativas.

o cinema ao ar livre

A partir dos acessos verticais presentes no volume da antiga torre para o reservatório de água privado, chega-se, no piso 3 (**fig. 109**), ao cinema ao ar livre. Utilizando a cobertura praticável do palco disponibiliza-se um espaço onde é possível aumentar a rentabilidade deste edifício cultural. O prolongamento vertical da fachada Norte cria um novo ecrã de projeção de forma a ser possível o aproveitamento das longas e quentes noites de verão para exibição de filmes.

o café-concerto e a sala polivalente

Localizado no piso -1 (**fig. 104**), o café-concerto, é desenhado para que possa ser gerido de forma independente do restante edifício. Contudo, apesar da sua autonomia confirmada a partir da entrada pela fachada lateral, é também possível aceder ao piso da entrada principal proporcionando a alternativa de funcionamento em simultâneo com o restante equipamento. Este espaço distingue-se não só pelo programa, mas também pela sua qualidade espacial. Através de entradas de luz feitas no alçado principal cria-se uma atmosfera boémia de um café que procura intercalar o cinema com a música.

Adjacente a este espaço encontra-se uma sala polivalente. A criação desta sala tem em vista ir ao encontro da vontade da Câmara Municipal em utilizar o antigo cinema como o lugar de formação musical da cidade. Esta sala também com um acesso independente pela rua lateral do edifício, tem a possibilidade de funcionamento autónomo como uma sala única de ensaios ou, se necessário, a partir de portas retráteis é possível a divisão em duas salas de ensaios completamente autónomas entre si.

fig. 116 Fotografia do alçado posterior do Cinema de Vale de Cambra.



a sala estúdio

Enquanto que à cota alta é possível aceder ao átrio principal, a cota baixa e o alçado posterior mostram-se vitais para apresentação do programa explorado naquele edifício. Assim, aproveita-se a entrada principal posterior (**fig. 104**) para a receção de uma pequena sala de cinema. De forma a incentivar a exibição de filmes, esta sala tem um funcionamento autonomizado relativamente ao auditório principal, isto é, o seu funcionamento quer a nível da climatização, quer a nível energético é independente dos pisos superiores. Assim, torna-se possível manter este programa aberto com uma maior regularidade para a projeção de filmes, enquanto que o grande auditório pode ser utilizado em ocasiões que tenham uma maior procura de espectadores, ou para a realização de espetáculos que justifiquem a sua abertura ao público.

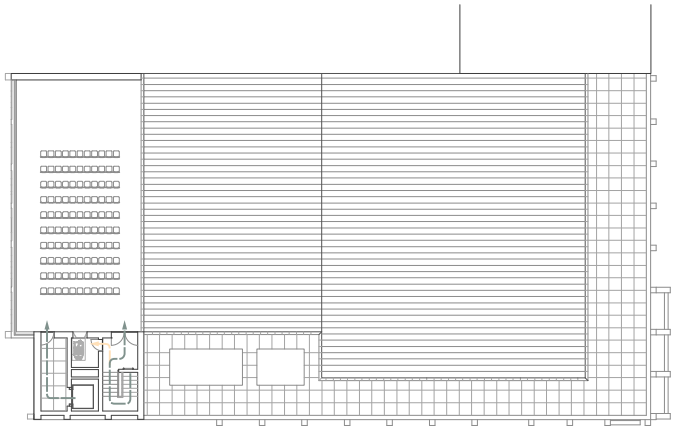
Esta autonomia vem ajudar à rentabilidade da reabertura deste equipamento e, ao mesmo tempo, suportar o programa para que foi projetado originalmente. O piso semienterrado passa assim a oferecer uma multiplicidade de espaços culturais que ajudam ao crescimento social da cidade de Vale de Cambra.

o programa complementar

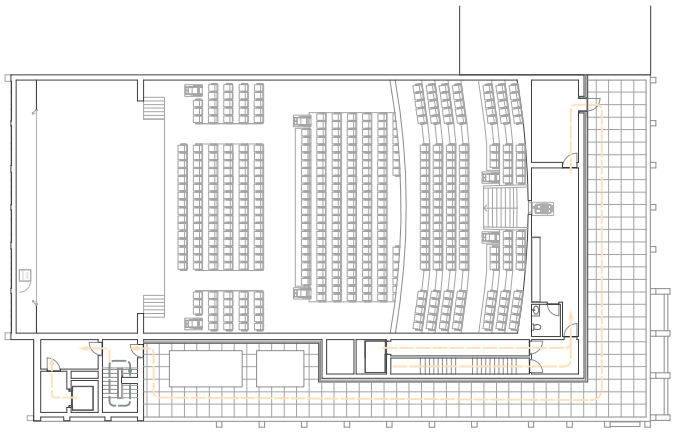
Ao longo de todos os pisos são ainda considerados elementos de apoio complementar às atividades principais. Por outras palavras, todos os pisos são dotados de espaços sanitários para o público e, no piso -1, há uma área dedicada aos artistas e trabalhadores no espaço. Para além disso, todas as caixas de escadas são redesenhadas. O elemento escultórico no átrio principal substitui a caixa de escadas ali existente de forma oferecer uma melhor qualidade espacial e criar, de igual modo, o acesso ao piso 1.

Por outro lado, os acessos verticais justapostos ao auditório vêm a sua largura aumentada de forma a facilitar o acesso de emergência e melhorar o espaço a nível arquitetónico. Para além disso, adiciona-se um ascensor que cria o acesso a espectadores com mobilidade reduzida tanto ao primeiro piso, como o acesso ao balcão, que anteriormente eram impossíveis. A oeste do edifício, a caixa de escadas que dava o acesso direto da cota alta do edifício, ao palco e à cobertura, é completamente repensada de forma a ser instalado um ascensor monta-cargas que ofereça o acesso aos espectadores e staff com mobilidade reduzida aos restantes níveis — tanto aos arrumos, como ao palco ou ao cinema ao ar livre.

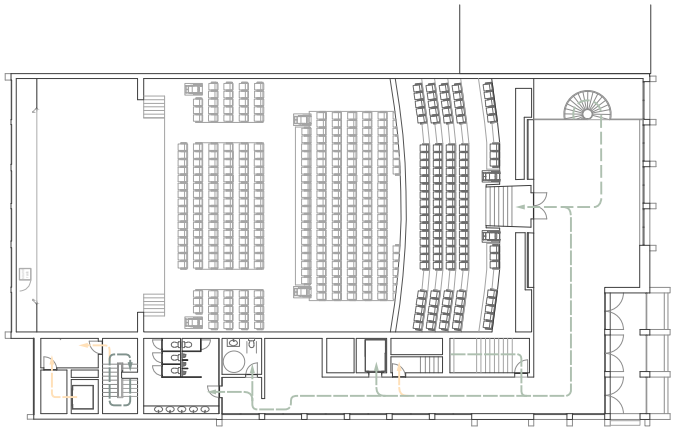
fig. 117 Organigramas dos percursos público, de serviço e de emergência na proposta de reabilitação do Cinema de Vale de Cambra.



Piso 3



Piso 2



Piso 1

Percurso público Percurso técnico Percurso de emergência

O programa é pensado de forma a facilitar o acesso e a utilização de todos os intervenientes deste equipamento, quer os espectadores como a nível de pessoal, ou artistas. Apesar das qualidades arquitetónicas presentes no edifício pré-existente é necessário adequar as instalações às necessidades atuais, sendo que, para isso, o cinema terá de ser um espaço de usufruto de toda a comunidade.

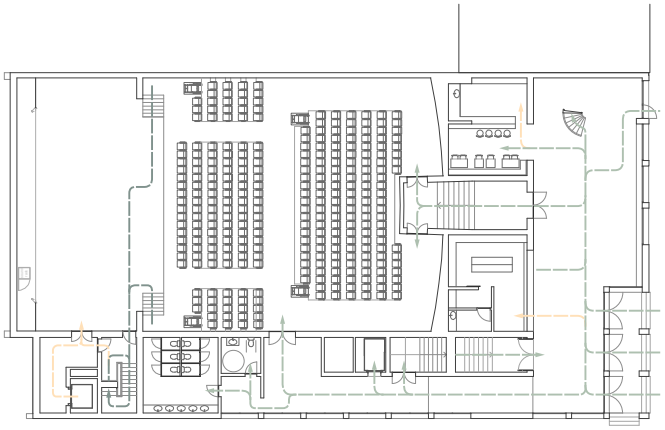
as circulações e os percursos

1. Circulação do público (verde)

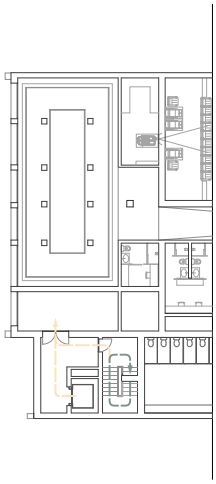
Mantendo a circulação original o espectador pode entrar a partir da entrada principal a partir da Avenida ou, em casos de mobilidade reduzida, pela entrada à cota da rua a norte da mesma fachada. Através das duas entradas o espectador tem acesso direto ao átrio principal que tem os serviços de bilheteira, bengaleiro e bar. Neste átrio é ainda possível ingressar no auditório principal através da entrada a eixo e que vence a diferença de cota entre os dois espaços. Para além disso, é possível aceder tanto ao piso inferior a partir da caixa de escadas encerradas e justapostas à bilheteira, ou a partir das escadas escultóricas presentes no átrio. Contudo, para os espectadores de mobilidade reduzida existe a entrada lateral no auditório que está localizada ao lado do ascensor e ainda dos sanitários femininos. A partir do ascensor é possível aceder ao balcão, ou ao átrio que o antecede. Neste piso são ainda dispostos os sanitários masculinos e a caixa de escadas encerrada nela própria que servem como saída de emergência e, no piso 0, ligação ao piso -1 e ao café-concerto, sala polivalente, e a pequena sala de cinema.

Contudo, o funcionamento do auditório principal é feito ocasionalmente quando número de espectadores assim o justifica. Assim, o funcionamento do último piso é assegurado pelas entradas diretas para o mesmo. A partir do alçado posterior é possível aceder ao átrio que recebe os espectadores do cinema estúdio, ou até mesmo do cinema ao ar livre. Neste espaço o espectador tem acesso às bilheteiras, à sala de cinema independente e ainda aos acessos verticais localizados a sul da planta que levam diretamente os espectadores ao cinema localizado na cobertura. Para além disso, a partir deste átrio é possível aceder ao café-concerto e sala polivalente percorrendo uma rampa que interliga todo o programa deste piso e dos níveis superiores a partir da caixa de escadas justapostas ao café-concerto.

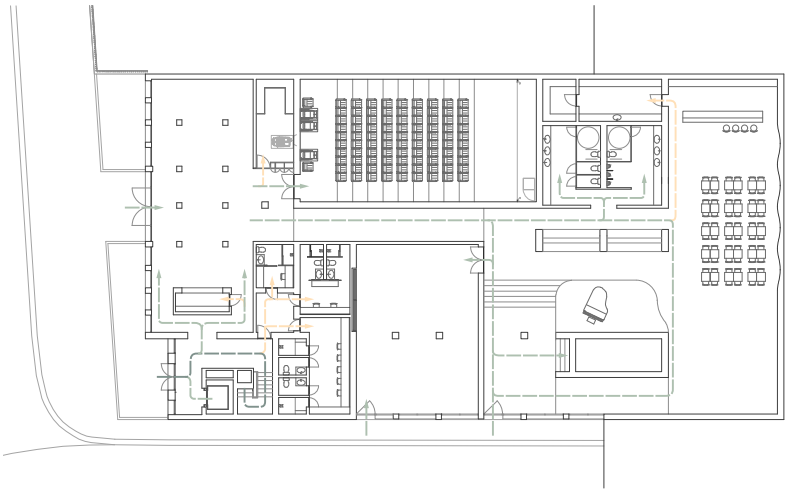
fig. 118 Organigramas dos percursos público, de serviço e de emergência na proposta de reabilitação do Cinema de Vale de Cambra.



Piso 0



Piso -1b



Piso -1

2. Circulação técnica (amarelo)

A entrada oeste secundária dá ligação direta aos camarins, aos acessos verticais (que ligam ao palco e ao piso do cinema ao ar livre), à bilheteira do cinema independente, e à sala de projeção da mesma. Contudo, a partir do alçado principal acede-se às principais bilheteiras, ao bengaleiro e ainda ao bar de apoio ao auditório principal e ainda à caixa de escadas justapostas ao auditório que dão o acesso, a partir do piso 1, à cabine de projeção e apoios técnicos do auditório principal.

3. Circulação de emergência (verde escuro/amarelo)

Para esta circulação assegura-se o enclausuramento de dois acessos verticais, um nos corredores consequentes de cada átrio e o segundo que serve de apoio aos arrumos, palco e cinema ao ar livre. Enquanto que o primeiro serve a uma circulação pública, o segundo apesar de ser destinado a uma circulação de apoio ao funcionamento do equipamento, tem a possibilidade de servir a circulação de espectadores em ocasiões excecionais, por exemplo, com o funcionamento do cinema ao ar livre.

Já no piso onde se encontra a cabine de projeção, os dois acessos estão disponíveis a uma eventual saída de emergência. Isto porque as caixas de escadas justapostas ao auditório têm uma ligação direta a este espaço, e, para além disso, é possível aceder ao segundo acesso vertical a partir da cobertura.

A partir dos esquemas apresentados nas **fig. 117 & 118** apresentam-se os diferentes percursos aqui descritos. O seu desenho procura, dentro do possível, uma independência de percursos harmoniosos de forma a possibilitar diferentes acontecimentos em simultâneo sem prejudicar as circulações de apoio aos mesmos.

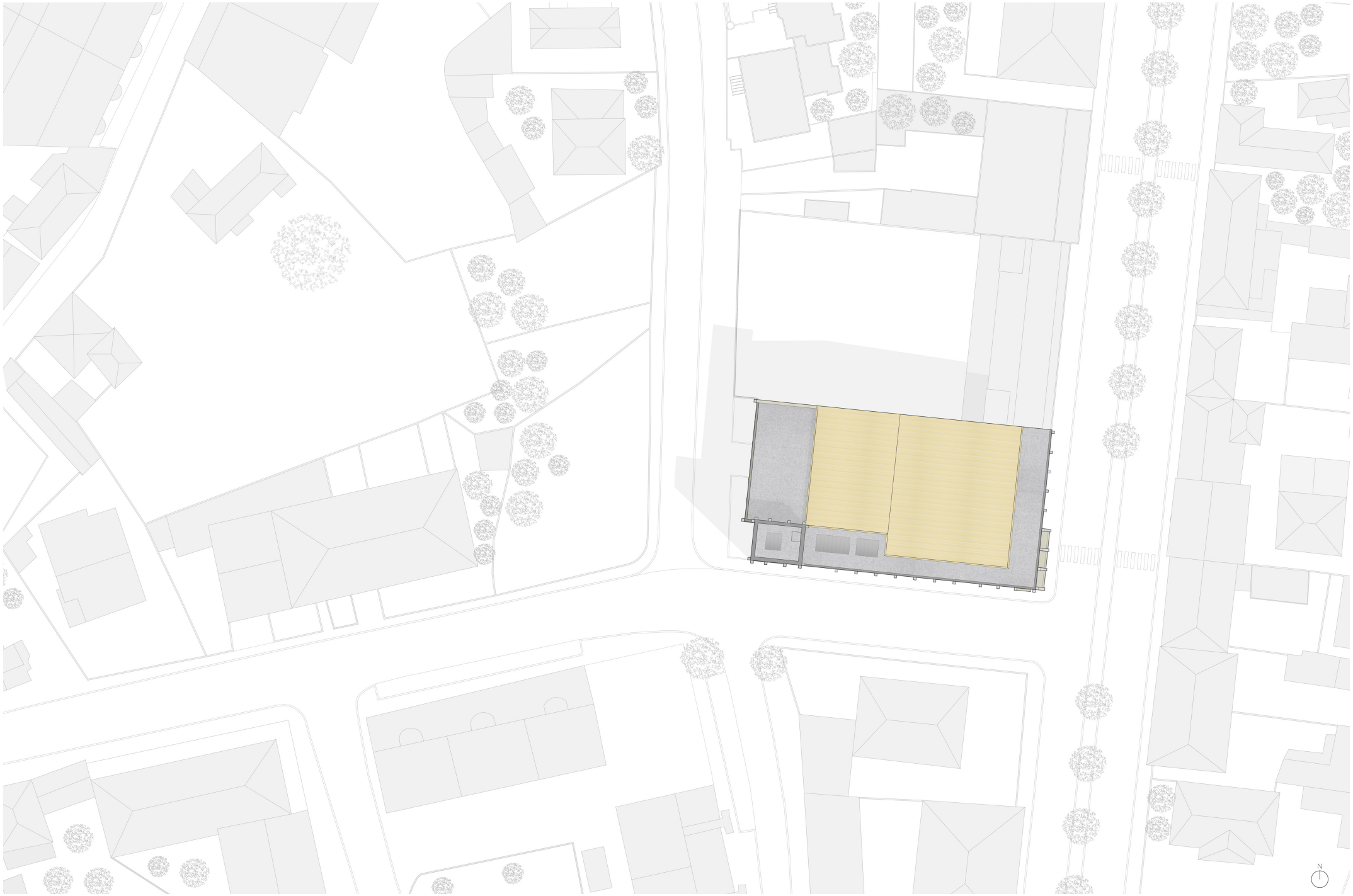
fig. 119 Proposta do programa e áreas de intervenção do projeto de reabilitação para o Cinema de Vale de Cambra.

		quantidade	área útil (m2)	subtotal (m2)
A.1	ÁTRIO entrada principal do edifício, espaço de estar e de recepção dos espectadores		149	**221**
A.2	Bilheteira bilheteira e recepção | 1 funcionário com sanitário de serviço	1	18	
A.3	Bengaleiro 1 a 2 funcionários	1	19	
A.4	Bar copa equipada com pio de lavagem | zona de estar em tempos de pausas	1	35	
B	AUDITÓRIO entrada principal do edifício, espaço de estar e de recepção dos espectadores			**717**
B.1	Plateia capacidade para 297 espectadores + 4 com mob. reduzida	1	345	
B.2	Balcão capacidade para 160 espectadores + 2 com mob. reduzida	1	148	
B.3	Palco capaz de receber cinema e outros espetáculos	1	168	
B.4	Cabine de Projeção 1 a 2 funcionários | sanitário de serviço | arquivo	1	37	
B.5	Armazenamento	1	19	
C	CAFÉ-CONCERTO			**241**
C.1	Bar copa venda de bebidas e refeições simples com zona de preparação e armazém	1	46	
C.2	Zona de Estar esplanada interior	1	110	
C.3	Palco zona de concertos	1	43	
C.4	Zona de Exposições	1	42	
D	SALA POLIVALENTE para formação musical e desenvolvimento de outras actividades			**96**
D.1	Sala 1 espaço autónomo resultante da divisão da grande sala	1	46	
D.2	Sala 2 espaço autónomo resultante da divisão da grande sala	1	50	
E	SALA ESTÚDIO sala de cinema com capacidade para 92 espectadores + 3 com mob. reduzida			**257**
E.1	Átrio entrada secundária no edifício	1	99	
E.2	Bilheteira espaço autónomo resultante da divisão da grande sala	1	5	
E.3	Auditório sala de cinema com capacidade para 92 espectadores + 3 com mob. reduzida	1	137	
E.4	Cabine de Projeção cabine de projeção de filmes | arquivo	1	16	
F	CINEMA AO AR-LIVRE cinema exterior na cobertura do edifício		149	**12**
F.1	Cabine de Projecção	1	4	
F.2	Armazenamento	1	8	
G	ÁREAS DE SERVIÇO			**168**
G.1	Instalações Sanitárias sanitários fem. + masc. + mob. reduzida de apoio ao auditório principal	2	34	
G.2	Instalações Sanitárias sanitários fem. + masc. + mob. reduzida de apoio ao último piso	1	45	
G.3	Camarins individual | duplo | grupo de 5 com sanitários e zona de duche	1	55	

H	ÁREAS TÉCNICAS			**38**
H.1	Chiller ao nível das coberturas	2		
H.2	UTAS ao nível da cobertura	1		
H.3	Central Térmica cabine de projeção de filmes | arquivo	1	19	
H.4	Gerador de Emergência cabine de projeção de filmes | arquivo	1	19	
	ÁREA ÚTIL (au) TOTAL			**1750**
	ÁREA BRUTA DE CONSTRUÇÃO (abc)			**2400**

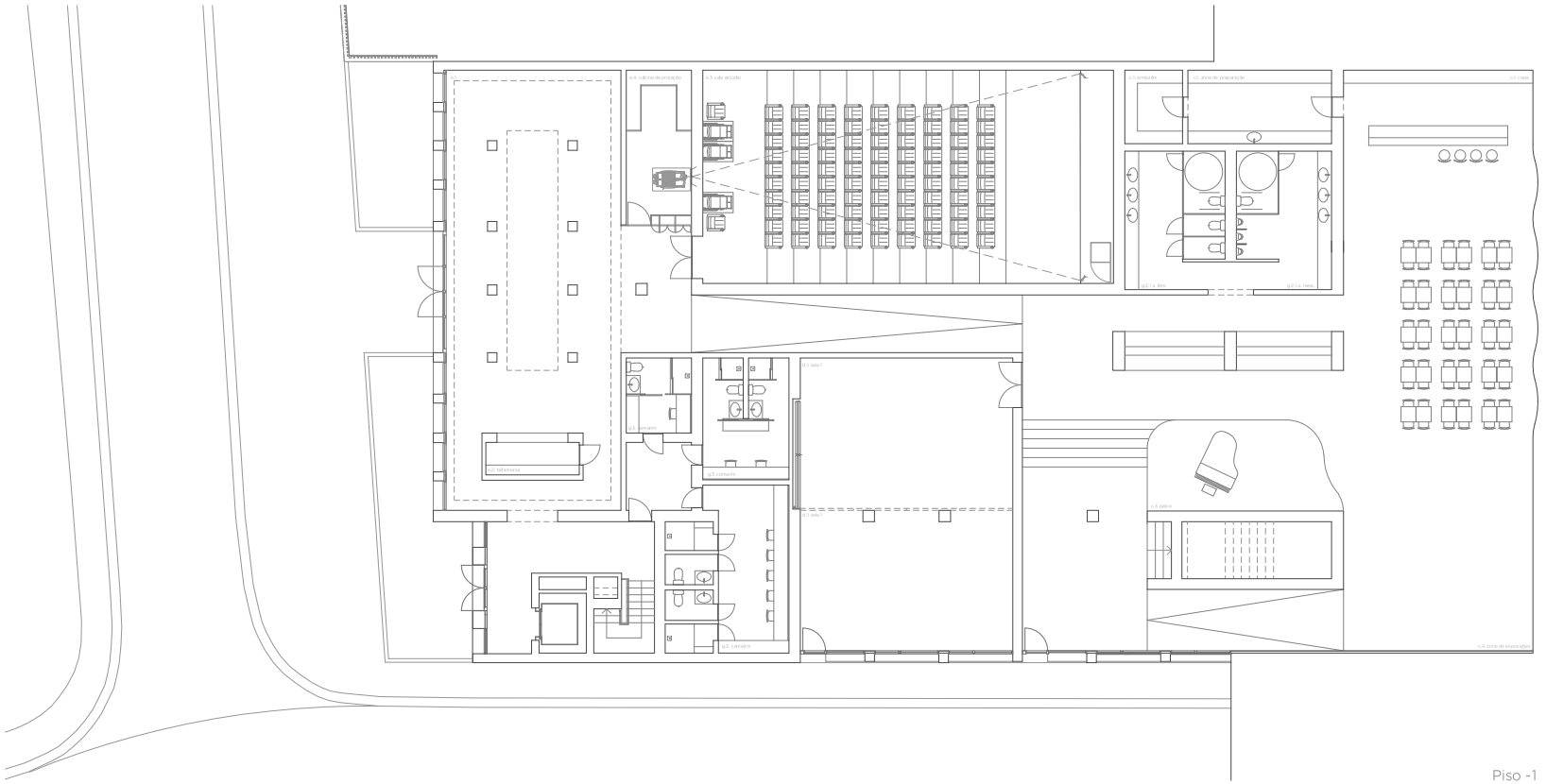
definições
au • área de cada um dos espaços medida pelo perímetro interior das paredes que o delimitam

abc • área total do edifício medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores - inclui circulações, espessuras de paredes e ductos verticais (vulgo "courettes")

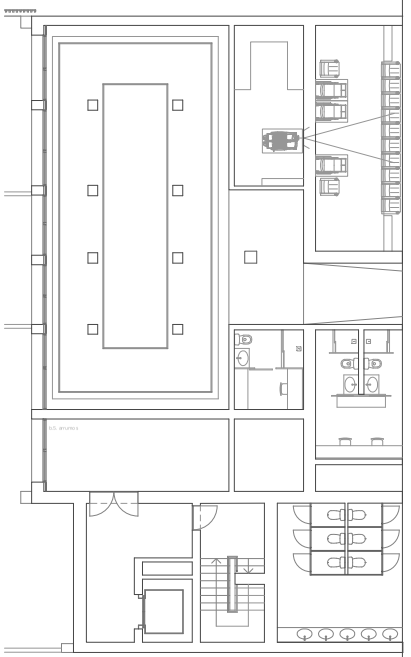


Proposta de Implantação

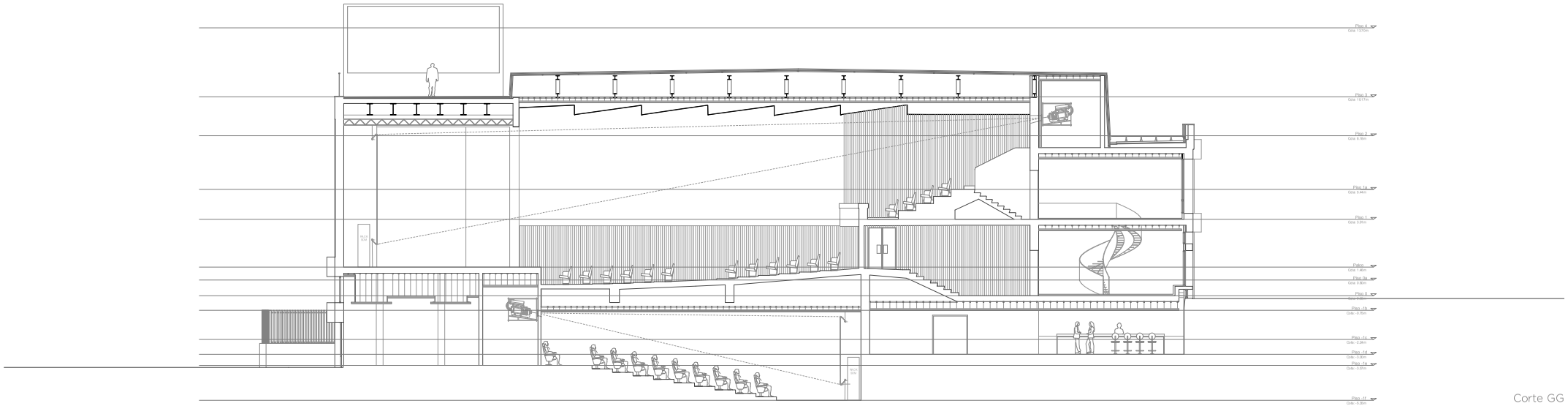
Desenho à Escala 1.500



Piso -1

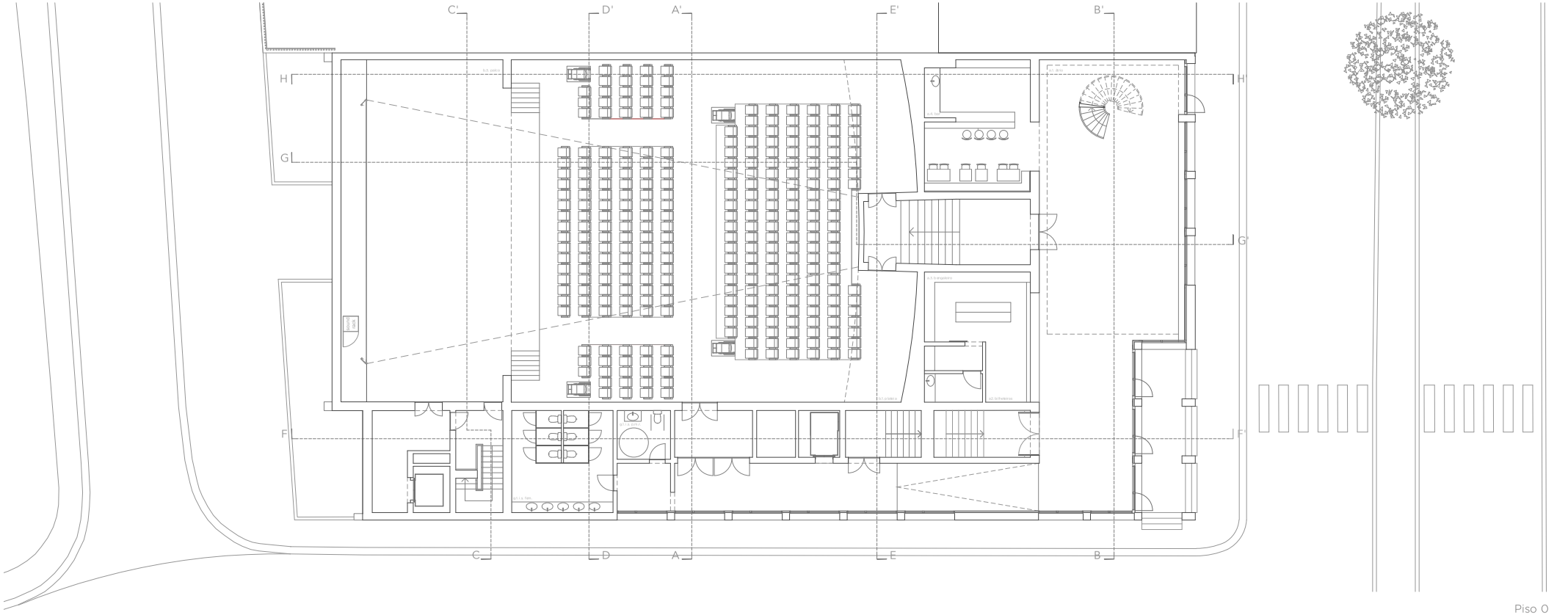


Piso -1B

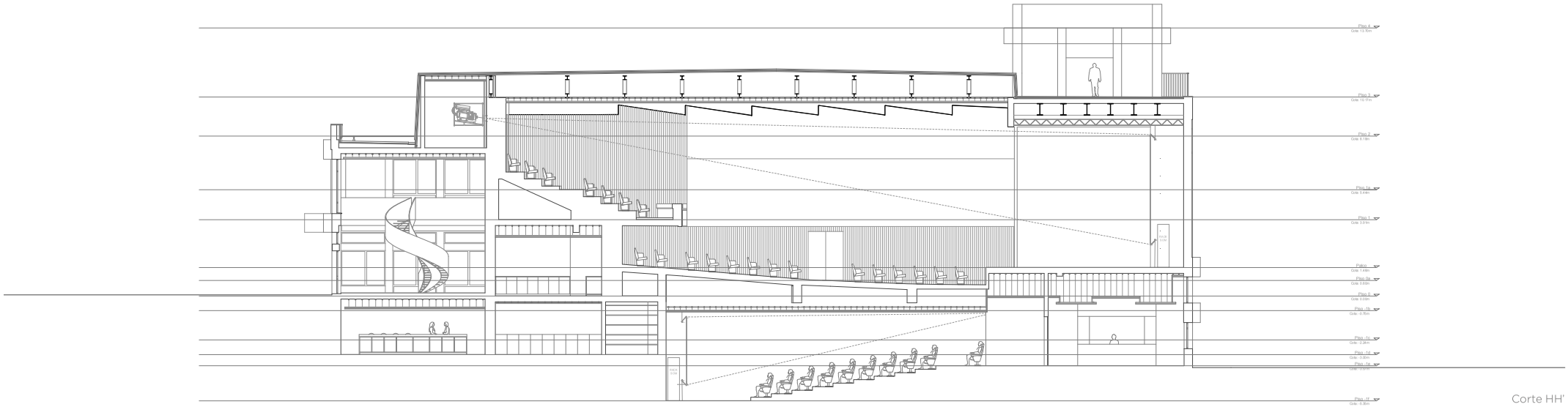


Corte GG

Desenhos à Escala 1:200

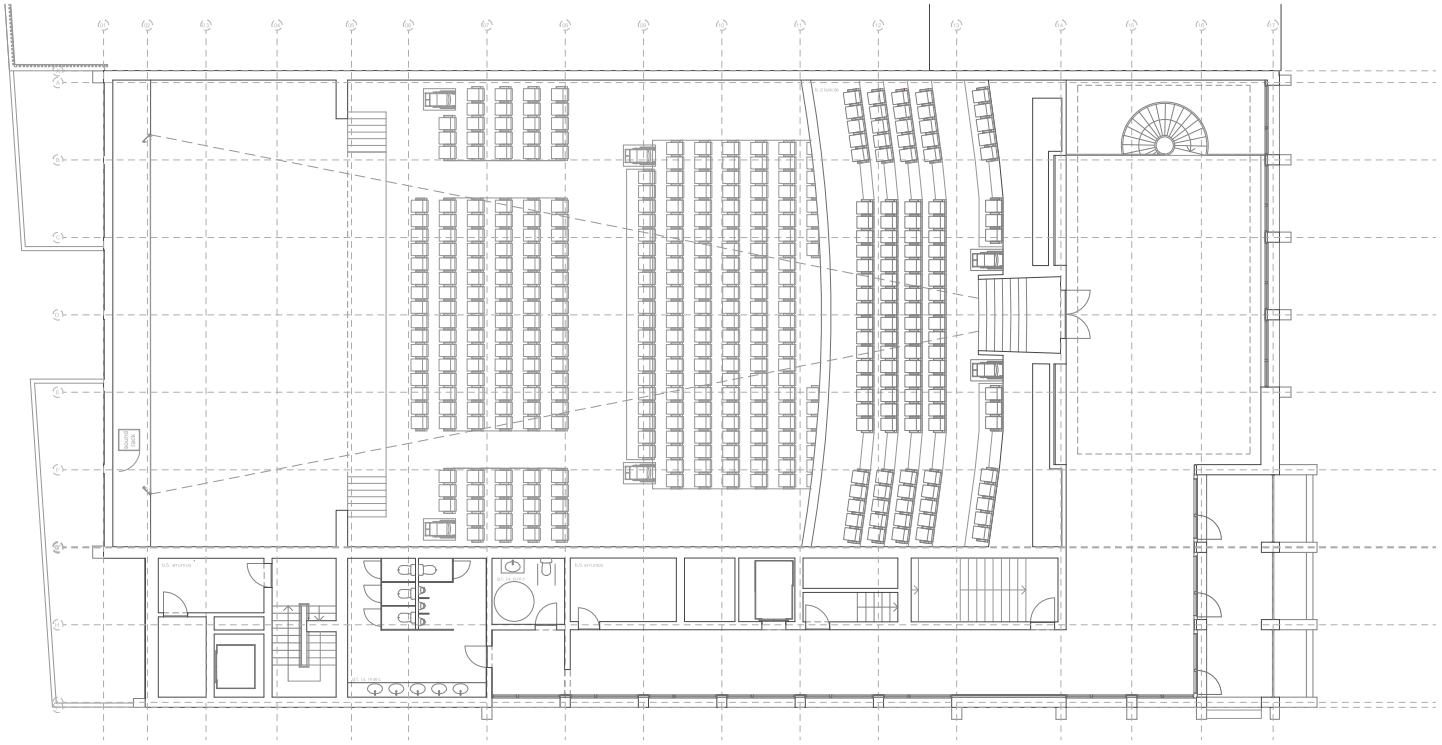


Piso 0

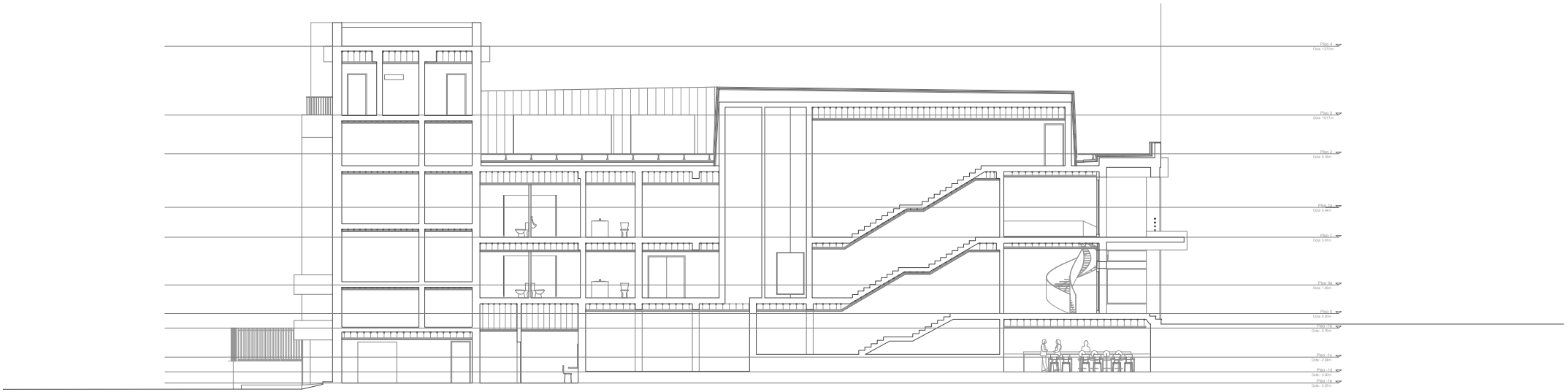


Corte HH'

Desenhos à Escala 1.200

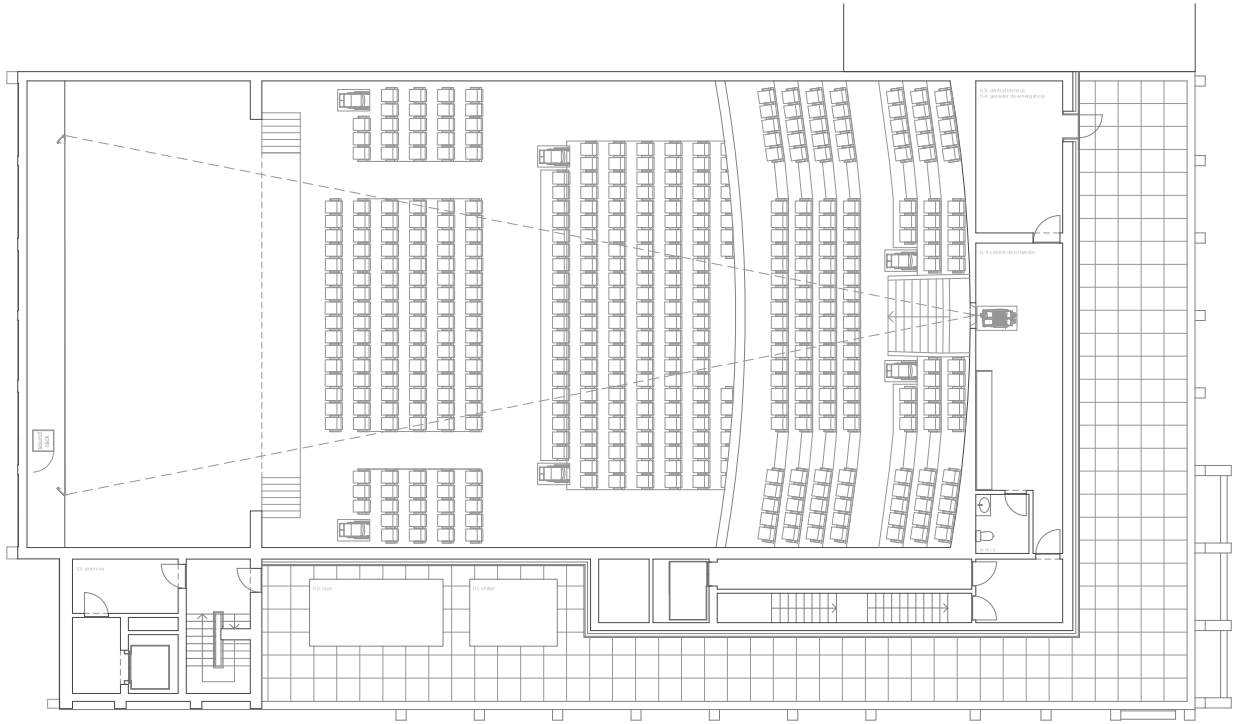


Piso 1

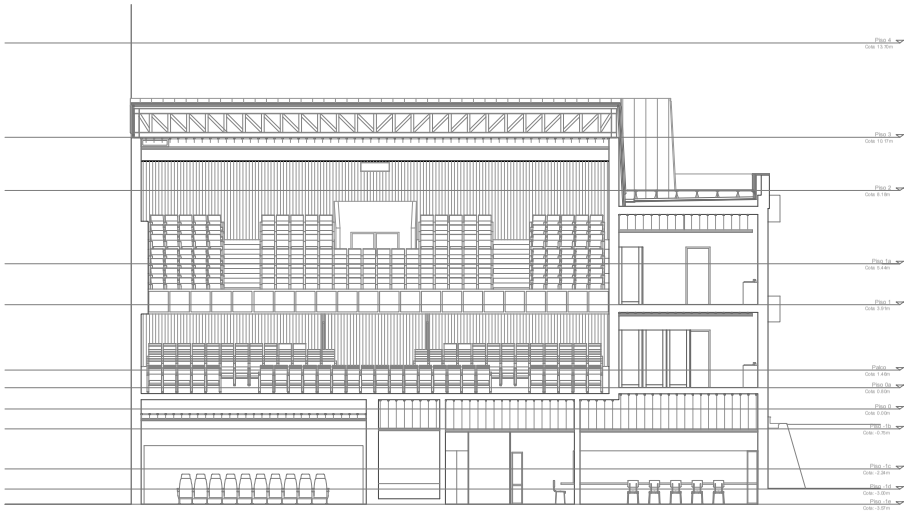


Corte FF'

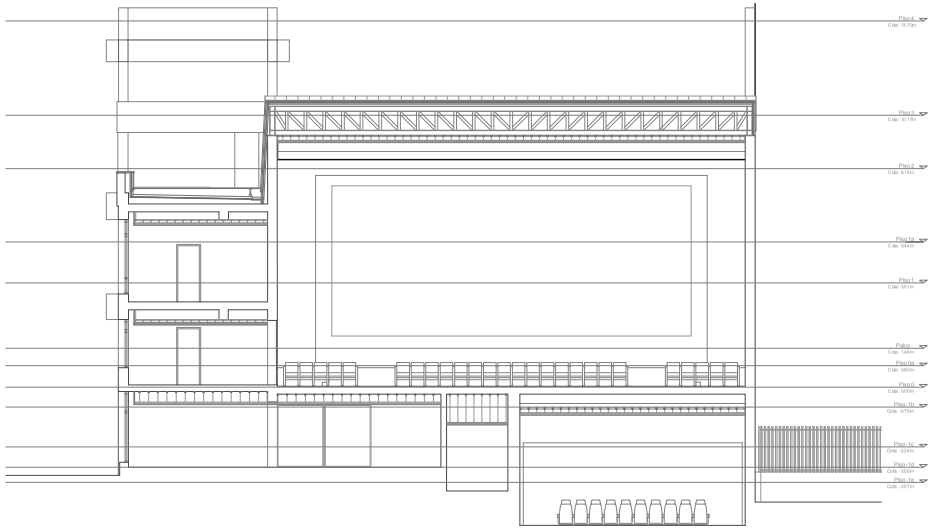
Desenhos à Escala 1.200



Piso 2

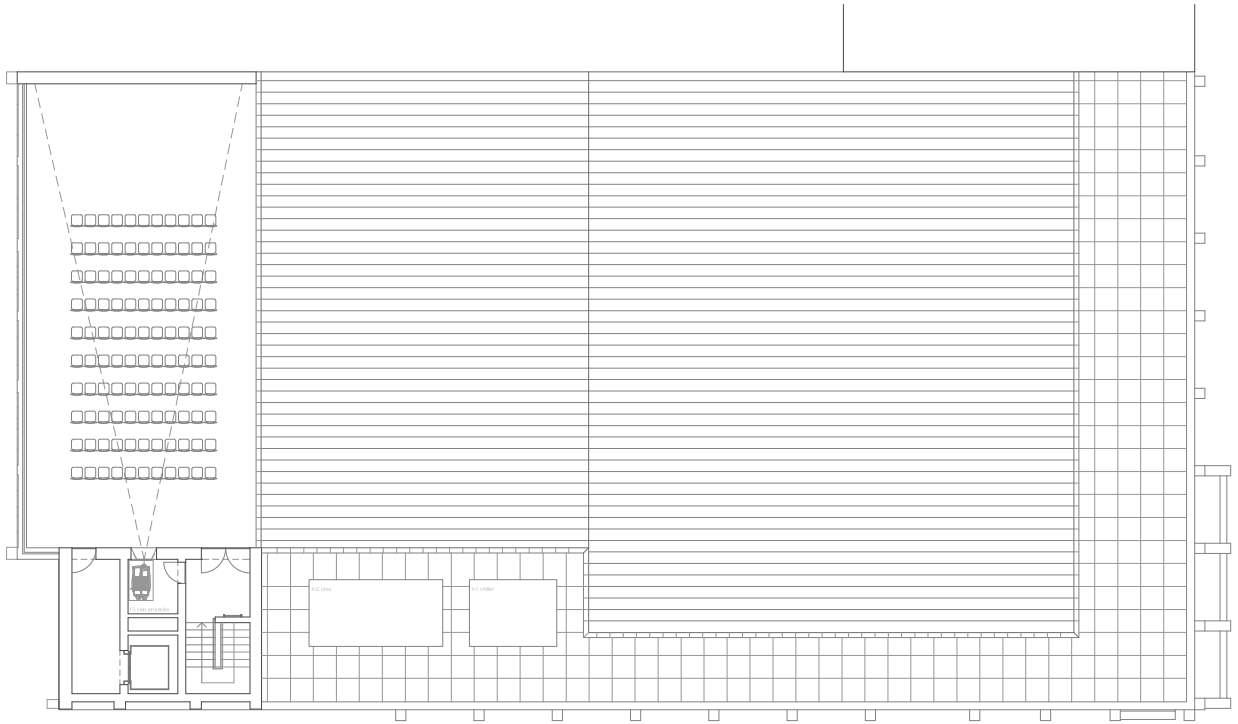


Corte DD'

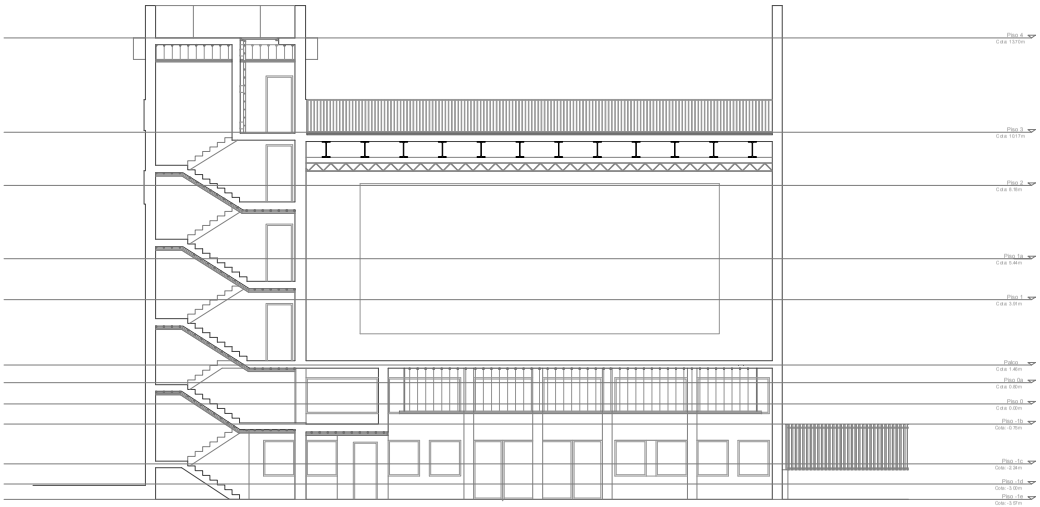


Corte AA'

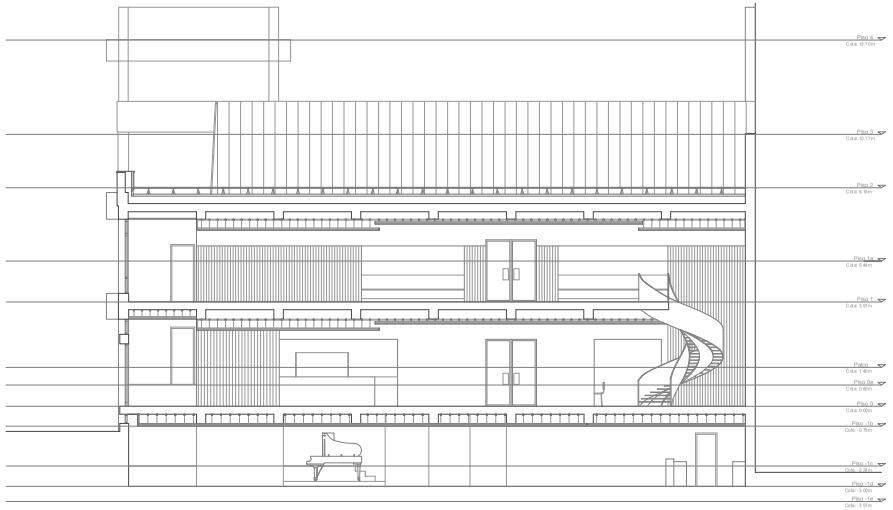
Desenhos à Escala 1:200



Piso 3

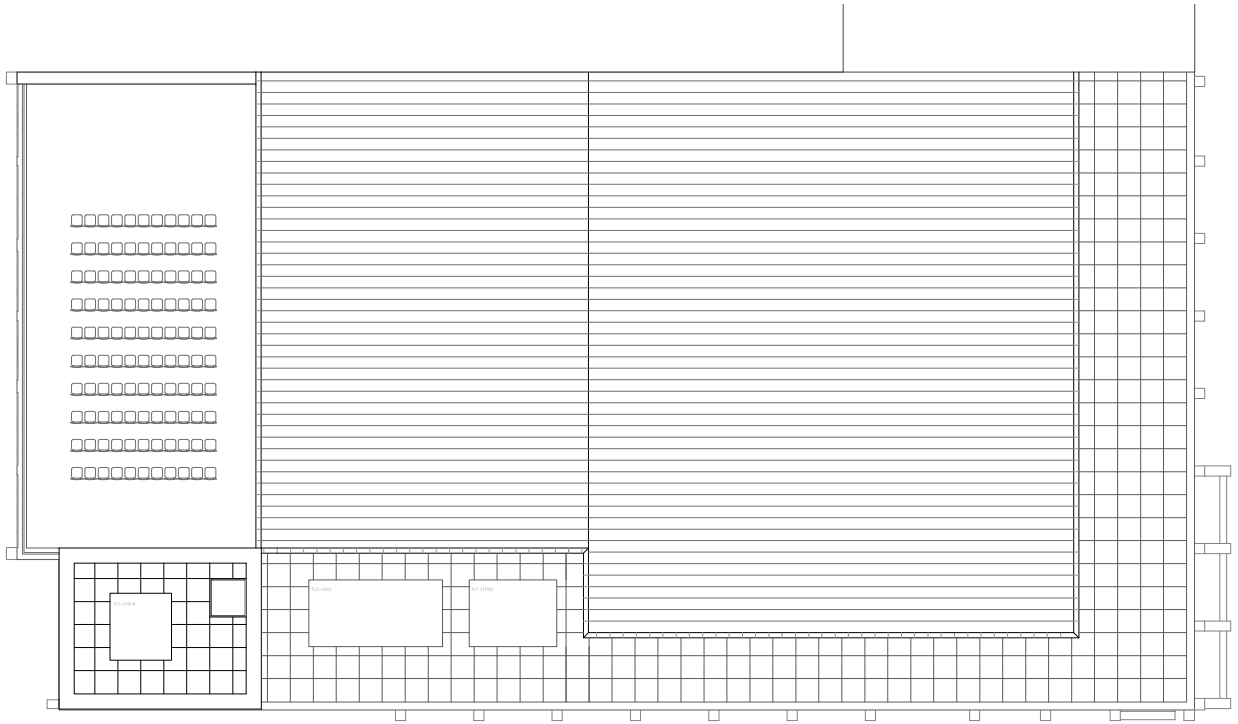


Corte CC'

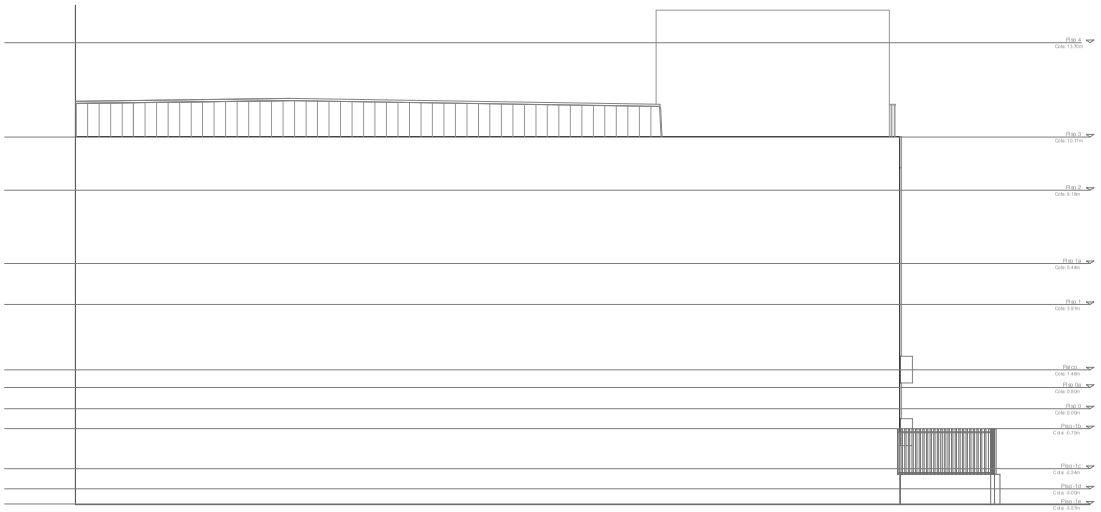


Corte BB'

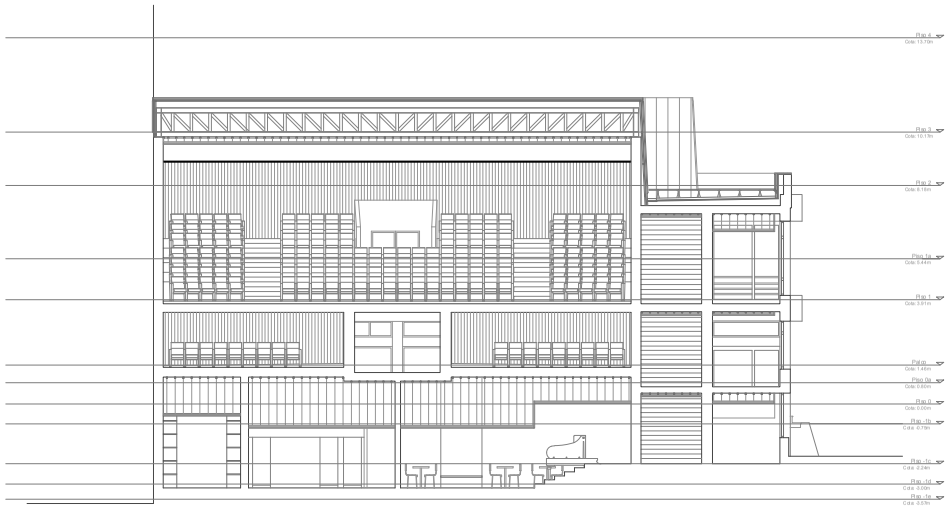
Desenhos à Escala 1.200



Cobertura

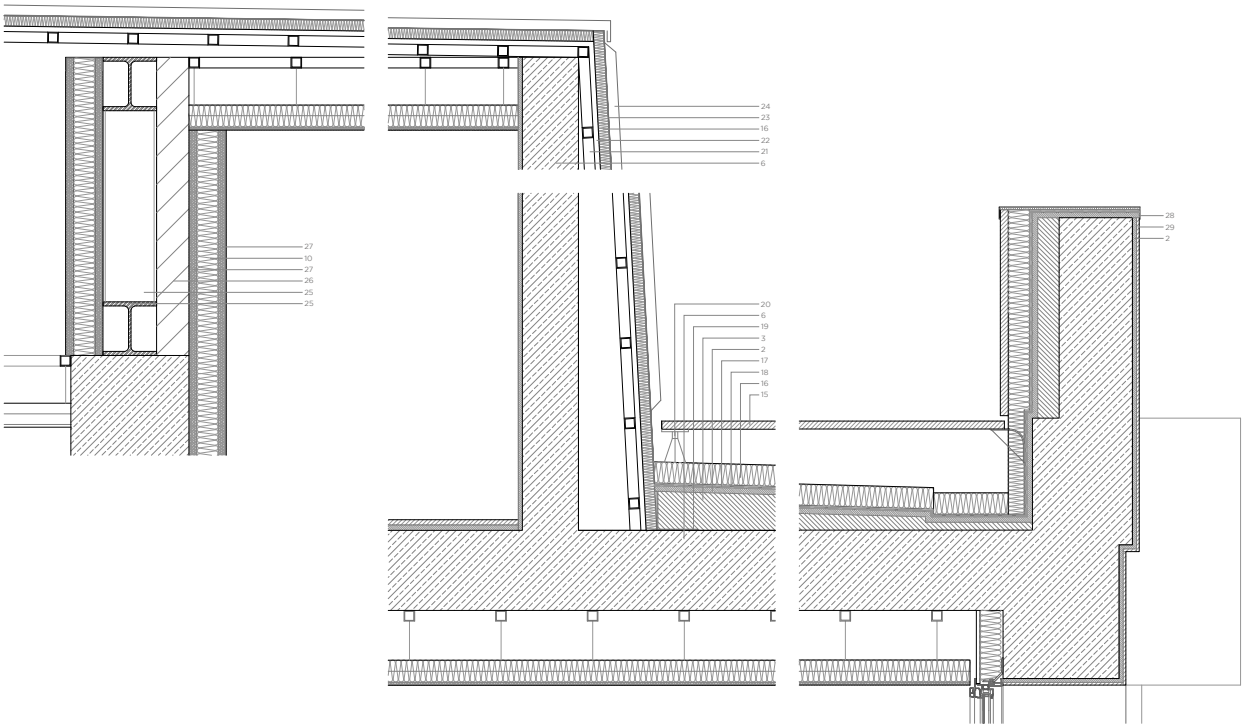


Alçado Norte

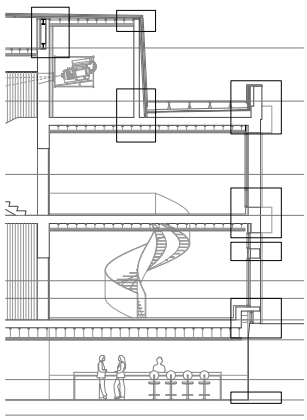


Corte EE'

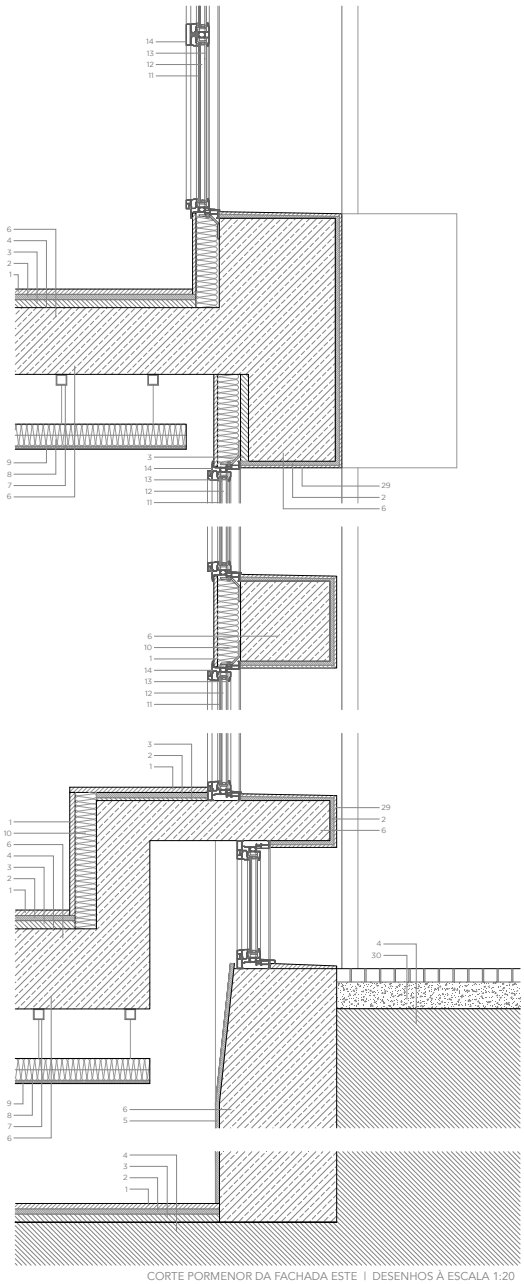
Desenhos à Escala 1.200



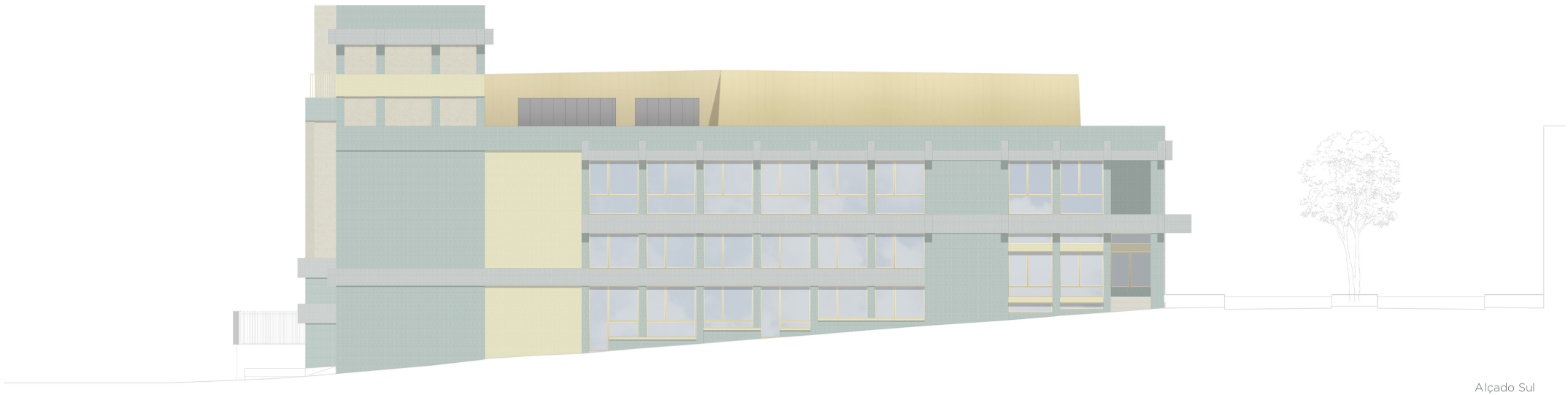
1. Marmorite cimentício idêntico ao existente, com acabamento polido, incluindo perfis de esquartelamento em alumínio polido/ latão.
2. Regularização
3. Betão leve
4. Terra vegetal
5. Reboco areado fino + pintura
6. Betão armado
7. Estrutura de suporte de teto falso
8. Teto acústico
9. Placa de gesso cartonado
10. Lã mineral
11. Vidro laminado duplo
12. Caixa de ar
13. Vidro temperado
14. Caixilharia em alumínio anodizado dourado, Sosoares Sistema OT
15. Lageta de Pedra
16. Poliestireno extrudido
17. Tela PVC
18. Geotextil
19. Grampo
20. Apoio regulável
21. Estrutura em tubulares
22. Painel de cimento tipo viroc
23. Lâmina tipo Mr. Dorken
24. Alumínio anodizado dourado
25. Perfil Metálico estrutural HEB200
26. Parede em tijolo
27. Placa gesso cartonado
28. Capacete protector em zinco
29. Revestimento em Pastilha a recuperar
30. Passeio existente



CORTE GG' | DESENHO À ESCALA 1:200

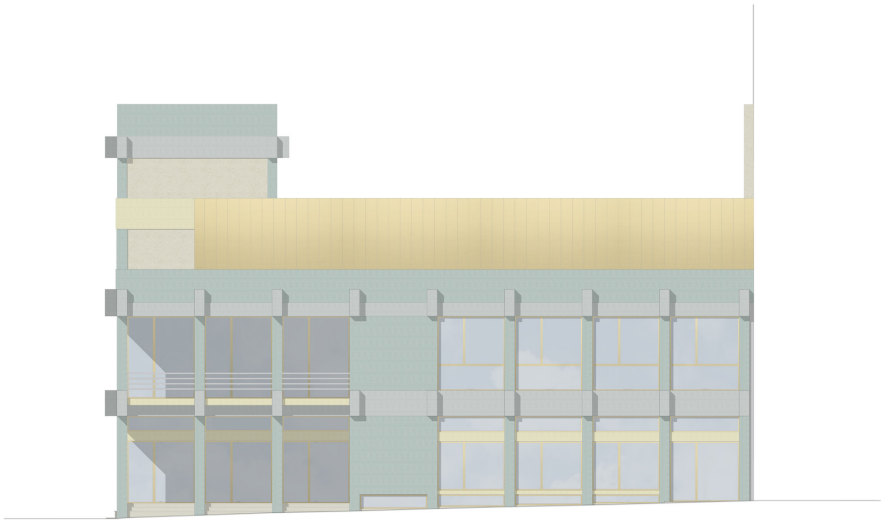


CORTE PORMENOR DA FACHADA ESTE | DESENHOS À ESCALA 1:20



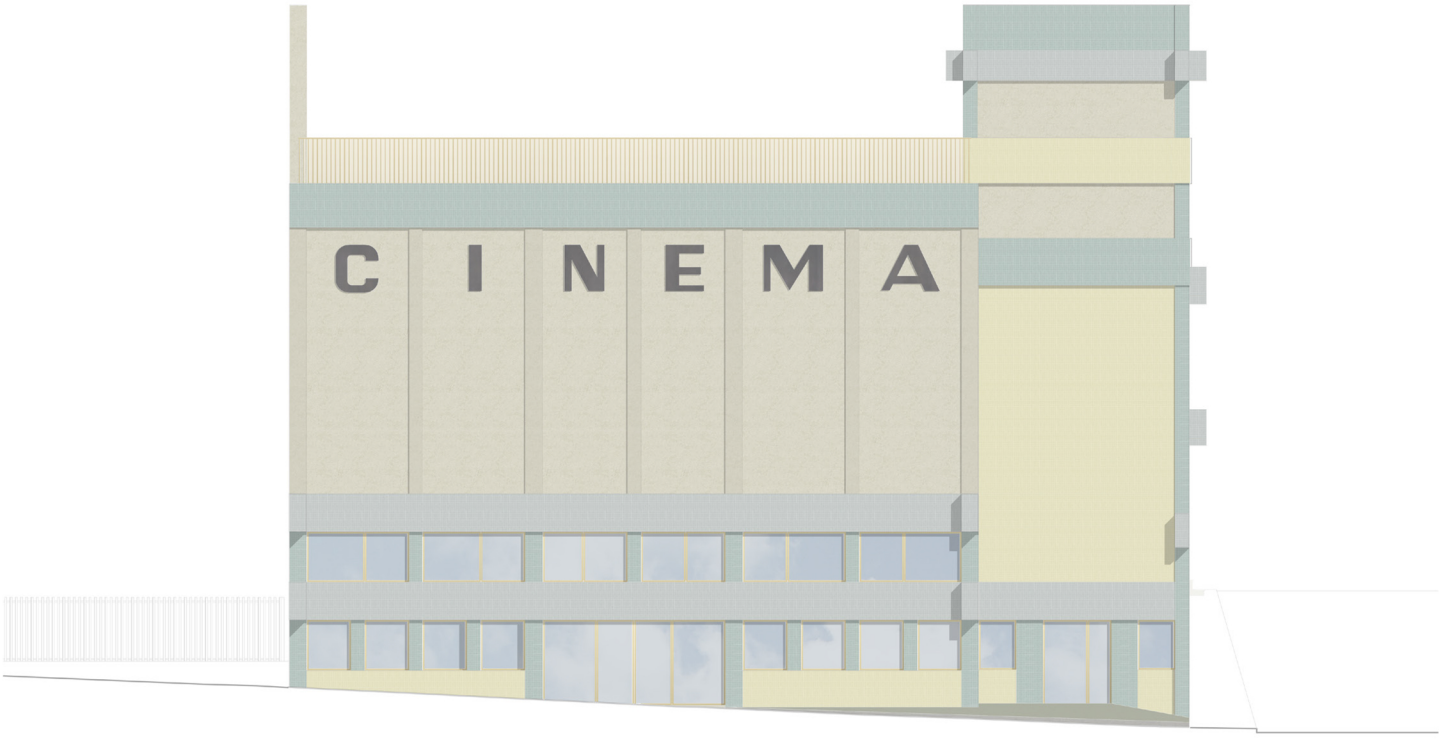
Alçado Sul

Desenho à Escala 1.200



Alçado Este

Desenho à Escala 1:200



Alçado Oeste

Desenho à Escala 1.200


TOTÒ
I POMPIERI DI VIGGIÙ
ULTIMO GIORNO
GRANDIOSO SUCCESSO
NINO TARANTO
PAMPANINI
BARZIZZA
CAMPANINI


TOTÒ
I POMPIERI DI VIGGIÙ
ULTIMO GIORNO
GRANDIOSO SUCCESSO
12
GIORNO


TOTÒ
I POMPIERI DI VIGGIÙ
ULTIMO GIORNO
GRANDIOSO SUCCESSO
12

NON DEVI TORNARE!

fig. 130 Vista para o palco a partir dos camarotes do Cinema de Vale de Cambra.



Esta investigação iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica dedicada ao estudo dos cinemas modernos portugueses. A construção de grande parte destes equipamentos coincide com um período em que o país vivia sob um regime totalitário. Nesta época, são construídos a maioria dos edifícios públicos emblemáticos, que por simbolizarem o poder político apresentam uma arquitetura com uma linguagem imponente e com pouca abertura para as inovações internacionais. Ainda assim, a liberdade de conceptualização presente nos equipamentos socioculturais permite a utilização de novos métodos construtivos e estruturais, resultando numa intersecção de movimentos arquitetónicos, políticos e culturais, sendo por isso, indispensável à definição da Arquitetura Moderna em Portugal. Se num primeiro momento as salas de espetáculo são edificadas através de métodos construtivos tradicionais, a introdução de novos regulamentos impõem novos métodos estruturais e construtivos. Os materiais passam a ser mais resistentes ao fogo, procura-se uma melhor acústica e um melhor conforto para os auditórios e os antigos recintos são remodelados de forma a cumprirem as novas leis estipuladas e assim evitarem o seu encerramento por falta de cumprimento das novas regras.

O cinema acaba por ser o espaço representativo do século vinte, tanto pela materialização das novas ideologias arquitetónicas, como sociais. Enquanto que o teatro é referido como o entretenimento das altas classes sociais, a sétima arte surge como uma alternativa à extrema estratificação do espaço teatral. Com o aumento da popularidade do novo espetáculo desenvolvem-se recintos cinematográficos cada vez mais dignos e mais sedentarizados, na grande maioria dos casos tomando conta de Teatros, que acabam por ser a configuração mais adequada para a projeção de filmes. A arte teatral apresentava-se em queda e, por isso, simultaneamente à implementação de novas regras de segurança são reunidos esforços para proteger a antiga arte performativa através da imposição do uso polivalente das salas de espetáculo. O entusiasmo pelo cinema associado às novas regras, dão origem a auditórios demasiado grandes A procura de responder às exigências de dois espetáculos absolutamente distintos e à dignificação do espaço cinematográfico resultam em edifícios desajustados às comunidades e audiências que serviam. Mais tarde, o problema associado à escala dos edifícios é agravado com o desenvolvimento da indústria e a sua introdução de novos equipamentos no mercado. Isto é, grande parte dos edifícios que serviam para a projeção de filmes e de peças de teatro são propriedades privadas, as autarquias locais não exercem qualquer tipo de poder ou responsabilidade sobre eles. O seu fraco rendimento impossibilita o investimento na atualização do espaço, os auditórios ficam retidos no tempo sendo cada vez mais difícil manter o seu funcionamento. Assim, o final do século XX acaba por ser, de certo modo, o fim de muitos cinemas

fig. 131 Fotografia do painel de controlo elétrico do auditório de Vale de Cambra.



modernos. Muitos dos espaços são encerrados e assim permanecem até à atualidade, no entanto, o investimento na sua reabilitação tem sido crescente nos últimos anos com o apoio de fundos comunitários e uma aposta cada vez maior na cultura. Na maioria dos casos a única solução possível passa pelas autarquias locais adquirirem os edifícios, que após a sua compra os espaços existentes são redimensionados e reformulados. Introduzem-se novos materiais, reformulam-se os espaços existentes, mas como geralmente se localizam nos centros das cidades, em gavetos, praças ou avenidas têm uma imagem icónica muito importante que é muitas vezes respeitada. Mantém-se as cores e repõem-se os caixilhos e/ou os materiais degradados irreversivelmente e, finalmente, os centros culturais que se encontravam completamente encerrados em si próprios são finalmente devolvidos à comunidade.

No segundo capítulo são assim expostos três exemplos de intervenção que apresentam diferentes atitudes e estratégias perante estes edifícios. Dos três casos de estudo distinguem-se dois tipos de intervenções: enquanto que no Cinema Trindade a reabilitação passa pela manutenção quase total da composição original, em que as únicas alterações são feitas de modo a responder à legislação em vigor, ao nível de conforto e às capacidades de projeção; na Casa de Criatividade e no Cine-Teatro de Amarante, a intervenção é mais profunda e reconfigura quase por completo o interior do edifício existente. No primeiro caso, a intervenção quase total tem como objetivo oferecer ao espaço a capacidade de receber diferentes tipos de espetáculo e concretizar uma vontade original. Assim, a maior alteração é feita de forma a manter o objetivo original da composição: a sua enorme adaptabilidade alcançada por sistema de plataformas mecanizadas e bancadas retráteis, que criam um auditório verdadeiramente polivalente capaz de receber desde teatro, cinema e até a espetáculos em *passerelle* como desfiles de moda. Se neste caso o projeto de reabilitação se resume à adaptação à contemporaneidade, no caso do Cine-Teatro de Amarante a intervenção vai para além desta questão. A reabilitação total do seu interior representa um melhoramento espacial e funcional. A reorganização do equipamento é feita de modo a melhorar o funcionamento total do mesmo e, ao mesmo tempo, oferecer uma melhor qualidade espacial ao elemento representativo da cultura performativa da cidade. Ou seja, as funções originais não são esquecidas, apenas melhoradas de forma a preservar-se a memória do edifício através da manutenção da fachada e das atividades nele desenvolvidas.



Deste modo, apresentam-se as diferentes possibilidades na reinterpretação destes edifícios que respeitem a composição original, ou o seu propósito. Mostra-se que é possível adaptar a arquitetura e as vontades do século XX, criando soluções para o desprovimento de capacidades dos edifícios novecentistas. A partir deste pensamento analisa-se a intervenção proposta para o Cinema de Vale de Cambra pela autarquia local. Neste caso, apesar de se objetivar na reabilitação total do grande auditório esta ação não procura manter a função original do mesmo — o cinema. Adapta-se o seu interior para que o seu funcionamento seja possível, perante a legislação em vigor. O piso técnico que albergava vários estabelecimentos comerciais e um bar-concerto é alterado de forma a poder receber a academia de música da cidade. Da mesma forma intervém-se nas fachadas: mantêm-se, mas de um modo diferente, isto é, retiram-se os materiais existentes — o azulejo em pastilha — para se colocarem novos revestimentos e renovar o material seriamente danificado, por um novo que não segue o desenho do original e se sobrepõe ao letreiro que transmite e representa a atividade ali explorada antigamente — um gesto que acaba por servir de alegoria ao mote da intervenção. Infelizmente, rapidamente se torna percetível que o grande auditório, e consequentemente o restante edifício, irá continuar encerrado à comunidade sendo utilizado para eventos excecionais, como o espetáculo anual da academia de música local. Para além disso, a vontade de reabilitação de um dos principais edifícios com identidade arquitetónica da cidade é criada por uma vontade individual em transportar o ensino musical para as suas instalações ignorando por completo o programa original do antigo cinema e deixar o edifício sede da academia, recentemente reabilitado, vazio.

fig. 132 Atual cabine de projeção do Cinema de Vale de Cambra.

Estas questões são por isso criticadas através do nosso projeto de reabilitação para o antigo cinema de Vale de Cambra. Apesar do auditório principal ser interpretado de uma maneira idêntica à proposta anterior mantém-se a sua funcionalidade original, mas não só. O último piso é destinado a confirmar esta função com uma pequena sala-estúdio de cinema com abertura permanente, adicionam-se dependências importantes para o funcionamento do grande auditório — como os camarins — desenha-se uma sala polivalente possível de ser utilizada para várias funcões, inclusive para a academia de música; e ainda intervir no bar-concerto de modo a possibilitar o seu funcionamento independente e em relação com todos os programas presentes neste piso. Ao contrário do espaço extremamente compartimentado e subdividido da proposta original, criam-se espaços racionais e que sejam possíveis de utilização em simultâneo. Ainda que o funcionamento do principal auditório seja semelhante nas duas propostas, o nosso projeto final procurou acrescentar à pré-existência e não o contrário. São criados espaços que geram a oportunidade de desenvolver atividades que tornem o antigo cinema de Vale de Cambra útil e vantajoso a nível moral, social e material.


Cinema Vale de Cambra
Vale de Cambra

A criação do projeto '*Cinema Paradiso*' resume-se a uma alternativa ao *delapidar* de uma das construções mais emblemáticas da cidade de Vale de Cambra. Isto é, não pelo facto de não se proceder a uma intervenção *mimética* do pré-existente, mas por se tornar numa ação que em nada acrescenta ao objeto de estudo. Ao contrário dos três casos apresentados, a destruição do interior do edifício não é justificada pelo melhoramento espacial e funcional do espaço, não representa uma nova organização do equipamento que facilite o seu funcionamento original e não interpreta a pré-existência na contemporaneidade. A proposta para o Centro de Artes e Espetáculos sitentiza-se, assim, ao extinguir por completo do programa cinematográfico para dar lugar a uma escola de música que não se adequa à magnitude do edificado e ignora a sua memória. Em *Cinema Paradiso* analisam-se e refutam-se estas premissas, expondo-se uma alternativa que procura responder às diferentes carências propostas — da cidade, da comunidade e da autarquia. Nele, mantêm-se elementos representativos da composição arquitetónica, asseguram-se as memórias e a história, confirma-se um programa cada vez mais distante das pessoas — o cinema — e, acima de tudo, procura-se responder às ncessidades de uma cidade com vazio cultural através de um vazio urbano que se apresenta como a solução ideal. A proposta final para o antigo cinema não passa, por isso, de uma tentativa de evitar o mesmo fim do cinema de Giuseppe Tornatore.

Onde vamos? Não sei. Devemos proteger o cinema, o ritual e a arte, contra os produtos de super-heróis ou quase de animação, que são um género próprio e estão bem, mas não é o cinema a que vou, aquele que quero preservar e gosto de restaurar. Esse também precisa do seu público e devemos convencer as pessoas a irem ver esses filmes. Eu preferia nas salas e não em casa. E esse hábito deve ser encorajado o maior tempo possível (...)

125. SCORSESE, Martin, *In Martin Scorsese: "Devemos convencer as pessoas a irem ao cinema e a protegerem esse ritual" in Comunidade Cultura e Arte*, publicado a 18 de Outubro de 2018, consultado a 21 de Outubro de 2019

fig. 133 Bilhetes do antigo Cinema de Vale de Cambra.

bibliografia

bibliografia geral

ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX*. Lisboa: Bizâncio, 2012.

ALVES, Joana de Almeida Gouveia, *Permanence and Persistence: Conception, Construction and conversion of Modern Cinema Theatres (1910 - 1939)*. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Lisboa; Lausanne: [s.n.], 2014.

ANTUNES, António Lobo. *Livro de Crónicas.* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, consultado a 25 de Novembro de 2018, URL: https://edicoespqp.blogs.sapo.pt/tag/antónio+lobo+antunes

BENEVOLO, Leonardo, *História da cidade.* 6ª ed, 1ª reimp. . São Paulo : Ed. Perspectiva, 2017.

BRÁS, Ana, *Cine-Teatros: Reconhecer, valorizar, reutilizar. In* Construção 2018, Porto: CEAU, Novembro 2018.

BRÁS, Ana Cláudia Cardoso, *Desenvolvimento e modernização das cidades do século XX: O contributo dos Cine-Teatros In* PNUM 2018: A Produção do Território: Formas, Processos, Desígnios, Porto: CEAU, 2018.

CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2010. (Arte & Comunicação).

COSTA, Maria Glória Pimenta Areal da, *Análise programática para a reabilitação de uma ruína: o cine teatro de Santo Tirso.* Porto: Faup, 2017. Ano letivo 2016/2017.

CRUZ, Maria da Graça Gaspar Mendes de Pinho da, *Vale de Cambra: meio século de imagens.* [S.l.]: [s.n.], 1999-2000. Vol.1: Fotografias da Família Sousa: edição comemorativa do 6º ano de elevação a Cidade (1999).

CRUZ, Maria da Graça Gaspar Mendes de Pinho da, *Vale de Cambra: meio século de imagens*. [S.l.]: [s.n.], 1999-2000. Vol.2: *Transportes, Indústria e Comércio*: fotografias da Família Sousa: edição comemorativa de Natal (1999).

DAVID, Ana, *Vazios urbanos: trienal de arquitectura de Lisboa*. Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2007. Bilingue.

FERNANDES, José Manuel, *Arquitectura modernista em Portugal, 1890-1940.* 1ª ed. Lisboa: Gravida, 1993.

FERNANDES, José Manuel, *Cinemas de Portugal.* Lisboa: Inapa, 1995.

FERNANDES, José Manuel, *Português suave: arquitecturas do estado novo.* Lisboa: IPPAR, 2003.

FERNANDES, José, (coord.), *Teoria e crítica de arquitectura: século XX.* Lisboa:

Ordem dos Arquitectos, 2010.

GEADA, Eduardo, *O cinema espectáculo.* Lisboa: Edições 70, 1987. (Arte & Comunicação).

HEATHCOTE, Edwin, *Cinema Builders.* Chichester, West Sussex, Great Britain: Willey-Academy, 2001.

JESUS, Duarte Manuel Cardoso de, *A problemática do estacionamento na cidade: estudo de um caso prático em Vale de Cambra.* Porto: Faup, 2006. Ano lectivo 2005/2006.

LÔBO, Margarida Souza, *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco.* 2ª ed. Porto: Faup Publicações, 1995 (Série 1).

MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide, *Monografia de Vale de Cambra.* Vale de Cambra: Câmara Municipal de Vale de Cambra, 1993.

NETO, Maria João Baptista, *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais: 1929-1960,* 1ª ed. Porto: Faup Publicações, 2001. 362 p.: il.; 28 cm. (Série 1: Ensaios; 10). Ed. brochada.

NORAS, José Raimundo, *Amilcar Pinto: Um arquitecto Português*, vol.1. Coimbra: Faculdade de Letras da Universiade de Coimbra, 2011.

ORNELAS, Cilísia Mónica Duarte, *Faces do património: o contexto português.* Porto: Faup, 2002. Ano lectivo 2001/2002.

ORNELAS, Cilísia Mónica Duarte, *Recuperação de cine-teatros modernos portugueses.* Porto: FAUP, 2006.

PALLASMAA, Juhani, T*he Architecture of Image: Existencial space in cinema*, Rakennustieto, Helsinki, 2007

[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=13&ved=2ahUKEwjS7syHor7eAhUQHxoKHbYjC_U4ChAWMAJ6BAgJEAI&url=http%3A%2F%2Fphainomenon-journal.pt%2Findex.php%2Fphainomenon%2Farticle%2Fdownload%2F327%2F275%2F&usg=AOvVaw1d1uwaCMB0Adhgh4ZlpJOX]

PORTUGAL, José Bessa de Castro, BRITO, Julio José de, *Ante-Plano de Urbanisação da Vila de Vale de Cambra*, Volume I, 1949.

PORTUGAL, José Bessa de Castro, BRITO, Julio José de, *Ante-Plano de Urbanisação da Vila de Vale de Cambra*, Volume II, 1949.

PUTMAN, Michael, *Silent Screens: The Decline and Transformation of The American Movie Theater*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 2000.

QUEIROGA, Francisco, *Inventário patrimonial de Vale de Cambra: I-Arqueologia.* Vale de Cambra: Câmara Municipal de Vale de Cambra, 2001

QUINTÃ, Afonso Gonçalves, *Cineteatros angolanos: tipologias 1932-75.* Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2017

RESENDE, Ana Isabel Baldaia de, *Intersecções: arquitectura e novo cinema português.* Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2012

RIEGL, Alois, *El culto moderno de los monumentos: caracteres y origen.* Madrid: Visor, 1987.

RODOLFO, João de Sousa, *Luís Cristino da Silva e a arquitectura moderna em Portugal.* Lisboa: Dom Quixote, 2002.

ROSSI, Aldo, *A arquitectura da cidade.* Lisboa: Cosmos, 2001. Cosmos arquitectura).

SEABRA, Jorge, *O Cinema no Discurso do Poder: Dicionário sobre a Legislação cinematográfica Portuguesa (198-1974).* Coimbra: [s.n.]. 382p., 2016.

Seminário DOCOMOMO, *Equipamentos e infra-estruturas culturais, 1925-1965.* Porto: Docomomo ibérico, 2001. Bilingue

Seminário DOCOMOMO, *Modern movement heritage.* London: E & FN Spon, 1998. (Do.Co.Mo.Mo.).

SHARP, Edwin, *The Picture Palace and other buildings for the movies.* London: Hugh Evelyn Limited, 1969.

SILVA, Susana Constantino Peixoto da, *Arquitectura de cine-teatros: evolução e registo, 1927 1959: equipamentos de cultura e lazer em Portugal no estado novo.* Coimbra: Almedina, 2010. (Cidades e arquitectura).

TOSTÕES, Ana, *A idade maior: cultura e tecnologia na arquitectura moderna portuguesa.* Porto: FAUP Publicações, 2015. (FAUP Publicações).

TOSTÕES, Ana, *Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920-1970.* 1ª Edição, Lisboa, Ministério da Cultura e Instituto Português do Património Arquitectónico, 2004.

TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. 2ªed. Porto: Faup Publicações, 1997.

artigos

Antigos cinemas do Porto estão vazios ou a viver novas vidas. In Jornal de Notícias, publicado a 12 de Julho de 2010, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/antigos-cinemas-do-porto-estao-vazios-ou-a-viver-novas-vidas-1616103.html

As pessoas já vêm ao Trindade para estar umas com as outras. In Jornal Público, publicado a 05 de Fevereiro de 2019, consultado a 03 de Junho de 2019, URL:

https://www.publico.pt/2019/02/05/culturaipsilon/noticia/pessoas-ja-vem-trinda-de-estar-1860588

Autarca de S. João da Madeira lança Casa da Criatividade no teatro criado pelo avô. In RTP Notícias, publicado a 11 de Junho de 2013, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.rtp.pt/noticias/cultura/autarca-de-s-joao-da-madeira-lanca-casa-da-criatividade-no-teatro-criado-pelo-avo_n658371

O tempo foi o grande arquitecto do Chiado. In Jornal de Notícias, publicado a 17 de Dezembro de 2008, consultado a 11 de Julho de 2019, URL: https://www.jn.pt/local/noticias/lisboa/lisboa/interior/o-tempo-foi-o-grande-arquitecto-do-chiado-1060005.html

La place du spectateur. In: Vingtième Siècle, revue d'histoire, nº46, Avril-June 1995. Cinéma, le temps de l'histoire. pp. 143-154; DOI: https://doi.org/10.3406/xxs.1995.3163 , consultado a 04 de Novembro de 2018.

Câmara aprova "ideia" para recuperação do cineteatro de Amarante in Município de Amarante, publicado em 02 de Novembro de 2011, consultado em 08 de Junho de 2019, URL: https://www.cm-amarante.pt/download/pt/info-149-2011-camara-aprova-ideia-para-a-recuperacao-do-cineteatro-de-amarante.zip

Câmara compra antigo cinema e devolve-o à cidade in Câmara Municipal de Vale de Cambra, publicado a 07 de Setembro de 2016, consultado a 29 de Junho de 2019, URL: https://www.cm-valedecambra.pt/frontoffice/pages/566?news_id=339

Câmara de Vale de Cambra quer comprar antigo cinema e transformá-lo em espaço cultural. In Porto Canal, publicado a 26 de Dezembro de 2014, consultado a 29 de Junho de 2019, URL: http://portocanal.sapo.pt/noticia/47396

Cinema Trindade chegou aos 50 mil espectadores no primeiro ano. In Jornal Público, publicado a 04 de Fevereiro de 2018, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.publico.pt/2018/02/04/culturaipsilon/noticia/cinema-trindade-chegou-aos-50-mil-espectadores-no-primeiro-ano-1801962

Cinema Trindade reabre domingo com filme de Rodrigo Areias. In Jornal Público, publicado a 02 de Fevereiro de 2017, consultado a 03 de Junho de 2019, URL:https://www.publico.pt/2017/02/02/local/noticia/cinema-trindade-reabre-domingo-com-filme-de-rodrigo-areias-1760486

Cinema Trindade reabre na baixa do Porto Domingo com filme ornamento e crime. In Jornal de Noticias, publicado a 01 de Fevereiro de 2017, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.jn.pt/artes/interior/cinema-trindade-reabre-na-baixa-do-porto-domingo-com-filme-ornamento-e-crime-5642433.html

Cinema Trindade vai reabrir com programação diária na baixa. In Jornal Público, publicado a 28 de Setembro de 2016, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.publico.pt/2016/09/28/local/noticia/cinema-trindade-vai-reabrir-com-

-programacao-diaria-na-baixa-do-porto-1745358

Cinemas do centro do Porto vão ter cartão de desconto conjunto. In Jornal de Notícias, publicado a 27 de Outubro de 2016, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.jn.pt/artes/interior/cinemas-do-centro-do-porto-vao-ter-cartao-de-desconto-conjunto-5466194.html

Cine-Teatro de Amarante vai ser recuperado, publicado em 06 de Junho de 2011, consultado em 08 de Junho de 2019, URL: https://www.cm-amarante.pt/download/pt/info-82-2011-cine-teatro-de-amarante-vai-ser-recuperado.zip

Enquanto o Porto espera pelo Batalha, o cinema vai no Trindade. In Jornal Público, publicado a 19 de Fevereiro de 2017, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.publico.pt/2017/02/19/local/noticia/enquanto-o-porto-espera-pelo-batalha-o-cinema-vai-mesmo-no-trindade-1762319

Martin Scorsese: "Devemos convencer as pessoas a irem ao cinema e a protegerem esse ritual". In Comunidade Cultura e Arte, publicado a 18 de Outubro de 2018, consultado a 21 de Outubro de 2019, URL: https://www.comunidadeculturaearte.com/martin-scorsese-devemos-convencer-as-pessoas-a-irem-ao-cinema-e-a-protegerem-esse-ritual/?fbclid=IwAR0tf_ojIcsEonS07_GLSt_qvBhORDxHY1Mnt_byrfnfylQaqnwjjzcdDX4

Nós precisamos da fachada dos cinemas. In Jornal Público, publicado a 12 de Janeiro de 2013, consultado a 4 de Novembro de 2018, URL: https://www.publico.pt/2013/01/12/culturaipsilon/noticia/nos-precisamos-da-fachada-dos-cinemas-1580469

Diário do Governo nº48, 26 de Fevereiro de 1943, p. 414, URL: https://dre.pt/application/conteudo/9827730, consultado a 26 de Junho de 2019

DIAS, Sandra Guerreiro, GRAÇA, André Rui, *Memories of the Change: the Post-Revolutionary Period and Portuguese Cinema In* IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES, 6-7 dezembro 2013, Cabo dos Trabalhos

Finalmente a baixa do Porto vai ter cinema a tempo inteiro. In Diário de Notícias, publicado a 28 de Setembro de 2016, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.dn.pt/artes/interior/finalmente-a-baixa-do-porto-vai-ter-cinema-a-tempo-inteiro-5412167.html

Imperador faz obra de dois milhões. In Jornal de Noticias, publicado a 31 de Dezembro de 2008, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.jn.pt/local/noticias/aveiro/sao-joao-da-madeira/interior/imperador-faz-obra-de-dois-milhoes-1065105.html

Os públicos de cinema em Portugal entre a diversão e o decoro: as distintas apropriações dos espaços cinematográficos (1986-1924), publicado a Setembro-Dezembro de 2016, consultado a 04 de Novembro de 2018, URL: http://dx.doi.or-

g/10.15448/1980-864X.2016.3.22930

'O que é o Portugal 2020', consultado a 10 de Junho de 2019, URL: https://www.portugal2020.pt/content/o-que-e-o-portugal-2020

Porto volta a ter cinema no centro da cidade. In Jornal de Notícias, publicado a 28 de Novembro de 2018, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/trindade-volta-a-dar-cinema-ao-centro-da-cidade-5413198.html

Relatório Final do Júri, na Divulgação dos resultados e exposição apresentada na página oficial da Ordem dos Arquitectos Secção Regional do Norte, consultada a 8 de Junho de 2019, URL: http://www.oasrn.org/comunicacao.php?pag=mensageiro&idmen=74&idnot=1224

Trindade fecha, Batalha reabre. In Jornal Público, publicado a 30 de Dezembro de 2000, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://www.publico.pt/2000/12/30/jornal/trindade-fecha-batalha-reabre-153067

Um mês de cinema trindade: os números, o público e os filmes. In Jornalismo Porto Net, publicado a 15 de Março de 2017, consultado a 03 de Junho de 2019, URL: https://jpn.up.pt/2017/03/15/um-mes-cinema-trindade-os-numeros-publico-os-filmes/

Vale de Cambra já abriu concurso para transformar antigo cinema em centro de artes. In Diário de Notícias, publicado a 24 de Abril de 2019, consultado a 28 de Junho de 2019, URL: https://www.dn.pt/lusa/interior/vale-de-cambra-ja-abriu-concurso-para-transformar-antigo-cinema-em-centro-de-artes-10830271.html

periódicos

Património e sociedade: revista património. Lisboa: DGPC, 2016. *Revista Património*, nº4, dezembro 2016.

Voz de Cambra nº 1055, primeira quinzena de Maio de 2019.

O António Maria, Ano XIII, nº461, publicado a 20 de Janeiro de 1898, consultado a 21 de Outubro de 2018, URL: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OAntonioMaria/1898/1898_master/OAntonioMariaN459N473.pdf

documentos e manuscritos

Arquivo Municipal de Vale de Cambra, Processo "Cinema de Vale de Cambra", 1947.

Arquivo Municipal de Vale de Cambra, Processo “Cinema de Vale de Cambra”, 1949.

Arquivo Municipal de Vale de Cambra, Processo “Cinema de Vale de Cambra”, 1966.

IGAC, Processo nº 01.19.001 “Cinema de Vale de Cambra.

PORTUGAL, José Bessa de Castro, BRITO, José Júlio de, *Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra,* Porto: José de Bessa de Castro Portugal, Engenheiro, em parceria com José Júlio de Brito, Arquitecto, 1945.

PRATA, Carlos, *Projecto de Recuperação do Cine-Teatro de Amarante: Projecto de Execução.* Porto: Carlos Prata, Arquitecto, Fevereiro de 2017.

páginas website

Página oficial da Casa da Criatividade, consultado a 07 de Junho de 2019.
URL: https://www.casadacriatividade.com/natureza

índice de imagens

fig. 01 fotogramas extraídos do filme *"Il Nuovo Cinema Paradiso",* Giuseppe Tornatore, 1990.

fig. 02 fotogramas extraídos do filme *"Il Nuovo Cinema Paradiso",* Giuseppe Tornatore, 1990.

fig. 03 a fachada do Real Coliseu, demolido em 1929, consultado a 27 de Novembro de 2018, URL: https://observador.pt/2016/06/18/lisboa-viu-cinema-pela-primeira-vez-ha-120-anos/

fig. 04 vista do Real Coliseu, demolido em 1929, consultado a 27 de Novembro de 2018, URL: https://observador.pt/2016/06/18/lisboa-viu-cinema-pela-primeira-vez-ha-120-anos/

fig. 05 notícia da estreia do Animatógrafo em Lisboa pelo Diário Ilustrado, consultado a 27 de Novembro de 2018, URL: https://observador.pt/2016/06/18/lisboa-viu-cinema-pela-primeira-vez-ha-120-anos/

fig. 06 teatro Circo Price em 1860, in ACCIAIUOLI, Margarida, Os cinemas de Lisboa: um fenómeno urbano do século XX. Lisboa: Bizâncio, 2012, pp. 32

fig. 07 Chiado-Terrasse, 1911, consultado a 27 de Novembro de 2018, URL: http://lh3.googleusercontent.com/-aAjUJLIexuU/VW6bXOuaQdI/AAAAAAABjUg/NM2LTBA8hH0/s1600-h/Cinema-Chiado-Terrasse-1911.6.jpg

fig. 08 fachada Chiado-Terrasse, 1908, consultado a 27 de Novembro de 2018, URL: http://lh3.googleusercontent.com/-tsvtzNHANIM/VW6dYW2ICUI/AAAAAAABjZE/v05zvT8J9Io/s1600-h/Cinema%252520Chiado%252520Terrasse.1%25255B5%25255D.jpg

fig. 09 interior do Chiado-Terrasse, 1911, consultado a 27 de Novembro de 2018, URL: https://lh3.googleusercontent.com/-0N49kRhiwt4/WgyT1ZB44WI/AAAAAAAB5GQ/L3iNcCmP_x8lFR6xRrc0lGrcwIZUlqcKQCHMYCw/s1600-h/PT-TT-EPJS-SF-001-001-0027-1530H_derivada%255B7%255D

fig. 10 desenhos do projecto de 1927, The Total Theatre do arquiteto Walter Gropius, consultado a 13 de Janeiro de 2019, URL: https://www.google.com/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&ved=2ahUKEwjLiJb9h_HjAhWjAmMBHaYbAYIQjRx6BAgBEAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.thoetbit.eu%2Fpage%2Fen%2Fchapters%2Fdemocracy.php&psig=AOvVaw2TKQO_KiGVc81oYSU6sumc&ust=1565277693143357

fig. 11 vista nocturna do cinema São Jorge, c. 1950, consultado a 27 de Novembro de 2018, URL: https://lh3.googleusercontent.com/-PxuK9NjDnF4/V3tT1n_h4uI/AAAAAAABvVM/2p_QcSNGRxM/s1600-h/Cinema-So-Jorge.18.jpg

fig. 12 planta para o Cine-Teatro Monumental, 1952, consultado a 27 de Novembro de 2018, URL: http://lh3.ggpht.com/-o39Kt64VKnQ/Udl9O3EuHQI/

AAAAAAAA8s8/5B92d7CJVcw/s1600-h/Cinema-Monumental.71.jpg

fig. 13 interior do Cine-Teatro Monumental, consultado a 27 de Novembro de 2018, URL: http://lh5.ggpht.com/-dJURnaZIGNk/UdGADjY1myI/AAAAAAAA738/wX3e3XuO-Co/s1600-h/Cinema%252520Monumental.17%25255B1%25255D.jpg

fig. 14 interior do Cine-Teatro Monumental, consultado a 27 de Novembro de 2018, URL: https://lh3.googleusercontent.com/-Il_c3Zmx-HA/V10Y7PS4R6I/AAAAAAAABw-A/3W1gRkTzwL4/s1600-h/Cinema%252520Monumental.27%25255B5%25255D.jpg

fig. 15 vista nocturna da fachada do Cinema Condes, c.1952, consultado a 28 de Novembro de 2018, URL: http://lh5.ggpht.com/-diBCMe7sZbg/VCe5egVjYII/AAAAAAABVUI/Ocu-PTuVlgE/s1600-h/Cinema-Condes.711.jpg

fig. 16 Cinema Quarteto, consultado a 28 de Novembro de 2018, URL: https://lh3.googleusercontent.com/-Cy9kJr0nldE/WruTdsIu1LI/AAAAAAAB9cw/hcoH5HNDJGYVFaz5DGmR9F0U7ouu16B8gCHMYCw/s1600-h/Cinema-Quarteto4

fig. 17 folheto de inauguração do centro comercial Apolo 70, consultado a 28 de Novembro de 2018, URL: https://lh3.googleusercontent.com/-kZqH1Gtcer0/V-yzbxUMCII/AAAAAAAB0m4/fITig2kL01Y/s1600-h/Apolo70-26-05-1970.212.jpg

fig. 18 entrada principal do centro comercial Apolo 70, consultado a 28 de Novembro de 2018, URL: https://lh3.googleusercontent.com/-k9K-kEO5XSA/V-yzaaBG4yI/AAAAAAAB0mw/pKjcIR6IfaA/s1600-h/Apolo-70-26-05-19715.jpg

fig. 19 interior centro comercial Apolo 70, consultado a 28 de Novembro de 2018, URL: https://lh3.googleusercontent.com/-ZBxlHWKTwsw/W1QXy4QHHEI/AAAAAAACAVQ/9hVJG669CRQh6EUpNvIyszSp_IxxtJIngCHMYCw/s1600-h/Apolo70%2B%252826-05-1970%2529.3%255B4%255D

fig. 20 fotogramas extraídos do filme *"Il Nuovo Cinema Paradiso",* Giuseppe Tornatore, 1990.

fig. 21 entrada principal da Casa da Creatividade, São João da Madeira, fotografia capturada pela autora numa visita ao caso de estudo.

fig. 22 as cinco configurações possi- veis da sala de espetáculos da Casa da Criatividade, esquemas realizados a partir de informação fornecida através de desenhos da sala de espetáculos e de esquemas apresentados em Cine-Teatros: Reconhecer valorizar reutilizar da autoria de Ana Brás, in Cons- trução 2018, Porto: CEAU, Novembro 2018, p.8.

fig. 23 alçado principal e lateral da Casa da Creatividade, São João da Madeira, fotografia capturada pela autora numa visita ao caso de estudo.

fig. 24 entrada lateral do Cinema Trindade, Porto, fotografia capturada pela

autora numa visita ao caso de estudo.

fig. 25 proposta vencedora do arquitecto Carlos Prata para a reabilitação do Cine-Teatro de Amarante, *in* PRATA, Carlos, *Projecto de Recuperação do Cine-Teatro de Amarante: Projecto de Execução.* Porto: Carlos Prata, Arquitecto, Fevereiro de 2017.

fig. 26 proposta vencedora do segundo prémio, do gabinete de arquitectura Atelier 15 para a reabilitação do Cine-Teatro de Amarante, retirado do Relatório Final do Júri, na Divulgação dos resultados e exposição apresentada na página oficial da Ordem dos Arquitectos Secção Regional do Norte, consultada a 8 de Junho de 2019, URL: http:// www.oasrn.org/comunicacao.php?pag=mensageiro&idmen=74&idnot=1224

fig. 27 proposta vencedora do terceiro prémio, dos arquitectos António Mota e Susana Machado para a reabilitação do Cine-Teatro de Amarante, retirado do Relatório Final do Júri, na Divulgação dos resultados e exposição apresentada na página oficial da Ordem dos Arquitectos Secção Regional do Norte, consultada a 8 de Junho de 2019, URL: http:// www.oasrn.org/comunicacao.php?pag=mensageiro&idmen=74&idnot=1224

fig. 28 estudo estatístico realizado pela autora, sobre os recintos existentes nos distritos do Porto, Aveiro e Viseu. Os dados são analisados a partir dos números apresentados no Quadro 01 presente em Anexos.

fig. 29 fotogramas extraídos do filme *"Il Nuovo Cinema Paradiso",* Giuseppe Tornatore, 1990.

fig. 30 localização geográfica do concelho de Vale de Cambra, desenho realizado pela autora.

fig. 31 análise da evolução da Vila de Vale de Cambra para o Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra de 1945, concretizado pelo engenheiro José Bessa de Castro Portugal em parceria com o arquitecto Julio José de Brito para o Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra. Desenhos disponibilizados pelo Arquivo da Câmara Municipal de Vale de Cambra.

fig. 32 fotografia do edifício dos Paços do Concelho, 1950. *In* CRUZ, Maria da Graça Gaspar Mendes de Pinho da, *Vale de Cambra: meio século de imagens*. [S.l.]: [s.n.], 1999-2000. Vol.1: *Fotografias da Família Sousa: edição comemorativa do 6o ano de elevação a Cidade* (1999), img.16.

fig. 33 fotografia da Feira da Gandra realizada quinzenalmente nos dias 9 e 23. *In* CRUZ, Maria da Graça Gaspar Mendes de Pinho da, *Vale de Cambra: meio século de imagens.* [S.l.]: [s.n.], 1999-2000. Vol.2: *Transportes, Indústria e Comércio: fotografias da Família Sousa: edição comemorativa de Natal* (1999), img.52.

fig. 34 fotografia da fábrica Martins & Rebelo, em Pinheiro Manso na freguesia

de São Pedro de Castelões, fotografia do ano 1934. Feira da Gandra realizada quinzenalmente nos dias 9 e 23. *In* Cruz, Maria da Graça Gaspar Mendes de Pinho da, *Vale de Cambra: meio século de imagens*. [S.l.]: [s.n.], 1999-2000. Vol.2: *Transportes, Indústria e Comércio: fotografias da Família Sousa: edição comemorativa de Natal (1999)*, img.16.

fig. 35 concelho de Vale de Cambra: as nove freguesias e o sistema de estradas nacinais que passam pela cidade, desenho realizado pela autora.

fig. 36 sistema viário da cidade de Vale de Cambra: a interseção das diferentes estradas nacionais que formam o centro urbano e a localização do espaço público. Desenho realizado pela autora a partir da cartografia fornecida pela Câmara Municipal de Vale de Cambra.

fig. 37 fotografia aérea da cidade de Vale de Cambra e delimitação do centro e respetiva área em análise. Desenho realizado pela autora através da sobreposição de imagens retiradas do site Google Maps.

fig. 38 fotografia aérea da cidade de Vale de Cambra e delimitação do centro periférico e o seu conteúdo programático. Desenho realizado pela autora através da sobreposição de imagens retiradas do site Google Maps.

fig. 39 sobreposição da Solução A proposta em 1945 pelo engenheiro José Bessa de Castro Portugal em parceria com o arquitecto Julio José de Brito para o Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra, e o sistema viário da cidade actual. Desenho realizado pela autora a partir da sobreposição da cartografia fornecida pela Câmara Municipal de Vale de Cambra e a Solução A para o Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra de 1945, concretizado pelo engenheiro José Bessa de Castro Portugal em parceria com o arquitecto Julio José de Brito para o Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra. Desenhos disponibilizados pelo Arquivo da Câmara Municipal de Vale de Cambra.

fig. 40 Solução A para o Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra de 1945, concretizado pelo engenheiro José Bessa de Castro Portugal em parceria com o arquitecto Julio José de Brito para o Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra. Desenhos disponibilizados pelo Arquivo da Câmara Municipal de Vale de Cambra.

fig. 41 Solução B para o Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra de 1945, concretizado pelo engenheiro José Bessa de Castro Portugal em parceria com o arquitecto Julio José de Brito para o Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra. Desenhos disponibilizados pelo Arquivo da Câmara Municipal de Vale de Cambra.

fig. 42 os três elemetos que consti- tuem a cidade: o espaço público (edi- fícios de atividade pública e praças), o particular (habitação) e o espaço de circulação (as ruas). Desenho realizado pela autora a partir da cartografia fornecida pela

Câmara Municipal de Vale de Cambra.

fig. 43 análise da distribuição dos edi- fícios públicos da cidade de Vale de Cambra. Desenho realizado pela autora a partir da cartografia fornecida pela Câmara Municipal de Vale de Cambra.

fig. 44 perspectiva desenhada da pro- posta final para o cinema de Vale de Cambra. A consulta da proposta completa está disponibilizada em 'anexos', desenho disponibilizado por Ana Maria Bastos.

fig. 45 fotografia do exterior do Cinema Progresso no antigo mercado municipal: a Praça Municipal. *In* CRUZ, Maria da Graça Gaspar Mendes de Pinho da, *Vale de Cambra: meio século de imagens.* [S.l.]: [s.n.], 1999-2000. Vol.2: *Transportes, Indústria e Comércio: fotografias da Família Sousa: edição comemorativa de Natal* (1999), img.57.

fig. 46 & 47 fotografias do interior improvisado do Cinema Progresso. A primeira fotografia mostra a 'plateia', o 'balcão' e a cabine de projeção. Na segunda, a 'plateia' e o ecrã, num espaço em que a proprietária D. Carlota Ribeiro utiliza um vazio na cidade para dar lugar aos bancos corridos e um pequeno ecrã, materializando nestas duas imagens a espacialidade dos primeiros recintos cinematográficos. *In* CRUZ, Maria da Graça Gaspar Mendes de Pinho da, *Vale de Cambra: meio século de imagens.* [S.l.]: [s.n.], 1999-2000. Vol.2: *Transportes, Indústria e Comércio: fotografias da Família Sousa: edição comemorativa de Natal* (1999), img.58 e 59.

fig. 48 fotografia do interior do pequeno auditório na cave da Pensão Bastos. O segundo cinema de Vale de Cambra apesar do seu um carácter mais permanente, era ainda improvisa- do, o proprietário era o Sr. Adelino Cunha. Nesta fotografia é possível ver-se a plateia e o ecrã enquadrados com as cortinas que cobriam as dife- rentes entradas no espaço. *In* CRUZ, Maria da Graça Gaspar Mendes de Pinho da, *Vale de Cambra: meio século de imagens.* [S.l.]: [s.n.], 1999-2000. Vol.2: *Transportes, Indústria e Comércio: fotografias da Família Sousa: edição comemorativa de Natal* (1999), img.75.

fig. 49 fotografia do interior do pe- queno auditório na cave da Pensão Bastos. O segundo cinema de Vale de Cambra apesar do seu um carácter mais permanente, era ainda improvisado, o proprietário era o Sr. Adelino Cunha. Nesta fotografia é possível ver-se a plateia e o balcão. *In* CRUZ, Maria da Graça Gaspar Mendes de Pinho da, *Vale de Cambra: meio século de imagens.* [S.l.]: [s.n.], 1999-2000. Vol.2: *Transportes, Indústria e Comércio: fotografias da Família Sousa: edição comemorativa de Natal* (1999), img.76

fig. 50 - 62 primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, datado de 1947. Desenhos cedidos pelo Arquivo Municipal de Vale de Cambra, a consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

fig. 63-73 segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, datado de 1949. Desenhos cedidos pelo Arquivo Municipal de Vale de Cambra, a consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

fig. 74 fotografia criada em co-autoria pelo fotógrafo João Soares de Melo e a autora desta Dissertação, num levantamento fotográfico realizado ao objecto de estudo.

fig. 75 proposta de parcial do Plano de Urbanização de Vale de Cambra que contextualiza a implantação do Novo Cinema na cidade. Desenho cedido pelo Arquivo Municipal de Vale de Cambra.

fig. 76 fotografia capturada pela autora num levantamento fotográfico realizado ao objecto de estudo.

fig. 77-86 proposta final para o novo ci- nema de Vale de Cambra, datado de 1966. Desenhos cedidos pelo IGAC, Processo no 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra". A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

fig. 87 fotografia criada em co-autoria pelo fotógrafo João Soares de Melo e a autora desta Dissertação, num levantamento fotográfico realizado ao objecto de estudo.

fig. 88 fotografia capturada pela autora num levantamento fotográfico realizado ao objecto de estudo.

fig. 89 fotografia criada em co-autoria pelo fotógrafo João Soares de Melo e a autora desta Dissertação, num levantamento fotográfico realizado ao objecto de estudo.

fig. 90-97 proposta para o Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra. Desenhos cedidos pelo IGAC, Processo no 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra". A consulta das propostas para o Cinema de Vale de Cambra estão disponibilizadas em tamanho real em Anexos.

fig. 98 fotografia criada em co-autoria pelo fotógrafo João Soares de Melo e a autora desta Dissertação, num levantamento fotográfico realizado ao objecto de estudo.

fig. 99 fotogramas extraídos do filme *"Il Nuovo Cinema Paradiso",* Giuseppe Tornatore, 1990.

fig. 101 fotografia capturada pela autora ao modelo fisico para o projecto de reabilitação realizado pela mesma.

fig. 102 organigrama do sistema AVAC do projecto de reabilitação, fotomontagem realizada sobre fotografias capturadas de serviço e de emergência da proposta de

reabilitação, desenhos realizados pela autora ao modelo fisico para o projecto de reabilitação realizado pela mesma.

fig. 103 fotografia criada em co-autoria pelo fotógrafo João Soares de Melo e a autora desta Dissertação, num levantamento fotográfico realizado ao objecto de estudo.

fig. 104 - 110 plantas com a proposta de reabilitação do Cinema de Vale de Cambra.

fig. 111-115 fotografias capturadas pela autora ao modelo fisico para o projecto de reabilitação realizado pela mesma.

fig. 116 fotografia criada em co-autoria pelo fotógrafo João Soares de Melo e a autora desta Dissertação, num levantamento fotográfico realizado ao objecto de estudo.

fig. 117 & 118 organigrama dos percursos público, de serviço e de emergência da proposta de reabilitação, desenhos realizados pela autora a partir dos desenhos cedidos pela Câmara Municipal de Vale de Cambra.

fig. 119 proposta do programa e áreas de intervenção do projeto de reabilitação para o Cinema de Vale de Cambra.

fig. 120-125 proposta de reabilitação para o Cinema de Vale de Cambra.

fig. 126 proposta de reabilitação para a fachada sul do Cinema de Vale de Cambra.

fig. 127 proposta de reabilitação para a fachada este do Cinema de Vale de Cambra.

fig. 128 proposta de reabilitação para a fachada oeste do Cinema de Vale de Cambra.

fig. 129 fotogramas extraídos do filme *"Il Nuovo Cinema Paradiso",* Giuseppe Tornatore, 1990.

fig. 130-133 fotografia criada em co-autoria pelo fotógrafo João Soares de Melo e a autora desta Dissertação, num levantamento fotográfico realizado ao objecto de estudo.

As imagens e os desenhos apresentados em 'Levantamento Fotográfico', nas páginas 157 a 166, foram captadas e criados, respectivamente, pela autora da presente Dissertação de Mestrado.

nota prévia.

Alguns dos documentos aqui expostos foram redigidos *à mão* e, por isso, são de difícil compreensão, optando-se por se expôr exclusivamente as partes facilmente perceptiveis, sendo que as palavras em falta são indicadas por "____".

anexos

1. Pacto Social da Empresa Sonora Cambrense, Lda.

2. Processo do Arquivo Municipal — Cinema da Cidade de Vale de Cambra, 1947

3. Processo do Arquivo Municipal — Cinema da Cidade de Vale de Cambra, 1949

4. Processo do Arquivo Municipal — Cinema da Cidade de Vale de Cambra, 1966

5. IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema Vale de Cambra"

6. Proposta do programa e áreas de intervenção

7. Situação contemporânea ao estudo dos distritos de Viseu, Aveiro e Porto

nota prévia.

Alguns dos documentos aqui expostos foram redigidos *à mão* e, por isso, são de dificil compreensão, optando-se por se expôr exclusivamente as partes facilmente perceptiveis, sendo que as palavras em falta são indicadas por "____".

1. Pacto Social da Empresa Sonora Cambrense, Lda.

Documento 1.1.

Diário do Governo, Série III — nº 48
Sexta-feira 26 de Fevereiro de 1943
EMPRESA SONORA CAMBRENSE, LIMITADA

4. Por escritura de 16 de Fevereiro de 1943, lavrada a fl. 53 do liv. 436 do notário da comarca de Oliveira de Azeméis, Dr. Alvaro Landureza, com cartório em Vale de Cambra, foi constituída uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1º

A sociedade adopta a denominação de Emprêsa Sonora Cambrense, Limitada, tem a sua sede nesta vila, durará por tempo inderterminado, conta-se de hoje o inicio das suas operações e tem por objecto a exploração de uma casa de espetáculos de cinematografia, variedades e teatro, podendo todavia dedicar-se a qualquer outro ramo de indústria ou comércio que os sócio deliberarem, com excepção do bancário.

2º

O capital social é de 10.000$, dividido em quatro cotas, sendo uma de 3.500$, subscrita pelo sócio Avelino Soares Dias Simões; outra de 3.000$, pelo sócio Ângelo Henriques de Oliveira; outra de 2.000$, pelo sócio Constantino de Bastos, e outra de 1.500$, pelo sócio Domingos da Silva Martins, as quais se encontram já inteiramente realizadas.

3º

A gerência social, dispensada de caução, fica afecta a todos os sócios, que entre si dividirão os respectivos serviços.

4º

Os balanços são anuais em 31 de Dezembro, e os lucros líquidos por êles acusados, depois de retirados 5 por centro para o fundo de reserva legal, serão divididos pelos sócios na proporção das suas cotas.

5º

Qualquer dos sócios pode fazer à caixa social os suprimentos de que ela carecer, os quais vencerão o juro que fôr combinado e constar da competente acta da assemblea geral.

6º

Para que a sociedade possa ser obrigada é necessária a assinatura de dois gerentes, que apenas será empregada nos actos e contratos que digam respeito à sociedade e nunca em letras de favor, abonações, fianças ou outros actos semelhantes.

7º

A cessão de cotas ou parte delas é livremente permitida entre os sócios, mas feita a estranhos depende de autorização escrita por carta registada dos sócios não cedentes e ainda da sociedade, aprovada por acta, tendo esta preferência em igualdade de preços.

8º

No caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolve e continuará entre os sobreviventes ou capazes, que pagarão aos herdeiros ou representantes do falecido ou interdito aquilo que se mostrar pertencer-lhes pelo último balanço dado, sendo o respectivo pagamento feito no prazo de seis meses, a contar do falecimento ou do trânsito em julgado da sentença que decretar a interdição.

9º

Dissolvendo-se a sociedade por qualquer motivo, o activo e passivo social ficarão a pertencer ao sócio ou sócios que em licitações melhores e maiores garantis e vantagens oferecer.

10º

Em tudo o mais aqui não expressamente previsto regulará o preceituado na lei de 11 de Abril de 1901 e mais legislação aplicável.

Vale de Cambra, 18 de Fevereiro de 1943 — O Ajudante no notário Dr. Álvaro Landureza, *Armando de Oliveira Soares de Albergaria*.

2. Processo do Arquivo Municipal — Cinema da Cidade de Vale de Cambra, 1947

Documento 2.1.

Pedido de autorização da Empresa Sonora Cambrense para a construção de uma casa de espetáculos

Exmo. Snr. Inspector Geral da Inspecção Geral dos Espetáculos

A Empresa Sonora Cambrense, Lda. de Vale de Cambra, cujo pacto social se encontra publicado no Diário do Governo nº 48, de 26 de Fevereiro de 1943 e tendo por fim a exploração de uma casa de espetáculos, vem pedir à Exma. Inspecção se digne autorizar a sua construção a qual se destina a Cinema.

Junto enviamos o Projecto, planta topográfica, memória descritiva e justificativa.

Vale de Cambra, 29 de Janeiro de 1947

Documento 2.2.

Memória Descritiva e Justificativa

O projecto a que se refere o requerimento da Empresa Sonora Cambrense, Lda., destina-se a um cinema que se pretende levar a efeito em Vale de Cambra.

O edificio será construido em local central ladeando uma avenida com largura superior a 19 metros.

Para a elaboração do projecto foi-nos imposta a condição de crearmos uma lotação para 1 000 lugares. Achariamos exagerado este número se não tivessemos em conta o desenvolvimento que Vale de Cambra tem mostrado nestes últimos anos e o que já sem dúvida antevemos para o futuro.

Por imposição e por necessidade, fomos levados a crear uma série de serviços que nos obrigaram a exagerar talvez um pouco o pé direito do edificio e, como por esse motivo achassemos as paredes interiores revestidas de uma certa nudez, resolvemos projectar os camarotes, para assim tirarmos com linhas simples, um agradavel efeito decorativo.

Para melhor visibilidade dos camarotes, as paredes laterais afunilam proximo do Proscénio.

Foram devidamente localizados os camarins, e apetrechados com os respectivos lavatórios, prevendo-se instalações sanitárias para os artistas.

As instalações para o publico, serão em número suficiente e em local apropriado. O edificio é constituido por 5 pavimentos nos quais as diversas instalações estão assim distribuidas:

O 1º pavimento consta das seguintes peças: serviços sanitários para o sexo masculino, instalações para im empregado com serviço de limpesa, local para

aquecimento, combustiveis e arrumações; sob o palco um Foyer para os artistas ladeado por um vestíbulo de entrada e por uma série de camarins com as respectivas instalações sanitárias.

O 2º pavimento consta das seguintes peças: bilheteiras, espaçoso hall do qual parte uma escada que dá acesso ao 1º balcão e salão de festas, serviços sanitários para o sexo feminino. No vão do 1º balcão ficará instalado o bengaleiro assim como algumas montras e espaço para arrumos, segue-se a plateia ladeada por umas galerias, no topo duma delas (esquerda), ficará instalado o escritório. Seguindo-se à plateia fica o espaço para a orquestra separados por uma divisória fixa e resistente de altura não inferior a 1 metro.

O 3º pavimento consta do 1º balcão, camarotes, cabines sonoras, instalações para aparelhagens das cabines sonoras e de projecção electricista, camarins para os artistas com as respectivas instalações sanitárias e do lado oposto arrumações, de onde parte uma escada que dá acesso à cabine sonora e de aparelhagens.

O 4º pavimento consta das seguintes peças: salão de Festa, local apropriado para orquestra e na ausência desta, local para a instalação de uma cabine sonora, espaçoso bar, bengaleiros, salas de funo e estar, serviços sanitários para ambos os sexos, camarotes e espaços para arrumos ou outras instalações que se julguem necessárias.

No 5º pavimento temos: o hall, bufete, serviços sanitários para ambos os sexos, instalações para a geral, aproveitando-se as primeiras 4 filas da frente para lugares um pouco mais caros a que chamaremos 2º balcão, frisas e arrumos, Neste pavimento fica também a ca~bine de projecção, construida em material incombustivel e ladeada pela cabine do bombeiro e da enroladeira. Este pavimento é servido por uma escada privativa que parte do 2º pavimento, ou seja do rés-do-chão.

Sobre a caixa de escada construir-se-à um mirante, e do lado oposto e sobre o bufere um deposito para água não inferior a 10 metros cúbicos.

A lotação prevista está distribuída da seguinte forma:

PLATEIA	446 lugares
1º BALCÃO	178 lugares
CAMAROTES	140 lugares
2º BALCÃO	89 lugares
GERAL E FRISAS.....	260 lugares

que prefazem um total de 1 112 lugares.

Os interiores do edificio serão decorados dentro da maior sobriedade, procurando-se no entanto obter dentro da sala de espetáculos, comodidade e boa visibbilidade para os espectadores.

As fachadas são caracterizadas por um delineamento Arquitectónico de sabor actual, procurando-se no entanto, integra-lo dentro do meio ambiente local.

O edificio será construido dentro das boas regras e cumpridos todos os regulamentos em vigor sobre casas de espetáculos, sendo os calculos de Betão Armado entregues a um técnico da especialidade, assim como o plano da electrificação.

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

Documento 2.3.
Dados Sobre Vale de Cambra

Breve esboço histórico. Data da mudança da sede de concelho, suas razões e vantagens.

Épocas de desenvolvimento, suas causas e futuro provavel.

Influencia dos meios de transporte.

Industrias, seu desenvolvimento actual e futuro, sua relação com a agricultura, influencia reciproca em materias primas e mão d'obra. Possivel vantagem de localisar as fabricas numa zona propria.

Obra de Rega dos Campos de Burgãis, suas vantagens e inconvenientes em relação ao desenvolvimento urbano. Modos de os remediar.

População, sua evolução e estado geral sanitario.

A Vila e arredores como estancia de repouso e para tratamento de certas doenças. Cuidados a ter para evitar perigos para a população, influencia do clima, etc.

Feiras na Vila e arredores. Seus locais e datas.

Festas e romarias, seus locais e datas.

Problema habitacional, suas necessidades e modo de as remediar. Promiscuidade com animais. Bairros insalubres ou mal situados. Fabricas indesejaveis na Vila. Bairros para operarios.

Relação dos numeros de nascimentos, casamentos e obitos em cada ano desde o ultimo censo.

Numero de predios urbanos na Vila em cada escalão de rendimento colectavel, variando estes de 100 em 100 escudos.

Relação dos numeros de edificios construidos na Vila em cada dos ultimos 10 anos, indicando o seu destino habitacional, industrial, comercial, agricola, etc.

Rede de estradas e caminhos municipais ou vicinais, existentes ou a construir, seus pontos extremos e extensões.

Nota das receitas ordinarias arrecadas pela Camara em cada dos ultimos 15 anos.

Indicação dos emprestimos contraidos, sua importância e condições, datas de amortisação, e fins a que se destinam.

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

Documento 2.4.
Notificação Respeitante à Empresa Sonora Cambrense

Inspector Chefe do Secretariado Nacional de Informação Cultura Popular e Turismo
LISBOA

De harmonia com o ofício nº 4510 de V. Exª. de 8 de Setembro corrente, junto remeto a V. Exª. o certificado de notificação respeitante à Empresa Sonora Cambrense depois de devidamente assinado.

A BEM DA NAÇÃO

O Chefe de Secretaria

Documento 2.5.
Parecer da Inspecção dos Espetáculos

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO CULTURAL POPULAR E TURISMO
Nº 3.682/S.T.
Inspecção dos Espectáculos
Praça do Comércio
Lisboa, 16 de Outubro de 1947

Exmº, Snr. Delegado do Concelho

Presidente da Câmara Municipal de

VALE DE CAMBRA

Para conhecimento do interessado, abaixo transcrevo a informação prestada a esta Inpecção pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, relativamente ao projecto do Cinema que a Empresa Sonora Cambrense, Ldª. pretende construir nessa localidade, aguardando-se, para efeito de estudo, pelo Conselho Técnico a indispensável alteração a introduzir no projecto apresentado, dando satisfação ao que é exigido pela referida Direcção Geral:

"*Júlio José de Brito, Arquitecto*
José Beça de Castro Portugal, Engenheiro Civil (F.T.U.P.)
Jardim do Candal, Gaia, Telefone 3404
V/ referência 2932 - M/ referência V.C.-25
Gaia 19 de Agosto de 1947
Exmº. Snr. Director Geral dos Serviços de Urbanização
Lisboa

Em resposta ao ofício de V. Exª. De 6, temos o gosto de prestar a V. Exª. A seguinte informação sôbre a construção de um cinema em Vale de Cambra.

A situação do Cinema na Vila não se pode deduzir do projecto, pois em nenhum dos desenhos está indicada a orientação N.S. nem na planta topográfica se pode

ver a distância ao extremo da Avenida.

Tivemos porisso de solicitar essa informação à Câmara Municipal, que nos informou que a construção se faria em terreno adquirido do lado poente da Avenida, a certa distância do seu início.

Segundo a informação do Sr. Vice-Presidente da Câmara em exercício, "o projecto não se acha cativo do Plano de Urbanização, não prejudicando, portanto, quaisquer arruamentos a projectar. Qualquer rua que se venha a abrir naquêle sítio, não é prejudicada pela construção do referido Cinema".

Cêrca de dois mêses antes da data desta informação, enviaremos ao Sr. Vice-Presidente uma exposição justificativa dum esboço de urbanização da vila, em que indicávamos como locais mais próprios para a construção de um Cinema um dos lados da nova Praça Municipal. Dos outros lados desta Praça ficariam os novos Paços do Concelho, Os Correios, a Caixa Geral dos Depósitos, o Grémio da Lavoura e a Casa do Povo, ou então num dos cantos do parque projectado a Lesta da Avenida e em que o edifício ficaria a formar o fecho da perspectiva dumas das ruas transversais da Avenida.

Em qualquer dessas situações, as ruas alargadas para duas faixas de rolamento com grande largura, dariam amplo espaço espaço para a circulação e estacionamento de veículos, sem prejuízo da circulação normal.

O Caminho existente nas traseiras do edifício projectado, é tortuoso, estreito e acidentado, não é utilizável por automóveis, nem no Plano de Urbanização se considera a sua conservação.

Não há na Avenida nenhum edifício de grandeza comparável ao projectado, que será certamente dos maiores e mais altos a construir na Vila, e portanto parece que conviria dar-lhe uma posição de destaque no lado de uma Praça ou no fecho da perspectiva duma rua, de modo a poder ser apreciado de uma distância conveniente, o que na Avenida não sucede.

Por outro lado não serão certamente muitos os edifícios de interesse público, de grande volume a construir em Vale de Cambra e porisso seria bom reservá-los para a constituição das Praças a estabelecer na Vila.

Sôbre a localização proposta no projecto há na informação do Sr. Vice-Presidente um lapso, quando diz que qualquer rua que se venha a abrir no local não é prejudicada pela construção do Cinema. No referido esboço está justamente indicada a abertura de uma transversal à Avenida. Não há inconveniente de maior em deslocar essa rua mais para Norte, de modo que o Cinema ficaria com uma fachada para êle, ficando portanto na esquina dessa Rua e da Avenida.

Do lado oposto ficaria um terreno ajardinado, de modo que o Cinema ficaria isolado dos restantes edifícios da Avenida que são todos mais baixos.

Dêste modo também esta solução será aceitável, mas as que preconizamos serão preferíveis sob o ponto de vista urbanístico e arquitectónico.

É êste o nosso modo de ver sôbre o assunto, que apresentamos a V. Exª. Com a expressão da nossa muita consideração.

A bem da Nação
Assinados, J.B. de Castro Portugal e Júlio José e Brito."

Aproveito a oportunidade para enviar a V. Exª. 2 exemplares do referido projecto, sendo um destinado ao arquivo dessa Delegação Concelhia e o outro à Empresa Sonora Cambrense, Ldª., rogando a remessa a esta Inspecção do respectivo certificado de intimação, devidamente assinado.

A bem da Nação
O Inspector Chefe,
Oscar Freitas

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

3. Processo do Arquivo Municipal — Cinema da Cidade de Vale de Cambra, 1949

Documento 3.1.

Pedido de autorização da Empresa Sonora Cambrense para a construção de uma casa de espetáculos

Exmo. Snr. Inspector Geral da Inspecção Geral dos Espetáculos

A Empresa Sonora Cambrense, Lda. de Vale de Cambra, cujo pacto social, se encontra publicado no Diário do Governo nº48 de 26 de Fevereiro de 1943 e tendo por fim a exploração de uma casa de espetáculos, vem pedir à Exma. Inspecção se digne autorizar a construção de um edifício que se destina a Cinema.

Junto enviamos em triplicado um projecto, Memória descritiva e justificativa e Planta Topográfica.

Pede a V. Exª. se digne deferir comforme requere.
Vale de Cambra, 18 de Maio de 1949
Angelo Henriques de Oliveira

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

Documento 3.2.

Memória Descritiva e Justificativa

O projecto em que se refere o requerimento da Empresa Sonora Cambrense, Lad. (Aditamento no projecto registado sob o Nº 325/U). Destina-se à construção de um Cinema a levar a efeito em Vale de Cambra. O Edifício será construído em local central e à margem de uma Avenida de 20 metros de largo aproximadamente. Como desejássemos uma lotação aproximada de 1 000 lugares, formos obrigados a criar um balcão talvez de medidas um pouco exageradas visto não podermos instalar na plateia mais de 420 lugares. O edifico é constituído por 4 pavimentos, nos quais as diferentes instalações estão assim distribuídas:

Primeiro pavimento: sub-palco com arrecadações e serviços sanitários para o pessoal técnico, um hall de entrada sem porteiro, e serviços sanitários para homens (espectadores). Do hall da entrada parte uma escada que dá acesso a um foyer, camarins e a uma torre miradouro.

Segundo pavimento: vestíbulo de entrada, com respectivas Bilheteiras, escritório, vestiário, hall com escadas de acesso ao pavimento superior, plateia, galerias ladeando estas, sala de estar para senhoras, e respectivos serviços sanitários. No topo de uma das galerias (direita) parte uma escada que dá acesso aos sanitários para homens instalados no pavimento inferior. No topo desta mesma galeria ficará instalado um pequeno Bar, espaço para orquestra separada da plateia por uma divisória fixa e resistente de altura não inferior a 1 metro. Segue-se o palco a uma altura conveniente onde serão instaladas as cabines para o electricista, bombeiro, e arrecadações. Ao nível do palco fica um Foyer para os artistas. Todas estas

dependências comunicam com o palco por portas em chapa de ferro.

Terceiro pavimento: Hall, (salão de festas) com bar, arrumações, sala de estar para Senhoras e respectivos sanitários, m serviços sanitários homens.

Quarto pavimento: cabines de projecção, bombeiro/a, enrolamento, salas de estar e camarins. De camarins foram delicadamente localizados e apetrechados com os respectivos lavatórios. Foi previsto um depósito para 10 m^3 de água sobre a cabine de bombeiro (no palco). A lotação prevista está distribuída da seguinte maneira: Plateia 520 lugares, balcão 472, que perfazem um total de 992 lugares. Os interiores do edifício serão decorados dentro da maior sobriedade, procurando-se no entanto obter dentro da sala de Espetáculos boa comodidade e boa visibilidade para o espectador. As fachadas são caracterizadas por uma ficção Arquitectónica de saber actual, em que alternam superfícies rebocadas com outras rutiladas, com grandes zonas envidraçadas, que dão a edeia clara do que se passa no interior do edifício. O edifício será construído dentro das boas régras da construção e cumpridos todos os regulamentos em vigôr sobre casas de espetáculos.

A Empresa deverá incumbir Técnicos especialisados e competentes para a elaboração dos cálculos de estabilidade, equêma de electrificação e rede de esgotos.

Porto, 18 de Maio de 1949

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

Documento 3.3.

Parecer da Inspecção dos Espetáculos

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO CULTURAL POPULAR E TURISMO
Nº 4510/S.T.
Inspecção dos Espetáculos
Lisboa, 8 de Setembro de 1949

Exmº. Snr. Delegado da Inspecção dos Espectáculos
Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de
VALE DE CAMBRA

A fim de fazer parte do arquivo dessa Delegação Concelhia, junto remeto a V. Exª. Cópia do parecer do Conselho Técnico desta Inspecção, bem como o duplicado do projecto respeitante ao "CINE-TEATRO", que a Empresa Sonora Cambrense, Limitada, pretende construir em Vale de Cambra.

Aproveito a oportunidade para rogar a V. Exªa. Se digne mandar entregar ao interessado o triplicado que junto, enviando seguidamente a esta Inspecção o certificado de notificação, devidamente assinado.

A Bem da Nação
O Inspector Chefe,
Oscar de Freitas

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO, CULTURAL POPULAR E TURISMO
INSPECÇÃO DOS ESPETÁCULOS

PARECER

Tendo sido presente ao Conselho Técnico desta Inspecção, em sua sessão de 3 de Junho de 1949, o processo registado no livro respectivo so o nº 2958 (1º aditamento), respeitante ao "CINE-TEATRO" que a Empresa Sonora Cambrense, Limitada, pretende construir em Vale de Cambra, foi o mesmo conselho de parecer que o projecto seja aprovado, devendo na execução da construção observar-se as seguintes disposições, que deverão constar de novo aditamento a enviar a esta Inspecção:

1ª — Dar um novo arrumo ao conjunto das cabines de projecção e enrolamento e pôsto do bombeiro por forma que fiquem constituindo compartimentos com acessos independentes;

2ª — A cabine de projecção será construída com materiais inteiramente incombustíveis e servida por um único vão fechado por porta de ferro, a abrir para fôra. No teto desta cabine existirá uma chaminé com 0,25m^2. de secção, construída em material incombustível e resistente ao fôgo, devendo passar, em toda a sua extensão, afastada pelo menos, 0,30 m. de qualquer peça de madeira, sobressair 0,5 m. a cobertura e sê protegida, inferiormente, por dupla rêde metálica de malha muito fina (32 manhas por cm^2.), amovível, para efeitos de limpesa. Por cada máquina existirão duas vigias na parede divisória da sala, obturáveis por cortinas metálicas, um destinada à Projecção e outra ao proteccionista. A manobra destas cortinas será feita mecânicamente, pela manobra do inversôr ou, manualmente, por dispositivo colocado no pôsto do bombeiro sentinela às cabines. Na cabine de projecção existirá um cofre de ferro, amovível e compartimentado para guarda das fitas, o qual se conservará sempre fechada;

3º — A cabine de enrolamento será, igualmente, construída em materiais inteiramente incombustível, servida por um único vão fechado por porta de ferro, a abrir para fóra, não deverá ter qualquer vigia para a sala e nela deverá existir, apenas, uma bancada incombustível para a enroladeira, um cofre fixo, incombustível e compartimentado para as fitas de um armário de ferro para os retalhos de fitas e colas de reparação;

4ª — Transformar a forma fabril que oferece o depósito de águas dando-lhe um aspecto arquitectónico, que condiga com o traço geral do edifício;

5ª — Dar um traçado curvilíneo às filas de assentos da plateia, a fim de permitir melhores condições de visibilidade e comodidade;

6ª — No pôsto do bombeiro junto à cabine de projecção, deverá existir:

- 1 extintor de espuma de 10 litros de capacidade,

- 1 pombinha de sala de 15 litros de capacidade;

- 2 pistolas extintores de pó;

- 3 lanternas eléctricas portáteis;

7ª — colocar porta de ferro, a abrir para fôra, em todos os vãos de acesso ao palco;

8ª — Dotar o urdimento de escada de acesso construída em material incombustível;

9ª — Dotar as instalações com um depósito de água privativo do serviço de incêndios, com a capacidade mínima de 10 m^3., cujo fundo ficará, pelo menos, 6,00 m. acima da bôca de incêndio instalada no ponto mais alto. Êste depósito será dotado de escala hidramática facilmente visível do exterior e de escadas de acesso fácil;

10ª — Deverão ser instaladas as seguintes bôcas de incêndio:
a) - Exteriores, de 50 mm. de calibre, ligadas à rêde local de abastecimento de águas;
b) - Interiores, de 50 mm. de calibre, ligadas à rêde local de abastecimento de águas e ao depósito e guarnecidas, cada, com um lança de 20 metros de mangueira, agulheta e chave de cruzeta;

Ao nível da plateia:
- 1 no hall de entrada; - 1 no palco, junto ªa casa da guarda dos bombeiros;

Ao nível do balcão:
- 1 no hall; - 1 junto à escada de acesso aos camarins.

Ao nível da cabine de projecção:
- 1 junto ao posto do bombeiro; - 1 no urdimento; - 1 na escada de acesso aos camarins;

11ª — Apresentar desenhos correspondentes às condições 1ª e 4ª e bem assim os que se referem à distribuição de águas e de esgotos.

Lisboa, 3 de Junho de 1949.
O Conselho Técnico,
Oscar Netto de Freitas
Antonio Emidio Abrantes
Luiz Ribeiro Viana
Luiz Benavente
Antonio Figeira Rêgo
Anibal Mariz Fernandes

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

4. Processo do Arquivo Municipal — Cinema da Cidade de Vale de Cambra, 1966

Documento 4.1.

Memória Descritiva e Justificativa
Arranjo Envolvente do Cinema em Vale de Cambra

Carlos Ferreira Pimentel
Engenheiro Civil (U.P.)
Viseu — Telef. 23311

Pretende uma sociedade construir em Vale de Cambra uma casa de espetáculos aproximadamente no local que para o efeito foi destinado no anterior anteplano, embora em terreno de mais reduzida área. Parece contudo que não será fácil conseguir mais área de terreno.

Tentamos por isso resolver o problema que nos foi posto e ao mesmo tempo estudar a área envolvente.

No primitivo estudo o edifício do cinema é inteiramente circundado por armamentos, prática que se me afigura desnecessária e até inconveniente por antieconómica.

A margem da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra as construções dominantes distribuem-se em ordem continua e destinam o rés-do-chão a estabelecimentos comerciais.

Porque se afigura esta orientação a que deve seguir-se assim se mantém.

A casa já existente a sul do local para cinema — uma moradia — foge à regra geral quer quanto ao tipo quer no que respeita a alinhamento.

Com vista a manter o equilíbrio prevê-se que o edifício do cinema continua a transição das construções ao mesmo tempo que marginando o novo arruamento tenha por ele acesso.

As duas ruas a construir estão já esboçadas, especialmente a que se desenvolve na direcção Norte-Sul onde já existem algumas construções com acessos por um pequeno caminho existente.

Na parte posterior do cinema admitiu-se a construção de um pequeno parque de estacionamento que também se fará ao longo da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra por corte adequado na placa central.

O passeio da rua a construir com a direcção Nascente-Poente tem maior largura do lado do cinema para atender à aglomeração de peões especialmente na saída de espetáculos.

Foi revisto o perfil transversal da Avenida permitindo um estacionamento central e mantendo embora em condições que não são as ideais os castanheiros da India existentes. Por outro lado ampliou-se o passeio junto às construções deixando para faixa de rodagem o equivalente a duas faixas de 3,00 m. Embora este valor

tivesse vantagem em ser aumentado para um total de pelo menos 6,5m a verdade é que tal não é possível.

Viseu, 10 de Outubro de 1965

O urbanista

Carlos Ferreira Pimentel

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra, esta memória descritiva é acompanhada por dois desenhos que se encontram junto do índice de imagens. Nestes desenhos são expõem-se a planta e o respectivo corte da faixa de rodagem imediatamente a seguir ao local de construção do cinema e, o segundo desenho entitulado de Urbanização de Vale de Cambra: Arranjo envolvente do cinema, expõe-se uma planta de implantação do cinema contextualizada com os edifícios já existentes naquela avenida e os que estão presentes no plano de urbanização.

Documento 4.2.
Informações sobre os alinhamentos do novo edificio

Exmº. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Vale de Cambra

Assunto: Construção do novo cinema

Referindo-me ao ofício 776, de 21.3.66, dessa Câmara Municipal informo V. Exª. de que, após apreciação da perspectiva do cinema e ainda de ter trocado impressões com o requerente e o autor do projecto que me mostrou algumas das peças do projecto, me pareceu inteiramente aceitável o projecto apresentado.

Mantendo a orientação já noutras oportunidades definidas julgo que o alinhamento deve ser contado nos pilares e não nos topos das vigas aparentes junto à cornija ou na pala, que são elementos de composição das fachadas. Sobre o assunto dirijo à Repartição de Estudos de Urbanização o oficio de que junto cópia.

Apresento a V. Exª. Os meus melhores cumprimentos.

Viseu, 30 de Março de 1966
O Eng.º Urbanista
Carlos Ferreira Pimentel

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

Documento 4.3.
Alinhamento de edifícios em Vale de Cambra — Construção de um Cinema

Exmº. Senhor
Chefe de Repartição de Estudos de urbanização
LISBOA

Assunto: Alinhamento de edifícios em Vale de Cambra — Construção de um Cinema

A propósito da construção de um Cinema levanta-se mais uma vez o problema do alinhamento dos edifícios à margem da Avenida principal de Vale de Cambra que é simultaneamente Estrada Nacional. Na verdade, estamos em presença de uma solução que se me afigura inconveniente e simultaneamente injusta.

Refiro-me à decisão de fazer alinhar os edifícios não pela fachada ao nível do R/C mas pelo elemento mais saliente, ainda que este seja uma varanda ao nível do 2º andar ou outros — no caso presente os topos de vigas aparentes das fachadas.

Afigure-se como digo inconveniente pois ou seremos levados a fachadas em qualquer elemento saliente ou no R/C o alinhamento deixará de ser corrido, o que me parece, além de inestético, prejudicial.

Julgo que o problema seria resolvido desde que o alinhamento fosse definido pela parte mais saliente da fachada e por outro lado fossem proibidas varandas com uma largura, além da fachada, superior a 2/3 da largura do passeio e a altura se referiu também o oficio nº 88, de 7.1.966, de V. Exª. (proc. U-325-A-96).

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª. Os meus melhores cumprimentos.

Viseu, 30 de Março de 1966
Carlos Ferreira Pimentel

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

Documento 4.4.
Pedido de apreciação do projecto

Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra

A EMPRESA SONORA CAMBRENSE, LDª. com sede nesta Vila, pretendendo mandar construir um cinema, na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, vem submeter à apreciação o respectivo projecto, solicitando de V. Exª, no caso deste ser aprovado pela Exmª. Câmara, lhe seja passada certidão comprovativa dessa aprovação provisória do projecto, para que este possa ser submetido à apreciação da Inspecção dos Espectáculos, conforme determina o 3º do Art. 7º do Decreto-lei 42.600 de vinte de Novembro de mil novecentos cinquenta e nove.

Pede Deferimento

Vale de Cambra, 2 de Abril de 1966
O requerente
Manuel Henriques Tavares Bastos

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

Documento 4.5.
Plano Parcial de Urbanizaçao de Vale de Cambra

Ministério das Obras Públicas
Direcção Geral dos Serviços de Urbanização
Direcção de Urbanização de Aveiro

Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra
26 de Abril de 1966

Assunto: Plano Parcial de Urbanização de Vale de Cambra

Para conhecimento e devidos efeitos, junto remeto a V. Exª. Uma cópia da informação nº 37/66, de 18/3/66, desta Direcção, com a transcrição dos despachos na mesma exarados.

Apresento a V.Exª. os meus cumprimentos.

A Bem da Nação
O Engenheiro Director
A.M. da Cunha Amaral

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

Documento 4.6.

Parecer do Plano Parcial de Urbanização

Ministério das Obras Públicas
Direcção Geral dos Serviços de Urbanização
Informação nº 37/66
Processo nº U/325
Designação da obra: Plano Parcial de Urbanização de Vale de Cambra
Concelho Vale de Cambra
Distrito de Aveiro

Assunto: A que se refere o oficio nº 87, de 12-1-966 da Câmara Municipal de Vale de Cambra, que a seguir se transcreve, e remetia o projecto em epígrafe, de que se envia o duplicado para efeitos de aprovação.

OFICIO Nº 87:

"Permita-me V. Exª. que lhe remeta, inclusas, a memória descritiva e justificativa do arranjo urbanístico envolvente do novo cinema de Vale de Cambra bem como o respectivo plano parcial de urbanização da autoria do urbanista desta Câmara, o Exmº. Sr. Engº. Carlos Ferreira Pimentel, com o pedido de o remeter à entidade competente para aprovação. Remeto, também, a V. Exª. certidões das actas desta Câmara e do Concelho Municipal que aprovaram o referido plano"

Enviado o assunto à 2ª. Zona de Urbanização, de Coimbra a mesma prestou o seguinte parecer:

"O estudo em causa integra-se perfeitamente no Ante-plano de urbanização e mereceu parecer favorável da Câmara Municipal julgando-se, por isso, em condições de ser aprovado."

Direcção de Urbanização de Aveiro, 18 de Março de 1966

Á consideração do Ex.mo Engenheiro Director-Geral:

Em face da informação da 2ª Zona julgo de aprovar o arranjo envolvente do Cinema

13-4-66
a) Alfredo Fernandes
Concordo
a) A. Macedo dos Santos
14-4-66

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

Documento 4.7.
Termo de responsabilidade

Cesár Máximo, engenheiro cicil, residente no Porto na Rua Correia de Sá 299, declaro, para todos os efeitos dalegislação em vigor, _____ a responsabilidade _____ pela proposta de arquitectura e estrutura _____ a _____ que a Empresa Sonora Cambrense, Ldª. com sede em Vale de Cambra, pretende construir de acordo com o respectivo projecto na Av. Combatentes da Grande Guerra, em Vale de Cambra, E.N. 328 — KM 0,370.

Vale de Cambra, 28 Maio 1966

Cesár Máximo

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

Documento 4.8.
Análise do novo arruamento

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
VALE DE CAMBRA

Assunto: perfil transversal da rua lateral ao cinema (rua nº4)

Respondendo ao oficio nº 2298, de 7 do corrente, de V. Ex.ª confirmo a minha opinião dada no local no passado dia 20 e que em desenho pode expressar-se no seguinte:

Perfil transversal total — mínimo de 12 m. (_____ que com o proprietário do terreno se admitiu aquela medida.

Passeio do lado contrário ao cinema — largura _____ ao passeio da Avenida conforme o meu estudo da envolvência do cinema (2m.)

Faixa de rodagem — 7m. (duas faixas de rodagem e o estacionamento)

Passeio do lado do cinema — 3m.

Apresento a V. Exª. os melhores cumprimentos.

22 de Outubro de 1955
Carlos Ferreira Pimentel

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

Documento 4.9.
Requerimento para a licença de construção

Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra

A EMPRESA SONORA CAMBRENSE, LIMITADA, com sede nesta Vila, vem muito respeitosamente requerer á Exma Camara que se digne insenta-la de licença camarária de construção da sua casa de espetáculos, solução que a premente justiça impõe pelos seguintes fundamentos:

A) — A instalação a iniciar é de manifesto interesse público, satisfazendo velhos e justificados anseios dos cambrones ávidos do engrandecimento do seu rincão, bem podendo, adequadamente, cotar-se como a mais importante, útil e progressiva iniciativa particular havida até presente em Vale de Cambra;

B) — Como é do conhecimento geral, tal edificação só é possível pelos sentimentos de elevado bairrismo, desvelado amor à terra natal, obsessão pelo seu desenvolvimento tanto no aspecto material como educacional e cultural, que profundamente professa um dos sócios da requerente, e , jamais, pelo intuito de um emprego compensador de capital, já que, nesta faceta, o prognostico comum e certo é de que da aplicação não advirá qualquer rendatibilidade mas tão sòmente prejuizos;

C) — Obras da natureza da que se vai encetar necessitam do carinhoso apoio dos poderes públicos em ordem a incrementar e entusiasmar iniciativas similares.

Em face do explanado e considerando que a ilustre Camara Municipal, cuja Presidência V.Exa. superiormente desempenha, não pode ficar insensível à opressiva força emanante da justa pretensão da requerente, tanto mais que a lei não a afasta, antes a protege.

Constantemente se espera o deferimento do requerido e consequente isenção do pagamento da licença de construção.

Pede deferimento

Vale de Cambra, 15 de Novembro de 1966
O gerente
Manuel Henriques Tavares Bastos

Deliberado ficar para estudo
Acta de 16/4/66

Estudado o problema, entendo que não pode ser deferido por ilegal — sem prejuízo das compreensíveis razões de bairrismo por nós próprios sentimos e acarinhamos.
Sofre à próx.ª reunião
14-XII-66

Indeferido
Acta de 21/12/66

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

Documento 4.10.
Requerimento para que seja feito o saneamento

Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra

A EMPRESA SONORA CAMBRENSE, LIMITADA, com sede nesta vila, vem muito respeitosamente requerer á Exma. Camara que se digne pronunciar-se sobre o seguinte assunto:

A requerente prepara-se para iniciar a construção da sua casa de espetáculos, na Avenida Camilo de Matos, ficando o futuro edifício a confrontar do lado sul com a projectada Rua nº 4 e do lado poente com a Rua das Flores, cujo alargamento, rectificação, melhoramentos de piso, electrificação, etc., também já estão previstos.

Tanto a abertura daquela Rua como o melhoramento desta constam do respectivo plano de urbanisção, tendo a execução do projectado merecido a padreação do Conselho Municipal, tudo se conjugando para que, em breve, seja uma realidade palpável.

Desta maneira, ao levarem-se a cabo as referidas obras, tudo indica que se impõe que seja feito o necessário saneamento, para cuja instalação já existe plano, em face dos seguintes argumentos decisivos e irreversíveis: a) — A razoabilidade coage a que, desde já, ao fazerem-se as focadas obras, se coloque o adequado saneamento pois, como é claro e dispensa comentários, seria medida anti-económica, desvantajosa e prejudicial, que a isso se procedesse mais tarde; —b)— Tal medida não é dispendiosa e a sua efetivação é exigida pelo franco progresso da Vila e é um imperioso dever da ilustre da sanidade pública, já que: A fossa asséptica não é solução conveniente não só em face do pequeno espaço de terreno disponível para a sua localização como ainda pela própria natureza do solo, demasiado impermeável, o que além de poder ocasionar a inquinação das águas dos poços aí existentes ainda produz maus cheiros; Os moradores no local têm justamente reclamado dos deficientes esgotos de construções feitas recentemente, não sendo legitimo assacar-se culpa aos proprietários dado que o único remedio capaz é o saneamento público.

Em face do explicitado e perante o poder determinante dos argumentos aduzidos espera-se que a ilustre Camara delibere urgentemente no sentido de dispensar a construção da fossa asséptica, e de, com brevidade, tomar as providências adequadas em ordem á instalação do necessário saneamento.

Pede deferimento,

Vale de Cambra, 15 de Novembro de 1966
O gerente
Manuel Henriques Tavares Bastos

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

Documento 4.11.

Requerimento para a licença de um ano para a construção do cinema

Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra

A EMPRESA SONORA CAMBRENSE, LIMITADA, vem, muito respeitosamente, requerer a V.Exa se digne conceder-lhe licença, pelo prazo de 365 dias, para construir um edifício destinado a "cone-variedades", sito na Avenida Camilo Tavares de Matos, conforme cálculos e projecto já em poder dessa Camara, composto de cave, plateia-tribuna-vestibulo e salão corredor, com as surperficios cobertas de 910 m2, 910 m2 e 340 m2, respectivamente.

Pede deferimento
Vale de Cambra, 13 de Fevereiro de 1967
O Gerente
Manuel Henriques Tavares Bastos

Deferido com a condição de apresentar a necessária licença da Direcção de Estradas de Aveiro.
Acta de 22/2/67

Apresentou a Licença da Direcção de estradas de Aveiro nº362, Registo nº 3 13/3/67, 1-4-67

In Arquivo Municipal de Vale de Cambra

Documento 4.12.

Licença da Direcção de Estradas de Aveiro

S.R.
JUNTA AUTÓNOMA DE ESTRADAS
DIRECÇÃO DE ESTRADAS DO DISTRITO DE AVEIRO

Exmº. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
VALE DE CAMBRA

Sua referência
665

Sua comunicação de
7-3-967

Nossa referência
1092

P.M. de Pombal — Aveiro-Portugal
11.MAR.967

LICENÇAS

CONSTRUÇÃO DO NOVO CINEMA DE VALE DE CAMBRA SITUADO Á MARGEM DA E.N. 328 KM. 0,370

Repostando-me ao oficio acima referenciado e devolvendo uma "Memória Descritiva e Justificativa", uma planta relativa ao "Arranjo envolvente do cinema", bem como o oficio nº 1462 de 26-4-966 da Direcção de Urbanização de Aveiro

e cópia da informação nº 37/66 de 18-3-66 da Direcção Geral de Urbanização sobre o "Plano Parcial de Urbanização de Vale de Cambra", documentos estes que formam o processo recebido nesta Direcção de Estradas, venho informar V.Exª. do seguinte:

Em face das disposições do Estatuto das Estradas Nacionais, esta Direcção de Estradas apenas pede deferir o pedido de licenciamento se a localização do edifício satisfizer aos alinhamentos fixados pelo Artº 104º, ou obedecer ao alinhamento aprovador por despacho ministerial conforme é determinado pela alínea b) do 1º referido artigo.

Da informação prestada pelos Serviços de Urbanização, a que V. Exª. fez referência, não consta o despacho ministerial e por isso esta Direcção de estradas vai submeter o caso vertente á apreciação superior a fim de serem autorizados os alinhamentos propostos, diligenciando-se contudo, no sentido de ser imprimida a maior urgência na sua resolução.

Agradeço e retribuo a V.Exª. os cumprimentos da melhor consideração.

A Bem da Nação

O Engenheiro Director,
J.B. Ferreira Soares

5. IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.1.

Notificação de licença caducada

Ministro da Cultura
Inspecção-Geral das Actividades Culturais

Exmo. Senhor
Delegado da Inspecção - Geral das Actividades Culturais
Câmara Municipal de Vale de Cambra
3730 Vale de Cambra

Nossa Referência
IGAC / DRE / 97.05.05

Procº
01.19.01

Assunto: Cinema de Vale de Cambra, Sito na Avenida de Camilo de Matos, em Vale de Cambra

Tendo-se verificado que a licença de recinto nº 5408 atribuída ao recinto acima identificado se encontra caducada desde 92.03.15, solicitamos a V. Exª. Se digne informar os interessados que, face ao disposto artº. 6º. Do Decreto-Lei 315/95, de 28 de Novembro, não pode o mesmo funcionar sem que a respectiva licença seja renovada.

Esta renovação, nos termos do nº2 do art.º 12º do já referido Decreto-Lei, deve ser requerida pelo interessado (impresso mod. 70) e visa a verificação das actuais condições de segurança do recinto, através da realização de vistoria (pela vistoria é devida a taxa fixada na Portaria 510/96, de 25 de Setembro).

Caso o recinto se encontre inactivo esse facto deve ser comunicado aos Serviços, indicando o período de inactividade.

Com os melhores cumprimentos.
O Inspector Geral

———

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.2.

Regulação da situação do cinema

Câmara Municipal de Vale de Cambra

Exmo. Senhor
Inspector Geral das Actividades Culturais
Palácio da Foz — Praça Restauradores
1250 Lisboa

Nossa referência
4090

Data
1997.05.09

Assunto: cinema de Vale de Cambra

Acuso a recepção no V/oficio nº 00944 de 05.05.97.

Informo V. Ex.ª que, para os devidos efeitos, foi notificado através do oficio nº 4088 de 09.05.97 desta delegação, o proprietário do cinema, senhor José Fernandes de Almeida, para dar cumprimento ao exposto no referido oficio da Inspecção-Geral das Actividades Culturais.

Com os melhores cumprimentos.
O Delegado de Espetáculos,
Jorge Martins

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.3.

Envio da Licença de Recinto

Exmo. Senhor
Delegado da Inspecção - Geral das Actividades Culturais
Câmara Municipal de Vale de Cambra
3730 Vale de Cambra

6054 / DAT. / 01.19.0001

04/10/90

Cinema de Vale de Cambra, sito na Avenida de Camilo de Matos, em Vale de Cambra.

Para que seja entregue ao interessado, junto envio a V. Exª. a Licença de Recinto nº 5 408 de 22/AGO/70 bem como o triplicado do auto de vistoria.
Para arquivo dessa Delegação, junto se remete também o duplicado do auto acima referido e respectiva ficha.
A estes Serviços deverá ser indicada a Dara de entrega da referida licença.

Com os melhores cumprimentos.
O Inspector Geral

———

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.4.

Auto de Vistoria ao Cinema

Município de Vale de Cambra
Câmara Municipal
Secretaria

Auto de Vistoria

Pelas catorze horas e trinta minutos do dia 15 de Março do ano de mil novecentos e oitenta e nove na Avenida Camilo Tavares de Matos, freguesia de Vilã Chã, do Concelho de Vale de Cambra, compareceu a Comissão a que se refere o & 2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 42 660, de 20/11/59, composta pelos Senhores António de Bastos, Chefe de Repartição deste Concelho de Vale de Cambra e Delegado de Espetáculos; Horácio Augusto Lima de Figueiredo, Engenheiro Técnico Civil desta Câmara e o sub-comandante dos Bombeiros Voluntários deste concelho Senhor Virgilio Nabais da Cunha, a fim de proceder à vistoria a que se refere o artº 18º do Dec-Lei nº 42661, ao Cinema de Vale de Cambra, para efeitos de verificação

das actuais condições de segurança, a qual foi ordenada pela Direcção Geral dos Espetáculos através de telex nº 25//DGEDA datado de 89.03.01, tendo-se verificado que as condições gerais de segurança do referido recinto se encontram de harmonia com o projecto aprovado em 14 de Julho de 1966, sendo essas mesmas condições muito boas mesmo durante a realização de espetáculos.

A lotação continua a ser a mesma, descriminada do seguinte modo: quinhentos e sessenta e seis lugares de primeira plateia, duzentos e doze lugares de balcão e vinte e cinco lugares de camarotes. Encontram-se dois lugares reservados a entidades oficiais de harmonia com o artº. 41º e 43º, do dec-lei nº 42 660. Nada mais havendo a tratar, a Comissão deu os seus trabalhos por concluídos, assinando os seus membros o presente auto de vistoria.

Delegado de Espetáculos,
António Bastos

Engº Técnico Civil
Horácio Augusto Lima

Sub-Comandante dos B.V.
Virgilio Nabais da Cunha

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.5.
Telex com pedido de vistoria ao cinema

Para os efeitos contidos no nº 3 do Art. 8. Do Decreto-Lei 456/85, de 29 de Outubro, solicitamos a Vexa. Se digne convocar a Comissão de Vistorias a que se refere o par.2 do art. 13 dos recintos abaixo indicados, dado estarem sem validade as respectivas licenças de recinto.

A comissão, além de verificar a conformidade das instalações com o projecto aprovado, que deverá fazer constar do auto, será ainda:

A) Indicar as condições gerais de Segurança do recinto,
B) Rever a lotação total do recinto, se caso disso.
C) confirmar a marcação dos lugares reservados para as autoridades, quando caso disso.

A importância devida por remuneração aos peritos, será a fixada nos termos da tabela 8. Anexa ao Decreto-Lei 456/85, e será para conforme o disposto no decreto regulamentar 51/80, de 26 de Setembro.

O auto de vistoria deverá ser remetido a estes serviços em triplicados acompanhado do original da Licença de Recinto, para efeitos da sua revalidação.

Referem-se, seguidamente, os recintos em causa:

1 — 01.19-0001 — Cinema de Vale de Cambra — Lic. Rec. N. 5402.
2 — 01.19-0004 — Salão de Jogos Desp. Café Aroucambrense — Rua Domingos Brandão — Lic. Rec. N. 8421.
3 — 01.19-0007 — Salão de Festas Preval — Rua Manuel Soares Pinheiro Manso — Lic. Rec. N. 3460.

4 — 01.19-0009 — Discoteca Josane — Pinheiro Manso — Castelões — Lic. Rec. N. 9858.

5 — 01.19-0010 — Discoteca Bilboos — Salgueirinhos — Macieira de Cambra — Lic. Rec. N. 9914.

6 — 01.19-0014 — Sala p/ Divertimentos eléctricos e Manuais — A. Infante D. Henrique, 23 — Lic. Rec. N. 10618.

7 — 01.19-0015 — Discoteca Bar Blitz — Rua Vale do Caima, Cave — Lic. Rec. N. 11368.

Com os cumprimentos,
Director-Geral dos Espectáculos.

Data
89/03/01

Hora
10:55

TX
23839?

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.6.

Aviso de recepção da Licença de Recinto e Auto de Vistoria

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Senhor
Inspector Geral das Actividades Culturais
Palácio da Foz — Praça Restauradores
1250 Lisboa

Sua referência
5998/DAT-01.19.001

Nossa referência
1744

Data
11/09/86

Assunto: Cinema de Vale de Cambra

Em cumprimento do oficio de V. Exª. Acima mencionado, cumpre-se informar que foi hoje entregue à Empresa "CINEMA DE VALE DE CAMBRA", sita na Avdª Camilo de Matos, em Vale de Cambra, a Licença de Recinto nº 5408 de 22 de Agosto/70., bem como o triplicado do respectivo Auto de Vistoria.

Com os melhores cumprimentos,
A Delegada dos Espetáculos,

———————

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.7.

Notificação de licença caducada

Ministro da Cultura
Inspecção-Geral das Actividades Culturais

Exmo. Senhor
Delegado da Inspecção - Geral das Actividades Culturais
Câmara Municipal de Vale de Cambra
3730 Vale de Cambra

Sua Comunicação de
5998 / DAT. 01.19.0001

Data
05/09/86

Assunto: Cinema de Vale de Cambra, Sito na Avª. De Camilo De Matos, em Vale de Cambra.

Para que seja entregue ao interessado, junto envio a V. Exa. A Licença de Recinto nº 5408 de 22.Ago.70 bem como o triplicado do auto de vistoria.

Para arquivo dessa Delegação,m junto se remete também o duplicado do auto acima referido.

A estes Serviços deverá ser indicadas a data de entrega da referida licença.

Com os melhores cumprimentos,
O Director-Geral

———

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.8.

Licença de Recinto Extraviada

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Senhor
Inspector Geral das Actividades Culturais
Palácio da Foz — Praça Restauradores
1250 Lisboa

Nossa referência
1239

Data
16/06/86

Pelo oficio nº463 de 18-02-86, desta Delegação foi enviada a V.Exª. um requerimento da Sociedade de exploração do cinema de Vale de Cambra, Lda, solicitando uma 2ª Via da Licença de Recinto, sucede que, já depois de ter sido efectuada a respectiva vistoria e de já ter sido enviado a essa Direcção o Auto de Vistoria em causa, o responsável do mesmo CINEMA, fez entrega nesta Delegação a Licença de Recinto nº 5 408, que se encontrava extraviada e que junto envio a V. Exª., para os efeitos convenientes.

Com os melhores cumprimentos,

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.9.

Notificação do Envio do Auto de Vistoria

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Senhor
Inspector Geral das Actividades Culturais
Palácio da Foz — Praça Restauradores
1250 Lisboa

Sua referência
1120 DGE/DAT

Sua Comunicação de
27/02/86

Nossa referência
638

Data
6/03/86

Em cumprimento do oficio de V. Exª. Acima mencionado junto envio o Auto de Vistoria, respeitante ao Cinema de Vale de Cambra, depois de efectuada a respectiva vistoria.

Com os melhores cumprimentos,
A Delegada dos Espectáculos

———

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.9.1.

Auto de Vistoria ao Cinema

Município de Vale de Cambra
Câmara Municipal
Secretaria

Auto de Vistoria

Pelas 11 horas do dia 6 de Março de 1986, na Avenida Camilo Tavares de Matos, da Vila e concelho de Vale de Cambra, compareceu a Comissão a que se refere o & 2º do Art.º 13º do Decreto-Lei nº42660 de Novembro de 1959, composta pelos senhores: Regina Gomes Filipe, 2º oficial da Câmara Municipal de Vale de Cambra e Delegada dos Espetáculos neste concelho e Horácio Augusto Lima Figueiredo, Engenheiro Civil da mesma Câmara, bem como o Sub-Comandante dos Bombeiros, snr. Virgilio Nabais da Cunha, a fim de proceder à vistoria a que se refere o Art.º 18º do Decreto-Lei nº 42661 ao CINEMA e VALE DE CAMBRA, para efeitos de verificação das actuais condições de segurança e emissão de segunda via de Licença de Recinto, a qual foi ordenada pela Direcção dos Espetáculos através do oficio mnº1120//

DGE/DAT de 27 de Fevereiro de 1986, tendo-se verificado que as condições gerais de segurança do referido recinto se encontram de harmonia com o projecto aprovado em 14 de Julho de 1966, sendo essas mesmas condições, muito boas, mesmo durante o espetáculo. A lotação continua a ser a mesma, discriminada do seguinte modo: quinhentos e sessenta e seis lugares de 1ª Plateia, duzentos e doze lugares de Balcão e 25 lugares de Camarotes. A marcação dos lugares reservados a entidades oficiais, continuam reservados 2 lugares de harmonia com o artº 41º e 43º do Decreto-Lei nº 42 660. Nada mais havendo a tratar, a Comissão deu os seus trabalhos por concluídos, assinando os seus membros o presente auto de vistoria.

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.10.
Pedido de Vistoria para renovação de Licença de Recinto

Ministro da Cultura
Inspecção-Geral das Actividades Culturais

Exmo. Senhor
Delegado da Inspecção - Geral das Actividades Culturais
Câmara Municipal de Vale de Cambra
3730 Vale de Cambra

Sua Comunicação de
1120 DGE/ DAT. 01.19.0001

Data
27/02/86

Assunto: Cinema de Vale de Cambra // Vale de Cambra.

Em cumprimento do disposto no art.º 18º do Decreto nº 42 661 de 20.11.59, e para que seja efectuada a vistoria ao cinema de Vale de Cambra, sito na Av. Camilo de Matos, para efeitos de verificação das actuais condições de segurança e emissão de segunda via da Licença de Recinto.

Digne-se convocar os seguintes elementos da Comissão a que se refere o & 2º. do art.º 13º do Decreto-Lei nº 42 660, também de 20.11.59, para com V.Exª. como Delegado desta Direcção-Geral procederem à mesma vistoria:

Um Engenheiro Civil ou Engenheiro Técnico
Comandante dos Bombeiros

A vistoria nos termos do art.º 18 do Decreto nº 42 661, além da verificação da conformidade das obras como o projecto aprovado, destina-se ao seguintes fins:

a) Indicar as condições gerais desentrança, nomeadamente durante o espetáculo;
b) Estabelecer a lotação total do recinto discriminada por categoria de lugares;
c) Fazer a marcação dos lugares reservados às entidades oficiais (art.º 41º e 43º do Decreto-Lei nº 42 660) (2lugares).

A importância de Esc. 4.500$00, devida para a remuneração dos peritos deverá ser

paga conforme o disposto no Decreto Regulamentar nº 51/80 de 26 de Setembro.

O auto de vistoria deverá ser remetido a estes Serviços, em triplicado, no prazo de 10 dias.

O interessado deverá entregar nessa Delegação a importância de Esc 100$00 relativa ao selo da licença de recinto.

Com os melhores cumprimentos,
O Director-Geral,

———

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.11.

Pedido de 2ª Via da Licença de Recinto

Exmo. Senhor
Director-Geral dos Espetáculos e do Direito de Autor
Lisboa

A Sociedade de Exploração do Cinema de Vale de Cambra, Ldª., sita nessa Vila de Vale de Cambra, tendo como seu responsável o Snr. António de Bastos Pinho, desta Vila e Concelho de Vale de Cambra, vem muito respeitosamente requerer a V. Exª. se digne conceder-lhe uma 2ª Via da Licença de Recinto, do Cinema de Vale de Cambra, em virtude de a mesma se ter extraviado.

Pede deferimento
Vale de Cambra, 30 de Janeiro de 1986
O requerente,
António Bastos Pinho

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.12.

Pedido de Renovação da Licença de Recinto

Exmo. Senhor
Director-Geral dos Espetáculos e do Direito de Autor
Lisboa

A Sociedade de Exploração do Cinema de Vale de Cambra, Ldª., sita nessa Vila de Vale de Cambra, tendo como seu responsável o Snr. António de Bastos Pinho, desta Vila e Concelho de Vale de Cambra, vem muito respeitosamente requerer a V. Exª. se digne mandar renovar a licença de recinto do Cinema de Vale de cambra.

Não junta a referida Licença de Recinto, em virtude de a mesma se ter extraviado.

Pede deferimento
Vale de Cambra, 30 de Janeiro de 1986
O requerente,
António Bastos Pinho

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.13.

Parecer à necessidade de policiamento

Direcção dos Serviços de Espetáculos
Concelho Técnico

Delib. Nº 6 815
17/11/77

PARECER

Tendo sido presente ao Concelho Técnico da Direcção dos Serviços de Espetáculos, o requerimento da Sociedade de Exploração do Cinema de Vale de Cambra, Limitada, solicitando dispensa do piquete de policiamento (G.N.R.), no cinema de Vale de Cambra, sito na Avenida Camilo de Matos, em Vale de Cambra, o mesmo Concelho, em sessão de 17 de Novembro de 1977, de harmonia com o indicado no oficio nº 4 270 / OP-Procº. C.1.14, de 3//8/777, do Chefe do Estado Maior da Guarda Nacional República, emitiu parecer favorável à dispensa de policiamento, excepto aos Sábados e Domingos à noite.

Direcção dos Serviços de Espetáculos, em 17 de Novembro de 1977.

O Concelho Técnico,
João António Lourenço
Luis Benavente
Carlos Alberto Blanco Morais
Fernando Teixeira Coelho

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.14.

Parecer à necessidade de presença de equipa de bombeiros no recinto

Direcção dos Serviços de Espetáculos

Concelho Técnico

Delib. Nº 5 731
13/02/75

PARECER

Tendo sido presente ao Concelho Técnico da Direcção dos Serviços de Espetáculos, o requerimento da Sociedade de Exploração do Cinema de Vale de Cambra, Limitada, solicitando dispensa do piquete de bombeiros nos espetáculos de cinema que realiza no cinema de Vale de Cambra, sito em Vale de Cambra, o mesmo concelho, em sessão de 13 de Fevereiro de 1975, emitiu o parecer de que é de deferir a pretensão, ficando o recinto sujeito a rondas não remuneradas de graduados da corporação de bombeiros, durante o funcionamento e o maior número de vistorias completas às suas instalações, sem prévio aviso, por forma a garantir o bom estado do material de combate a fogo.

A revista de abertura será efectuada nos termos do Art.º 51º do Decreto nº 42 661, de 20 de Novembro de 1959, pelos electricistas ou proteccionistas da empresa.

Direcção dos Serviços de Espetáculos, em 13 de Fevereiro de 1975.
O Concelho Técnico,
José Ferna des Lebre
Carlos Alberto Blanco de Morais
Luis Benavente
Manuel Fonseca Ferreira Pinto Bastos Carreira

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.15.

Notificação da lotação do recinto

Direcção dos Serviços de Espetáculos
Secção Técnica
Informação à Divisão de Estatísticas

Respeitante a
Vale de Cambra

Para os fins convenientes informa-se que a lotação para cinema e variedades do Cinema de Vale de Cambra, fixada por vistoria de 8-6-1970, é a seguinte:

1ª Plateia	..... 482 lugares
2ª Plateia	..... 84 lugares
Balcão	..... 212 lugares
Camarotes 5 a 5 lug	..... 25 lugares
Total	..... 803 lugares

Foram reservados os seguintes lugares para cinema: balcão fila E números 2, 4 e 6; para variedades: 1ª Plateia, Fila A, números 1,3 e 5.

Secção Técnica da Direcção dos Serviços de Espetáculos, 30 de Maio de 1974.
O Chefe da Secção,

———————

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.16.

Notificação dos lugares reservados às entidades

Câmara Municipal de Vale de Cambra

Secretaria

Exmo. Senhor
Director dos Serviços de Espetáculos
Lisboa

Nossa referência
1044

Data
13/05/1974

Dando cumprimento ao solicitado no oficio de V.Ex.ª nº 3442/DGE/S.T., Arq 50/MA/MM/3, de 6 do corrente, informo que o número e fila dos lugares de 1ª plateia e balcão reservados para as entidades oficiais no cinema de Vale de Cambra, são

os seguintes:

Teatro: 1ª plateia, fila A — nºs 1, 3 e 5;

Cinema: balcão — fila E, nºs 2, 4 e 6.

A bem da Nação,
O Delegado da Inspecção dos Espetáculos,
Dr. Emes Ribeiro Martins

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.17.

Notificação da reserva de lugares às entidades oficiais

Cinema VC
Av. Camilo de Matos — Vale de Cambra

Exmos. Senhores
Direcção dos Serviços de Espetáculos
Rua S. Pedro de Alcântara, 81
Lisboa

Vale de Cambra, 11 de Maio de 1974

Exmº Snr. Director:

Em perfeito acordo e de harmonia com o combinado com o exmº Ser. Delegado da Inspecção dos Espetáculos desta localidade, reservaram-se lugares para as entidades oficiais no Cinema Vale de Cambra, sendo na plateia para o teatro e no balcão para o cinema, tendo sido esta deliberação em 10/7/74, data da inauguração.

Esperamos ter dado satisfação ao pedido do v/oficio nº: 3441/DSE/S.T. de 6 de Maio de 1974.

Com os n/respeitosos cumprimentos,
De V. Sas,
Muito Respeitosamente,
Gerente

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.18.

Pedido de notificação da reserva de lugares às entidades oficiais

Secretaria de Estado da Informação e Turismo
Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos
Direcção dos Serviços de Espetáculos

Lisboa, 6 de Maio de 1974

Of. nº 3442/DSE/S.T.

Ref. Arq 50/MA/MM/3

Exmº Senhor
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Vale de Cambra

Em referência ao oficio nº 902, de 15 de Abril findo, peço a V. Exª para informar o

número e fila de lugares de 1ª plateia e balcão reservados para as entidades oficiais no Cinema de Vale de Cambra respectivamente para espectáculos de teatro e de cinema.

A bem da Nação
O Chefe de Repartição
Dr. José Fernandes Lebre

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.19.

Pedido de notificação da reserva de lugares às entidades oficiais

Secretaria de Estado da Informação e Turismo
Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos
Direcção dos Serviços de Espetáculos

Lisboa, 6 de Maio de 1974

Of. nº 3441/DSE/S.T.

Ref. Arq 50/MA/MM/3

Exmº Senhor
Gerente da Empresa do Cinema de Vale de Cambra

Em virtude da Delegação destes Serviços em Vale de Cambra ter informado que foram reservados lugares para as entidades oficiais no Cinema de Vale de Cambra sendo os mesmos na 1ª plateia para teatro e no balcão para cinema pela V. Exª. Para informar estes Serviços se a referida reserva foi efectuada por iniciativa dessa Empresa ou com a sua concordância.

Legalmente a fixação dos lugares devia ser feita em camarotes.

A bem da Nação
O Chefe de Repartição
Dr. José Fernandes Lebre

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.20.

Pedido de confirmação dos lugares reservados às entidades

Câmara Municipal de Vale de Cambra

Secretaria

Exmo. Senhor
Director dos Serviços de Espetáculos
Lisboa

Nossa referência
902

Data
15/04/1974

Para cumprimento do oficio de V. Ex.ª nº 2654/DSE/ST., Arq 50/MA/FM/3, de 2 do corrente, informo V. Exª que os lugares reservados às entidades oficiais locais

no Cinema de Vale de Cambra, nos termos do Artº 41º do Decreto-Lei nº 42 660, de 20 de Novembro de 1959, não são de camarotes mas sim de primeira plateia no caso de representações teatrais e de balcão no caso de exibição de filmes cinematográficos.

Os lugares marcados pelo gerente do Cinema de Vale de Cambra, foram-no a solitaçaõ das referidas entidades e a nosso inteiro contento.

Se V.Exª desejar, indicar-se-ão os números dos lugares da 1ª plateia de balcão que estão marcados.

Apresento a V. Ex.ª respeitosos cumprimentos.

A bem da Nação,
O Delegado da Inspecção dos Espetáculos,
Dr. Emes Ribeiro Martins.

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.21.
Pedido de notificação da reserva de lugares às entidades oficiais

Secretaria de Estado da Informação e Turismo
Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos
Direcção dos Serviços de Espetáculos

Lisboa, 6 de Maio de 1974

Of. nº 2654/DSE/S.T.

Ref. Arqvº. 50/MA/FM/3

Exmº Senhor
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Vale de Cambra

Constando do auto da vistoria realizada, em 8 de Junho de 1970, ao "Cinema de Vale de Cambra", que foi efectuada a marcação de lugares reservados às entidades oficiais, sem que os mesmos estejam especificados, solicito a V.Exª. se digne indicar a esta Direcção de Serviços, com a possível urgência, qual o numero de camarote reservado às referidas entidades, nos termos do Artº 41º do Decreto-Lei nº42 660, de 20 de Novembro de 1959.

Lisboa, 2 de Abril de 1974.
A Bem da Nação
O Chefe da Repartição,
Dr. José Fernandes Lebre

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.22.
Pedido de confirmação de entrega do auto de vistoria

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Senhor

Chefe da Repartição de Fiscalização e Contencioso da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Lisboa

Sua Referência
9335/DSE/S.T. Arq 50/MI

Sua Comunicação
20/10/70

Nossa referência
3 498

Data
04/11/1970

Em cumprimento do oficio de V. Exª acima referido, junto envio o certificado da entrega que o mesmo solicitava.

A bem da Nação,
O Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos,
Dr. Emes Ribeiro Martins

CERTIDÃO DE ENTREGA

Dr. Emes Ribeiro, Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos em Vale de Cambra, certifico que hoje, pelas catorze horas entreguei ao gerente do Cinema de Vale de Cambra, senhor Manuel Henriques Tavares Bastos, o triplicado do auto de vistoria que acompanhou o oficio nº 9335/DSE/S.T., de 28/10/1970, daquela Delegação.

Vale de Cambra, 4 de Novembro de 1970,
O Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos,
Dr. Emes Ribeiro Martins
O gerente do Cinema de Vale de Cambra
Manuel Henriques Tavares Bastos

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.23.

Envio do auto da vistoria realizada às instalações do Cinema de Vale de Cambra

Secretaria de Estado da Informação e Turismo
Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos
Direcção dos Serviços de Espetáculos

Lisboa, 28 de Outubro de 1970
Of. nº 9335/DSE/S.T.
Ref. Arqvº. 50/MA/FM/3

Exmº Senhor
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Vale de Cambra

A fim de fazer parte do arquivo dessa Delegação, junto remeto a V. Exª. Uma copia do auto da vistoria realizada às instalações do Cinema de Vale de Cambra, sito nesse Concelho, em 8/6/1970.

Mais se solicita a V. Exª se digne mandar entregar ao interessado o triplicado que

junto e remeter seguidamente a esta direcção o certificado de entrega devidamente assinado.

A bem da Nação,
O Chefe da Repartição de Fiscalização e Contencioso,
Dr. José Fernandes Lebre.

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.24.

Pedido de confirmação de entrega do auto de vistoria

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Senhor
Chefe da Repartição de Fiscalização e Contencioso da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Lisboa

Sua Referência
7771/DSE/S.T. Arq 50/MM3

Sua Comunicação
25/8/70

Nossa referência
3 313

Data
2/10/1970

Para cumprimento do solicitado na parte final do oficio de V. Exª acima indicado, junto tenho a honra de enviar a V Exª o respectivo mandado de notificação, devidamente certificado no verso.

A Bem da Nação
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos,

_____

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.24.1.

Pedido de confirmação de entrega do auto de vistoria

Câmara Municipal do Concelho de Vale de Cambra

Mandado

Delmiro Henriques de Almeida, Vice-Presidente da Câmara supra, em funções presidenciais.

Mando ao senhor António Bastos, escriturário desta Câmara Municipal que à vista deste meu mandado, notifique o gerente do Cinema de Vale de cambra de profissão gerente no estado de casado residente em Vale de Cambra, freguesia de Vila Chã, deste concelho, para levantar na Secretaria desta Câmara Municipal um exemplar do projecto respeitante à instalação eléctrica do Cinema de Vale de Cambra em virtude de determinação da Direcção dos Serviços de Espetáculos

sobe pena de procedimento legal não cumprindo.

Compra-se: e passe certidão

Em Francisco António de Almeida, ___ chefe da Secretaria da Câmara Municipal o subscrevi.
Paços do Concelho, 10 de Outubro de 1970

_____

CERTIDÃO

António Bastos, escriturário-daxctilografo da Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Vale de cambra, certifico, para os efeitos convenientes, que hoje, pelas dez horas e meia, notifiquei o cidadão Manuel Henriques Tavares de Bastos, residente nesta vila e concelho de Vale de Cambra, como gerente do Cinema de Vale de Cambra, desta vila, o qual tomou conhecimento do conteúdo do mandado retro,

Vale de Cambra, 21 de Outubro de 1970,
O Funcionário,
António Bastos
O Notificado
Manuel Henriques Tavares de Bastos

Documento 5.25.

Pedido da deliberação do Concelho Técnico acerca da instalação eléctrica do recinto

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Snr.
Chefe da Repartição da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Lisboa

Sua Referência
7771/DSE/S.T. Arq 50/AA/MM/3

Sua Comunicação
25/8/70

Nossa referência
3 314

Data
22/10/1970

Rogo V. Exª. se digne enviar-me uma cópia da deliberação do Conselho Técnico dessa Direcção, respeitante à instalação eléctrica do Cinema de Vale de Cambra, desta vila, por não ter acompanhado o oficio de V. Exª. acima indicado, qualquer cópia da referia deliberação.

A este assunto se refere o meu oficio nº 2762, datado de 27 de Agosto do corrente ano.

A Bem da Nação
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos,
Dr. Emes Ribeiro Martins

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.26.

Levantamento o conhecimento da deliberação do Concelho Técnico da instalação eléctrica do recinto

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Snr.
Chefe da Repartição da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Lisboa

Sua Referência
7721/DSE/S.T. Arq 50/AA/AP/4

Sua Comunicação
22/8/70

Nossa referência
3 320

Data
22/10/1970

Para cumprimento do solicitado na parte final do ofício de V. Exª. acima indicado, junto tenho a honra de enviar a V. Exª. a certidão solicitada.

A Bem da Nação
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos,
Dr. Emes Ribeiro Martins

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.26.1.

Levantamento o conhecimento da deliberação do Concelho Técnico da instalação eléctrica do recinto

Câmara Municipal do Concelho de Vale de Cambra
Mandado

Delmiro Henriques de Almeida, Vice-Presidente da Câmara Municipal supra, em funções presidenciais. Mando ao escriturário desta Câmara, Senhor António Bastos que à vista deste meu mandado, notifique o gerente do Cinema de Vale de Cambra de profissão Gerente no estado de casado residente em Vila Chã, deste concelho, para levantar um exemplar do projecto respeitante às instalação do Cinema e tomar conhecimento da deliberação do Concelho Técnico da Direcção dos Espectáculos, sobre o mesmo projecto, em virtude de determinação da Direcção dos Espetáculos sobe pena legal de procedimento legal não cumprindo.

Cumpra-se: e passe certidão

Eu Francisco António Almeida _____ chefe da Secretaria da Câmara Municipal o subscrevi.
Paços do Concelho, 22 de Outubro de 1970
Delmiro Henriques de Almeida

CERTIDÃO

António de Bastos, Escriturária-dactilógrafo da Secretaria da Câmara Municipal do concelho de Vale de Cambra:

Certifico, para os devidos efeitos, que hoje, pelas dez horas e meia, notifiquei o cidadão, Senhor Manuel Henriques Tavares Bastos, residente nesta vila de Vale de Cambra, na qualidade de gerente do Cinema de Vale de Cambra, desta vila, o qual tomou conhecimento do conteúdo do mandado retro e comigo vai assinar.

Vale de Cambra, 22 de Outubro de 1970
O Funcionário
António de Bastos
O Notificado
Manuel Henriques Tavares Bastos

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.27.
Pedido da deliberação do Concelho Técnico da instalação eléctrica do recinto

9206/DSE/ST.
Arq.º 55-AA-AP-3
Lisboa, 26 de Outubro de 1970

Exmo. Senhor
Engenheiro Director da Fiscalização Eléctrica do Norte
Rua Álvares Cabral, 259
Porto

Para os fins que V. Exª. tiver por conveniente, abaixo transcrevo o tior do oficio nº 2762, de 27 de Agosto, último da nossa Delegação de Vale de Cambra, solicitando o envio do parecer referente ao projecto da instalação do Cinema de Vale de Cambra, sito em Vale de Cambra.

"Rogo a V. Exª. se digne enviar-me, em duplicado, cópia da deliberação do Concelho Técnico dessa Direcção, respeitante à instalação eléctrica do Cinema de Vale de Cambra, desta vila, que por lapso não acompanharam o ofício de V. Exª. acima indicado."

A este assunto se refere o oficio de V. Exª. nº 6908 (Arqº. 4325, Procº. 1/a), de 17 de Agosto, último.

Apresento a V. Exª. os meus melhores cumprimentos.
A bem da Nação,
O Chefe da Repartição.
Dr. José Fernandes Lebre

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.28.

Notificação do pedido da deliberação do Concelho Técnico da instalação eléctrica do recinto

9212/DSE/ST.
Arq.º 55-AA-AP-3
Lisboa, 26 de Outubro de 1970

Exmo. Senhor
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de
Vale de Cambra

Em referência ao oficio de V. Exª. nº 2726, de 27 de Agosto, ultimo informo V. Exª. de que, nesta data, foi solicitada à Direcção de Fiscalização Eléctrica do Norte, o parecer referente à instalação eléctrica do Cinema de Vale de Cambra.

A bem da Nação,
O Chefe da Repartição.
Dr. José Fernandes Lebre

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.29.

Notificação de recepção da Licença de Recinto

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Snr.
Chefe da Repartição da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Lisboa

Sua Referência
8510/DSE/S.T. Arq 50-MM/3

Sua Comunicação
7/10/70

Nossa referência
3 260

Data
17/10/1970

Para cumprimento do solicitado no oficio de V. Exª. acima indicado, tenho a honra de informar V. Exª. que a licença de recinto que o acompanhou foi hoje entregue ao representante do Cinema de Vale de Cambra, desta vila.

A Bem da Nação
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos,
Dr. Emes Ribeiro Martins

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.30.

Pedido da deliberação do Concelho Técnico da instalação eléctrica do recinto

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Snr.
Chefe da Repartição da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Lisboa

Sua Referência
7771/DSE/S.T. Arq 50/AA/MM/3

Sua Comunicação
25/8/70

Nossa referência
2 762

Data
27/8/1970

Rogo a V. Exª. se digne enviar-me, em duplicado, cópia da deliberação do Concelho Técnico dessa Direcção, respeitante à instalação eléctrica do Cinema de Vale de Cambra, desta vila, que por lapso não acompanharam o ofício de V. Exª. acima indicado.

A Bem da Nação
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos,
Dr. Emes Ribeiro Martins

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.31.
Notificação do envio da Licença de Recinto

Secretaria de Estado da Informação e Turismo
Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos
Direcção dos Serviços de Espetáculos

Lisboa, 7 de Outubro de 1970
Of. nº 8510/DSE/S.T.
Ref. Arqvº. 50/MM/3

Exmº Senhor
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Vale de Cambra

A fim de ser entregue ao interessado, junto envio a V. Exª. o título da licença do recinto nº 5 408 de 22-8-1970 respeitante ao Cinema de Vale de Cambra, sito na Avenida de Camilo de Matos, nesse Concelho.

Igualmente se envia a respectiva ficha para arquivo dessa Delegação.

Deverá ser indicada a esta Direcção, a data da entrega da licença.

A bem da Nação,
O Chefe da Repartição.
Dr. José Fernandes Lebre

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.32.
Licença de Recinto

Presidência do Concelho
Secretaria de Estado da Informação e Turismo

Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos
Direcção dos Serviços de Espetáculos

LICENÇA DE RECINTO
Nº 5 408

Nos termos e para os efeitos do preceituado nos artigos 5º do Decreto-Lei nº 42 660 e 1º do Decreto nº 42661, de 20 de Novembro de 1959, é concedida licença para abertura e funcionamento a título definitivo do CINEMA DE VALE DE CAMBRA sito na Avenida de Camilo de Matos, em Vale de Cambra, concelho de Vale de Cambra, classificado na 3ª classe, com a lotação de 803 lugares, onde se poderão realizar espetáculos ou divertimentos públicos de cinema e variedades.

Obs. O recinto está classificado na 1ª classe para variedades.

[Anula e substitui a licença de Rec. bº 778 de 3.Jan.63]

Direcção dos Serviços de Espetáculos, 22 de Agosto de 1970
O Chefe da Repartição de Fiscalização e Contencioso,

Documento 5.33.
Notificação do pagamento de vistoria

Secretaria de Estado da Informação e Turismo
Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos
Direcção dos Serviços de Espetáculos

Lisboa, 16 de Setembro de 1970
Of. nº 8088/DSE/S.T.
Ref. MM-3

Vistoria nº 2465/70

Exmº Senhor
Chefe da Repartição de Contabilidade e Tesouraria da Direcção dos Serviços Centrais da Secretaria de Estado da informação e Turismo
Lisboa

Para que possam ser abonados das gratificações a que têm direito, nos termos dos && 2º e 4º do Art 13º do Decreto-Lei nº 42 660, e Tabela VIII, anexa, abaixo se indicam os vogais da Comissão, que em 8 de Junho de 1970, efectuaram a vistoria ao Cinema de Vale de Cambra, sito em Vale de Cambra, classificado na 3º classe:

NOMES	
Acrísio da Costa Nogueira Agente Técnico de Engenheira	60$00
Armindo Ferreira de Matos Comandante dos Bombeiros	60$00
Emes Ribeiro Martins Delegado	60$00
TOTAL	180$00

A importância total indicada, deu entrada nessa Repartição, pelo vale de correio nº 76444 de 8-6-70 da importância de Esc. 180$00

A bem da Nação
O Chefe da Repartição de Fiscalização e Contencioso

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.34.

Envio do Projecto da Instalação Elétrica do Cinema de Vale de Cambra

Secretaria de Estado da Informação e Turismo
Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos
Direcção dos Serviços de Espetáculos

Lisboa, 25 de Agosto de 1970
Of. nº 7771/DSE/S.T.
Ref. Arq 50/AA/MM/3

Exmo. Senhor
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Vale de Cambra

A fim de fazer parte do arquivo dessa Delegação, junto remeto a V. Exª. um exemplar do projecto da instalação eléctrica do Cinema de Vale de Cambra, sito na Avenida Camilo de Matos, nessa localidade.

Aproveito a oportunidade para rogar a V. Exª. se digne mandar entregar ao interessado, Gabriel Pinho da Cruz, triplicado que junto.

O certificado de notificação deverá ser remetido a esta Direcção, no mais curto prazo.

A bem da Nação,
O Chefe da Repartição,
Dr. José Fernandes Lebre

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.35.

Notificação da lotação do Cinema de Vale de Cambra

7732/DSE/ST.
Arq 50-MI-AP-3
Lisboa, 22 de Agosto de 1970

Exmo. Senhor
Director-Geral das Contribuições e Impostos
Ministério das Finanças
Lisboa

Para fins convenientes informo V. Exª. que a lotação do Cinema de Vale de Cambra, sito na Avenida de Camilo de Matos, em Vale de Cambra, fixada por vistoria realizada ao referido recinto em 8 de Junho de 1970, é a seguinte:

1ª Plateia ..... 482 lugares

2ª Plateia ..... 84 lugares

Balcão ..... 212 lugares

Camarotes .....25 lugares

TOTAL ..... 803 lugares

Apresento a V. Exª. os melhores cumprimentos.

A bem da Nação,
O Director dos Serviços de Espetáculos.

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.36.

Envio do Projecto de Infraestruturas

7722/DSE/ST.
Arq 50-AA-AP-3
Lisboa, 22 de Agosto de 1970

Exmo. Senhor
Engenheiro Director da Fiscalização Eléctrica do Norte
Rua Alves Cabral, 259
Porto

Nos termos do Artigo 5º do Decreto nº 42 661, de 20 de Novembro de 1959, junto remeto a V. Exª. um exemplar do projecto de instalação de aquecimento do Cinema de Vale de Cambra que Gabriel Pinho da Cruz, construiu em Vale de Cambra.

Apresento a V. Exª. os melhores cumprimentos.

A bem da Nação,
O Director dos Serviços de Espetáculos.

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.37.

Envio do Projecto de Infraestruturas e a deliberação do Conselho Técnico

Secretaria de Estado da Informação e Turismo
Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos
Direcção dos Serviços de Espetáculos

Lisboa, 22 de Agosto de 1970
Of. nº 7721/DSE/S.T.
Ref. Arq 50/AA/AP/4

Exmo. Senhor
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Vale de Cambra

A fim de fazer parte do arquivo dessa Delegação, junto remeto a V. Exª. um exemplar do projecto de instalação de aquecimento do cinema de Vale de Cambra, pertencente a Gabriel Pinho da Cruz, único sócio da empresa Sonoro Cambrense, Limitada, e, bem assim, cópia da deliberação do Conselho Técnico desta Direcção, referente ao mesmo projecto.

Aproveito a oportunidade para rogar a V. Exª. se digne mandar entregar ao interessado, triplicado que junto e notificação-lo do teor da deliberação.

O certificado de notificação deverá ser remetido a esta Direcção, no mais curto prazo.

A bem da Nação,
O Chefe da Repartição,
Dr. José Fernandes Lebre

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.38.

Deliberação sobre o modelo de cadeiras

7720/DSE/ST.
Arq 50-AA-AP-3
Lisboa, 22 de Agosto de 1970

Exmo. SenhorDelegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de
Vale de Cambra

A fim de fazer parte do arquivo dessa Delegação, junto remeto a V. Exª. uma cópia da deliberação do Conselho Técnico desta Direcção de Serviços, referente ao modelo de cadeiras que Gabriel Pinho da Cruz pretende utilizar no Cinema de Vale de Cambra.

Aproveito a oportunidade para rogar a V. Exª. se digne mandar entregar ao interessado o triplicado que junto e notificá-lo do teor da deliberação.

O interessado deverá mandar levantar o modelo de cadeiras, entregue nesta Direcção de Serviços.

O certificado de notificação deverá ser remetido a esta Direcção, no mais curto prazo.

A bem da Nação,
O Chefe da Repartição,
Dr. José Fernandes Lebre

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.39.

Envio do relatório da vistoria realizada à instalação eléctrica do recinto

Ministério da Economia
Secretaria de Estado da Industria
Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos
Direcção de Fiscalização Eléctrica do Norte

Exmo. Snr.
Director dos Serviços dos Espetáculos
Calçada da Glória (Palácio Foz)
Lisboa

Nossa referência
Arqº. 4 325 Procº 1/1 Nº 6908

Data
17/8/1970

Em referência ao oficio de V. Exª. Acima indicado, junto, remeto cópia do relatório da vistoria realizada à instalação eléctrica de 3ª categoria. 1º grupo, estabelecida no

Cinema de Vale de Cambra, sito na Avenida Camilo de Matos, em Vale de Cambra.

Foram impostas as cláusulas mencionadas no relatório de cujo cumprimento se informará oportunamente.

Junto se devolvem, por desnecessário 3 exemplares do projecto da instalação eléctrica em referencia.

A bem da nação,
O Engenheiro Director,

_____

FISCALIZAÇÃO ELÉCTRICA

Arq. 4 325
Proc. 1/1

RELATÓRIO DE VISTORIA

Entidade exploradora: Cinema de Vale de cambra
Instalação vistoriada: a do Cinema
Local da instalação: Avenida Camilo de Matos, Vale de cambra
Concelho de Vale de Cambra
Categoria 3ª, 1º grupo
Data da vistoria 7 de Julho de 1970
Efectuada por Alberto augusto Canijo Teixeira, Agt. Téc. de Engª

Deficiências

Algumas lâmpadas existentes na cabina de projecção não estão protegidas por rede;

O quadro do palco encontra-se localizado num recinto que não obedece às normas de segurança em vigor.

(Não é propriamente uma cabina, a sua construção não é de materiais incombustíveis, as portas respectivas são de madeira e a abertura é de forma a não ser possível facilmente a colocação de abturador)

Ensaios

Nas medidas de resistência do isolamento dos condutores, verificaram-se valores superiores ao mínimo regulamentar.

Observações

Autorizei provisoriamente a exploração, nos termos do único, Art.º 7, do Decreto-Lei nº 26 922, de 24 de agosto de 1936.

Foram efectuadas algumas alterações na instalação em relação ao projecto e neste não estão localizadas as lâmpadas de iluminação suplementar.

Em vista das deficiências encontradas, tenho a honra de propor que se imponham as seguintes clausulas, fixando para o seu cumprimento, um prazo de 60 dias:

1ª — Proteger por rede metálica todas as lâmpadas existentes na cabina de projecção.

2ª — Providenciar no sentido de que o recinto onde se encontra o quadro do palco

obedeça ao disposto no & único do Art.º 22º e no Art.º 23 do Regulamento de Segurança das Instalações Eléctricas estabelecidas em casas e recintos de espetáculos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 26 869, de 8 de Agosto de 1 936.

3ª — Apresentar o desenho rectificativo, em triplicado, que indique, alem das alterações efectuadas na instalam eléctrica em relação ao projecto apresentado, a localização das lâmpadas de iluminação suplementar e respectivos circuitos.

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.39.
Memória Descritiva da Instalação Eléctrica

MEMÓRIA DESCRITIVA

Memória descritiva referente ao Projecto de Estabelecimento da Instalação Electrica em Baixa Tensão do Cinema de Vale de Cambra e Estabelecimentos Anexos, sito em Vale de Cambra

I — Cinema

A instalação eléctrica desenvolve-se a partir do quadro geral e de iluminação permanente — Q.G., o qual é alimentado a partir da rede pública, por um ramal subterrâneo em cabo tipo NYBY com a secção de 3x70/35 mm2 e à tensão de 220/380 Volts.

Quadro Geral e de iluminação permanente — Q.G.

Este quadro instalado no local indicado no desenho nº 4, é do tipo capsulado, em chapa de ferro, modelo de embutir, barramento e ligações em fio PBT de secções adequadas, comportando convenientemente distribuída e ligada a aparelhagem eléctrica de protecção e manobra representada no esquema anexo, desenho nº9, dos seguintes circuitos: - iluminação permanente, bilheteiras, cilindro, motor de 5 CV para bastecimento de água, motor de 5CV do ano de ferro, letreiros de saída, tomadas, iluminação das escadas, quadro do bar — Q.B., quadro dos camarins — Q.Cm., quadro do inverso de socorro Q.Is., iluminação suplementar, anuncie luminoso, iluminação das montas e queimador da caldeira.

Quadro do Bar — Q.B.

Este quadro instalado no local indicado no desenho nº5, é do tipo capsulado, semelhante ao Q.G., comportando convenientemente distribuída e ligada a aparelhagem eléctrica de protecção e manobra representada no esquema anexo, desenho nº9 dos seguintes circuitos:

Alimentação do fogão, frigorifico, cilindro, monta-pratos, iluminação e tomadas distribuídas pelo bar, segundo a disposição indicada no desenho nº5.

Quadro dos Camarins — Q.Cm.

Este quadro montado o local indicado no desenho nº6, é de tipo capsulado, saliente comportando convenientemente distribuída e ligada a aparelhagem eléctrica de protecção e manobra representada no esquema anexo, desenho nº9.

Este quadro destina-se a alimentar os circuitos de iluminação e tomadas distribuídas pelos camarins e anexos, representados nos desenhos nº 6 e 7.

Quadro do Inversor de Socorro — Q.Is.

Este quadro instalado no local indicado no desenho nº8, ou seja, na cabine do bombeiro, é do tipo capsulado semelhante ao anteriormente descrito, comportando o inversor que o esquema anexo, desenho nº9 representa e ainda a protecção do circuito de iluminação local.

É alimentado a partir do quadro geral — Q.G., por intermédio de um circuito em cabo PBT de 3x35/25 mm2 de secção.

Partem deste quadro, as alimentações dos quadro Q.P. e Q.Cb. por cabos PBT com as secções de 3x35/25 e 3x25/16 mm2 respectivamente.

A iluminação de socorro que é comandada por este quadro é constituída por 3 pontos luminosos colocados no tecto, cada um com a potencia de 500 W.

Quadro do palco — Q.P.

É um quadro do tipo capsulado semelhante ao anteriormente descrito e montado no local indicado no desenho nº7. Gabinete do electricista levando convenientemente ligada e distribuída a aparelhagem eléctrica representada no esquema anexo, desenho nº9.

Neste quadro, está instalada a aparelhagem de protecção e manobra de toda a instalação de iluminação, tomadas de palco, sub-palco e orquestra, projectores, gambiarras, motores das cortinas do ecran e de anúncios e ainda a instalação de iluminação do salão.

Os circuitos de iluminação do salão, motores do ecran e cortina de anúncios e iluminação da ribalta, estão em comutação com o quadro Q.Cb.

Quadro da cabine — Q.Cb.

Está instalado no local indicado no desenho nº8, cabine de projecção e é semelhante ao anteriormente descrito, comportando convenientemente dfistribuida e ligada a aparelhagem eléctrica representada no esquema anexo, desenho nº9.

Neste quadro, está montada a aparelhagem de protecção e manobra da instalação de alimentação de iluminação local e anexo, maquinas de projecção (duas), projectores, gira-discos, amplificadores, convicto, ventoinhas, obturadores, exaustor, rectificadores (dois), iluminação do salão, motores do ecran e cortina de anúncios e iluminação da ribalta.

Os circuitos de salão, motores do ecran e cortina de anúncios e iluminação da ribalta, estão em comutação com o quadro Q.P.

O traçado e a composição dos circuitos, bem como a potencia dos receptores que alimentam encontram-se representados nos desenho anexos nº 4 a 8.

No esquema geral anexo, desenho nº9, poder-se-à também verificar a composição e finalidade de cada circuito.

Toda a instalação de iluminação permanente, nos locais franqueados, ao público como vestíbulos, escadas e sanitários está estabelecida a dois circuitos para cada piso, sendo as lâmpadas derivadas alternadamente de cada circuito.

São também alimentados por 2 circuitos os 5 letreiros de "SAIDA", cada um formado por 2 lâmpadas de 15 W, derivadas alternadamente de cada circuito e colocados sobre as portas de saída conforme indicam as plantas.

A iluminação da sala de espetáculos é obtida por 40 pontos de luz com a disposição indicada no desenho nº8, distribuídos por 3 circuitos triféricos, sendo cada um destes comandados em comutação dos quadros Q.P. e Q.Cb.

Estão instaladas 20 lâmpadas de iluminação suplementar na sala, corredores, palco e de um modo geral, em todos os locais franqueados ao público.

Estas lâmpadas com a potencia de 5 Watts, são alimentados à tensão de 12 Volts por meio de uma bateria de acumuladores carregada permanentemente por um rectificador, montado juntamente com a aparelhagem indicada no esquema anexo, desenho nº9.

Armaduras de iluminação

As armaduras de iluminação representadas nos desenhos anexos, nº 4 a 8 são do tipo seguinte:

A1 — Armadura com 1 lâmpada fluorescente de 25W

A2 — Armadura com 1 lâmpada fluorescente de 40W

A3 — Armadura com 1 lâmpada fluorescente de 65W

A4 — Armadura com 4 lâmpadas fluorescentes de 20W

A5 — Armadura com 1 lâmpada fluorescente de 40W

A6 — Armadura com 1 lâmpada fluorescente de 40W

A7 — Suporte-orientável com 1 lâmpada incandescente de 300W

A8 — Suporte normal com 1 lâmpada incandescente de 60W

A9 — Aplique para quarto de banho com 1 lâmpada de 25W

A10 — Projector com 1 lâmpada de vapor de iodo de 500W

II — Estabelecimentos

As instalações dos três estabelecimentos representados no desenho nº5, são alimentadas a partir dos quadros individuais Q.E.1 e Q.E.2 que recebem corrente da rede pública do distribuidor local.

Estes quadros, semelhantes aos anteriormente descritos, cada um, convenientemente distribuída e ligada a uma aparelhagem eléctrica representada no esquema anexo, desenho nº 9.

O traçado dos diversos circuitos estão representados no desenho nº5.

Foram ligadas à terra nas condições regulamentares, todas as peças metálicas tais como: quadros, motores, máquinas de projecção e todas aquelas que possam eventualmente ficar colocadas sob tensão por qualquer deficiência de isolamento.

Foi instalado um pára-raios radioactivo no centro do edifício.

Toda a instalação dos executada de acordo com as Normas Técnicas de Segurança presentemente em vigor.

Vale de Cambra, 28 de Abril de 1970
Manuel Henriques Tavares Bastos

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.41.

Notificação de Pagamento da Apreciação do projecto de aquecimento

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Snr.
Chefe da Repartição de Fiscalização e Contencioso da Direcção dos Serviços de Espetáculos

Sua Referência
5213/DSE/ST Arq 50-AA/MCC/3

Sua comunicação de
2/6/1970

Nossa referencia
Ofº 2 423

Data
27-7-1970

Para cumprimento do solicitado na parte final do oficio de V. Exª. acima indicado, junto tenho a honra de devolver a V. Exª., depois de efectuado o respectivo pagamento da importância de 200$00 pelo Senhor Gabriel Pinho da Cruz, desta vila, um exemplar da guia comprovativa do pagamento da referida importância.

A bem da nação,
O Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Dr. Emes Ribeiro Martins

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.41.1.

Pagamento da Apreciação do projecto de aquecimento

Ministério da Presidência do Conselho
Secretaria de Estado da Informação e Turismo Direcção-Geral da Cultura Popular e Espetáculos
Direcção dos Serviços de Espetáculo
Secção Técnica

Ano económico de 1970
Guia nº 170/DSE/ST/MCC

RECEITA DO ESTADO
Esc. 200$00

Vai Gabriel Pinho da Cruz, proprietário do Cinema de Vale de Cambra, sito em Vale de Cambra, entregar na Tesouraria da Fazenda Pública de Vale de Cambra e em conformidade com o artigo 4º do Decreto com força de lei nº 13 872, de 1 de Julho de 1927, e artigo 2º do Decreto com força de lei nº 14 908, de 18 de janeiro de 1928, a quantia de duzentos escudos proveniente da taxa devida pela apresentação e apreciação do projecto da instalação de aquecimento do cinema de, nos termos do Art 71º do Dec. Lei 42 660 e Tabela 1, anexa.

Lisboa, em 2 de Junho de 1970
O Chefe da Secção Técnica,

———

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.42.

Parecer ao Projecto de Aquecimento

Presidência do Conselho
Secretaria de Estado da Informação e Turismo
Direcção-Geral da Cultura Popular e Espetáculos
Direcção dos Serviços de Espetáculos

DELIB. Nº 4 336
16-7-70

Conselho Técnico
Processo nº 8 823

Designação do recinto: Cinema de Vale de Cambra
Localização: Vale de Cambra
Classificação classe, modalidades que podem ser realizadas: cinema e variedades, requerente Gabriel Pinho da Cruz com sede em Vale de Cambra.

DELIBERAÇÃO

Tendo sido presente ao Conselho Técnico da Direcção dos Serviços de Espetáculos, o processo registado no livro respectivo sob o número de 8 823, respeitante ao projecto de instalação de aquecimento do Cinema de Vale de Cambra que Gabriel Pinho da Cruz, único sócio da empresa Sonoro Cambrense, Limitada, construiu na Vila de Vale de Cambra, o mesmo Conselho, em sessão de 16 de Junho de

1970, deliberou que, pelo exame dos desenhos e leitura da memória descritiva, verifica-se o bom delineamento da instalação em exame, com excepção de dois dispositivos que por falta de esclarecimento ou deficiente solução necessitam de melhor esclarecimento. São eles: a chaminé das caldeiras de aquecimento de ar e falta de isolamento da instalação do depósito de combustível cuja porta de acesso deverá ser para local diferente do da casa das caldeiras ou ser devidamente guarnecida com batente de ferro com a soleira nas condições regulamentares.

Direcção dos Serviços de espetáculos, 16 de julho de 1970.

O Conselho Técnico,
José Maria Alves
Manuel Leal da Costa Lobo
Renato Paletti Berger
Luis Benavente
Rogério Jaime de Campos Cansado

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.44.
Notificação do Envio do Auto de Vistoria ao Recinto

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Snr.
Chefe da Repartição da Direcção dos Serviços de Espetáculos

Sua Referência
5178/DSE/S.T.
Arq 50/AA/MM/3

Sua comunicação de
1/6/1970

Nossa referência
Ofº 2 094

Data
22-6-1970

Para cumprimento do solicitado no oficio de V. Exª., acima indicado, junto tenho a honra de ancora a V. Exª., em triplicado, o auto de vistoria feita ao Cinema de Vale de Cambra.

Informo V. Exª. que pelo correio seguiu o vale nº 076444x da importância de 180$00, solicitada no mesmo oficio.

A bem da Nação
O Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Dr. Emes Ribeiro Martins

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.44.1.
Auto de Vistoria ao Recinto

Câmara Municipal de Vale de Cambra

AUTO DE VISTORIA

Aos oito dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e setenta, na Avenida de Camilo de Matos, desta vila de Vale de cambra, pelas quatorze horas, compareceu a Comissão a que se refere o parágrafo segundo do artigo décimo terceiro do Decreto-Lei número quarenta e dois mil e nove, composta pelo senhor Acrísio da Costa Nogueira, agente técnico de engenheira, pelo Comandante da Associação dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, Senhor Doutor Armindo Ferreira de Matos e por mim, Emes Ribeiro Martins, Chefe da Secretaria da Câmara Municipal e Delegado dos Serviços dos Espetáculos deste conselho, expressa legalmente convocada para proceder à vistoria do "Cinema de Vale de Cambra", sito na aludida Avenida de Camilo de Matos, desta vila, conforme determinação do Excelentíssimo Senhor Chefe da Repartição da Direcção dos Serviços de Espetáculos. Procedeu a referida Comissão da Direcção dos Serviços de Espetáculos. Procedeu a referida Comissão à necessária vistoria, tendo verificado o seguinte: Primeiro: são muito boas as condições gerais de segurança, nomeadamente durante o espetáculo; Segundo: a lotação total do recinto é de oitocentos e três lugares, descriminados pela forma seguinte: primeira plateia, quatrocentos e oitenta e dois lugares, segunda plateia, oitenta e quatro lugares, balcão duzentos e doze lugares e camarotes vinte e cinco lugares. Terceiro: foi efectuada a marcação dos lugares reservados às entidades oficiais: Quarto: as obras foram efectuadas nos termos do projecto aprovado; Quinto: foram cumpridas as disposições constantes e deliberação do Concelho Técnico, de quatorze de julho de mil novecentos e sessenta e seis com a instalação de quatro bombas de incêndio (no palco, sul-palco, plateia e junto da cabine de projecção) e ainda uma outra boca de incêndio no primeiro andar e foi instalado um depósito de água nas condições regulamentares. Nada mais havendo a tratar, a Comissão deu os seus trabalhos por concluídos, assinando os seus membros o pressente auto de vistoria.

Emes Ribeiro Martins
Armindo Ferreira de Matos
Acrísio da Costa Nogueira

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.45.

Resposta ao Pedido de instalação de um telefone no recinto

Lisboa, 15 de Junho de 1970
5691/DSE/S.T.
Arqº 55/MA/MM/3

Exmo. Senhor
Director dos Serviços de Telecomunicações dos Correios e Telecomunicações de Portugal
Praça dos Restauradores, 58
Lisboa

Em resposta ao oficio nº 24 906 CTT, de 29 de Maio findo, informo V. Exª. que

a Direcção de Serviços afigura-se, absolutamente vantajosa, a concessão da prioridade na instalação de um telefone no cinema a inaugurar em Vale de Cambra, pela Empresa Sonora Cambrense, Limitada.

Apresento a V. Exª. os meus melhores cumprimentos.
A bem da Nação,
O Director dos Serviços de Espetáculos

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.45.1.

Pedido de instalação de um telefone no recinto

CORREIOS E TELECOMINICAÇÕES DE PORTUGAL
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES
1ª DIVISÃO

Exmo. Snr.
Chefe do Gabinete de S. Exª. o Secretário de Estado da Informação e Turismo
Palácio da Foz

Nossa referência
24 906 CTT

Data
29/MAI/1970

A Empresa Sonora Cambrense, Ldª, pediu prioridade para instalação de um telefone no cinema a inaugurar, sito em Vale de Cambra, alegando a necessidade do mesmo.

Tal prioridade, porém, só poderá ser concedida se se tratar, de facto, de um cinema mediante parecer favorável dessa Secretaria de Estado, pelo que tenho a honra de solicitar a necessária informação de V. Exª., a fim de o pedido ser considerado.

Apresento a V. Exª. os meus cumprimentos de muita consideração.

A bem da Nação
M. Santos Silva

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.46.

Exposição do modelo de Cadeiras a utilizar no Cinema de Vale de Cambra

Presidência do Conselho
Secretaria de Estado da Informação e Turismo
Direcção-Geral da Cultura Popular e Espetáculos
Direcção dos Serviços de Espetáculos

DELIB. Nº 4 328
4-670

Conselho Técnico
Designação do recinto: Cinema de Vale de Cambra
Localização: Vale de Cambra
Classificação classe, modalidades que podem ser realizadas: cinema e variedades, requerente Gabriel Pinho da Cruz com sede em Vale de Cambra.

DELIBERAÇÃO

Tendo sido presente ao Conselho Técnico da Direcção dos Serviços de Espetáculos, o modelo de cadeiras que Gabriel Pinho da Cruz, pretende utilizar no cinema que construiu em Vale de Cambra, o mesmo Conselho, em sessão de 4 de Junho de 1970, deliberou que o referido modelo merece aprovação.

Direcção dos Serviços de Espetáculos, 4 de Junho de 1970
O Conselho Técnico,
Luis Benavente
José Fernandes Lebre
Rogério Jaime de Campos Cansado

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.46.1.

Deliberação ao modelo de Cadeiras a utilizar no Cinema de Vale de Cambra

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESPETÁCULOS
CONSELHO TÉCNICO

Processo nº 8823, designação do recinto Cinema de Vale de Cambra localização Vale de Cambra, classificação ....., modalidades que podem ser realizadas ....., entidade peticionaria Gabiel Pinho da Cruz, residência ....., concelho de ....., distrito de .....

PARECER

Modelo de cadeira para o Cinema de Vale de Cambra.

Pode merecer aprovação.

4/6/1970
Luis Benavente
Rogério Jaime de Campos Cansado

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.47.

Notificação de envio de novo exemplar do projecto de instalação eléctrica do recinto

Lisboa, 3 de Junho de 1970
5263/DSE/ST
Arq. 55-AA/MCC/3

Exm.º Senhor
Engenheiro Director da Fiscalização Eléctrica do Norte
Rua Álvares Cabral, 259
Porto

Em aditamento ao nosso oficio nº 5177, de 1 do corrente, junto remeto V. Exª. mais um exemplar do projecto da instalação eléctrica do cinema de Vale de Cambra, sito na vila do mesmo nome.

Apresento a V. Ex.ª os meus melhores cumprimentos.
A bem da Nação,
O Director dos Serviços de Espetáculos

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.48.

Pedido de pagamento pela apreciação do projecto da instalação de aquecimento do cinema de Vale de Cambra

Lisboa, 2 de Junho de 1970
5213/DSE/ST
Arq. 55-AA/MCC/3

Exm.º Senhor
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de
Vale de Cambra

Para que Gabriel Pinho da Cruz, proprietário do Cinema de Vale de Cambra, sito em Vale de Cambra, deposite na Tesouraria da Fazenda Pública dessa conselho, a importância de 200$00, devida pela apresentação e apreciação do projecto da instalação de aquecimento do cinema de Vale de Cambra, junto envio a V. Ex.ª as respectivas guias de Receita do Estado, em quadruplicado.

Após o depósito deverá ser enviado a esta Direcção de Serviços, um dos exemplares das referidas guias, no mais curto prazo.

A Bem da Nação
O Chefe da Repartição,
Dr. José Fernandes Lebre

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.49.

Notificação de envio de novo exemplar do projecto de instalação eléctrica do recinto

Lisboa, 1 de Junho de 1970
5177/DSE/ST
Arq. 55-AA/MCC/3

Exm.º Senhor
Engenheiro Director da Fiscalização Eléctrica do Norte
Rua Álvares Cabral, 259
Porto

Nos termos do Art. 5º do Decreto nº 42 661, de 20 de Novembro de 1959, junto remeto a V. Ex.ª, em triplicado, o projecto da instalação eléctrica do Cinema de Vale de Cambra, sito em Vale de Cambra, rogando a V. Ex.ª se digne determinar, após a sua apreciação a devolução a esta Direcção de Serviços dos exemplares desnecessários a esse Organismo.

Comunico a V. Ex.ª que foi requerida vistoria à mesma instalação.

Esta Direcção de Serviços delega nessa Direcção de Fiscalização Eléctrica a realização da vistoria e solicita o envio do respectivo auto.

Apresento a V. Ex.ª os meus melhores cumprimentos,

A bem da Nação,
O Director dos Serviços de Espetáculos

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.50.

Condições necessárias para a realização de vistoria ao recinto

Secretaria de Estado da Informação e Turismo
Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos
Direcção dos Serviços de Espectáculos

Lisboa, 1 de Junho de 1970
5178/DSE/ST
Arqº 50/AA/MM/3

Exmo. Senhor
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Vale de Cambra

Em cumprimento do disposto no art 18º do Decreto nº 42 661, de 20 de Novembro de 1959 e para que seja efectuada a vistoria ao cinema de Vale de Cambra, sito nessa localidade e propriedade de Gabriel Pinho da Cruz, único sócio da Empresa Sonora Cambrense, Ldª, para efeitos do seu licenciamento definitivo para cinema e variedades, digne-se convocar os seguintes elementos da Comissão a que se refere o 2º do Artº 13 do Decreto-Lei nº 42 660, também a 20 de Novembro de 1959, para com a V. EX.ª como Delegado desta Direcção de Serviços procederem à mesma vistoria:

Um Engº ou Agente Técnico de Engenheira
Comandante dos Bombeiros

A vistoria, nos termos do Artº 18º do Decreto nº 42 661, além da verificação da conformidade das obras com o projecto aprovado, destina-se aos seguintes fins:

a) Indicar as condições gerais de segurança, nomeadamente durante o espetáculo;
b) Estabelecer a lotação total do recinto discriminada por categorias de lugares;
c) Fazer a marcação dos lugares reservados às entidades oficiais (artº 41º e 43º do Decreto-Lei nº 42 660)

A Comissão deverá verificar, além da conformidade das obras com o projecto, se foram cumpridas as disposições constantes da deliberação do Conselho Técnico, de 14 de Julho de 1966, remetida a V. Ex.ª, com um exemplar do projecto, em 27 de Julho de 1966 (Oficio nº 7590/66/S.T.).

Nos termos de 1º do artº 9º do citado Decreto nº 42 661, o interessado deverá remeter à Secção de Contabilidade Geral da Repartição de contabilidade e Tesouraria da Direcção dos Serviços Centrais da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, a importância de 180$00, cento e oitenta escudos calculada como necessária para o pagamento a fazer aos peritos que procederão à vistoria.

O auto da vistoria deverá ser remetido a esta Repartição, em triplicado, no prazo de 10 dias.

Digne-se V. Ex.ª indicar a esta Repartição o número e data do vale de correio.

Chamo a atenção de V. Ex.ª para que o vale de correio correspondente às gratificações seja remetido à Secção de Contabilidade Geral da Repartição de Contabilidade e Tesouraria da Direcção dos Serviços Centrais da Secretaria de Estado da Informação e Turismo — Praça dos Restauradores — Palácio Foz — Lisboa.

Com o auto deverá ser remetido a esta Direcção, um selo fiscal de 10$00 a fim de ser aposto na licença de recinto a conceder, oportunamente.

A bem da Nação,
O Chefe da Repartição,
Dr. José Fernandes Lebre

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.51.

Pedido de aprovação do modelo das cadeiras do auditório

Exmo. Senhor Director dos Serviços de Espectáculos
Lisboa

Manuel Henriques Tavares Bastos, na qualidade de gerente do cinema acabado de construir em Vale de Cambra, que vai ter o nome "Cinema Vale de Cambra", propriedade de Gabriel Pinho da Cruz, que era o único sócio da Empresa Sonora Cambrense, Lda. com sede na Vila de Vale de Cambra, presentemente extinta por a lei não permitir propriedades com um único sócio, tendo o dito proprietário ficado senhor de todo o activo, passivo e direitos ligados à actividade da sociedade, vem requerer a V. Ex.ª a aprovação das cadeiras para o aludido cinema.

Vale de Cambra, 25 de Maio de 1979
Pede deferimento
O gerente
Manuel Henriques Tavares Bastos

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.52.

Pedido de aprovação da instalação de aquecimento no cinema

Exmo. Senhor Director dos Serviços de Espectáculos
Lisboa

Manuel Henriques Tavares Bastos, na qualidade de gerente do cinema acabado de construir em Vale de Cambra, que vai ter o nome "Cinema Vale de Cambra", propriedade de Gabriel Pinho da Cruz, que era o único sócio da Empresa Sonora Cambrense, Lda. com sede na Vila de Vale de Cambra, presentemente extinta por a lei não permitir propriedades com um único sócio, tendo o dito proprietário ficado

senhor de todo o activo, passivo e direitos ligados à actividade da sociedade, vem requerer a V. Ex.ª a aprovação da instalação de aquecimento do aludido cinema.

Vale de Cambra, 25 de Maio de 1979
Pede deferimento
O gerente
Manuel Henriques Tavares Bastos

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.52.1.
Principio de funcionamento da instalação de aquecimento do cinema

Rost & Janus, Succ. Ld.ª
Rua Barão de Forrester, 914
Porto

PRINCIPIO DE FUNCIONAMENTO DA INSTALAÇÃO DE AQUECIMENTO DO CINEMA DE VALE DE CAMBRA

1 — O aquecimento do cinema faz-se a partir de dois geradores de ar quente que aquecem o ar que será distribuído por condutas aos diversos locais onde será insuflado a partir de difusores.

2 — Geradores de ar quente
Os geradores de ar quente têm uma secção de filtragem de ar um ventilador centrifugo que o impulsiona e uma câmara de aquecimento. O ar é aquecido por influencia directa da câmara de combustão onde um queimador provoca a combustão de gasóleo, não havendo, no entanto, qualquer contacto possível entre os gases de combustão e o ar tratado.

3— Condutas
As condutas de insuflação t~em o traçado assinalado nos desenhos anexos havendo troços em que são construídos em materiais de construção civil e outros em que são construídos em chapa de ferro galvanizado devidamente isolada em polietileno distendido. As condutas de retorno não são isoladas.

4— Difusores e grelhas
Estão colocados nos pontos assinadalaos nos desenhos anexos.

5 — Controle da instalação
A instalação é controlada por termostato de ambiente que se encontra instalado na Sala de Espetáculos.

6 — Ventilação
Durante os períodos em que se não exige aquecimento a instalação funciona com os queimadores parados pelo que promove a ventilação dos locais.

7— Queima de combustível
O gasóleo é encaminhado do depósito de combustível aos queimadores por bombas incorporadas nos próprios queimadores. Os queimadores que contêm

todos os os orgãos de protecção e de encravamento necessários provocam a combustão do combustível sendo todos os gases de combustão expelidos directamente para o exterior por chaminé própria, construída para o efeito.

Porto, 13 de Abril de 1970

_____

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.53.

Pedido de aprovação da instalação de eléctrica no cinema

Exmo. Senhor Director dos Serviços de Espectáculos
Lisboa

Manuel Henriques Tavares Bastos, na qualidade de gerente do cinema acabado de construir em Vale de Cambra, que vai ter o nome "Cinema Vale de Cambra", propriedade de Gabriel Pinho da Cruz, que era o único sócio da Empresa Sonora Cambrense, Lda. com sede na Vila de Vale de Cambra, presentemente extinta por a lei não permitir propriedades com um único sócio, tendo o dito proprietário ficado senhor de todo o activo, passivo e direitos ligados à actividade da sociedade, vem requerer a V. Ex.ª se digne mandar aprovar o projecto da instalação eléctrica do aludido cinema.

Vale de Cambra, 25 de Maio de 1979
Pede deferimento
O gerente
Manuel Henriques Tavares Bastos

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.54.

Pedido da Licença de Recinto

Exmo. Senhor Inspector-Chefe dos Espectáculos
Lisboa

Manuel Henriques Tavares Bastos, na qualidade de gerente do cinema acabado de construir em Vale de Cambra, que vai ter o nome "Cinema Vale de Cambra", propriedade de Gabriel Pinho da Cruz, que era o único sócio da Empresa Sonora Cambrense, Lda. com sede na Vila de Vale de Cambra, presentemente extinta por a lei não permitir propriedades com um único sócio, tendo o dito proprietário ficado senhor de todo o activo, passivo e direitos ligados à actividade da sociedade, vem requerer a V. Ex.ª, a licença de recinto, a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 42 661.

Vale de Cambra, 25 de Maio de 1979
Pede deferimento
Manuel Henriques Tavares Bastos

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.55.

Condições necessárias para o inicio de exploração do novo cinema

Lisboa, 17 de Março de 1970
2389/DSE/ST
Arqº 50/MA/MM/3

Exmo. Senhor
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de
Vale de Cambra

Em resposta ao oficio dessa Delegação nº 740, de 3 do corrente mês, informo V.Ex.ª para conhecimento do Gerente do novo cinema da Empresa Sonoro Cambrense, Limitada, que deverá remeter a esta direcção de Serviços com a maior urgência, dado que pretende iniciar brevemente a exploração do novo cinema, o projecto da instalação eléctrica e do sistema de aquecimento do recinto. O projecto deverá ser remetido em quadruplicado sendo três exemplares selados com um selo fiscal de 6$00, em cada folha.

Do projecto deverá constar:
a) Planta de cada um dos andares do respectivo edifício, com a situação dos quadros de distribuição e com o traçado das linhas, secções e intensidade de correntes respectivas;
b) Esquemas dos quadros eléctricos a estabelecer, com indicação do destino das linhas;
c) Memória descritiva de toda a instalação.

O projecto deverá ser acompanhado de dois requerimentos, em papel selado, dirigidos ao Exmº Senhor Director dos Serviços de espetáculos, um a solicitar a aprovação do projecto e o outro a vistoria à instalação eléctrica estabelecida no recinto.

Deverão ainda ser remetidos dois selos fiscais de 10$00 cada um que se destinam a ser apostos nas licenças de recinto e de exploração da instalação eléctrica a conceder oportunamente.

Lembro ainda a V. Ex.ª, para conhecimento do interessado que nos termos do 2º do artº 24º do Decreto nº 42 662, de 20 de Novembro de 1959, o modelo de cadeira a utilizar na sala de espetáculos deverá ser submetida à prévia aprovação do Concelho Técnico desta Direcção de Serviços.

Dado que o edifício já está concluído deverá o interessado requerer uma vistoria ao recinto para efeitos do licenciamento a que se refere o artº 1º do Decreto nº 42 661, de 20 de Novembro de 1959, sem o que não poderá ser inaugurado.

A bem da Nação
O Chefe da Repartição
Dr. José Fernandes Lebre

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.56.

Pedido de informação sobre as condições necessárias para o inicio de exploração do novo cinema

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Snr.
Inspector dos Serviços de Espetáculos
Direcção dos Serviços de Espetáculos

Nossa referência
Ofº 740

Data
3-3-1970

Acabou de construir-se nesta vila um magnifico imóvel onde, dentro em breve, passará a funcionar o cinema da Empresa Sonora Cambrense, Lado.

Pede-e o gerente da aludida empresa para o informar como deverá proceder quanto à vistoria do prédio no que respeita à parte eléctrica do mesmo, à parte relativa a bombeiros e aquecimento central já que, quanto à sala de espetáculos propriamente dita, já lhe prestei os esclarecimentos necessários.

Dado que desconheço como deve proceder o gerente daquela firma no que respeita ao assunto exposto, para um novo edifico, portanto, agradeço a V. Ex.ª se digne prestar-me os necessários esclarecimentos a fim de se proceder em conformidade.

Agradeço a V. Ex.ª se digne a prestar-me os esclarecimentos que solicito, com a possível brevidade.

Apresento a V. Ex.ª os meus antecipados agradecimentos e respeitosos cumprimentos.

A bem da Nação
O Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos,
Dr. Emes Ribeiro Martins

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.57.

Valores de pagamento necessários para a realização da vistoria ao cinema

Secretaria de Estado da Informação e Turismo
DirecçãoGeral da Cultura Popular e Espetáculos
Direcção dos Serviços de Espetáculos

Lisboa, 8 de Janeiro de 1970
Ofº 294/DSE/ST
Ref. MG/3

Exmo. Senhor
Chefe da Repartição de Contabilidade e Tesouraria da Direcção dos Serviços Centrais da Secretaria de Estado da Informação e Turismo
Lisboa

Para que possam ser abonados das gratificações a que têm direito, nos temos dos 2º e 4º do Artº 13º do Decreto-Lei nº 42 660, e Tabela VIII, anexa, abaixo se indicam os vogais da Comissão, que em 22 de Dezembro de 1969, efectuaram a vistoria ao novo cinema de Vale de Cambra, sito em Vale de Cambra, classificado na 2ª Classe:

NOMES	
Emes Ribeiro Martins	
Delegado Concelho	50$00
Acrísio da Costa Nogueira	
Agente Técnico de Engenharia	50$00
TOTAL	100$00

A importância total indicada, deu entrada nessa Repartição, pelo vale de correio nº 72367 de 22-12-69 da importância de esc. 100$00 (SE).
A bem da Nação
Pelo Chefe da Repartição de Fiscalização e Contencioso,

———

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.58.

Notificação do envio do auto de vistoria feito ao rés-do-chão do cinema

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Snr.
Chefe da Repartição da Direcção dos Serviços dos Espetáculos
Lisboa

Sua referência
13281/DSE/ST
Arqº 50-AP-4

Sua comunicação de
17/12/1969

Nossa referencia
Ofº 3 604

Data
23-12-1969

Para cumprimento do solicitado no oficio de V. Ex.ª acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.ª, em triplicado, o auto de vistoria feita ao salão do rés do Chão do cinema desta vila.

Informo V. Ex.ª que para o mesmo efeito seguiu pelo correio o vale nº 072367, de 22 de Dezembro corrente, da importância de 100$00.

A bem da Nação.
Delegado dos Serviços de Espetáculos
Dr. Emes Ribeiro Martins

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.59.
Auto de vistoria feito ao rés-do-chão do cinema

Câmara Municipal de Vale de Cambra

AUTO DE VISTORIA

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove, nesta vila de Vale de Cambra e Avenida Camilo Tavares de Matos, pelas quinze horas, compareceu a Comissão a que se refere o parágrafo segundo do artigo décimo terceiro do Decreto-Lei numero quarenta e dois mil seiscentos e sessenta, de vinte de Novembro de mil novecentos e cinquenta e nove, composta pelo senhor Acrésio da Costa Nogueira, agente técnico de engenharia e por mim, Emes Ribeiro Martins, chefe de Secretaria da Câmara Municipal e Delegado de serviços de Espetáculos neste concelho, expressa e legalmente convocada para proceder à vistoria do novo cinema de Vale de Cambra, conforme determinação do Excelentíssimo Senhor Chefe da Repartição da Direcção dos Serviços dos Espetáculos, contida no seu oficio número treze mil duzentos e oitenta e um / DSE/ST, Arqº 50-AP-4 de dezassete do corrente.

Procedeu a referia Comissão à necessária vistoria, tendo verificado o seguinte: a) — As condições gerais de segurança são óptimas, nomeadamente durante o espetáculo; b) — o recinto tem capacidade para quinhentas pessoas.

Nada mais havendo a tratar a Comissão deu os trabalhos por terminados, assinando os seus membros o presente auto de vistoria.

Vale de Cambra, 22 de Dezembro de 1969
A Comissão,
Acrísio da Costa Nogueira
Emes Ribeiro Martins

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.60.
Condições necessárias para a realização da vistoria ao cinema

Secretaria de Estado da Informação e Turismo
Direcção Geral da Cultura Popular e Espetáculos
Direcção dos Serviços de Espetáculos

Lisboa, 17 de Dezembro de 1969
Ofº 13281/DSE/ST
Ref. Arqº 50-Ap-4

Exmo. Senhor
Delegado da Direcção dos Serviços de Espetáculos
Vale de Cambra

Em cumprimento do disposto no artº. 18 do Decreto nº 42 661, de 20 de Novembro de 1959 e para que seja efectuada a vistoria ao salão do rés do chão do novo cinema, sito em Vale de Cambra, onde Victor Manuel Almeida da Silva, pretende realizar acidentalmente um baile no dia 31 do corrente mês.

Digne-se convocar os seguintes elementos da Comissão a que se refere o 2º do Art. 13º do Decreto-Lei nº 42 660, também de 20 de Novembro de 1959, para com V. Ex.ª como Delegado desta Direcção de Serviços procederem à mesma vistoria:

Um Engº Civil ou Agente Técnico de Engenharia

A vistoria, nos termos do Art.º 18 do Decreto nº 42 661, destina-se aos seguintes fins:
a) Indicar as condições gerais de segurança, nomeadamente durante o espetáculo;
b) Estabelecer a lotação total do recinto

Nos termos no 1º do art.º 9º do citado Decreto nº 42 661, o interessado deverá remeter à Secção de Contabilidade Geral da Repartição de Contabilidade e Tesouraria da Direcção dos Serviços Centrais da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, a importância de 100$00, cem escudos, calculada como necessária para o pagamento a fazer aos peritos que procederão à vistoria.

O auto da vistoria deverá ser remetido a esta Repartição , em triplicado, no prazo de 10 dias.

Digne-se V. Ex.ª indicar a esta Repartição, o número e data do vale de correio.

Junto remeto a V. Ex.ª um titulo de licenciamento que deverá ser entregue ao interessado, depois da vistoria ao recinto e se for considerado em condições de segurança e higiene.

No título deveria ser aposto um selo fiscal de 10$00.

Chamo a atenção de V. Ex.ª para que o vale de correio correspondente às gratificações seja remitido à Secção de Contabilidade Geral da Repartição de Contabilidade e Tesouraria da Direcção dos Serviços Centrais da Secretaria de Estado da informação e Turismo.

A este assunto se refere o oficio de V. Ex.ª nº 3 485 de 12-12-69.

A bem da nação,
O Chefe da Repartição de Fiscalização e Contencioso.

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.61.

Notificação da Deliberação do Concelho Técnico da Inspecção Geral dos Espetáculos

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Snr.
Adjunto da Inspecção Geral dos Espetáculos
Lisboa

Sua referência
7 590/66/ST

Sua comunicação de
27/7/1966

Nossa referencia
Ofº 1 798

Data
29-7-1966

Para cumprimento do solicitado no oficio de V. Ex.ª acima indicado, junto tenho a honra de enviar a V. Ex.ª o mandado nele solicitado respeitante à Empresa Sonoro Cambrense, desta vila.

A bem da Nação

Delegado dos Serviços de Espetáculos

Dr. Emes Ribeiro Martins

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.61.1.

Notificação da Deliberação do Concelho Técnico da Inspecção Geral dos Espetáculos

Câmara Municipal do Concelho de Vale de Cambra

Mandado

Dr. Rogério Martins Fernando
Presidente da Câmara Municipal do Concelho supra

Mando ao Zelador desta Câmara Municipal que à vista deste meu mandado, notifique António Henriques Tavares de Almeida, como representante da Empresa Sonora Cambrense de profissão Médio no estado de residente em Vale de Cambra, freguesia de Vila Chã, deste concelho, para comparecer na Secretaria desta Câmara Municipal a fim de tomar conhecimento da deliberação do Concelho Técnico da Inspecção Geral dos Espectáculos respeitantes à construção do Cinema em Vale de Cambra em virtude de determinação do Exm.o Adjunto da Inspecção dos Espectáculos sobre pela de procedimento legal não cumprindo.

Cumpra-se: o passe certidão
Eu Emes Ribeiro Martins, chefe da Secretaria da Câmara Municipal o subscrevi.
Paços do Concelho, 28 de Junho de 1966

CERTIDÃO

Manuel Tavares de Almeida e Costa, Zelador da Câmara Municipal do Concelho de Vale de Cambra:

Certifico, para os devidos efeitos, que hoje, pelas 10 horas e vinte minutos, notifiquei os representantes legais da Empresa Sonora Cambrense, residentes nesta vila, os quais tomaram conhecimento da deliberação do Conselho Técnico da Inspecção Geral dos Espetáculos sobre a construção do novo cinema a construir nesta vila.

Vale de Cambra, vinte e oito do mês de Julho de mil novecentos e sessenta e seis.

Os Notificados,
António Henriques Tavares de Almeida
Manuel Henriques Tavares Bastos
O Funcionário
Manuel Tavares de Almeida e Costa

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.62.
Aprovação do projecto de arquitectura do novo cinema

Lisboa, 27 de julho de 1966
7 592/66/S.T.
Arq.º 55/AA/MM/4
Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Vale de Cambra

Nos termos do único do Art.º 7º do Decreto nº 42 661, de 20 de Novembro de 1959, comunico a V. Ex.ª que o Conselho Técnico desta Inspecção, em sessão de 14 do corrente mês deliberou aprovar o projecto da sala para cinema e variedades que a Empresa Sonoro Cambrense, Ldª. pretende construir na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, nessa Vila, devendo a mesma Empresa dar cumprimento às seguintes disposições:

1º — Instalada quatro bocas de incêndio (palco, subpalco, plateia e junto da cabine de projecção);
2º — Instalar deposito de água nas condições regulamentares.

A bem da Nação,
O Adjunto da Inspecção,
Dr. José Fernandes Lebre

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.63.
Aprovação do projecto de arquitectura do novo cinema

Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo

Inspecção dos Espectáculos, 27 de Julho de 1966
Of. Nº 7 590/66/S.T.
Ref. Arq.º 50/AA/MM/3

Exmo. Senhor
Delegado da Inspecção dos Espectáculos
Vale de Cambra

A fim de fazer parte do arquivo dessa Delegação, junto remeto a V. Ex.ª um exemplar do projecto da Sala para Cinema e Variedades que a Empresa Sonoro Cambrense Ld.ª, pretende construir na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, nessa localidade, e bem assim, cópia da deliberação do Conselho Técnico desta Inspecção, referente ao mesmo projecto.

Aproveito a oportunidade para rogar a V. Ex.ª se digne a mandar entregar a referida empresa o triplicado que junto a notificá-la do teor da deliberação.

O certificado de notificação deverá ser remetido a esta Inspecção, no mais curto prazo.

A bem da Nação,
O Adjunto da Inspecção

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.64.

Notificação de pagamento pela apreciação do projecto

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Snr.
Adjunto da Inspecção Geral dos Espetáculos
Lisboa

Sua referência
7 388/66/ST

Sua comunicação de
16/7/1966

Nossa referencia
Ofº 1 690

Data
20-7-1966

Para cumprimento do solicitado na parte final do oficio de V. Ex.ª acima indicado, junto tenho a honra de devolver a V. Ex.ª um exemplar da guia que o acompanhou, com nota de pago.

A bem da Nação,
O Delegado da I. Dos Espetáculos
Dr. Emes Ribeiro Martins

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.64.1.

Notificação de pagamento pela apreciação do projecto

Ministério da Presidência do Conselho
Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo
Inspecção dos Espetáculos

Serviço Técnico
Ano Económico 1966
Guia nº 232/66/ST/2ªSª

Receita do Estado
Esc. 400$00

Vai a Empresa Sonora Cambrense, Ldª, com sede em Vale de Cambra, entregar na Tesouraria da Fazenda Pública de Vale de Cambra e em conformidade com

o artigo 4º do Decreto com força de lei nº 13 872, de 1 de Julho de 1927, e artigo 2º do Decreto em força de lei nº 14 908, de 18 de Janeiro de 1928, a quantia de quatrocentos escudos proveniente da taxa devida pela apresentação e apreciação do projecto do recinto de espetáculos, na Av. Combatentes da Grande Guerra, em Vale de Cambra, 71º de Dec. Lei 42 660 e Tabela I, anexa.

Lisboa, em 16 de Julho de 1966
O Chefe da Secção

———

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.65.
Notificação da necessidade de pagamento pela apreciação do projecto

Of. Nº 7 388/66/S.T.
Ref. Arq.º 50-MI/4

Exmo. Senhor
Delegado da Inspecção dos Espectáculos
Vale de Cambra

Para que a Empresa Sonora Cambrense, Ld.ª, com sede em Vale de Cambra, deposite na Tesouraria da Fazenda Pública deus concelho, mais a importância de Esc. 400$00, devida pela apresentação e apreciação do projecto do recinto de espetáculos, sito na Av. Combatentes da Grande Guerra, nessa localidade, junto remeto a V. Ex.ª as respectivas Guias de Receita do Estado, em quadruplicado.

Após o depósito deverá ser remetido a esta Inspecção, um dos exemplares, no mais curto prazo.

A bem da Nação
Lisboa, 16 de Julho de 1966
O Adjunto da Inspecção,
Dr. José Fernandes Lebre

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.66.
Deliberação sobre o projecto do novo cinema

Presidência do Conselho
Secretariado Nacional do Informação

Delib. Nº 2 166
14.7.66

Inspecção dos Espetáculos
Conselho Técnico
Processo nº 7 814

Designação do recinto SALA PARA CINEMA E VARIEDADES localização Av. dos Combatentes da Grande Guerra, em Vale de Cambra classificação ..... classe, modalidades que podem ser realizadas cinema e variedades, requerente Empresa Sonoro Cambrense, Ld.ª com sede em Vale de Cambra.

DELIBERAÇÃO

Tendo sido presente ao Conselho Técnico desta inspecção, o processo registado no livro respectivo sob o número 7 814 respeitante à sala para cinema e variedades que a Empresa Sonoro Cambrense, Ld.ª pretende construir na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, em Vale de Cambra, o mesmo Conselho, em sessão de 14 de Julho de 1966, deliberou que o projecto merece aprovação, devendo a empresa dar cumprimento às seguintes disposições:

1) Instalar 4 bocas de incêndio (palco, sub-palco, plateia e junto da cabine de projecção);
2) Instalar depósito de água nas condições regulamentares.

Inspecção dos Espetáculos, 14 de Julho de 1966
O Conselho Técnico,
José Fernandes Lebre
Luis Benavente
Rogério Jaime de Campos Cansado
Renato Paletti Berger

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.67.

Notificação de pagamento pela apreciação do projecto

Câmara Municipal de Vale de Cambra
Secretaria

Exmo. Snr.
Adjunto da Inspecção Geral dos Espetáculos
Lisboa

Sua referência
6 746/ST

Sua comunicação de
27/6/1966

Nossa referencia
Ofº 1 561

Data
2-7-1966

Para cumprimento no oficio de V. Ex.ª acima indicado, junto tenho a honra de devolver a V. Ex.ª um exemplar da guia comprovativa do pagamento da importância de 200$00, respeitante à Empresa Sonora Cambrense, Ld.ª, desta vila.

A Bem da nação
O Delegado da Insp. Dos Espetáculos,
Dr. Emes Ribeiro Martins

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.67.1

Notificação de pagamento pela apreciação do projecto

Ministério da Presidência do Conselho
Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo

Inspecção dos Espetáculos
Serviço Técnico
Ano Económico 1966
Guia nº 202/2ªSª/66/ST

Receita de Estado
Esc. 200$00

Vai a Empresa Sonora Cambrense, Ldª, com sede em Vale de Cambra, entregar na Tesouraria da Fazenda Pública de Vale de Cambra e em conformidade com o artigo 4º do Decreto com força de lei nº 13 872, de 1 de Julho de 1927, e artigo 2º do Decreto em força de lei nº 14 908, de 18 de Janeiro de 1928, a quantia de duzentos escudos proveniente da taxa devida pela apresentação e apreciação do projecto do recinto de espetáculos, na Av. Combatentes da Grande Guerra, em Vale de Cambra, 71º de Dec. Lei 42 660 e Tabela I, anexa.

Lisboa, em 16 de Julho de 1966
O Chefe da Secção

———

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.68.

Notificação da necessidade de pagamento pela apreciação do projecto

6 746/66/S.T.
Arq.º 50-MI/4

Exmo. Senhor
Delegado da Inspecção dos Espetáculos
Vale de Cambra

Para que a Empresa Sonora Cambrense, Ld.ª, com sede em Vale de cambra, deposite na Tesouraria da Fazenda Pública desse conselho, a importância de Esc.200$00, ou seja um terço da taxa devida pela apresentação e apreciação do projecto do recinto de espetáculos, sito na Av. Combatentes da Grande guerra, nessa localidade, junto remeto V. Ex.ª as respectivas Guias de Receita do Estado em quadruplicado.

Após o depósito deverá ser remetido a esta Instituição, um dos exemplares, no mais curto prazo.

A Bem da Nação,
Lisboa, 27 de Junho de 1966
O Adjunto da Inspecção,
Dr. José Fernandes Lebre

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.69.

Pedido de construção de um novo recinto de espetáculos em Vale de Cambra

Ex. Sp. Director Geral da Inspecção dos Espetáculos

A Empresa Sonora Cambrense, Ld.ª, com sede em Vale de Cambra, pretendendo mandar construir um recinto de espetáculos destinado a cinema e variedades, na Av. Combatentes da Grande Guerra, em Vale de Cambra, vem submeter à apreciação de V. Ex.ª o presente projecto, solicitando a sua aprovação.

O edifício projectado destina-se a substituir o recinto de espectáculos actualmente existente, pertencente à Empresa requerente, que deixará de funcionar logo que o novo recinto entre em funcionamento.

Em nota é possível ler-se no documento:

Informação

Não existe qualquer recinto de cinema em Vale de Cambra além do que é explorado pela Emp. requerente.

25/VI/66

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.70.
Certidão de entrega de projecto para o novo cinema

CERTIDÃO

EMES RIBEIRO MARTINS, Bacharel em Direito e Chefe da Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Vale de Cambra.

CERTIFICO, para os devidos efeitos, usando da faculdade que me confere o número terceiro do artigo cento e trinta e sete do Código Administrativo, que examinando o livro de actas desta Câmara Municipal e em sua reunião ordinária de seis de Abril do ano de mil novecentos e sessenta e seis, se encontra a deliberação de teor seguinte: "Em seguida foi apresentado um requerimento da Empresa Sonora Cambrense, Limitada, com sede nesta vila, acompanhado do projecto e cálculos de construção de um cinema nesta vila, à Avenida dos Combatentes, a fim de ser apreciados e aprovados provisoriamente, por esta Câmara para que possam, após, ser submetidos à apreciação da Excelentíssima Inspecção dos Espetáculos, conforme determina o parágrafo terceiro do artigo sétimo do Decreto-Lei número quarenta e dois mil seiscentos e sessenta, de vinte de Novembro de mil novecentos e cinquenta e nove. A Câmara depois de apreciar o projecto e cálculos apresentados, deliberou aprová-los provisoriamente, por unanimidade, dando-se assim cumprimento ao disposto referido Decreto-Lei. Mais foi deliberado que à requerente fosse passada a certidão e solicitada.

É o que contem na parte respectiva a que me Report. Vale de Cambra, vinte e um de Junho de mil novecentos e sessenta e seis. E eu, _____ Chefe da Secretaria da Câmara, a subscrevi e assino.

(Sete escudos e oitenta sentados pagos por guia registada no livro oito sob o nº

3205)

In IGAC, Processo nº 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

Documento 5.71.
Memória descritiva do projecto de arquitectura para o novo cinema

MEMÓRIA DESCRITIVA

CINEMA EM VALE DE CAMBRA

Pela sua importância, o cinema que a Empresa Sonora Cambrense, Ld.ª, pretende edificar virá a constituir elemento de valorização da Vila, que vem satisfazer a necessidade de instalações condignas dum recinto de espetáculo.

Agradece-se à Camara Municipal de Vale de Cambra, na pessoa de seu Exmº Presidente e boa vontade e encorajamento com que tem acalentado esta iniciativa, o que bem demonstra o interesse que representa para a Vila a construção deste cinema.

O cinema será construído na Avenida Combatentes da Grande Guerra satisfazendo a implantação prevista no Plano de Urbanização.

Son o ponto de vista funcional, de importância básica em instalações para este fim, considerara-se na elaboração do projecto os aspectos essenciais ao seu eficiente funcionamento e no seu conjunto um válido arranjo arquitectónico.

A distribuição dos diferentes locais nos diversos pisos do edifício, dentro do que pareceu funcionalmente lógico e atendendo às condicionantes da área disponível e sua localização, foi prevista de um modo sumário que se passa a descrever:

1º PAVIMENTO
Localizam-se no 1º pavimento a entrada de serviço, a dependência destinada às instalações de aquecimento e ventilação, bufete, instalações sanitárias, escada de acesso e ainda totalmente independente das instalações do cinema, 3 estabelecimentos comerciais, sendo um deles destinado a um café.

2º PAVIMENTO
Neste pavimento distribuem-se as entradas principais do cinema, bilheteiras, os vestíbulos, os vestiários, a plateia da sala de espetáculos, as instalações sanitárias destes locais, as dependências anexas constituídas por escada de serviço, cabine de bombeiros, e camarins e ainda a nível intermédio entre o 1º pavimento e este o sub-palco no qual se faz o acesso ao local da orquestra.

3º PAVIMENTO
Enconta-se localizado neste pavimento a tribuna da sala de espetáculos, os vestíbulos, vestiários e bufete deste pavimento, instalações sanitárias e as dependências anexas servidas pela escada de serviço, com 2 camarins e cabine de electricista de cena.

4º PAVIMENTO

Neste pavimento encontram-se localizadas as cabines de projecção e enrolamento, posto do inverso destinado ao bombeiro de serviço e instalações sanitárias destes locais que tem igualmente acesso pela escada de serviço.

Arquitectonicamente a obra viv pelo seu volume e proporções, constituindo um conjunto sóbrio, obtido por elementos simples que se integram num todo harmonioso, que será enriquecido com o emprego adequado de granito e cerâmicas, conferindo-lhe uma certa unidade de pormenor.

Todo o ambiente do cinema será alimentado por um sistema de insuflação de ar filtrado, aquecido durante a época defiro e arrefecido por ventilação durante a época de calor, instalação este que em ambos os casos lhe assegurará boas e higiénicas condições de utilização.

Toda a estrutura do edifício será em betão armado, sendo os paramentos em permeando. Serão igualmente em betão armado todos os pavimentos, tectos e escadas.

As divisórias interiores serão de tijolo rebocadas por ambas as faces, seno nas instalações sanitárias revestidas por azulejo até à altura das padieiras.

A cobertura será em fibrocimento sobre armação de ferro.

Todas as instalações sanitárias serão devidamente iluminadas e ventiladas.

O abastecimento de água será assegurado pela rede camarária e por intermédio do depósito de água privativo do recinto.

Os esgotos das instalações sanitárias serão efectuados de acordo com a legislação correspondente.

A instalação de energia eléctrica obedecerá às condições prescritas na respectiva legislação.

Por último, serão observados todos os regulamentos e demais prescrições em vigor.

Vale de Cambra, 28 de Maio de 1966
António Bandeira

7. Situação contemporânea ao presente estudo dos recintos dos distritos de Viseu, Aveiro e Porto

DATA	NOME	CATEGORIA	DISTRITO	CONCELHO	ESTADO ATUAL
-	Cine-Teatro Ribeiro Conceição	D	Viseu	Lamego	Activo
1898	Teatro Viriato	C	Viseu	Viseu	Activo
1921	Avenida Teatro	C	Viseu	Viseu	Demolido
1925	Cine-Teatro Jaime Gralheiro	A/B	Viseu	São Pedro do Sul	Remodelado em 2006
1948	Cine-Teatro de Nelas	A	Viseu	Nelas	Cine-Teatro Municipal
1950	Cine-Teatro Mangualde	A	Viseu	Mangualde	Desactivado/Abandonado
1952	Cine Rossio	B	Viseu	Viseu	Demolido
2005	Cinemas NOS Fórum Viseu	E	Viseu	Viseu	Activo
2008	Cinemas NOS Palácio do Gelo	E	Viseu	Viseu	Activo
1881	Teatro Aveirense	C	Aveiro	Aveiro	Activo
1908	Teatro Pampilhosa	C	Aveiro	Mealhada (Pampilhosa)	Fechado
1929	Cine-Teatro Avenida	A	Aveiro	Mealhada (Luso)	Desactivado, com projecto de reabilitação
1944	Cine-Teatro de Ovar	A	Aveiro	Ovar	Desactivado, com projecto de reabilitação
1946	Avenida Cine	A	Aveiro	Oliveira de Azemeis	Actualmente é o Cine-Teatro Caracas
1947	Teatro S. Pedro	A	Aveiro	Espinho	Activo
1948	Cine-Teatro Alba	A	Aveiro	Albergaria-a-Velha	Activo
1948	Cine-Teatro São Jorge	A	Aveiro	Anadia	Activo
1948	Atlântico Cine-Teatro	A	Aveiro	Ílhavo	Consumido por um incendio em 1989
1949	Cine-Teatro Avenida	A	Aveiro	Aveiro	Desactivado, com reabertura programada
1950	Cine-Teatro Estarreja	A	Aveiro	Estarreja	Activo
1950	Cine-Teatro Messias	A	Aveiro	Mealhada	Activo
1959	Cine-Teatro Imperador	A	Aveiro	São João da Madeira	Reabilitado
1998	Cinemas NOS Fórum	E	Aveiro	Aveiro	Desactivado
2000	Cinemas NOS Glicinais	E	Aveiro	Aveiro	Activo
-	Cine-Teatro Marco de Canaveses	D	Porto	Marco de Canaveses	Desactivado, com projecto de reabilitação
1877	Teatro Sá da Bandeira	C	Porto	Porto	Activo
1897	Teatro Carlos Alberto	C	Porto	Porto	Activo
1899	Teatro Águia de Ouro	C	Porto	Porto	Convertido em Alojamento Local
1906	Teatro Constantino Nery	C	Porto	Matosinhos	Activo
1913	Cinema Trindade	C	Porto	Porto	Reabilitado
1920	Teatro São João	C	Porto	Porto	Activo
1921	Casa das Artes de Felgueiras	B	Porto	Felgueiras	Activo, reabilitado em 1997
1928	Cine-Teatro Eduardo Brazão	A	Porto	Vila Nova de Gaia (Valadares)	Activo
1929	Cine-Teatro Odéon	A	Porto	Porto	Desactivado/Abandonado
1932	Teatro Rivoli	A	Porto	Porto	Activo
1937	Estrela Cine	B	Porto	Vila Nova de Gaia	?Desactivado/Demolido?
1941	Coliseu do Porto	A	Porto	Porto	Activo
1942	Cinema Júlio Dinis	B	Porto	Porto	Convertido em salão de baile
1944	Cine Parque Avenida	A	Porto	Vila Nova de Gaia	?Desactivado/Demolido?
1947	Cine-Teatro Neiva	A	Porto	Vila do Conde	Reabilitado
1947	Cinema Batalha	B	Porto	Porto	Desactivado, com projecto de reabilitação
1947	Cine-Teatro Amarante	A	Porto	Amarante	Desactivado, com projecto de reabilitação de Carlos Prata
1948	Cine-Teatro Vale Formoso	A	Porto	Porto	Desactivado
1950	Cine-Teatro Santo Tirso	A	Porto	Santo Tirso	Desactivado, com projecto de reabilitação
1954	Cine-Teatro Santo Tirso	A	Porto	Santo Tirso	Desactivado, com projecto de reabilitação
1995	Cinemas NOS Gaia Shopping	E	Porto	Vila Nova de Gaia	Activo
1997	Cinemas UCI Arrábida	E	Porto	Vila Nova de Gaia	Activo
1997	Cinemas NOS Maia Shopping	E	Porto	Maia	Activo
1998	Cinemas NOS Norteshopping	E	Porto	Senhora da Hora	Activo
2002	Cinemax Penafiel	E	Porto	Penafiel	Activo, reabilitado, 3 salas 2D+3D
2005	Cinemas NOS Alameda	E	Porto	Antas	Activo

2005	Cinemas NOS Alameda	E	Porto	Antas	Activo
2006	Cinemas NOS Parque Nascente	E	Porto	Rio Tinto	Activo
2006	Cinemas NOS Ferrara Plaza	E	Porto	Paços de Ferreira	Activo
2008	Cinemas NOS Mar Shopping	E	Porto	Leça da Palmeira	Activo

CATEGORIA	DESCRIÇAO
A	Cine-Teatros construídos de raiz
B	Teatros adaptados a Cine-Teatros
C	Salas exclusivas à função de cinema
D	Edifícios de tipologias distintas adaptados a Cine-Teatros
E	Salas Multiplex (geralmente em centros comerciais)
	LEGENDA
	Dentro da Área Metropolitana do Porto
	Fora da Área Metropolitana do Porto

CINEMA PARADISO

a reabilitação de um equipamento do século XX

volume II

Realizada por **Inês Cristino Soares**
Orientada pelo professor **Luís Urbano**

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2018/2019

ÍNDICE DE DESENHOS

09 arquivo municipal de vale de cambra

09 ***Ante-Plano de Urbanisação*** **para a cidade de Vale de Cambra, 1945**
Arquiteto Júlio José de Brito em parceria com o Engenheiro José Bessa de Portugal

11 Planta da Região de Cambra
12 Solução A
13 Solução B

15 **Projecto para o novo Cinema de 1947**
Arquiteto Alfredo Rodrigo Casaes Rodrigues

17 Planta de Implantação
18 Planta Primeiro Pavimento
19 Planta Segundo Pavimento
20 Planta Terceiro Pavimento
21 Planta Quarto Pavimento
22 Planta Quinto Pavimento
23 Corte Longitudinal
24 Cortes Transversais
25 Alçados Principal
26 Alçado Posterior
27 Alçado Lateral Direito
28 Alçado Lateral Esquerdo

31 Projecto para o novo Cinema de 1949
Arquiteto Alfredo Rodrigo Casaes Rodrigues

33 Planta de Implantação
34 Planta ao Nível do Sub-Palco
35 Planta ao Nível do Palco
36 Planta ao Nível do Hall
37 Planta ao Nível da Cabine de Projecção
38 Corte Longitudinal
39 Corte Transversal e Alçado Posterior
40 Alçado Principal
41 Alçado Lateral Direito
42 Alçado Lateral Esquerdo

45 IGAC, processo 01.19.001, "Cinema de Vale de Cambra"

45 Projecto para o novo Cinema de 1966
Arquiteto António Bandeira

47 Axonometria Síntese
48 Planta de Implantação
49 Planta ao Nível dos Estabelecimentos
50 Planta ao Nível do Sub-Palco
51 Planta ao Nível da Plateia
52 Planta ao Nível do Balcão
53 Planta ao Nível da Cabine de Projeção
54 Cortes Longitudinais
55 Corte Transversal
56 Alçado Principal e Posterior
57 Alçado Lateral

59 Projecto para o Centro de Artes e Espetáculos, 2017
Arquiteto Gonçalo Louro

59 Levantamento do Estado Actual
61 Planta Piso -1 e -1c
62 Planta Piso 0
63 Planta Piso 1
64 Planta Piso 2
65 Planta de Cobertura
66 Corte Longitudinal 1 e 2
67 Corte Longitudinal 3
68 Corte Transversal 1, 2, 4 e 5
69 Corte Transversal 3
70 Alçado Norte, Nascente e Poente
71 Alçado Sul

73 Desenhos de Transformações
Vermelhos e Amarelos

75 Planta Piso -1 e -1c
76 Planta Piso 0
77 Planta Piso 1
78 Planta de Cobertura
80 Corte Longitudinal 1 e 2
81 Corte Longitudinal 3
82 Corte Transversal 1, 2, 4 e 5
83 Corte Transversal 3
84 Alçado Norte, Nascente e Poente
85 Alçado Sul

87 **Proposta Final**
89 Planta Piso -1 e -1c
90 Planta Piso 0
91 Planta Piso 1
92 Planta Piso 2
93 Planta Piso 3
94 Planta de Cobertura
95 Corte Longitudinal 1 e 2
96 Corte Longitudinal 3 e 4
97 Corte Longitudinal 5 e 6
98 Corte Transversal 1, 2, 3 e 4
99 Corte Transversal 5, 6, 7 e 8
100 Alçado Norte, Nascente, Poente
101 Alçado Sul

103 Cinema Paradiso

103 **Desenhos de Transformações**
Vermelhos e Amarelos
105 Planta Piso -1 e -1B | Corte Longitudinal GG'
106 Planta Piso 0 | Corte Longitudinal HH'
107 Planta Piso 1 | Corte Longitudinal FF'
108 Planta Piso 2 | Corte Transversal AA' e DD'
109 Planta Piso 3 | Corte Transversao BB' e CC'
110 Planta de Cobertura | Corte EE' | Alçado Norte
111 Alçado Sul
112 Alçado Este
113 Alçado Oeste

115 **Proposta Final**
117 Planta Piso -1 e -1B | Corte Longitudinal GG'
118 Planta Piso 0 | Corte Longitudinal HH'
119 Planta Piso 1 | Corte Longitudinal FF'
120 Planta Piso 2 | Corte Transversal AA' e DD'
121 Planta Piso 3 | Corte Transversao BB' e CC'
122 Planta de Cobertura | Corte EE' | Alçado Norte
123 Corte EE' Pormenor 1.20, fachada Este
125 Alçado Sul
126 Alçado Este
127 Alçado Oeste

arquivo municipal de vale de cambra

Ante-Plano de Urbanisação **para a cidade de Vale de Cambra, 1945**

Arquiteto Júlio José de Brito em parceria com o Engenheiro José Bessa de Portugal

Planta da Região de Cambra

Solução A

Solução B

Projecto para o novo Cinema de 1947

Arquiteto Alfredo Rodrigo Casaes Rodrigues

Planta de Implantação

Planta Primeiro Pavimento

Planta Segundo Pavimento

Planta Terceiro Pavimento

Planta Quarto Pavimento

Planta Quinto Pavimento

Corte Longitudinal

Cortes Transversais

Alçados Principal

Alçado Posterior

Alçado Lateral Direito

Alçado Lateral Esquerdo

Projecto para o novo Cinema de 1949

Arquiteto Alfredo Rodrigo Casaes Rodrigues

Planta de Implantação

Planta ao Nível do Sub-Palco

Planta ao Nível do Palco

Planta ao Nível do Hall

Planta ao Nível da Cabine de Projecção

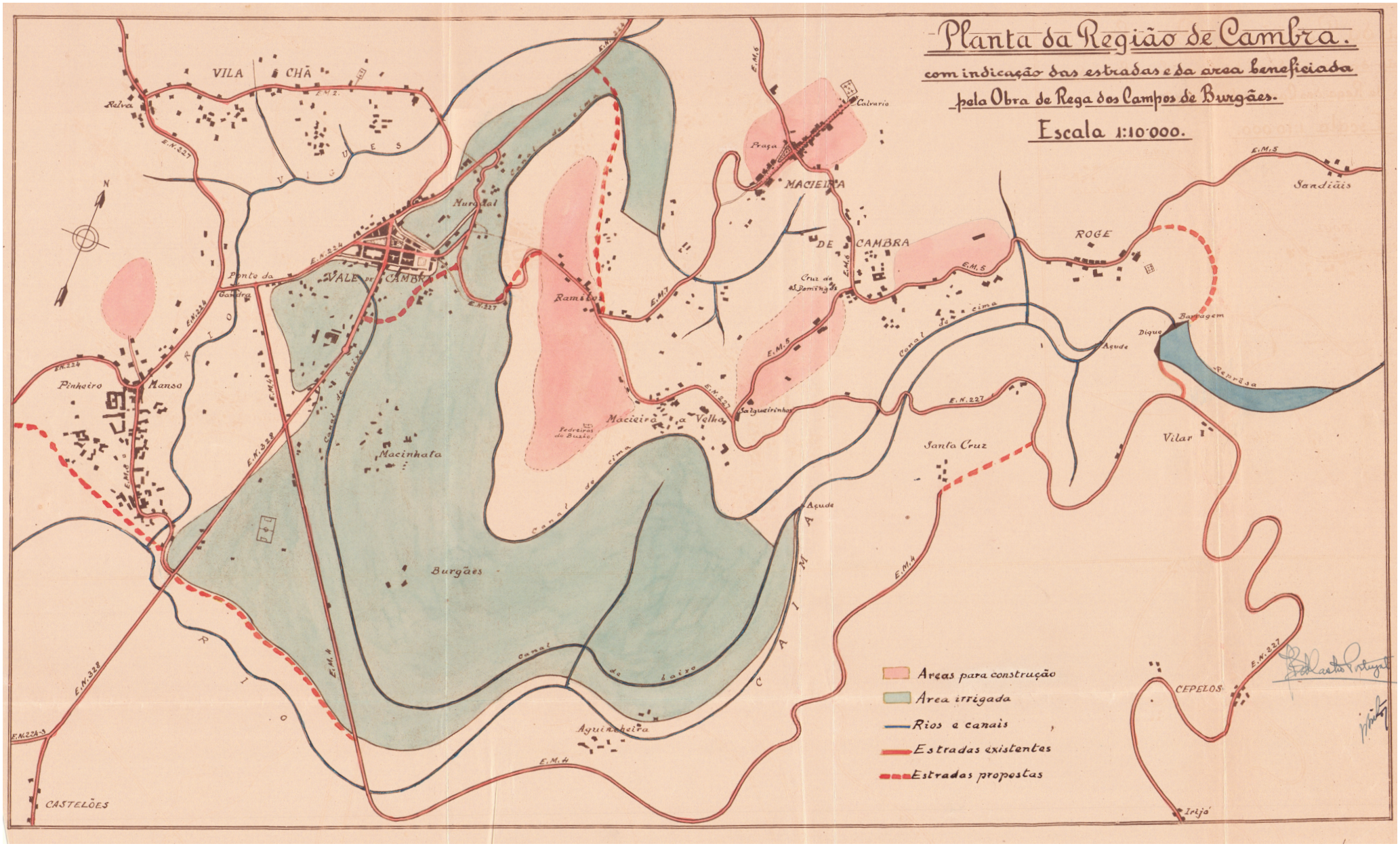
Corte Longitudinal

Corte Transversal e Alçado Posterior

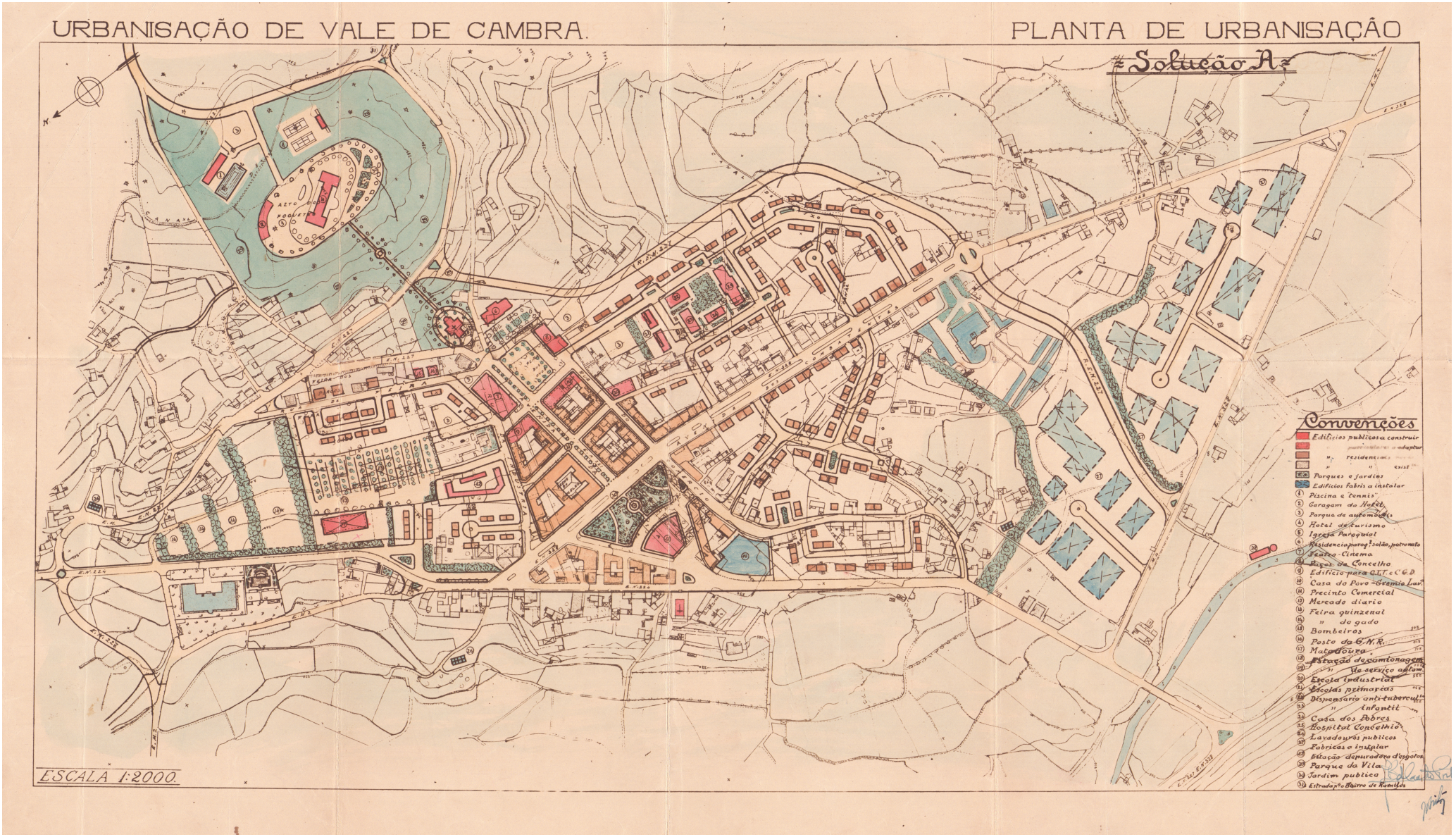
Alçado Principal

Alçado Lateral Direito

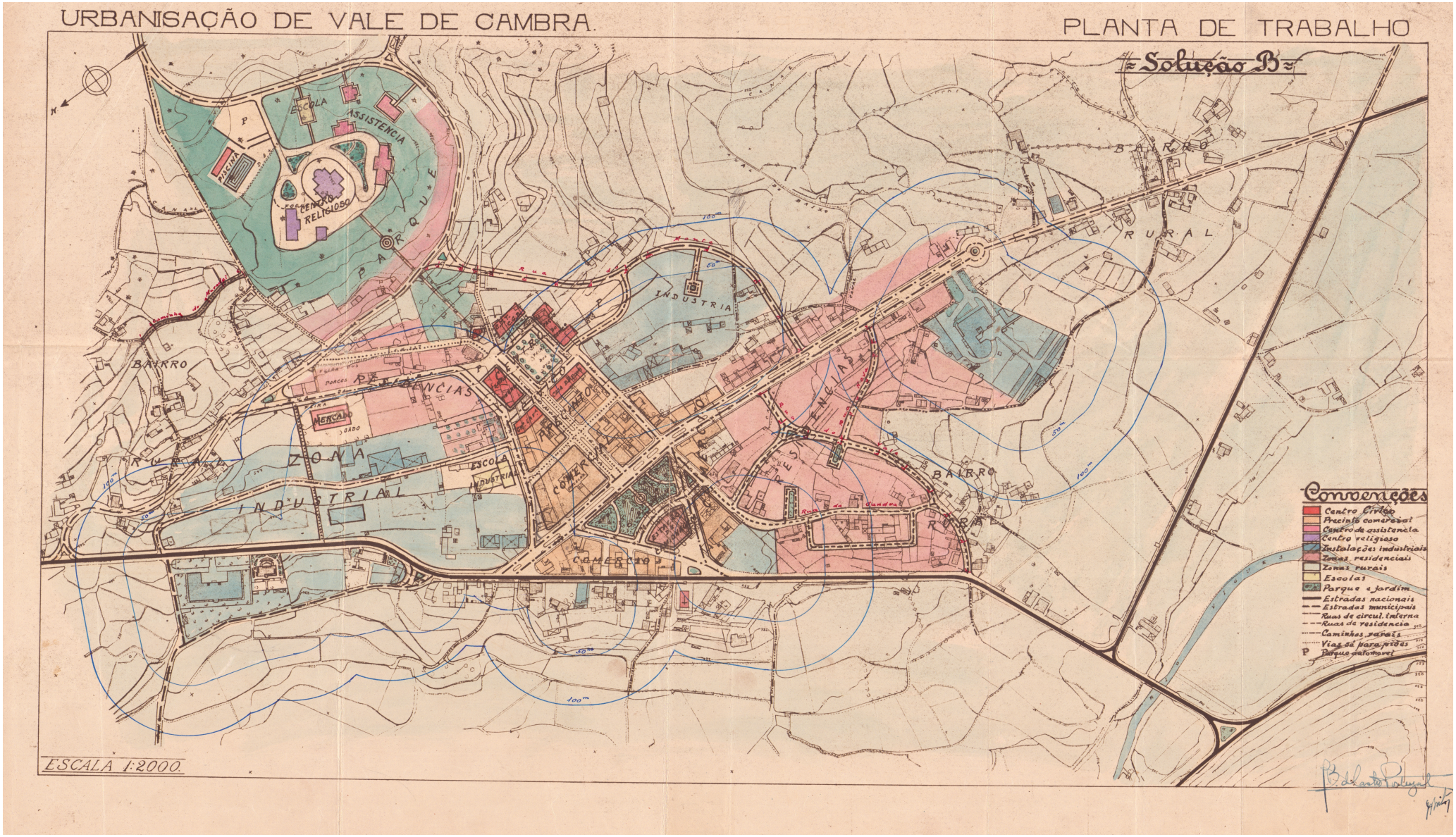
Alçado Lateral Esquerdo



Estudo da Região de Cambra para o *Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra* datado de 1945 concretizado pelo engenheiro José Bessa de Castro Portugal em parceria com o arquitecto Júlio José de Brito para o Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra.



Solução A para o *Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra* datado de 1945 concretizado pelo engenheiro José Bessa de Castro Portugal em parceria com o arquitecto Júlio José de Brito para o Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra.



Solução B para o *Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra* datado de 1945 concretizado pelo engenheiro José Bessa de Castro Portugal em parceria com o arquitecto Júlio José de Brito para o Ante-Plano de Urbanisação de Vale de Cambra.

arquivo municipal de vale de cambra

Ante-Plano de Urbanisação para a cidade de Vale de Cambra, 1945

Arquiteto Júlio José de Brito em parceria com o Engenheiro José Bessa de Portugal

Planta da Região de Cambra

Solução A

Solução B

Projecto para o novo Cinema de 1947

Arquiteto Alfredo Rodrigo Casaes Rodrigues

Planta de Implantação

Planta Primeiro Pavimento

Planta Segundo Pavimento

Planta Terceiro Pavimento

Planta Quarto Pavimento

Planta Quinto Pavimento

Corte Longitudinal

Cortes Transversais

Alçados Principal

Alçado Posterior

Alçado Lateral Direito

Alçado Lateral Esquerdo

Projecto para o novo Cinema de 1949

Arquiteto Alfredo Rodrigo Casaes Rodrigues

Planta de Implantação

Planta ao Nível do Sub-Palco

Planta ao Nível do Palco

Planta ao Nível do Hall

Planta ao Nível da Cabine de Projecção

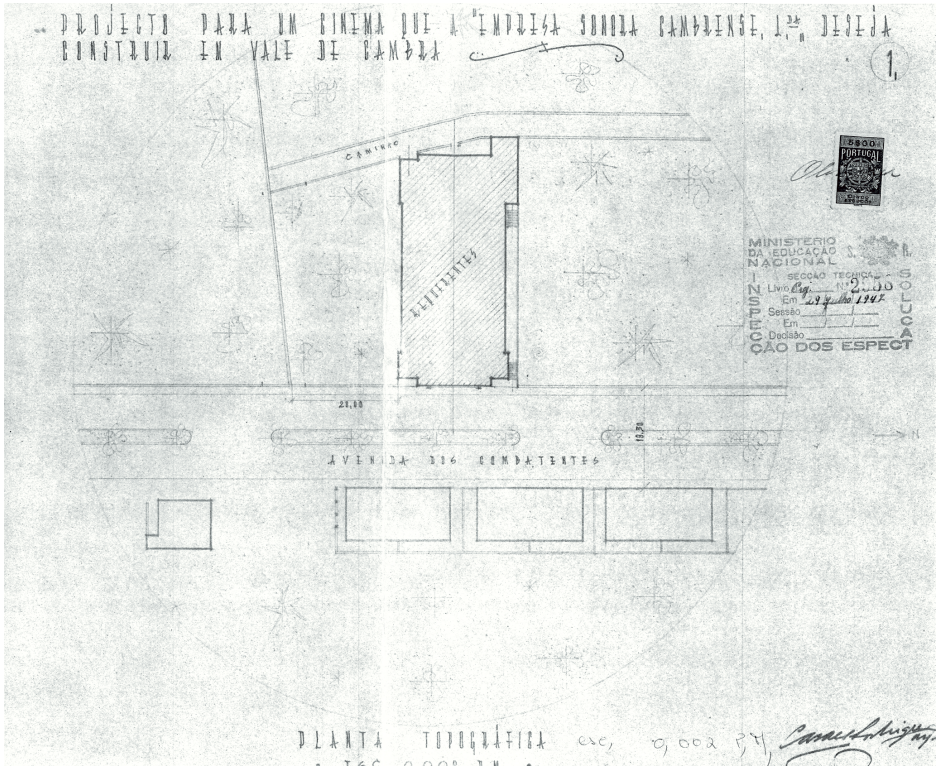
Corte Longitudinal

Corte Transversal e Alçado Posterior

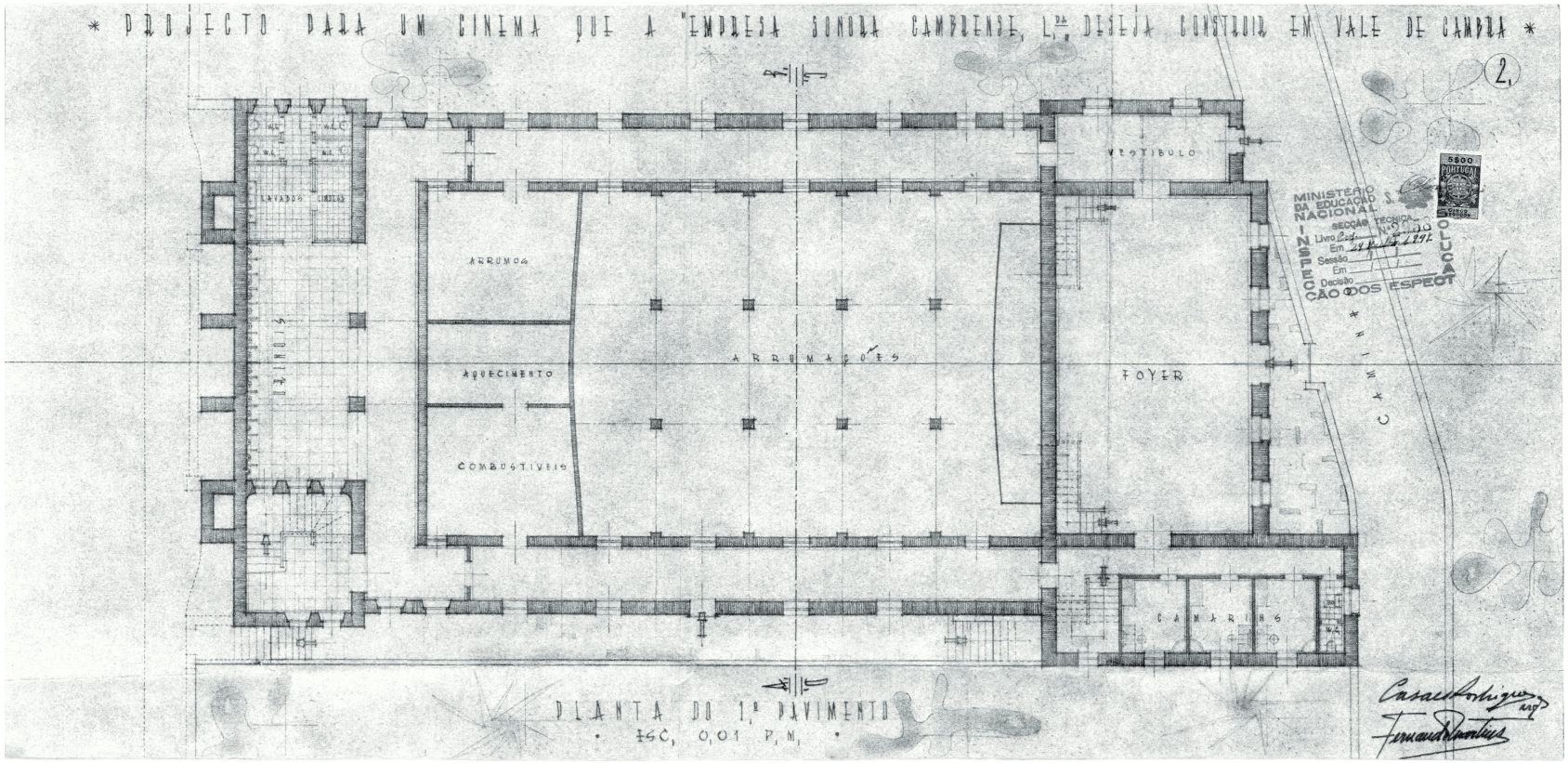
Alçado Principal

Alçado Lateral Direito

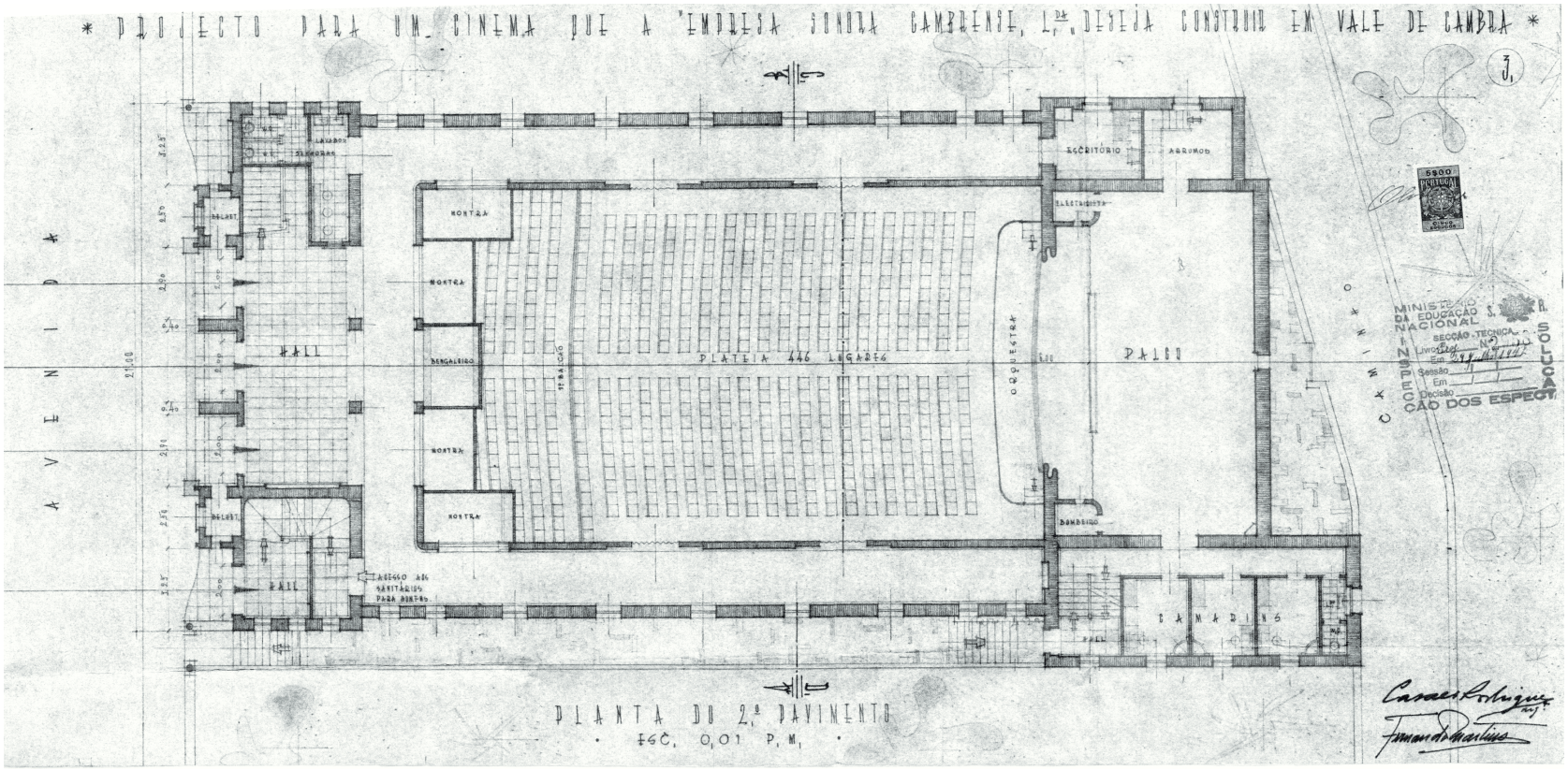
Alçado Lateral Esquerdo



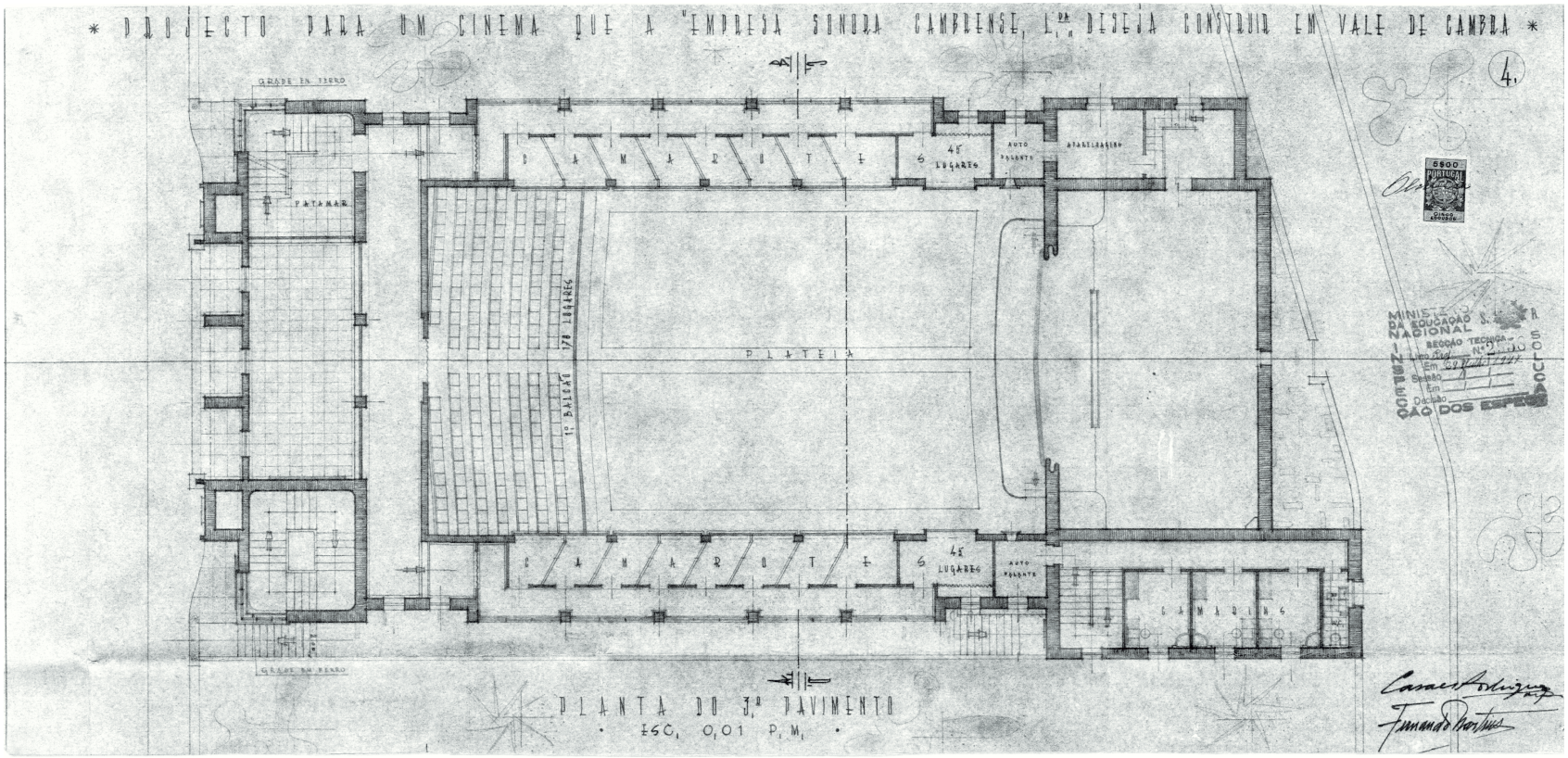
Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para a Implantação.
Desenho à escala 1.500



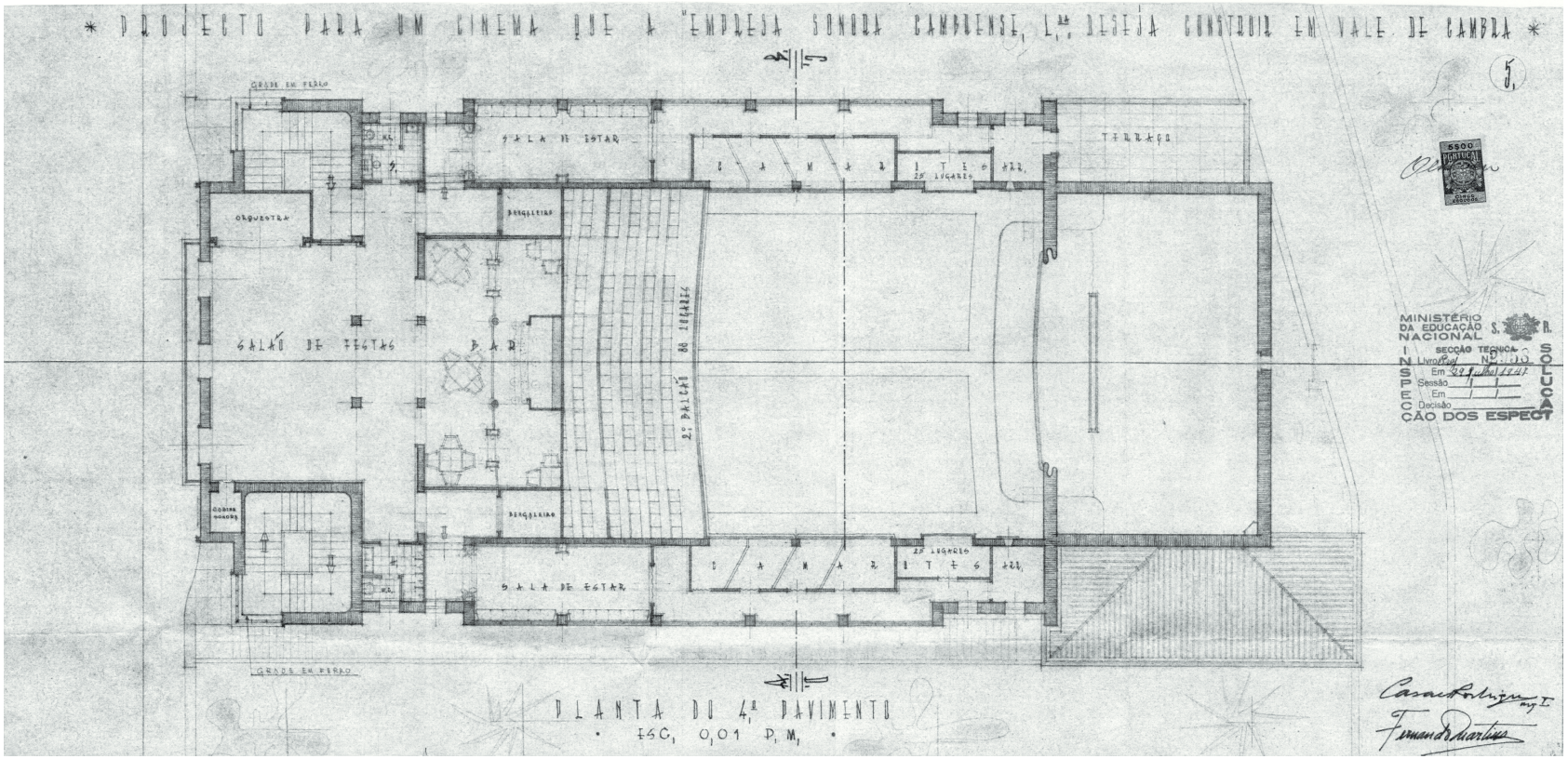
Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o 1º Pavimento.
Desenho à escala 1.200



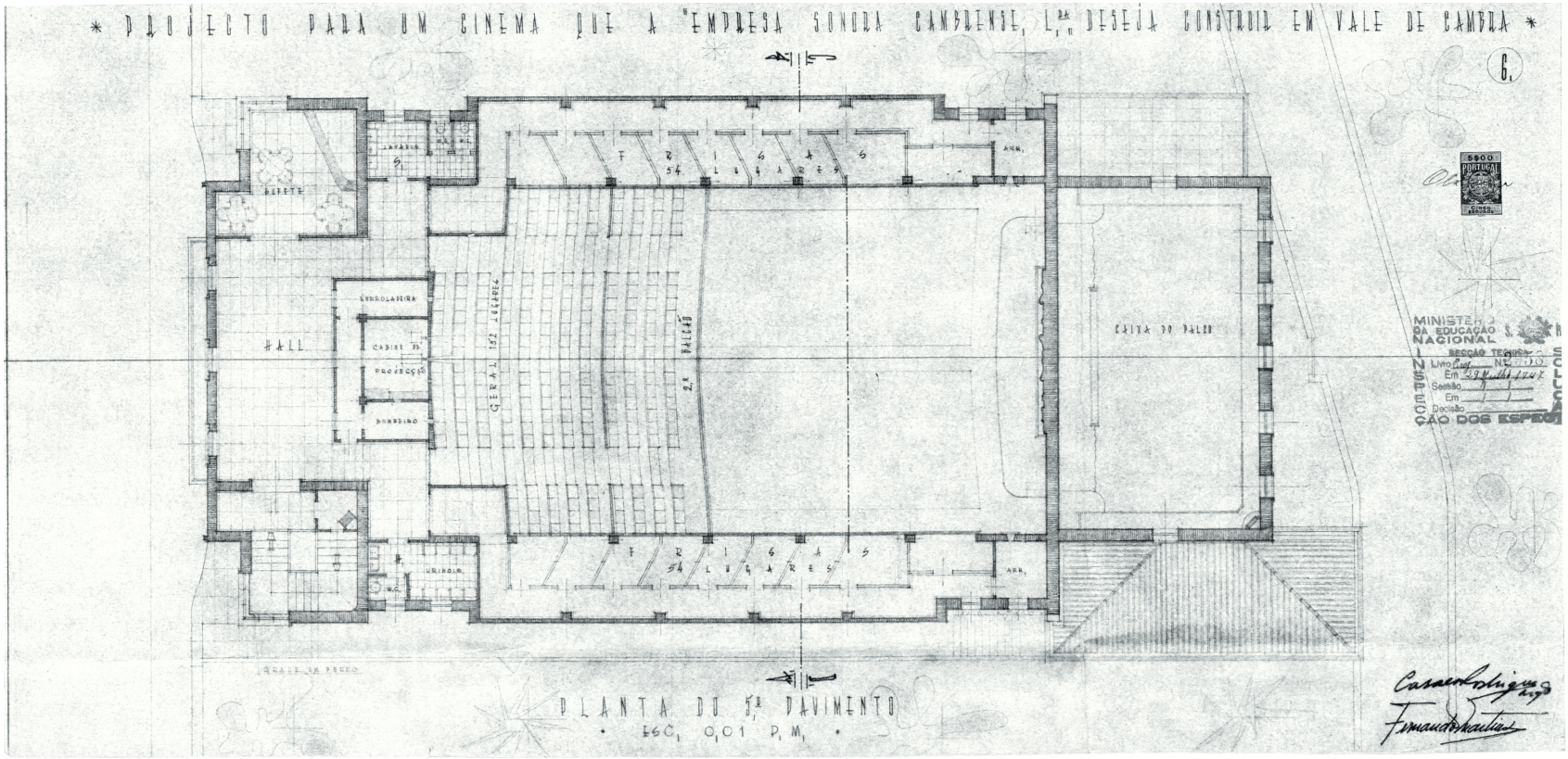
Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o 2º Pavimento.
Desenho à escala 1.200



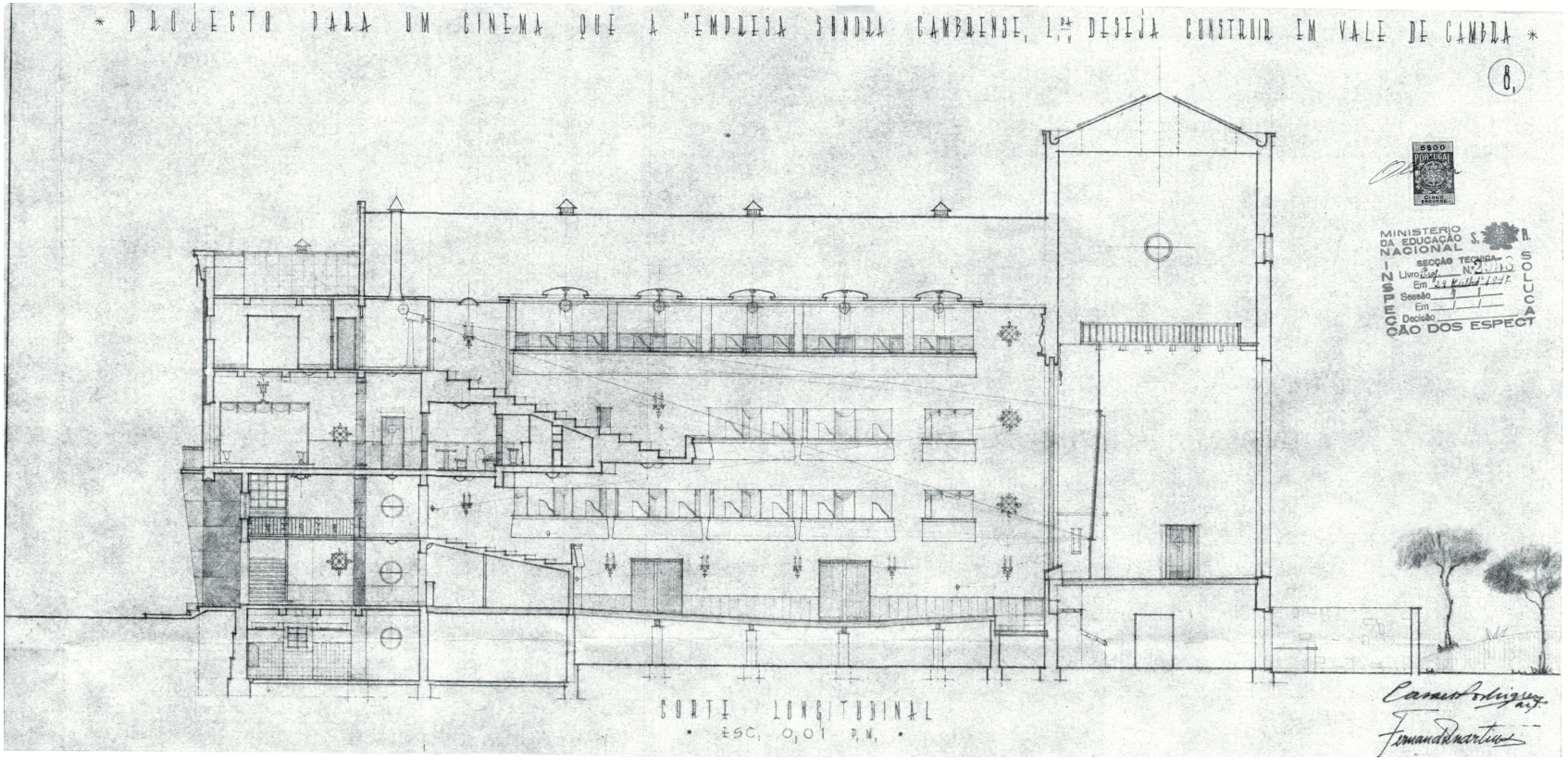
Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o 3º Pavimento.
Desenho à escala 1.200



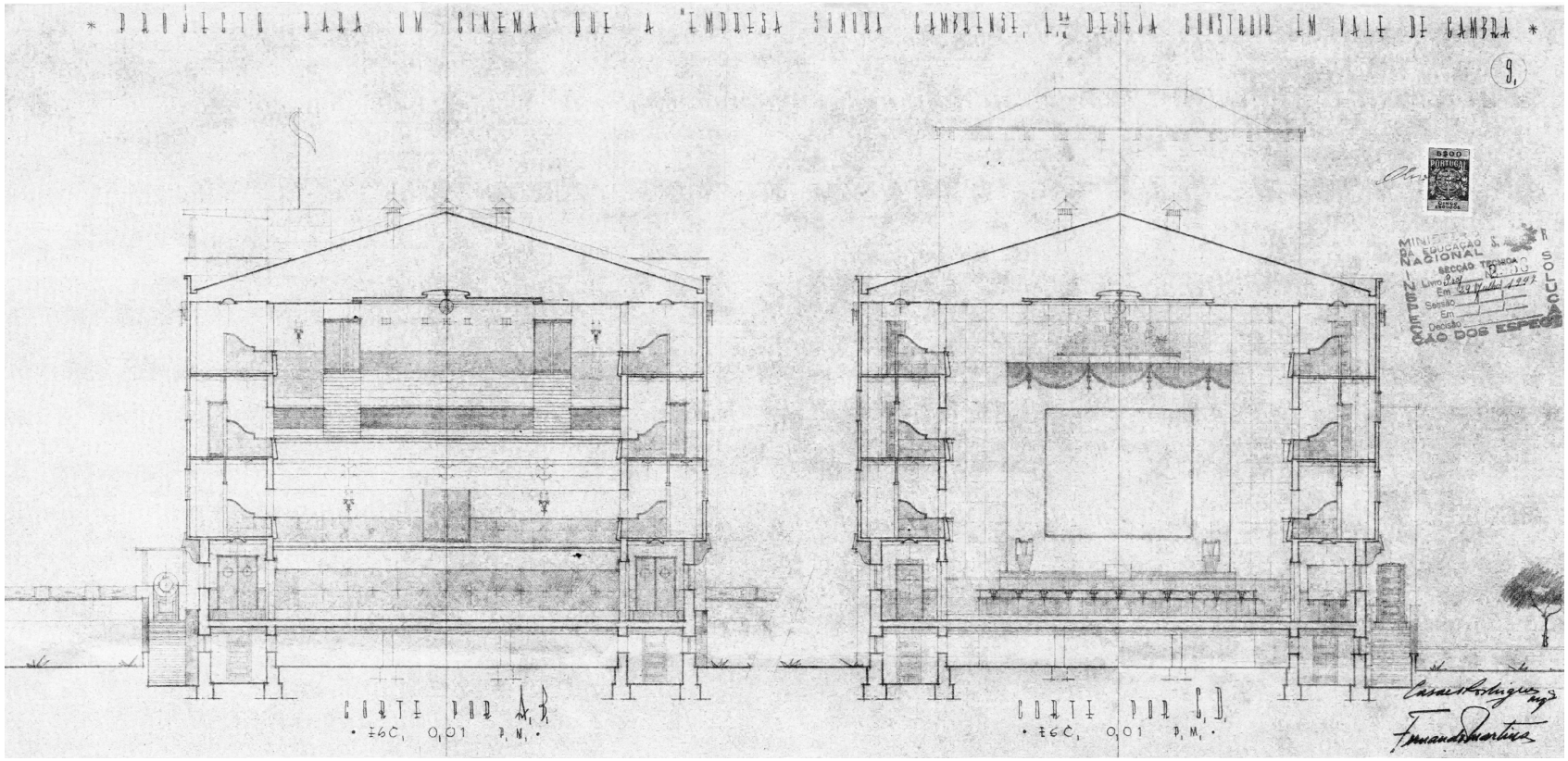
Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o 4º Pavimento.
Desenho à escala 1.200



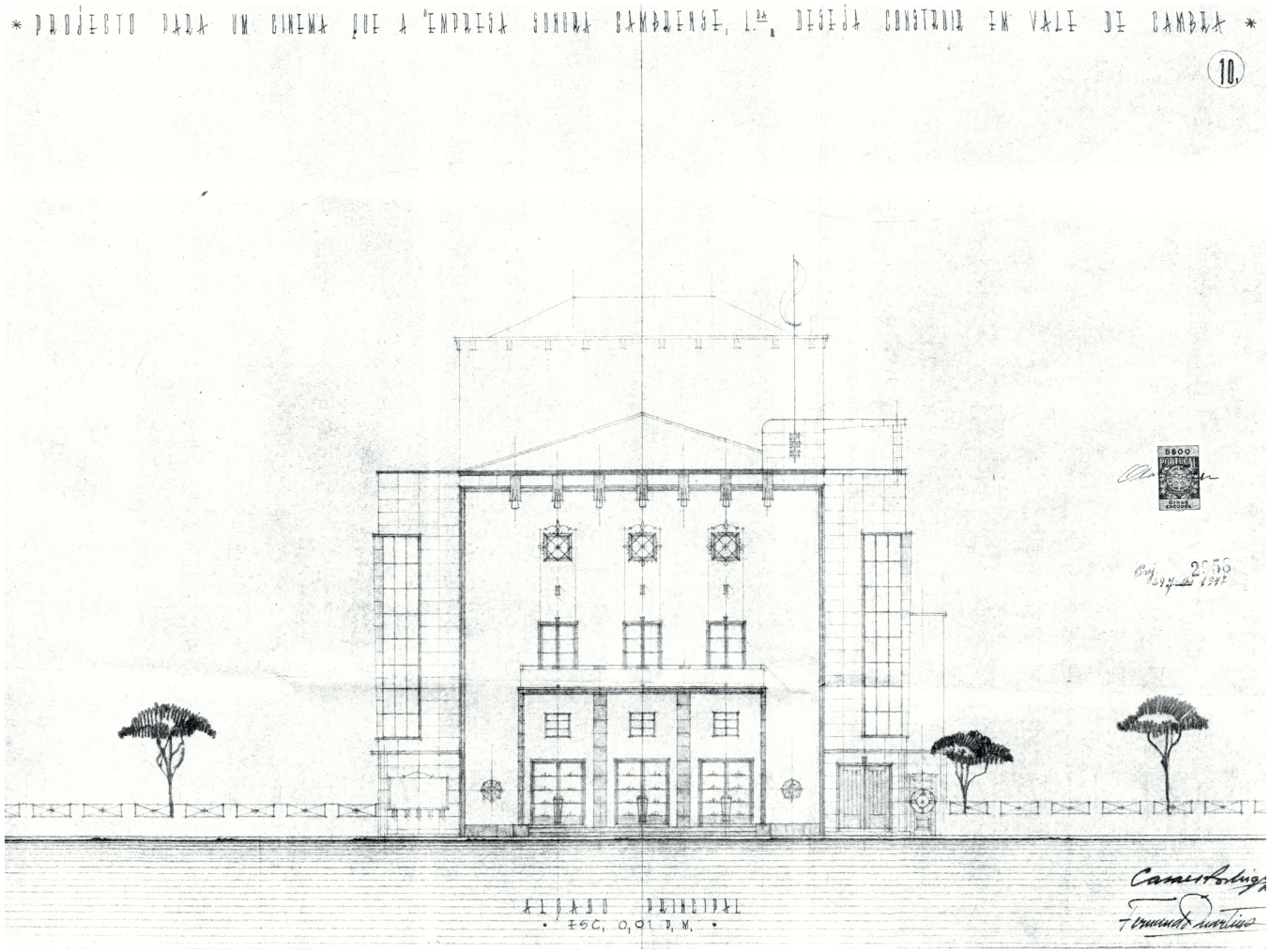
Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o 5º Pavimento.
Desenho à escala 1.200



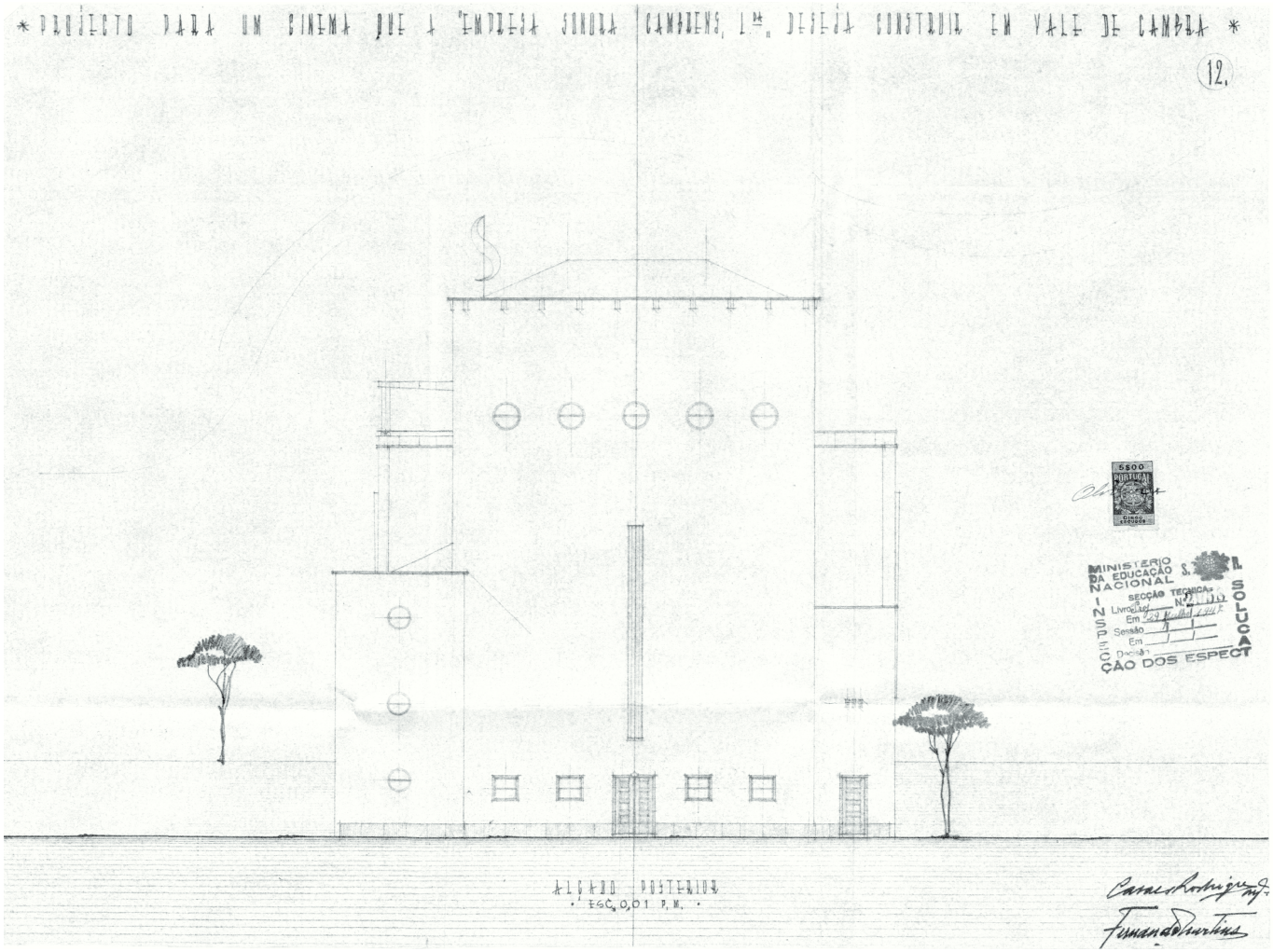
Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o Corte Longitudinal.
Desenho à escala 1.200



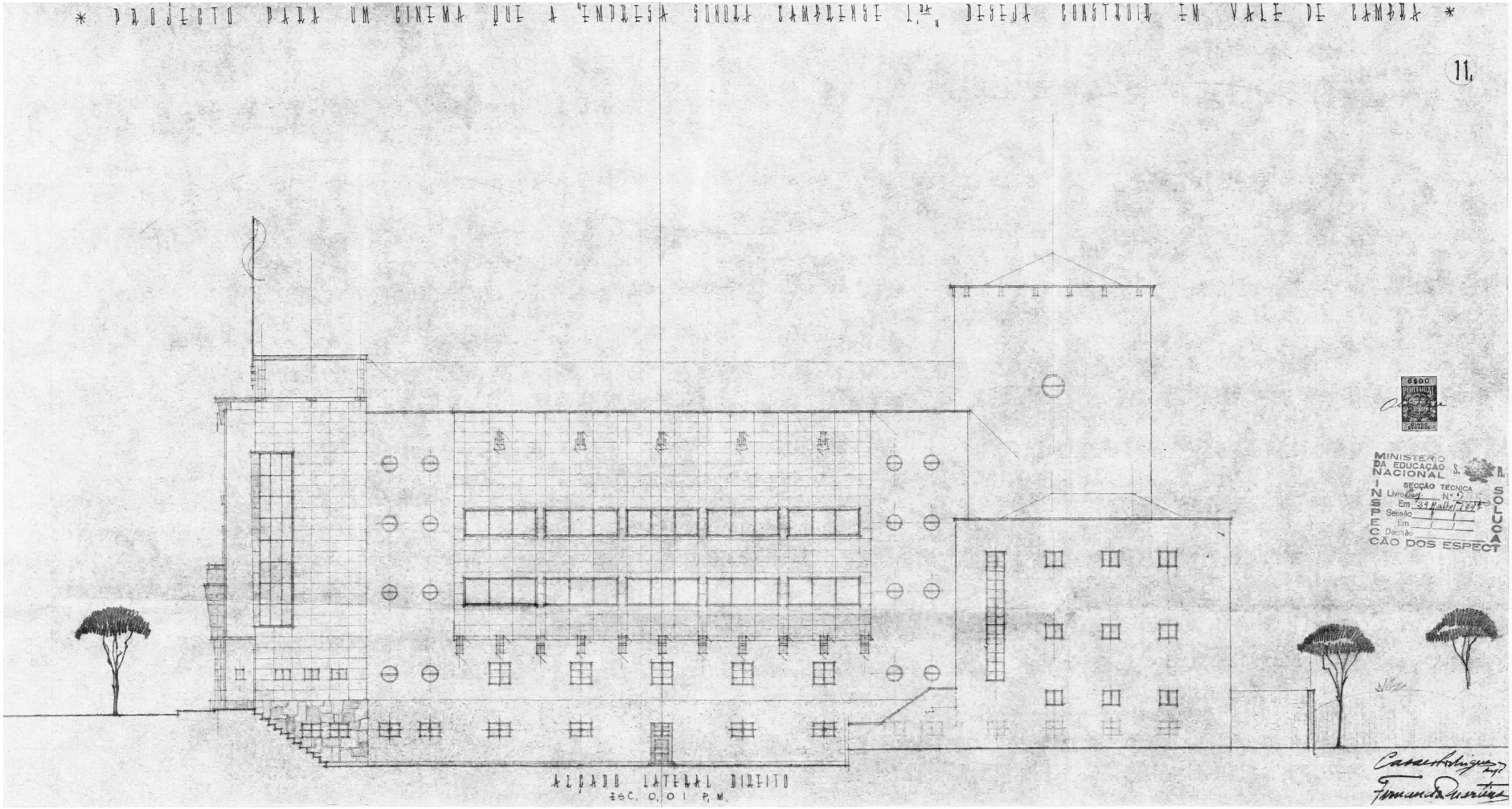
Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para os Cortes Transversais.
Desenho à escala 1.200



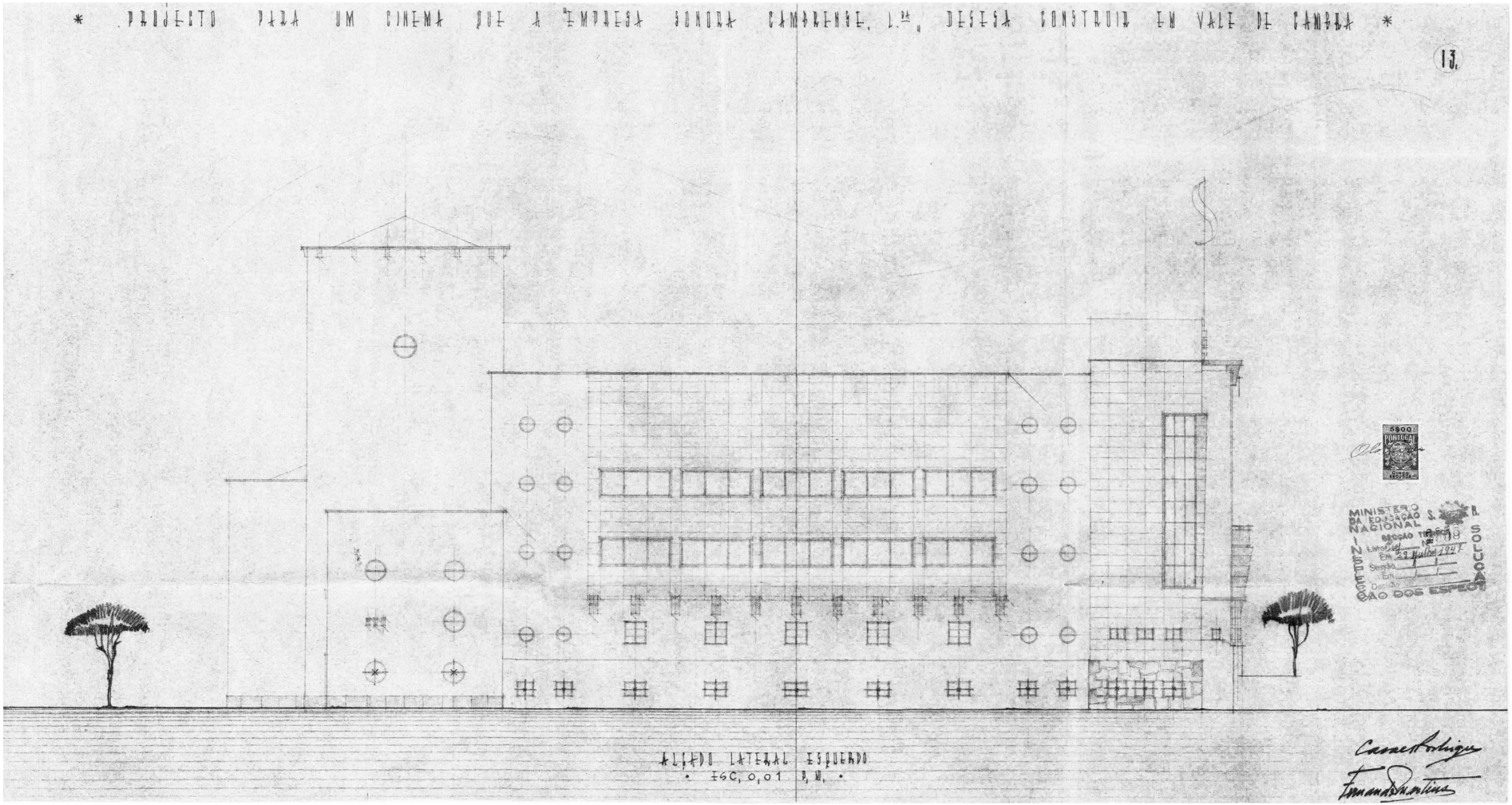
Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o Alçado Principal.
Desenho à escala 1.200



Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o Alçado Posterior. Desenho à escala 1.200



Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o Alçado Lateral Direito.
Desenho à escala 1.200



Primeira proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o Alçado Lateral Esquerdo.
Desenho à escala 1:200

arquivo municipal de vale de cambra

Ante-Plano de Urbanisação para a cidade de Vale de Cambra, 1945

Arquiteto Júlio José de Brito em parceria com o Engenheiro José Bessa de Portugal

Planta da Região de Cambra

Solução A

Solução B

Projecto para o novo Cinema de 1947

Arquiteto Alfredo Rodrigo Casaes Rodrigues

Planta de Implantação

Planta Primeiro Pavimento

Planta Segundo Pavimento

Planta Terceiro Pavimento

Planta Quarto Pavimento

Planta Quinto Pavimento

Corte Longitudinal

Cortes Transversais

Alçados Principal

Alçado Posterior

Alçado Lateral Direito

Alçado Lateral Esquerdo

Projecto para o novo Cinema de 1949

Arquiteto Alfredo Rodrigo Casaes Rodrigues

Planta de Implantação

Planta ao Nível do Sub-Palco

Planta ao Nível do Palco

Planta ao Nível do Hall

Planta ao Nível da Cabine de Projecção

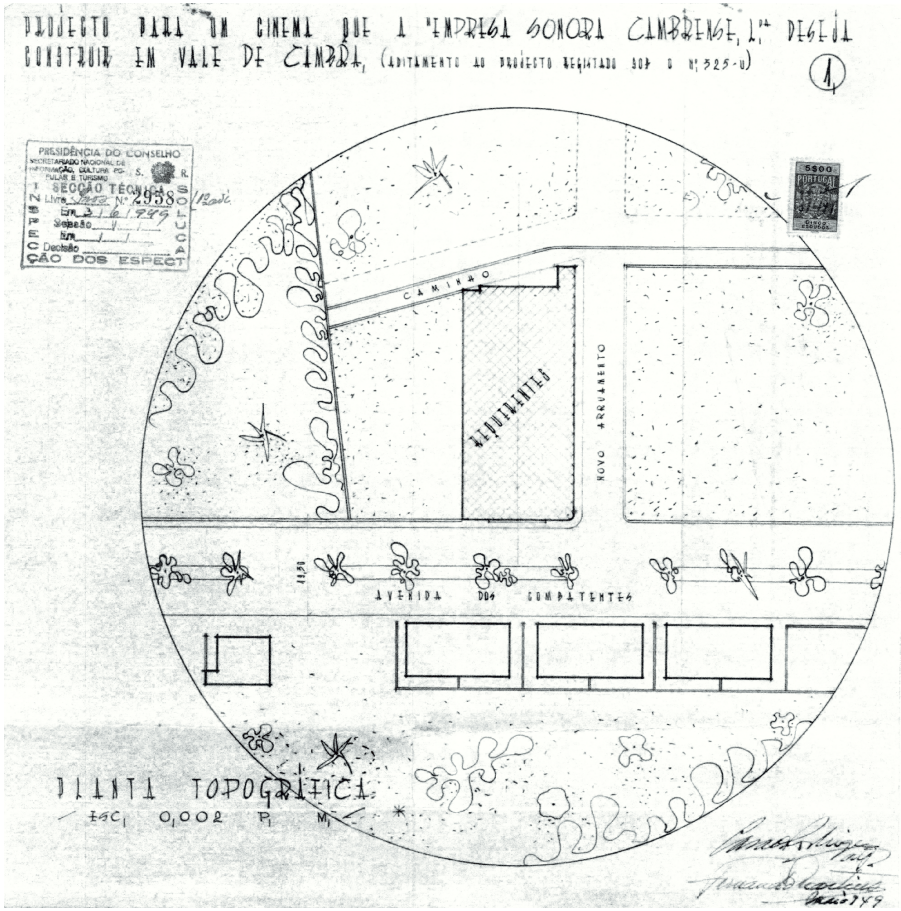
Corte Longitudinal

Corte Transversal e Alçado Posterior

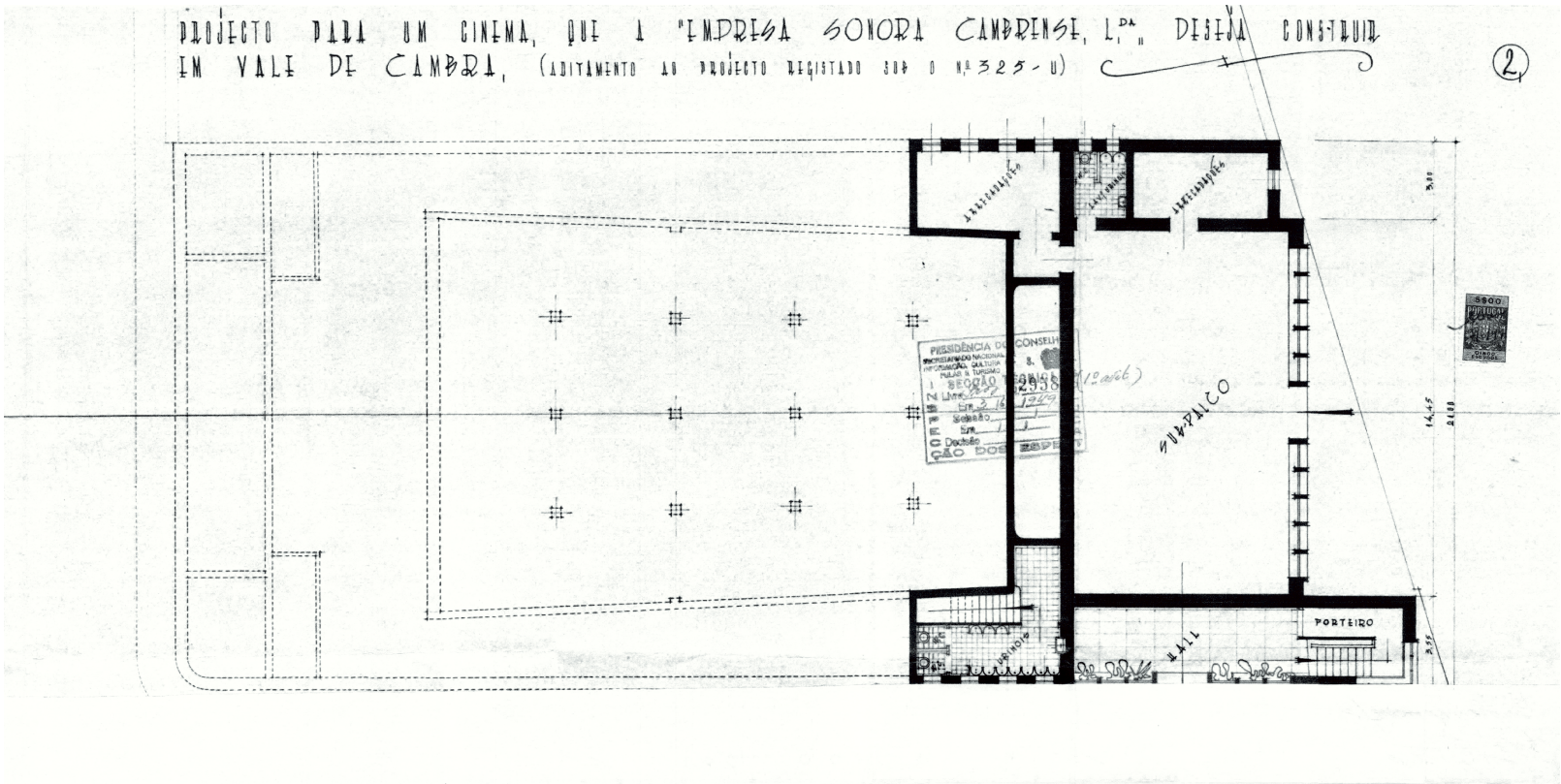
Alçado Principal

Alçado Lateral Direito

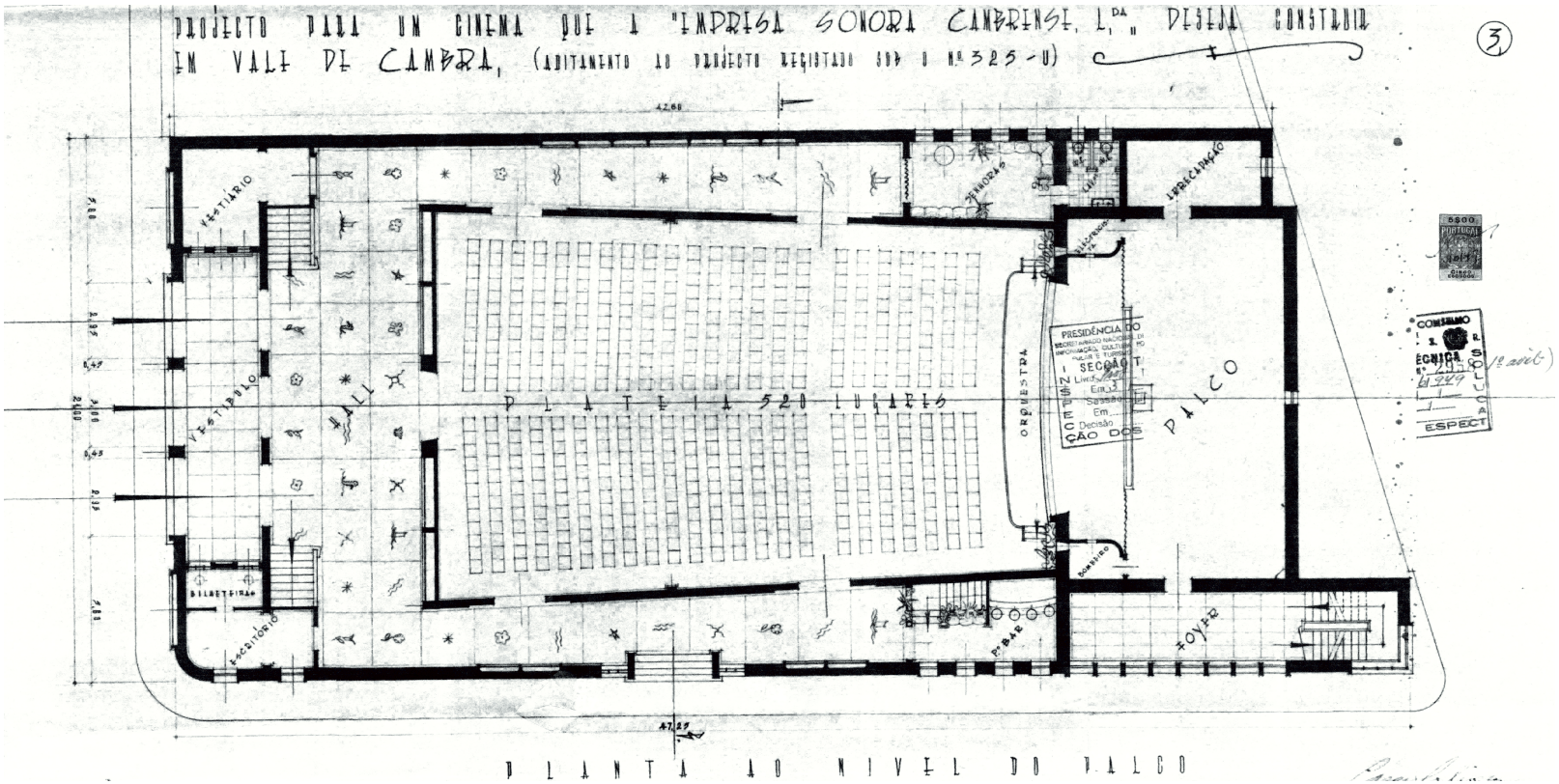
Alçado Lateral Esquerdo



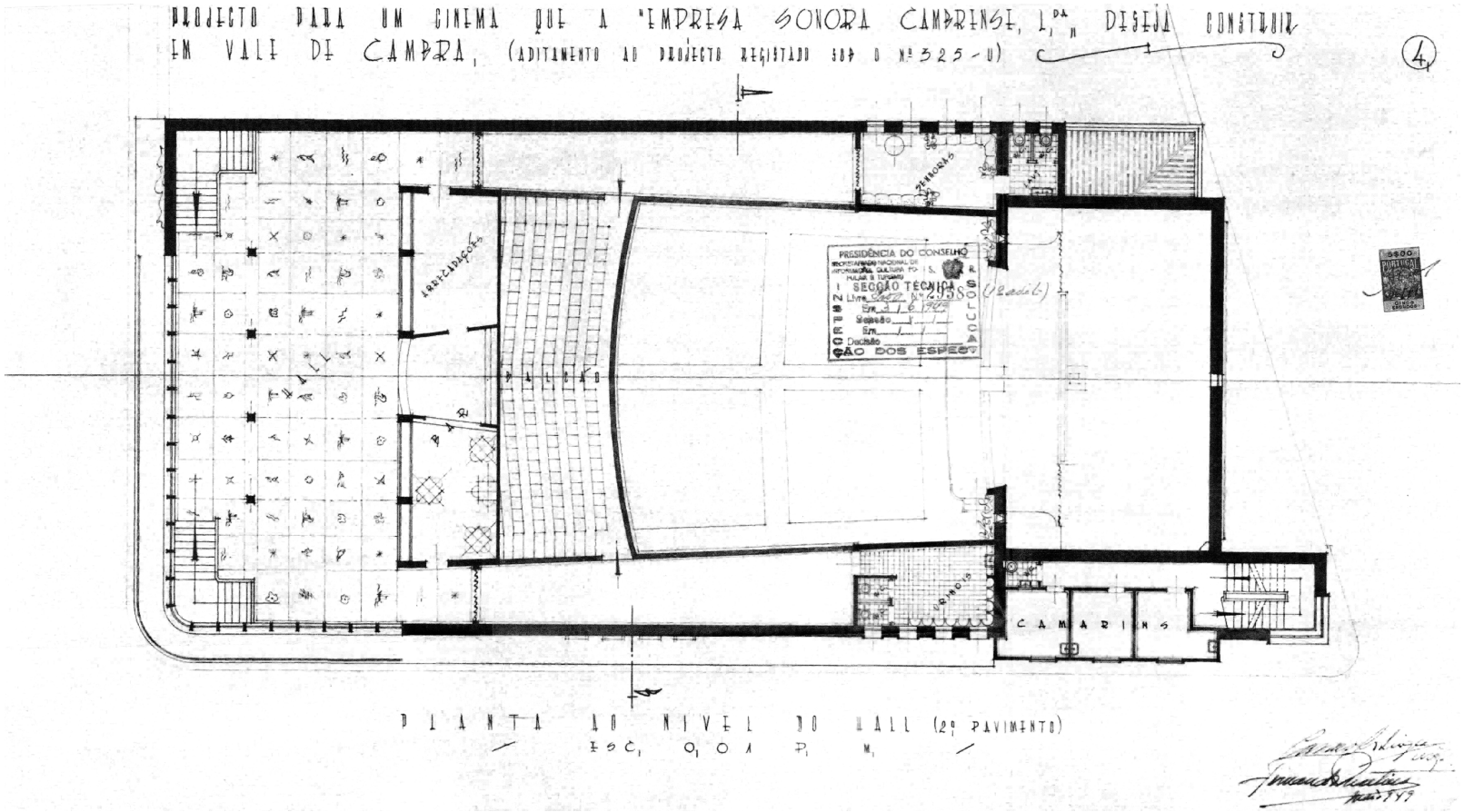
Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para a Implantação.
Desenho à escala 1.500



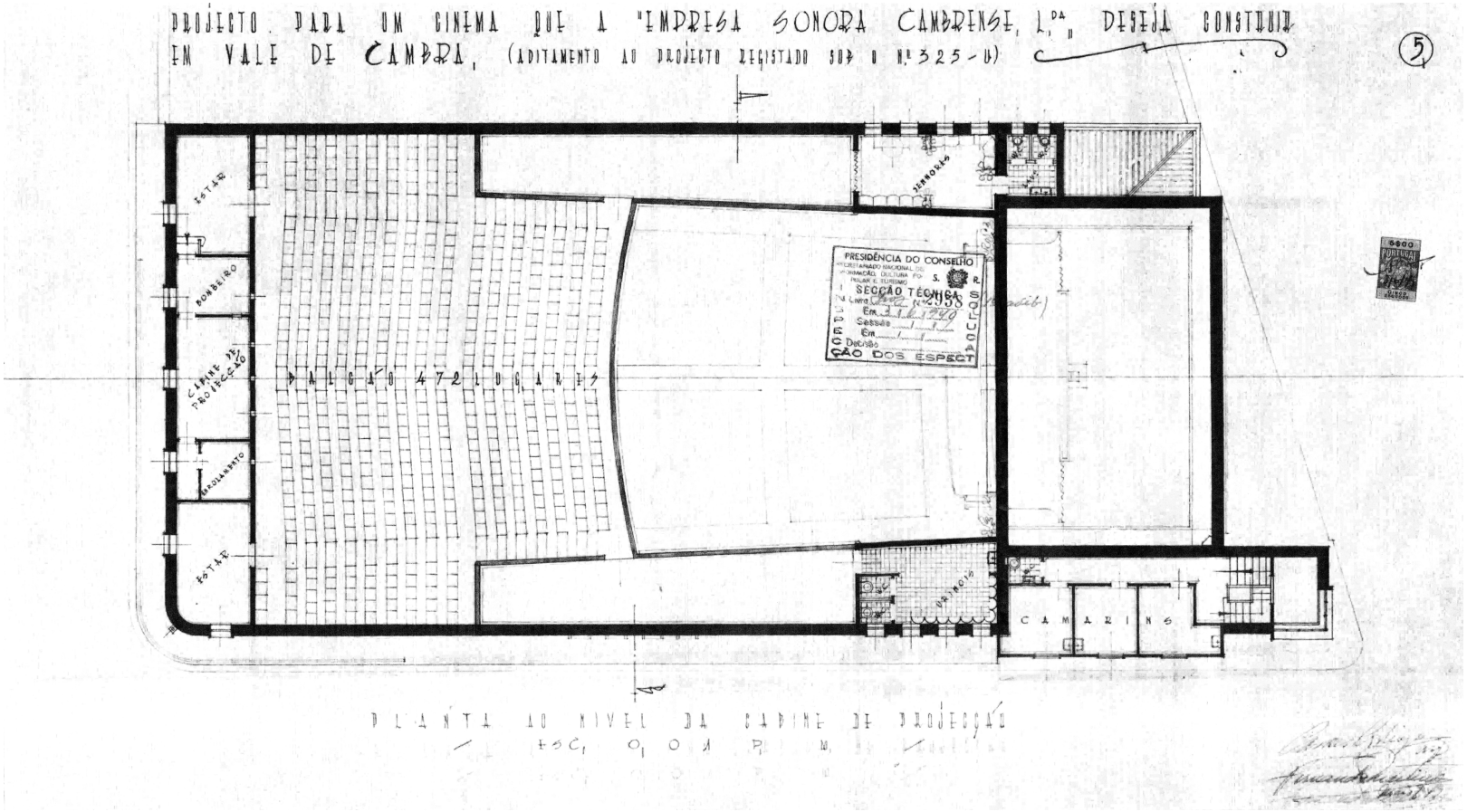
Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para a planta ao Nível do Sub-Palco.
Desenho à escala 1.200



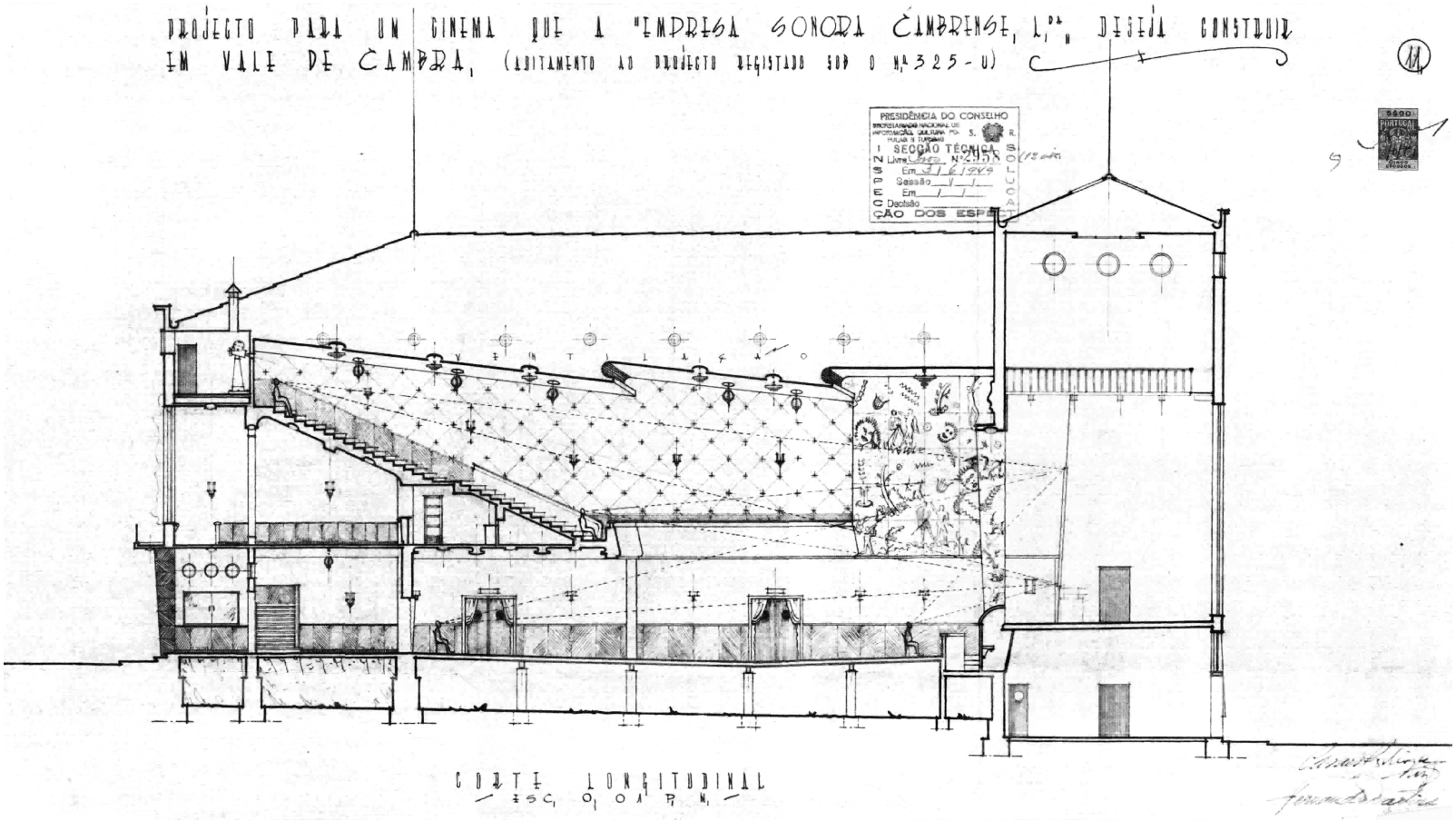
Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para a planta ao Nível do Palco.
Desenho à escala 1.200



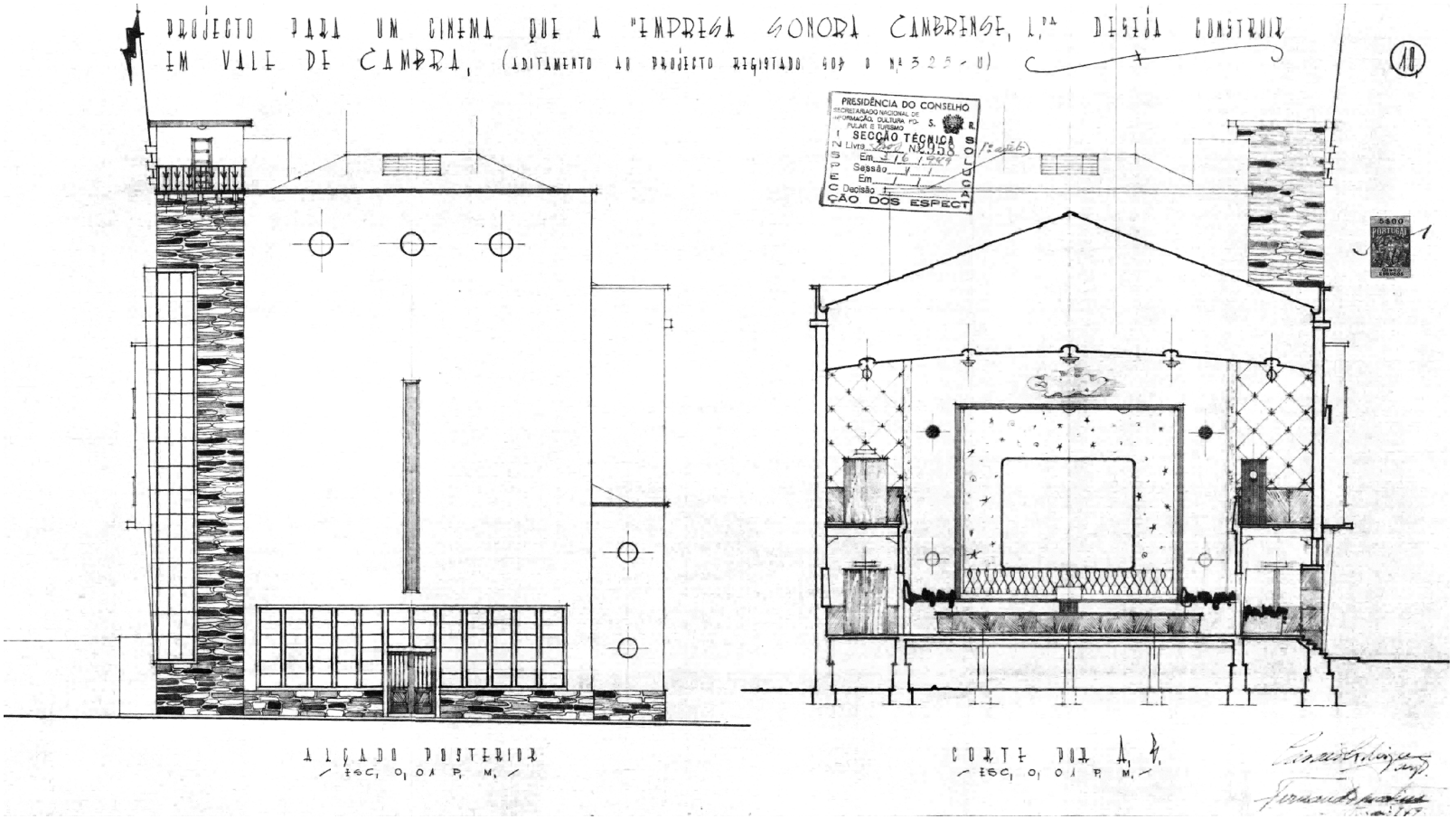
Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para a planta ao Nível do Hall.
Desenho à escala 1.200



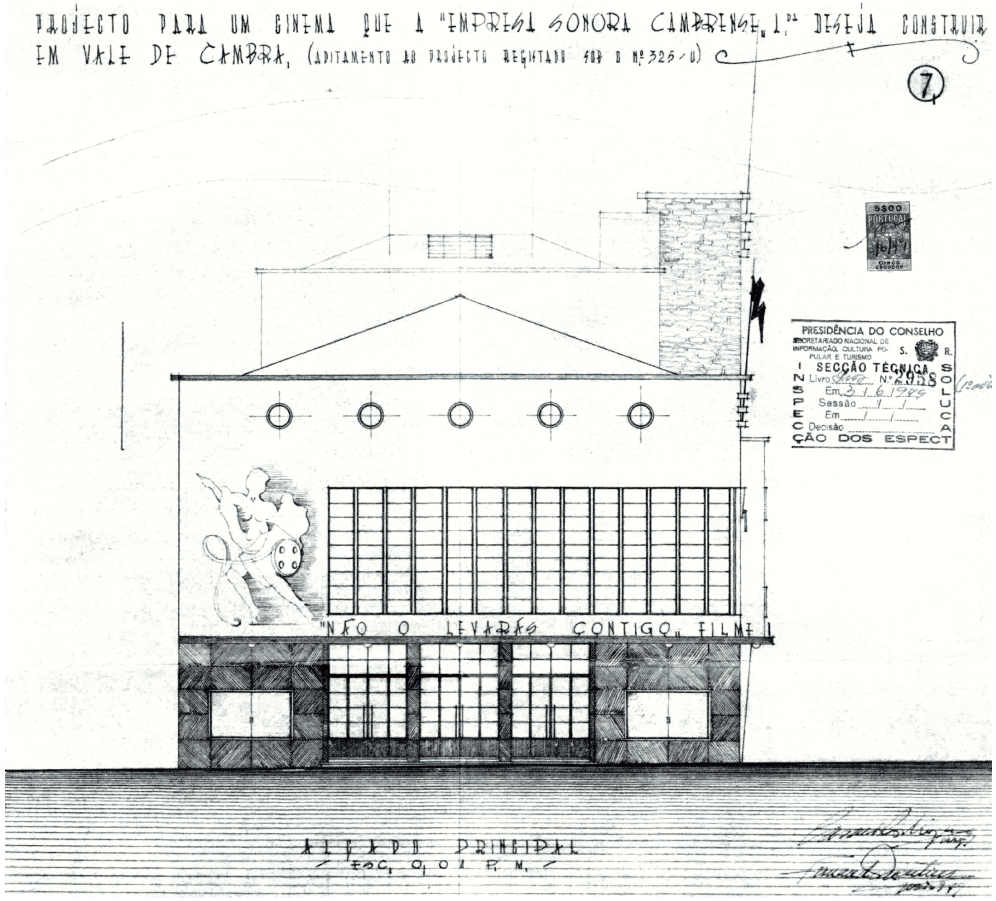
Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para a planta ao Nível da Cabine de Projecção.
Desenho à escala 1.200



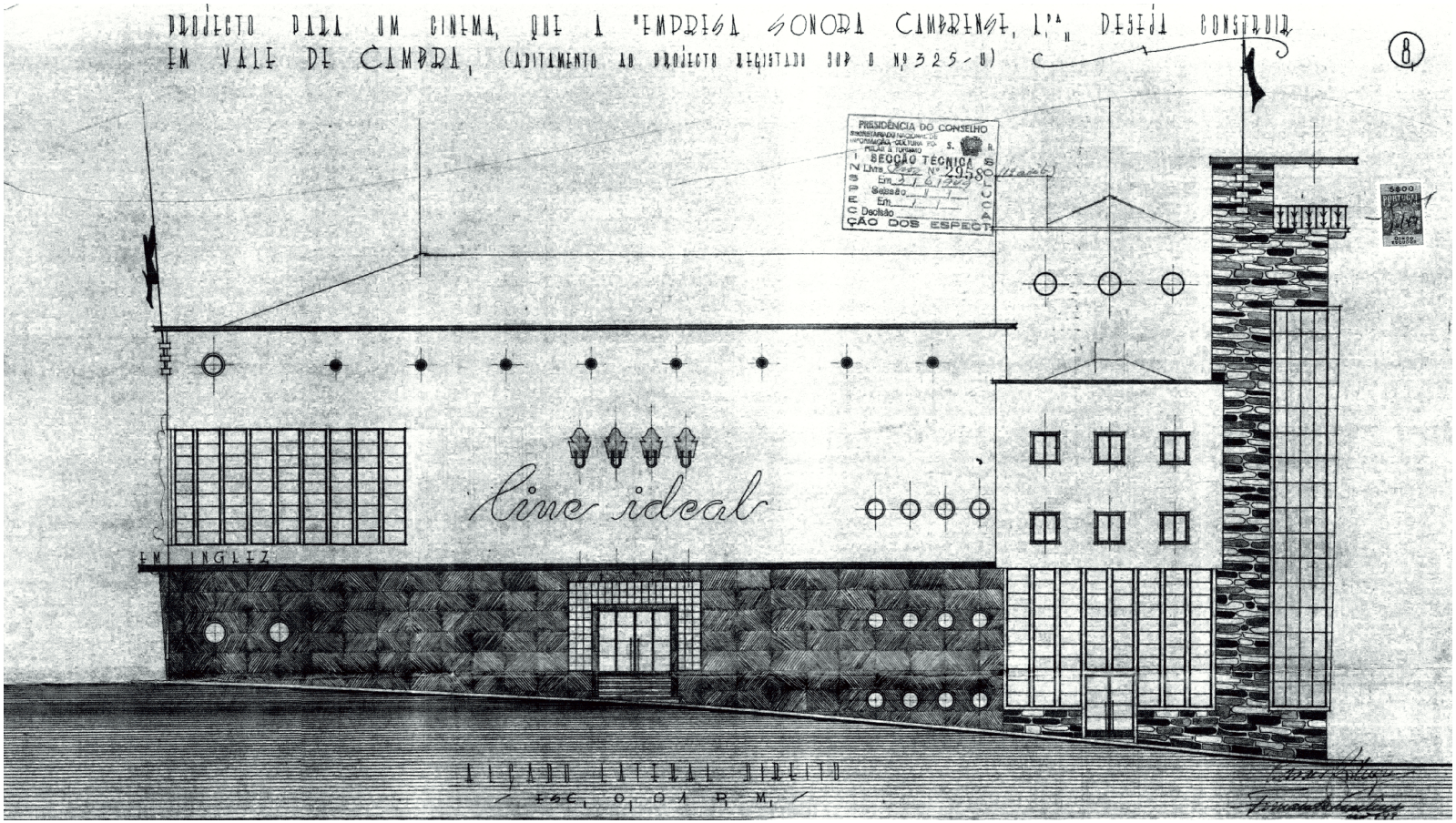
Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para a planta o Corte Longitudinal.
Desenho à escala 1.200



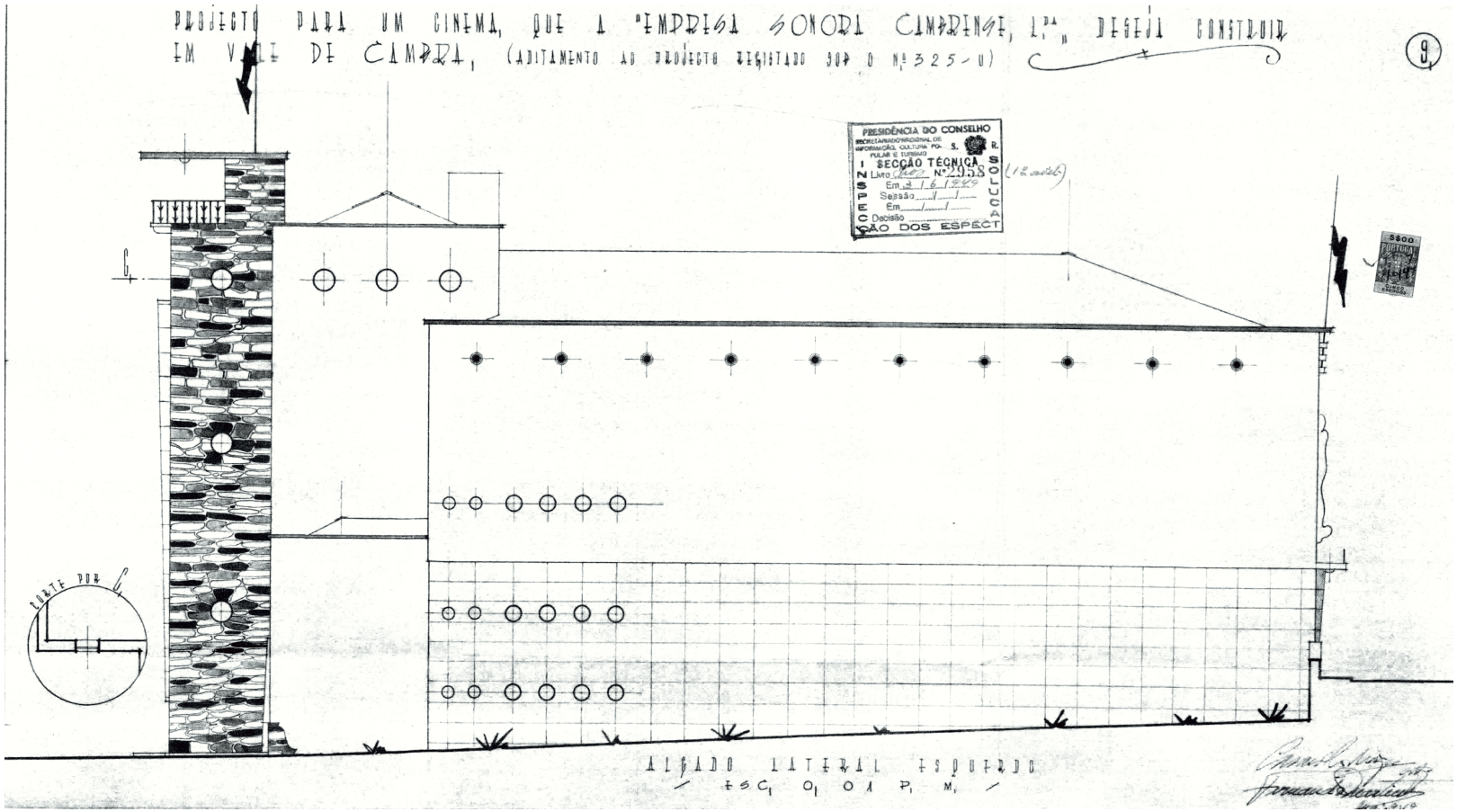
Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para a planta o Alçado Posterior e para o Corte Transversal.
Desenho à escala 1.200



Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o Alaçado Principal. Desenho à escala 1.200



Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o Alçado Lateral Direito.
Desenho à escala 1.200



Segunda proposta para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho proposto para o Alçado Lateral Esquerdo.
Desenho à escala 1.200

IGAC, processo 01.19.001

Projecto para o novo Cinema de 1966

Arquiteto António Bandeira

Axonometria Síntese

Planta de Implantação

Planta ao Nível dos Estabelecimentos

Planta ao Nível do Sub-Palco

Planta ao Nível da Plateia

Planta ao Nível do Balcão

Planta ao Nível da Cabine de Projeção

Cortes Longitudinais

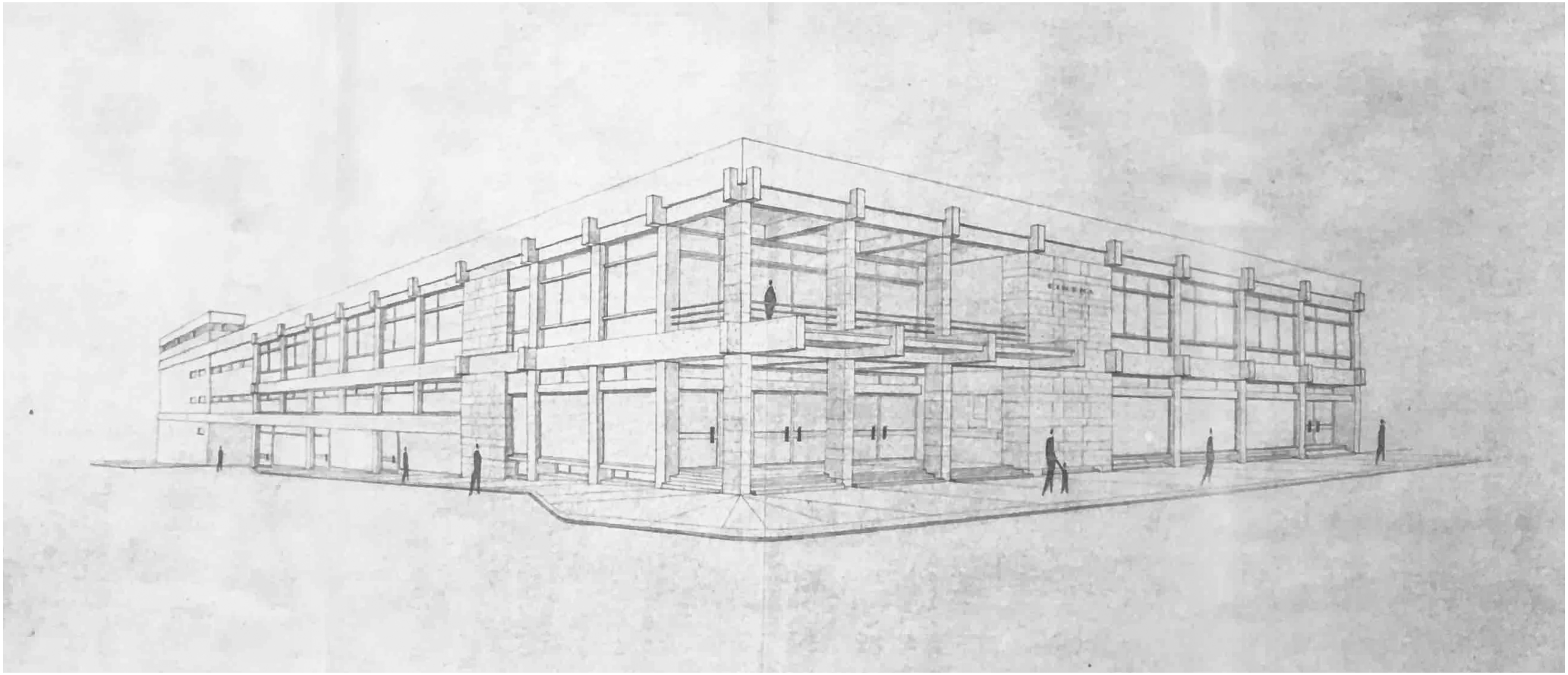
Corte Transversal

Alçado Principal e Posterior

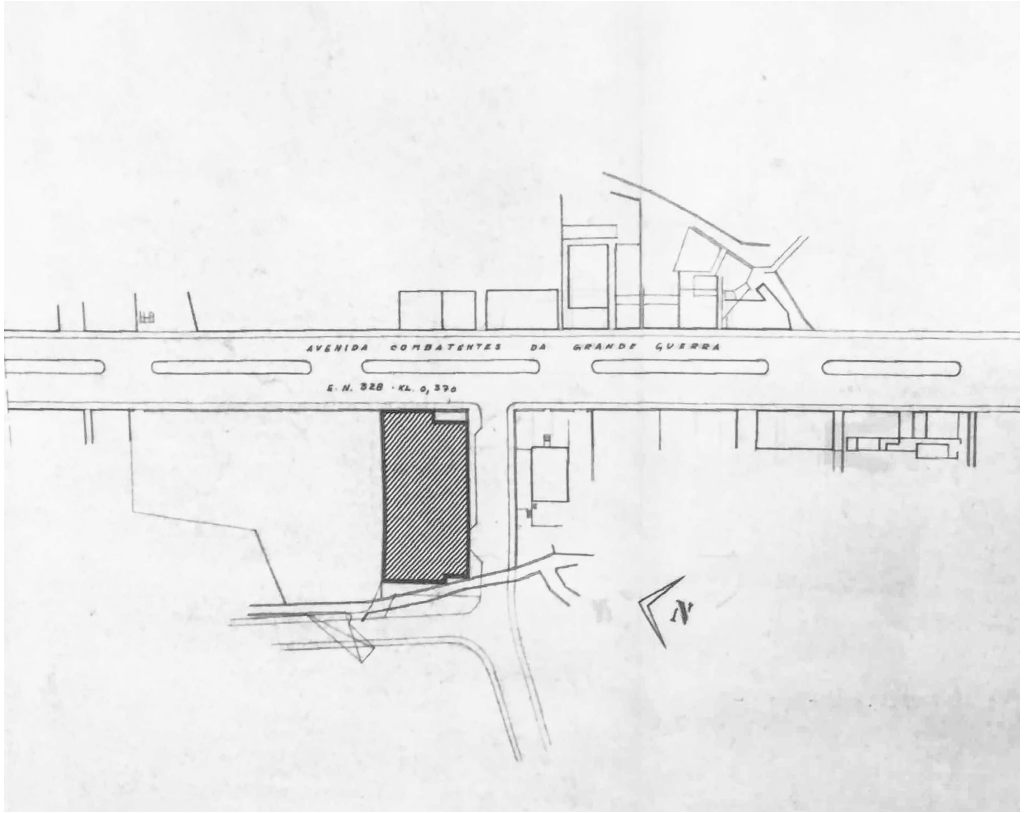
Alçado Lateral

Projecto para o Centro de Artes e Espetáculos, 2017

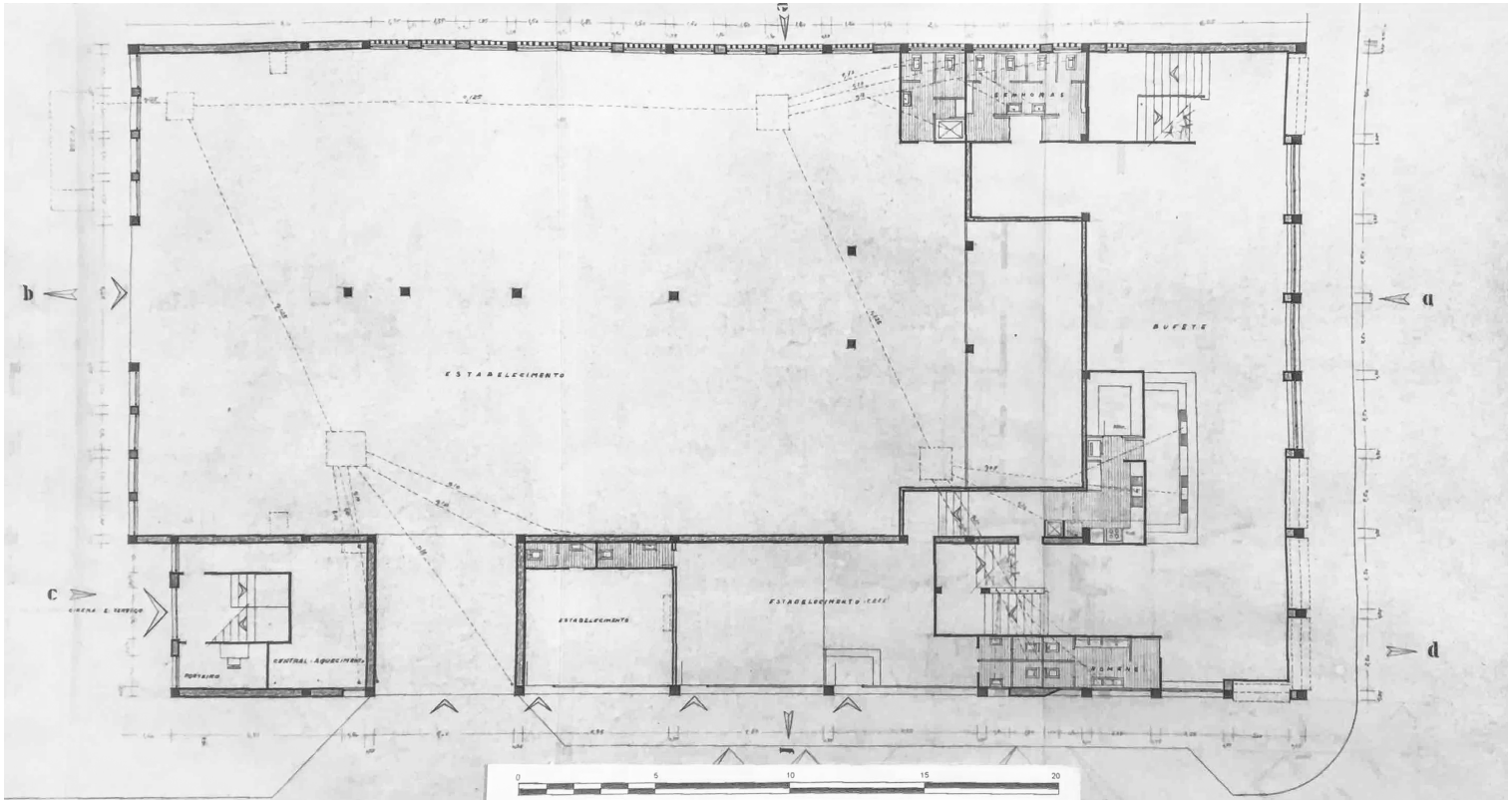
Arquiteto Gonçalo Louro



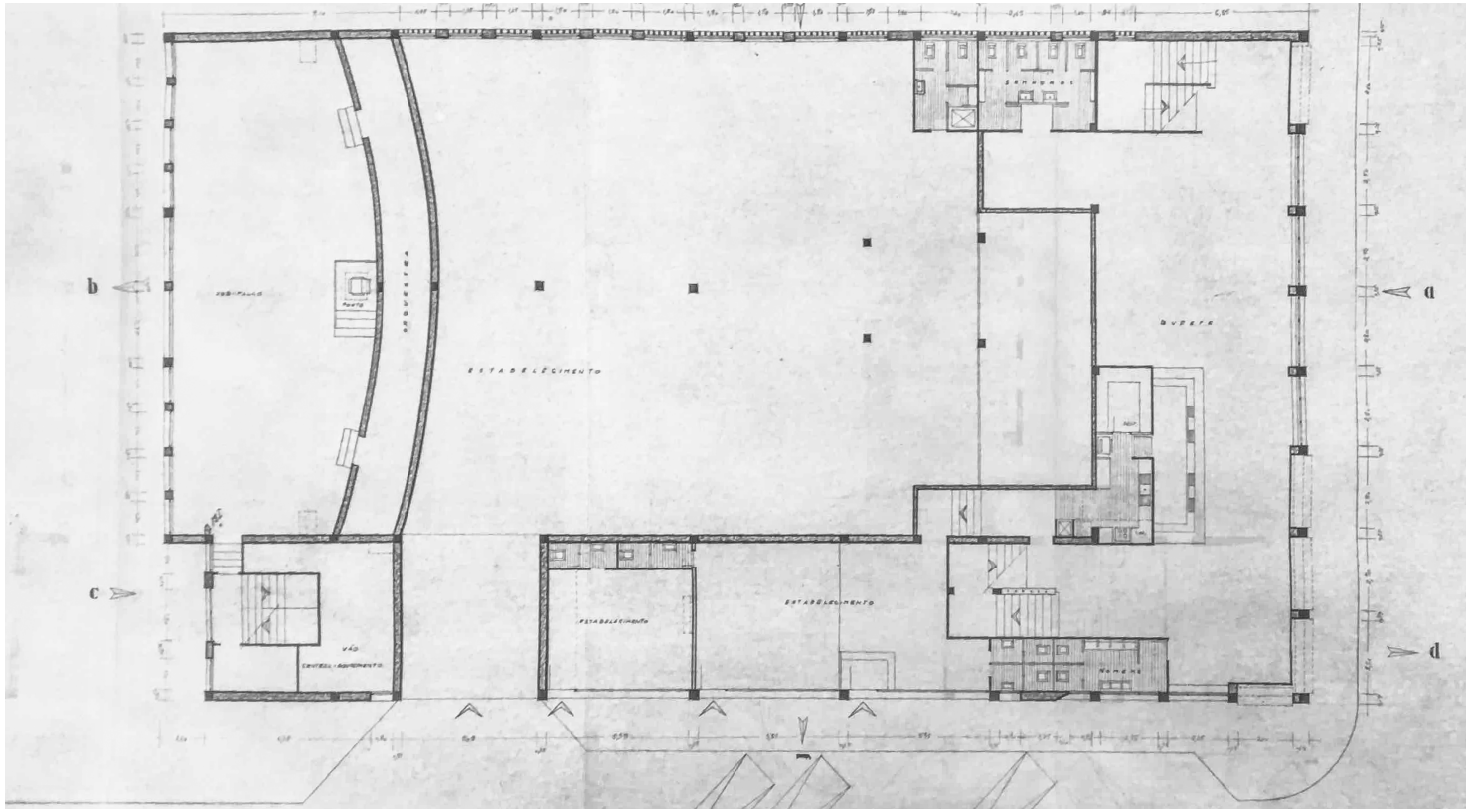
Proposta Final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da axonometria sintese.
Desenho à escala 1.200



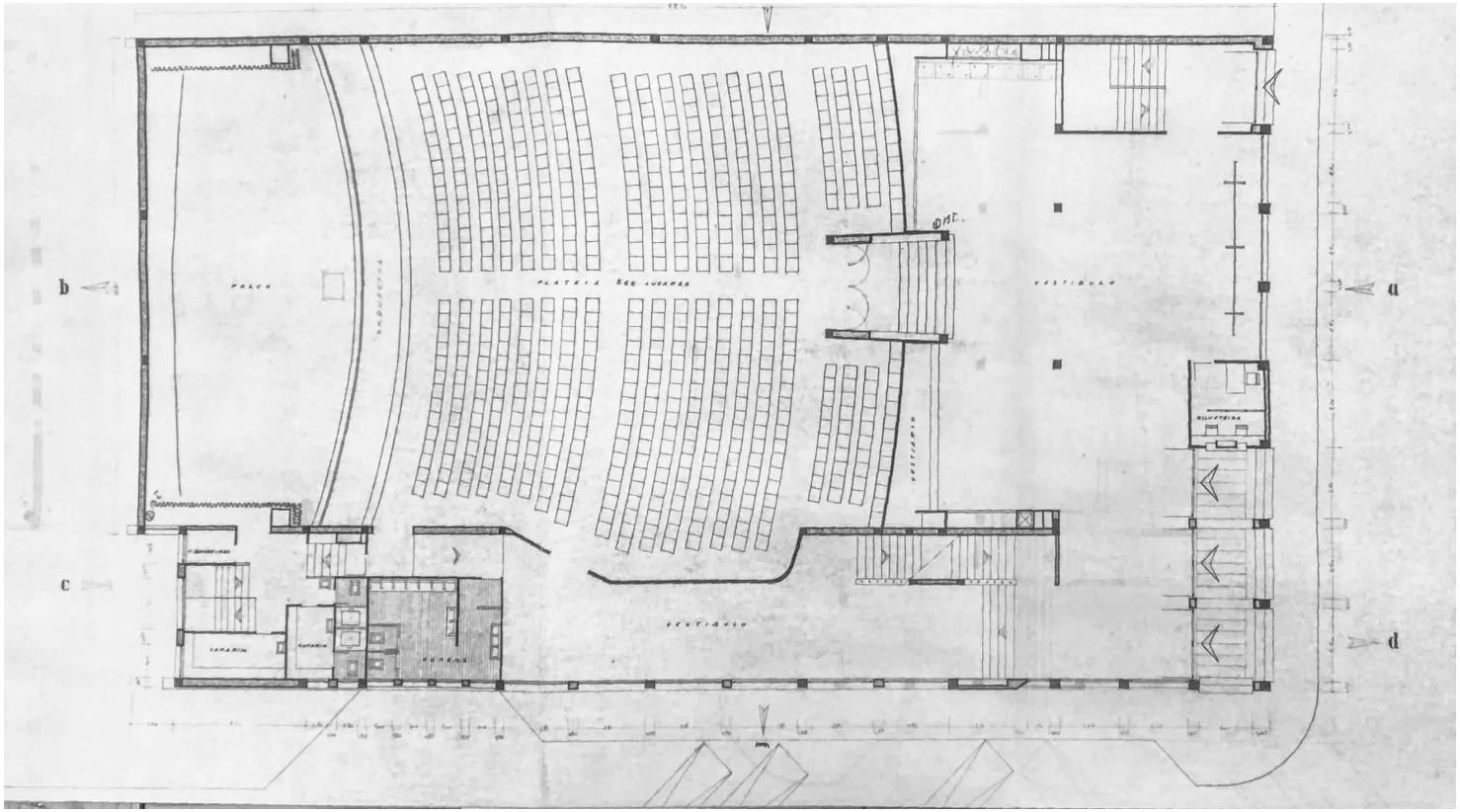
Proposta Final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da Implantação.
Desenho à escala 1.500



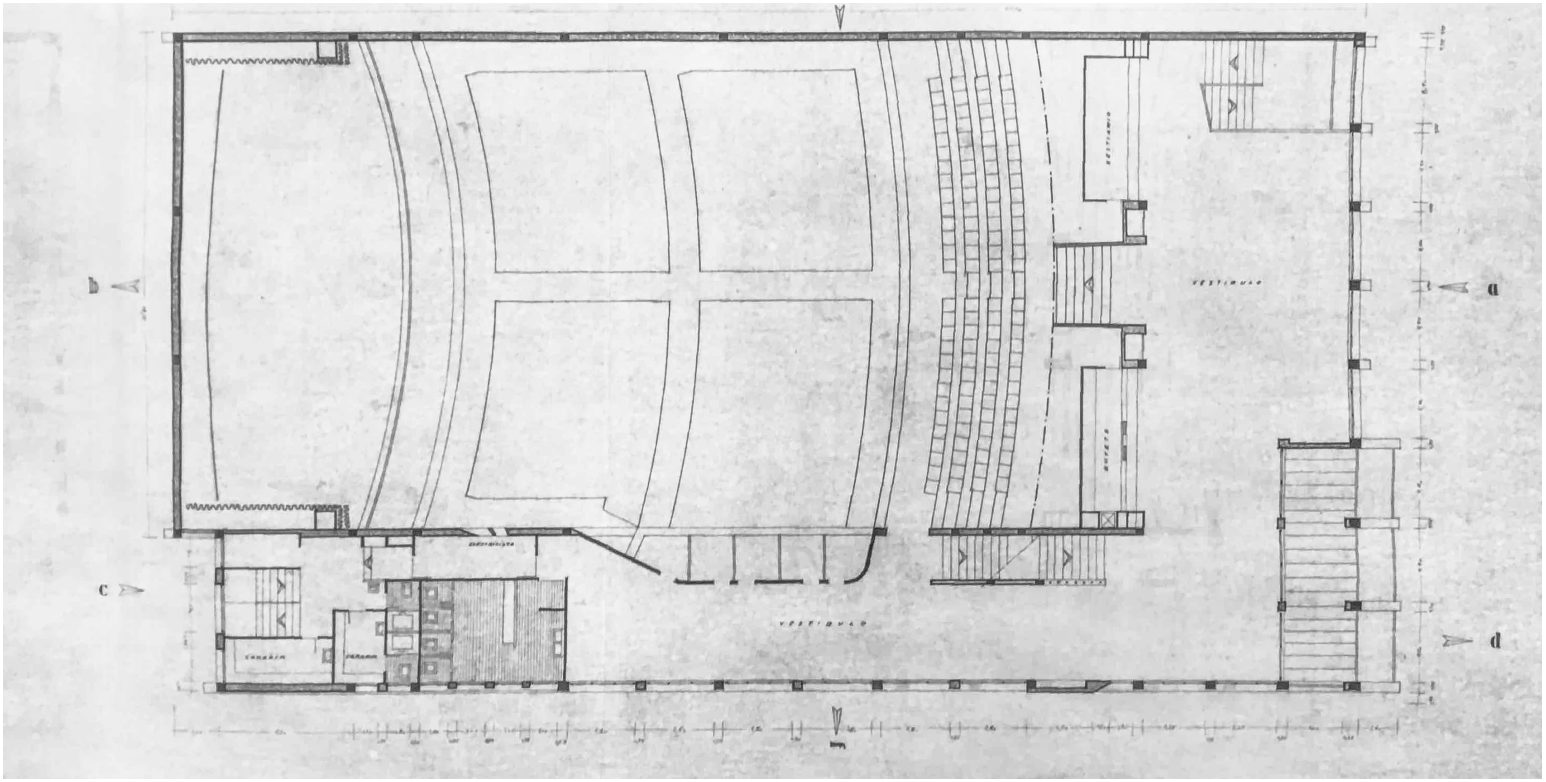
Proposta Final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da planta ao Nível dos Estabelecimentos.
Desenho à escala 1.200



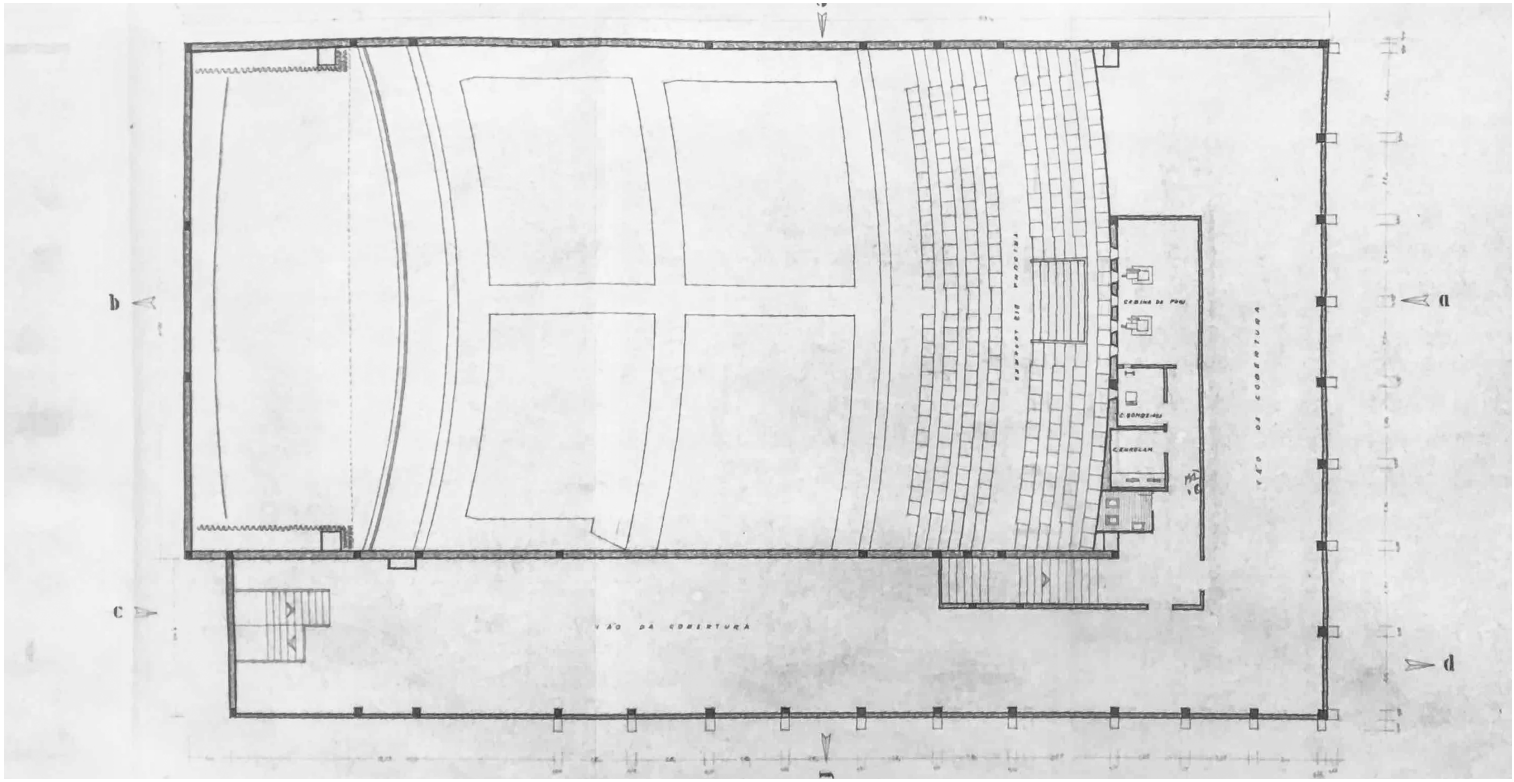
Proposta Final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da planta ao Nível do Sub-Palco.
Desenho à escala 1.200



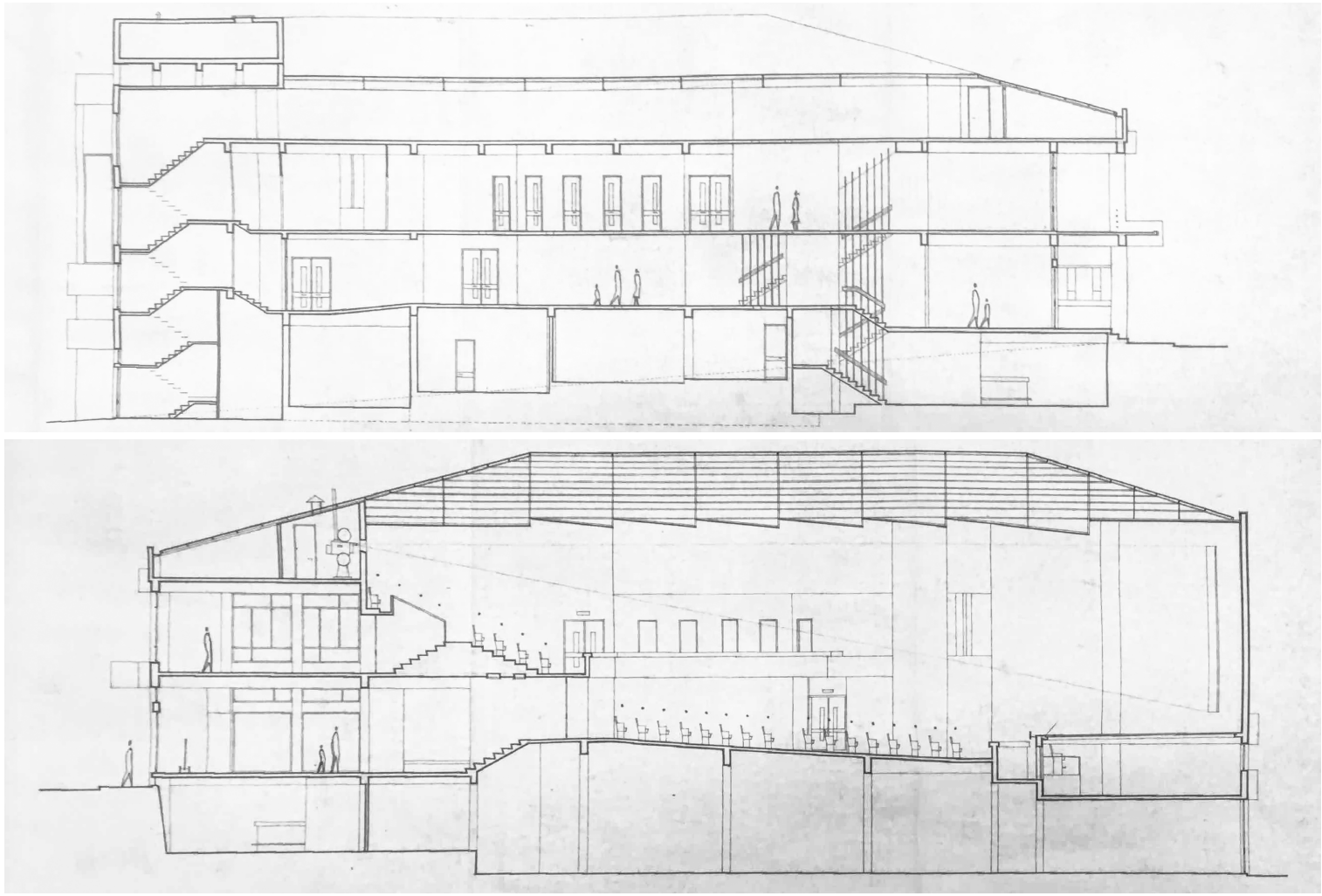
Proposta Final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da planta ao Nível da Plateia.
Desenho à escala 1.200



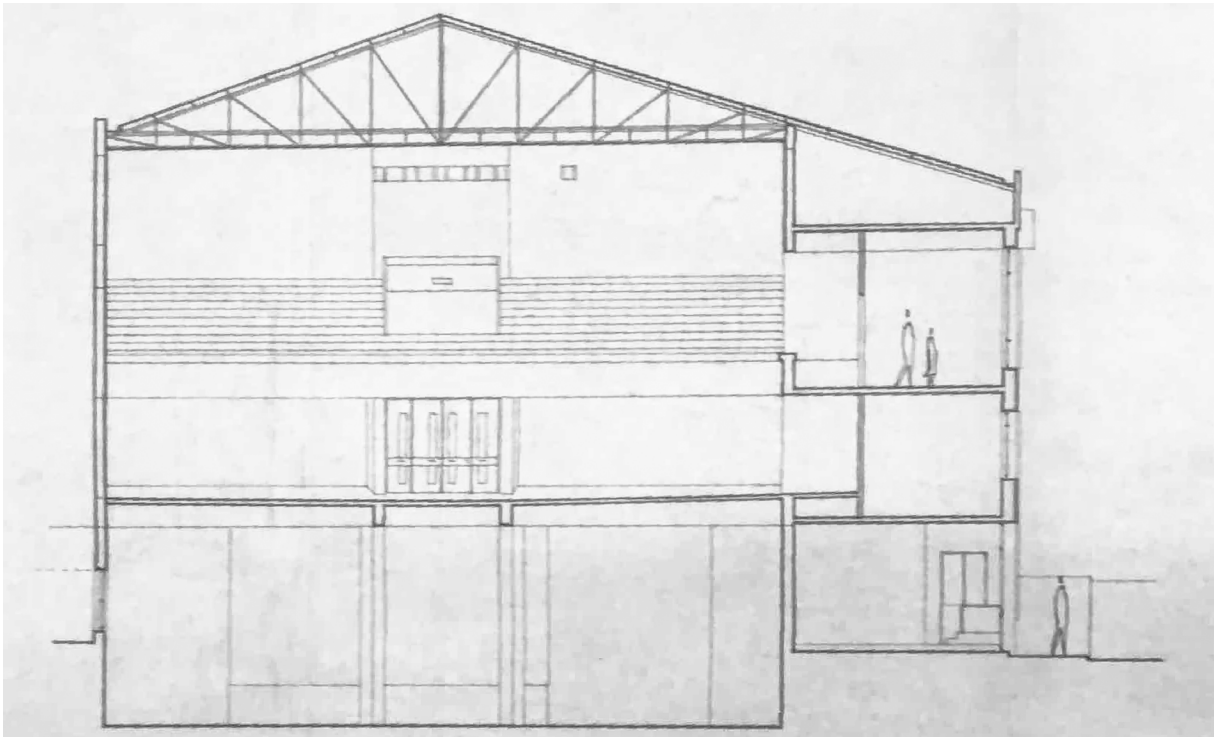
Proposta Final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da planta ao Nível do Balcão.
Desenho à escala 1.200



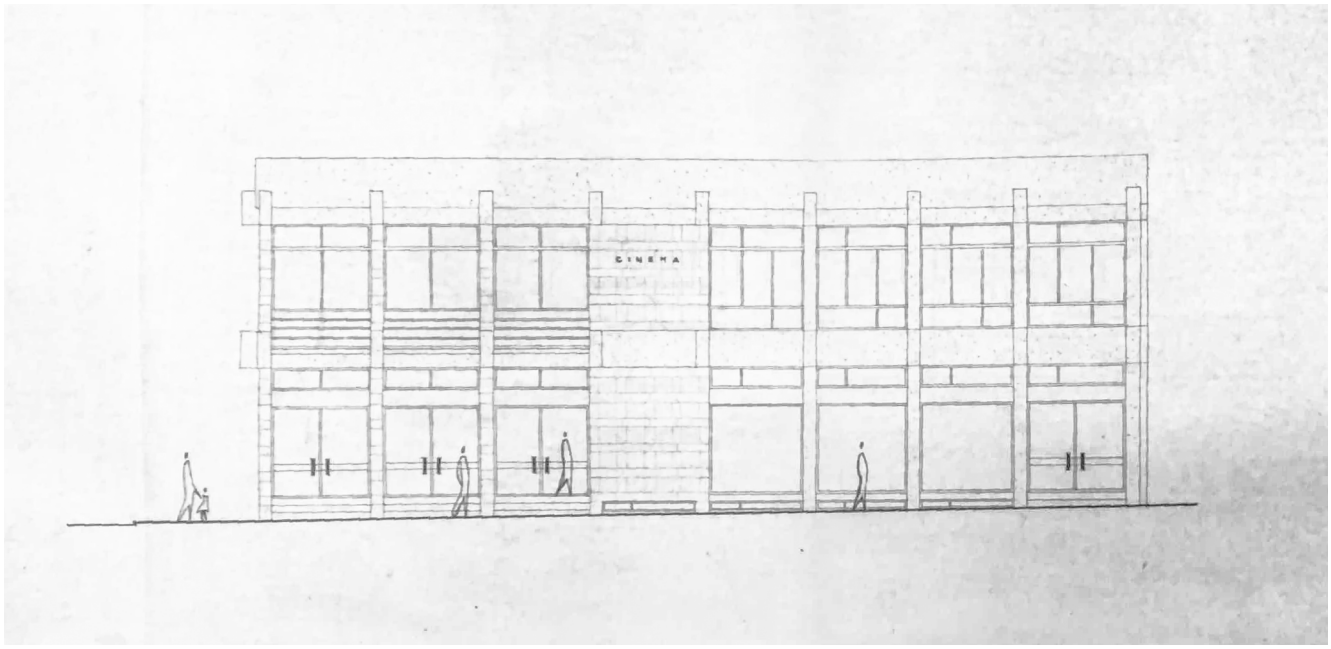
Proposta Final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho da planta ao Nível da Cabine de Projecção.
Desenho à escala 1.200

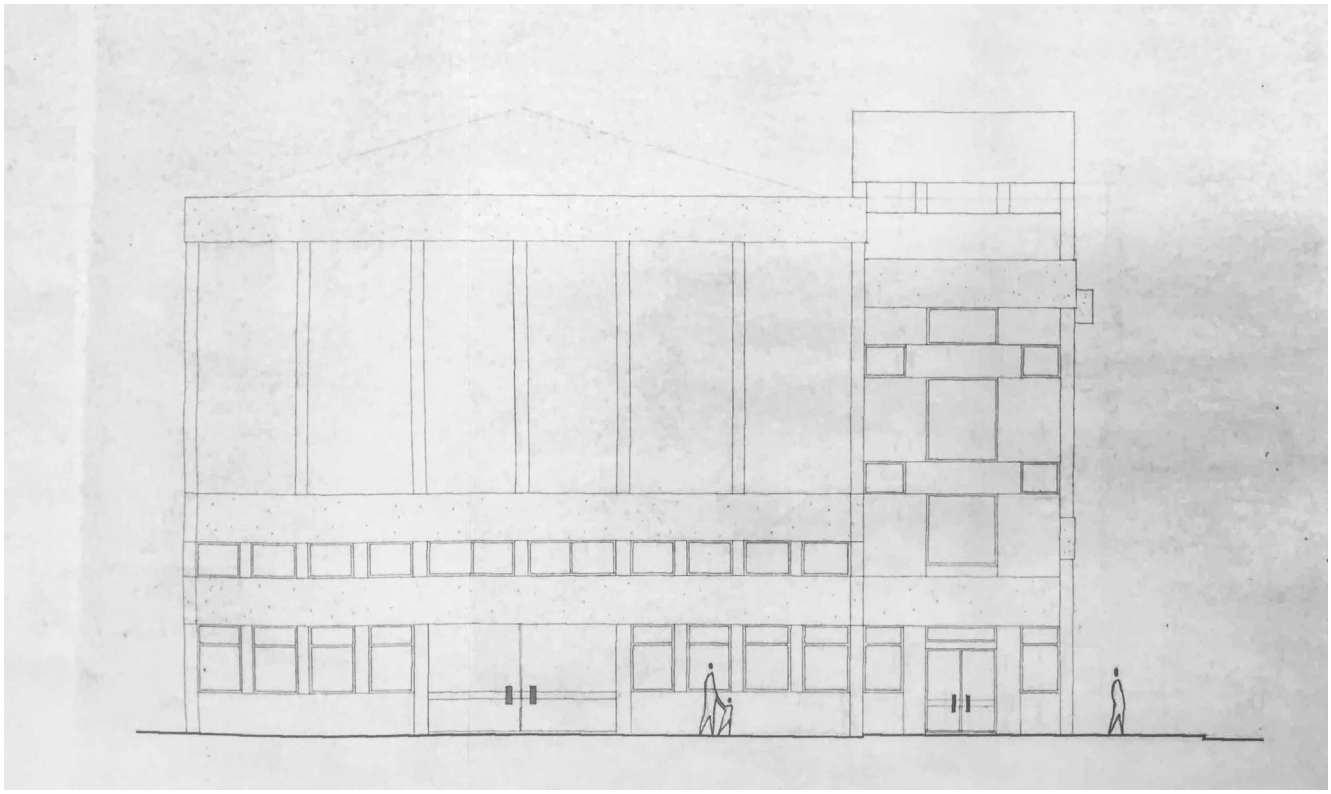


Proposta Final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho dos Cortes Longitudinais.
Desenho à escala 1.200

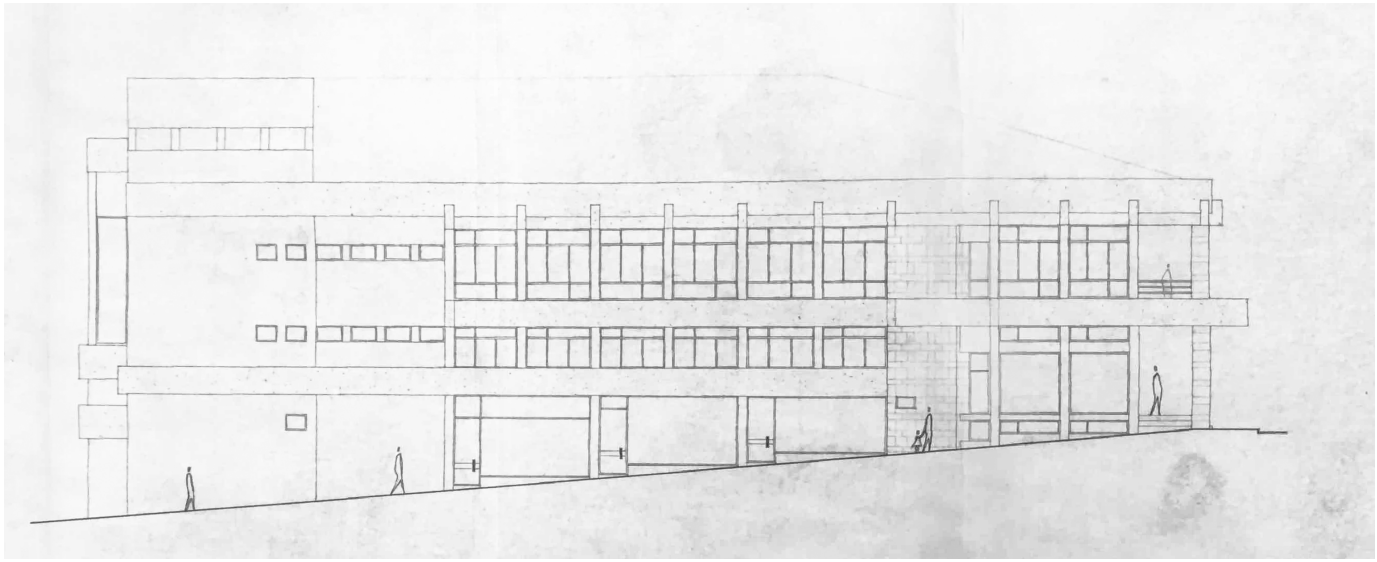


Proposta Final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho do Corte Transversal.
Desenho à escala 1.200





Proposta Final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenhos dos Alçados Principal e Posterior.
Desenho à escala 1.200



Proposta Final para o novo cinema de Vale de Cambra, desenho do Alçado Lateral.
Desenho à escala 1.200

IGAC, processo 01.19.001

Projecto para o Centro de Artes e Espetáculos, 2017

Arquiteto Gonçalo Louro

Levantamento do Estado Actual

Planta Piso -1 e -1c

Planta Piso 0

Planta Piso 1

Planta Piso 2

Planta de Cobertura

Corte Longitudinal 1 e 2

Corte Longitudinal 3

Corte Transversal 1, 2, 4 e 5

Corte Transversal 3

Alçado Norte, Nascente e Poente

Alçado Sul

Desenhos de Transformações

Vermelhos e Amarelos

Planta Piso -1 e -1c

Planta Piso 0

Planta Piso 1

Planta de Cobertura

Corte Longitudinal 1 e 2

Corte Longitudinal 3

Corte Transversal 1, 2, 4 e 5

Corte Transversal 3

Alçado Norte, Nascente e Poente

Alçado Sul

Proposta Final

Planta Piso -1 e -1c

Planta Piso 0

Planta Piso 1

Planta Piso 2

Planta Piso 3

Planta de Cobertura

Corte Longitudinal 1 e 2

Corte Longitudinal 3 e 4

Corte Longitudinal 5 e 6

Corte Transversal 1, 2, 3 e 4

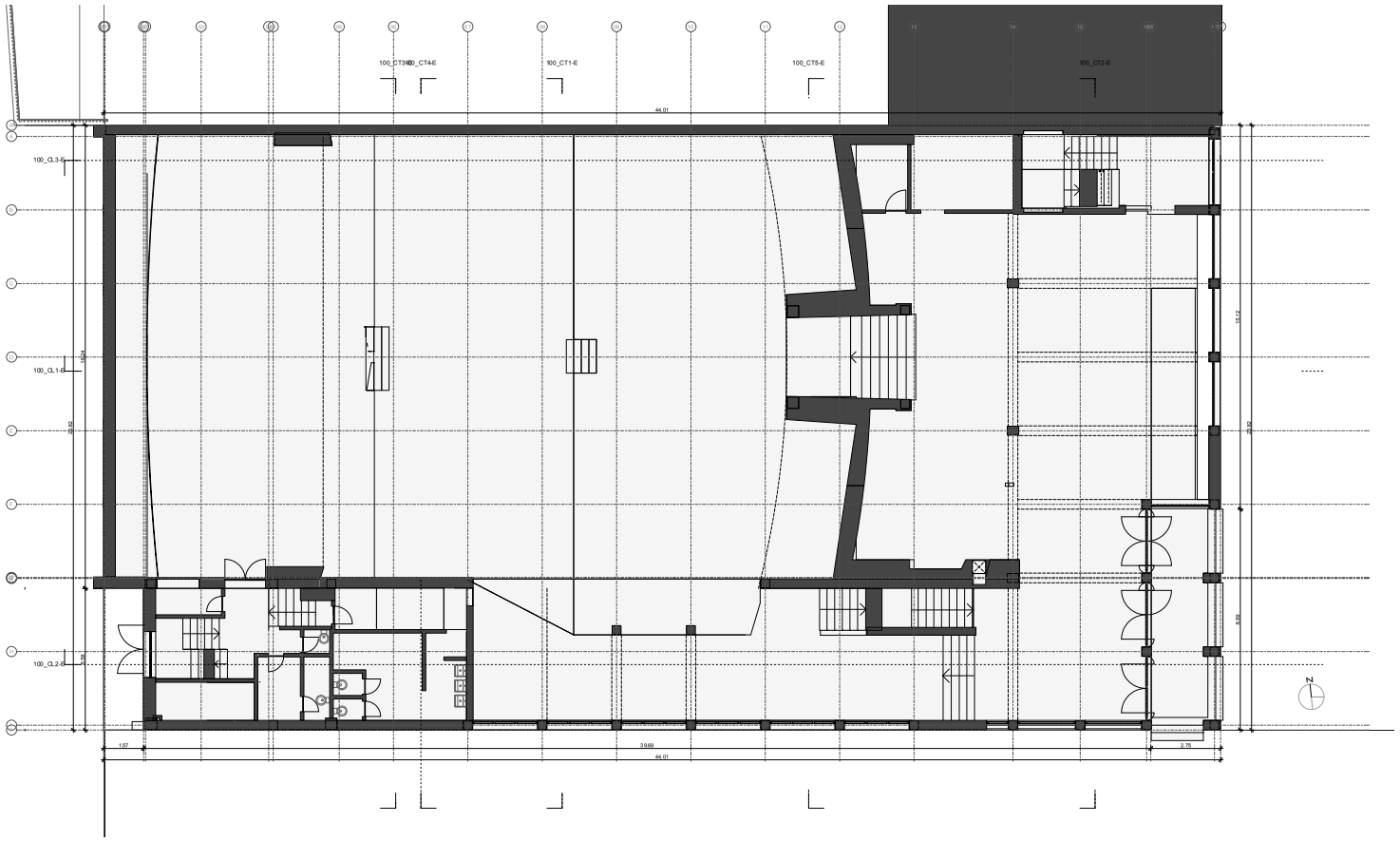
Corte Transversal 5, 6, 7 e 8

Alçado Norte, Nascente, Poente

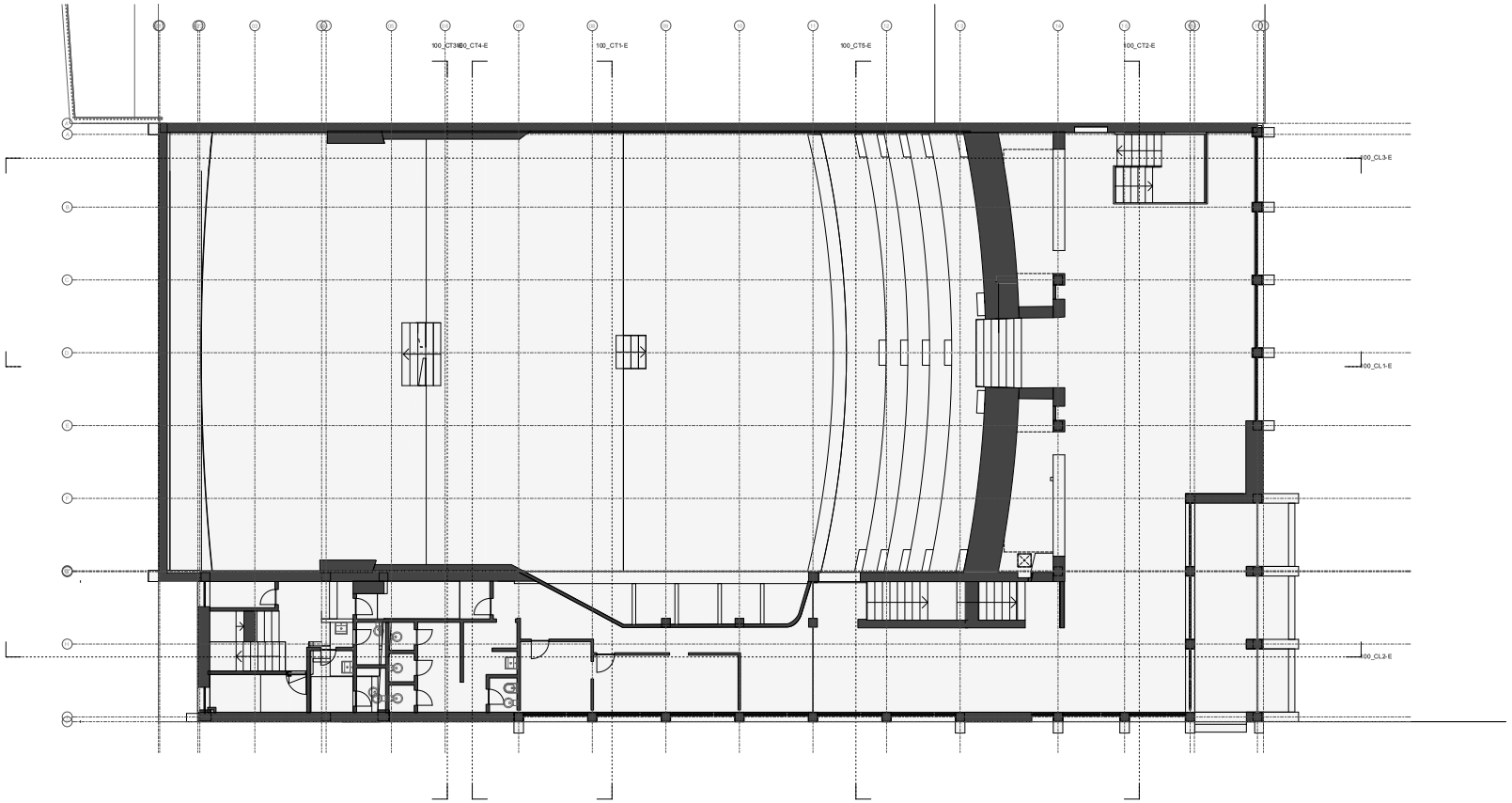
Alçado Sul



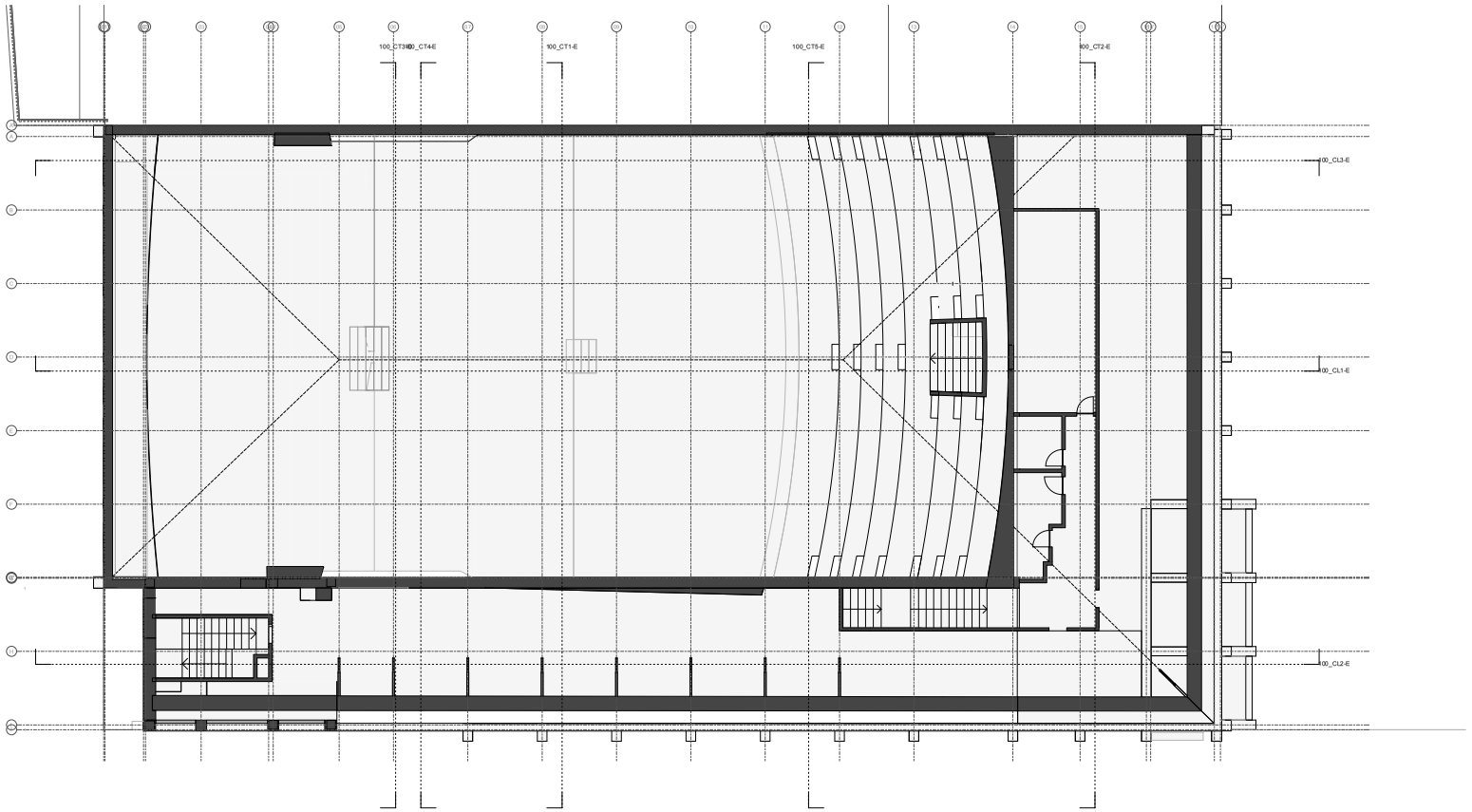
Levantamento ao estado actual do objecto de estudo, planta do Piso -1 e -1c.
Desenho à escala 1.200



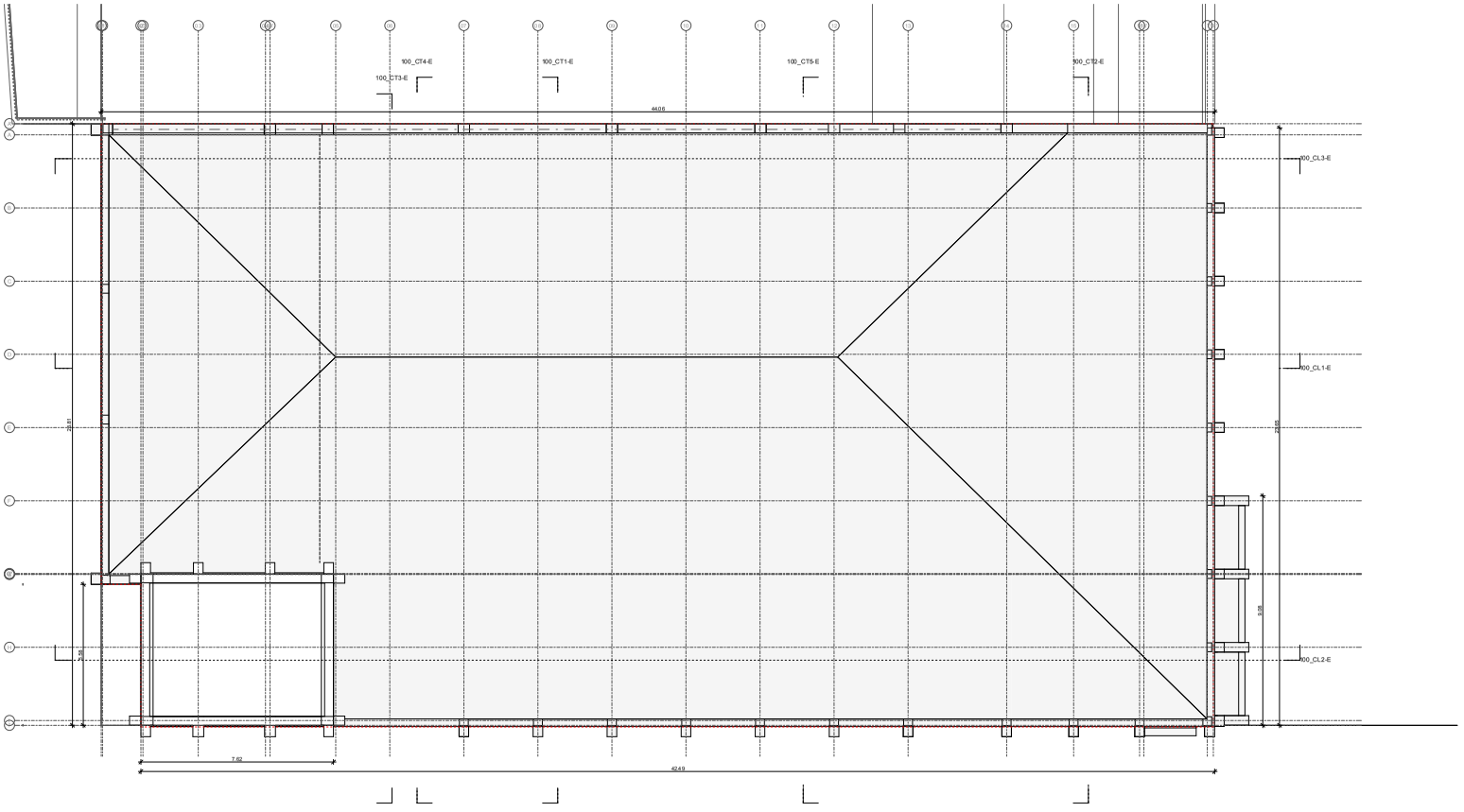
Levantamento ao estado actual do objecto de estudo, planta do Piso 0.
Desenho à escala 1.200



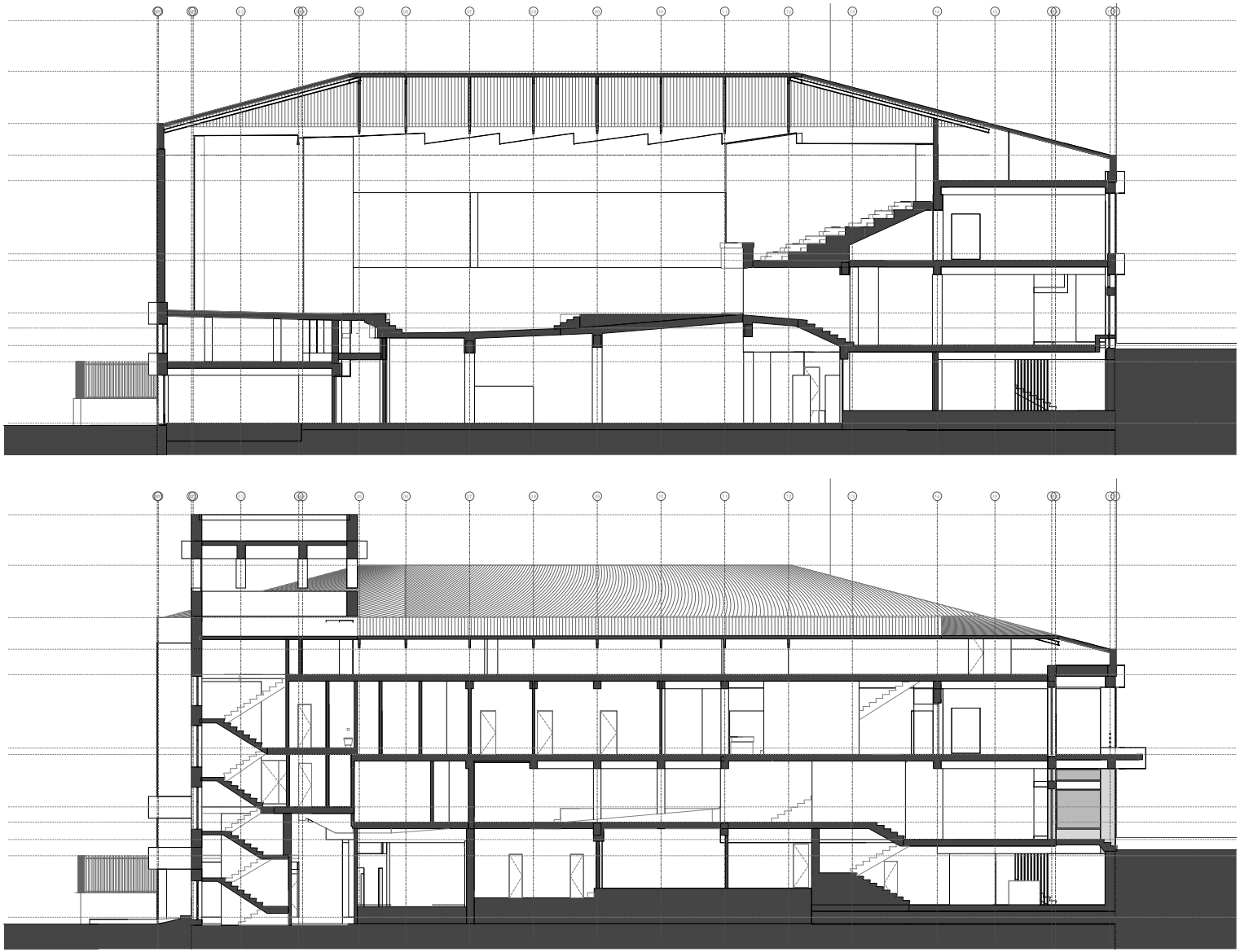
Levantamento ao estado actual do objecto de estudo, planta do Piso 1.
Desenho à escala 1.200



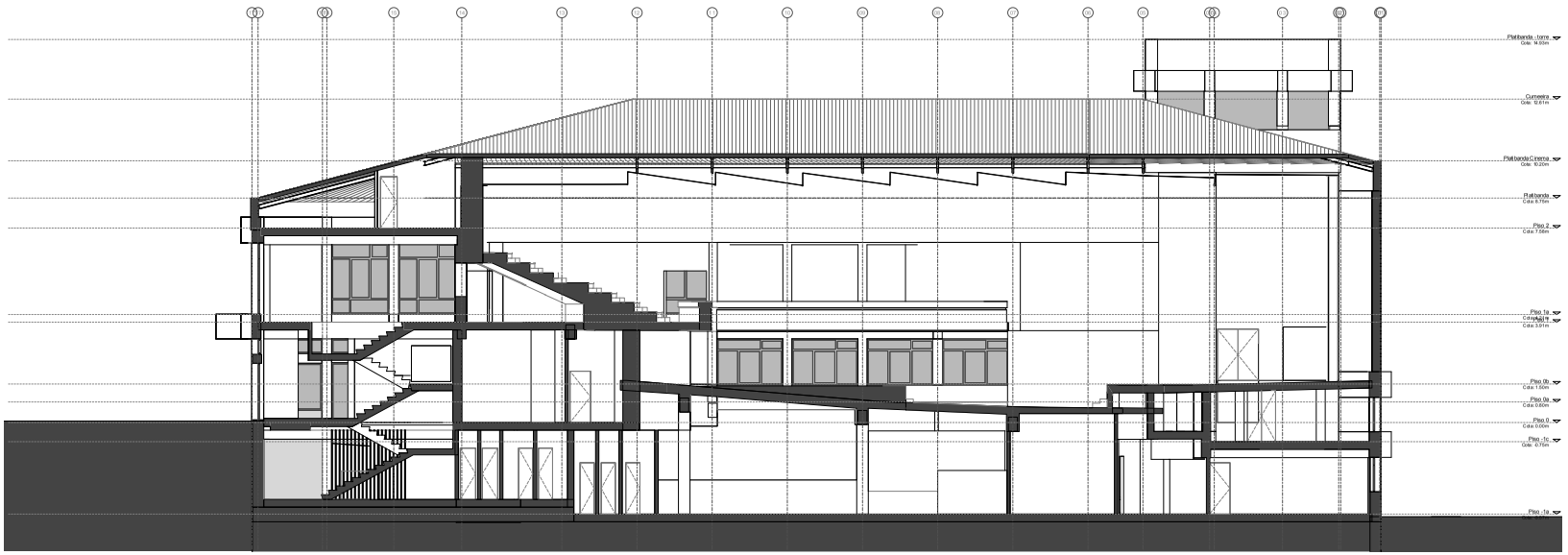
Levantamento ao estado actual do objecto de estudo, planta do Piso 2.
Desenho à escala 1.200



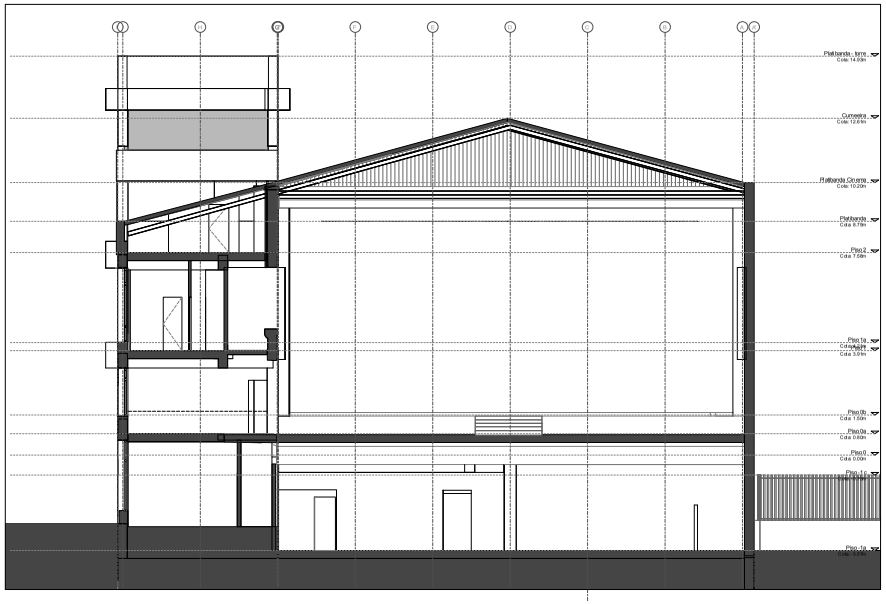
Levantamento ao estado actual do objecto de estudo, planta de cobertura.
Desenho à escala 1.200



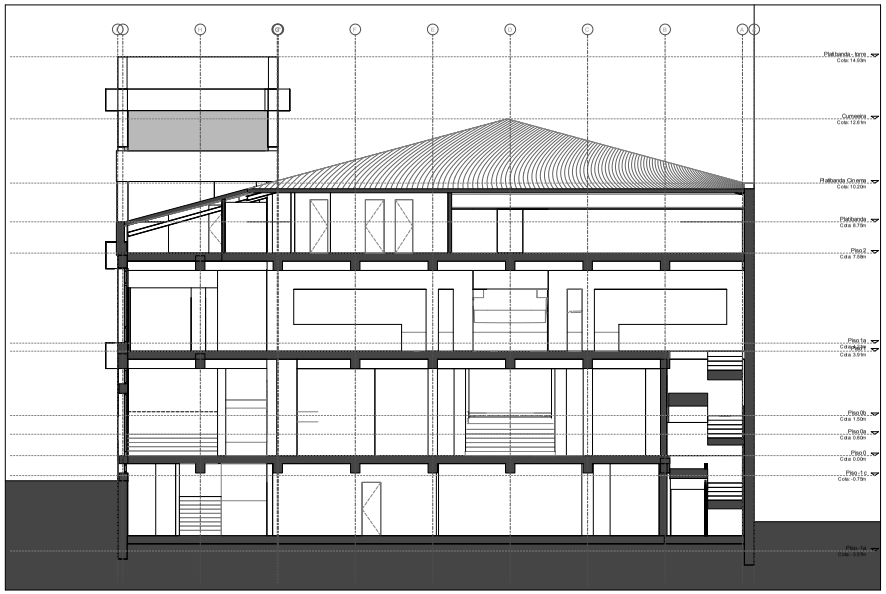
Levantamento ao estado actual do objecto de estudo, Corte Longitudinal 1 (acima) e 2 (abaixo).
Desenho à escala 1.200



Levantamento ao estado actual do objecto de estudo, Corte Longitudinal 3.
Desenho à escala 1.200



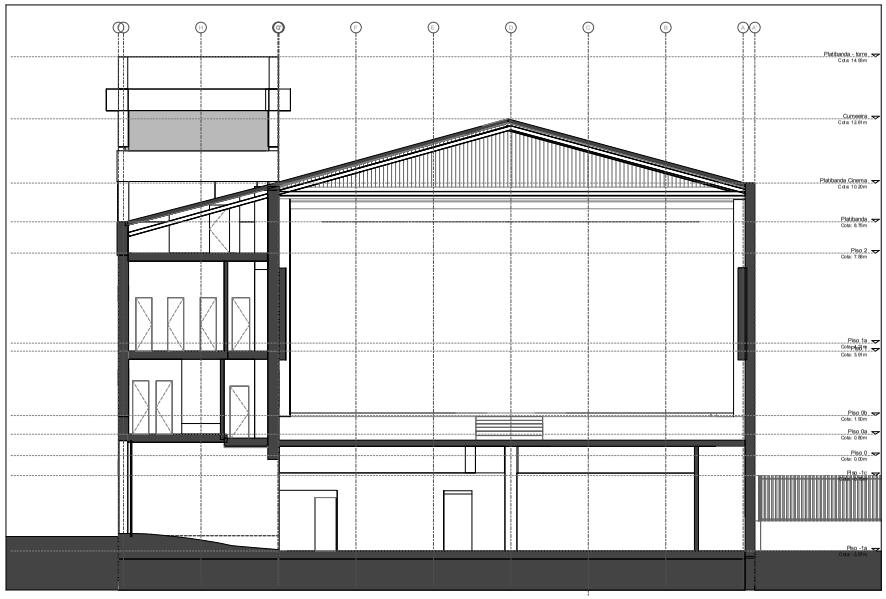




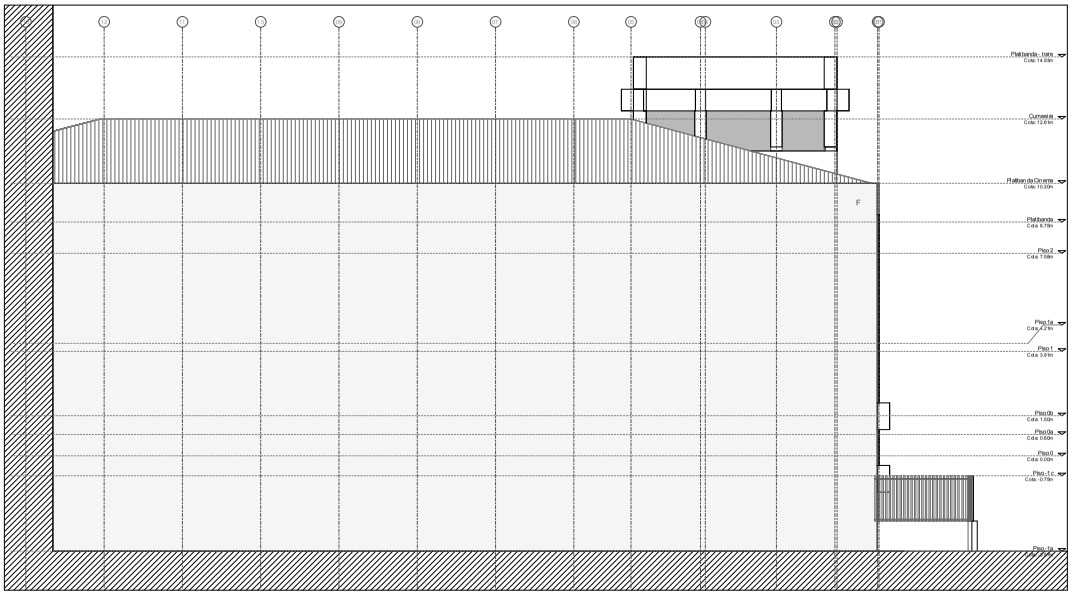


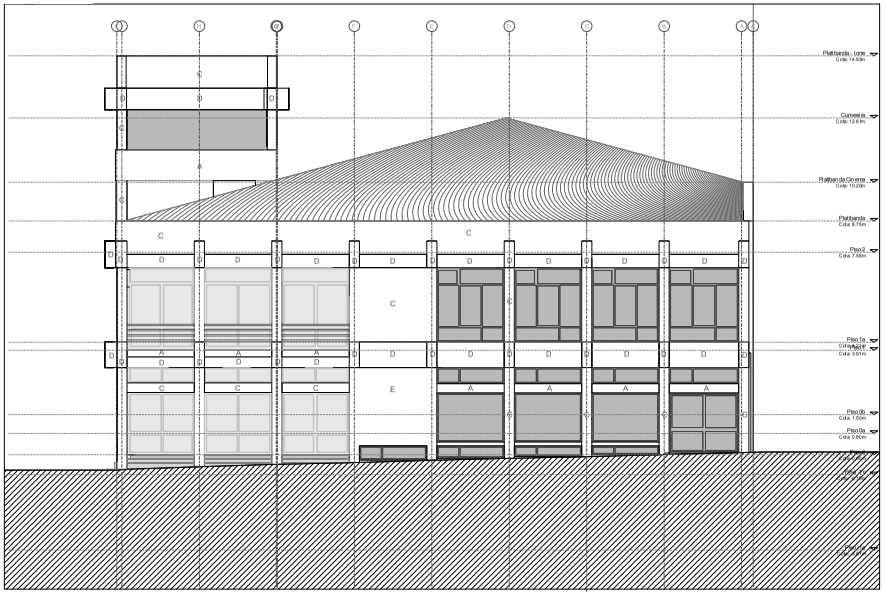
Levantamento ao estado actual do objecto de estudo, Corte Transversal 1 (acima) e 2 (abaixo).
Desenho à escala 1.200

Levantamento ao estado actual do objecto de estudo, Corte Transversal 4 (acima) e 5 (abaixo).
Desenho à escala 1.200

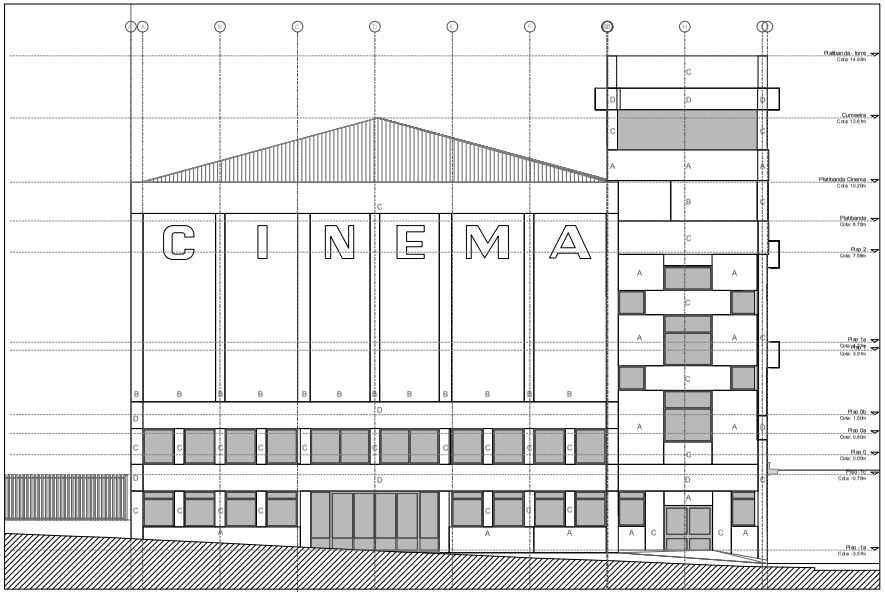


Levantamento ao estado actual do objecto de estudo, Corte Transversal 3.
Desenho à escala 1.200

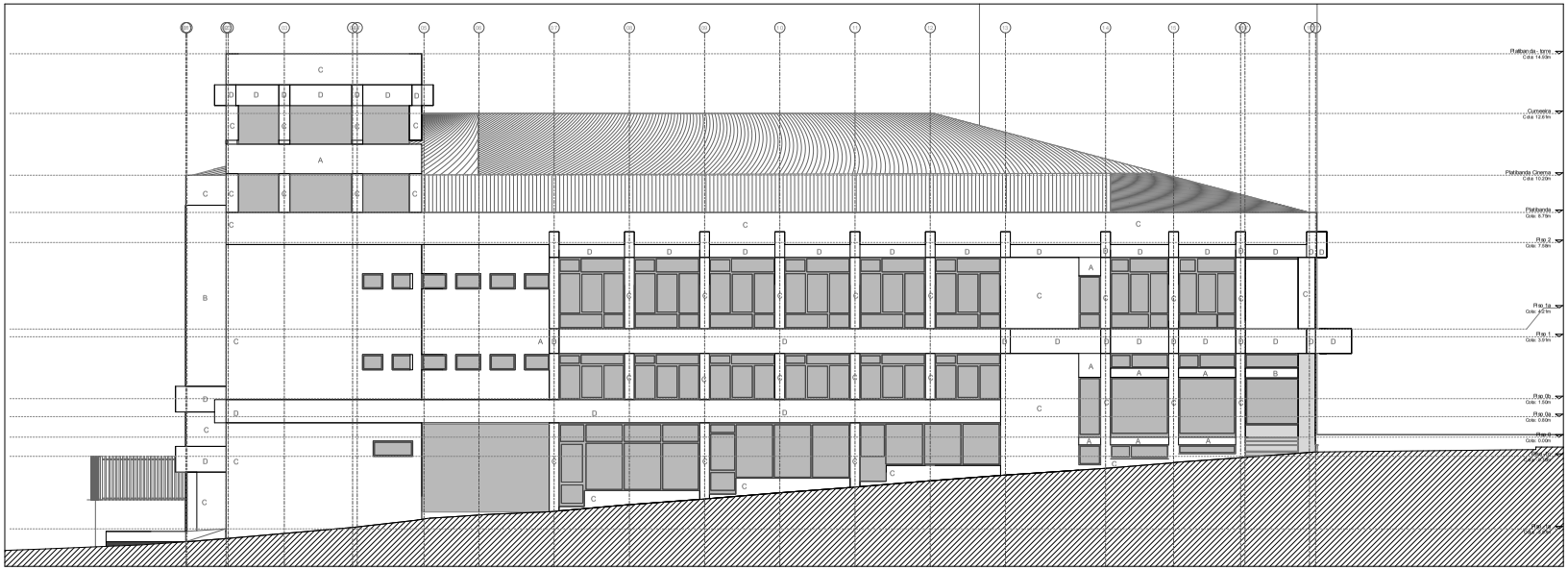




Levantamento ao estado actual do objecto de estudo, Alçado Norte (acima) e Alçado Nascente (abaixo).
Desenho à escala 1.200



Levantamento ao estado actual do objecto de estudo, Alçado Poente.
Desenho à escala 1.200



Levantamento ao estado actual do objecto de estudo, Alçado Sul.
Desenho à escala 1.200

IGAC, processo 01.19.001

Projecto para o Centro de Artes e Espetáculos, 2017

Arquiteto Gonçalo Louro

Levantamento do Estado Actual

Planta Piso -1 e -1c
Planta Piso 0
Planta Piso 1
Planta Piso 2
Planta de Cobertura
Corte Longitudinal 1 e 2
Corte Longitudinal 3
Corte Transversal 1, 2, 4 e 5
Corte Transversal 3
Alçado Norte, Nascente e Poente
Alçado Sul

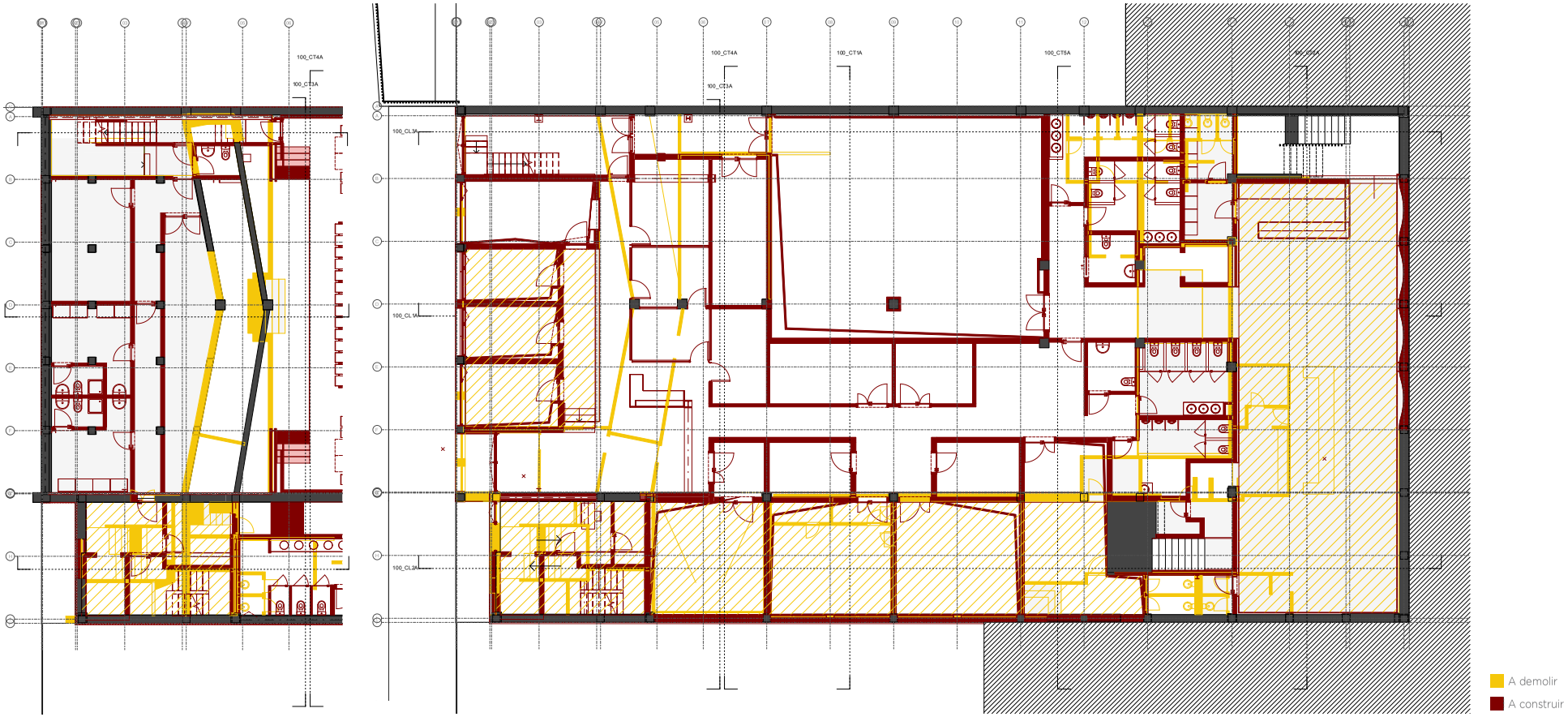
Desenhos de Transformações

Vermelhos e Amarelos

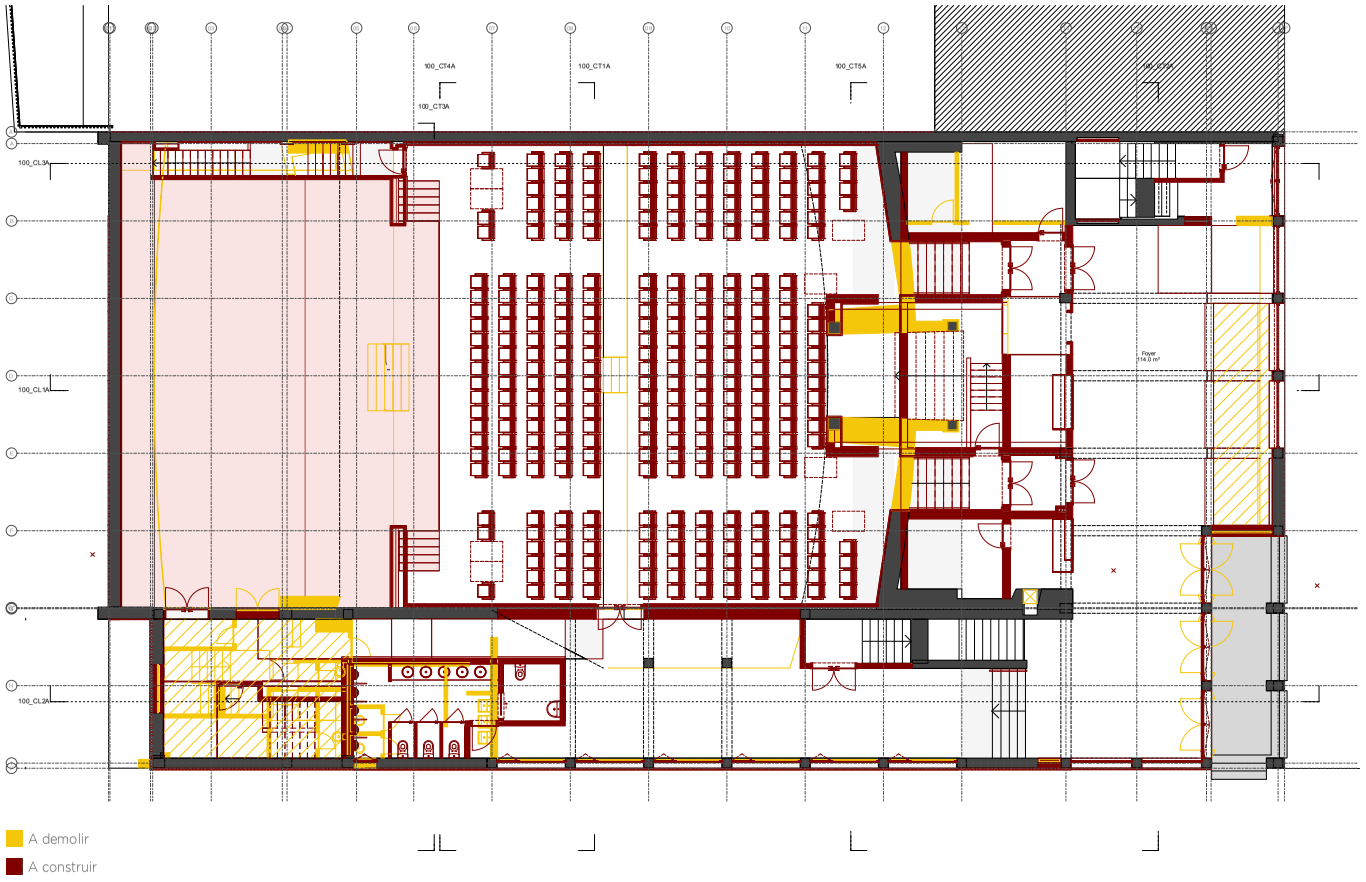
Planta Piso -1 e -1c
Planta Piso 0
Planta Piso 1
Planta de Cobertura
Corte Longitudinal 1 e 2
Corte Longitudinal 3
Corte Transversal 1, 2, 4 e 5
Corte Transversal 3
Alçado Norte, Nascente e Poente
Alçado Sul

Proposta Final

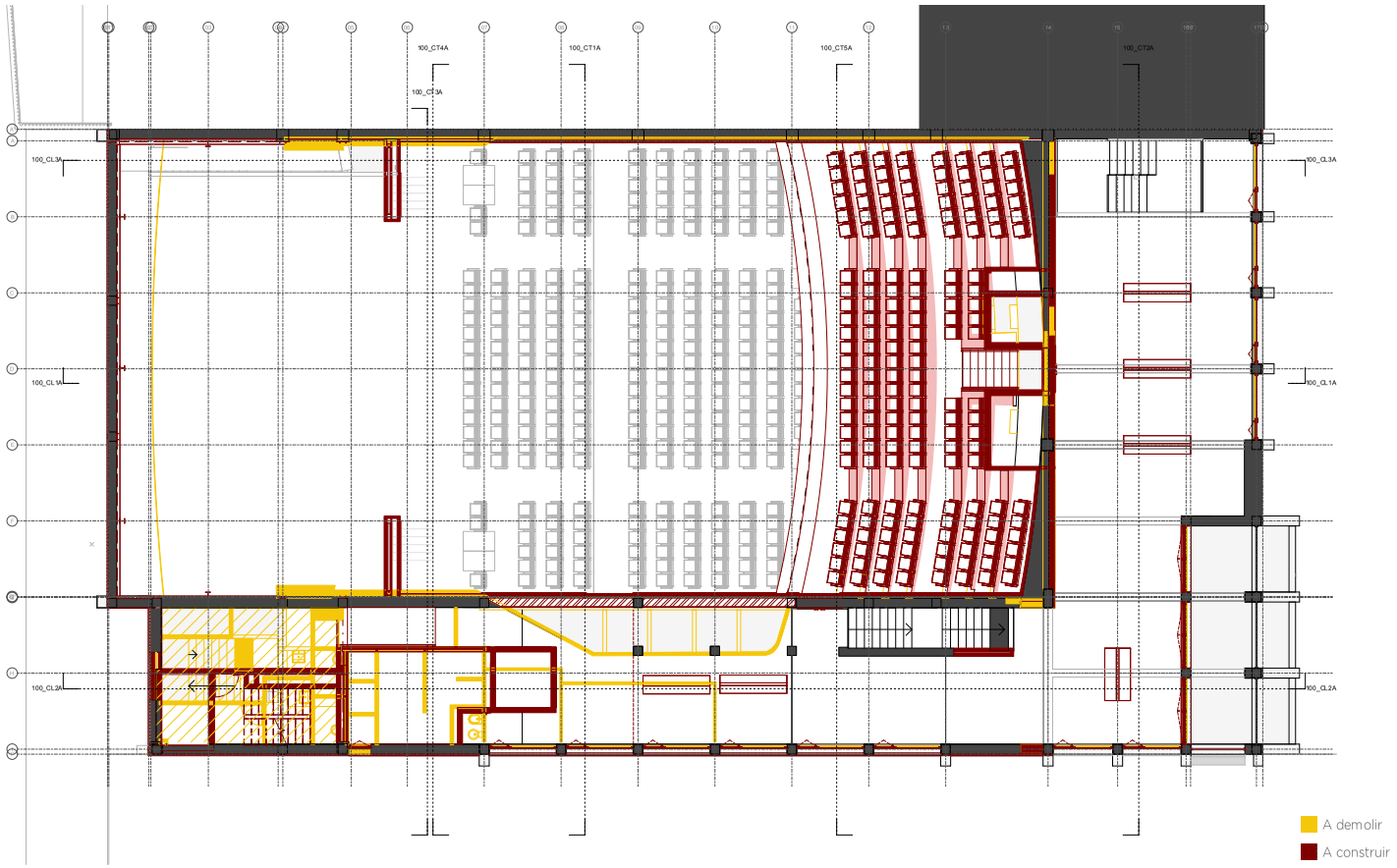
Planta Piso -1 e -1c
Planta Piso 0
Planta Piso 1
Planta Piso 2
Planta Piso 3
Planta de Cobertura
Corte Longitudinal 1 e 2
Corte Longitudinal 3 e 4
Corte Longitudinal 5 e 6
Corte Transversal 1, 2, 3 e 4
Corte Transversal 5, 6, 7 e 8
Alçado Norte, Nascente, Poente
Alçado Sul



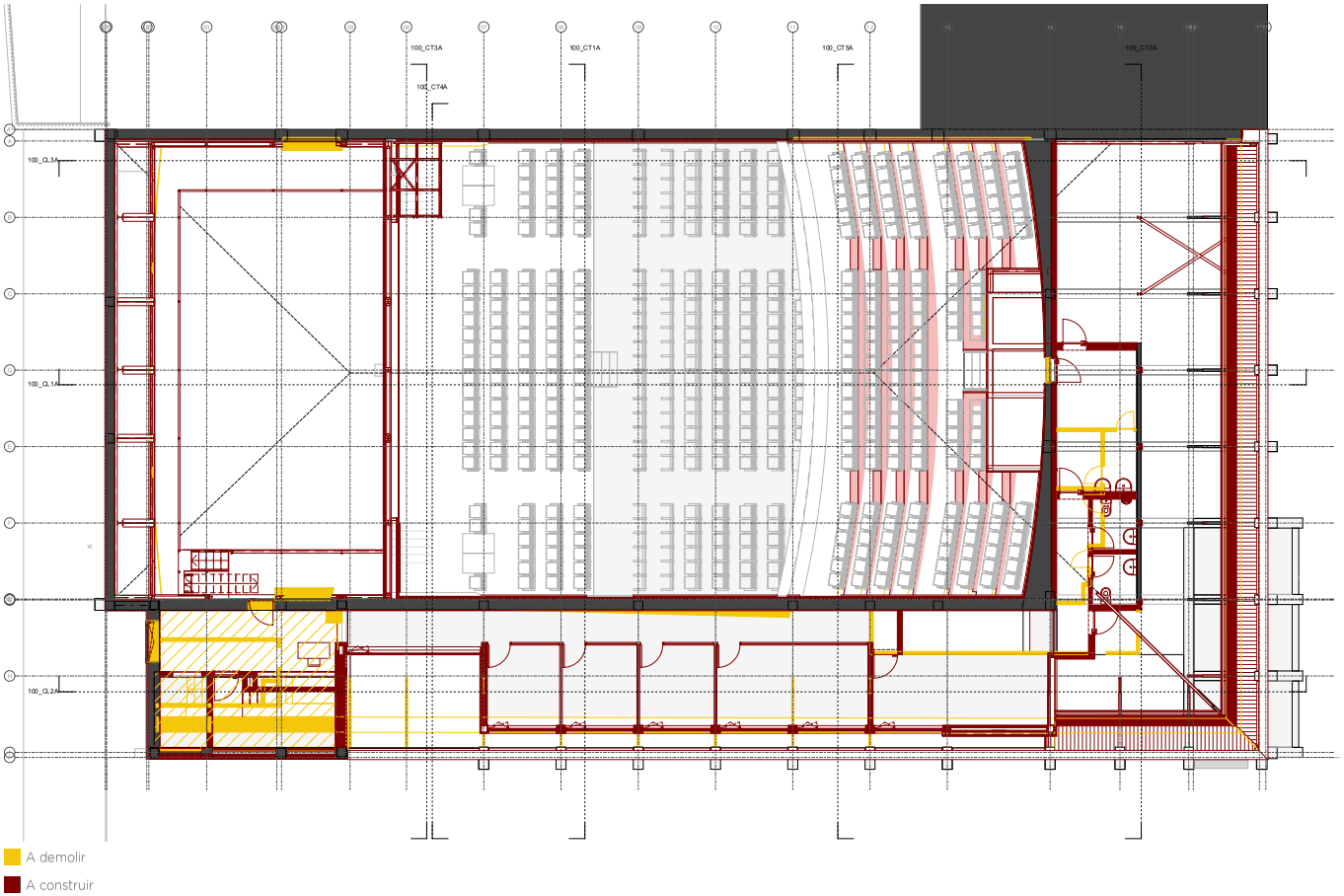
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Planta Piso -1c e -1.
Desenho à escala 1.200



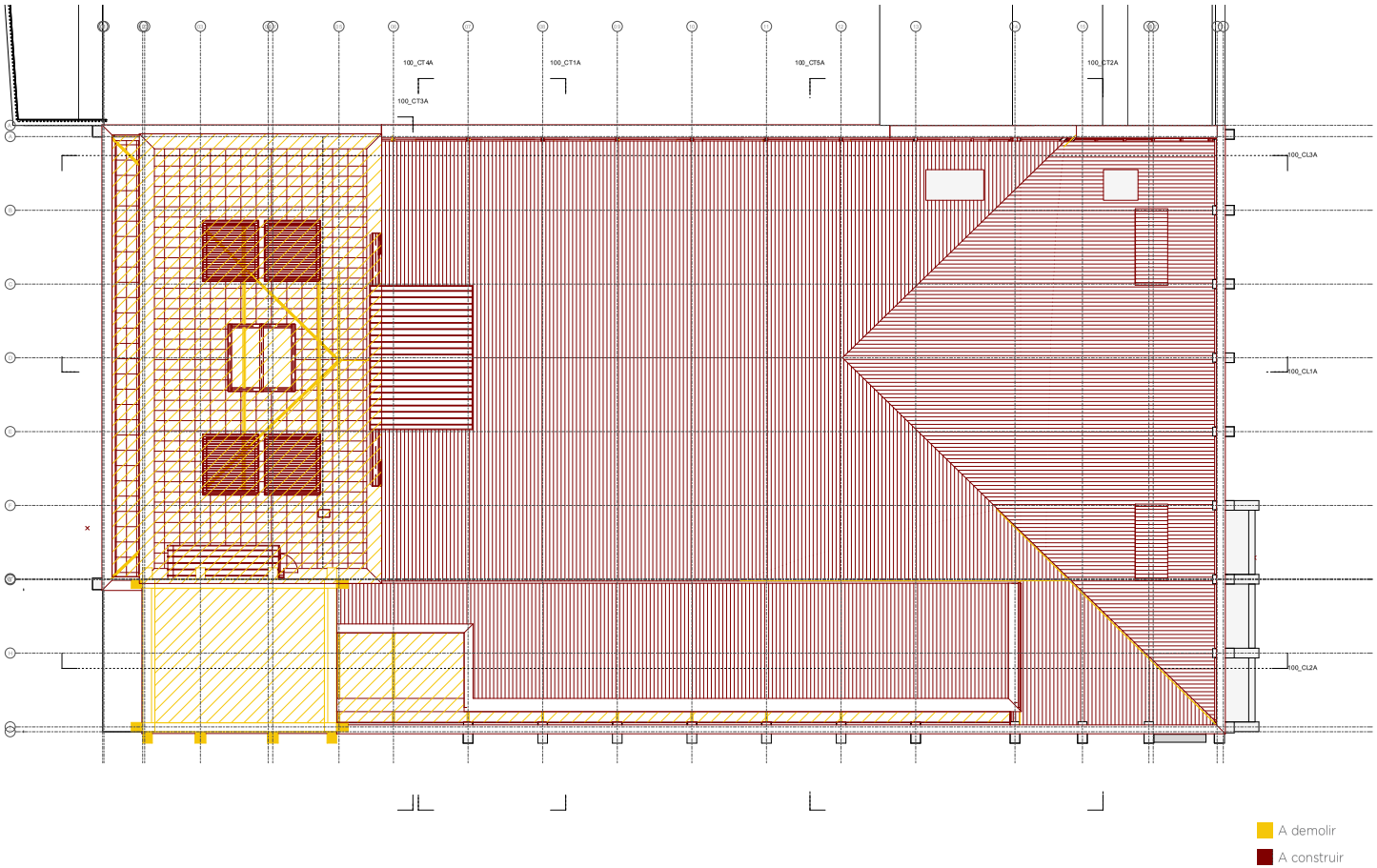
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Planta Piso 0.
Desenho à escala 1.200



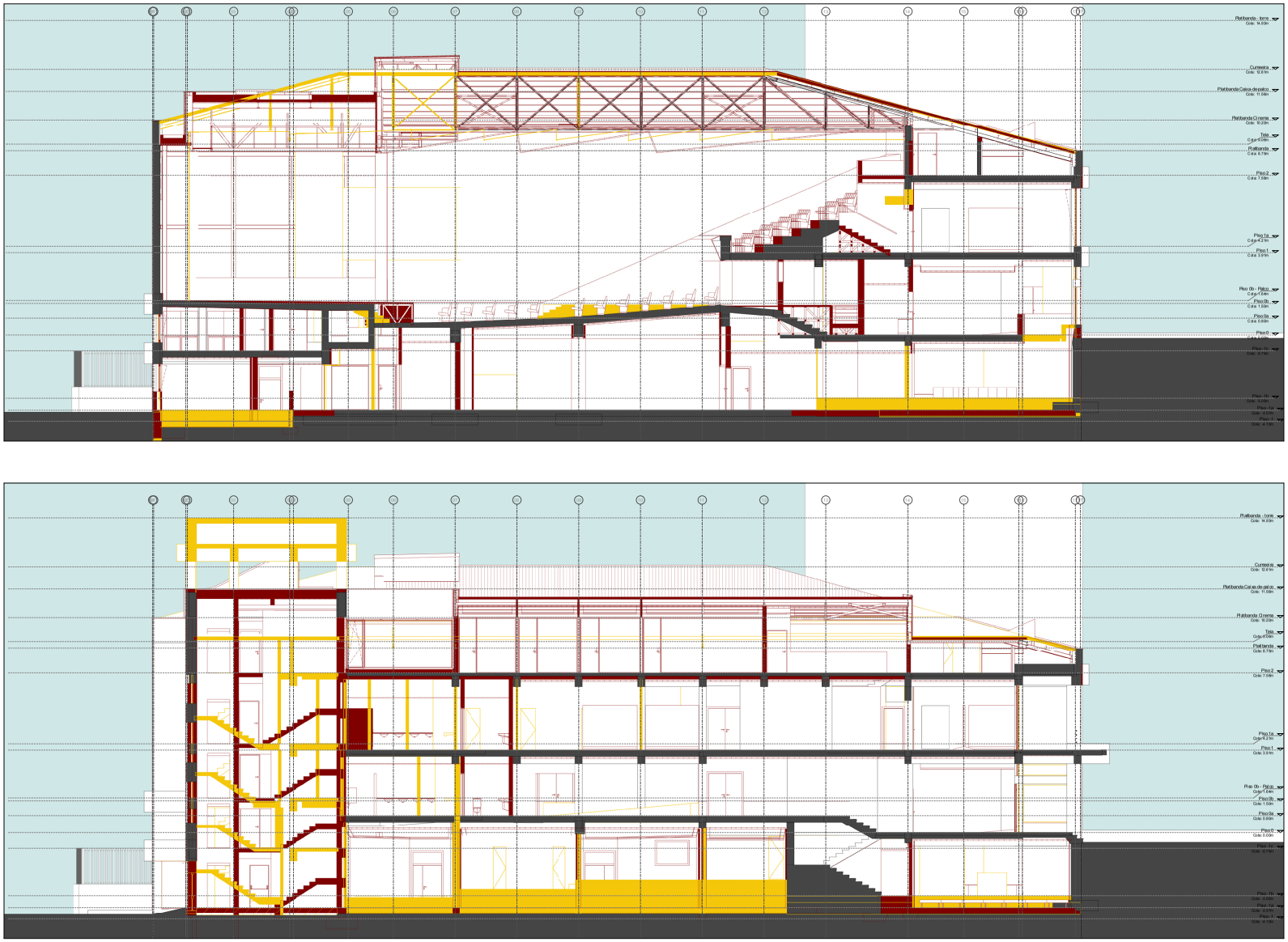
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Planta Piso 1.
Desenho à escala 1.200



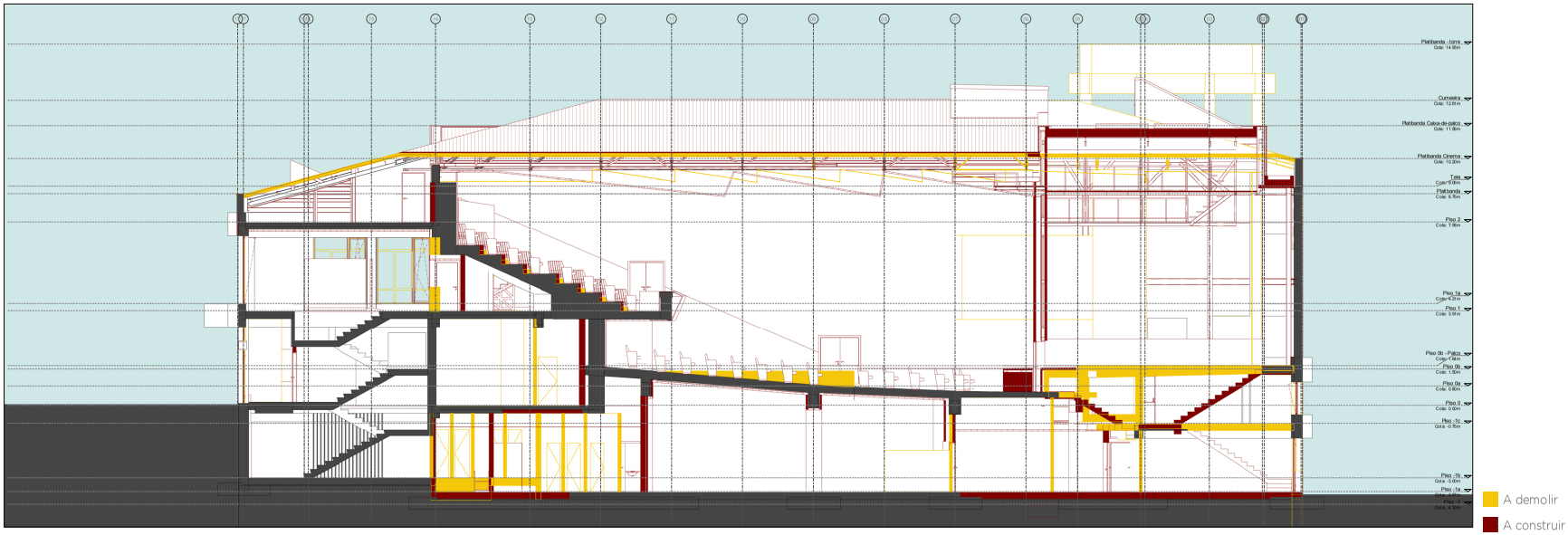
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Planta Piso 1.
Desenho à escala 1.200



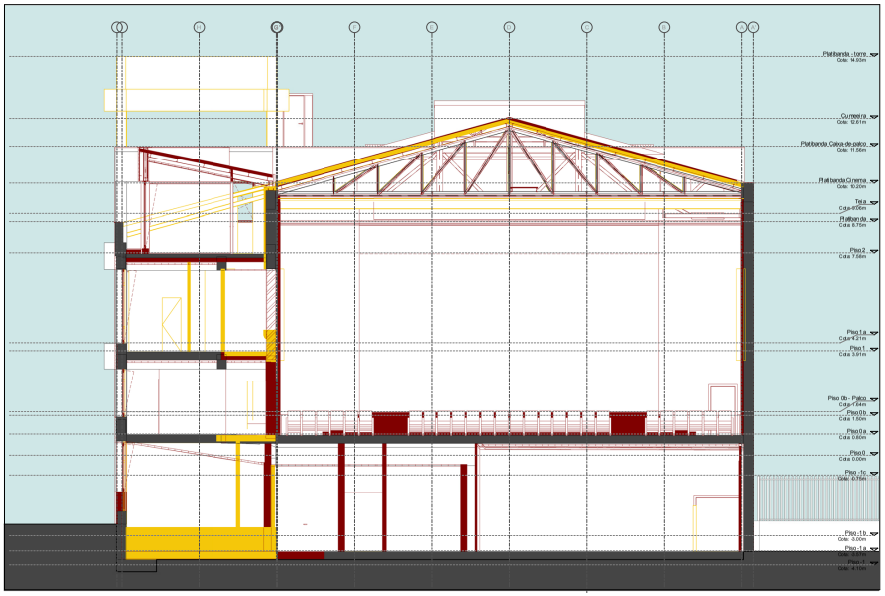
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Planta de Cobertura.
Desenho à escala 1.200

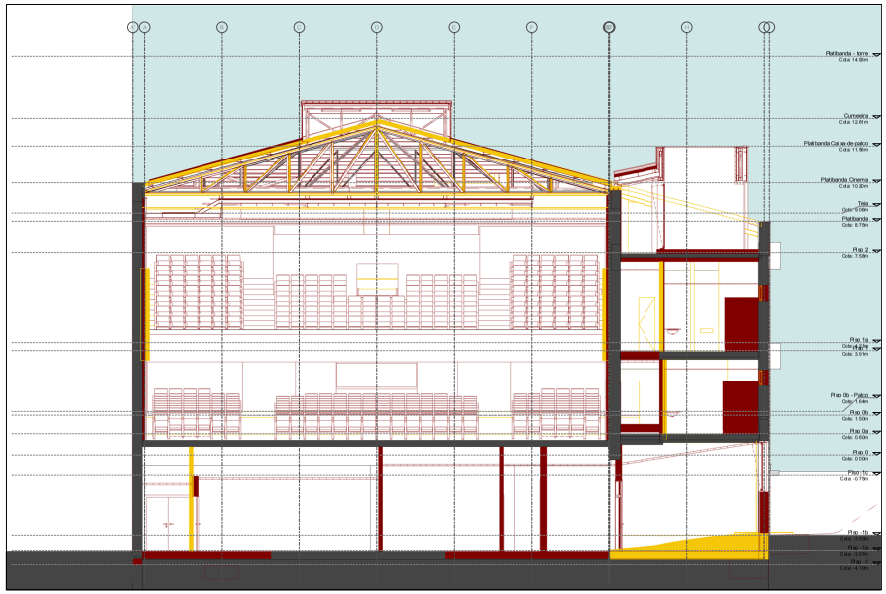


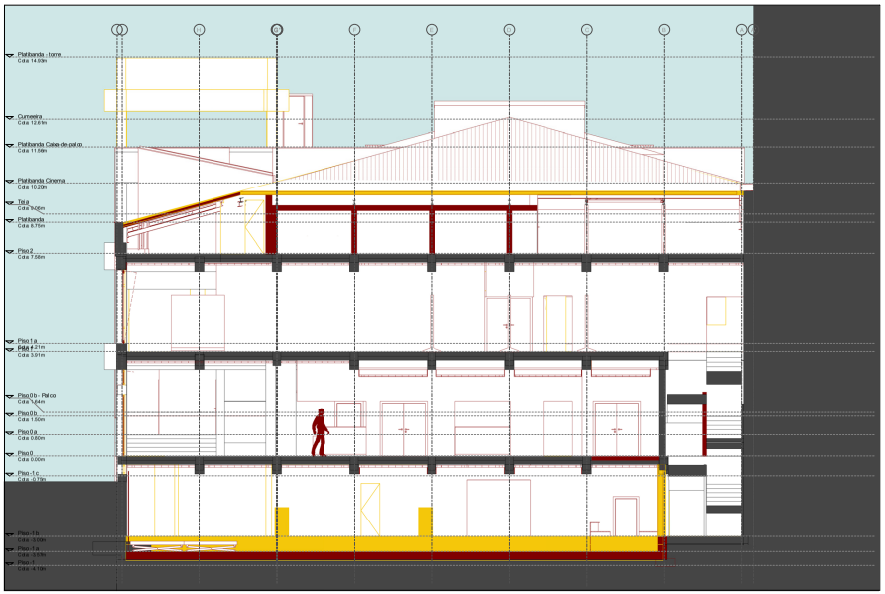
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Planta Piso 0.
Desenho à escala 1.200

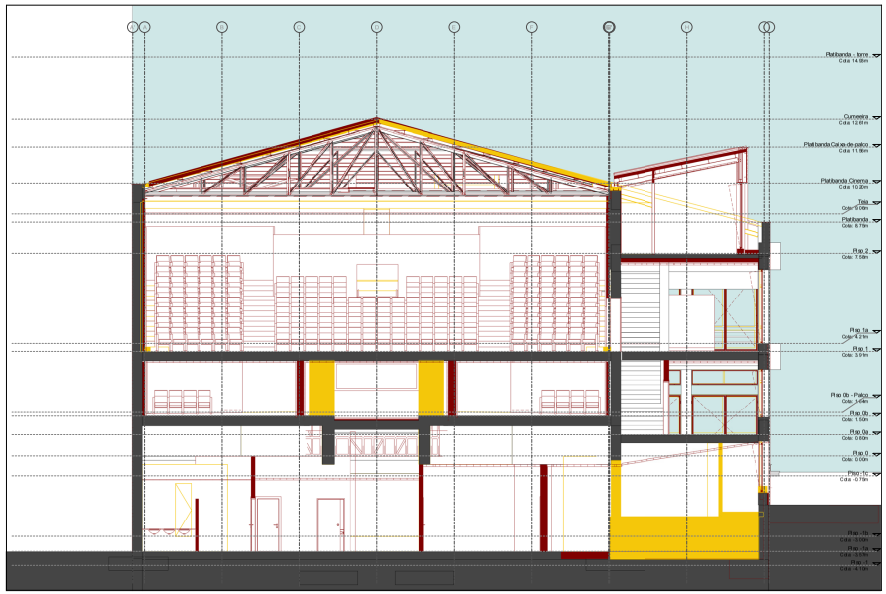


Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Planta Piso 1.
Desenho à escala 1.200







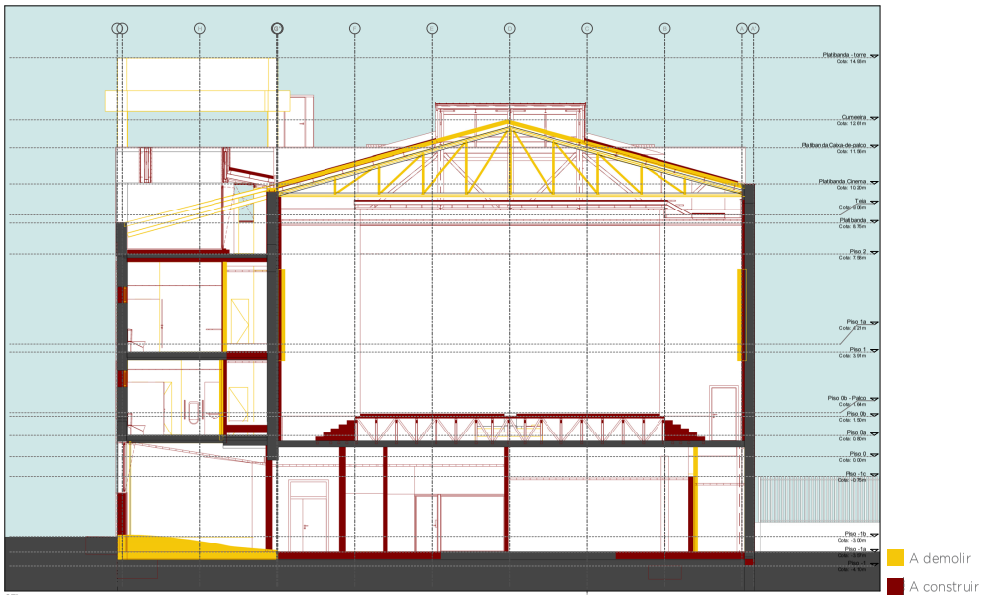


A demolir

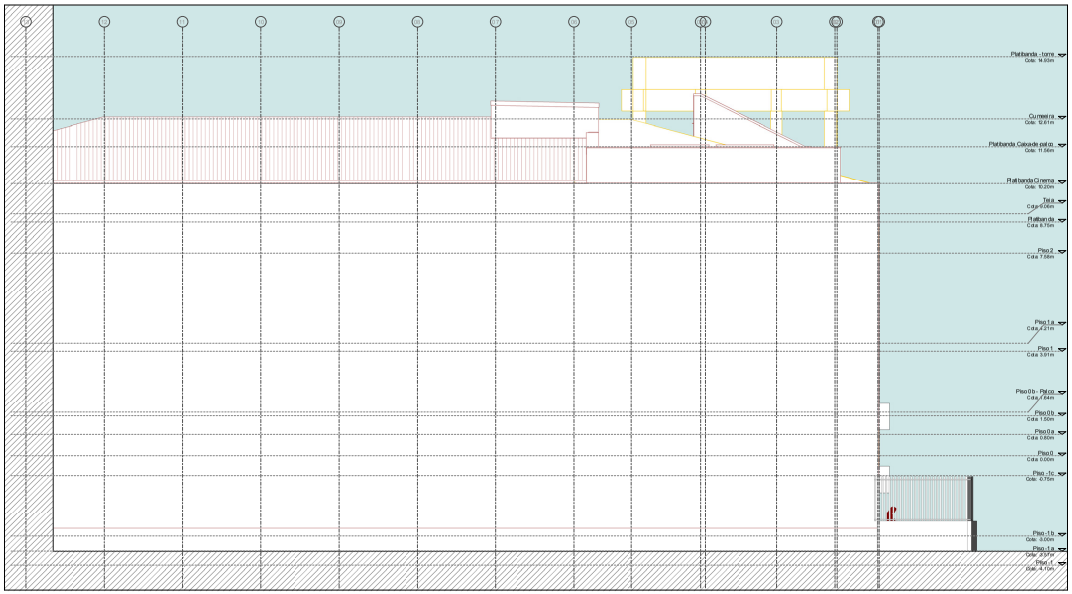
A construir

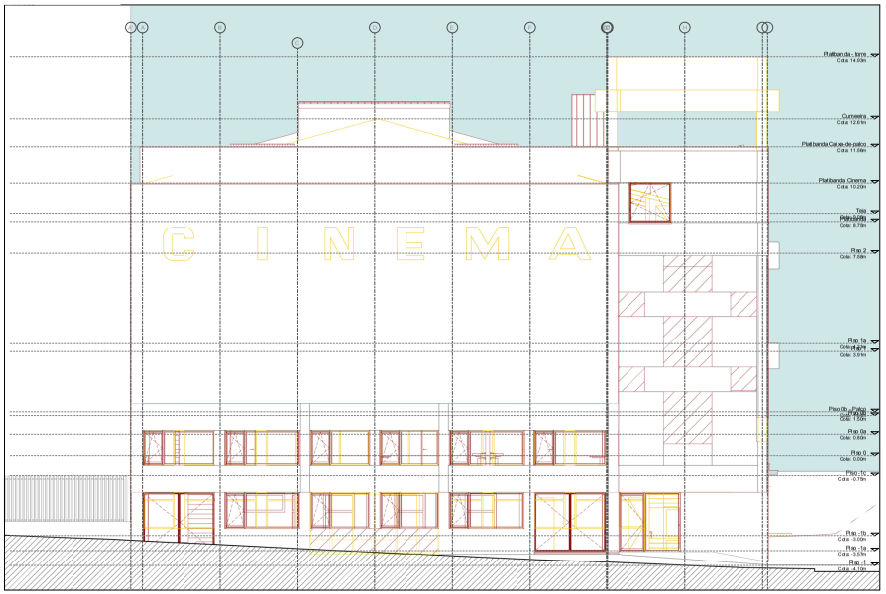
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Corte Transversal 1 (acima) e 2 (abaixo).
Desenhos à escala 1.200

Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Corte Transversal 4 (acima) e 5 (abaixo).
Desenhos à escala 1.200



Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Corte Transversal 3.
Desenho à escala 1.200

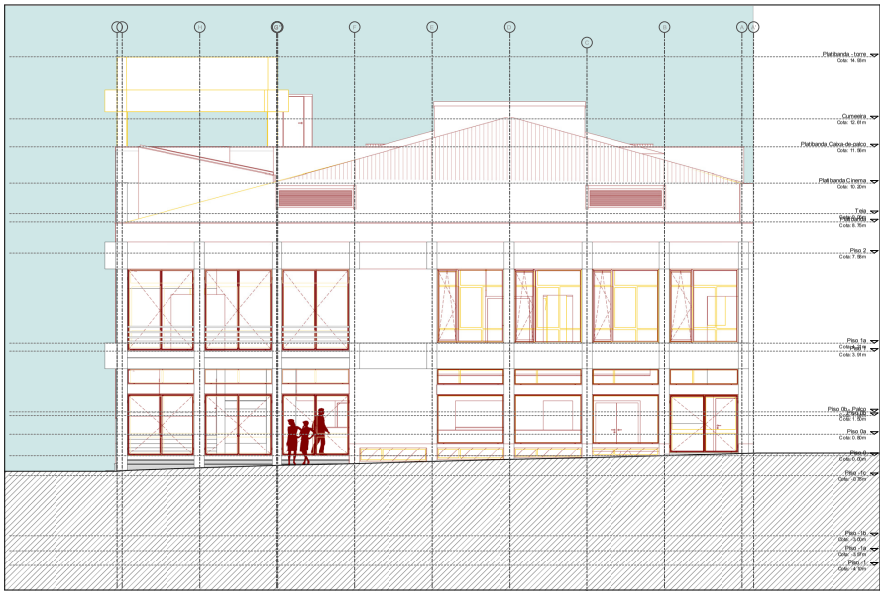




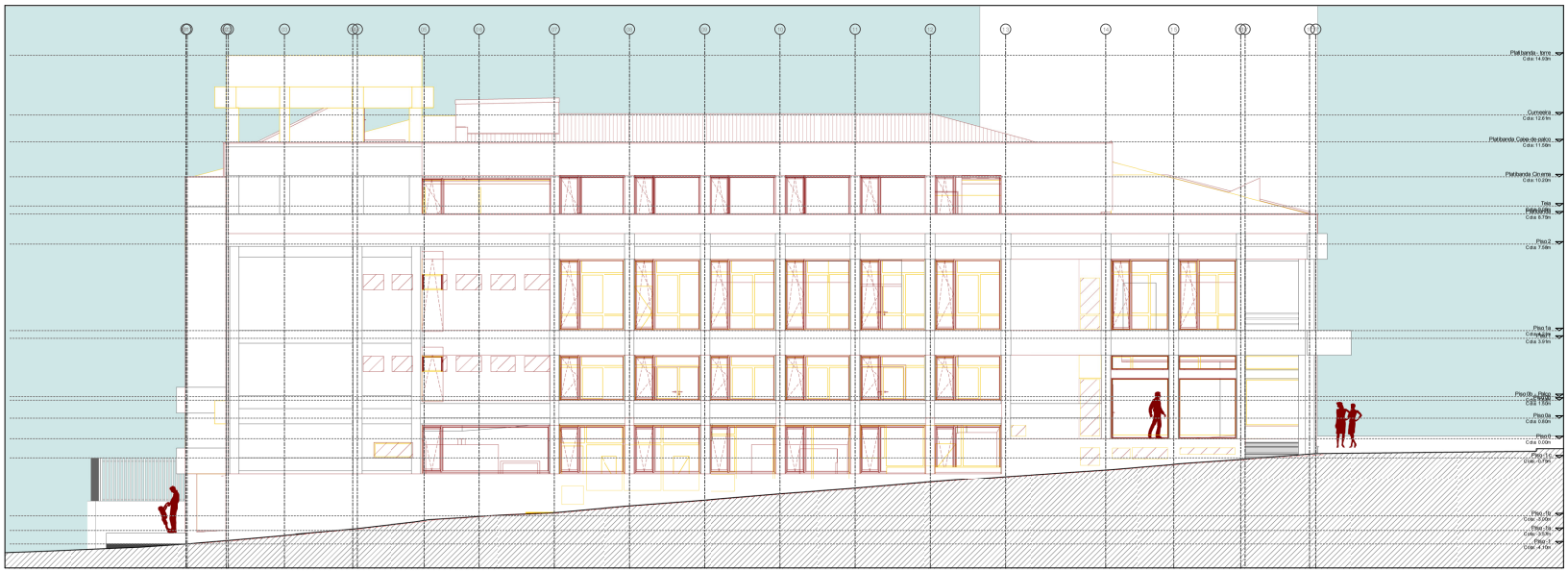
A demolir

A construir

Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Alçado Norte (acima) e Alçado Poente (abaixo).
Desenhos à escala 1.200



Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Alçado Nascente.
Desenhos à escala 1.200



Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Corte Transversal 3.
Desenho à escala 1.200

IGAC, processo 01.19.001

Projecto para o Centro de Artes e Espetáculos, 2017

Arquiteto Gonçalo Louro

Levantamento do Estado Actual

Planta Piso -1 e -1c
Planta Piso 0
Planta Piso 1
Planta Piso 2
Planta de Cobertura
Corte Longitudinal 1 e 2
Corte Longitudinal 3
Corte Transversal 1, 2, 4 e 5
Corte Transversal 3
Alçado Norte, Nascente e Poente
Alçado Sul

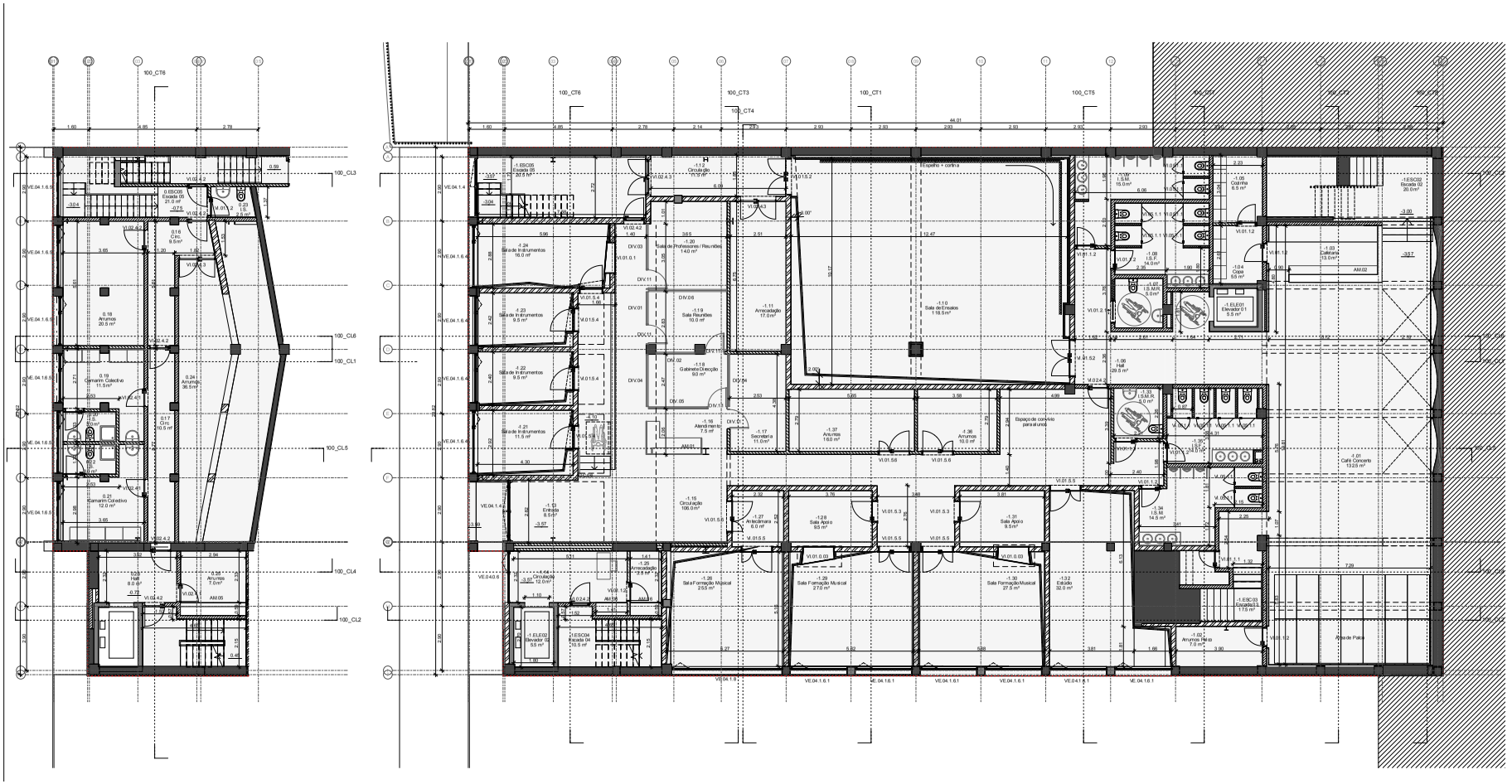
Desenhos de Transformações

Vermelhos e Amarelos

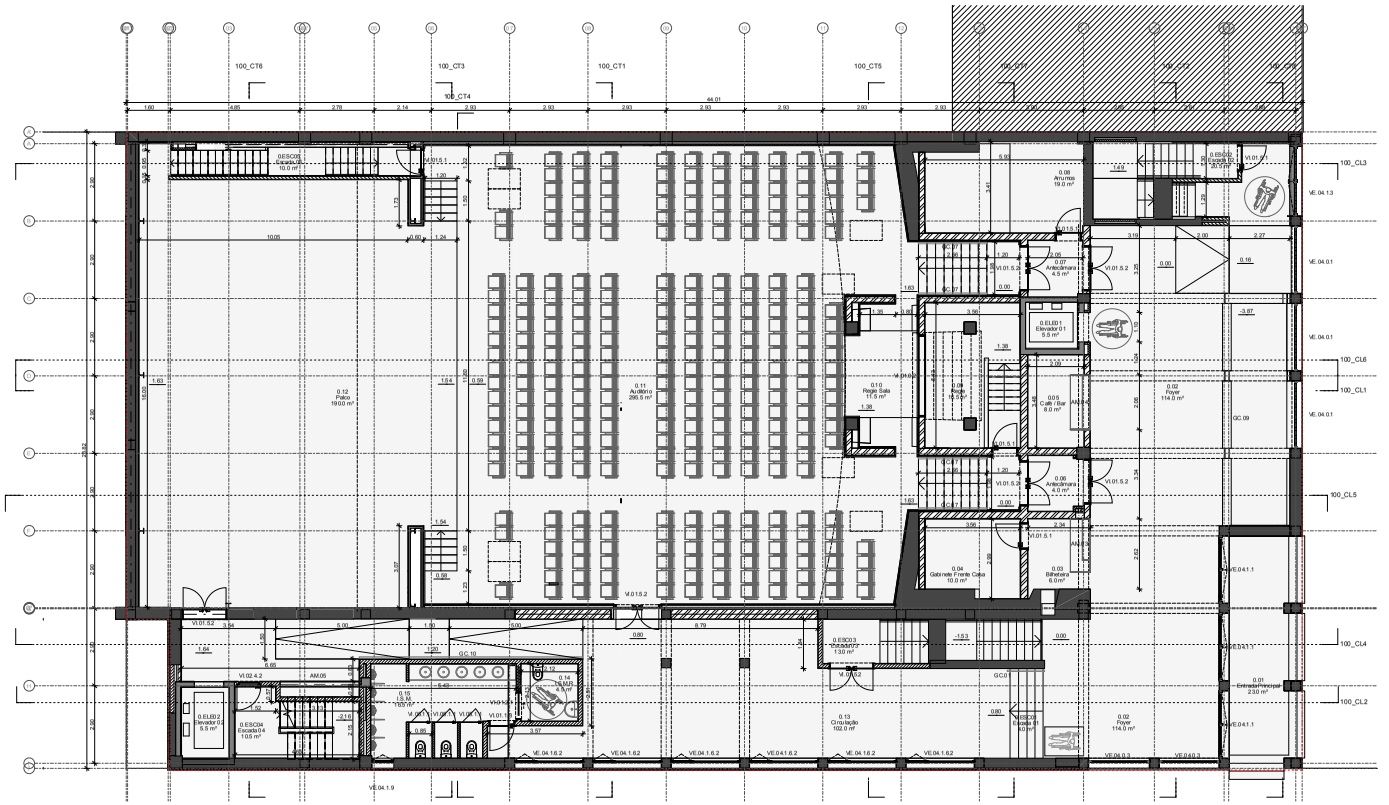
Planta Piso -1 e -1c
Planta Piso 0
Planta Piso 1
Planta de Cobertura
Corte Longitudinal 1 e 2
Corte Longitudinal 3
Corte Transversal 1, 2, 4 e 5
Corte Transversal 3
Alçado Norte, Nascente e Poente
Alçado Sul

Proposta Final

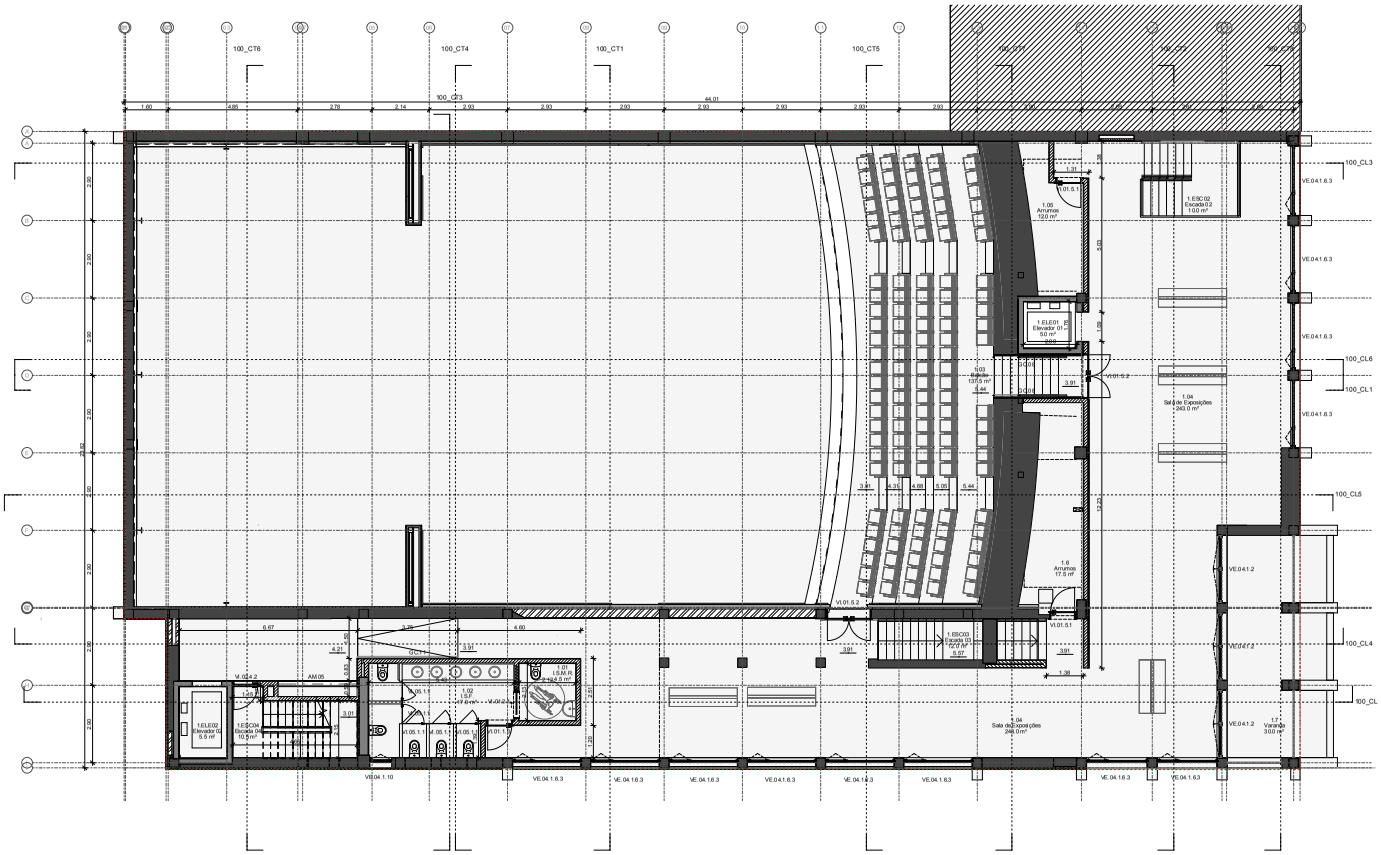
Planta Piso -1 e -1c
Planta Piso 0
Planta Piso 1
Planta Piso 2
Planta Piso 3
Planta de Cobertura
Corte Longitudinal 1 e 2
Corte Longitudinal 3 e 4
Corte Longitudinal 5 e 6
Corte Transversal 1, 2, 3 e 4
Corte Transversal 5, 6, 7 e 8
Alçado Norte, Nascente, Poente
Alçado Sul



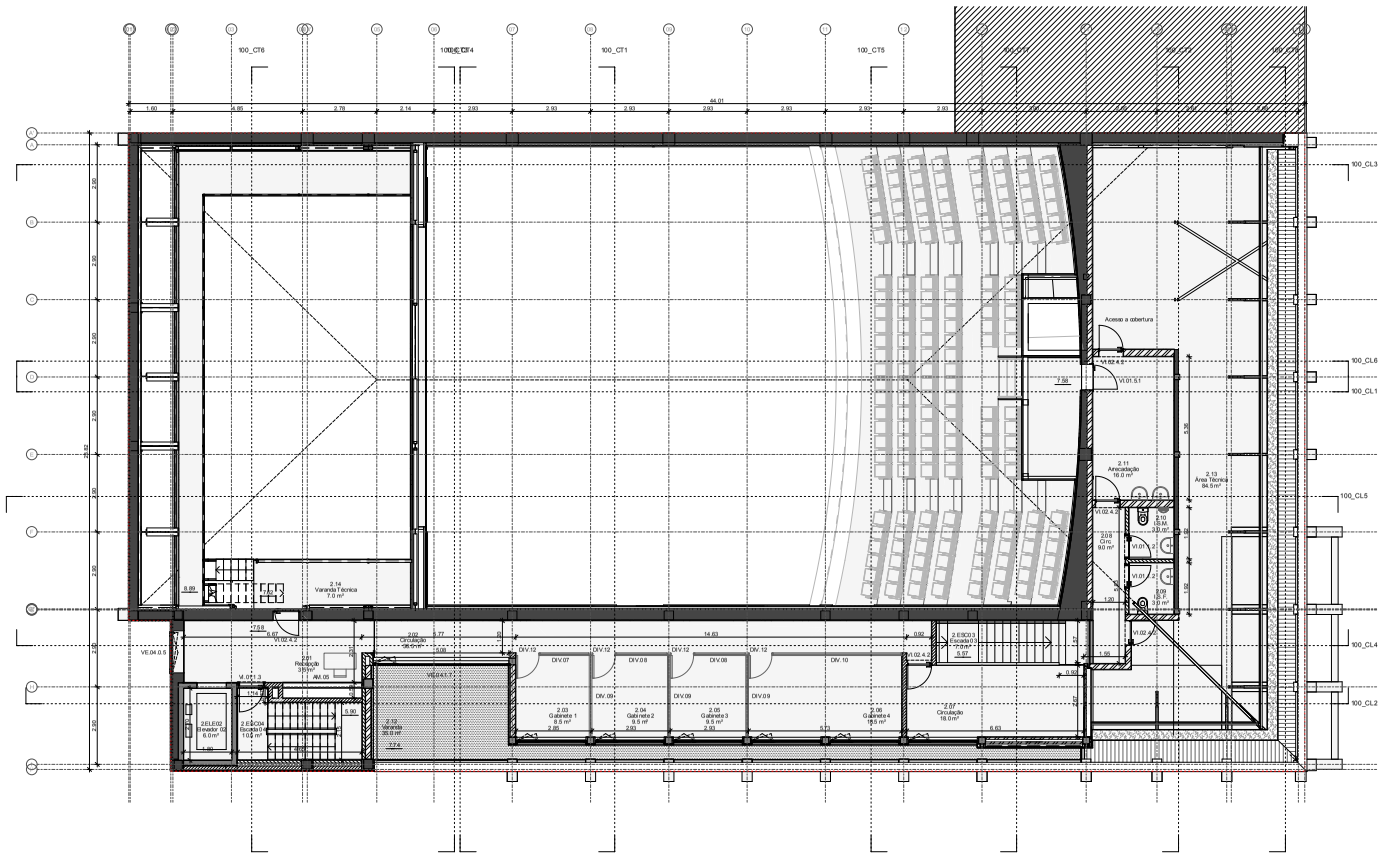
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Planta Piso -1c e -1.
Desenho à escala 1.200



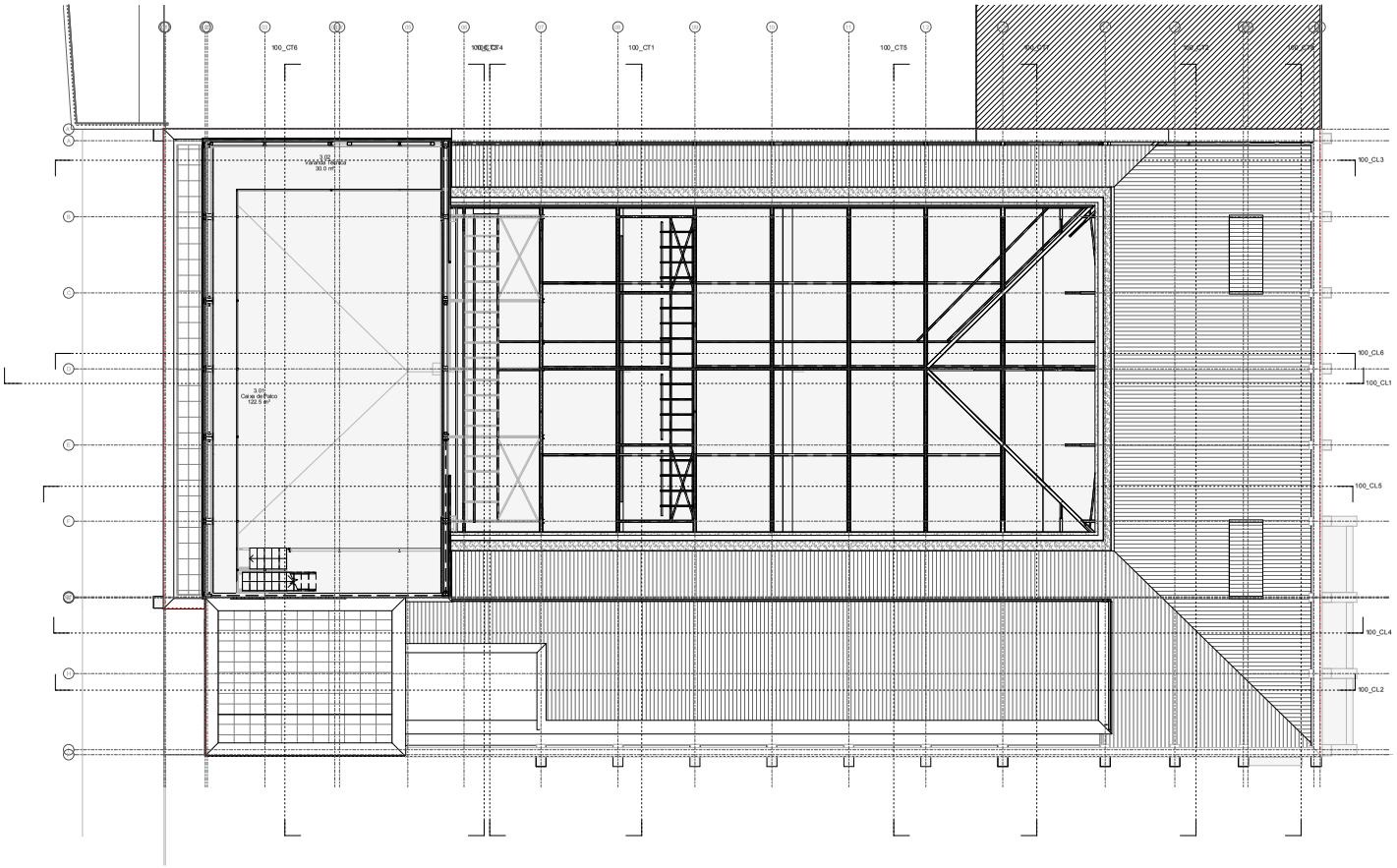
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Planta Piso 0.
Desenho à escala 1.200



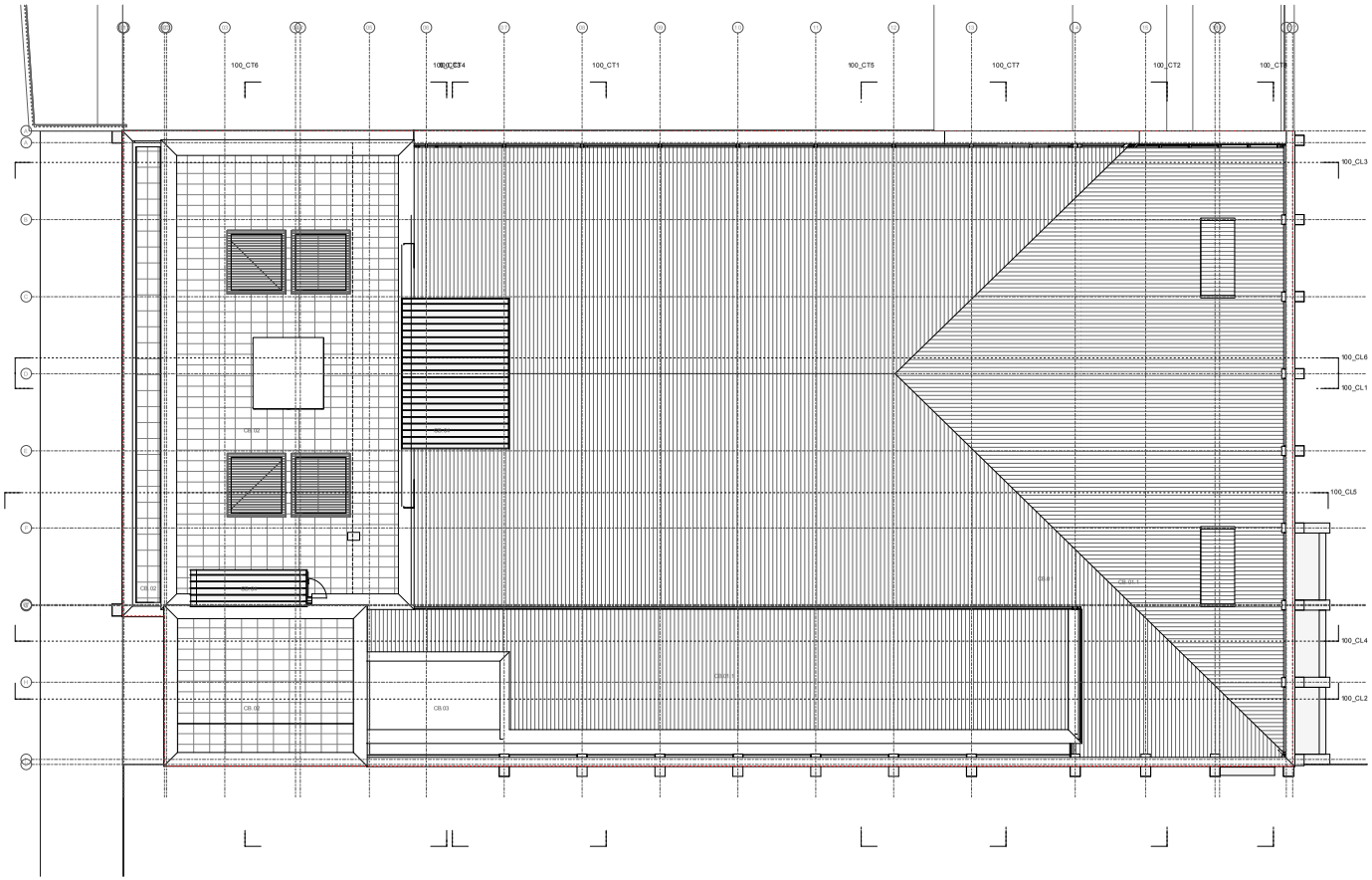
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Planta Piso 1.
Desenho à escala 1.200



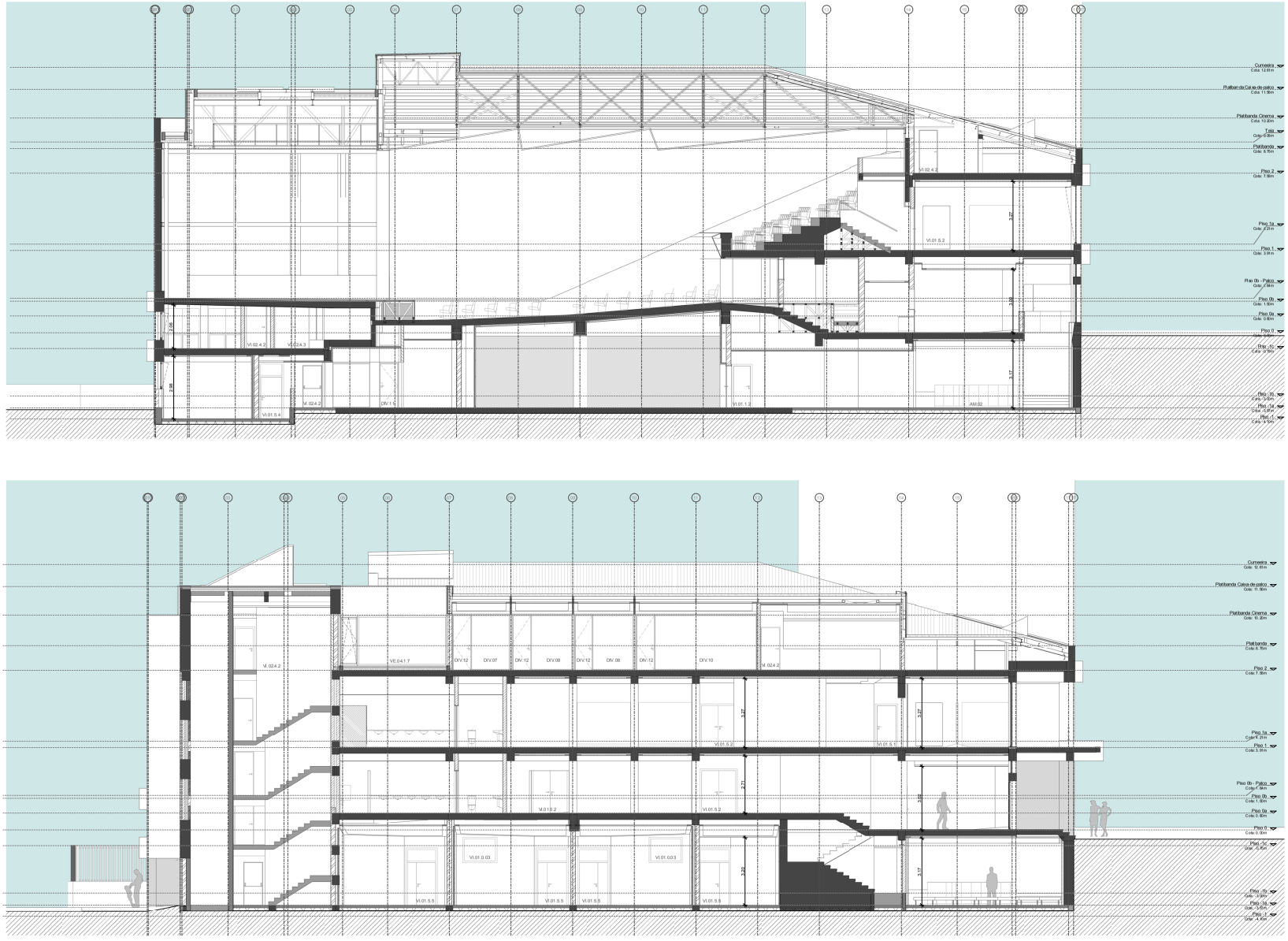
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Planta Piso 2.
Desenho à escala 1.200



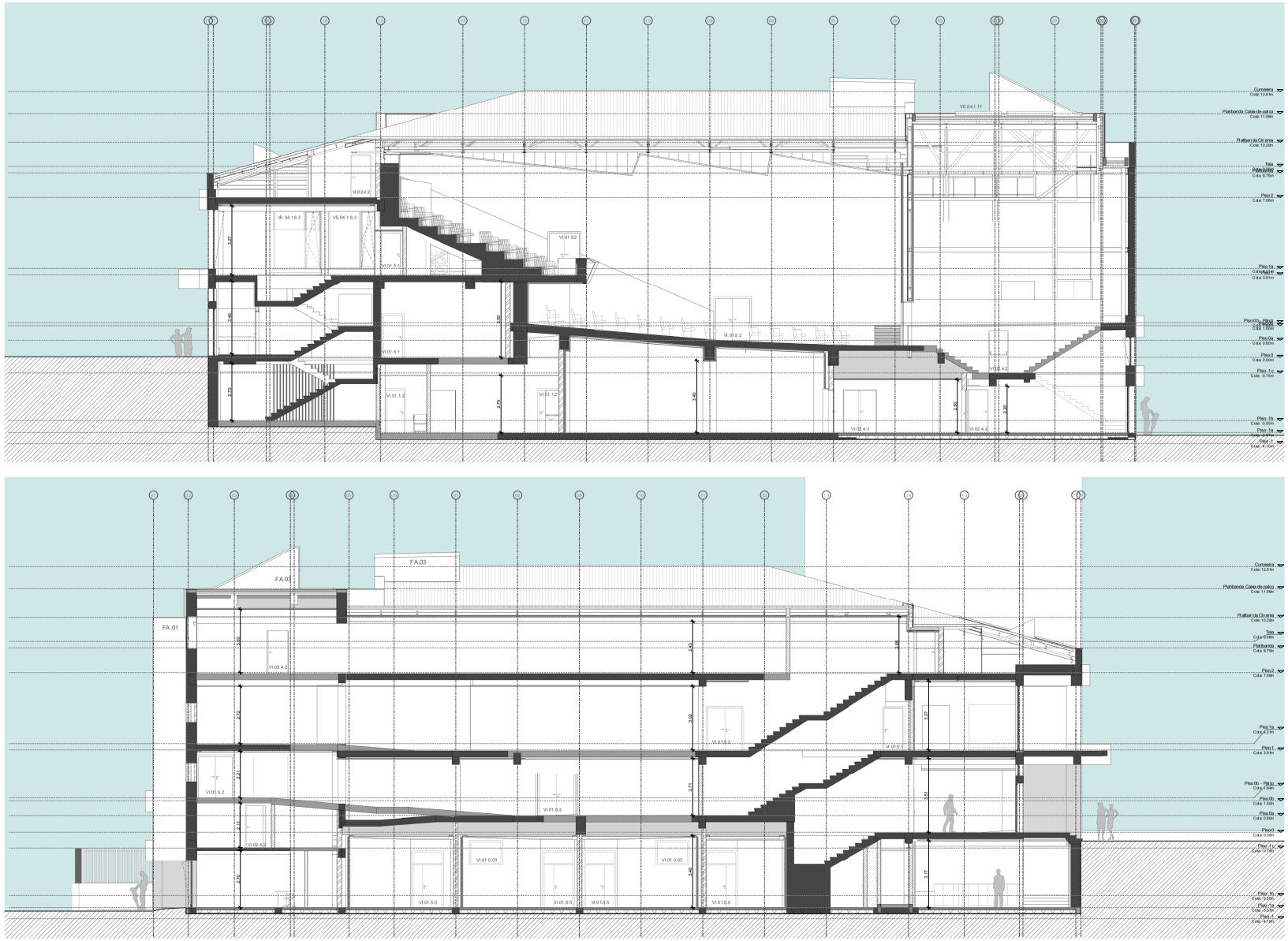
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Planta Piso 3.
Desenho à escala 1.200



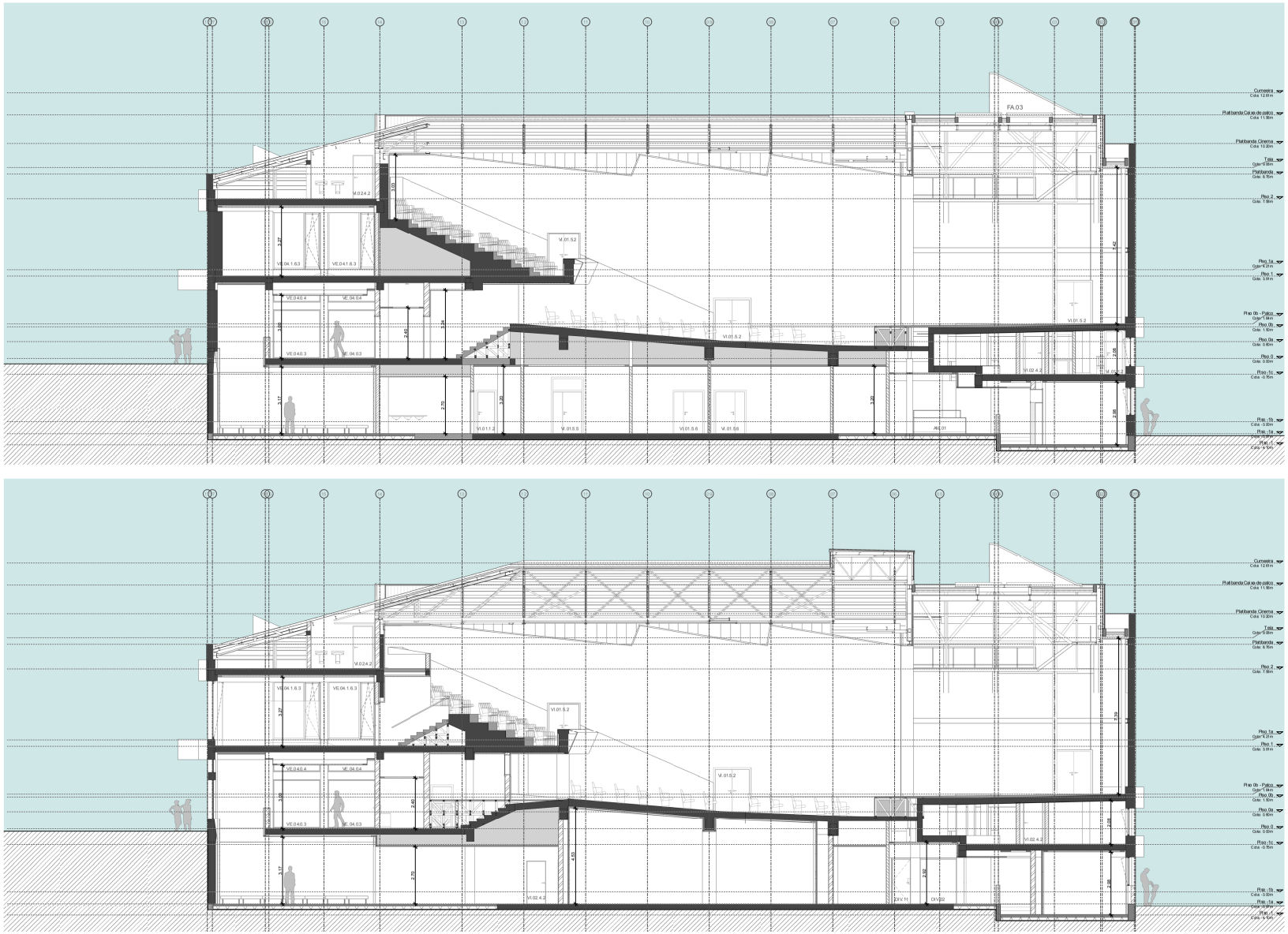
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Planta de Cobertura.
Desenho à escala 1.200



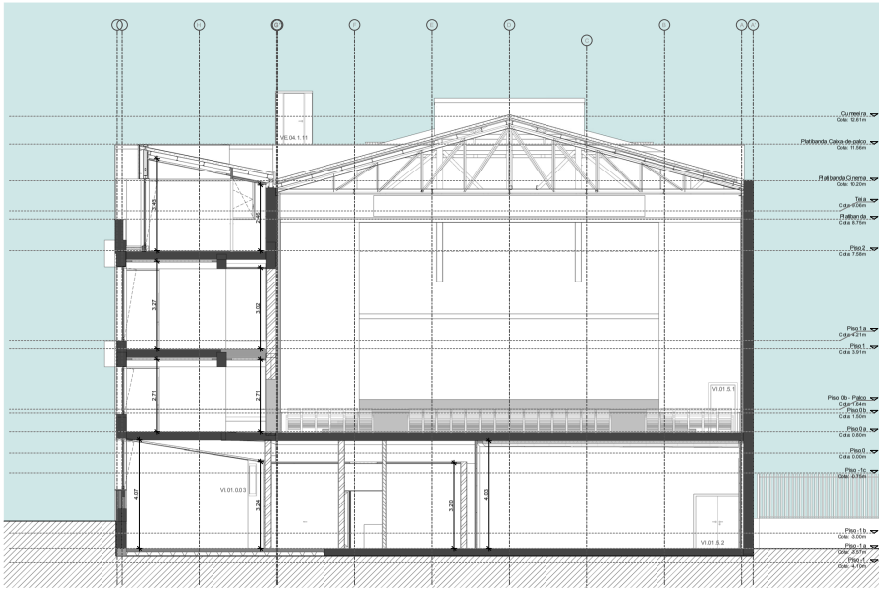
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Corte Longitudinal 1 (acima) e 2 (abaixo)
Desenho à escala 1.200

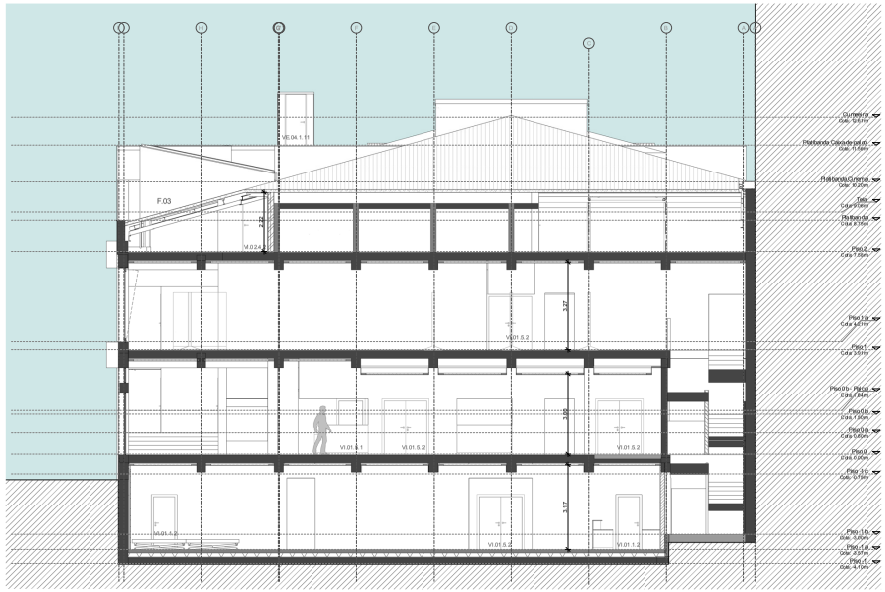


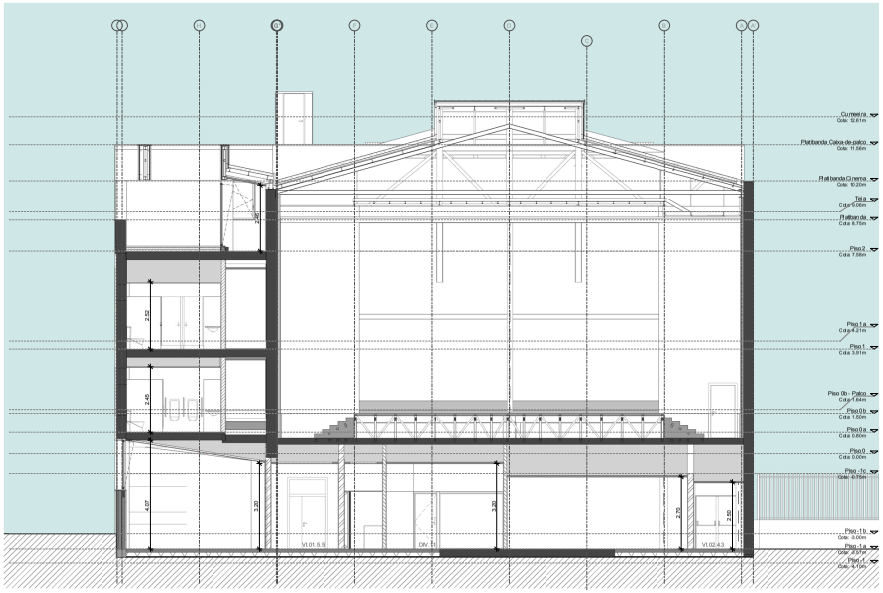
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Corte Longitudinal 3 (acima) e 4 (abaixo).
Desenho à escala 1.200



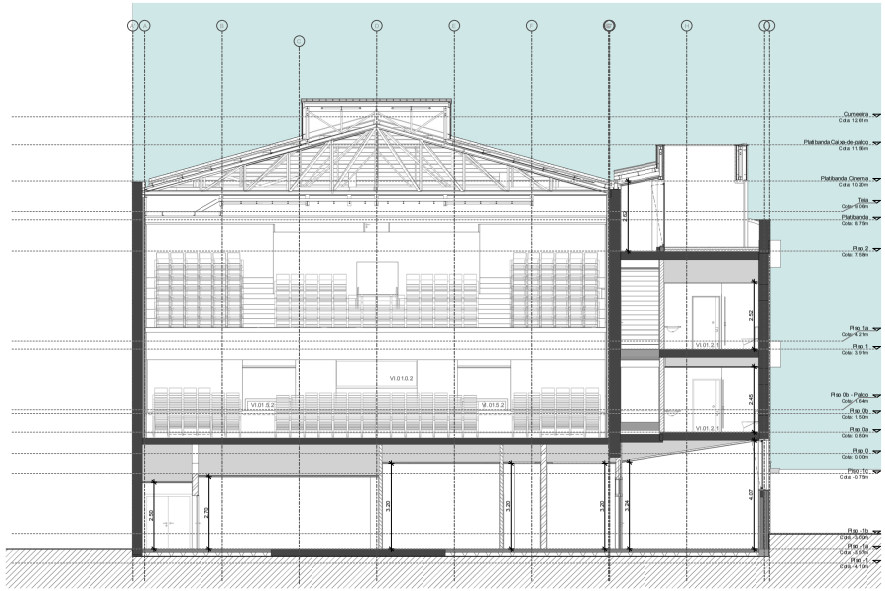
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Corte Longitudinal 5 (acima) e 6 (abaixo).
Desenho à escala 1.200



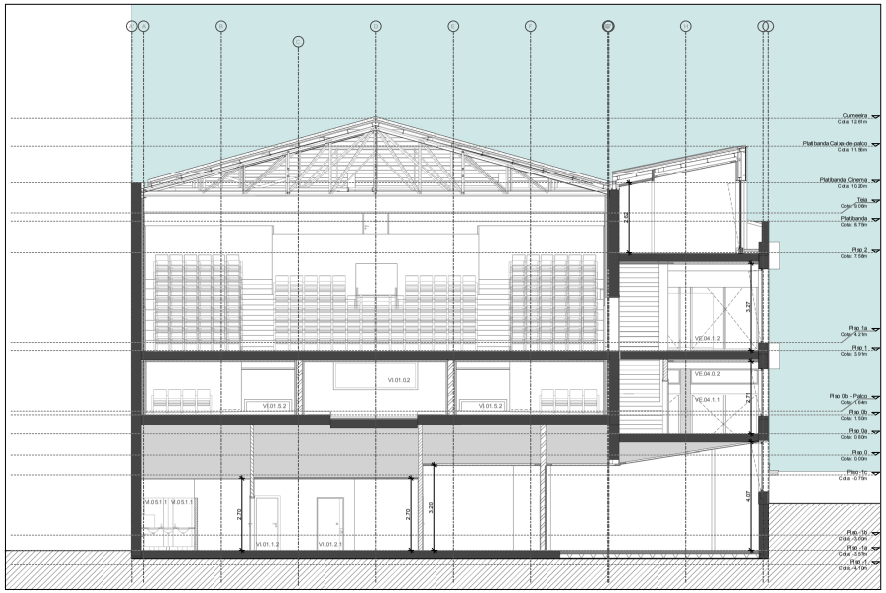


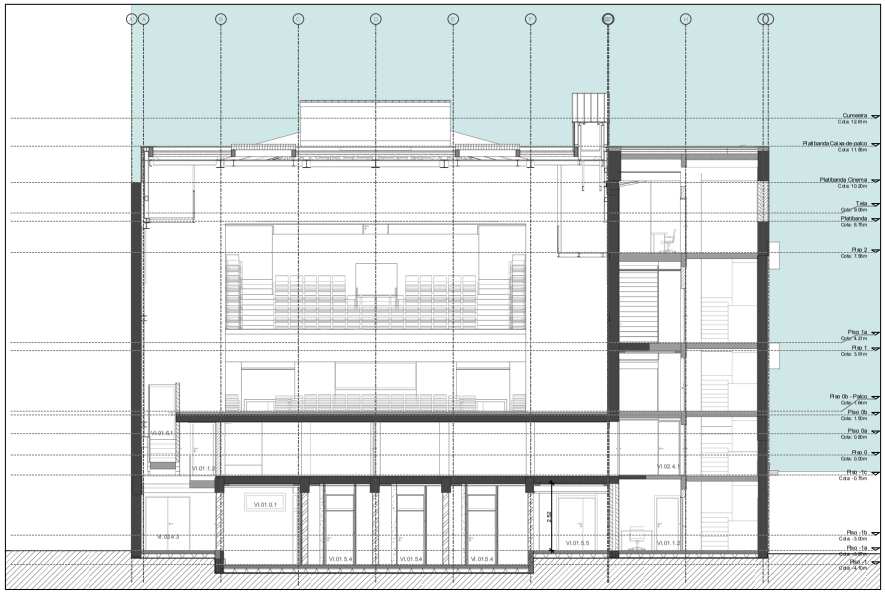


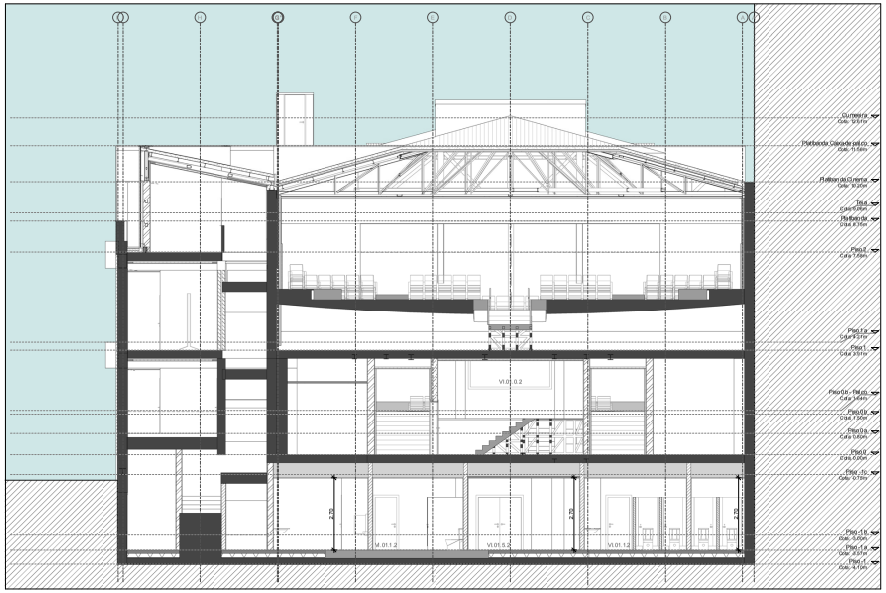
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Corte Transversal 1 (acima) e 3 (abaixo).
Desenho à escala 1.200

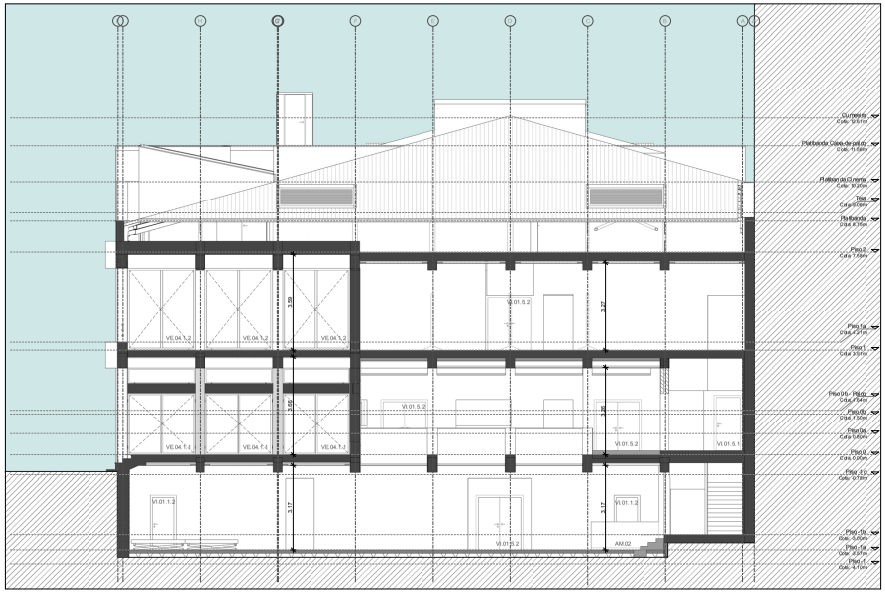


Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Corte Transversal 2 (acima) e 4 (abaixo).
Desenho à escala 1.200



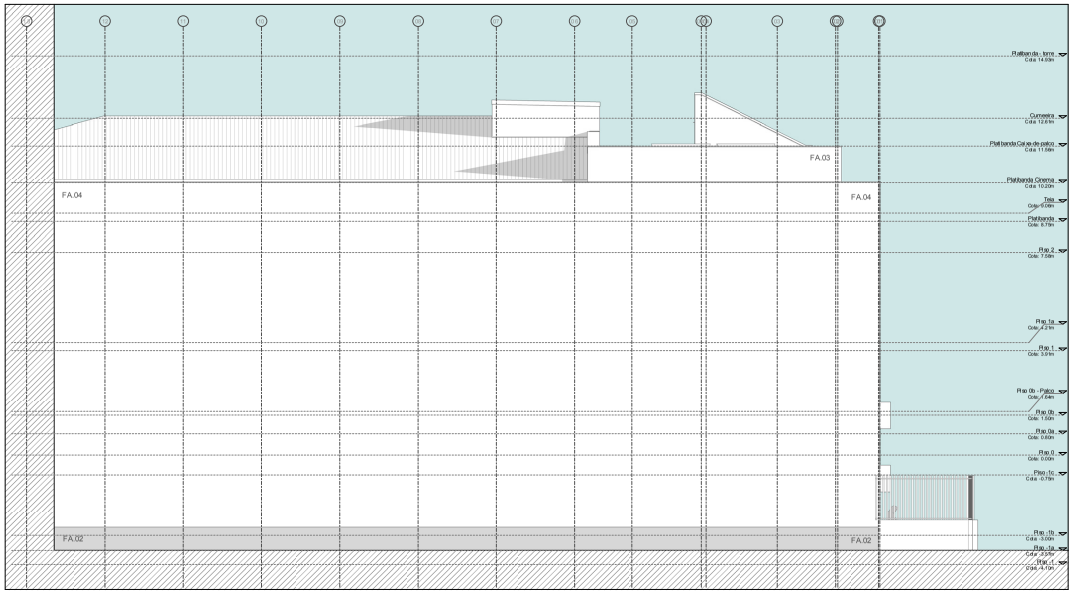


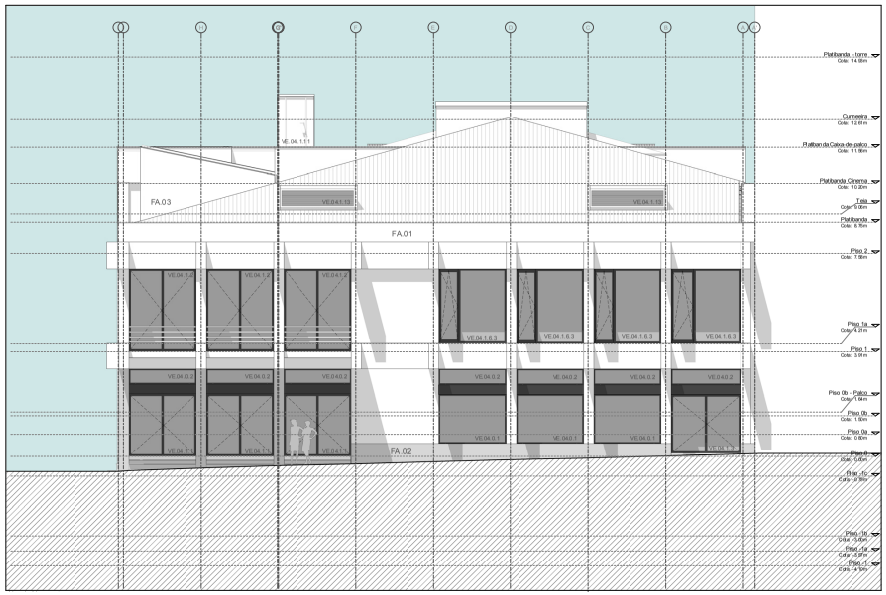




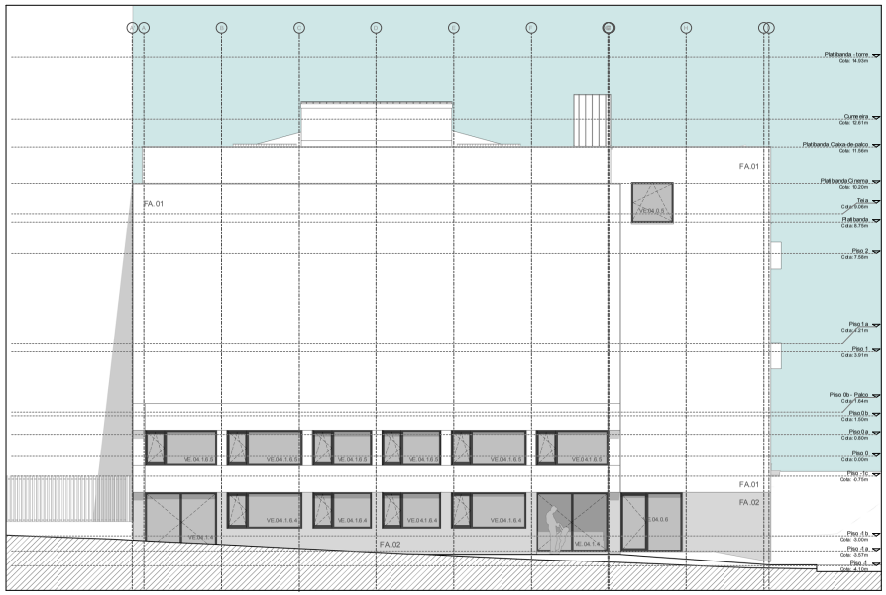
Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Corte Transversal 5 (acima) e 7 (abaixo).
Desenho à escala 1.200

Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Corte Transversal 6 (acima) e 8 (abaixo).
Desenho à escala 1.200

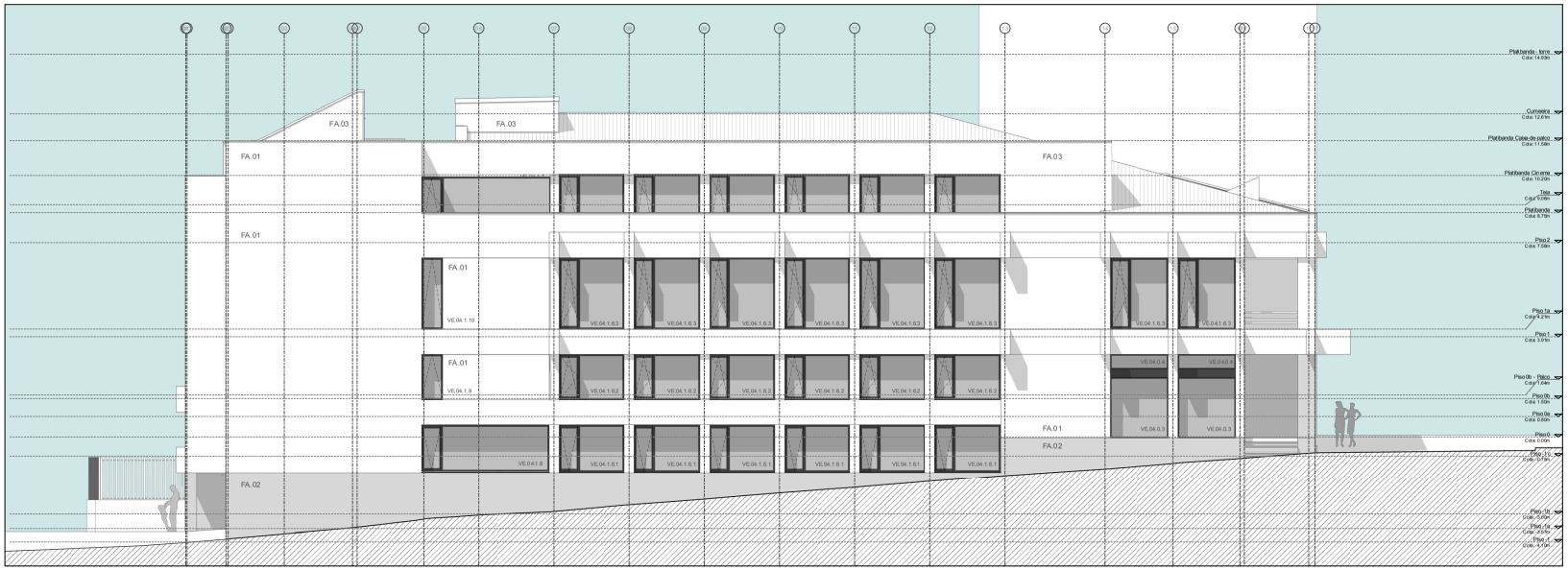




Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Alçado Norte (acima) e Nascente (abaixo).
Desenho à escala 1.200



Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Alçado Poente.
Desenho à escala 1.200



Proposta de intervenção para o Centro de Artes e Espetáculo, Alçado Sul.
Desenho à escala 1.200

Cinema Paradiso

Desenhos de Transformações

Vermelhos e Amarelos

Planta Piso -1 e -1B | Corte Longitudinal GG'

Planta Piso 0 | Corte Longitudinal HH'

Planta Piso 1 | Corte Longitudinal FF'

Planta Piso 2 | Corte Transversal AA' e DD'

Planta Piso 3 | Corte Transversao BB' e CC'

Planta de Cobertura | Corte EE' | Alçado Norte

Alçado Sul

Alçado Este

Alçado Oeste

Proposta Final

Planta Piso -1 e -1B | Corte Longitudinal GG'

Planta Piso 0 | Corte Longitudinal HH'

Planta Piso 1 | Corte Longitudinal FF'

Planta Piso 2 | Corte Transversal AA' e DD'

Planta Piso 3 | Corte Transversao BB' e CC'

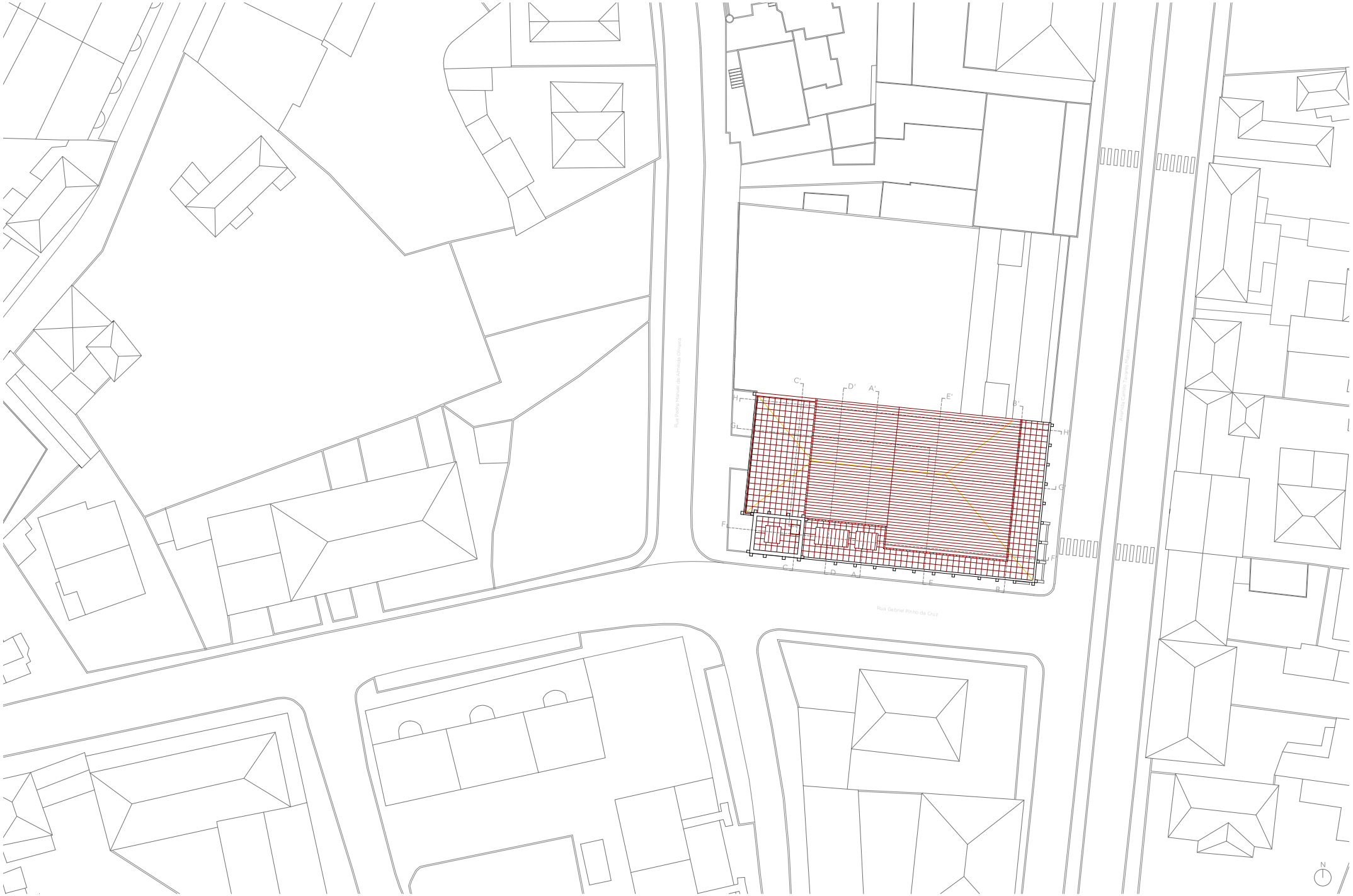
Planta de Cobertura | Corte EE' | Alçado Norte

Corte EE' Pormenor 1.20, fachada Este

Alçado Sul

Alçado Este

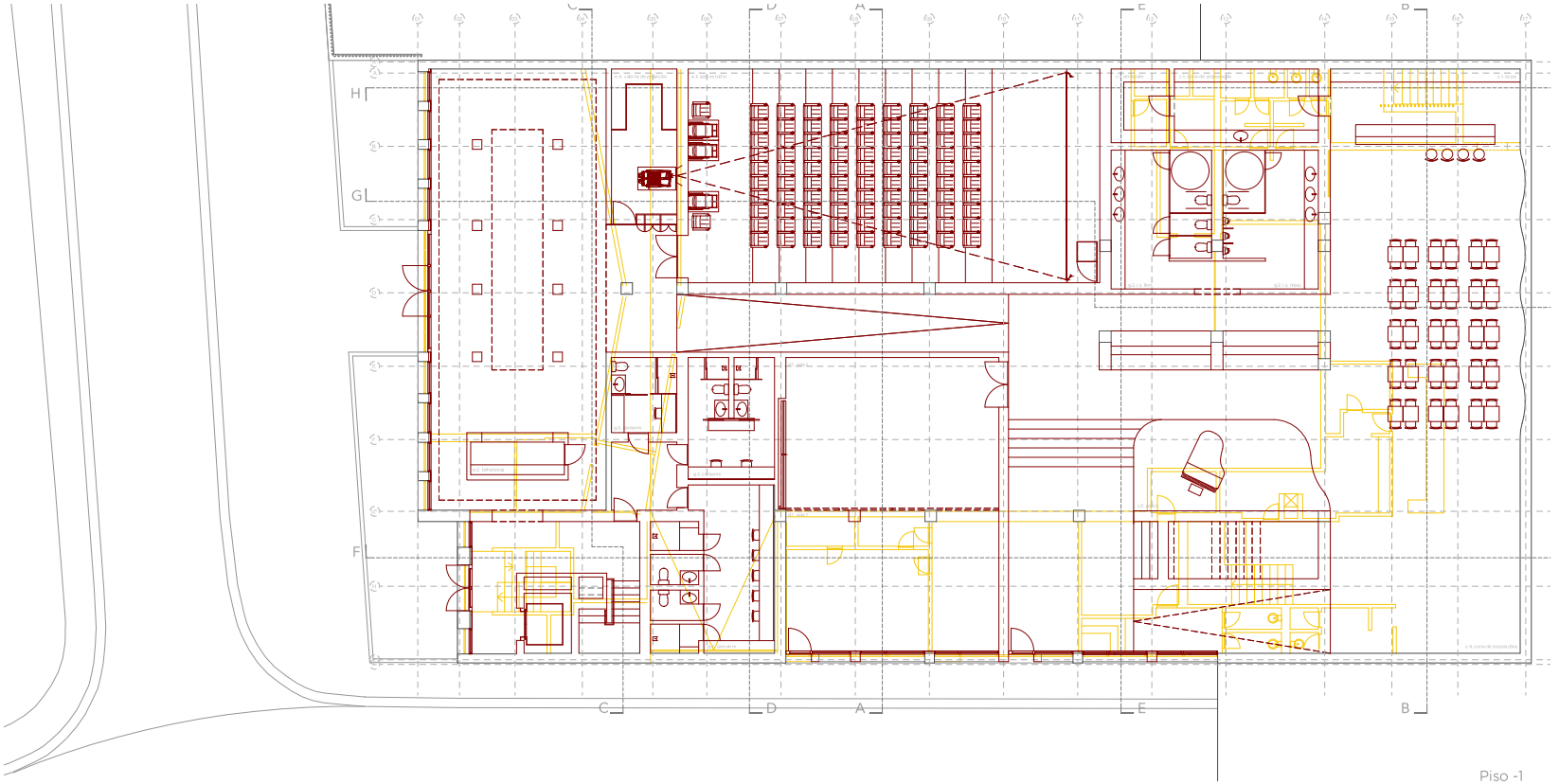
Alçado Oeste



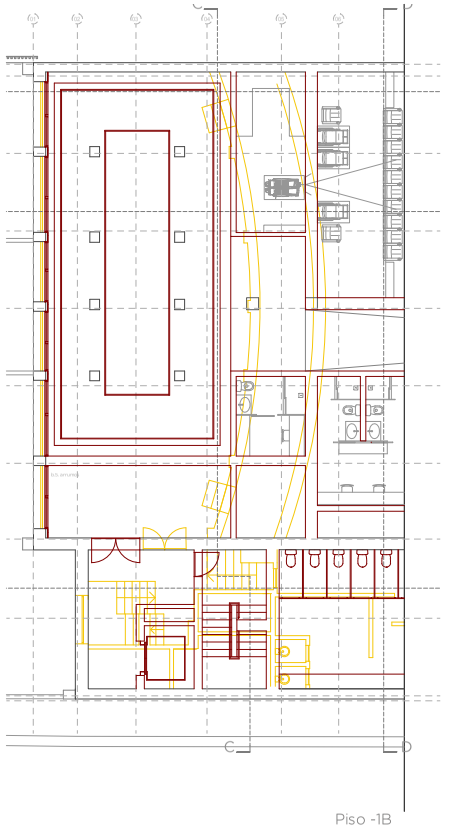
A construir A demolir

Proposta de Implantação

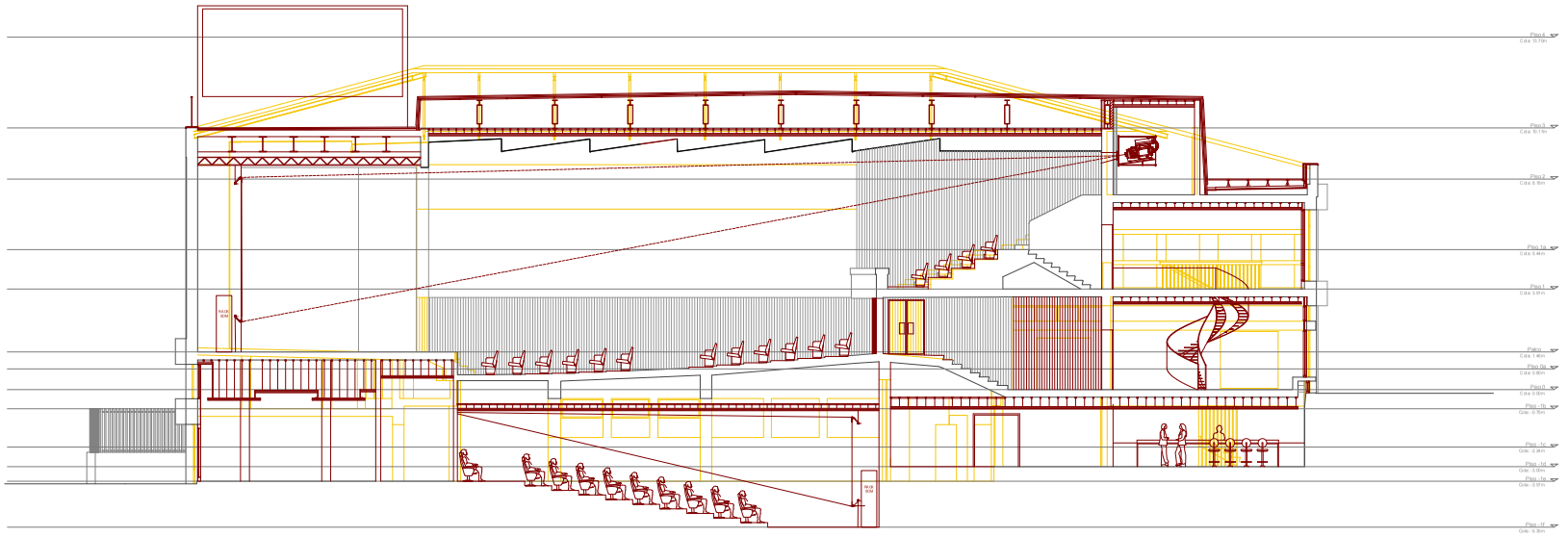
Desenho à Escala 1:500



Piso -1



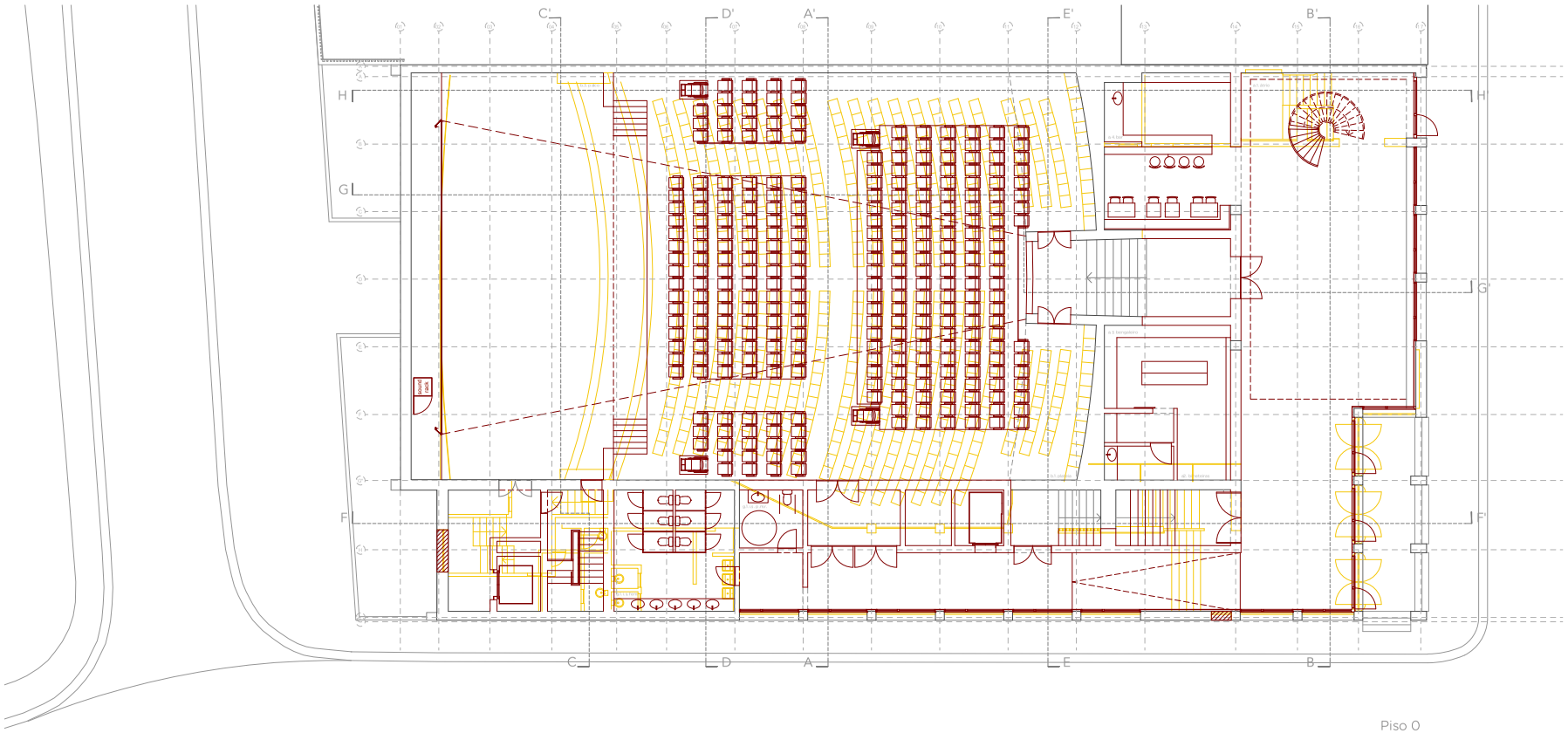
Piso -1B



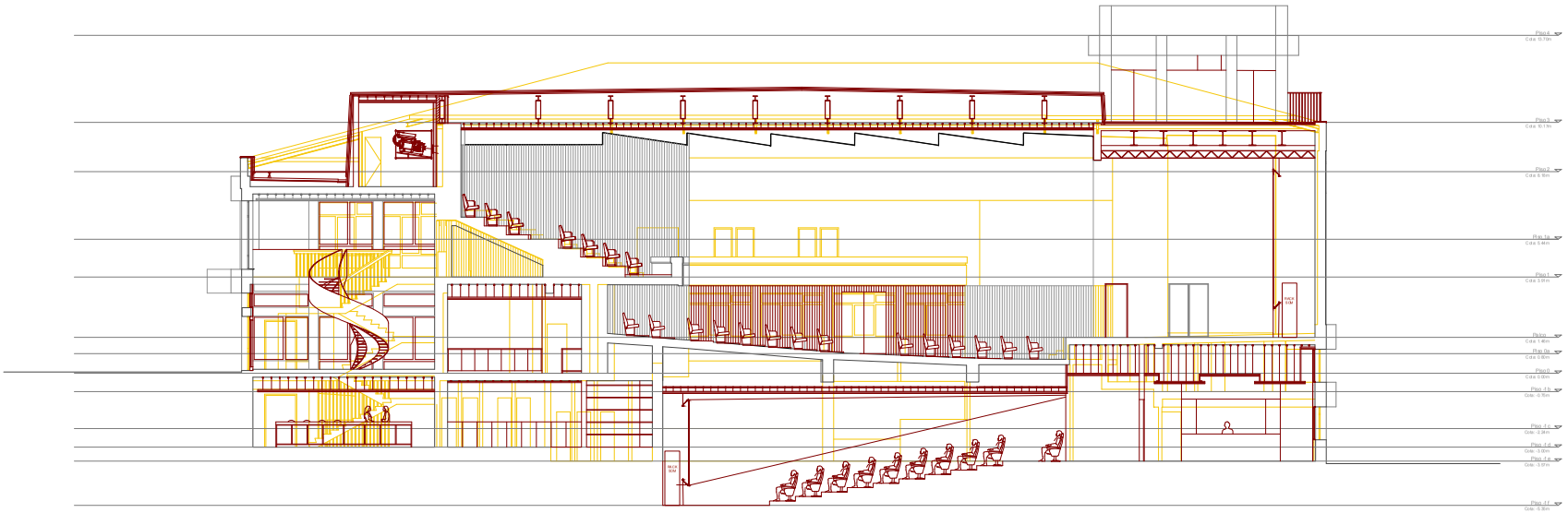
A demolir A construir

Corte GG'

Desenhos à Escala 1:200



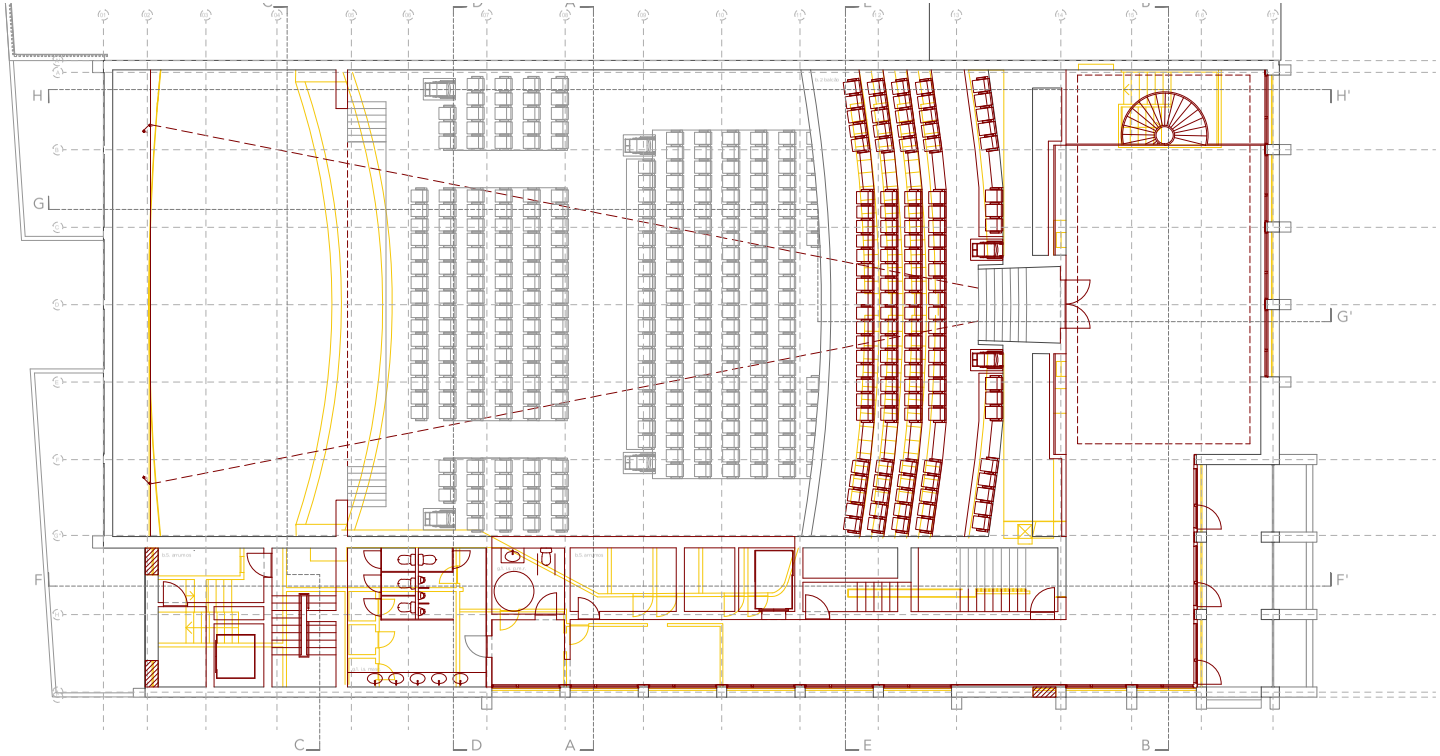
Piso 0



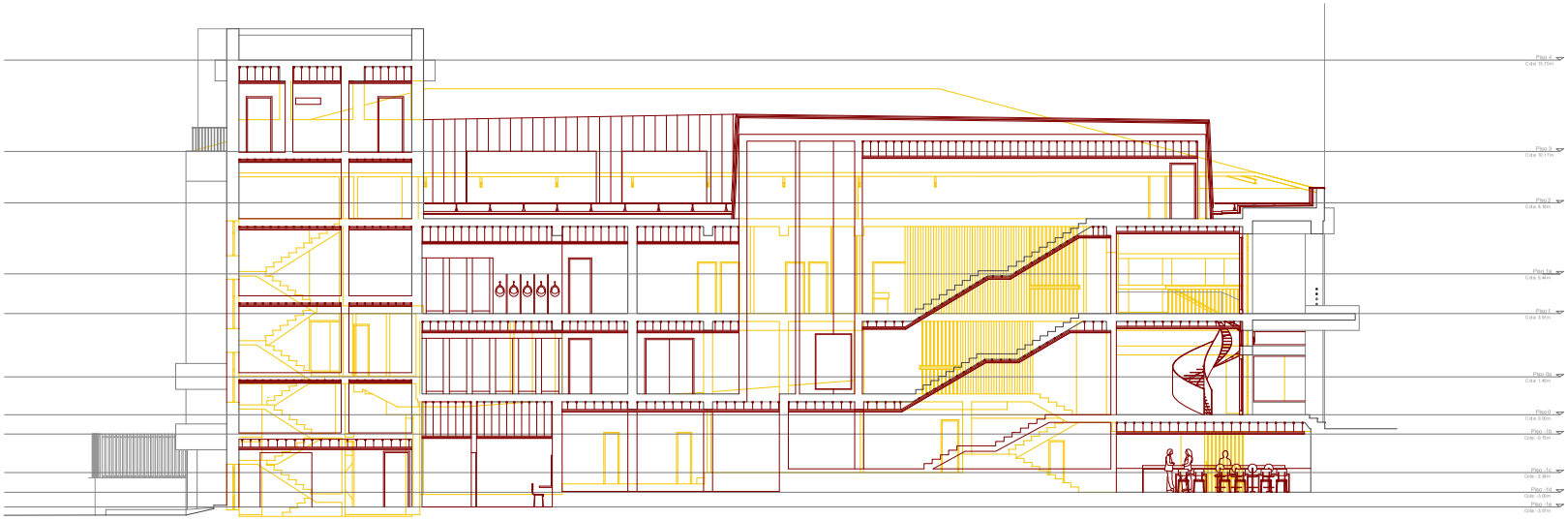
■ A construir ■ A demolir

Corte HH'

Desenhos à Escala 1.200



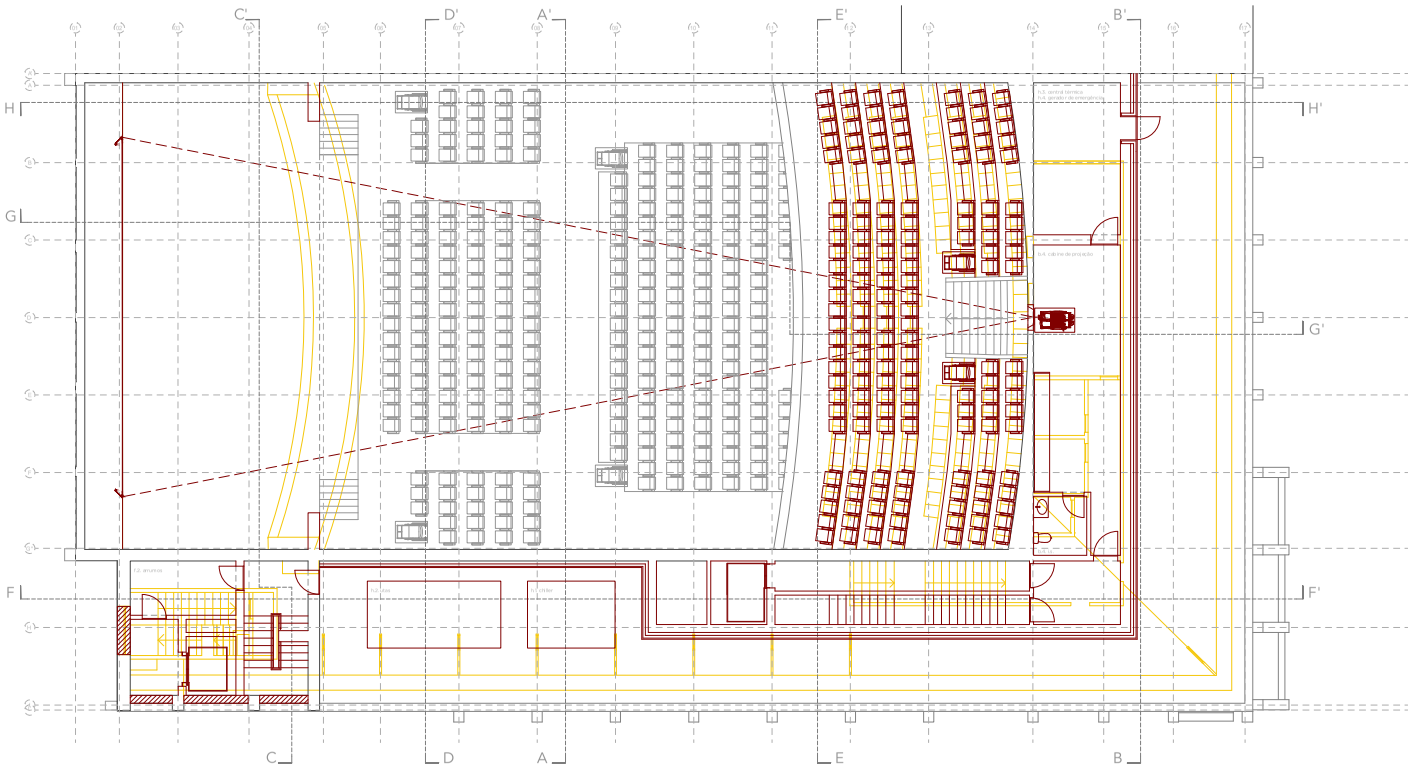
Piso 1



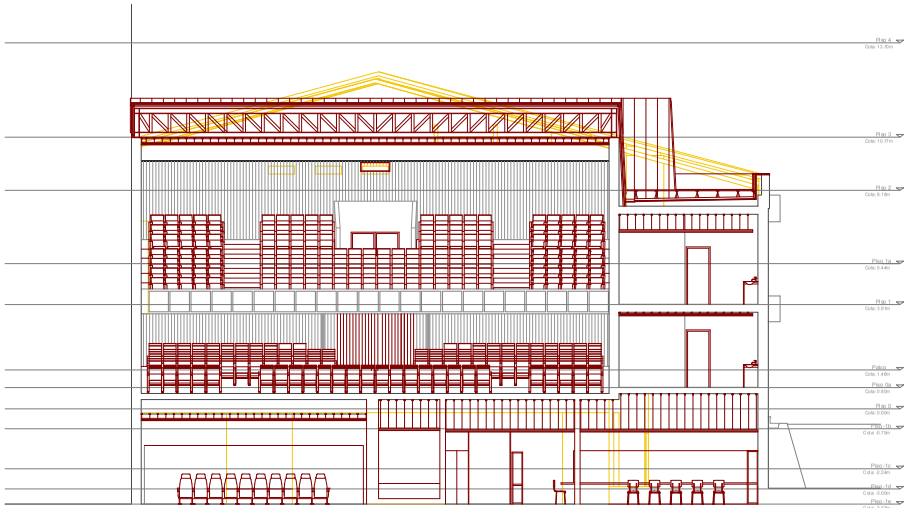
A construir A demolir

Corte FF'

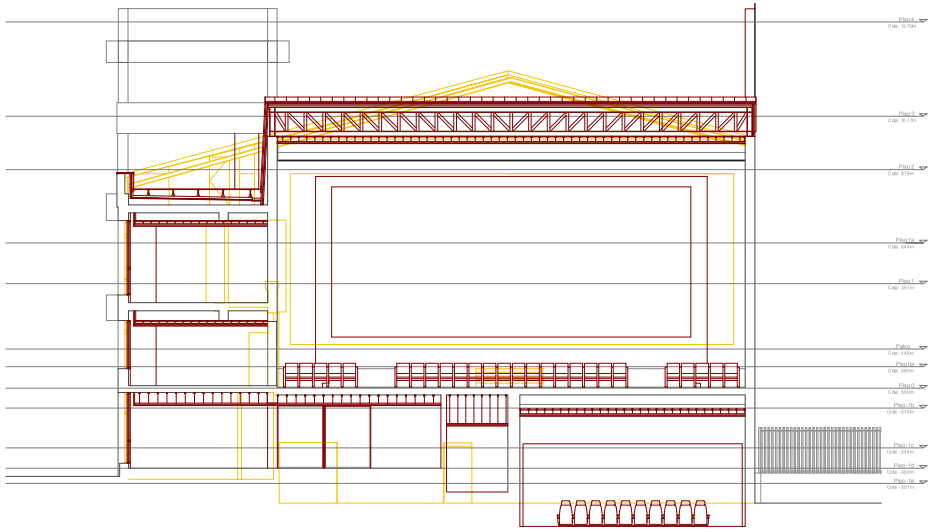
Desenhos à Escala 1.200



Piso 2



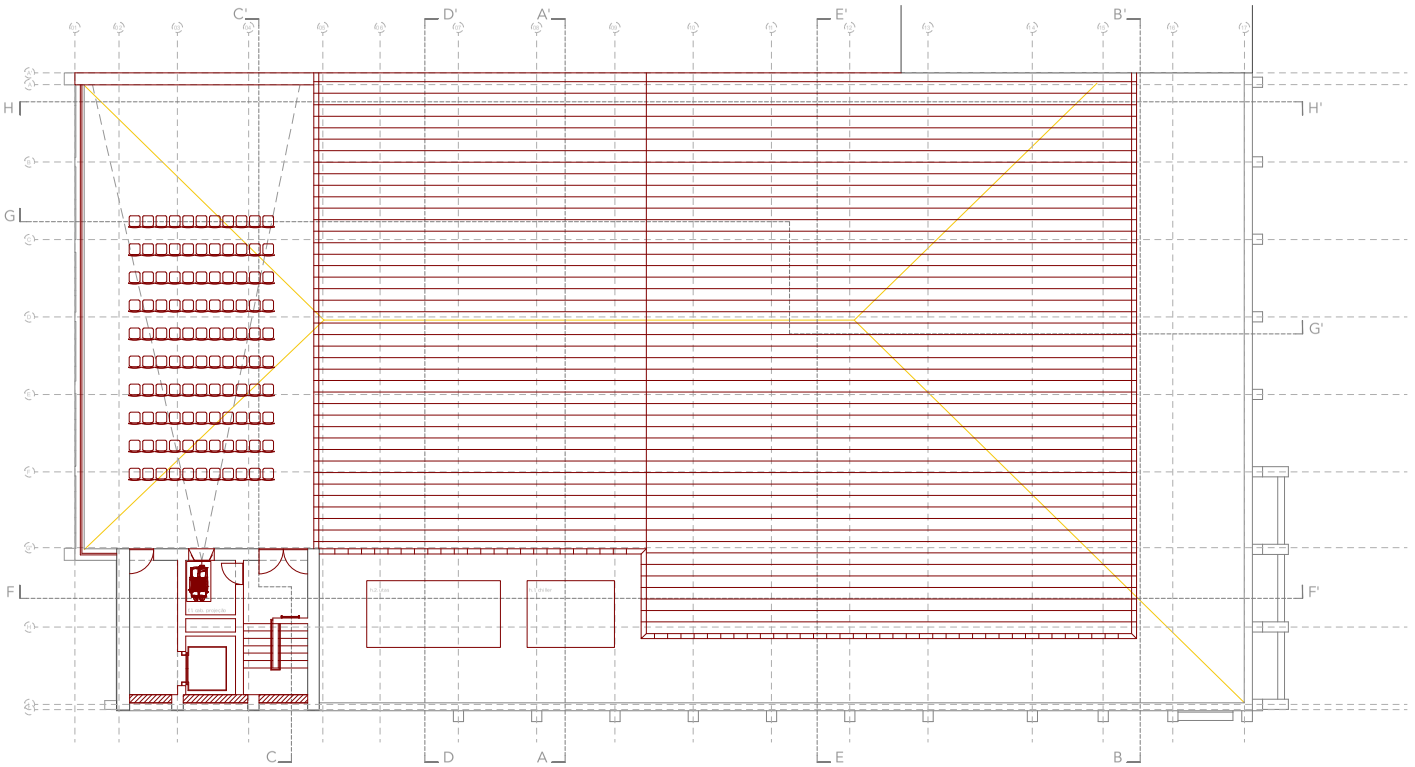
Corte DD'



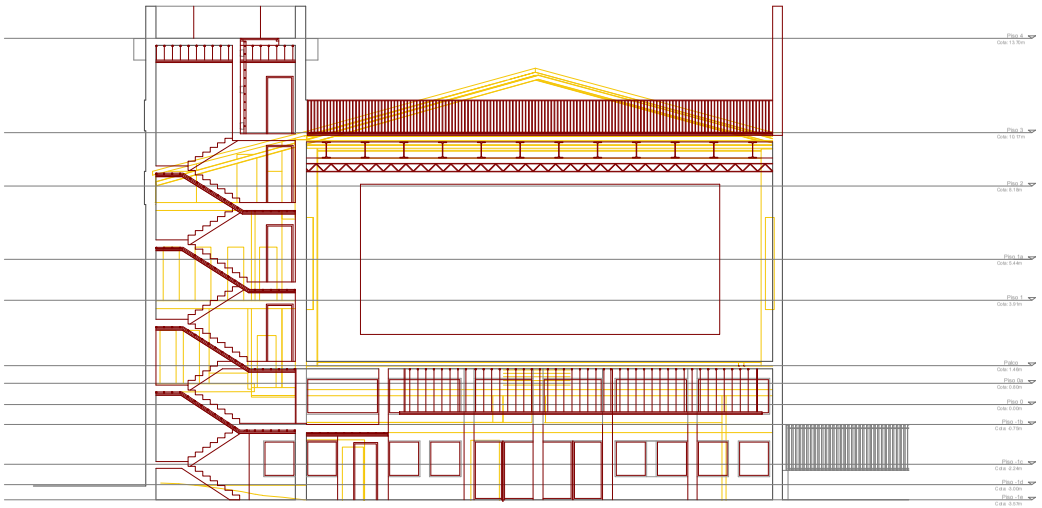
Corte AA'

Desenhos à Escala 1.200

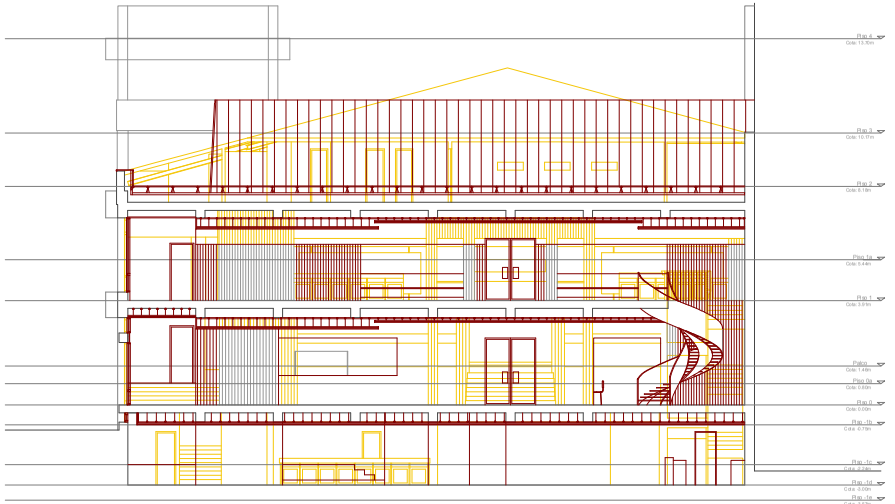
■ A construir ■ A demolir



Piso 3



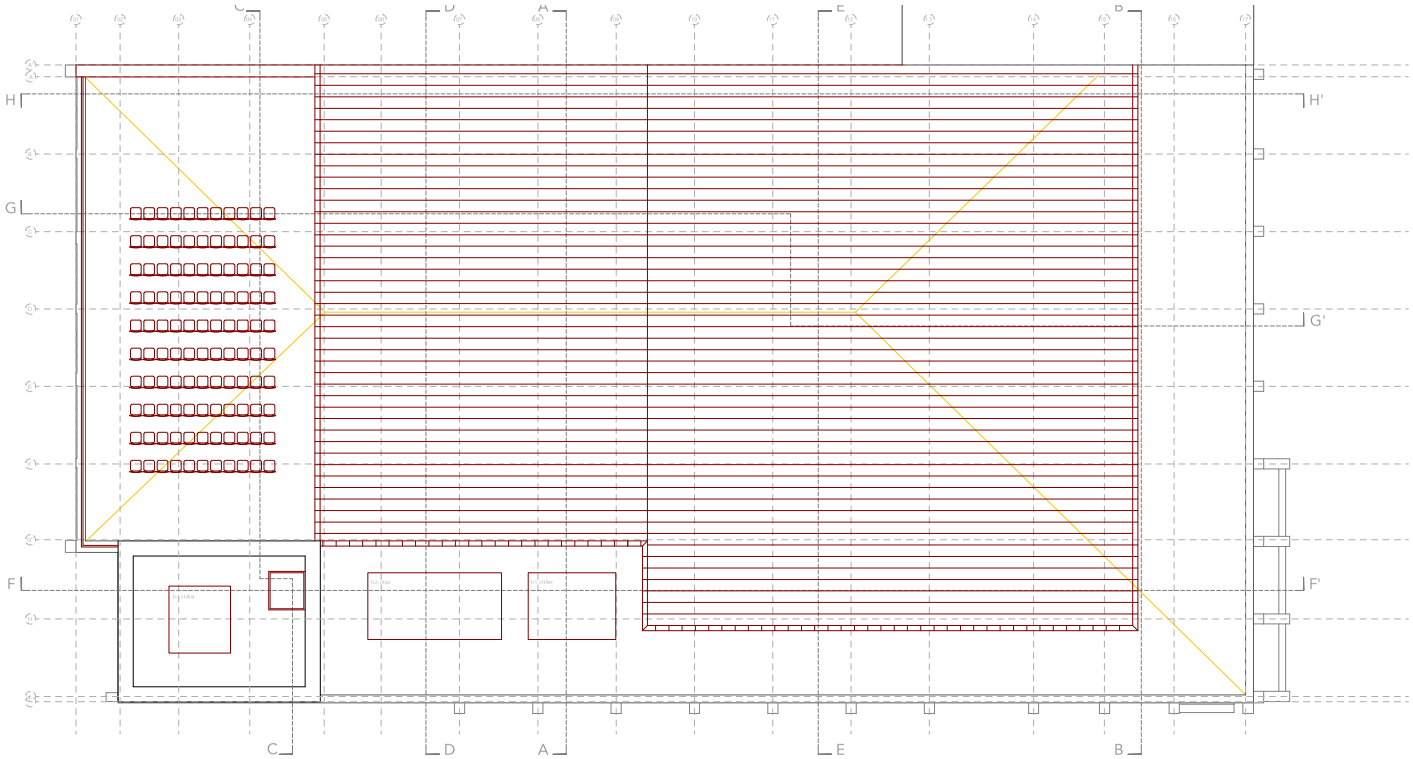
Corte CC'



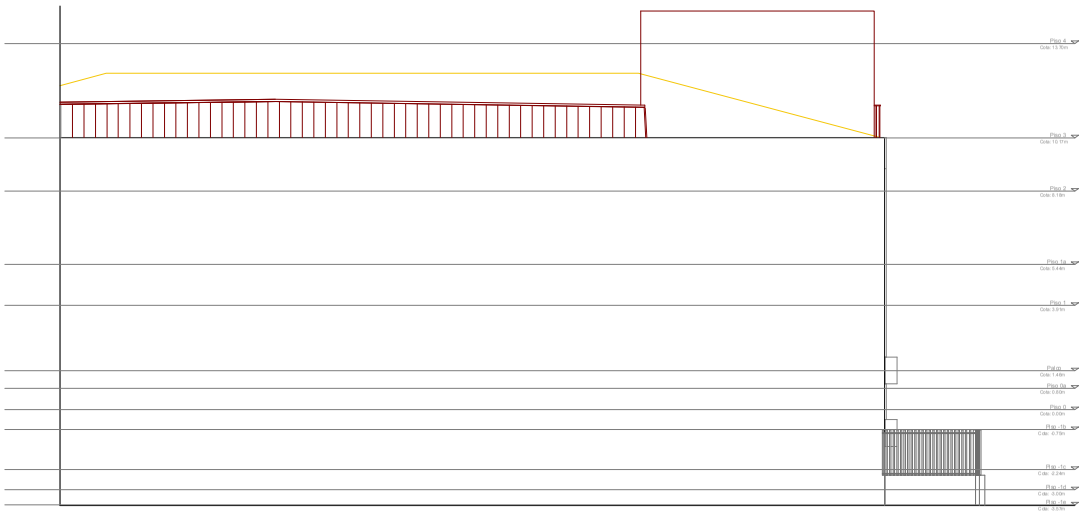
Corte BB'

■ A construir ■ A demolir

Desenhos à Escala 1.200

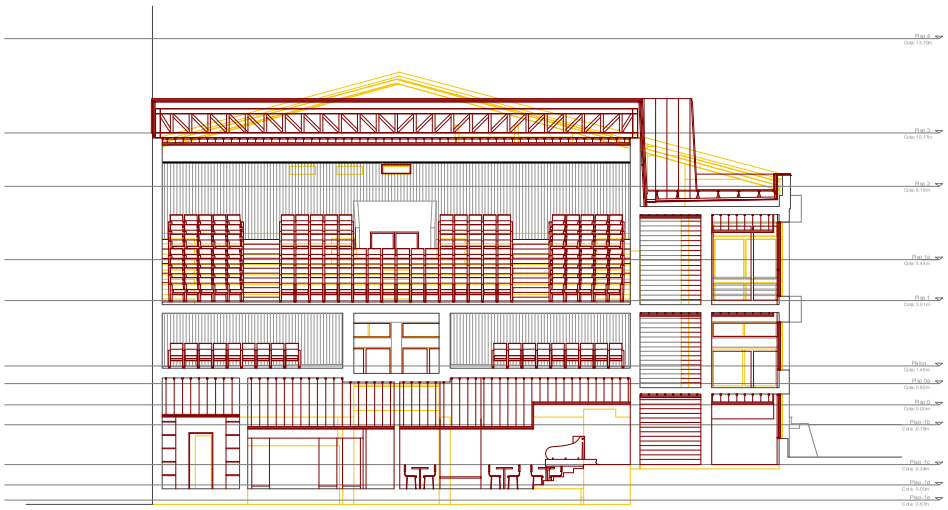


Cobertura



■ A construir ■ A demolir

Alçado Norte



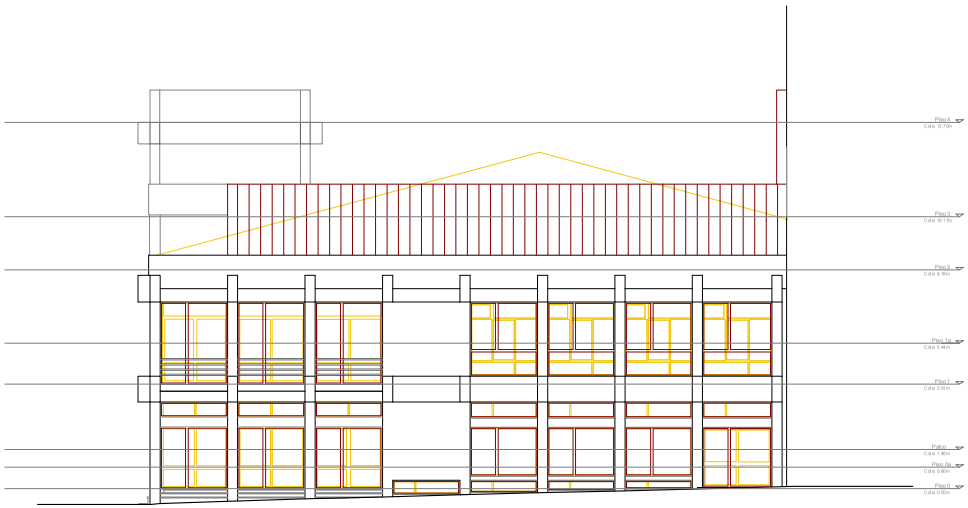
Corte EE'

Desenhos à Escala 1:200



Alçado Sul

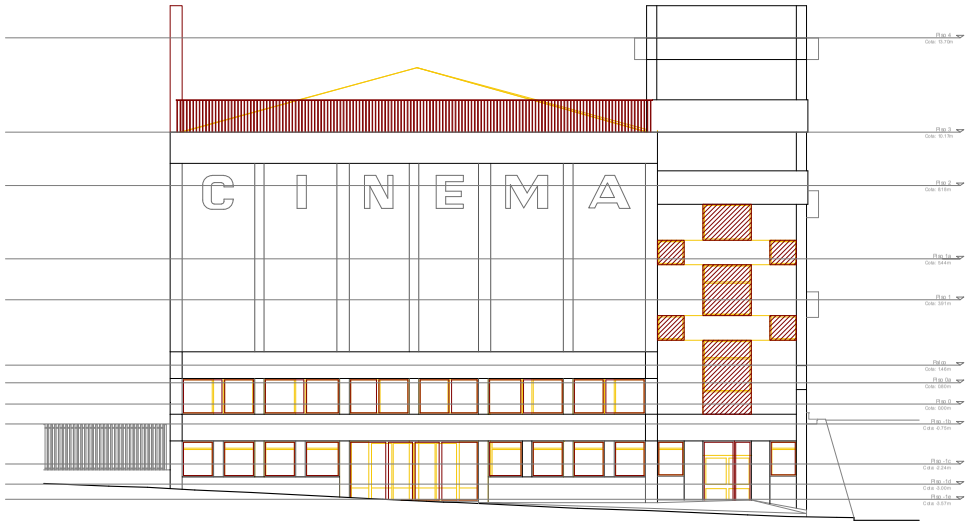
Desenho à Escala 1.200



A demolir A construir

Alçado Este

Desenho à Escala 1.200



A demolir A construir

Alçado Oeste

Desenho à Escala 1.200

Cinema Paradiso

Desenhos de Transformações

Vermelhos e Amarelos

Planta Piso -1 e -1B | Corte Longitudinal GG'

Planta Piso 0 | Corte Longitudinal HH'

Planta Piso 1 | Corte Longitudinal FF'

Planta Piso 2 | Corte Transversal AA' e DD'

Planta Piso 3 | Corte Transversao BB' e CC'

Planta de Cobertura | Corte EE' | Alçado Norte

Alçado Sul

Alçado Este

Alçado Oeste

Proposta Final

Planta Piso -1 e -1B | Corte Longitudinal GG'

Planta Piso 0 | Corte Longitudinal HH'

Planta Piso 1 | Corte Longitudinal FF'

Planta Piso 2 | Corte Transversal AA' e DD'

Planta Piso 3 | Corte Transversao BB' e CC'

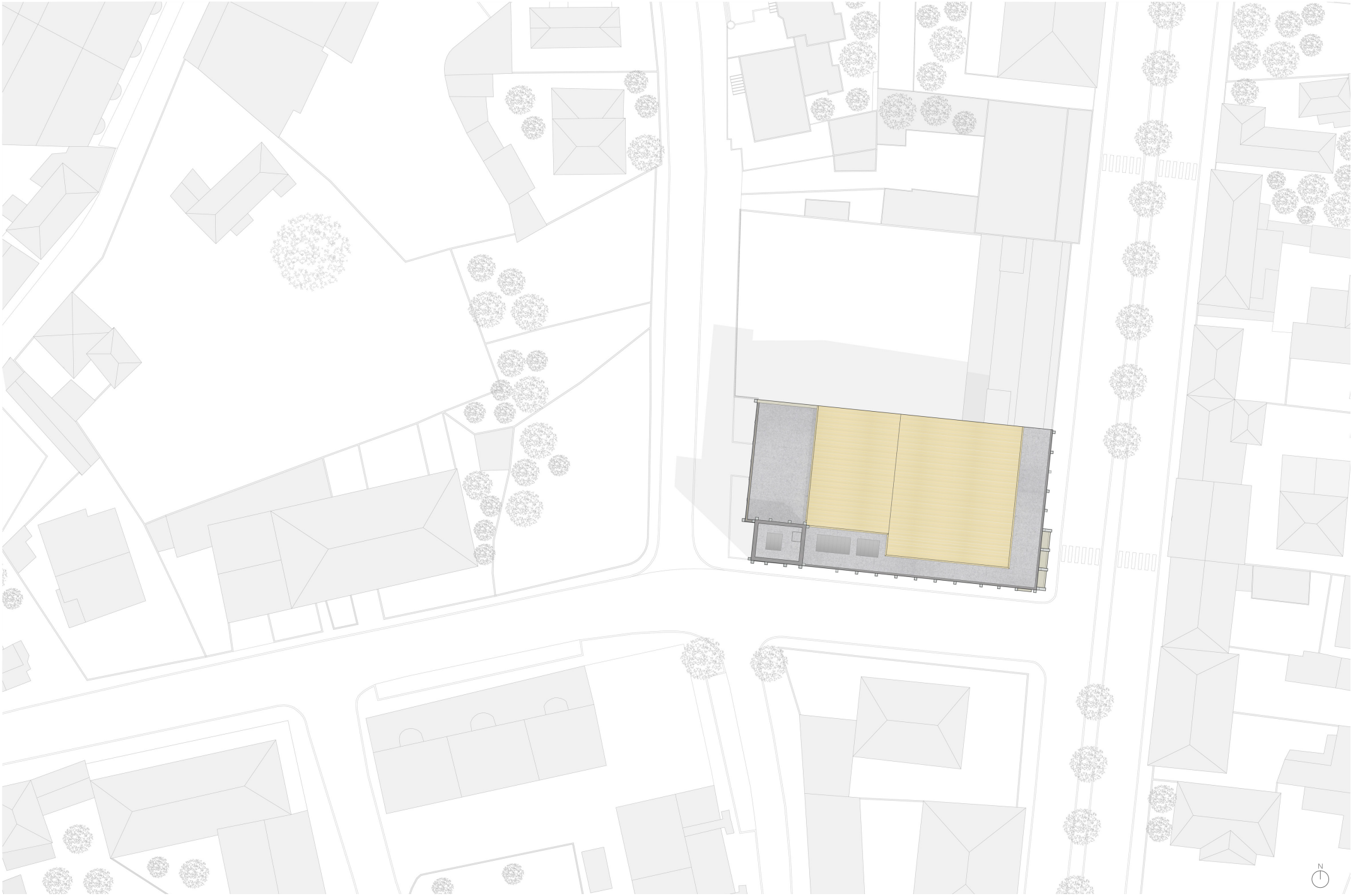
Planta de Cobertura | Corte EE' | Alçado Norte

Corte EE' Pormenor 1.20, fachada Este

Alçado Sul

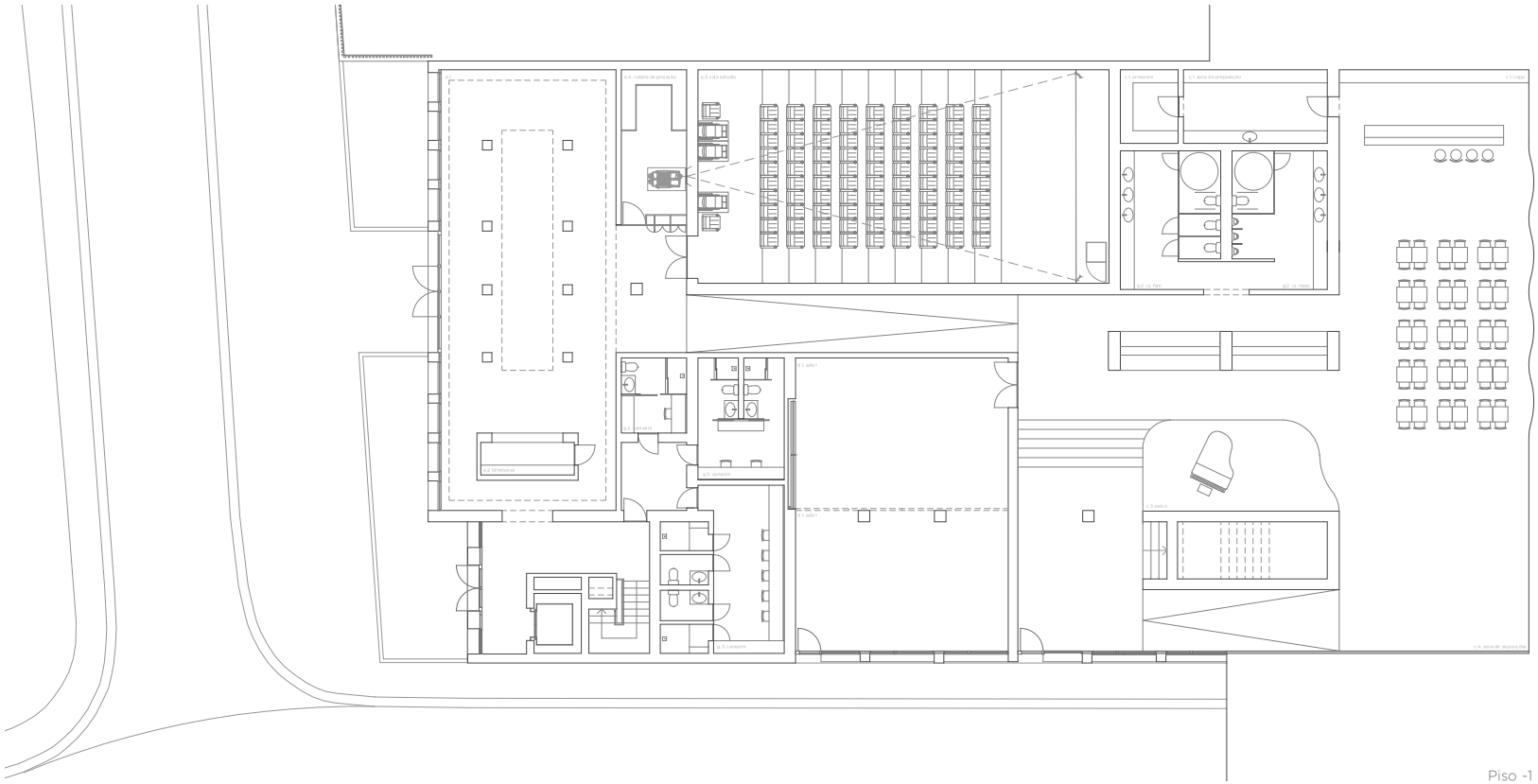
Alçado Este

Alçado Oeste

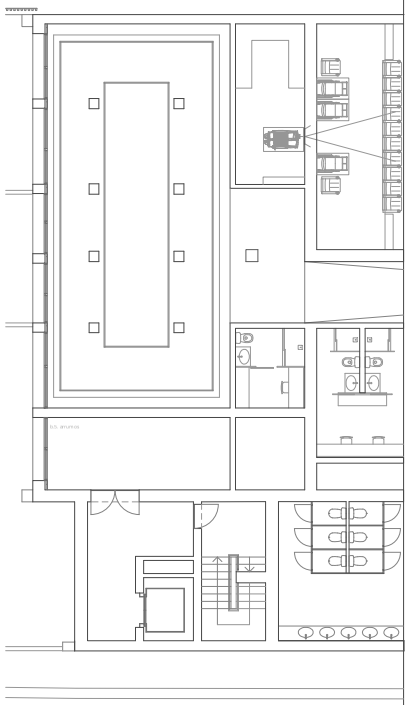


Proposta de Implantação

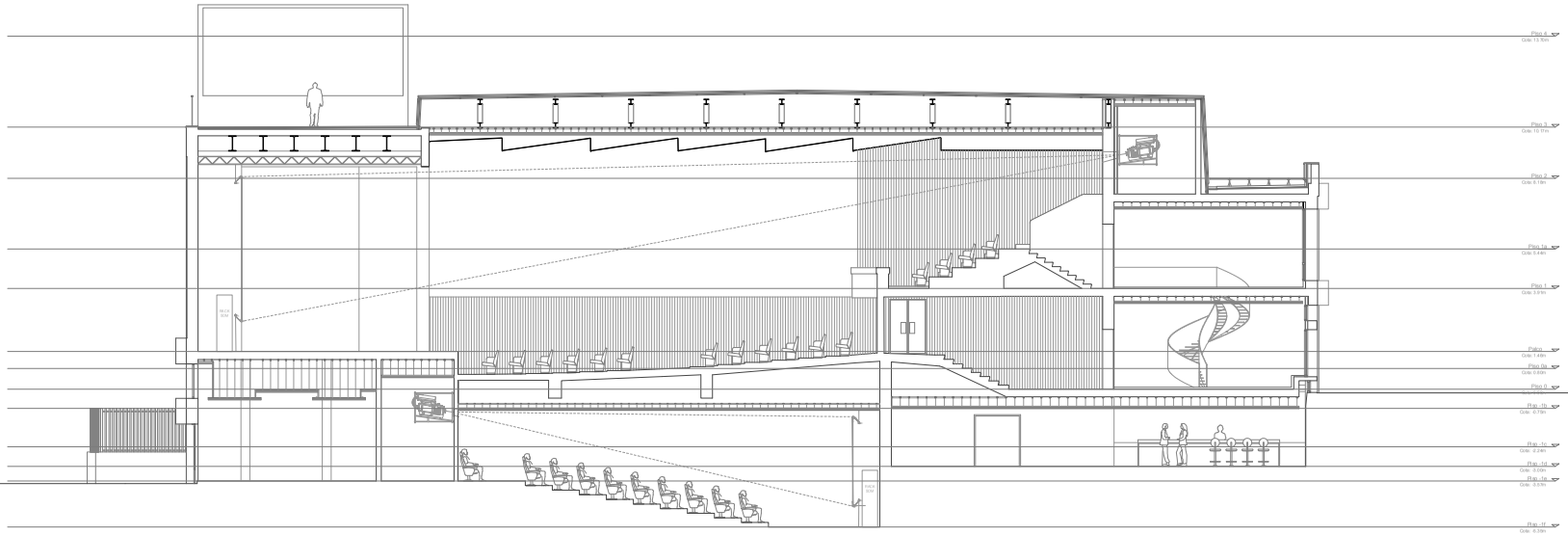
Desenho à Escala 1:500



Piso -1

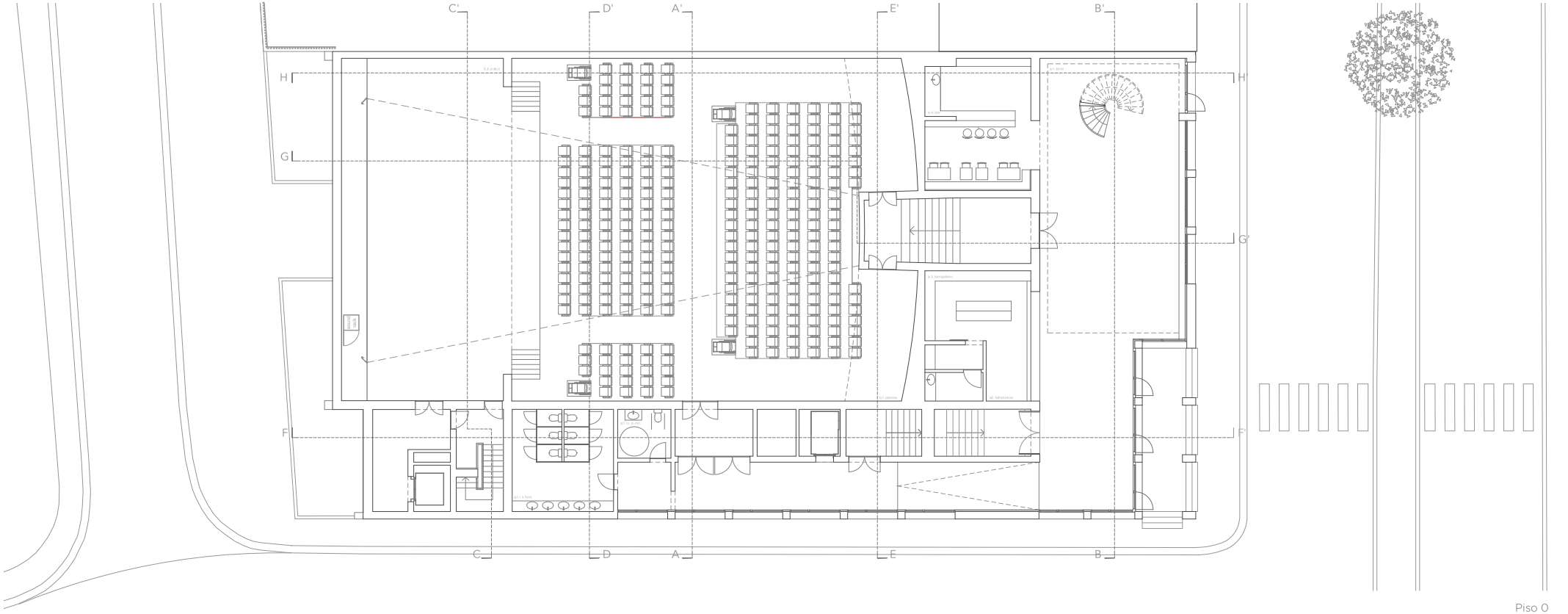


Piso -1B

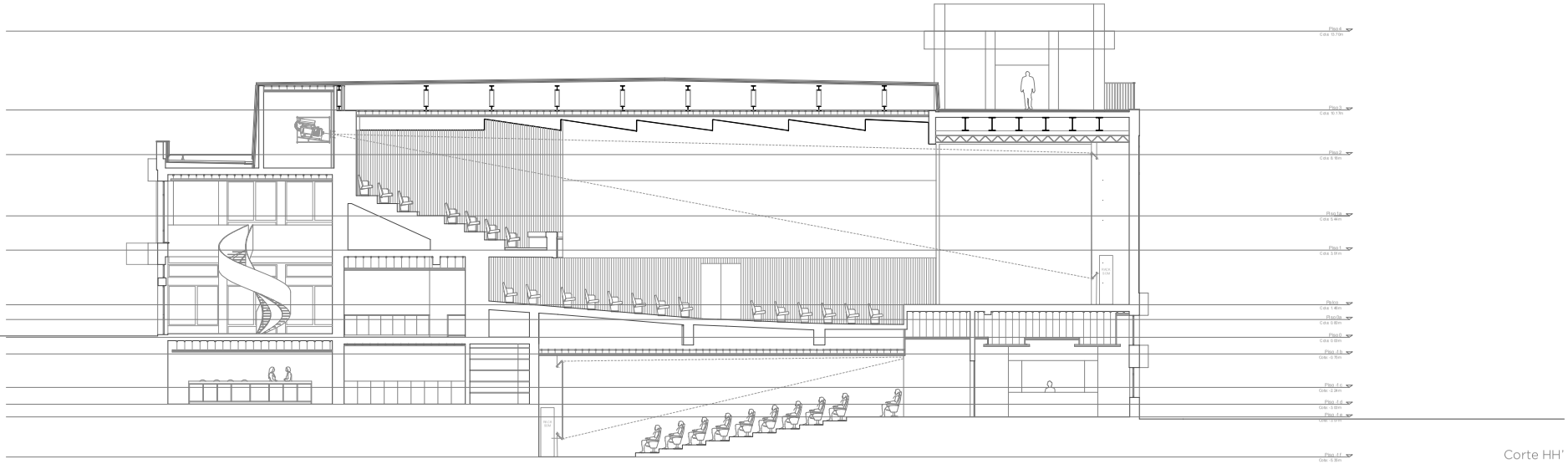


Corte GG'

Desenhos à Escala 1.200

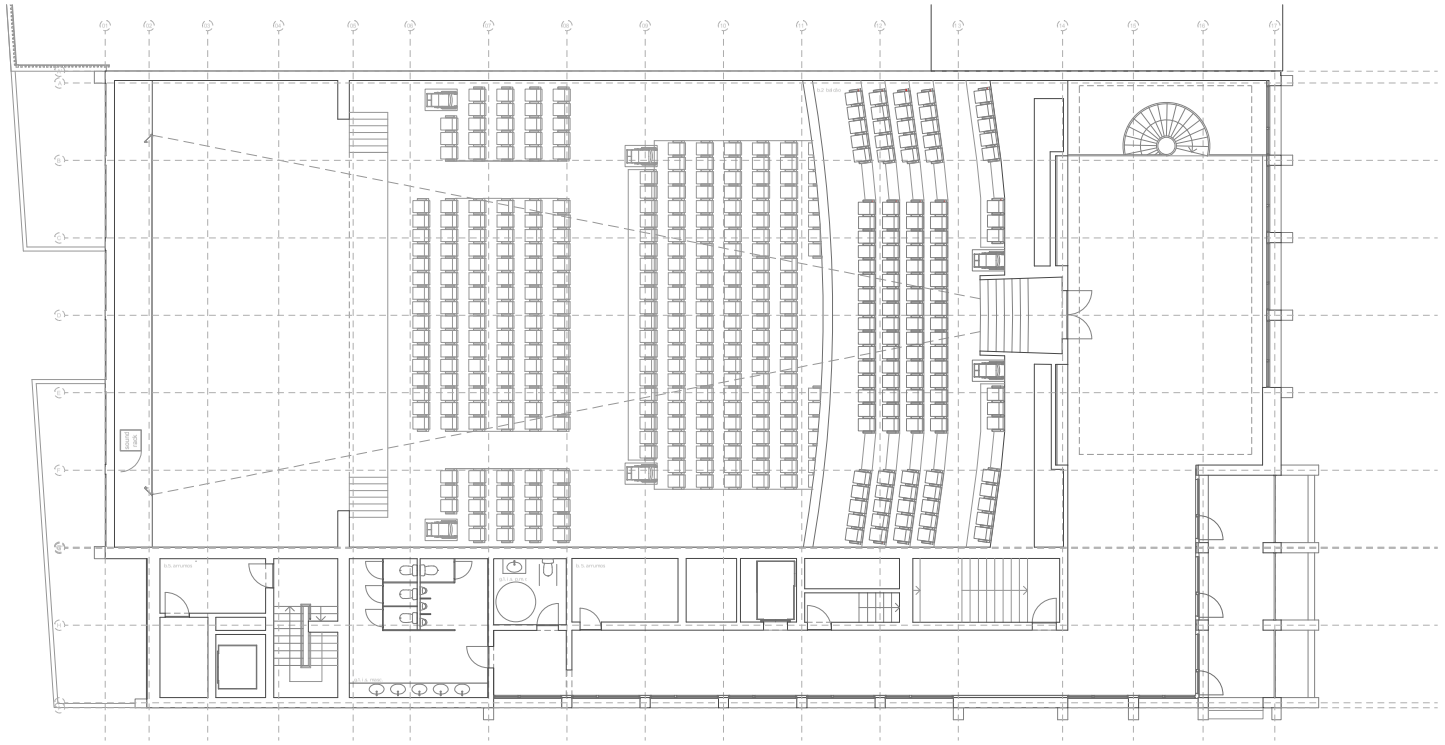


Piso 0

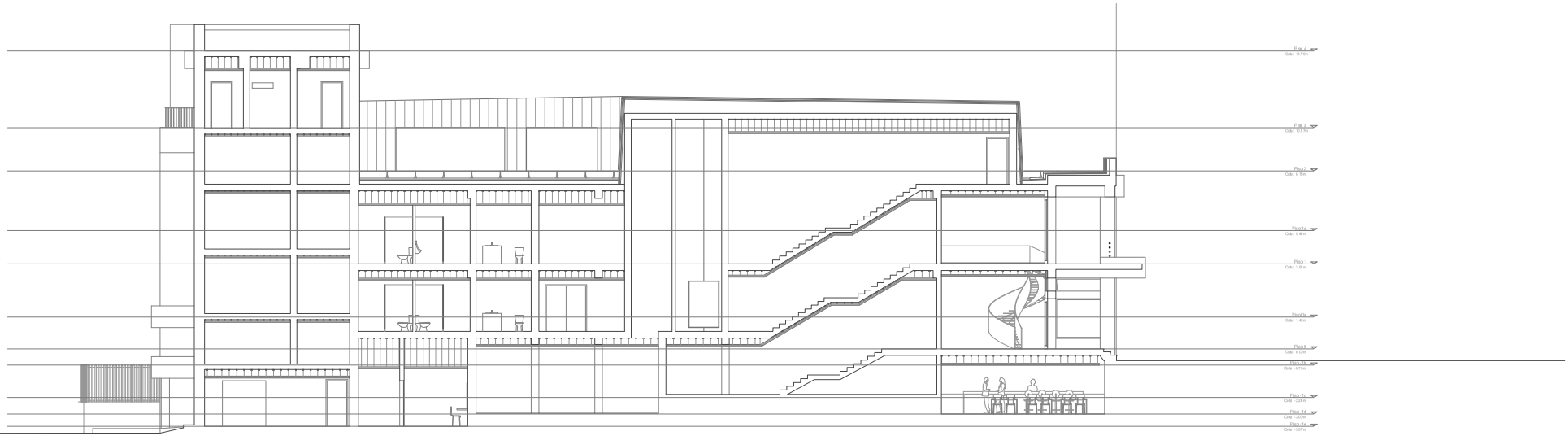


Corte HH'

Desenhos à Escala 1:200

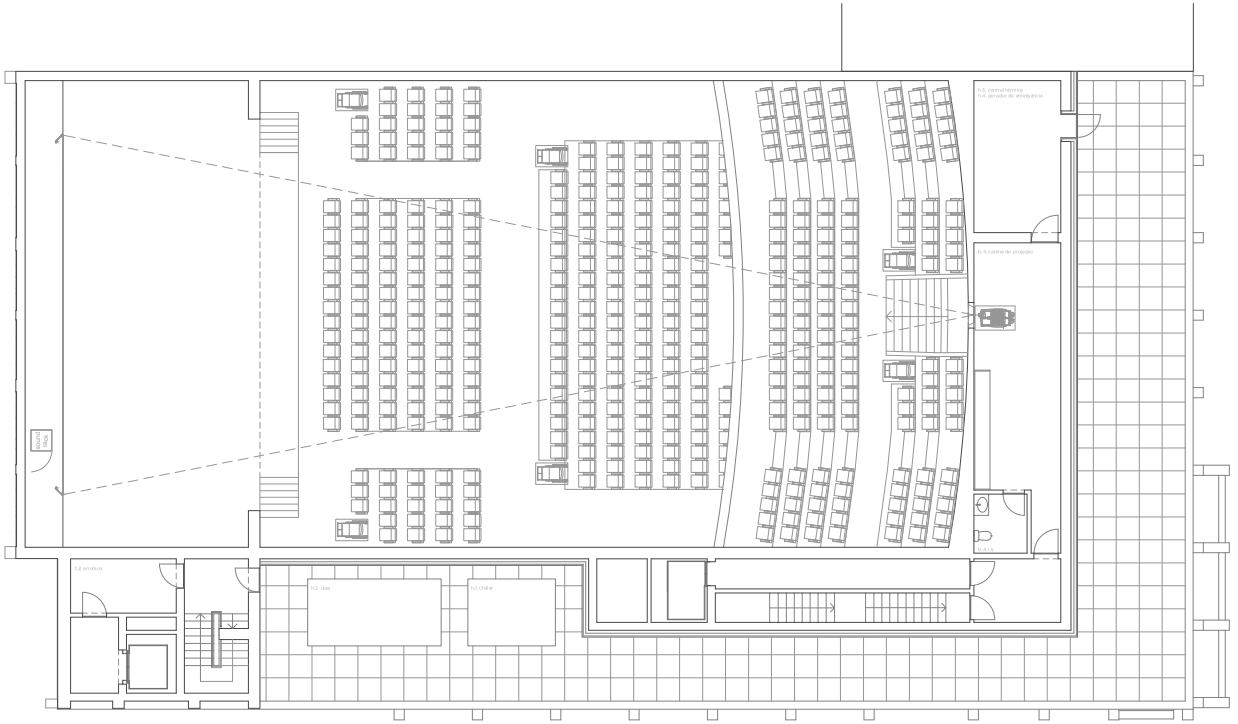


Piso 1

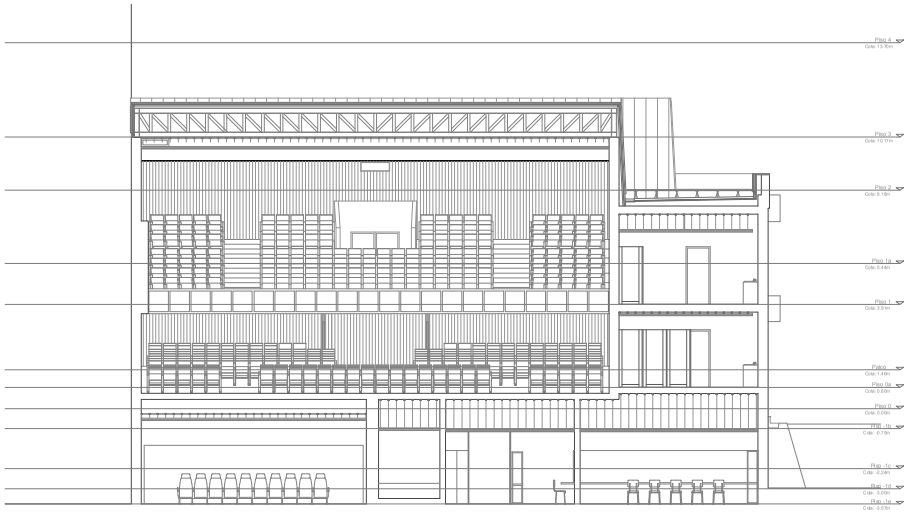


Corte FF'

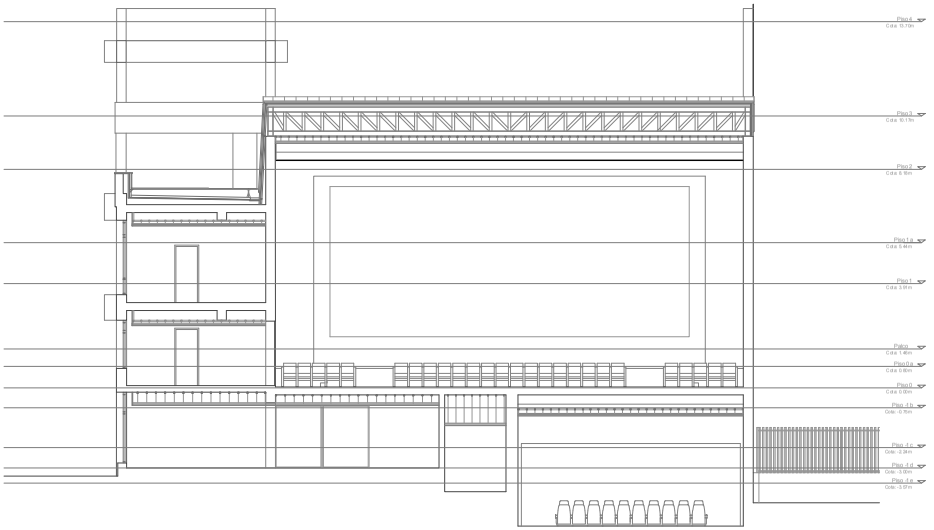
Desenhos à Escala 1:200



Piso 2

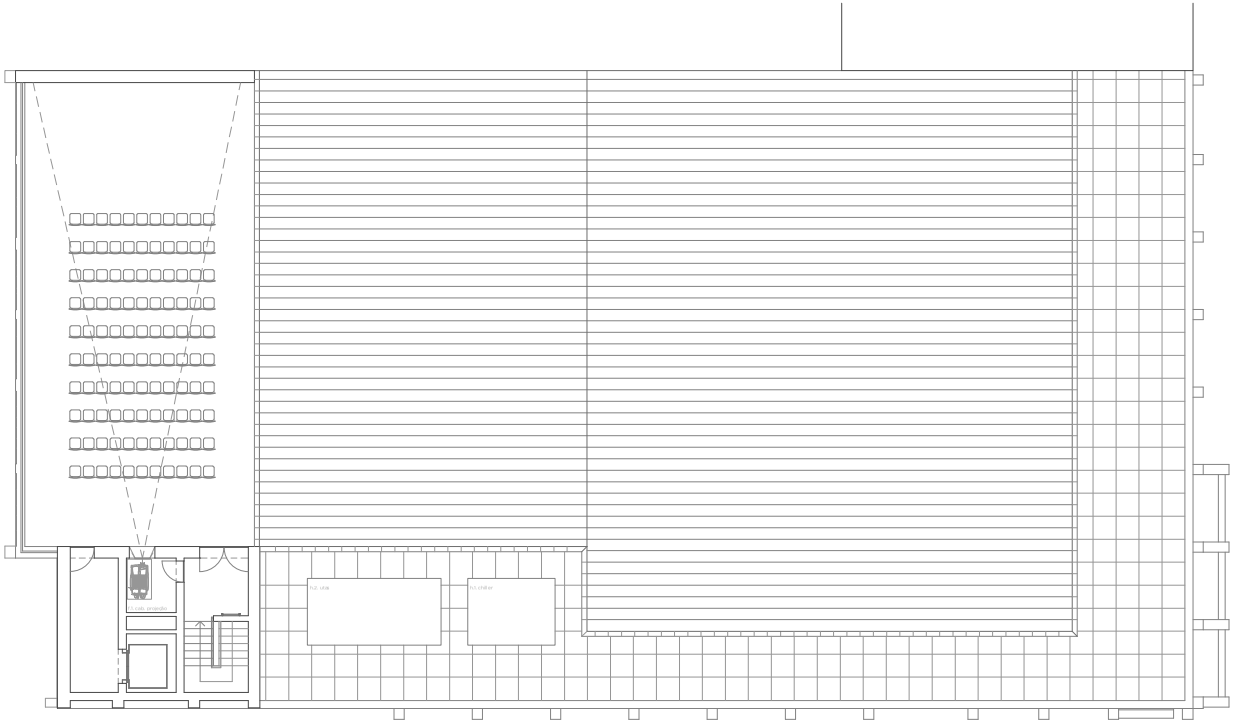


Corte DD'

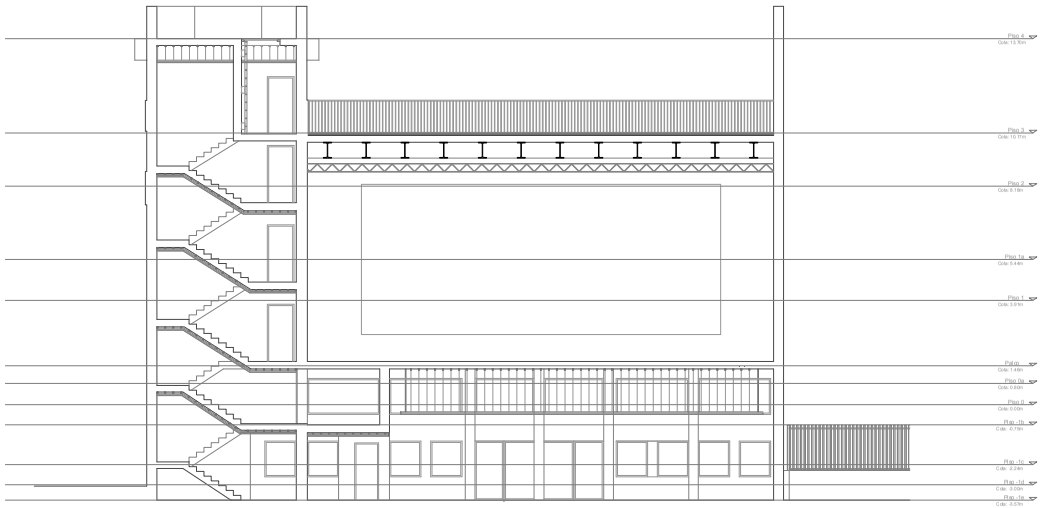


Corte AA'

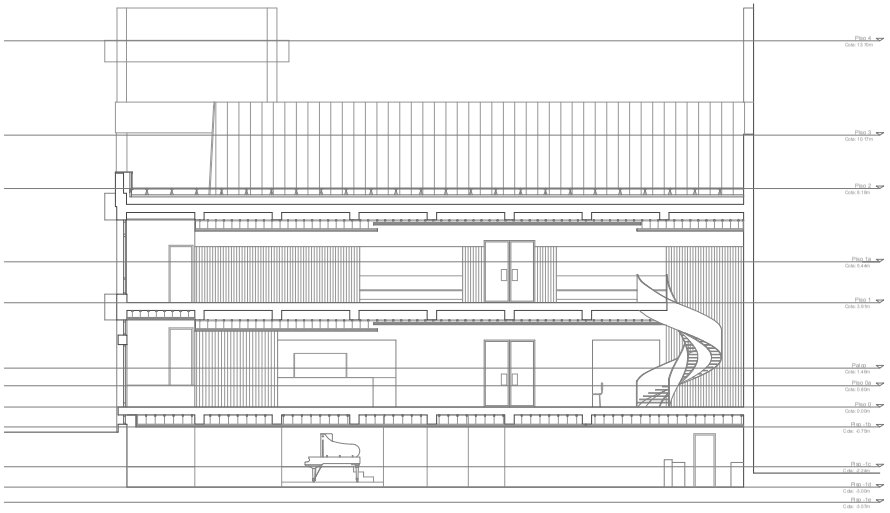
Desenhos à Escala 1.200



Piso 3

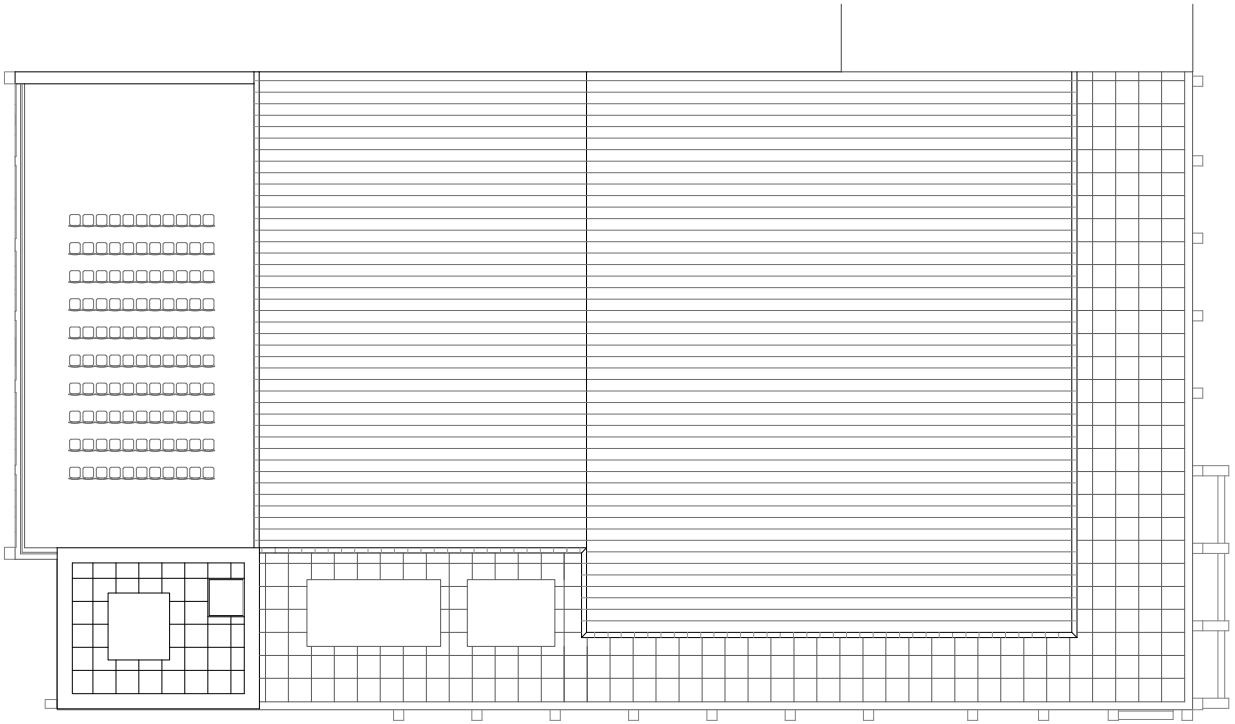


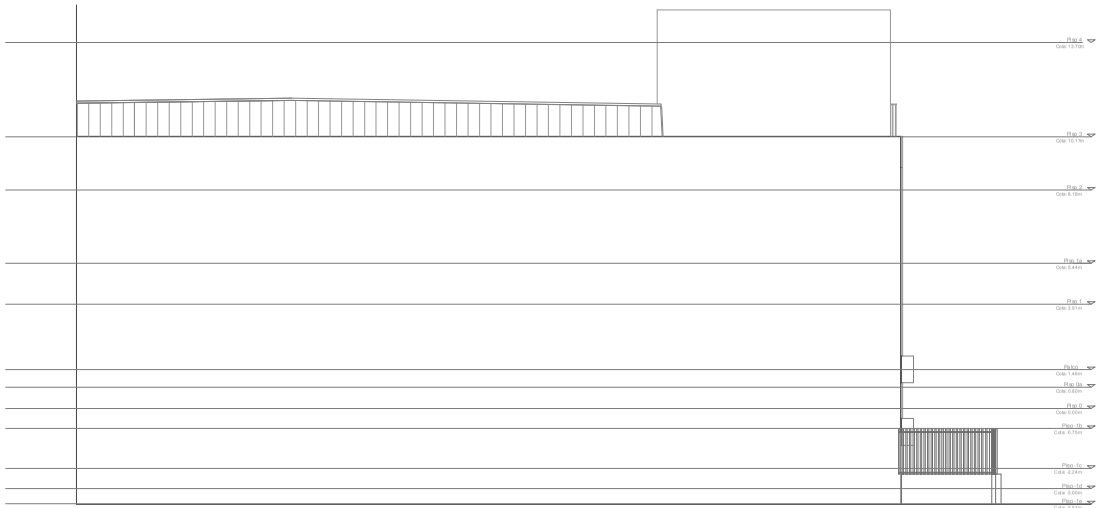
Corte CC'

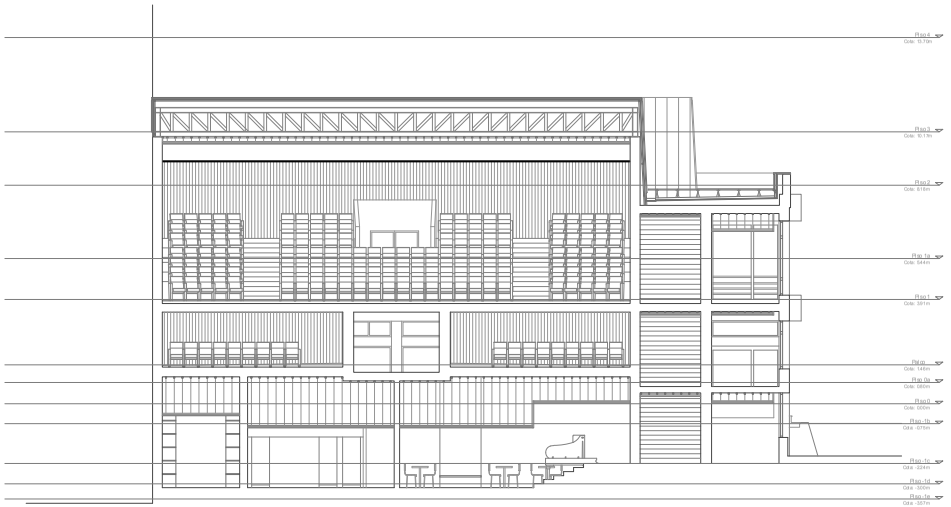


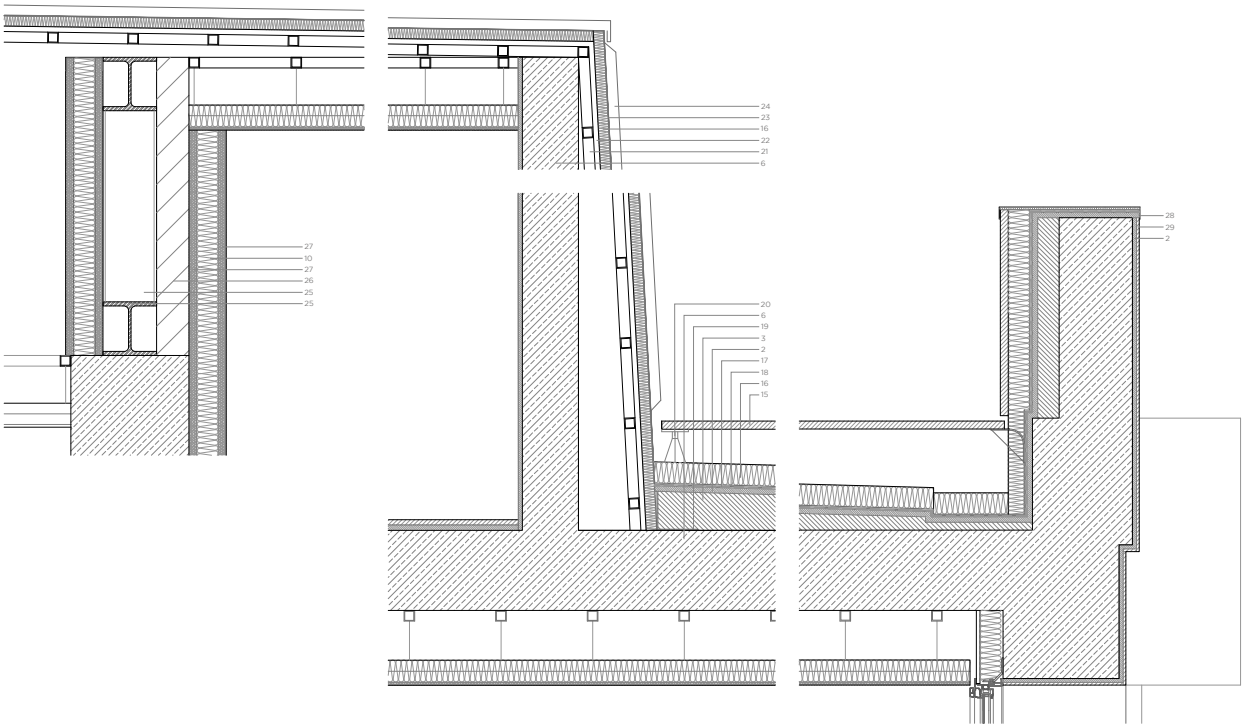
Corte BB'

Desenhos à Escala 1.200

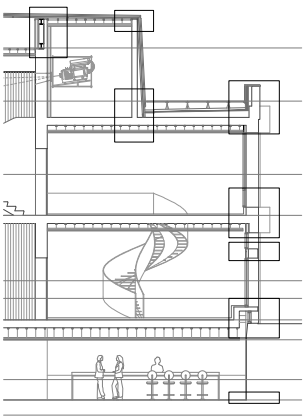



Piso 4
Cota: 13.79m
Piso 3
Cota: 10.17m
Piso 2
Cota: 6.16m
Piso 1a
Cota: 3.44m
Piso 1
Cota: 3.81m
Piso 0
Cota: 1.46m
Piso 0a
Cota: 0.80m
Piso 0
Cota: 0.00m
Piso -1b
Cota: -0.75m
Piso -1c
Cota: -2.24m
Piso -1d
Cota: -3.05m
Piso -1e
Cota: -3.87m


Piso 4
Cota: 13.79m
Piso 3
Cota: 10.17m
Piso 2
Cota: 6.16m
Piso 1a
Cota: 3.44m
Piso 1
Cota: 3.81m
Piso 0
Cota: 1.46m
Piso 0a
Cota: 0.80m
Piso 0
Cota: 0.00m
Piso -1b
Cota: -0.75m
Piso -1c
Cota: -2.24m
Piso -1d
Cota: -3.05m
Piso -1e
Cota: -3.87m

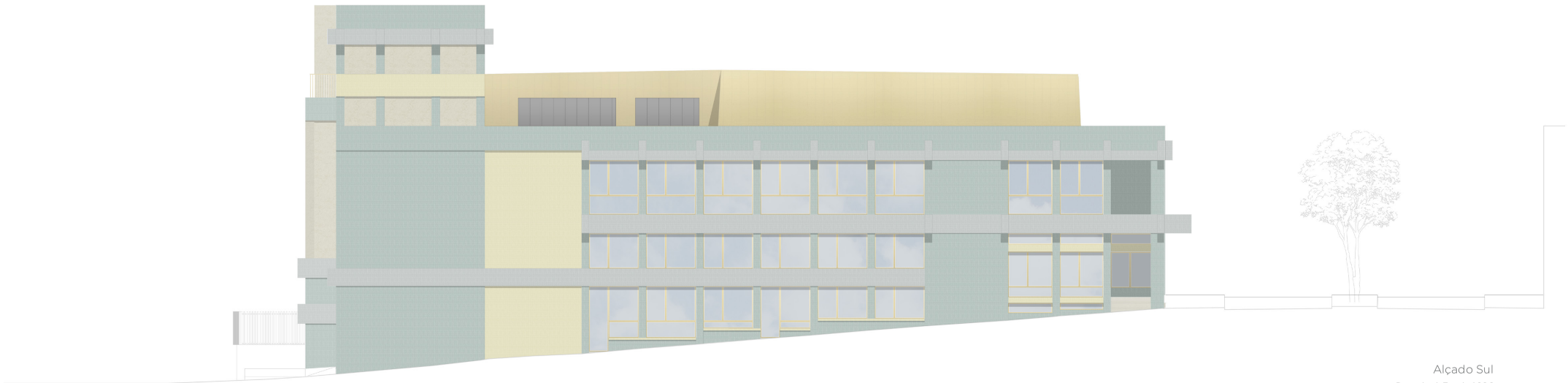


1. Marmorite cimentício idêntico ao existente, com acabamento polido, incluindo perfis de esquartelamento em alumínio polido/latão.
2. Regularização
3. Betão leve
4. Terra vegetal
5. Reboco areado fino + pintura
6. Betão armado
7. Estrutura de suporte de teto falso
8. Teto acústico
9. Placa de gesso cartonado
10. Lã mineral
11. Vidro laminado duplo
12. Caixa de ar
13. Vidro temperado
14. Caixilharia em alumínio anodizado dourado, Sosoares Sistema OT
15. Lageta de Pedra
16. Poliestireno extrudido
17. Tela PVC
18. Geotextil
19. Grampo
20. Apoio regulável
21. Estrutura em tubulares
22. Painel de cimento tipo viroc
23. Lâmina tipo Mr. Dorken
24. Alumínio anodizado dourado
25. Perfil Metálico estrutural HEB200
26. Parede em tijolo
27. Placa gesso cartonado
28. Capacete protector em zinco
29. Revestimento em Pastilha a recuperar
30. Passeio existente



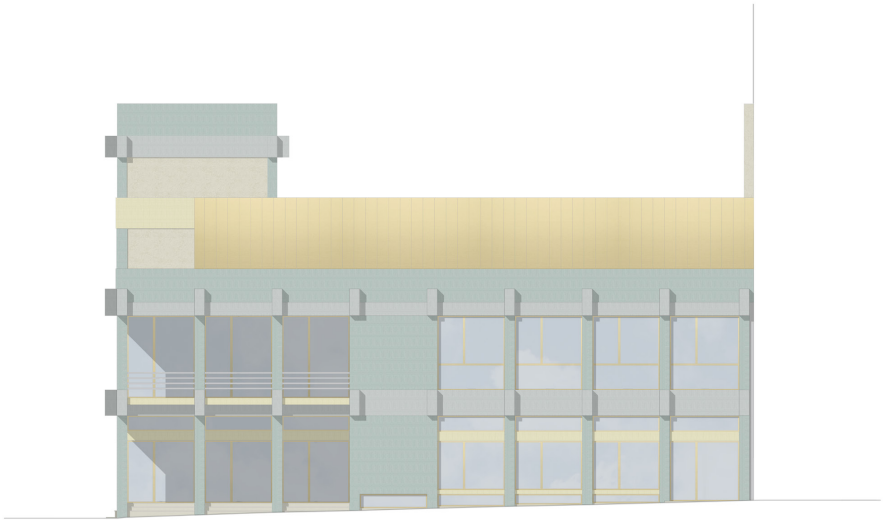
CORTE GG' | DESENHO À ESCALA 1:200

CORTE PORMENOR DA FACHADA ESTE | DESENHOS À ESCALA 1:20



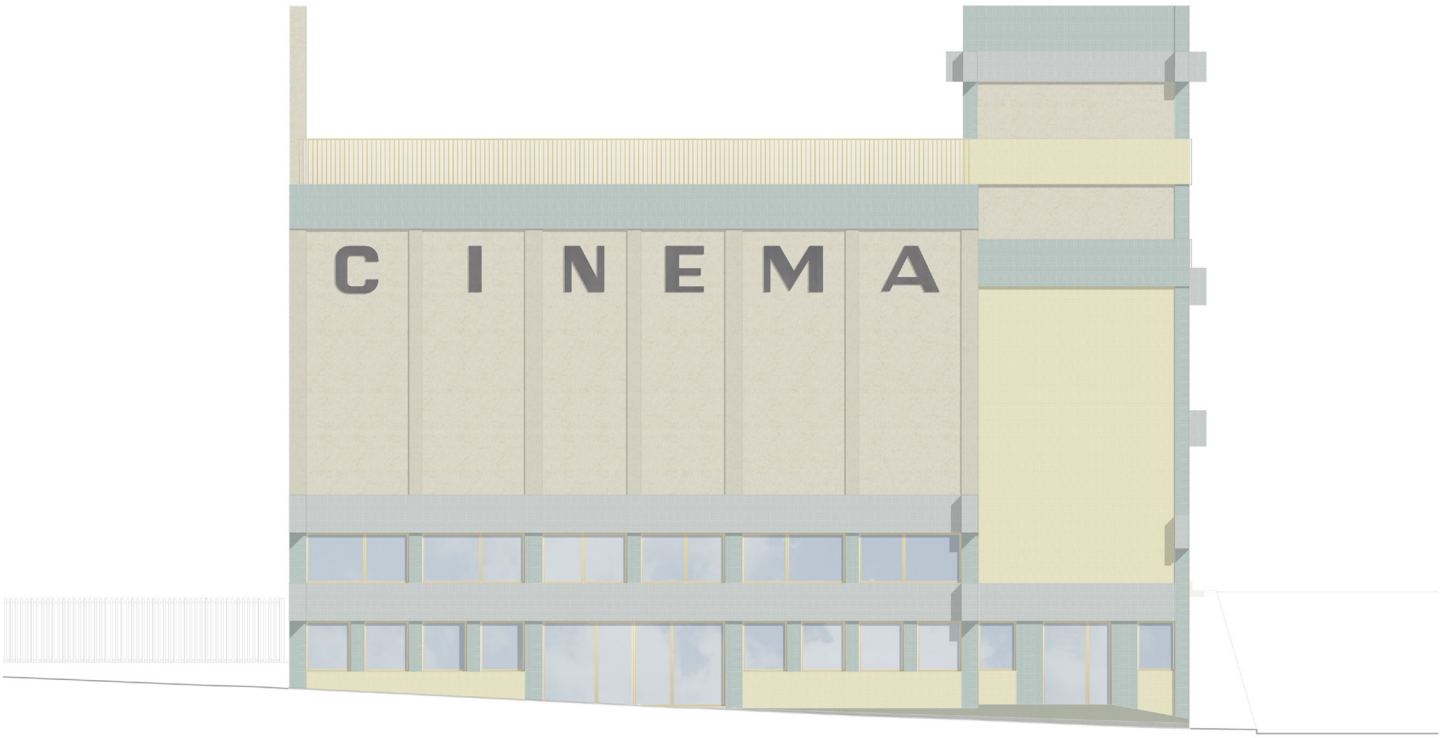
Alçado Sul

Desenho à Escala 1.200



Alçado Este

Desenho à Escala 1:200



Alçado Oeste

Desenho à Escala 1.200

Alçado Oeste

Desenho à Escala 1.200